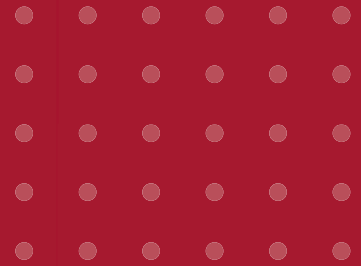


MEMÓRIAS DA
**ECONOMIA
BAIANA**



*Gustavo Casseb Pessoti
(Org.)*



MEMÓRIAS DA
**ECONOMIA
BAIANA**

SALVADOR - 2020

CRÉDITOS

GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA

Rui Costa Dos Santos

SECRETARIA DO PLANEJAMENTO

Walter Pinheiro

SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA

Jorgete Oliveira Gomes da Costa

DIRETORIA DE INDICADORES E ESTATÍSTICAS

Gustavo Casseb Pessoti

COORDENAÇÃO DE ESTATÍSTICA

Urandi Roberto Paiva Freitas

ORGANIZAÇÃO

Gustavo Casseb Pessoti

EDITORIA-GERAL

Elisabete Cristina Teixeira Barretto

COORDENAÇÃO EDITORIAL

Geraldo de Alencar Serra Neto

APOIO EDITORIAL, DIGITAÇÃO E DIGITALIZAÇÃO

Zélia Martins Mascarenhas Medeiros

COORDENAÇÃO DE PRODUÇÃO EDITORIAL

Elisabete Cristina Teixeira Barretto

EDITORIA DE ARTE E DE ESTILO

Ludmila Nagamatsu Dias

REVISÃO

Elvira Mejia

PROJETO GRÁFICO

Julio Vilela

EDITORIAÇÃO

Nando Cordeiro

COORDENAÇÃO DE BIBLIOTECA E DOCUMENTAÇÃO

Eliana Marta Gomes Silva Sousa

NORMALIZAÇÃO

Eliana Marta Gomes Silva Sousa

Patrícia Fernanda Assis da Silva

Memórias da economia baiana / Gustavo Casseb Pessoti
(organizador). – Salvador : SEI, 2020.
408 p.

ISBN 978-65-990754-1-4

1. Planejamento econômico – Bahia. 2. Memórias – Economia.
3. Economia baiana. I. Pessoti, Gustavo Casseb. II. Título.

CDU 338.26(813.8)

Apresentação	
<i>Gustavo Casseb Pessoti</i>	5
Traços da História Econômica da Bahia no Último Século e Meio	
<i>Rômulo Barretto de Almeida</i>	8
Ensaio de Retrospecto sobre o Comércio e a Vida Econômica e Comercial na Bahia de 1823 a 1900	
<i>F.M. de Góis Calmon</i>	46
A Economia Baiana em Torno de 1950	
<i>Thales Olímpio Goes de Azevedo</i>	104
Análise do Problema Econômico Baiano	
<i>Clemente Mariani</i>	118
Por Que Não se Industrializa a Bahia ?	
<i>Prof. Pinto de Aguiar</i>	184
Evolução Recente da Economia Baiana	
<i>Jairo Simões</i>	198
As Bases Conceituais do Estudo da Pobreza	
<i>Fernando Pedrão</i>	210
A Economia Baiana: desafios, óbices e perspectivas	
<i>Vladson Menezes</i>	246
50 Anos da Industrialização Baiana: do enigma a uma dinâmica exógena e espasmódica	
<i>Francisco Teixeira, Oswaldo Guerra</i>	270
Desenvolvimento Regional na Bahia	
<i>Edgard Porto</i>	290
Os Ciclos Econômicos da Bahia: análise retrospectiva e perspectiva – 1975-2020	
<i>Gustavo Casseb Pessoti, Fernanda Calasans C. Lacerda Pessoti, Denis Veloso da Silva, Aristeu Barreto de Almeida</i>	362
Depoimentos	
<i>Edson Pitta Lima</i>	366
<i>Fernando Cardoso Pedrão</i>	369
<i>Antônio Plínio Pires de Moura</i>	372
<i>Noelio Dantaslé Spinola</i>	375
<i>Antônio Alberto Machado Pires Valença</i>	383
<i>José de Freitas Mascarenhas</i>	388
Apêndice	392



Por ocasião de seu 25º aniversário, a Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI), autarquia vinculada à Secretaria do Planejamento do estado, apresenta o livro *Memórias da Economia Baiana*, uma obra elaborada com o intuito de reproduzir textos sobre a história econômica da Bahia escritos pelos mais renomados cientistas baianos dos séculos XX e XXI. Em 2020, comemoram-se também os 65 anos da criação da Comissão de Planejamento Econômico (CPE), fundada por Rômulo Almeida pouco depois de seu retorno à Bahia, após o final prematuro do governo Getúlio Vargas.

Rômulo Almeida é um dos grandes homenageados por esta obra que ora é apresentada, uma vez que esse homem do planejamento estadual foi, sem dúvida, um dos que melhor interpretaram a realidade econômica do estado entre os séculos XIX e XX. O texto de sua autoria reproduzido nesta publicação faz um retrato fiel dos grandes desafios impostos para uma economia que demorou para avançar do estágio agrário-pastoril de exportação para o da industrialização.

No bojo das discussões tratadas por Rômulo, dois outros trabalhos, de Goes Calmon e Thales de Azevedo, enfocam a passagem do século XIX para o XX, abordando a economia baiana no final do ciclo açucareiro e a vida comercial e financeira que caracterizava a “praça de Salvador” no início dos anos 1900.

Mais do que uma mera discussão, este livro foi concebido para apresentar as narrativas dos grandes autores de referência da economia baiana, até hoje citadas no mundo das ciências e que servem de embasamento teórico para os projetos de planejamento da Bahia.

O famoso dilema da involução industrial do estado, que ficou conhecido como o enigma baiano, alcunha dada pelo governador Otávio Mangabeira e notabilizada por Manoel Pinto de Aguiar, também é abordado na obra. Reproduziu-se na

íntegra a entrevista dada por ele para o jornal *A Tarde* no ano de 1958 explicando por que a Bahia não deslanchou em pleno alvorecer do século XX e citando os desafios colocados ao governo baiano para a promoção do desenvolvimento do estado.

Mudanças na matriz produtiva, dificuldades de financiamento interno e externo, interiorização e adensamento de cadeias produtivas também são temas do livro, em escritos dos notáveis Jairo Simões e Clemente Mariani. Com o texto *Raízes da Pobreza*, do professor Fernando Pedrão, são discutidos os principais óbices ao desenvolvimento da Bahia: falta de renda, dificuldade de conectar o estado às grandes transformações do capitalismo mundial e a transição demográfica de uma economia notadamente representada pelo escravismo para uma de base industrial.

Autores contemporâneos foram cuidadosamente selecionados para discutir a transição entre a segunda metade do século XX e o início do XXI. Entre eles, o professor Oswaldo Guerra, que, em parceria com o colega da Universidade Federal da Bahia Francisco Teixeira, enfocou as perspectivas para a economia baiana no início dos anos

2000 com a chegada da Ford. A análise da dinâmica “exógena e espasmódica” da economia se transformou em uma grande referência para o estudo do caso da Bahia.

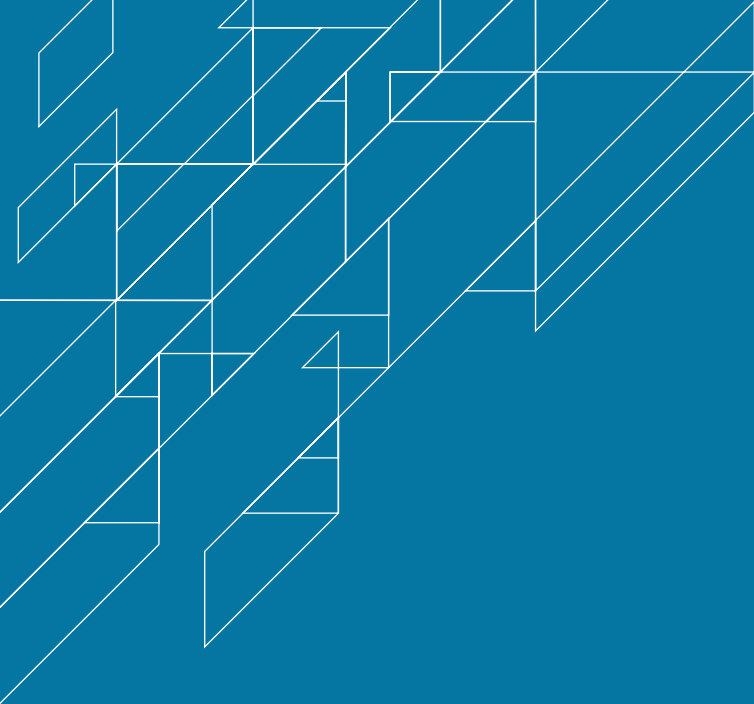
Além dos artigos, o livro traz uma seção especial, com depoimentos de renomados personagens que atuaram na “vida econômica” do estado e foram fundamentais para as transformações ocorridas no passado e para as que estão em curso atualmente. Entre eles, Aristeu de Almeida, irmão do saudoso Rômulo Almeida, que ajudou a preservar o seu legado. Também se destacam os depoimentos de Edson Pitta Lima, Fernando Cardoso Pedrão, Antônio Plínio Pires de Moura, Noelio Dantaslé Spinola, Antônio Alberto Machado Pires Valença e José de Freitas

Mascarenhas, grandes nomes da Economia, que fizeram parte das maiores transformações da Bahia no século XX.

Tem-se a certeza de que este livro, mais do que um resgate histórico, é uma forma de manter viva a influência reflexiva que os homens das ciências, do planejamento e da economia da Bahia exerceram para promover as transformações do estado, debater os entraves e oferecer subsídios para as melhores alternativas de políticas públicas. Nada mais atual no cenário econômico de um estado que é o berço do planejamento no Brasil e que busca maior equidade e desenvolvimento para sua população.

Gustavo Casseb Pessoti

Especialista em Gestão Governamental e Políticas Públicas do Estado da Bahia
Organizador do livro *Memórias da Economia Baiana*



ARTIGO

Traços da História Econômica da Bahia no Último Século e Meio¹

Rômulo Barretto de Almeida

¹ Refere-se aos Séculos XIX e XX. Mantida na íntegra a redação original.

CONJUNTURA INTERNACIONAL

Nos últimos decênios do século XVIII, refizera-se a Bahia da crise que, com raras interrupções, perdurava desde a primeira metade do século XVII. É verdade que, no final desse, o desenvolvimento do mercado europeu, para o fumo, atenuou a dependência do açúcar. Mas, a exportação do fumo não poderia substituir a da principal lavoura e indústria, fixadora, por excelência, de civilização.

E o açúcar teve a sua crise agravada com a febre de mineração no século XVIII, a qual arrebatou para a aventura os seus trabalhadores livres e até mestres; leiloou os escravos que já escasseavam, e encareceu o preço de todas as utilidades, ao mesmo tempo em que, com os embargos ao comércio com as Minas Gerais, a Bahia foi impedida de compensar os seus prejuízos com o lucro dos fornecimentos para os sertões do ouro. Enquanto a competição das colônias de outras potências europeias crescia, os custos de produção também se elevavam, inevitavelmente.

Costumava-se imputar a decadência da indústria açucareira a culpados produtores, que esbanjavam e não cuidavam de melhorar os métodos de trabalho. Certo que houve imprevidência por parte de muitos, não fazendo reservas nos anos bons. Falava-se também na “ganância” dos intermediários e financiadores. Além do mais, os impostos eram pesados, não considerando o estado de depressão da lavoura; sendo lançados e coletados de surpresa e em épocas, muitas vezes, impróprias. Mas, todos esses fatores foram realmente secundários, face àqueles dois que foram apontados. Também não era a baixa qualidade dos produtos, o fator responsável pela decadência das exportações.

Mestres dos engenhos brasileiros foram contratados para engenhos das Caraíbas, o que indica que tinham boa reputação. Em 1687, um arguto Viegas escrevia num relatório para o rei: “As causas da diminuição e total ruína em que se acha o comércio dos frutos do Brasil não procede de se obrar mal, se não de ser muito, o que dele das Barbadas e da Índia vai a Europa”. O Rei não “acharia remédio para que sejam mais finos” (os açúcares). Os holandeses, nos 24 anos de Pernambuco, não acharam meios de mais perfeitamente fabricá-lo e com menor custo (PINHO, 1946).

No final do século XVIII, porém, certas condições internacionais, extremamente favoráveis, permitiam urna nova vida ao comércio de exportação, e um desafogo para os senhores de engenho, tradicionalmente endividados. A Guerra da Independência americana e a Revolução Industrial abriram uma larga oportunidade para o algodão. A primeira remessa do Brasil foi em 1767, e já “a começar de 1786 as exportações variam de 150 a 200 mil libras por ano” (AZEVEDO, 1929).

Passou a ser o algodão um fator de equilíbrio do balanço comercial da Colônia. Além do algodão, todos os demais produtos tiveram a procura aumentada, em consequência dos dois fatores históricos indicados, e das guerras napoleônicas, que iniciavam um grande ciclo de perturbações internacionais, das quais advieram, até a independência, condições favoráveis ao nosso comércio.

A Bahia, principal centro comercial e produtor, só em anos excepcionais, ultrapassada nas exportações por Pernambuco ou pelo Rio, seria naturalmente a primeira beneficiária dessa conjuntura favorável, salvo no tocante ao algodão, a maior vantagem do Maranhão e de Pernambuco, apesar de, na Bahia, já desde o início do século, segundo um exagero quinhentista, "os moradores preferiam à cana o algodão, cuja cultura se dá melhor na terra" (GANDAVO, 1576 *apud* OLIVEIRA, 1920).

A "grande guerra inglesa" contra Napoleão, reclamou maiores consumos, sendo este fator talvez mais importante do que o efeito restritivo sobre a navegação, já que nessa época a Inglaterra desenvolvia estupendamente sua frota.

As Índias Ocidentais Francesas tiveram sua produção e seu comércio perturbados. O comércio do Oriente também sofreu (caso do algodão e da seda). Logo as colônias espanholas entraram em polvorosa.

Para se medir a importância da situação internacional sobre o nosso comércio, vamos acrescentar alguns dados, sobre o açúcar, o café e o fumo. O Brasil havia sido reduzido, no final do século XVIII, a pouco mais de 10%, no comércio internacional do açúcar.² Quando menos, a metade das áreas fornecedoras esteve conflagrada, ou perturbada por dificuldades de navegação, bloqueio, etc. Quanto ao café, um dos fatores do seu desenvolvimento no Brasil foi a destruição dos cafezais do Haiti, pelos negros sublevados na Guerra de Independência daquela ilha francesa, os quais também destruíram os engenhos de açúcar. Haiti foi, por muito tempo, o maior produtor mundial de café e de açúcar enquanto a Jamaica e outras colônias inglesas experimentavam uma temporária decadência açucareira.

Cuba, única colônia espanhola exportadora de açúcar, encontrou, a partir de 1763 até 1779, condições muito favoráveis, pois passou a suprir as necessidades totais da Espanha; cerca de 500.000 arrobas, desde que essa levantou direitos proibitivos para açúcar estrangeiro. Entre 1779 a 1785, a produção cubana de açúcar e de fumo foi prejudicada por medidas internas e pela Guerra Hispano-Inglesa. Cuba sucedeu

2 Estimativa das Exportações de Açúcar no final do Sec XVIII, segundo fontes americanas; em toneladas: Colônias Francesas – 95.000; Colônias Inglesas – 80.000; Extremo Oriente – 50.000; Brasil – 35.000; Antilhas Dinamarquesas – 28.000; Cuba em 1802 – 40.000; 15.000; diversos – 3.000. O dado sobre o Brasil supera as indicações nacionais. (EL-GAMAL, 1941, p. 7; PINHO, 1946, p. 254; SIMONSEN, p. 172).

depois ao Haiti, como primeiro produtor de açúcar; mas, já a partir de 1799, instalou-se uma crise que se foi agravando, em consequência do conflito europeu, para só vir a ser superada a partir de 1818 (GUERRA Y SANCHEZ, 1944)³.

Dessa forma, a situação internacional permitiu, durante um bom período, a recuperação da nossa decadente economia colonial. Foi ela, ainda, que possibilitou o Alvará da Abertura dos Portos, em 1808; que, bem conhecido, dispensa maior extensão. Esse ato, de fundamental importância, todavia, precisa ser balanceado sem o entusiasmo irrestrito de outrora, pois há, como exemplo, indicações de efeitos negativos sobre a navegação nacional⁴. Ele veio, entretanto, eliminar intermediários, e assim possibilitar maior preço ao vendedor nacional e menor preço ao importador; animou o comércio; introduziu novas ideias, confortos e instrumentos de trabalho, embora tivesse também fomentado as importações de novidades e bugigangas, em parte, no comércio a crédito, que viriam imperceptivelmente, agravar o nosso balanço de pagamentos. Então, o seu saldo positivo deve ter sido grande, como fator de enriquecimento e progresso.

Esta quadra entre a Guerra da Independência dos Estados Unidos e a nossa Independência, foi, assim, para a Bahia, uma época de prosperidade e capitalização; mas, todavia, não isenta de problemas.

CONDIÇÕES INTERNAS

Enquanto isto, as regulamentações, exigências, "taxas, almotçarias e condenações", que caracterizavam o "regime exclusivo" (referência ao mercantilismo, agravado na exploração colonial) do Século XVIII, e que "atravessavam" e oprimiam a produção, foram, consideravelmente, reduzidas com o Alvará, que visava "extingui-las" e dar "liberdade ao preço", o qual era mandado executar em 1799.

Um dos consultores do Senado da Câmara da Bahia, em 1807, atribuiu a esse ato "progressivo aumento da lavoura, principalmente das farinhas, que são o pão da terra, e dos legumes"⁵. Mas as complicações e os abusos não haviam acabado; como de resto, até hoje, não se extinguiram dos nossos hábitos fiscais e burocráticos, ainda de acentuada feição patrimonialista.

3 Ver também Ortiz (1940), sobre os aspectos capitalistas da indústria açucareira e popular do forno, semelhantes ao que aconteceu no Brasil. Ele refere também o contrato de mestres nas colônias portuguesas.

4 Alvará de 21-2-1765, mandando observar na Bahia pelo Ofício de 11 de 6 de 1799 (34 anos de diferença – ap. Carta J. Diogo G. F. Castelo Branco aos Vereadores (BRITO et al., 1821). (Quanto a data do ofício, o Des. Brito da 11., 7-1798, v. p. 86).

5 Referência ao regime de administração estatal, pré-democrática, bem estudada por Max Weber, que os sociólogos Guerreiro Ramos e Emílio Williams expuseram no Brasil, e que consiste em utilizar a máquina exatorial e administrativa como um adendo do patrimônio da coroa e do seu domínio privado sobre a coisa pública. Temos sobrevivência desse regime nas participações em multa e nas atitudes "patronais" frequentes dos funcionários, diante dos contribuintes, que são ainda meros tributários.

O principal desses consultores narra as frequentes medidas contra a exportação, os vexames da obrigatória passagem dos gêneros pelo “celeiro” da Cidade, e os sofrimentos dos lavradores e barqueiros:

Fora do celeiro eles tem de mais a mais de sustentar os assaltos dos meirinhos, e rendeiros, que lhes saem ao cais a pedir conta das licenças, finanças, entradas, guias, regimentos, ações, visitas, e mil outras formalidades, para que o sistema regulamentário tem inventado exames, aferições ilegais, selos de pipas, lotações, para surpreender coisas a singeleza dos barqueiros, e lavradores rústicos, que em conclusão de seus sofrimentos, e perdas, perdem até a vontade de voltar com outra carregação, e vão espalhar por toda parte o descoroçoamento. (BRITO *et al.*, 1821, p. 34, 86).

Outros alvarás haviam concedido liberdade de navegação e muitas outras, “posto que não tenham nunca tido inteira observância, contudo, esses serviram para adoçar as violências dos executores fiscais e municipais”, segundo Brito *et al.* (1821).

A Mesa de Inspeção de Agricultura e Comércio era uma instituição organizada de acordo com a lei do meado do Século XVIII, para “exames e qualificações”, segundo as quais os gêneros pagavam impostos e eram marcados contra fraudes, bem como para decidir outras questões do comércio. Havia queixas. Ferreira da Câmara disse que “se não estivesse organizada... não aprovaria sua criação”; provavelmente em respeito às ideias da época, mas atestou “a confiança que a Mesa tem merecido do público, que é o melhor Juiz do conceito dos empregados”: negociantes e lavradores “distantes, guiados por aquela qualificação, concluem mais facilmente os seus ajustes”. Os Desembargadores João Brito e Gomes Ferrão Castelo Branco coordenavam a Mesa. Mas, Sequeira Bulcão considerava a Mesa uma defesa do lavrador, «de comum sujeito ao negociante» (PINHO, 1946, p. 215); observação esta, também, de José da Silva Lisboa, em carta citada por W. Pinho (CALMON, 1940; CALÓGERAS, 1936).

Homens esclarecidos encontravam, nesse período, o clima favorável para ideias novas, que traziam da Europa. Felixberto Caldeira Brandt Pontes, depois Marquês de Barbacena, trouxe a primeira máquina a vapor, instalada num engenho de açúcar no Brasil. Tomou a si a empresa de navegação a vapor, inaugurando, em outubro de 1819, o vapor de Cachoeira; uma das maravilhas no folclore do Sertão, cuja máquina, vinda da Inglaterra, foi montada num barco, construído no estaleiro da Preguiça.

Caldeira Brandt ainda fez parte do grupo que estabeleceu o primeiro Banco (1817), filial ao primeiro Banco do Brasil, promoveu o levantamento de uma planta do Recôncavo e iniciou a abertura de um caminho entre São Jorge dos Ilhéus e o Arraial da Conquista. Houve nessa época, outro senhor, de engenho pioneiro, Pedro Antônio Cardoso. Manoel Ferreira da Câmara Bittencourt Sá, proprietário do Engenho da

Ponta, no Iguape, que reformou fornalhas, economizando dois terços da lenha, e introduziu muitas outras inovações da técnica industrial e prática agrícola.

Agostinho Gomes trouxe também melhoramentos à lavoura e à pecuária, bem como lançou grandes projetos; um deles o de uma fundição de cobre e ferro. Todos eram versados na ciência da época, inclusive na economia política, ou seja, na “nova doutrina do profundo Smith”.

Ao lado deles, homens letrados de ofício, como José da Silva Lisboa, depois o Visconde de Cairu, secretário da Mesa de Inspeção de Agricultura e Comércio, e o Desembargador João Rodrigues de Brito, cuja resposta ao inquérito da Câmara do Salvador, tem-se a impressão, de ser um documento definitivo, não só da história econômica da Bahia, mas da história das ideias econômicas no Brasil, pela clareza com que expõe a administradores os pensamentos de Adam Smith, de Sismondi e de Say, bem como os aplica no exame de uma situação regional. Esses homens representavam um ambiente, na época, perfeitamente atual no mundo, como, aliás, acontecia com Azeredo Coutinho, Arruda Câmara e outros na região de Pernambuco. Nesse tempo, a Bahia teve grandes governadores: D. Fernando José de Portugal; depois, Marques de Aguiar, o Conde da Ponte; o duro e lúcido Conde dos Arcos; e o Conde da Palma. Homens enérgicos e influenciados pelas ideias novas. Havia um clima de iniciativas.

Uma praça de Comércio, origem da atual Associação Comercial, foi fundada pelo Conde dos Arcos, na base de sugestões do Desembargador Brito, e outros, como uma bolsa de mercadorias, para facilitar as operações mercantis e moralizar o comércio.

Até 1815, a mão de obra vinha, facilmente, da Costa da Mina. Mas, a Inglaterra havia extinguido, em 1807, o seu tráfico, com bons motivos de ordem econômica, e não mais lhe convinha permitir essa vantagem a concorrentes. Era natural que as razões sentimentais fossem exaltadas e que, mais uma vez, a Inglaterra procurasse escudar os seus interesses no interesse geral da civilização. Naquele ano, consegue de Portugal um tratado, abolindo o tráfico ao Norte do Equador. O tráfico, logo depois, cai. (VIANA FILHO, 1946).

Apesar da abundância de escravos, ou por isto mesmo, o rendimento do seu trabalho não parecia satisfatório. Já se falava na superioridade do trabalho livre. A ideia de obter colonos europeus reforçava-se, e já, em 1818, se estabelecia a Colônia de Leopoldina. A colonização tornou-se uma preocupação de Miguel Calmon (CALMON, 1933). Os negros já se organizavam, faziam reivindicações, e as suas sedições e arruaças se repetiam. Não era tranquilizador. A pressão, já depois da Revolta dos

Malês, em 1835, atenuou-se com a redução do tráfico, e com a exportação de braços para os cafezais do Vale do Paraíba, fluminense e paulista.

Comparava-se à produção dos trabalhadores livres, que, no fumo, já eram cerca de um terço. Mas o estado de instrução era um dos mais atrasados. Deve-se, nessa quadra, ao Conde dos Arcos, um número relativamente grande de novas escolas. A situação, não obstante, deveria ser superior à do resto do país, conforme, indicações, além de outras, dos Revs. Kidder e Fletcher (1857, p. 483, 490), já tempos depois.

O preconceito contra o trabalho prático era rígido, e tanto impedia a aplicação na produção de pessoas de padrão social, e naturalmente engenho mais alto, como a aprendizagem técnica. Impressionou muito a alguns viajantes, como Agassiz, esse preconceito no Brasil.

Os problemas na Bahia, nessa quadra, encontram uma exposição excelente nas quatro cartas que responderam aos quesitos do Senado da Câmara. Já nos referimos às complicações, criadas pela administração pública e pelo aparelho fiscal colonial, as quais, se bem amenizadas, ainda continuariam (até hoje), talvez como uma consequência do próprio sistema econômico.

Os transportes, se ainda hoje (1949) representam a maior desvantagem da Bahia, podemos imaginar o que eram naquele tempo! A navegação na Bahia de todos os Santos era o grande recurso, e também ao longo da Costa. O Arsenal de Marinha fora reformado, e as construções navais desenvolveram-se, ao menos até o Acordo com a Inglaterra! (LIMA, 1945; SOARES, 1865 *apud* FONTOURA, 1922, p. 17).

Veio a navegação a vapor no Recôncavo e na Costa. O Conde da Palma tratou da navegação no Jequitinhonha. Mas, o desembarço dos navios, a atracação e o desembarque eram lentos e desanimadores. As embarcações, saveiros e sumacas ou navios pequenos a vela, eram muito maltratados.

O transporte terrestre, então, longe ficava das facilidades da navegação. Na zona dos canaviais, o massapê atolava meses seguidos. A marcha do Exército Libertador foi, penosamente, retardada por essa circunstância. Os rios e riachos, sem pontes, criavam obstáculos sempre prenhes de imprevistos. Clamava-se por pontes. O Sertão era servido por estradas coloniais, limitadas. As principais saíam da Cachoeira, para o norte, via Jacobina, onde o ouro continuava a ser urna das pequenas, mas variadas fontes de proventos da Bahia; ou para Maracás, Caetitê e Rio das Velhas – o velho caminho das Minas, que Spix e Martius (1938) descreveram. O algodão, que dava, com gosto, nas terras altas, reclamava caminhos. C. Brandt começa o

Ilhéus-Conquista. De Camamu para o interior, outro havia sido iniciado por D. Fernando José de Portugal.

Um dos grandes, senão o maior problema do açúcar, era a lenha para as fornalhas e a madeira para as caixas. Sequeira Bulcão, que, da Vila de São Francisco, respondeu a Câmara com muito bom senso, porém menor brilho de linguagem e nenhuma erudição (razão talvez do menor destaque que se tem dado à sua carta), nota que o preço do açúcar "animou avultar as safras", mas "não tendo matos suficientes, não podiam moer mais". Previa que muitos engenhos "virão a não existir em breve tempo". "As caixas são artigos, que, tendo chegado ao auge da carestia e que jamais deixarão de subir de preços pela dificuldade, e distância das madeiras". Ferreira da Câmara, na sua esplêndida Carta, quando se refere à inexecutabilidade das leis intervencionistas, mesmo as "exceções", favoráveis aos interesses gerais, como a de 1609, sobre a conservação dos bosques e matas, ressaltava: "ora se ha 198 anos, quando apenas este país tinha saído da barbaridade, havia já falta de lenha, e madeiras;... que diremos do estado presente?" (BRITO *et al.*, 1821, p. 96-115).

Passado o meio século, o geólogo Charles Fred Hartt impressionava-se, profundamente, com a devastação das matas por meio das queimadas, através do litoral baiano, e dizia coisas que têm sido confirmadas por geólogos e geógrafos modernos: "mas há um agente que tem estado em atividade no Brasil, cujos efeitos podemos difficilmente subestimar, e que é a queima das regiões e matas e campos pelo homem".

E conclui, adiante, com uma análise do problema: "A destruição total e descuidada das florestas nas costas brasileiras, a menos que acabe, acabará por produzir uma ruína certa para o país. O Brasil deve o seu clima e a sua capacidade de produção agrícola as suas florestas, e é absolutamente necessário que essas sejam preservadas em grande parte do país, especialmente na costa. O clima da Bahia já tem sofrido muito após a destruição das florestas do Recôncavo, e a queima das planícies. Mas, receio que o Brasil venha compreender isto somente quando já for demasiado tarde" (HARTT, 1941, p. 351)⁶.

Relacionado com o problema das matas, Sequeira Bulcão mostra consciência, sem traço de eruditismo, da tendência geral que seria denominada de "lei dos rendimentos decrescentes" (BRITO *et al.*, 1821, p. 115-116). "A lavoura do açúcar, bem como as demais, se tem aumentado", mas sem grande vantagem. "Outros muitos engenhos, que, desgraçadamente, com o excesso dos preços, edificaram-se em maus terrenos, têm causado a ruína dos seus proprietários e a infelicidade dos que já existiam, bem

6 Hartt fez duas viagens ao Brasil a partir de 1865. Quanto a trabalhos modernos de grande interesse para a ecologia baiana ver Gourou (1947).

como daqueles que se erigiam em bons terrenos” (aludia à concorrência na compra das caixas e ao que se depreende, também, da mão de obra).

E adiante:

Os mesmos engenhos abundantes à proporção que se trabalham seus terrenos diminuem na sua produção, ficam mais distantes os matos e por isso cresce a despesa, fazendo-se necessário maior número de braços e de fábricas, não podendo ter interesse vantajoso os seus proprietários e lavradores, sem que haja maioria no preço do açúcar. (PINHO, 1946).

Um outro problema era o do capital de movimento. A lavoura vivia nas mãos dos grandes comerciantes, e indiretamente dos importadores estrangeiros – situação que continuou constante, sobretudo pela instabilidade natural dos preços dos produtos agrícolas de exportação (BRITO *et al.*, 1821, p. 115-116), apesar de ter melhorado muitíssimo na quadra inicial que focalizamos.

“A irregularidade dos preços é o flagelo da lavoura”, dizia o Des. Brito.

Este fato sempre foi agravado pela ausência do crédito, a não ser os próprios adiantamentos dos comerciantes. Naquela época, então, faltava a própria base para o crédito real: um Registro de Hipotecas. O Desembargador João Brito lamentava que, em lugar de remediar a falta de capitais, se tivesse adotado “o expediente de conceder aos lavradores o privilégio de não poderem rematar-se as fábricas de seus engenhos por execução dos credores”, remédio que “veio agravar o mal”⁷.

Em 1836, Miguel Calmon (futuro Marquês de Abrantes), numa espécie de Relatório da Sociedade de Agricultura, Indústria e Comércio, considera também o registro hipotecário um dos problemas fundamentais da lavoura⁸.

Problemas de organização judiciária, política e administrativa eram apontados entre os que requeriam medidas tranquilizadoras para a produção e o espírito de iniciativa (BRITO *et al.*, 1821, p. 99).

ABASTECIMENTO

Uma situação nada lisonjeira era a do abastecimento. Vimos que os pequenos produtores, quase sempre os mesmos transportadores, encontravam entraves

7 Discurso de Miguel Calmon na Sociedade d' Agricultura Industria e Comércio da Bahia em 31-1-1836.

8 Ver especialmente a carta do Des. Brito.

descoroçoadores, no desembarque, no fisco, na compulsória entrega ao Celeiro Público, na distribuição dos talhos de açougue, na incerteza e especulação dos preços, que, entretanto, estavam sujeitos, tanto às provisões, quanto a máximos, apesar da citada medida liberadora dos preços.

Os lavradores eram tratados como uma classe tributária da grande lavoura de exportação e das populações urbanas, que tinham a seu serviço as autoridades.

Ferreira da Câmara, liberal esclarecido, opunha-se a isso: "É muito ordinário ouvir aos que nada produzem e ainda àqueles que se dão ao gênero de cultura mais lucrativo, que é o da cana, queixarem-se da carestia da farinha, que talvez é o que menos convém a cultivar e fabricar nesta Capitania, de quem lhes faz o grande bem de comprar aqui onde ela se acha em abundância, para vender onde ela é rara, e necessária; como se os lavradores de pão devessem ser considerados como pessoas de inferior qualidade à sua, a quem fosse lícito de tirar partido do seu suor, e indústria" (BRITO *et al.*, 1821, p. 100).

O fornecimento de carne à Bahia era dificultado pela falta de mangas perto da Capital ou no caminho das boiadas. João Brito atribuía este mal à antiga proibição de se criar gado nas dez léguas de beira-mar (para não disputar terras com a lavoura da cana); essa proibição teria prejudicado a do fumo, carente de adubo animal. Já não se obedecia à velha Lei, que obrigava os lavradores do Recôncavo a plantar 500 covas de mandioca, por escravo, se é que não estava incluída nas referidas revogações.

Era um dos exemplos do Desembargador Brito sobre leis que prejudicam a todos, por contrárias "aos princípios da divisão do trabalho desenvolvidos por Smith".

F. da Câmara, que sustentava 250 pessoas, timbrou em declarar que não plantava "um só pé de mandioca, para não cair no absurdo de renunciar à melhor cultura do país pela pior que nela há" (AMARAL, 1923; CALMON, 1923). Tal o prestígio dos princípios teóricos vigorantes na época.

Apesar de ter aumentado a lavoura, a situação dos pequenos lavradores era má. Ainda, para F. Câmara, para quem a solução era a liberdade de preço e do mais, "fui testemunha há ano e meio, estando na povoação de Nazaré, da desgraçada sorte do cultivador de mandioca".

A tragédia, porém, era que, além da diferença de poder econômico e político contra o cultivador da mandioca, outros fatores estruturais eram também desfavoráveis a uma próspera economia de abastecimento. Enquanto os preços de exportação estavam altos, todos os recursos se voltavam para esses produtos nobres: açúcar,

algodão, fumo. Diminuíam, ao menos relativamente, as lavouras de subsistência: menor produção, enquanto havia mais dinheiro procurando farinhas, grãos, carnes etc.; preços altos. Esses preços, fora as arbitrariedades desanimadoras, provocavam naturalmente maior produção pelos agricultores isolados; como consequência, os preços então tinham que cair. O equilíbrio não se estabelecia, entretanto, mesmo no caso de poderem disputar os pequenos lavradores de abastecimentos, ao máximo, as vantagens do mercado, dando como consequência um suprimento mais ou menos regular, em vista de instabilidade dos preços e mercados dos artigos de exportação. Se esses caíam, nos próprios engenhos se cultivava mais a mandioca e o milho, reduzindo ainda mais as compras aos pequenos agricultores, quando os preços já em si seriam menores.

Acrescentem-se, como fatores de desequilíbrio, a instabilidade natural das safras, tanto dos artigos de exportação, como dos gêneros de abastecimento, agravada com a falta ou impossibilidade de armazenagem e de crédito. Em suma: esses lavradores, em regra, suportavam o pior das crises de depressão, e eram impedidos de aproveitar o melhor das crises de alta.

A situação do abastecimento não podia se regularizar, e será talvez por isto que, voltando atrás das exaltadas ideias liberais de 30 ou 20 anos antes, a Câmara de Cachoeira reinstaurava, em uma postura, a obrigatoriedade das 500 covas (CALMON, 1940).

Durante o período considerado, houve um grande impulso na aclimação e cultura de plantas exóticas, inclusive árvores frutíferas. Ao que parece, a fruta-pão e a jaqueira tiveram, nessa ocasião, maior difusão no Recôncavo. Os quintais, as chácaras e os jardins se terão enriquecido, e isto não terá pequena importância sobre a alimentação regional.

MUDANÇAS DE PERSPECTIVAS

A situação favorável, apesar dos pesares, da economia baiana no começo do século, altera-se depois, profundamente, em razão, principalmente, de dois fatores: os prejuízos materiais da Guerra da Independência e a mudança da conjuntura internacional.

A contribuição em bens, além das vidas, para a Independência, "foi um golpe terrível para a vida econômico-financeira, que se desconjuntou e, desde então, começa uma série infindável das desgraças que nos perseguiram durante todo o século XIX", explica Calmon (1836)⁹.

9 Discurso de Miguel Calmon na Sociedade d' Agricultura Industria e Comércio da Bahia em 31-1-1836.

Realmente a queda de produção foi sensível, “ inúmeras casas, ricas de haveres antes da guerra”, caíram na miséria, como parece ter sido o caso da Torre. As lavouras da cana e a do fumo foram mais sacrificadas, e em anos de preços maus.

Entrementes, a situação internacional já não era mais tão favorável aos nossos produtos. O algodão e o fumo haviam sido favorecidos pela nova Guerra da Inglaterra com os Estados Unidos, mas isto também já havia passado. Restava o consumo crescente de algodão pela indústria inglesa, o qual nos deixava alguma oportunidade. O açúcar de beterraba se desenvolvera na Europa, sob o bloqueio britânico, e os concorrentes coloniais do açúcar de cana já se restabeleciam.

Nas circunstâncias em que vimos nos declarar novamente a crise intermitente de nossos produtos coloniais, os governos e os particulares continuavam a tomar medidas progressistas.

A Sociedade de Agricultura, Comércio e Indústria, criada em 1832, sob a Presidência de F. da Câmara, substituído depois por Miguel Calmon, distribuía sementes, publicava memórias sobre as principais culturas, em um “jornal”, ajudava a preparação e a vida de técnicos, e até procurou acumular capital para ajudar empresas produtivas; uma delas, a Companhia de colonização, para a qual deliberou entrar com 20 ações. “Se mais não tem ela feito, seja essa falta arguida à nossa habitual indiferença, à nossa apatia, e não a defeito intrínseco da instituição”¹⁰, queixa-se Calmon, revelando, porém, que havia iniciativa e cooperação.

Em toda a parte, os pioneiros são minoria. Se o espírito de empresa e de associação era fraco, devemos buscar a razão numa economia aleatória, vagando nas incertezas da produção natural e, sobretudo, do comércio estrangeiro. Focalizemos, então, a nova situação dos principais produtos:

Açúcar

A indústria do açúcar foi se aperfeiçoando, mas os mercados continuavam muito inseguros: havia uma esperança – que parece ter sido vã – (1836), numa lei francesa abrindo a importação do açúcar bruto. A crise se tornaria secular, apenas com hiatos de melhores safras ou de melhores preços. Mas, a tendência geral dos preços era a queda (em 1837, em libras esterlinas, um terço do preço de 1821, cujo nível só se estabeleceu, passageiramente, exatamente um século depois).

¹⁰ Pinho (1937, p. 687, 697), onde há um quadro da situação do Recôncavo Açucareiro do meado do século passado. A “História de um engenho do Recôncavo” dá um excelente registro dos esforços técnicos da indústria açucareira baiana (PINHO, 1946).

Depois de C. Brandt, ou Pedro Antônio Cardoso, muitos outros instalaram máquinas a vapor, melhoraram as variedades da cana. Certamente o esforço técnico poderia ter sido maior, além de continuado como foi: pouco cooperativo, mas tanto privado como público.

Realmente, se era difícil reunirem-se em associação, vemos que os baianos não desanimavam: os Calmon, os Gonçalves Martins, os Cotegipe se repetiriam. Não faltou iniciativa e arrojo. As últimas invenções eram experimentadas com avidez. Muitas foram feitas lá mesmo no Recôncavo. O engenho de Manoel Jacinto de Sampaio e Meio, de tão inovador, passou a ser reputado fantasista, e conhecido como o "engenho da Filosofia". Melhorou-se extraordinariamente o rendimento da lavoura, com a "caiana" (de 1 para 4); economizou-se lenha com novos processos; as novas máquinas reduziram as necessidades de animais, e de braços, que já não vinham da África, e ainda eram vendidos para o Sul.

E porque, então, os pioneiros não eram imitados? Porque o novo engenho, importado pelo governo do Presidente Gonçalves Martins (antes de 1852) para venda, não encontrou comprador? E que certas condições internas desanimavam, como a dos transportes no massapé, e aquela apontada por Sequeira Bulcão (o número de engenhos crescera numa média de 3, anualmente, entre 1728 e 1827). Com a lei desse ano, liberando completamente, a média subiu a 23, até 1834, segundo Gois Calmon.

Ainda há a acrescentar a ostentação de muitos senhores. Mas, sobretudo, as condições desfavoráveis do comércio internacional vinham se acentuando. O sucesso desses senhores mais adiantados era relativo e não raro duvidoso. Se os preços do açúcar e a competição, favorecida de outras fontes não permitiam, por um lado, a capitalização essencial aos novos empreendimentos privados e públicos; por outro, não abriam perspectivas claras de amortização dos investimentos novos. O conselho do Marquês de

Abrantes (Miguel Calmon) a Cotegipe, quando este tomou posse dos engenhos, ilustra a situação: "apenas ocorre-me um, cuja eficácia abono: "Nada compre fiado." Ainda outro: "Vá lentamente (quero dizer sem comprar máquinas e aparelhos dispendiosos) empregando os meios, já mais ou menos conhecidos de poupar o excesso braçal [...]"

A insegurança era o signo do açúcar. Honra a Cotegipe, que, desejando como tantos outros empreendedores, mais o gosto da experiência e do exemplo do que a segurança do patrimônio se lança em instalações modernas e dispendiosas; um serviço para a indústria do açúcar de todo o Brasil, pois, dessa experiência, "começo da decadência da fortuna particular do seu fundador", O Instituto Fluminense de Agricultura publicou um folheto de utilidade geral. (PRATT, 1928, p. 277).

O principal fator de tudo era o comércio internacional. O pequeno Portugal já não nos comprava com preferência, a não ser talvez o das ligações tradicionais ou de sangue, entre as casas de negócio daqui e de lá.

A Espanha tinha suas colônias (Cuba e Filipinas), que também recomeçavam a fornecer aos Estados Unidos, e agora com progresso crescente. A Inglaterra tinha as Índias Ocidentais e a própria Índia. A França tinha as suas Antilhas. A Holanda acabava de desenvolver o parque açucareiro de suas Índias Orientais. E claro que esses parques, tendo mercados, assegurados pelas tarifas aduaneiras, pela navegação, pelo aparelhamento comercial e financeiro das grandes potências, podiam ainda imobilizar capitais em grandes conjuntos de produção e realizá-la, numa escala tal que seria de todo impossível vencermos nós a concorrência. A exceção foi o café, favorecido pelo desastre de Haiti, mais exigente de terreno, porque não se encontraram áreas coloniais tão propícias como as do Vale do Paraíba e a terra roxa de São Paulo. Na Europa Continental, o açúcar de beterraba, terrivelmente protegido, elevava a sua produção de 4%, da produção mundial de açúcar no meado do século a 68%, na safra 1900-1901, caindo embora depois; mas continuando sempre acima dos 30%, nos períodos normais.

Nossa posição, apenas se aliviava, em anos de excepcional procura, de safras ruins ou perturbações nas áreas concorrentes, como parece ter sido o período de lutas em Cuba pela independência. A força da produção cubana avultou depois com a "preferência cubano-americana", a partir da última década de século – mais outro fator de consolidação da crise açucareira no Brasil. O Recôncavo não podia salvar no mercado interno, dada a limitação deste e a localização mais favorável dos canaviais de Pernambuco, de Campos e da Baixada Fluminense, além de outras circunstâncias.

Entre 1873 e 1890, a crise no Recôncavo açucareiro, que já vinha de antes, tornou-se aguda. Ela inspirou, em 1888, a isenção total de impostos para açúcar. Em meio da crise, 1879, o presidente da Província contratou 6 (seis) "centrais".

Outros empreendimentos sucederam-se, sobretudo, de 1892 em diante, com a relativa reanimação nos preços internacionais, e quiçá, também, a expansão monetária interna, com o seu efeito de capitalização forçada. Assistimos, nesse período, um esforço maior de reequipamento, com a instalação de várias "centrais". Foi uma época encabeçada por um grande empreendedor, prematuramente falecido, Jayme Vilas Bôas.

Foram anos excepcionais; a lavoura da cana pôde se manter um pouco mais pela queda do câmbio. Entretanto, nem isso a salvou. Sua nova oportunidade foi a Guerra de 1914-1918.

Fumo

Quanto ao fumo, “elemento certo, constante, e de todos os tempos, desde os coloniais” (CALMON, 1923), cultura que era “uma das mais valiosas desta Província (CALMON, 1835), apesar de ter sido sempre antes do pobre que do rico, sofreu com a redução do tráfico uma queda vertical: de 767 mil arrobas, em 1815, para 64 mil em 1934, tendo excepcionalmente, no período, atingido 800 mil, em 1821”. Cerca de metade da safra, em fumo negro, rolo, era o pagamento na África dos escravos, que, em si mesmo, era um grande negócio.

O fumo se desenvolvera, a princípio, nos “campos arenosos de Cachoeira”, mas especialmente em São Gonçalo, Inhambupe, que parecem ter sofrido o maior golpe, e Brejões.

Perdeu-se, além disso, o comércio continental europeu, com a Independência e o péssimo Tratado com Portugal. O fumo, em folha, tinha garantido o mercado português, através do qual ia até a Espanha, a alhures. Não se soube conservá-lo. Depois da Independência, em 1835, Miguel Calmon reclamara ainda, como oportuna, a renegociação do Tratado, fazendo confronto nosso com o comércio florescente entre os Estados Unidos e a Grã-Bretanha. Todos os gêneros coloniais ficaram sem o apoio da preferência lusa, importante na escala da época, enquanto eram excluídos ou desfavorecidos no comércio de outros países, particularmente o da Inglaterra, que, apesar do Tratado de 1810, “não consome produto algum nosso, afora o algodão”, segundo o testemunho de Calmon (1835)¹¹.

Os esforços que vinham de Pombal, para enfrentar a concorrência do tabaco hava-nês prosseguiram (SIMONSEN, 1944). A Inglaterra preferia os fumos da Virgínia; a França, o das Antilhas. Nós estávamos com a nossa principal rota de comércio para o “fumo branco”, cortada. Sofria, ainda, o comércio fumaceiro das especulações em Gibraltar, e ainda os reflexos da epidemia entre 1829 e 1832, que devastou os rebanhos próximos e sacrificou o esterco, necessário as malhadas. Acrescentava ainda Miguel Calmon, como um dos fatores secundários da crise, o “doce prurido do ganho”, e mostrava que a importância, vulgarmente, atribuída aos impostos não era considerável.

A situação do fumo só veio a melhorar e estabilizar mais tarde, como desenvolvimento das fábricas de rapé, de charutos e de cigarros, que, aliás, importavam fumos:

11 Segundo a cláusula XX desse Tratado baseado na “reciprocidade” e “mutual conveniência”. A Inglaterra ressalva sua proibição de importar açúcar, café e outros produtos, permitindo, porém a Portugal (cl. XXII) impor direitos proibitivos sobre tais produtos das Colônias britânicas.

a fábrica de Areia Preta “preferia comprar aqui as 300 à de Virgínia”, diz Calmon (1835), que apresentava um programa de aperfeiçoamento da lavoura fumaceira.

As malhadas foram melhorando o produto e fornecendo mais às indústrias crescentes. Ao lado disso, a Guerra de Secessão favoreceu nossa exportação. A expansão do consumo mundial, no final do século, foi outro fator favorável, dando margem para todos, apesar da superioridade de Virgínia, de Cuba e das Índias Orientais Holandesas, além do próprio desenvolvimento da produção europeia na faixa mediterrânea. Outra guerra nos favoreceu: a da Independência de Cuba. Com o desenvolvimento do comércio alemão, desprovido, relativamente, de colônias, chegamos a consolidar o mercado da Europa Central. O consumo mundial ampliou-se, e as peculiaridades dos fumos baianos contribuíram para manter a preferência de muitos fumantes.

E assim, ampliado o consumo interno e restaurado o mercado mundial, depois de longo processo e várias peripécias, chegou o fumo no final do século a ser o nosso principal produto de exportação, atingindo em 1902 a sua maior exportação.

Mas, tal como outros produtos tropicais – a exceção única, no nosso caso, foi a do café – encontraram-se nas colônias terrenos favoráveis. A técnica e o capital dos grandes países mercantis havia certamente de se voltar para elas e não para os “Campos de Cachoeira”. Assim, nas Índias Orientais Holandesas as culturas do fumo se desenvolveram largamente. Em Sumatra, de 50 fardos em 1864, já em 1903 produziam 255.000. Java passava de 182 em 1890 para mais de 400.000 em 1910 (CALMON, 1913).

Algodão

O algodão, em 1835, estava estacionário; se não, regredindo, segundo Calmon (1923), e prosseguiu aproveitando algumas oportunidades ocasionais; nenhuma, como a da Guerra de Secessão dos Estados Unidos, quando o algodão atraiu tudo, mas foi um mal depois.

A indústria mineira foi favorecida, depois do meado do século XIX, e já antes, desenvolvida, sob a proteção da distância dos portos, com a produção do algodão no Sertão baiano. Registra-se que o sertão de Caetité fornecia mais à Minas que à Bahia, para cujas fábricas o algodão importado era mais acessível.

Pequeno, o mercado interno continuava com o produto na dependência do mercado externo; incerto, em geral adverso, pelas mesmas razões apontadas ao tratarmos do fumo e do açúcar, apesar do aumento do consumo mundial.

No começo do século XX, o algodão baiano havia declinado, a ponto de não chegar a suprir as próprias fábricas no Estado. Sabe-se que os meios de transporte para o Sertão devem ter sido o grande fator negativo.

Café e Cacau

Hartt (1941, p. 273) observa, na fase de prosperidade do café no Sul do país, que na região costeira e no Recôncavo, a irregularidade das estações não o favorecia¹². O café que, em quantidade, relativamente, pequena foi sendo exportado, vinha, a princípio, quase exclusivamente do extremo sul do Estado, da Colônia alemã, para cima de Caravelas, a qual teria fracassado com a abolição da escravatura¹³. Depois, o café ganhou os municípios da orla do Recôncavo, e algumas roças isoladas, aqui e acolá, como as do “café da Chapada” (Diamantina), que criaram esplêndida variedade de café.

Mas, só excepcionalmente se observou o regime de maiores plantações, como as do Vale do Paraíba. A produção foi pequena, mas foi uma das que contribuíram, pela variedade, para reduzir o desequilíbrio na economia exportadora do Estado. Essa produção, porém, chegou a avultar nas quadras dos preços altos, preponderando, em parte, entre 1893 e 1903, sendo a maior safra em 1898. Sua importância comercial foi sustentada pelos esquemas de valorização, posteriores ao Convênio de Taubaté, mas isto não impediu a decadência das lavouras.

O cacau surgiu aos poucos, tomando vulto depois de 1890; e foi providencial. Abriu uma nova fase em nossa economia. As exportações sofriam uma crise cada vez maior. A exportação do cacau só no período de 1838 – 1839 superou 1.000 sacas (1.322).

No período inicial, essas exportações parecem ter tido influência considerável dos alemães da fracassada colônia, estabelecida no Rio Almada, por ocasião da Independência, bem como dos espanhóis fixados no rio Cachoeira, ao lado do elemento nacional. Garimpeiros das “Lavras” precisavam de emprego. A população crescente do Recôncavo e municípios vizinhos encontrou uma esperança. A zona cacaeira, sobretudo Ilhéus e Itabuna, mas também, desde a Barra do Rio de Contas até Belmonte atrai os mais enérgicos aventureiros disponíveis, inclusive do estado de Sergipe.

Em 1893, registrou-se uma exportação superior a 100.000 sacos; em 1911, superou 500.000 sacas. A Bahia sucedeu ao Equador, em 1905, como o maior produtor mundial,

12 Zehntner. Citado J.R. Souza. Refere colonos espanhóis que abandonaram o café pelo cacau.p.35.

13 Informação que o A. ouviu de Braz do Amaral. A colônia efetivamente adquirira a feição de uma “plantation” tropical com escravatura (HANDELMANN, 1931, p. 475, 646).

competindo com S. Tomé. No final do século, em diante, as tradicionais plantações do Pará haviam se desorganizado, até o quase aniquilamento, pelas cheias e pela atração da borracha. Mas, as plantações coloniais africanas concorrentes começaram a se preparar. Não obstante exportar cerca de 1.000.000 de sacas em 1920, a participação no comércio mundial diminuía.

Na região que se abria, depois de três séculos de inospitalidade da floresta e do indígena, as condições ecológicas eram excelentemente propícias ao cacau; mas o custo e a dificuldade dos transportes, difíceis pelo terreno, salvo o aproveitamento de alguns trechos fluviais, como o Jequitinhonha, e descuidados pelo caráter sinecurista dos orçamentos públicos, retiravam grande parte do que a terra oferecia aos pioneiros e estimulavam os intermediários.

Não faltaram tentativas de racionalização da cultura e do tratamento da amêndoa do cacau. Muitos fazendeiros procuraram inovar, adaptar processos usados em outras circunstâncias, inventar melhores sistemas de barcaças, tabuleiros e até estufas (ZEHNTNER, 1914). Muito precária, ou ao menos lenta, é a experimentação individual e isolada, que frequentemente leva ao desânimo e ao descrédito, pela perda de dinheiro.

Este fato deve explicar, ao menos em parte, a resistência do nosso lavrador comum às inovações. É que faltou a experimentação pelas estações oficiais e um trabalho de informação e de assistência técnica, além do crédito e estímulos para essas instalações.

O transporte, as condições gerais de negócio, e a ignorância de grande parte dos plantadores impediam um melhor tratamento do cacau. A qualidade sempre foi baixa na grande massa das exportações. Cerca de 3/4 não atingiam o tipo "superior". A padronização era difícil, quase inexistente, apesar da manipulação dos depósitos de exportação. Não parece, porém, que a fraude tenha sido um fator importante, como em outros produtos.

Entrementes, a procura mundial crescia. A Bahia foi vencida pela Costa do Ouro, depois de 1910. Porém, esse fato e a própria instabilidade dos preços não anularam a vantagem do cacau, relativamente a outras culturas, e a produção baiana foi também crescendo. Em 1935, estava duplicada a cifra obtida em 1920. Mas, nessa mesma época a Costa do Ouro já atingia mais do duplo da produção brasileira.

Destacam-se, como traços característicos dessa história atual: um episódio em que o comércio e o homem do povo não foram assistidos de orientação e facilidades: as flutuações de preços e mercados que, associados a falta de transportes, de

comunicações, de crédito e à impossibilidade de armazenamento, permitiam o fácil controle pelos importadores estrangeiros, e o melhor proveito dos grandes intermediários e únicos financiadores e informantes; a imprevidência e megalomania de grande parte dos lavradores nas épocas boas: o completo abandono das produções de abastecimento, em razão do próprio sistema, o que poderia ter sido suprido, em parte, por uma política corretiva; e, afinal, o fato de que, numa zona despreparada, em vez de o estado promover as inversões públicas, necessárias à utilização de toda a produtividade potencial da zona, ele lançou mão, avidamente, das receitas do cacau para cobrir as aperturas crônicas de um orçamento sobrecarregado, num grande território, carente de pequenos e estéreis auxílios e, sobretudo, com a necessidade de dar empregos públicos aos desempregados de todas as categorias.

Desse modo, foi o Estado um fator de descapitalização; e, até hoje, a zona do sul, que é o novo núcleo econômico do Estado, não superou certas precariedades iniciais, nem mesmo a melhor integração com o sudoeste e o Recôncavo.

Minerais

Na exportação, um fato novo foi de grande importância: a redescoberta do diamante, após terem sido achados diamantes na Bahia, no Período Colonial. Há referência, por exemplo, às minas de Jacobina, em 1755, mas foram todas interditas. "Delas se perdera a memória, até que em 1822, Spix e Martins tornaram a achar as jazidas de Sincorá. Em curto prazo, toda a Chapada Diamantina revelou suas prodigiosas riquezas em gemas; novos "placers" foram encontrados" (CALÓGERAS, 1938; SIMONSEN, 1944, p. 83).

Foi em 1842 que as Lavras Diamantinas se revelaram. E consta que a exploração ali foi mais importante do que as cifras revelariam, porque grande parte se exportava de contrabando.

As Leis de 6-9-1852, facilitando o regime de exploração mineira, e a de 26-9-1867, revogando a proibição aos estrangeiros, parecem ter estimulado a mineração. A prosperidade das lavras e esse grande esteio para a Bahia só foram abalados, mas então seriamente, com a descoberta das grandes minas da África do Sul, a partir de 1867. Depois desse fato, ainda continuou, porém, mais modesto e muito incerto, o comércio de diamantes; aliás, até hoje.

Os carbonados vieram aliviar a situação. Encontravam-se com os diamantes, mas não tinham valor. A partir de 1870, começaram a ser comprados por preço modesto para corte de diamantes, polimentos, etc. Depois, sua aplicação industrial avultou, sobretudo a partir da perfuração do Túnel de São Gotardo, e por ocasião da abertura

dos canais de Suez e do Panamá. Tornou-se, então, um negócio altamente lucrativo, do qual a Bahia era praticamente o único detentor, pois a contribuição de Bornéo foi muito pequena. Os carbonados começaram a rarear e a queda de produção, por volta de 1900, era sensível, enquanto a procura mundial crescia. O preço entre 1895 e 1908, embora variando desde 25 dólares, chegou à altura de 85 dólares o quilate. Esses preços de monopólio perduraram, com a Primeira Guerra, mas pouco se encontrava para exportar e, logo depois, os carbonados, quase desapareciam das cotações, substituídos no seu emprego por produtos industriais.

O grande acontecimento foi o carbonado achado em Brejo da Lama, em 1895, vendido nas Lavras por 114 contos; na Bahia, por 121 contos; e nos Estados Unidos, por 32.000 dólares¹⁴.

Calculavam-se os embarques anuais de carbonados da Bahia, na entrada do século XX, entre 4 e 5 milhões de dólares, enquanto toda a exportação de diamantes do Brasil, em 1906, teria sido de 5 milhões.

Fora os diamantes, a contribuição das demais minas foi muito secundária; o ouro sempre pingou alguma coisa. Outras muitas e variadas jazidas, distantes e mal conhecidas (ainda hoje), eram riquezas em potencial. Os depósitos de turfa de Maraú, "que têm atraído tanta atenção», determinaram a organização de uma companhia inglesa, depois de animadoras análises nos Estados Unidos e Europa e de cuja constituição Hartt já dá a notícia (HARTT, 1941, p. 292). Vê-se depois que essa Companhia Internacional de Maraú produzia no fim do século, ao lado de velas em larga escala, o "petróleo" (querosene) de marca "Brazolino". Sua história, se está feita, não conhecemos, e seria quiçá uma das mais interessantes monografias para a história econômica da Bahia. Em que medida fatores internacionais resolveram a sua sorte?

A tradição local, segundo dois depoimentos autorizados que ouvimos, é de que o fracasso da refinaria se deveu a um desentendimento do gerente inglês John Grant, denominado no local como João Branco, com os operários, do que resultou um ambiente de terror e o abandono da empresa tropical, apesar de ser ela remunerativa.

Antes, porém, os ingleses teriam verificado que as retortas instaladas, segundo um modelo desenvolvido para as tufas duras e pobres da Escócia, eram inadequadas para a marauita, pois só retiravam cerca de 5% de um minério com teor acima de 30%. A companhia destilou então, longo tempo, óleo cru importado. Foi assim, de qualquer maneira, instalada a primeira destilaria de óleo no país.

14 Artigo da Revista Internacional das Repúblicas Americanas. Tr. E outros informes "Boletim da Agricultura" Bahia janeiro/março, 1909, p.123.

Liquidada a Companhia Internacional, depois do incidente, ficou o seu acervo com a Companhia Extrativa Mineral Brasileira, fundada em 1891, e que passou ao controle do Comendador Augusto Ferreira, um grande empreendedor baiano, que teve grande influência de Mauá.

Anos depois, o Com. Ferreira procurou associar novos capitais na Europa, tendo seu intento frustrado com a I Guerra. Retomou-o seu logo depois do Armistício, trazendo um especialista americano, e tentando voltar a produzir, mas o rendimento das máquinas não o permitiu. Encarregou a uma firma de Hamburgo o estudo de novas instalações. A morte, porém, o levou e, desde então, sucessivas dificuldades impediram aos herdeiros e ao próprio Governo do Estado de reviver o empreendimento¹⁵. Ainda hoje, porém, avultam no cenário, devolvidas à condição primitiva, ruínas impressionantes desse empreendimento.

No começo do século XX, surgiu a fase das areias monazíticas, as quais, já antes da Guerra de 1914, exportavam das praias do sul do Estado uma quantidade pequena, registrada nas estatísticas, mas a tradição oral referia longas quantidades carregadas como lastro pelos navios, sobretudo alemães, nas praias desertas. Já perto, na Guerra de 1914, houve um surto de manganês (Santo Antonio e Jacobina), para não entrar nos mais recentes acontecimentos no setor da mineração. Certo é que não faltaram ideias e iniciativas, desde a de Agostinho Gomes, nos primeiros anos do século.

No meado do século XX, Antônio de Lacerda, figura que ainda não conquistou o relevo a que faz jus em nossa história, é uma expressão de ciência e de empreendimento, voltada para os recursos da Bahia. Ele é o homem a quem os cientistas estrangeiros se dirigem, e que a eles fornece uma série de revelações sobre a geologia baiana. É o homem também dos maiores empreendimentos industriais da época. Não visando fruir, mas produzir; suas sucessivas empresas não serviam a ele nem aos seus.

Outras catas

Coincidiu com o surto do cacau um outro, menos considerável embora, e que favoreceu outras zonas nos últimos anos do século passado (XIX) e primeiros deste (XX): o da borracha. O sertão possuía maniçobeiras e mangabeiras, das quais também se extraía precioso leite que, embora inferior ao da seringueira da Amazônia, ainda obtinha preços fabulosos.

15 Agradeço ao Prof. Manoel J Ferreira. Ilustre sanitarista e filho do Com. Ferreira o acesso que me permitiu a uma interessante documentação a respeito.

A principal espécie explorada na Bahia era a chamada maniçoba de Jequié, existente no sul do Estado, cujo produto era o primeiro cotado em Londres, depois da borracha de seringueira. O quilo do produto seco rendia para o produtor cerca de cinco cruzeiros, em 1909. Um homem cortava, por dia, até 300 árvores, obtendo um rendimento médio de 100 a 200 gramas, por árvore; o que rendia um pouco menos da quarta parte em produto seco. (DUTRA, 1909, p. 170).

A produção diária de um trabalhador chegava a 10 K, para mais, ou seja, era superior a 50 cruzeiros daquela época, no ano melhor. Desde 1890, porém, os preços foram muito favoráveis, declinando depois de 1910.

As condições do trabalho nos maniçobais baianos eram mais favoráveis do que as da Amazônia. O número de árvores cortadas, quando havia densidade, o terreno, a coagulação ao ar livre e o custo da vida eram mais baixos. Apesar do preço menor (8 s. para a maniçoba, 9 para a hévea no final de 1908), sua extração era talvez mais rentosa que a da seringueira. Mas sua frequência era pequena.

Apesar de certo esforço de cultivo, a Bahia não podia contribuir com muito para o mercado (ZEHNTNER, 1914). A fraude imperou nesse comércio, como aconteceu também na Amazônia (AMARAL, 1923). Mas não foi este o fator do fracasso, e sim a competição da hévea do Oriente. Os preços caíram e, com a abundância do produto melhor, a crise para a maniçoba veio antes do que para a seringueira. Muitos outros produtos extrativos – como sal, araroba, azeite de baleia, peles de cabra (além das de boi), carnaúba, ipeca, tucum, piaçava – figuravam sempre numa grande variedade e numa frequência irregular nas exportações baianas.

ABASTECIMENTO – FINAL DO SÉCULO XIX

Retomando o quadro que bosquejamos para o período inicial, a situação do abastecimento teria melhorado no final do século. Mas, continuava sujeita às irregularidades crônicas. Os rebanhos desenvolveram-se na Bahia, desde o início do século. As regiões pecuárias continuaram a se expandir, apesar das pragas e secas, salvo talvez a do São Francisco, durante o período considerado.

A Bahia se autoabastecia e exportava gado pelas divisas norte, embora o importasse para engorda do norte de Minas. É provável que seu balanço de carne fosse favorável, apesar de continuar durante todo o período a importação de charque do Rio Grande.

Para alimentação, desenvolvera-se, também, um rebanho ovino numeroso (o segundo do Brasil), conquanto de pequeno porte. Era o gado do pobre, como a cabra. Esta chegou a proliferar, como uma providência, nos sertões agrestes, constituindo o

primeiro rebanho do Brasil. Sua influência na alimentação popular foi e é sensível, não obstante os rebanhos caprinos serem de baixa característica para carne e para leite, eles ofereceram, ainda, um produto reputado de exportação, graças à secura do ar do Nordeste – as suas peles, notadamente a variedade denominada “Uauá”. A exportação de couros e peles, um esteio da economia regional, constituiu um subproduto regular dos rebanhos.

A pesca foi outro grande recurso. Para a rala população da costa e da boca dos rios, ela foi abundante. No rio São Francisco também não faltava pescado.

A pesca da baleia foi uma importante indústria, e ela não fornecia apenas óleo. Pescava-se, ainda no começo deste século XX de 350 a 450 baleias por ano. A pesca da garoupa chegou a ser florescente em Porto Seguro. Na costa, a impressão dos viajantes era de vida fácil. Ainda hoje o é em lugares mais saudáveis e com pouca gente.

Mas é fora de dúvida que eram empregados tradicionalmente métodos distribuidores. E não se desenvolvia, se não muito limitadamente (caso do surubim, no S. Francisco, e o do camarão seco, no Recôncavo), a prática da conserva. Importavam-se então grandes quantidades de bacalhau português, que também atendiam a hábitos culinários tradicionais.

A crise dos produtos de exportação e o aumento das populações teriam levado ao desenvolvimento das economias fechadas de autoabastecimento, fomentada pela cultura de quintais e chácaras. Há também uma razão ecológica. Culturas que se adequavam facilmente à região costeira, úmida e florestal, não encontravam escoamento no comércio: jaqueira, fruta-pão, e outras fruteiras, inclusive a laranja e a banana, que hoje são comerciáveis. O café, com a irregularidade das estações, não progredia muito. O cacau veio depois. O resultado é que as condições locais, favorecidas ainda pela pesca, fomentavam a pequena economia fechada.

Quase toda a alimentação consumida não passava pelo mercado e, quando aparecia nas feiras municipais, cotava-se a preços muitos mais baixos do que os preços que vigoravam nos centros maiores.

As matas são um fator de suficiência local, salvo em algumas zonas. O comércio das madeiras, florescente em outras épocas, sobretudo as do Brasil, se reduzira. Mas, as matas forneciam lenha, carvão, material para as casas, e todos os utensílios para as construções navais. Essa variedade de produção tornava relativamente fácil a vida no Recôncavo e litoral, bem como no sertão, menos assolado pelas secas.

A variedade de recursos de abastecimento, num sistema de economias fechadas e de serviços domésticos, perturba até hoje as comparações de padrões de vida, particularmente os de alimentação; bem como falseia a comparação da renda social.

Entretanto, continuava o abastecimento a sofrer a precariedade e irregularidade de certos fatores, principalmente dos seguintes: os grandes preços dos produtos de exportação, que desviavam trabalhadores e fazendeiros das culturas de abastecimento; as secas nos estados do Nordeste, que provocavam intensa procura por farinha e outros gêneros na Bahia, e resultavam em carestia; as secas e as epidemias no próprio Estado (a febre amarela, a varíola e o cólera, que devastou no meado do século, além do paludismo), diminuindo a produção; as deficiências de transportes de armazenagem e de crédito, impossibilitando estoques e fomentando a especulação dos intermediários; o baixo padrão social e político da agricultura de abastecimento, subordinada ao prestígio dos senhores de engenho e das populações, consumidoras urbanas, que formavam medidas arbitrárias ou imediatistas em prejuízo dos pequenos agricultores.

Talvez dos únicos atos que revelem uma reação seja um que, apoiado ou inspirado na campanha abolicionista, dá preferência à produção de trabalhadores livres; isso já na segunda metade do século (CALMON, 1836)¹⁶.

o normal, porém, é a sucessão de gritas dos consumidores e de gritas dos produtores, enquanto nas zonas mais prósperas, como se tornou o caso típico da cacauieira; os trabalhadores ganham mais, mas passam relativamente pior, embora sejam mais capazes

de importar confortos convencionais e superfluidades. Do lado do interior, que fornecia farinha e outros gêneros, do menos protegido e que pagava mais caro as importações, a queixa era, permanente e nunca poupava o governo:

“Governo novo tá na Bahia.
Matando o povo na mercadoria”¹⁷.

No final do século, o dramático episódio de Canudos desorganizou a produção do Nordeste, agravando, quiçá, o seu empobrecimento. Mas as tropas e os fornecimentos militares espalharam muito dinheiro, em proveito, ao que parece, não só do comércio da capital, como de outras cidades. Resultou, então, a carestia; e mais uma vez a farinha ficou pela “hora da morte”. Foi esse também um dos fatores ocasionais da crise de abastecimento.

16 Discurso de Miguel Calmon na Sociedade d' Agricultura Industria e Comércio da Bahia em 31-1-1836.

17 Uma das trovas cantadas tradicionalmente na roda das casas de farinha do Recôncavo e colhida pelo autor.

Obras públicas

As grandes obras ou serviços públicos requeridos para o desenvolvimento da Bahia encontravam frequentes iniciativas; mas, arrojadas e temerárias, face ao vulto dos capitais locais. Também as tendências econômicas, e quiçá as más administrações (pois melhores deviam ser em face daquelas condições gerais menos animadoras), sem embargo de figuras excepcionais, como Gonçalves Martins e J. M. Wanderlei, não atraíam o capital forasteiro, como o Sul, lá pelo fim do século.

É enorme e admirável, porém, a lista de projetos e de realizações, em que avultaram: as obras do porto na quadra de 1830-40; a Estrada de Ferro visando o São Francisco (1858 em diante); novo aterro em 1867; companhia de carris, 1869; a estrada de ferro (Central da Bahia), que deveria alcançar Santa Isabel do Paraguaçu e a ponte sobre o Rio Paraguaçu (1884); Estrada de Ferro Nazaré, concedida em 1870; o novo projeto de docas, objeto de uma companhia fundada em Londres por Mauá, a qual se dissolveu em face de "moras e complicações da administração" (1870); as companhias sucessivas de navegação no Recôncavo e litoral ao longo do século; o Serviço de Navegação do São Francisco; a Cia, de Gás, autorizada em 1861; os planos inclinados e os elevadores; a estrada de ferro de Santo Amaro, mais tarde a de Ilhéus-Conquista; afinal; as vultosas

obras do porto da Bahia, a partir de 1911. Os faróis da Bahia, Morro de São Paulo e Abrolhos, ao lado de melhoramentos nos portos, caminhos no Interior e linhas telegráficas, foram trabalhos do século passado, não continuados quiçá, na mesma progressão, neste século. Muitas dessas obras pioneiras se fizeram concluindo a redução dos indígenas nos sertões da Ressaca e da Conquista, onde, ainda no começo deste século, se subjugavam e extinguíam aldeamentos selvagens.

Essas realizações materiais contribuíram consideravelmente para dominar a paisagem difícil do Estado, abrindo caminho para realizações presentes, e, se mais não puderam alcançar não se deve tanto às más administrações, mas, sobretudo as condições econômicas gerais da Província e do Estado, que não asseguravam a amortização dos capitais requeridos.

Indústria¹⁸

Além da indústria do açúcar, viu-se o florescimento da indústria de produtos do fumo; essa urbana (Capital e Cachoeira, a princípio). Em 1835, falava-se na "indústria nascente de fazer charutos", antes importados da Havana, Nova York e Gibraltar.

¹⁸ Estas as informações a seguir sobre indústrias são retiradas de Calmon (1923), Pinho (1944) e do discurso de Calmon (1836).

Mas a de rapé já era ampla e a Bahia tinha monopólio. Contava a Bahia com três fábricas, e já no ano seguinte referia o mesmo informante mais uma.

Um suíço teria aperfeiçoado a técnica indígena. A fábrica de cigarros Leite & Alves, filial do Rio, foi estabelecida em 1856, e a de charutos Danemann, em 1873, mas antes havia pequenos fabricos (KIDDER; FLETCHER, 1857, p. 497).¹⁹

Na indústria de tecer, Calmon (1836)²⁰ refere-se a uma, “a braço”, no Cabeça. A importação, só de tecidos de algodão, em 1835, era de 3.984 contos: 47% da importação baiana, em que todos os tecidos participavam, com 65% de Pernambuco, que já tinha uma fábrica “em grande escala”.

Depois, foram se instalando outras na Bahia, para panos grossos, as quais cresceram em número e certamente em qualidade de artigos, depois da revogação do tratado Inglês, em 1810, pela clarividente ação do Ministro Alves Branco, que era um baiano, em 1844. Uma dessas fábricas, a de Valença, ficou conhecida, no meado do século, como “a melhor em todo o Império e talvez da America do Sul” (CALMON, 1923). Terá sido sucedida, na importância do empreendimento, pela Fábrica Luís Tarquínio, na Boa Viagem, de que trataremos adiante.

Até 1890, há notícia de mais nove fábricas, instaladas na Bahia. Mas as condições locais não poderiam, por um lado, ser muito favoráveis, dada a crise na maior parte da década de 70 e quase toda a de 80.

Entre 1890 e 1891, criam-se cinco companhias do ramo têxtil: a União Fabril, consórcio de cinco fábricas existentes; uma de capitais baianos, estabelecida em Sergipe, Estância; outra, a poderosa Companhia Progresso Industrial da Bahia, com 10.000 contos de capital, é a mais notável de todas; a empresa de Luís Tarquínio, a Companhia Empório Industrial do Norte. Esta empresa construiu o conjunto fabril que terá sido o mais moderno, naquele momento e a experiência social mais avançada da época.

Luís Tarquínio, tendo o apoio de outro homem esclarecido, Leopoldo José da Silva, ambos enriquecidos no comércio, começou ele realizando uma larga obra de saneamento; planejou sua fábrica, rejeitando as comuns ofertas de fábricas completas e escolhendo a melhor em cada centro ou de cada experiência; bem como, ao mesmo tempo, projetou a vila operária, que já teria sido inaugurada (naturalmente a primeira parte) em 1892, na qual, utilizando as sugestões de ideias e experiências socialistas do Século XIX, instituiu realmente um sistema original de valorização

19 A fábrica era do mesmo Dr. Bernardino. Fundador da de tecidos.

20 Discurso de Miguel Calmon na Sociedade d' Agricultura Industria e Comércio da Bahia em 31-1-1836.

do trabalhador e de estímulo à eficiência. É uma experiência realmente admirável, espantosa. O livro de Péricles Madureira de Pinho deveria ter maior divulgação, inclusive em versões para a infância e para a juventude (PINHO, 1944, p. 36).

Em outros ramos, encontramos em Miguel Calmon (1836) referência à fabricação de cerveja, de vinagre e de livros em branco, além de ferrarias, cujos produtos, mais caros naturalmente que os ingleses, eram, porém, como os portugueses, preferidos a eles²¹. As telhas e louças de Nazaré e Aratuípe já tinham fabrico regular e reputado de há longo tempo.

Kidder fala numa boa serraria de Valença, que fazia materiais mais elaborados²². Em 1841, uma "Companhia para introdução e fundação de fábricas úteis" não vingou, pois "faltava o indispensável aparelhamento bancário"²³. No mesmo ano, com um privilégio provincial, em 1843, houve uma iniciativa de fábrica de papel, que, entretanto, teve que vender os maquinismos pouco depois. Em 1869, Aristides Novis & Cia., obtém um outro privilégio para uma fábrica de papel.

Em 1860, inaugurou-se a fábrica de chapéus Bastos & Cia., com 250 operários²⁴. Em 1891, criou-se outra empresa de chapéus com 1.500 contos. Em 1872, havia quatro fundições. destacáveis; em 1877, obteve-se o privilégio da Companhia Salinas da Margarida; em 1861, houve uma exposição, em que os produtos industriais baianos figuravam; entre 1890 e 1891, fundaram-se, para outros ramos, afora os referidos, uma série enorme de empresas, para serraria e mobiliário, biscoitos, álcool, carruagens, etc. Nessa fase, chamada do "encilhamento", ainda mal estudada no Brasil, as empresas estabelecidas na Bahia apresentaram um coeficiente de solidez relativamente elevado. Foi uma época construtiva, em suma. Depois, contavam-se no Estado 123 fábricas.

Certo é que a expansão monetária foi a excessos desastrosos, mas atendia inicialmente às necessidades do país, que, por um lado, saía do trabalho escravo para o regime das "folhas de pagamentos", que requeria mais numerário em circulação; por outro, precisava abrir novos meios de vida para substituir a crise das lavouras e das

21 Quanto aos números, (CALMON, 1923) deve-se, porém, advertir sobre a variação do conceito Fábrica. A política do Ministro Ruy Barbosa sempre encontrou mais o desfavor que o aplauso. Mesmo entre os ruistas, precisa ser examinada melhor. Raros historiadores. Como Caio Prado Jr. e Roberto Simonsen. Reconheceram o seu alcance. Recentemente. Bastos (1948, p. 167) teve o mérito de pô-la em foco. Em uma monografia especial que já anuncia estar em provas promete desenvolver a tese de que "Ruy Barbosa foi o Ministro da Independência econômica do Brasil".

22 Dados do Ministério da Fazenda (ANNUAIRE DU BRÉSIL ÉCONOMIQUE, 1913, p. 234). Total brasileiro desses grandes era de 3.664 enquanto o total geral dos estabelecimentos industriais que pagavam o imposto de consumo era de 11.335. O inquérito promovido pelo Centro Industrial do Brasil em 1907 parece ter falhado inteiramente na coleta. A. cifras desse inquérito só aparecem melhores quanto ao D. Federal.

23 Ver Góis Calmon e Madureira de Pinho.

24 Simonsen (1939), abre o caminho, mas não chegou a fazer o 3º volume de sua História.

exportações. Ruy Barbosa teve o mérito de bem compreendê-lo, superando os preconceitos, de raiz colonial; sua política monetária e aduaneira partia dessa consciência. Pena é que, na sua curta e agitada gestão, não tivesse levado a cabo sua experiência, e que a inflação tivesse sido deixada a excessos que ele procurava prevenir²⁵.

Em 1912, os estabelecimentos industriais reputados "grandes" (unicamente, ao que parecem, os sujeitos ao imposto de consumo) eram 83 na Bahia (12º no Brasil), mas com um capital de cerca de 28.000 contos (7º lugar), uma produção de 25.000 contos (8º lugar), e 10.009 operários (8º lugar) (AMARAL, 1923; CALMON, 1923).

A indústria baiana também se aproveitou da I Guerra Mundial, mas numa escala menor, pelo estado de desânimo em que estava anteriormente. A porcentagem da Bahia, no total da indústria nacional, apurada no Censo de 1920, em capital aplicado (3,5%), força motriz (4,0%), operários (5,7%) e produção (2,8%); pelo Censo de 1940, caiu para 1,9%; 2,3% ; 3%; e 1,3%, respectivamente.

O desenvolvimento da indústria no Sul não encontrava paralelo na Bahia. As razões principais parecem ter sido: ritmo fraco de capitalização, decadência política da Bahia na República, efeito e novamente causa, dificuldades de transportes e carência de energia. Para vencê-las, não se encontravam recursos na economia colonial baiana. Elas terão sido também causa de outra carência, a quase nula imigração.

Todas estas causas estão intimamente relacionadas entre si e ainda com outro fator, que é frequentemente personalizado nas figuras de Pedroso de Albuquerque e Pereira Marinho, bem como de outros ricos comerciantes, salvo talvez Aristides Novis, antes e depois deles: os quais, sendo os financiadores, e acumulando capital em sólidos estoques e em seguras operações, acostumados aos azares dos negócios na Bahia, eram os arrematantes de lavradores e industriais nas crises intermitentes; os grandes compradores por "10 réis de mel cuado", nos frequentes momentos de abertura.

Deles recebiam terras, os engenhos e as ações das fábricas (MARTINS, 1920, p. 174). O interesse deles nos empreendimentos de produção era secundário, quando não fosse nulo. Não tinham tirocínio industrial. O espírito de iniciativa e indústria, tão presente e tenaz na história ainda recente da Bahia, havia de desencorajar-se e evadir-se em grande parte. E, com isto, a natural perda da experiência industrial; enquanto a indústria evoluía noutras partes.

25 Discurso de Miguel Calmon na Sociedade d' Agricultura Industria e Comércio da Bahia em 31-1-1836. Desconhece-se geralmente no Brasil a tarifa cobrada pela Inglaterra para a maioria dos nossos produtos, as limitações de navegação e a proteção inglesa para os seus produtos. Os tecidos por exemplo. Ricardo, consolidador da economia política clássica, foi no Parlamento um "oportuno" protecionista.

A história industrial da Bahia e mesmo do Brasil, porém, está por fazer-se.

Infelizmente não encontramos mais amplas fontes de documentação sobre as pequenas indústrias, naturalmente variadas, que deveriam existir na Bahia, no começo do século XIX, e como elas foram afetadas pelas alterações econômicas do novo século, particularmente o Tratado de 1810 com a Inglaterra (tarifa aduaneira básica de 15%, que vigorou até 1844). As observações referentes a outras partes do Brasil não deixarão de ser válidas para a Bahia.

Mas a influência é evidente. E a referência de M. Calmon à concorrência das enxadas britânicas às baianas, que eram preferidas, embora mais caras, como não podia deixar de ser, esclarece o problema. Nessa quadra e até recentemente, a tarifa aduaneira dos Estados Unidos impedia a concorrência de similares ingleses muito mais baratos.

Parece-nos claro que não deixou de ter desencorajado, quando não impossibilitado, o desenvolvimento do artesanato e da indústria na Bahia, a política livre-cambista, imposta pela Inglaterra, favorecida pelas ideias acadêmicas, e pela falta de informação sobre os fatos, na época. Miguel Calmon, senhor de engenho, possuidor de visão geral, porém, reclama: "Alguma proteção demais às fábricas, que a despeito de tantos inconvenientes, estão sendo fundadas, entra igualmente na classe dos meios favoráveis ao nosso intento. A indústria nascente carece dessa proteção: os povos mais cultos deram antigamente, e ainda hoje oferecem exemplos do aqui dito. Não apliquemos os princípios da liberdade do Comércio, até o ponto extremo de estorvar, que se avigore a nova Indústria Nacional" (BOLETIM COMMEMORATIVO DA EXPOSIÇÃO NACIONAL DE 1908, 1908). Essa era uma manifestação de quem contrariava fortes preconceitos da época.

Só revolucionários, como os "federalistas" do Forte do Mar, (1833), depois de condenar a permissão de estrangeiros no comércio, a retalho, diziam: "e também devem sofrer grandes direitos todas as obras feitas importadas para esta Província, a fim de em nada prejudicar as fábricas e as oficinas de marceneiros, alfaiates, sapateiros e todos aqueles que tiverem estabelecido qualquer ramo de indústria na Província, mesmo sendo estrangeiro". (ANNUAIRE DU BRÉSIL ÉCONOMIQUE, 1913).

Embora a tarifa de 1810, cobrada sobre pautas de valores, tivesse sido, às vezes, de incidência realmente maior, quando ocorreu baixa de preços, a regra parece ter sido o inverso, segundo Palmela, citado por Lima (1945): dos direitos não se percebia se não "metade ou menos" em consequência da fraude nas avaliações; O pior da tarifa, segundo um documento francês, era o sistema "odioso, vexatório", o qual, obviamente, dificultava também as importações essenciais, como de resto ainda hoje, e assim não tinha efeito protetor.

Lima aponta o efeito ruinoso do Tratado sobre as incipientes manufaturas nacionais, citando o lúcido Hipólito da Costa e seu "Correio Brasiliense". Deve-se ainda prestar atenção ao efeito desse ato sobre a imigração: suas possibilidades seriam limitadas face à concorrência dos produtos importados. O mesmo autor, conquanto não a propósito do Tratado, cita Tollenare, sobre as poucas profissões (serviços locais por sua natureza), únicas para as quais havia oportunidade para estrangeiros.

No final do século, Oliveira Martins, estudando a experiência brasileira, acentua o "caráter colonial" de nossa economia, fazendo paralelo com a dos Estados Unidos. Diz ele:

Abandonando pelo plantio desse arbusto enriquecedor (o café) a cultura e o fabrico dos gêneros essenciais à vida interna de uma nação, prostra a sua vida colonial, e adia a sua definitiva constituição econômica, para mais tarde. As teorias da livre-troca, olhando apenas para o lucro imediato, esquecem as necessidades futuras. (PINHO, 1944, p. 23).

COMÉRCIO, FINANÇAS E CONDIÇÕES GERAIS

O comércio da Bahia avultou com o desenvolvimento da navegação, a vapor, e a abertura dos portos. Já em 1824 contavam-se 19 trapiches, situação talvez só igualada pelo Rio, então porto do café. Os negociantes estrangeiros afluíram em grande número, frequentemente como agentes de grandes casas, sobretudo inglesas, mas também francesas e alemãs, e trazendo crédito. De sua influência, sem falar nos portugueses (não creio que da falta de comerciantes brasileiros), parece ser uma expressão os 4 nomes anglo-saxões numa comissão de 6, nomeada pelo governo da Sabinada, para gerir os armazéns tomados aos "marotos".

Já vimos a posição do comércio no crédito e no controle da lavoura e da indústria. Não se pode, entretanto, desprezar o papel que ele teve com os longos adiantamentos que fazia ao interior até bem pouco tempo. Ele era o batedor dos caminhos e o correio das notícias e das ideias: (A história do caixeiro-viajante ainda está por ser escrita, e não tem pouco de romântica, ao lado de sua grande importância econômica e cultural).

Pela falta de crédito e pelas outras condições internas e externas de nossa economia, o comércio, se em parte financiava fregueses, mesmo na crise, e os aliviava do pior, em parte se locupletava dos paradeiros e das aperturas. É certo, também, que muitas das queixas sobre ele vinham dos devedores imprevidentes e pródigos. Todavia, confirma-se que as fortunas foram feitas pelo comércio.

Contudo, apesar de tais fortunas terem atingido, em alguns casos, um vulto considerável, o comércio baiano, acompanhando as condições da economia geral da Província e depois do Estado, foi decaindo de sua importância relativa, sem embargo de seus capitais, por ainda serem consideráveis no começo deste século. Supomos que as grandes aplicações baianas em apólices, que ficaram famosas, provinham de reservas do comércio.

Uma estimativa, oficial, da circulação monetária em 1907 atribui à Bahia 96 mil contos, num total brasileiro de 743 mil, tendo apenas na frente Minas e São Paulo (103mil). É provável que a velocidade de circulação em São Paulo, já fosse bem maior, exigindo relativamente menor massa de moeda, mas a cifra da Bahia é expressiva do capital existente, em reservas de gavetas e pés de meia (Pernambuco 53 mil) (CALMON, 1923, p. 394).

Gois Calmon apresenta uma lista dos bancos, dos quais, pela sobrevivência, destacamos o Banco Econômico e o Banco da Bahia. Mas, houve numerosos outros, de grande projeção em suas épocas. A vida bancária na Bahia teria que sofrer dos excessos e desorientações, nos dois sentidos, da política financeira do poder central, sob a pressão de uma economia débil e flutuante, sofrendo as crises internas de crescimento e, ainda mais, pela sua situação reflexa, as crises oriundas de fora; política crescentemente formulada sem atenção aos interesses da Província e do Estado, que ia cedendo terreno na economia e na força política.

Também é de se destacar, entre as grandes casas estabelecidas na Bahia, e que existem hoje (1949), a Cia. Aliança, Moraes & Cia., e, depois de 1890, Magalhães & Cia. As casas de comércio em 1912 eram 16.094, sexto lugar no Brasil, sendo as casas atacadistas 257, quinto lugar, no total brasileiro de, respectivamente, 251.221 e 2.91066. Ainda nessa época, e por algum tempo mais, numa tendência decrescente, o comércio baiano alcançava todo o norte de Minas, Goiás e o sertão de Pernambuco e de Piauí, além de Sergipe.

Na falta de dados sobre a renda social ou produção total líquida do Estado, e ainda sobre entrada e saída de capital e outros pagamentos, que nos permitissem um balanço geral das contas, a melhor aferição numérica da situação de uma região econômica, mormente tão sujeita ao intercâmbio com o Exterior e depois com outros estados do Brasil, é o balanço de comércio (também chamado balança comercial). Mesmo os dados sobre este são falhos. G. Calmon e outros, logo ressaltam que o valor das exportações e das importações era diminuído para escapar dos impostos. É provável que as deduções se equivalessem, salvo, porém, nas épocas das exportações de pedras preciosas; mais fáceis de subtrair da fiscalização.

Miguel Calmon "não tem escrúpulos", segundo diz, de estimar a exportação de 1835, (quando ainda não havia diamantes) em 10.000 contos, quando, segundo os dízimos, teriam sido de 5.800. Mas convém notar que uma das razões porque assim estimava (além da rebaixa dos preços, do contrabando, das "guias de outros portos"), era a ideia de equilíbrio que supunha deveria haver com a importação de 9.000, em cifras oficiais. (A propósito da origem das importações, de um total de 8.813, provenientes do estrangeiro, 5.657 eram inglesas).

Com aquela reserva, podemos ressaltar, pela sua fundamental importância, o constante déficit no comércio, durante o século passado. Raros exercícios eram favoráveis.

Só na última década se registrou saldo; mas, pequeno. Além do déficit, é importante acentuar a estrutura das importações. Ainda em 1816, os escravos constituíam mais de 25% do total. Considerados na importação, são eles bens de produção. Antes dos "liberais princípios", as atividades internas exigiriam, relativamente, mais bens de produção: ferramentas, matérias primas, etc. Depois, entrariam preponderantemente artigos de consumo. Assim, na importação do exterior, em 1835, estes representavam, quando menos 88%, assim mesmo se computarmos entre os bens de produção os 6% de artigos, não especificados.

Tenho a impressão de que se deve estudar a influência que terá tido no futuro o "crédito em mercadorias", que o comércio importador, sobretudo inglês, proporcionou à Bahia, já desde antes da abertura dos portos, segundo o testemunho de Brito (1821), e talvez muito mais depois: influência benéfica, na medida em que representou bens de produção, e, quiçá, maléfica na extensão em que fomentou o padrão de consumo suntuário, de uma minoria de senhores e de doutores, o qual estava acima das possibilidades normais, gravando a futura balança de pagamentos e concorrendo para as quedas de cambio. Esses hábitos suntuários contribuíram (e ainda hoje) para agravar as crises, impedindo a formação de melhores reservas nos anos bons, e ainda constituíram um fator de maior descapitalização, além de desequilíbrio no balanço de pagamentos. Eles eram, aliás, encorajados, a princípio, pelo liberalismo aduaneiro, e depois pela tarifa antieconômica e de inspiração aristocrática, como bem observou Luiz Tarquínio; o que, aliás, também acontecia com o restante do sistema fiscal.

O déficit no comércio com o exterior sanou-se, passando a Bahia, com o cacau e a variedade de pequenas exportações, a contribuir para a receita líquida de cambiais do país.

O saldo no comércio exterior resultou da melhoria das condições internacionais para os nossos produtos (fim do século), mas, sobretudo, da transferência do déficit para o comércio interno; e coincidiu com a queda do prestígio político da Bahia no

país e o surto do café e das atividades, criadas com os seus lucros e a imigração, chamando para São Paulo todas as energias. A não ser a episódica sedução do “ouro negro”, inevitável seria que a produtividade sem paralelo de São Paulo, nessa quadra, atraísse os capitais e a mão de obra, sobretudo num país tão afeito à mobilidade, e particularmente de zonas onde as atividades fixadoras, já estabelecidas, eram reduzidas (indústria e agricultura com elevados capitais fixos, e empregos estáveis).

Assim, a Bahia, produtora que passou a ser de moedas estrangeiras, era indiretamente uma das financiadoras das importações essenciais à industrialização de outras áreas, às quais pagava ainda preços mais caros do que os dos artigos importados, e isso enquanto continuava sujeita às instabilidades dos mercados exteriores para sua produção. Nem as suas vendas ao resto do país nem o orçamento federal tinham o papel de compensar a desvantagem.

O comércio interno passou a fornecer não só o charque, ou quase somente ele, como na primeira metade do século XIX, mas uma variedade e quantidade maior de produtos, manufaturados e primários. Não tendo desenvolvido, ao menos, a indústria do açúcar antes da limitação, nem as manufaturas, como Pernambuco, a Bahia passou a ser grande freguês da indústria e da agricultura do Sul e mesmo de Pernambuco. Essa produção nacional protegida, levantou-se sob o guante do desequilíbrio crônico nos pagamentos internacionais do Brasil, o qual determinou as quedas de câmbio sucessivas; e criou urna necessidade de menor dependência do exterior. A 1ª Guerra Mundial veio trazer um grande impulso.

Embora as quedas de cambio tivessem “estimulado nossa amortecida capacidade de trabalho”, como observou Calmon (1923), referindo-se às exportações baianas, elas não foram suficientemente utilizadas, ao lado das tarifas de intenção ou efeito protecionistas, que se iam ocasionalmente adotando, para a criação na Bahia de atividades produtivas, visando o seu próprio mercado e os mercados nacionais. As outras condições da nossa economia explicarão o fato.

Enquanto isso, as indicações são no sentido de que a evasão de capitais foi muito maior que as entradas, mesmo sob a forma ilusória de grandes empréstimos públicos de duvidosa aplicação. Além disso, a Bahia sempre foi altamente tributária ao orçamento federal.

A principal característica das finanças da Província, depois do Estado, e uma constante em economia similar em todo o mundo: basear-se em impostos indiretos, particularmente sobre as exportações.

Houve reduções de direitos de exportação para facilitar ao açúcar enfrentar a crítica competição mundial. No caso do cacau, isento até 1860, daí em diante subindo de 6%, até atingir 18%, no começo do século, quando só o imposto de exportação sobre o cacau, explorando as condições excepcionais da Bahia, no mercado mundial, e estimulando certamente os concorrentes, já representava cerca de 28% da receita tributária do Estado. O imposto de exportação foi crescendo, a partir do fim do século, para só declinar ultimamente.

A flutuação nas receitas, se bem que ligeiramente atenuada na Bahia, numa certa variedade das exportações (o que sempre tornou menos aguda a crise estrutural), refletia, sensivelmente a sorte dos grandes produtos (ainda hoje e do cacau). Daí a incerteza e os déficits, agravados pela imprevidência.

O que sempre agravou o defeito estrutural do sistema tributário, retardando a sua superação, que deve vir de uma economia mais intensiva e diversificada, é a baixa produtividade das despesas públicas. Este fator transforma a receita pública em processo de descapitalização e empobrecimento, como é patente na zona cacauzeira. É de se interrogar, porém, se, face à carência de recursos para obras e serviços, nas condições do Estado, e diante da pressão por empregos públicos, decorrente da falta de absorção em atividades lucrativas e atraentes (entra aqui também o preconceito contra as atividades comerciais e industriais, particularmente artesanais), poderiam as administrações públicas refrear essa tendência.

Não se têm estudado ainda a natureza e a experiência do nosso aparelhamento fiscal. Mas, é de supor, por exemplo, que ele venha tendo na história o efeito de acelerar as altas e de agravar as baixas, ora aplicando sofregamente receitas, não previstas naquelas ocasiões, ora retraindo-se de aplicações, pelo fracasso das previsões orçamentárias, quando as despesas públicas deveriam ter um papel regulador. Esses desequilíbrios foram acentuados pelos empréstimos para "tapar buracos", para obras destinadas a "inglês ver"; isto é, a mostrar "melhoramentos" ou "progressos" figurativos, em que encontrava derivação um complexo da nobreza sem dinheiro... ou, quiçá, certo traço litúrgico da nossa cultura.

Condições mais favoráveis de aplicações no Sul do país determinaram um fluxo de transferências de lucros, auferidos nos anos bons. Carências elementares de transportes e de energia (elementares, porque ainda abaixo dos sofríveis padrões nas melhores zonas do país) terão sido, e continuam sendo, as principais razões desta evasão.

CONCLUSÃO

Concluindo o panorama esboçado, relembremos, embora sem insistir neles, alguns fatos relevantes. Depois da Guerra da Independência e de um recesso nos negócios internacionais, recrudesceram as desordens e rebeliões, ora de escravos e negros forros, ora de nativistas (mata-marotos) e de "federalistas".

Na década de 1840, registrou-se certa reanimação. Na de 1850, sempre em altos e baixos, houve maiores iniciativas, mas veio o cólera de 1855, a seca, entre 1857 e 1861, e o descontrole de crédito, que deu em falências. Entre 1860 e 1865, a Guerra de Secessão veio salvar, mas logo a Guerra do Paraguai exigiu muito da Bahia. O desgaste foi grande, "negros para o café" e soldados para a guerra. A Bahia não pôde aproveitar os lucros do período anterior, embora se registrassem vários empreendimentos. Logo a seguir, vem a moléstia da cana em 1873, a concorrência dos diamantes do Cabo, a escassez de gêneros, o êxodo de escravos para o Sul. Essa crise, segundo Calmon (1923), prolongou-se até 1890. Em 1880, houve muitas falências, seguidas de "contínuo abatimento e desânimo". Reanima-se a economia no começo dos anos 90. Com melhores preços, o cacau que aparece, a borracha e carbonado, o crédito, até demasiado, a "febre" de iniciativas. Logo vem a seca de 1893. Em 1900, o cacau avulta, e num crescendo, mas sofre também frequentes flutuações e sobressaltos. O fumo se havia restabelecido. O açúcar veio a ter uma nova oportunidade com a Guerra de 1914. O café ganhou preços bons. Enquanto isso, sempre continuaram as crises de origem climática e as especulações nos preços internacionais. A Bahia não conseguia capitalizar. A única "fronteira" era o cacau. O sertão manda excesso de braços para São Paulo: 50% da população de "alguns municípios entre 1920 e 1940.

Numa curva de longa tendência (médias móveis em longos períodos), poderíamos figurar esse período da história da Bahia por uma alta no começo do século, uma baixa nas décadas de 20 e 30, uma recuperação no meado (décadas 40 e 50), logo interrompida, uma ligeira reanimação no começo dos 60, para cair, em seguida, com a Guerra do Paraguai, até 1890, quando se registrou nova alta.

Nessa sucessão de crises, que não correspondiam às crises do Sul do país, e cuja história precisa ser feita com mais vagar e melhor análise, a Bahia se foi recolhendo no tempo.

A variedade de exportação lhe assegurou, apesar de tudo, um grau menor de instabilidade que outras regiões e estados do país. Apesar de as crises de abastecimento terem se sucedido, intermitentemente, a variedade de produção de consumo interno manteve-lhe um padrão de vida não monetário que, embora baixo, ainda se compararia favoravelmente com o de outras regiões brasileiras, aparentemente em

melhor situação. Mas, face à fraqueza das exportações, reduzia-se sua capacidade de importar os confortos que se iam impondo nos hábitos modernos, enquanto as condições econômicas gerais não favoreciam a criação e a manutenção de atividades industriais no Estado. Eis aqui o recuo no tempo.

Os obstáculos naturais aos transportes, e a carência de energia, numa época em que a eficiência passou a ser medida pelo fator H. P. de que dispõe o homem, deficiências que refletem a descapitalização, mas que, se vencidas, criam as condições para superar outras dificuldades, viriam retardar a recuperação da Bahia, convidando os capitais e muitos homens de iniciativa a buscarem emprego fora.

Por condições históricas, teve a Bahia que pagar tributo ao Sul. Duplo tributo de comprar mais caro as mercadorias (tecidos e artefatos de São Paulo, queijos e manteias de Minas), e de fornecer braços e capitais. Só condições muito melhores de transportes e energia aliados à reanimação do fim do século teriam podido resistir à absorvente atração de São Paulo.

A decadência relativa da educação não é mais do que uma decorrência da situação geral, refletida nas finanças do Estado, embora possa ser um motor do desenvolvimento econômico, na medida em que se antecipe a este (como é o caso, ainda, dos dispendiosos programas de saúde pública). Sem outras condições de desenvolvimento, e assim de emprego, os recursos tradicionais de boa educação acadêmica na Bahia contribuíram mais para fornecer pessoal às zonas mais progressistas do país do que para levantar a Bahia; e foram, sem dúvida, minados por certa sonolência; a do alheamento do sistema produtivo atual e da vida moderna.

O apanhado histórico mais realista, porém, não autoriza o ceticismo, quanto à energia do homem. Nunca lhe faltou bravura para enfrentar as situações, embora lhe tivesse falecido frequentemente o "saber fazer". Os fracassos trouxeram, nas zonas mais velhas, o espírito da poupança e o temor, aliado à falta de experiência para iniciativas arrojadas, mas as zonas novas continuaram a despertar o espírito do empreendimento e do risco, talvez levado até ao exagero do puro aventureirismo e do jogo, estimulados pelas instabilidades da economia colonial de exportação.

Referências

AMARAL, B. *História da Bahia: do Império à República*. Salvador: Imprensa Oficial do Estado, 1923.

ANNUAIRE DU BRESIL ECONOMIQUE 1913. Rio de Janeiro: Le Bresil economique, 1913. 986 p.

AZEVEDO, J. L. de. *Épocas de Portugal econômico: esboços de história*. Lisboa: A. M. Teixeira & C. A, 1929.

BASTOS, H. *A economia brasileira e o mundo moderno*. São Paulo: Martins, 1948.

BOLETIM COMMEMORATIVO DA EXPOSIÇÃO NACIONAL DE 1908. Rio de Janeiro: Typographia da Estatística, 1908.

BRITO, J. R. *et al. Cartas político-econômicas sobre a agricultura e o comércio da Bahia*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1821.

CALMON, F. M. G. Ensaio retrospecto sobre o comércio e a vida econômica e comercial da Bahia, de 1823 a 1900. In: DIÁRIO Oficial do Estado da Bahia: edição especial do Centenário da independência da Bahia. Salvador: Imprensa Oficial do Estado, 1923.

CALMON, F. M. G. Prefácio. In: BRITO, J. R. *et al. A economia brasileira no alvorecer do século XIX*. Salvador: Livraria Progresso, 1940.

CALMON, M. *Fatos econômicos*. Rio de Janeiro: [s. n.], 1913.

CALMON, M. *Memoria sobre a cultura do tabaco: oferecida á Sociedade d'Agricultura, Commercio, e Industria da Bahia*. Salvador: Typographia do Diario, 1835.

CALMON, P. *O marques de Abrantes*. Rio de Janeiro: Ed. Guanabara, 1933.

CALÓGERAS, J. P. *Formação histórica do Brasil*. Brasil: Ed. Nacional, 1938.

CALÓGERAS, J. P. *O marquês de Barbacena*. 2. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1936.

DUTRA, G. Maniçobeiras de Jiquié. *Boletim de Agricultura, Bahia*, v. 14, out./dez. 1909.

EL-GAMAL, M. H. *Le problème international du sucre*. Paris: R. Pichon et R. Durand-Auzias, 1941.

FONTOURA, J. C. Documentação para o histórico das tarifas aduaneiras no Brasil: 1808-1889. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA DA AMÉRICA, 1., 1922, Rio de Janeiro. *Anais* [...]. Rio de Janeiro: IHGB, 1922. p. 9-107.

GOUROU, P. *Les pays tropicaux*. Paris: Presses Universitaires de France, 1947.

GUERRA Y SANCHEZ, R. *Azucar y poblacion en las Antillas*. 3. ed. Habana: Cultural, 1944.

HANDELMANN, H. *Historia do Brasil*. Rio de Janeiro: Impr. Nacional, 1931.

HARTT, C. F. *Geologia e geografia física do Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1941.

KIDDER, D. P.; FLETCHER, J. C. *Brazil and the brazilians: portrayed in historical and descriptive sketches*. New York: Childs & Patterson, 1857.

LIMA, O. *Dom João VI no Brasil: 1808-1821*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1945.

MARTINS, J. P. O. *O Brasil e as colônias portuguesas*. 5. ed. Lisboa: [s. n.], 1920.

ORTIZ, F. *Contrapunteo cubano del tabaco y el azucar*. Habana: Jesús Montero Editor, 1940.

PINHO, P. M. *Luiz Tarquínio: pioneiro da justiça social no Brasil*. Bahia: Imprensa Vitória, 1944.

PINHO, W. *Cotegipe e seu tempo: primeira phase 1815-1867*. São Paulo: Ed. Nacional, 1937. 717 p.

PINHO, W. *História de um engenho do recôncavo*. Rio de Janeiro: Z. Valverde, 1946.

PRATT, E. E. *International trade in staple commodities*. New York: McGraw-Hill, 1928.

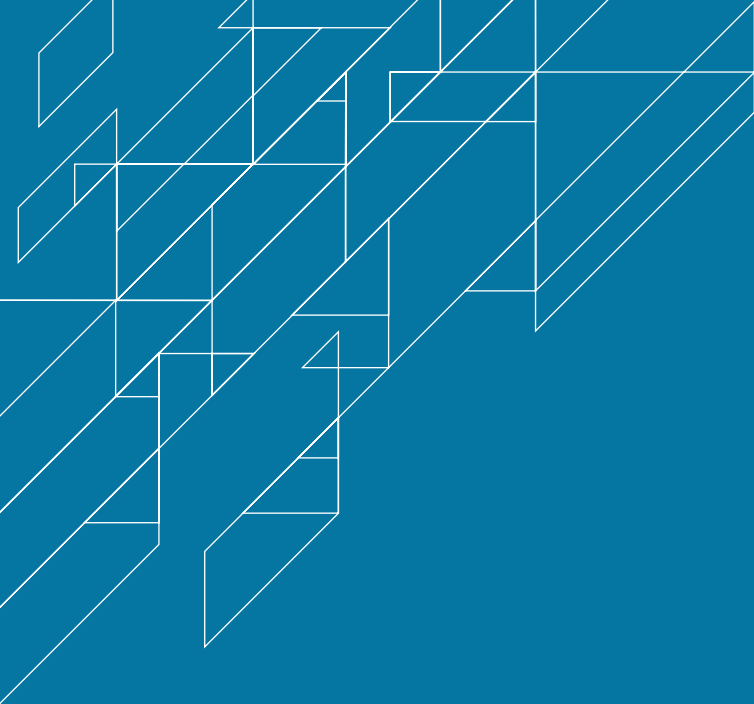
SIMONSEN, R. C. *A evolução industrial do Brasil*. São Paulo: FIESP, 1939. 80 p.

SIMONSEN, R. C. *História econômica do Brasil: 1500-1820*. 2. ed. Rio de Janeiro: Companhia Nacional, 1944.

SPIX, V.; MARTIUS, V. *Através da Bahia*. 3. ed. São Paulo: Companhia Editorial Nacional, 1938.

VIANA FILHO, L. *O negro na Bahia*. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1946.

ZEHNTNER, L. *Le cacaoyer dans l'Etat de Bahia*. Berlin: Friedlander und Sohn, 1914.



ARTIGO]

Ensaio de Retrospecto sobre o Comércio e a Vida Econômica e Comercial na Bahia de 1823 a 1900

F.M. de Góis Calmon

CONTRIBUIÇÃO PARA ESTUDO

1823 A 1830

A Cidade da Bahia “se reputava sempre o centro natural da colônia americana”, na linguagem de Silva (1864, p. 220).

Por motivos de ordem política, tais a menor distancia da Cisplatina e do Prata, mudara a metrópole a capital do Brasil colônia para o Rio de Janeiro, (1763), não obstante, mantinha-se a superioridade econômica do norte, que, no começo do século XIX, continuava a ter o centro das riquezas e da maior intensidade e eficiência no trabalho e atividade agrícolas. Segundo Balbi (1822), em 1806, as exportações do Brasil foram para o sul do país, do Rio de Janeiro, porto por onde tinham saída todos os produtos das capitanias de Minas Gerais, S. Paulo, Rio de Janeiro, Goiás, e das demais meridionais, de Rs. 4.670:310\$810, e para o norte, Bahia, Pernambuco, Ceará, Maranhão e Pará, de Rs. 9.483:445\$081, sendo o contingente da Bahia, isoladamente, de Rs. 3.284:684\$868.

Índice tão elevado, no confronto da capacidade produtiva, não tinha paridade nas demais capitanias, conseguia-o pelo encarniçado labor e uberdade do solo, pelo aparelhamento, relativamente melhor, na indústria da cana do açúcar, do fumo e do algodão.

Causas geográficas, sociais e políticas, concorriam simultaneamente, para tais efeitos. A concentração da vida de cidade-capital do país, qual fora a do Salvador, mercê do que convergira para ela intenso intercâmbio exterior, não só do ocidente, mas da África, pelo tráfico dos escravos e permuta de produtos, sobretudo do fumo; e, também, porque era entreposto, escala forçada, das comunicações entre o comércio de especiarias, louças e seda, da Ásia com a Europa, visto como, a esse tempo a Portugal restava o antigo prestígio do seu império colonial e, dobrado o Cabo da Boa Esperança, ainda o Atlântico era o grande caminho das Índias. Atraía, portanto, e de preferência, levas humanas mais úteis e numerosas, arrojadas, por certo, á temeridade com que ousavam afrontar os mares, a terra virgem e o gentio, a busca da fortuna fácil; conduzindo-se o homem pela confiança em si mesmo e por este ânimo forte, próprio das aventuras, devotado, cada qual, á empresa a que se atirava sem medir riscos ou perigos. O meio físico era favorável, o solo rico, abundante de seiva nova, e fartamente compensador das energias que o trabalhavam; todo o recôncavo banhado pelas águas de seus rios, terras baixas e altas com a negra camada espessa do massapê. A posição astronômica, considerada, na época, como de excepcional conveniência, sem os rigores do calor excessivo da linha do

equador ou os invernos das zonas temperadas; estando situada na justa medida de paralelos que lhe garantem, quase por todo o ano, uma feição climática igual e uniforme; nas costas e na curva recortada da vasta Bahia, amenizada a canícula pela brisa do mar, e pelas altitudes na massa de suas serranias.

Assim, a Bahia devia ter sido o que foi, centro máximo de atração, em um passado em que as atividades humanas se cegavam pela lei do menor esforço, ante perspectivas de fáceis possibilidades, convencidas de que mais valia a sedução de imediatas realizações do que o próprio coeficiente individual no trabalho efetivo.

No começo do século XIX, iniciativas surpreendentes e causas estranhas, marcavam, aqui, nova fase de profícuo esforço no comércio e na lavoura. As guerras e o bloqueio napoleônicos, o período de iniciação dos Estados Unidos da América do Norte, ainda se refazendo das lutas de independência e já envolvidos em ameaças de guerra exterior, a hecatombe destruidora da riqueza e produção de S. Domingos, as desordens nas colônias espanholas da América, e a nossa privilegiada situação geográfica, certamente, excitaram e incitaram a cobiça da nossa gente, animando o trabalho, que se tornara tanto mais remunerador pela livre concorrência comercial, que o decreto de 28 de janeiro de 1808 facilitara, com a liberdade do tráfico e do comércio, resultantes da abertura dos portos do Brasil.

Nesse ambiente esculpiu-se a epopeia da Independência Nacional.

Damos aqui o quadro das duas principais exportações da Bahia, durante os anos de 1819 a 1823, abrangendo também os produtos vindos de Sergipe d'el Rey, que era comarca da capitania.

Açúcar		
1819	29.775	caixas de 40 arrobas
1820	36.688	idem
1821	48.814	“
1822	35.660	“
1823	10.272	“
Algodão		
1819	29.311	sacos de 150 lbs
1820	41.708	idem
1821	41.146	“
1822	34.720	“
1823	8.302	“

Esta estatística é extraída do livro “Notice of Brasil in 1826 and 1829” (WALSH, 1830, p. 536). Resulta da informação que nos presta, irrefutável, a demonstração do sacrifício de dinheiro e das perdas econômicas da Bahia, com a luta da Independência.

Segundo Spix e Martius (1928, p. 66) “o número de navios que, anualmente entram no porto da Bahia e dele saem, pode ser calculado em mais de 2.000, não contando os pequenos navios costeiros. Esta cifra tem quase triplicado, desde 1806”.

O comércio local, quando da guerra, com que completamos a emancipação política, firmando a unidade nacional, era, em sua quase totalidade, constituído de elementos portugueses.

As tendências nacionalistas que hoje assistimos pleiteadas em todo o mundo, eram, então, do maior exagero. Ferrenha fora a legislação da Metrópole, que só reconhecia privilégios e direitos aos seus filhos e aos naturais do país.

Em regra, entretanto, os mercadores lusos, dobrados de preconceitos, não admitiam como auxiliares e caixeiros, senão a seus patrícios.

Os comerciantes conservavam-se até a independência, sob o guante da Provisão de 8 de maio, de 1705; havia os que podiam ser inscritos nos pelouros e, portanto, tinham habilitações para votar nas eleições para os cargos de oficiais eletivos da câmara da cidade, e os que não gozavam desta honra, os que assistiam com loja aberta, medindo, pesando e vendendo ao povo qualquer gênero de mercancia.

Deles, todavia, a posse da riqueza e toda a força capitalista ou financeira.

O brasileiro deixara-se, gostosamente, atrair pela terra mãe; nela nascido, conservava suas raízes no próprio solo, onde melhor pudesse seu esforço florescer e frutificar. A vida rural, constituía na ocupação e o amanho da terra, com o abrasileiramento dos elementos que nela se fixavam. É a lei da influência dominadora da natureza, que deslumbra e acolhe o homem, infiltrando-lhe o amor da liberdade daqui, enquanto o grande centro urbano da capital, pôde ser dominado e guardado pelo general Madeira, pelo exército e frota portugueses, á orla do interior da Bahia de Todos os Santos, entre suas ilhas, até o sertão, faziam, os homens do campo, num lance maravilhoso de loucura patriótica, o grande milagre da reação imediata, fechando o cerco e reduzindo á fome o inimigo.

Cindidas as correntes de opinião política, em sua maior parte, os da cidade eram o conservadorismo prático, e o respeito tímido e fetichista ao poder constituído e á força bruta, na sua expressão ameaçadora, de um exército truculento e da numerosa armada, crida invencível; e os de fora da capital, quer por motivos de ordem étnica, quer pelo contacto com as forças vivas da natureza, tinham as energias viris de um povo novo. O ar campesino, a luz do sol ardente, o verde das florestas e o espírito

de liberdade individual, que a posse da terra assegura ao homem, purificavam-nos, dignificando-os para as grandes reivindicações emancipadoras.

A aparente unidade e coesão da aglomeração humana que constituía a população da capitania da Bahia, havia desaparecido por força das incompatibilidades nas aspirações das duas correntes em que se bipartira. Esta incompatibilidade gerou dissensões, ódios pessoais e graves prevenções, tanto maiores durante e depois do cerco e da luta da Independência.

Assim, a exaltação produzida por esse espírito de vingança, contra os poderosos e endinheirados, o que a história tem conhecido, em todos os períodos da civilização, mascarado de patriotismo, nas suas reações de exacerbada violência, culminou nos primeiros tempos, após o 2 de julho. As delações, as devassas, as suspeitas infamantes, perseguiram os portugueses, que aqui permaneceram por laços de família ou vinculados ao meio pelos interesses. Os levantes populares, as mais das vezes da ralé da gente, aos gritos de mata-maroto, dirigiam-se, em regra, ladeira da Conceição abaixo, seguiam pela Porta da Ribeira, Corpo Santo, Arcos de Santa Barbara, que era o principal centro do comércio, e iam pelo Guiaste dos Padres, Julião, até a zona dos trapiches. Era o fecha-fecha e o pavor que se espalhava, terminando sempre pela prisão dos perseguidos, que eram deportados, com grave dano e abalo no mercado da praça, concorrendo para a desordem geral, na liquidação de muitas casas e firmas comerciais e na venda precipitada de inúmeros bens de raiz.

A miséria geral, conseqüente do supremo esforço e exaustão na luta pela Independência, aumentara, pela falta de meios aquisitivos, (tanto menores quanto é certo que Madeira e o governo civil da cidade, levaram nos navios portugueses todo o ouro e dinheiro que puderam arrecadar) e pela depreciação dos valores.

Requintava em maldade o castigo aos que, ausentes de berço, não haviam perdido a crença e o amor da pátria.

A despeito da perturbação geral, o espírito mercantil, pouco a pouco, superava o patriótico; grande número dos mais opulentos negociantes adoptavam a causa do Brasil, jurando servi-la perante a Câmara Municipal.

Funcionavam três companhias de seguros: a Comercio Marítimo, permitida por Dec. de 23 de fevereiro de 1808, cujos estatutos constavam de quatorze artigos, a Bôa Fé, aprovada por Dec. de 24 de fevereiro da mesma data, com capital de Rs. 400:000\$000, dividido em ações de Rs. 80\$000 cada uma, e administrada por três diretores, e o Conceito Público, estabelecida meses depois, tendo sido sua criação autorizada por Dec. de outubro do mesmo ano.

O grande número de entrepostos, que serviam de depósito ao volume da produção da Bahia, deixa ver quanto esta era considerável.

Existiam (1824) os seguintes trapiches: Andrade Grande, Andrade, Andrade Segundo, Andrade Pequeno, Barnabé Grande, Barnabé Pequeno, Julião, Grande, Pilar, Primeiro Pilar, Segundo Pilar, Novo, Gomes, Primeira Prensa, Segunda Casa de Prensa, Terceira Prensa, Quarta Prensa, Quinta Prensa e Pedreiras, (8) . Os chamados Prensa, tendo números de ordem, tiravam o nome do fato da existência neles das prensas de algodão da Mesa da Inspeção, designação primitiva da Alfandega, que antes dela assim ser denominada chamou-se Mesa do Consulado.

Os grandes nomes do comércio dessa época eram: José de Cerqueira Lima, com largo tráfico de importação de escravos da costa ocidental da África, proprietário do palacete, no Corredor da Victoria, que, por muitos anos, conhecemos como palácio de residência dos presidentes da província o depois dos governadores, na república, sendo que este prédio se comunicava com a praia por um longo subterrâneo, servindo à passagem das levas dos escravos. Seus negócios abrangiam outros ramos de importação e exportação e possuíam larga nomeada, mantendo situação primacial, não só pelo vulto dos mesmos, como também pelo fausto e luxo de sua vida e passadio. Da sua baixela de ouro, ainda vimos um belíssimo lavabo, que foi vendido, há anos, ao Sr. John Gordon. A sua mobília do salão nobre era de marfim trabalhado. Quando aqui estive D. Pedro II, os seus móveis e as suas alaias mobiliaram o palácio da praça.

Antonio Pedroso de Albuquerque, José Alves da Cruz Rios, João Victor Moreira, Pedro Rodrigues Bandeira, Manoel José Machado, João Barbosa Madureira, Manoel João dos Reis, Manoel Francisco Moreira, Francisco Manoel de Abreu, João Gonçalves Ferreira, Innocencio José Comes, Antonio José da Silva Braga, José Ignacio Acioli, Antonio da Silva Paranhos, Francisco Martins Costa e tantos outros, foram figuras do nosso comércio, contemporâneo da independência.

Eram comissários de açúcar, cujas caixas recebiam, depositando-as nos trapiches; adiantavam as provisões de boca e de vestuário aos senhores de engenho para a família e os escravos, emprestavam-lhes dinheiro a juro alto, ou davam suas firmas, mediante del-credere, para sacarem-no na "Caixa de Descontos", favoreando, matreiramente, o ócio de muitos, as despesas voluptuárias de outros, as orgias, e o jogo, que, em breve tempo, dizimavam o fruto do trabalho servil ou as heranças das casas ricas. Os negociantes da enrola do fumo, mandavam-no especialmente para a África, onde os pretos disputavam os rolos negros, para, mascando-o, saciarem a excitação que lhes provocava seu fartum. O algodão era posto nas prensas, a fim de ser enfardado e depois seguir destino da Inglaterra.

Os poderes públicos exerciam ação vigilante, na fiscalização das marcas, para garantia dos tipos e qualidade do produto, evitando que se dessem contrafações ou misturas prejudiciais. De 5 de dezembro de 1825 é o edital, (do livro assinalado com o título "Bandos, editais e proclamações", do Arquivo Público do Estado), em que o desembargador presidente da Província recomendava que,

[...] constando que alguns lavradores, senhores de engenho, em contravenção ao disposto nos parágrafos 7.º e 8.º, capítulo III do regimento de 1.º de Abril de 1751, tem deixado de marcar as caixas de açúcar com as marcas de ferro ardente, do que resulta assim prejuízo ao comércio por algumas falsificações industriais, como mesmo á lavoura, porque sem as devidas marcas é fácil cometer-se qualquer fraude, que redunde em prejuízo do senhor de engenho, etc. [...] e porque a tal respeito, representam alguns negociantes desta praça, recomenda muito á Mesa da Inspeção a execução dos referidos parágrafos 7.º e 8.º capítulo III do citado regimento, que mandou marcar as caixas de açúcar com a marca do senhor de engenho, com a da qualidade do açúcar e com a da província a que pertence, devendo estas marcas serem postas com ferro ardente, debaixo da pena de serem embargadas as que não tiverem a sobredita marca e de não serem examinadas, nem qualificadas, devendo os fiéis administradores dos trapiches ficarem nesta inteligência, etc.

Havia a "Mesa da Inspeção", junta que governava o comércio, a indústria e a agricultura em todas as relações, auxiliando a administração pública da qual fazia parte, em tudo que lhe era atinente, inclusive a ação fiscal e a arrecadação dos impostos. Compunha-se de pessoas de capacidade comprovada, no trato da economia pública e do comércio e indústria, e do governo nem só servia de órgão consultivo, mas, também, de instrumento de força executória de seus atos no departamento, em que se incluíam todas as manifestações da atividade mercantil, industrial e agrícola. Constituíam-na, além do presidente e do secretário, os deputados, todos de nomeação do governo, e mais os auxiliares, "os examinadores do tabaco, do açúcar e do algodão, os fiéis das prensas de algodão e fiéis da furação, extração das amostras e marcação das caixas do açúcar", também existindo o procurador dos seguros, função que, segundo vimos em documentos da época, exercia, em 1827, João Joaquim de Souza Guimarães.

Os deputados designavam-se pela espécie do determinado produto, a cargo de sua inspeção pessoal, assim: em 1825, Antonio da Silva Telles era o da "Inspeção pelo Tabaco".

Em julho de 1823, a mesa da inspeção era constituída por Luiz Paulo de Araujo Bastos, que foi o presidente do Senado da Câmara, em 2 de julho, depois visconde dos Fiaes, figura proeminente no comércio e na finança, nos primeiros tempos de nossa vida independente, José Ferreira Bittencourt Sá, Sylvestre José da Silva, Francisco Antonio Filgueiras, André de Carvalho Câmara, e Joaquim José Marques Cardoso.

A cidade do Salvador estava ocupada pelas forças libertadoras triunfantes, e, a 23 de julho, a Mesa da Inspeção oficiava aos senhores do governo provisório, acusando ter recebido o ofício dos mesmos com a representação dos oficiais do exército, "queixando-se dos exorbitantes preços, por que os lojistas desta cidade lhes vendem seus gêneros e mercadorias", e comunicando "que fez chamar á sua presença, sete dos principais, aos quais advertiu sobre este excesso, ponderando-lhes algumas razões, pelas quais um tal comportamento se tornava injusto e inadmissível".

De um inquérito, feito pela mesa da inspeção, em 1826, por determinação do presidente da província e solicitação do cônsul americano, sobre os navios nacionais que, constava, viajavam para a África, levando içado o pavilhão dos Estados Unidos, verificamos que eram do porto da Bahia as seguintes embarcações, cujos nomes dos capitães e proprietários também, registramos: escunas, "Laçador", conduzida por José Barbosa e de João Victor Moreira; "Mariana", levada sob o comando de José da Silva Rios, de José Alves da Cruz Rios; "Tentador", comandada pelo seu proprietário, Innocencio dos Santos Lopes; "Desengano", nas mesmas condições, por José de Oliveira Lessa; "Flor da Etiópia", idem por Manoel Correia; brigues, "Henriqueta", de José de Cerqueira Lima, sob a capitania de João Cardoso dos Santos; e "Venturoso", de Antonio Pedroso de Albuquerque, sendo capitão Francisco Barbosa de Oliveira.

Nesses tempos de antanho, florescia, entre nós, a Industria da construção naval, havia muitos estaleiros particulares e o arsenal de marinha, desde os tempos coloniais, tinha grande atividade na construção de navios de guerra. Tal como hoje.

No comércio de transportes marítimos, demos, assim, ideia da sua existência.

No concernente ao bancário, a "Caixa de Descontos", já referida, filial ao primeiro Banco do Brasil, fundada por decreto de 1817, e tendo começado a funcionar em 1818, era o único centro intermediário nas transações e empréstimos. A criação desse banco, foi resultado dos cuidados videntes do Conde dos Arcos, atendendo a instantes pedidos de negociantes desta praça. Gozava da faculdade de emissão, de que não fez uso, e foram seus primeiros e principais acionistas, Pedro Rodrigues Bandeira, Felisberto Caldeira Brant e Manoel João dos Reis.

Os gêneros de primeira necessidade, em 1823, chegaram a ser vendidos: a farinha, por 2\$500 cada quarta; a carne verde, por 1\$000 a libra; uma galinha, por 9\$000 e por \$960 cada dúzia de ovos.

Não dormiam os receios contra os portugueses e, portanto, contra o comércio ou, antes, os que o exerciam. O partido reacionário que, logo após o 2 de julho, se formou, diz-nos Amaral (1923), na sua obra, de grande saber e profunda investigação,

“História da Bahia do Império á Republica”, influuiu para que fossem deportados os portugueses, adeptos da união e que se haviam tornado suspeitos, como inimigos da causa da Independência. Nos primeiros dias da vitória, havia sido feita uma lista destes portugueses suspeitos e tinha sido resolvida sua deportação. O governo provisório, porém, demorava a execução desta medida violenta.



Eram tidos como centro, e de fato eram do preparo da reação portuguesa, que, ainda, se considerava possível e se contava que uma frota chegaria a cada instante; havia muitos que passavam os dias, a fio, nas praias da Alagoa e Pituba, procurando lobrigar ao longe a vela branca de suas esperanças. É próprio da alma lusitana essa permanente confiança no irrealizável; a volta de D. Sebastião é, e será o eterno símbolo de vagas e inconcretas aspirações, no seu viver, sempre a esperar...

Em 1825, o coronel J. Arnizau, chamava, em uma memória que escrevia, a atenção contra o "odioso vexame de dinheirosos, mas não humanos, monopolistas e atravessadores regatões de gêneros de primeira necessidade." Esta memória indica bem o estado de espírito das dificuldades do momento. Soe sempre assim acontecer durante as perturbações produzidas pelas dissensões sociais e políticas e nos instantes de grandes apertos e misérias.

Em 1831, por decreto do governo geral, de 23 de novembro, ficou proibido o tráfico de africanos no Brasil. O governo inglês, havia tomado a si, desde 1808, a perseguição e o corso. Data dessa época uma das mais interessantes modalidades do comércio da província. O contrabando de escravos tornou-se indústria das mais lucrativas, a despeito dos riscos que corria.

Dentre em todos, José de Cerqueira Lima continuava a sobressair, em audácias como traficante de escravos.

Antonio Pedroso de Albuquerque, já era o vulto com a feição açambarcadora. Tudo adquiria em paga das avultadas dividas que com ele tinham os senhores de engenhos, fazia-se dono de engenhos, recebia terras por toda a parte, quarteirões inteiros de casas, edificava outras, aceitava garantias hipotecárias e o ouro, a prata, e os diamantes das antigas e abastadas famílias lhe enchiam a burra.

A lei de 13 de novembro do 1827 deixou livre a toda pessoa levantar engenho de açúcar nas suas terras.

Desta data a meados de 1834, foram levantados na província mais de 141 engenhos, tendo sido a média desses seis anos, 23 para cada ano, quando a do período de 1728 a 1827, fora de três, apenas.

A 1º. de dezembro de 1828, o visconde de Camamu, então presidente da província, na "Falla" que instalou o conselho geral da província, escreveu sobre assuntos que indiretamente dizem respeito ao comércio.

A arrematação dos meios direitos d'Alfandega, em cumprimento da lei respectiva, tem sido de grande interesse e ninguém deixará de confessar que o desleixo no Regime daquela Repartição foi considerável. O rendimento do mês atrasado chegou a 152 contos de réis e o do próximo passado a 137.

Com a abolição da Mesa da Inspeção, em virtude da Lei, criou-se uma nova Repartição para a cobrança dos direitos de exportação, a qual sendo cobrada em um lugar próprio, facilitou as transações comerciais. O plano desta administração, organizada por pessoas entendidas e zelosas, foi posto em execução pela Junta de Fazenda e se acha submetido á aprovação Imperial.

A operação do resgate da moeda papel de cobre (sic) que salvou esta Província dos horrores da miséria e da desgraça foi feita em conformidade da Lei e felizmente concluído mediante as medidas extraordinárias de que a comissão se viu compelida a lançar mão.

Foram resgatados para cima de 5 milhões de cruzados desta espécie e emitiu-se por troco duzentos contos de reis em moeda legal de cobre, 200 contos em cédulas vindas da Corte e 440 contos em créditos da comissão, ficando os restantes em dívida que ainda não se tem pago.

Nascendo daqui o ágio que tem hoje a moeda, e de esperar que sabias medidas do Poder Legislativo levem o cooperado para o excesso desse mesmo ágio a abundante crédito do papel emitido a um justo equilíbrio. Não tem emissão as notas da Caixa dos Descontos desta cidade, sem que se tenha podia pagar. Ao Corpo Legislativo compete as providências a respeito deste estabelecimento de suma utilidade pública. (AMARAL, 1923, p. 40).

1830 A 1840

Em 7 de maio de 1830, o Governador Central da Bahia, marechal João Chrisostomo Callado, dirigiu um ofício ao Presidente da Província, pedindo que fizesse executar a Provisão de 11 de Novembro de 1829, a fim de ser pago o soldo das tropas em metal, uma vez que o papel moeda estava sofrendo o rebate de 25%, do que provinham grandes dificuldades à vida dos militares.

A crise financeira era tremenda; o câmbio brasileiro tinha, como é sabido, o par de sua moeda em relação à inglesa, de 67 1/2 dinheiros por mil reis, e, no entretanto, baixara em 1831 a 20 1/2, então, irrisória taxa. não conhecida senão em meio da guerra do Paraguai, 1867.

A situação alarmante que esse índice, tão vil do nosso cambio (oh tempores!), estava a produzir, crescia em justos receios, devido também á inquietante e assas anormal vida política nacional e provincial.

É interessante conhecer o número dos escravos importados da África. Na Província, de 1812 a 1830, foi do total de 136 mil, assim distribuídos:

1812	7.741
1813	7.789
1814	8.219
1815	6.907
1816	4.139
1817	5.802
1818	8.706
1819	7.033
1820	7.722
1821	6.689
1822	8.418
1823	2.302
1824	2.994
1825	4.259
1826	7.858
1827	10.486
1828	8.127
1829	12.808
1830	8.425

Bebemos esta valiosíssima informação no raro e notável trabalho “Ensaio sobre o Fabrico do Açúcar”, de Almeida (1834), depois Marquês de Abrantes.

A intranquilidade latente como que prenunciava um decênio de muitos graves sucessos.

A 28 de fevereiro de 1830, era assassinado, na então Praça da Opera, hoje Castro Alves, o Presidente da Província, o Visconde de Camamu.

O presidente Araújo Basto, Ofícios de 11 de fevereiro e 17 de março de 1831, ambos dirigidos ao governo central, manifestava apreensões, sobre os boatos que corriam de tumultos, os quais deviam ter por fim o extermínio dos portugueses (os mata-marotos).

Recrudesciam os ódios e prevenções, contra os fautores de nossa civilização. Oito anos, não havia bastado aos espíritos fanatizados de exageros patrióticos. A crise financeira e vicissitudes políticas, agravavam o estado de penúria geral e este aguçava o espírito de vingança. O fenômeno não era regional. No Rio de Janeiro, D. Pedro I tivera que abdicar.

A 4 de abril, antes, portanto da abdicação, irrompiam aqui, movimentos que se repetiram com intensidade maior, nos dias 13 e 28 (AMARAL, 1923, p. 75, 97-99).

Araújo Basto, vê-se forçado a deixar a Presidência da Província. Tinham sido presos, como medida de ordem, repressiva da exaltação popular. Cypriano Barata, João Primo, José Dias e o Barão de Itaparica. A 15 de abril, o Vice-Presidente Cezimbra, assume o governo. A 13, a morte do brasileiro Victor Pinto de Castro, atribuída a portugueses, provoca maior exaltação no ânimo da população. A vindicta do povo, cruel na cegueira louca da paixão, tomou forma de verdadeira revolta: a Abrilada de 31. Em Caetité, Cachoeira, Feira de Santana, Cidade da Barra e em outros pontos da província, reproduziram-se fatos análogos. A proscrição de muitos portugueses, foi o triste epílogo dessa reação nativista.

A 12 de maio, o fogo revolucionário continuava incandescente; as praças que compunham o batalhão n.º 20 da província do Piauí, pegando em armas e saindo do seu abarracamento, tomaram posição na fortaleza de S. Pedro, com o batalhão de linha, ali aquartelado, juntando-se a eles muitos milicianos e parte da polícia. A 16, fazia-se a pacificação.

Quando tudo parecia serenado, a 28 de novembro, foram ouvidos vivas à federação, ao desarmamento e exclusão da guarda municipal dos brasileiros, nascidos em Portugal e a deposição do comandante das armas, erguidos pelos homens do batalhão n.º 10 da primeira linha, comandados pelos capitães Francisco Antonio de Mesquita e José Joaquim de Moraes; mas o motim foi logo jugulado.

Atenuava a tensão política dominante, a ação de profícuo patriotismo do espírito conservador dos que vinham, antes e depois da independência, procurando fomentar nossas riquezas naturais e a atividade geral. Os grandes homens de responsabilidade conheciam a transitoriedade dos intuitos demagógicos. Assim, em número de quarenta e cinco, reuniram-se a 10 de março de 1832 e fundaram a "Sociedade de Agricultura, Comércio e Indústria da Província da Bahia". Esta sociedade publicou seu jornal, desde 1.º de Fevereiro do ano seguinte, e foi intensa a sua ação de zelosa propaganda "pela causa pública e de difusão dos grandes objetos de que a mesma se fez cargo". No segundo ano, o número de sócios ascendia a 279.

Não obstante, o movimento conflagrado continuava; surgia, a 20 de fevereiro de 1832, com forma definida e concreta, a ideia da federação, pretendida realizar por iniciativa da Câmara Municipal da Cachoeira que, estando presentes os vereadores, o capitão Bernardo Miguel Guanaes Mineiro e José Bernardino de Magalhães e o alferes João Xavier de Miranda e os suplentes, o advogado Antonio Gonçalves da Rocha Queiróz Marinho e João Vicente Sapucaia, proclamou, em sessão desse dia, a federação na província da Bahia.

O movimento não teve repercussão, senão quando a 27 de abril de 1833, os revolucionários de Cachoeira, que estavam presos na fortaleza do mar, Forte de S. Marcello, subjugando os seus detentores, renovaram o começo da sedição, levantando uma bandeira azul e branca, que diziam ser da província federada.

Estes, os verdadeiros precursores do federalismo brasileiro, estavam imbuídos do chauvinismo irritado do momento, possuídos de um nativismo fanático, eliminador das posições dos naturais de Portugal, exigindo

[...] a deportação imediata, para fora do Brasil, de todos os solteiros, à excepção dos que se quisessem empregar na lavoura ou tenham estabelecimento por seus bens ou indústria na lavoura ou comércio por atacado, pois de retalho e interior devia ser exclusivo para os brasileiros natos que jurassem a federação em qualquer ponto do país.

O, ódio, então, contra o próprio sangue que nos havia gerado exagerara-se a ponto de entrar no plano sedicioso, a condição de estabelecer a permissão para negociar na província, a todos os estrangeiros de qualquer nação que fossem, à excepção dos nascidos em Portugal que de novo viessem, salvo trazendo estabelecimento de importância, ou, sendo sábio, reconhecido por liberal. Não seria permitido,

[...] a qualquer estrangeiro (sem que pague grandes tributos), estabelecer Lojas, Bancas, Tavernas, etc. para venderem a retalho os gêneros de importação e exportação e também devem sofrer grandes direitos todas as obras feitas importadas para esta Província, afim de em nada prejudicar as fábricas e oficinas de marceneiros, alfaiates, sapateiros e a todos que tiverem estabelecido qualquer ramo de indústria nesta Província, mesmo sendo estrangeiro¹. (AMARAL, 1923, p. 106).

Os gêneros de primeira necessidade estavam nesse ano com excessiva carestia, ocasionada pela irregularidade das estações, das secas prolongadas, simultâneas de tantos males políticos, as quais faziam diminuir, consideravelmente a produção agrícola.

Em 1833, Antonio Gomes dos Santos, Francisco Gomes dos Santos e Francisco Souza Santos Moreira fundaram a firma Antonio Gomes dos Santos & C., que ainda hoje subsiste sob a razão social Rodrigues Fernandes & C. (desde 1895), cuja linha de continuidade sempre progressiva, atesta uma das tradições do nosso comércio.

No começo de 34, as câmaras municipais requisitavam do Presidente da Província a remessa de farinha de mandioca, devida a carência absoluta que havia no interior. A escassez do gênero, levava a Câmara Municipal de Cachoeira a votar em 8 de Janeiro

1 Arts. 13, 14 e 15 do Plano de Governo pelo sistema federativo exposto pelos revolucionários da fortaleza do mar em 1833.

uma postura, obrigando a todo o lavrador plantar 500 covas de mandioca por cada cabeça de escravo que possuísse. Todo o comércio de farinha e gêneros de primeira necessidade fazia-se, devidamente fiscalizado, no celeiro público, que funcionava no interior do antigo Arsenal de Marinha, no Largo da Conceição.

Um fato de interesse real para o comércio, produziu-se a 13 de julho; quando se instalou a CAIXA ECONOMICA desta capital, (1834), hoje BANCO ECONOMICO DA BAHIA (1893), talvez, no particular, o único exemplo de persistente e continuado labor, que vai resistindo à obra demolidora que tanto nos é peculiar. Na residência do Tenente-Coronel Manoel Coelho Almeida Sande, onde se reuniram 171 cidadãos, que foram considerados acionistas (de capital flutuante) com 31.372 apólices ou conhecimentos de entrada, na importância de Rs. 9:411\$600, elegeram um diretor, um tesoureiro, um secretário e seis gerentes.

As ações eram de 300 réis cada uma, de acordo com os estatutos, o que dava ideia precisa da preocupação determinante da "Caixa Econômica", cujo fim eminentemente social, era: oferecer às classes laboriosas meios fáceis de acumular seus capitais, habituando-as assim a ordem e à economia, à perseverança e à previdência.

Nesse ano o tráfico por contrabando de escravos, arrancados á barbaria da África, era intensíssimo; também, não se mostrava menor a luta encarniçada na presa da opima carga.

O sopro de revolta animava, de vez em quando, as reações e o espírito de rebelião latente. A série Negra continuava sua marcha perturbadora da vida comercial e da atividade na indústria.

Na noite de 24 para 25 de janeiro de 1835, rebentava uma temível insurreição de africanos, conhecida pelo nome de "Revolta dos Malês". A conjura ramificava-se por todo o recôncavo; os planos eram os mais tenebrosos. Vencidos, foram dominados sem tardança.

Não é assunto pertinente a este estudo, todavia, a título de informação, releva o fato, bem esquisito, por certo, de a Lei número um, de 28 de março de 1835, a primeira votada e promulgada na província, desde que o Ato Adicional criou as Assembleias Legislativas provinciais, haver sido feita para suspender a precípua garantia constitucional da inviolabilidade do lar! A necessidade de punir os malês, fomentara este triste e funesto exemplo dos nossos primeiros legisladores.

Em 1835, o italiano Pogetti, fundava nesta praça, a primitiva livraria que depois tomou o nome de "Catilina", que teve seu largo período de celebridade e por muito

tempo, o ponto preferido como centro de palestra de grande número de homens políticos e dos de maior influência na praça, que daqueles se abeiravam, e onde se resolviam, por vezes, os mais sérios problemas, se decidiam ponderosas questões e se fechavam avultados negócios. Era proverbial o núcleo da gente que ali se juntava, onde a pilheria e a graça maldosa e esfuziante se fundia com a sisudez do chapéu de pele, sobrecasaca e calças brancas, em um amálgama de coisas graves e jocosas. Fez época, entre nós.

Vinha sendo grave a crise do açúcar; a concorrência da beterraba ia cavando fundo o prejuízo no comércio e na lavoura. Várias medidas foram postas em prática, e o edital de 1825 era renovado sob a forma de um ato do Governo Geral. O Aviso do Ministério da Fazenda nº. 263, de 22 de setembro de 1835, mandava aos administradores das Mesas de diversas rendas:

[...] que ficassem na inteligência de que o Governo solícito em promover todos os meios possíveis para acreditar os nossos gêneros levados ao estrangeiro, e sendo o açúcar um dos que já não goza de crédito que antes merecia, em razão da fraude que se há infelizmente introduzido, não só na sua qualidade pela mistura, que fazem, como na tara das caixas, [e ordenava] que os trapicheiros em um dos topos das caixas ponham com marca de fogo o nome do Trapiche etc.

A resolução do governo provincial de 26 de maio dava as primeiras mostras legislativas no cuidar da necessidade de incrementar as indústrias agrícolas. Concedia a Manoel José de Almeida Couto a formação de uma companhia para abertura de poços ou fontes artesianas.

A 13 de março de 1837, foi promulgada a lei da província sob o número 46, a qual mandava fosse posto na Biblioteca Pública, um busto de metal ou mármore do visconde de Cairu. Este sábio espírito, inspirador da Carta Regia de 28 de janeiro de 1808, que abriu os portos do Brasil ao comércio de todas as nações amigas, o maior benemérito do comércio, o patriarca das nossas leis comerciais e o fator máximo da ação subjetiva da independência do Brasil, até o ano de 1923, não mereceu das sucessivas gerações nascidas na Bahia, o tributo de veneração devido ao exemplo de valor moral que lhes soube dar. Não um busto, mas a estátua, com que os contemporâneos sabem premiar os serviços a pátria, precisa ser erigida, instantemente.

A despeito de tão frequentes agitações e constantes sobressaltos, a vida do comércio corria como soe acontecer, nas fases de convulsão social ou nas de calamidades públicas; obedecia a direção dos próprios interesses e ao senso especulativo dos negócios, aproveitando e explorando as dificuldades e apertos dos precipitados, dos descoroados e dos inertes, cujo desalento inutiliza o trabalho reparador.

Importantes casas inglesas, começavam a dominar o comércio de importação de fazendas e o de exportação de gêneros do país. Os portugueses, continuavam sempre com a mesma afincada e pertinaz atividade mercantil, no geral dos negócios, principalmente, nos de charque, bacalhau, como comissários-aviadores, prestamistas e no a varejo.

De novo, nuvens carregavam os horizontes da vida política; avisos, delações, denúncias, boatos, como hoje se diria, prenunciavam próxima tempestade.

A 7 de novembro de 1837, com a violência fulminante do raio, deflagra a borrasca; irrompe a Sabinada, com o cortejo trágico de seus sucessos, seguindo triste percurso até 15 de março do ano seguinte, na capital, e 9 de junho, na Feira de Santana, quando era desbaratado o último reduto de Hygino Pires Gomes. Seis meses de torturas continuadas, foram os vividos pela província. Na capital, onde pronto triunfara a sedição e se constituiu o governo da revolução, acirravam-se os velhos ódios contra os portugueses. Tornava-se cada dia mais intolerável a vida pela carestia dos gêneros alimentícios. O governo revolucionário multiplicava as providencias, baixando reiteradas portarias. Á vista da penúria em que se vivia, maior depois que o bloqueio da cidade se tinha feito mais severo por parte dos legalistas, era natural que recrudescesse o antigo conflito de raça e o espírito de vingança contra os que só nos tinham feito bem. A portaria revolucionária de 15 de fevereiro mandava ao chefe de polícia que,

[...] sem perda de tempo fizesse capturar a todos quantos portugueses, fossem encontrados na Capital, principiando por aqueles que pela opinião pública se achassem indigitados por desafeiçoados á causa esposada, e dentre estes com preferência os mais ricos [e sabendo] que alguns tinham procurado refúgio, ocultando-se á bordo das embarcações surtas no porto, [ordenou] que se passasse áditas embarcações e efetuasse as prisões.

Neste mesmo dia, houve por bem decretar, que, quanto antes, se pusessem debaixo de sequestro os prédios rústicos e urbanos pertencentes, quer aos brasileiros quer aos portugueses, que se achavam no recôncavo, atijando e fazendo guerra.

Dias depois, a pretexto da grande falta de gêneros alimentícios e do alto preço a que tinham subido os que por ventura existiam, devido em grande parte aos armazéns e tavernas dos portugueses que se conservavam fechados, chegou o Governo revolucionário a nomear uma comissão de seis negociantes, Macnab, João Gonçalves Cesimbra, Manuel Alves Fernandes Sucupira, Burchick, João Higgin e Guilherme Benn, para que tomasse conta dos armazéns, cujos donos estivessem ausentes e, ao passo que se fossem abrindo, fizessem vender retalhadamente os gêneros neles

existentes, arrecadando os seus produtos. A deposição das armas pelos revolucionários, a 15 de março, tinha custado o sacrifício de perto de duas mil vidas e era nessa data, horroroso o espetáculo do incêndio de quarteirões inteiros de casas da cidade, na Piedade, ao Duarte, ao Beco do Moçambinho, ao Largo da Piedade (quatro), ao Portão da Piedade, os quatro grandes sobrados a Rua Nova do Commercio, pertencentes ao negociante Pedroso, e os dos, também negociantes, João Gonçalves Ferreira, Manoel Antonio Gomes, Francisco Lopes de Carvalho, Domingos Henrique dos Reis, Antonio Raymundo da Paz, João Francisco Alvares, José Ramos Neves, Francisco José da Rocha. Antonio Pinto Leite, Henrique Guilherme Coelho, José Rodrigues da Costa; uma carreira de lojas em Santa Barbara, 22 prédios na Ladeira da Conceição da Praia, Preguiça, além de muitos outros. Triunfante a causa do Governo, restava pensar a profunda ferida, aberta com esse cruel martírio.

A conturbação de ânimos que se seguiu à volta da vida normal, era aumentada com a realidade do quadro de miséria e desolação.

Todavia, as forças financeiras e a atividade comercial e expansiva, depois da terrível provação, iam renascer, dando a impressão de uma rápida recuperação.

A 30 de agosto de 1838, Manoel de Vasconcellos de Souza Bahiana fundava, em Cachoeira, a segunda fábrica de rapé da província, pois, desde 1816, um suíço de nome Mearon, estabelecera nesta cidade, o primeiro fabrico com caráter industrial e cujos produtos tiveram fama nacional, pertencendo hoje à firma Borel & C.

1840 A 1850

Em 1840, a 13 de novembro, instalou-se a "Associação comercial" desta praça, composta de banqueiros e comerciantes nacionais e estrangeiros, corretores e mais pessoas estabelecidas e auxiliares do comércio. Era representada por uma junta diretora, composta de 12 sócios efetivos, eleita anualmente. Esta é a utilíssima "Associação", sempre prestante e defensora, dedicada aos interesses da classe e da indústria, em geral. Era, então, como ainda é, o seu fim "promover o que fosse do interesse do comércio e da agricultura, desviando os estorvos ou obstáculos do seu desenvolvimento, por meio de representações às autoridades ou poderes constituídos."

Este notável acontecimento, coincidia com o despertar de um grande surto de atividades no domínio comercial, o que foi na verdade, demasiado para as combalidas forças financeiras da ocasião e por isso teve que lutar com dificuldades, arrostando, ao fim de um lustro, mui sérias vicissitudes.

Em 1841, por iniciativa de poderosos elementos da praça, criava-se e estabelecia-se nesta cidade, uma companhia, cuja denominação, por si só, dá ideia do portentoso esforço que pretendia realizar. Era a "Companhia para introdução e fundação de fabricas úteis, na Província da Bahia". Foram seus primeiros diretores José Antonio de Araújo, Francisco Belens de Lima e Joaquim Alves da Cruz Rios, que eram das mais respeitáveis figuras do comércio, nessa época. Representava ser um empreendimento muito acima das forças do meio onde se o tentava, faltando, como de fato faltava, o indispensável aparelhamento bancário ao provimento de suas necessidades financeiras. Por escritura de 14 de junho de 1841, fazia o arrendamento do Engenho Cabrito, de propriedade do Ignacio Rigaud e sua mulher D. Anna Marcellina. S. Boaventura Rigaud, a fim de ali estabelecer uma fábrica de papel.

A fábrica de tecidos do Engenho da Conceição, a do Queimado e a da Villa de Valença, já existiam, esta do Dr. Bernardino de Senna Madureira, com quem, posteriormente, foi associado o Dr. Luiz Rodrigues Dultra Rocha Filho, os quais formaram a firma Madureira & Dultra, tendo a fábrica de capital 160:000\$000, com 48 teares e cerca de mil e quinhentos fusos. Esta fábrica foi vendida depois a Lacerda & Irmãos.

Projetada a fábrica de papel, a lei provincial de 18 de outubro de 1843, concedia-lhe o privilégio exclusivo de manufatura. No ano de 1840, porém, Joaquim Alves da Cruz Rios e José Pereira de Souza, já então extinta a "Companhia de fabricas úteis", anunciavam pelo "Mercantil", a venda de todos os mecanismos e mais acessórios da dita fábrica de papel, devendo, quem pretendesse, dirigir-se ao Cabrito.

No exercido de 1840-1841, o volume da importação da província ascendeu a Rs. 7.003;000\$000 e o da exportação a Rs. 6.440;000\$000, tendo sido o câmbio médio do ano, da taxa de 31 d. (Para melhor esclarecimento do leitor, convém lembrar, que de 1833, Lei n.º. 59, do 8 de outubro de 1833, ao ano de 1846, o câmbio par passou a ser de 43 1/5 d.; só depois, pela Lei n.º. 401, de 11 de setembro do 1846, fixou-se no de 27 d.).

Um fato da maior importância econômica, de ação deslumbradora, alcançando logo às vistas e a cobiça de muitos negociantes da capital, foi a descoberta de diamantes, no mês de março de 1842, na Serra das Aroeiras, na Chapada Grande.

Em 1845, o desenvolvimento industrial, demonstrado nas novas iniciativas, instigava os capitais á formação de bancos, instrumentos de crédito, reclamados como urgente necessidade, porque se faziam sentir perturbações frequentes na vida financeira. Nesse ano, fundava-se o "Banco Comercial da Bahia", primeiro do nome, sendo, entre outros, seus diretores na fase inicial, o Barão de Fiaes, José Agostinho de Salles, Francisco Lang, Joaquim Jose Rodrigues e Luiz Antonio Vianna; emitia letras com prazo e sem prazo, até 50 por cento do capital efetivo. (Esta faculdade

de que usou, o fez ser considerado um banco emissor, e assim está registrado na história do papel-moeda, no Brasil). Passou a ser, por Decreto de 1853, "Caixa Filial" do 3º. "Banco do Brasil".

De uma carta particular, do nosso arquivo, escrita a 25 de março de 1847, que temos á mão, descobrimos que, por falta de dinheiro na praça, ainda se não tinham completado os quinhentos contos de capital, o Banco, em vez de aproveitar a excessiva crise de falta do dinheiro, mantinha-se tímido e não emitia, o que motivou, esta apreciação:

[...] excede a toda a crença a penúria em que, está a nossa praça: 30 caixas (de açúcar) não realizaram dinheiro, e continua o enjoo do açúcar, apesar de serem boas as notícias, e princípio de primavera na Europa; não chegam navios, e os trapiches já não podem receber.

Em 1845 o negócio de farinha de mandioca, mostrava-se em conjuntura difícil, provocada pela exportação que se fez para o norte do Império, com o fim de socorrer a fome, que ali era intensa. Durante o regime servil, estas crises no mercado da farinha, tinham caráter de extrema exigência, pela necessidade de cada senhor prover a subsistência de seus escravos. Apareciam os atravessadores, em regra, comerciantes de largos recursos e capitais, cuja ação se exercia de modo a evitar que chegasse o gênero ao celeiro público, visando, pelos processos que empregavam, elevar o preço para granjearem ganhos excessivos. Como convinha à população, o presidente, segundo costume, interveio, impedindo a alta no preço da farinha de mandioca.

Em 1846-1847, havia inquietante mal-estar financeiro, refletindo na praça e nas indústrias.

Manifestou-se ameaçadora crise na fábrica de tecidos de Valença, a despeito dos poderosos elementos de dinheiro que a sustentavam, e na do Engenho da Conceição e na do Queimado, pertencente a Paulo Pereira Monteiro. A situação era aflitiva, fazendo-se o deputado Dr. Eduardo França, eco da mesma, na Câmara dos senhores deputados, do Rio de Janeiro. Apresentou um projeto de empréstimo à fábrica de Valença, o que foi muito debatido, propondo-se, afinal, que o auxílio de cinquenta contos de réis, que se mandava emitir a favor desta, fosse aumentado de cinquenta contos, em favor do empréstimo às duas fábricas de tecidos, estabelecidas no Engenho da Conceição e no Queimado.

A 23 de setembro de 1848 é instalada, nesta cidade, a "Sociedade Commercio da Bahia", com funções mercantis e hipotecárias em toda a província, com capital flutuante, transformado, em 5 de janeiro de 1860, em capital fixo de Rs. 8.000;000\$000, dos quais foram realizados 3.593;200\$000, até que, em 24 de maio de 1890, converteu-se



em Banco Emissor da Bahia, pela faculdade de emissão que lhe foi conferida pelo governo geral, na forma do decreto de 6 de julho de 1888, faculdade esta, cassada pelo Decreto de 17 de dezembro de 1892. Tendo sido abolida a regalia de banco emissor, recorreu ao poder judiciário, que lhe reconheceu o direito e antes de ser julgada a apelação, entrou em acordo com o Governo Federal, em 18 fevereiro de 1897, recebendo a indenização de Rs. 6.927;083\$500. De posse desta importância, sua Assembleia Geral resolveu reduzir o capital que, antes fora elevado a Rs. 10.000;000\$000, para Rs. 6.000:000\$000, resgatando 40.000 ações, por compra e pela cotação corrente, reorganizando-se sob a denominação de "Banco Comercial da Bahia", em Assembleia Geral, de 14 de abril de 1897. Em 31 de janeiro de 1901, a caixa do Banco possuía, em moeda corrente, apenas Rs. 66;877\$965, tendo cheques a pagar no valor de Rs. 1.078:599\$500, devendo, em conta corrente acumulativa Rs. 5.851;530\$708 e em contas-correntes simples de 2.054;092\$166, afora obrigações a prazo fixo, em mais de Rs. 6.000:000\$000 e letras hipotecárias, em mais de Rs. 3.000:000\$000 e outras obrigações. A 11 de fevereiro seguinte, suspendeu pagamentos e seguiu-se a série infundável de sua triste liquidação.

A 5 de outubro do mesmo ano de 1848, era instalado o "Banco Hipotecário da Bahia", conforme se vê do convite, publicado pelo "Mercantil" de 9 de novembro, dirigido às pessoas, que quiserem ser acionistas do dito banco, que poderiam se dirigir ao escritório de José de Souza Leite, onde se achava o livro para receber as inscrições". O Projeto para a criação de um banco sobre fundo hipotecário, fora apresentado pela Junta da Lavoura da Província. O "Correio Mercantil" do Rio de Janeiro, fez-lhe "reflexões em prova do fervor com que saudava o aparecimento de concepções desse género". Acrescentando: "E por sem dúvida digna de encômios e imitação a tentativa que faz a associação baiana, e desejamos ardentemente que chegue a realização e sirva de estímulo aos capitalistas, e proprietários da corte e província do Rio de Janeiro, para que, imitando o patriotismo de nossos concidadãos da Bahia, estabeleçam entre nós associações que tenham por fim proporcionar capitais à agricultura e industrias".

Consistiam as feições gerais deste Banco: em que as ações, de Rs. 200\$000 cada uma que em número de 30.000, eram garantidas por hipotecas de bens de raiz ou prédios aceitos por dois terços do valor de sua avaliação, devendo o capital, assim garantido, ser satisfeito por meio de entradas anuais a razão de 5 %; e em que, elevado o capital do Banco com emissão de letras ou livraneas à vista, no valor triplo do dinheiro em caixa e descontado a 6 % ao ano; habilitava os mesmos acionistas para se servirem do seu próprio capital assignado; porque os autorizava para descontar letras, sob a garantia de suas ações até os dois terços do valor com que tivesse entrado era dinheiro.

A 12 de outubro, também de 1848, começara a funcionar outro estabelecimento bancário com à denominação de "Caixa Comercial da Bahia", com fundo incerto e retirável, a vontade dos acionistas, de Rs. 83 :920\$000 e, já no seu 1º semestre, estava elevado a Rs. 2.168:750\$000. Depois o capital foi tornado fixo em Rs. 2.500 :000\$000, e, vinte anos depois de sua fundação, a assembleia geral resolveu sua liquidação, que foi feita pela comissão composta dos Sres. Manoel José Bastos, Arnaldo Lopes da Silva Lima e Francisco Teixeira Ribeiro, pagando a todos os credores do banco e reembolsando o capital acionista, com 93% de seu valor.

A 3 de novembro, manifestou-se pavoroso incêndio no comércio, ameaçando o edifício da alfândega. Pela primeira vez funcionou, na Bahia, uma bomba contra incêndios, adquirida na Inglaterra, pela associação comercial, e aqui chegada a 10 de outubro anterior.

A cifra do comércio exterior da Bahia, no decênio de, 1840-1850 foi, para a importação de Rs. 90.321;000\$000, e para a exportação, de Rs. 76.888:000\$000, tendo a exportação excedido a importação, apenas no exercício de 1848 – 1849, em que esta foi de Rs. 7.996:000\$000 e aquela de Rs. 8.547:000\$000 com uma média decenal na taxa cambial 26 d.:

1850 A 1860

A lei n. 556, de 25 de junho de 1850, dava ao país o "Código Comercial", que principiou a obrigar e ter execução, seis meses depois da data da sua publicação na corte. Consumara-se a grande aspiração de tantos anos; fizera-se realidade a obra preconizada por Silva Lisboa. Libertara-se o império de uma legislação parcelada e arcaica, logrando ter seu monumento do saber jurídico da época, regulador das relações da vida mercantil. Lege, a 25 de novembro, o Reg. n. 737, determinava a ordem do Juízo no processo comercial.

A 13 de janeiro de 1851, instalou-se o "Tribunal de Commercio" desta província que foi supresso pelo Decreto n.º 6.384, de 30 de novembro de 1876, que organizou "Juntas Comerciais" nas províncias de primeira ordem, entre as quais foi classificada a da Bahia, por decreto n.º 4.035, de 18 de agosto de 1852.

O contrabando de escravos ainda não havia cessado; os proveitos auferidos com tão temerária especulação, não eram os do passado, todavia, ainda animavam a fortuna dos mais ousados. Em 5 de novembro, o iate "Maria E. Schmidt", era apreendido, pelo "Olinda", com 195 negros, vindos da África e que se destinavam ao infame comercio, e em 17 de dezembro, o iate de guerra "Itaparica" fazia a presa da escuna "Relâmpago", com mais 106.

A indústria do açúcar continuava a dar crescente atividade ao ramo de comércio que explorava a venda de seus produtos. Segundo Amaral (1923, p. 188), saíram, no ano de 1850-1851, do porto desta cidade, quatro milhões cento e setenta mil arrobas de açúcar. Seriam 1.209.316 sacos de 60 quilos, na medida de agora.

A 4 de setembro de 1852, instalava-se a "Companhia de Seguros Interesse Público", ainda hoje existente.

Foram seus primeiros diretores Manoel Pinto Leite, Antonio Rodrigues Nogueira e Francisco Ribeiro Moreira, sucedidos pelos nomes dos mais representativos da praça, fazendo-se a renovação anual, se não permitiam fazendo-se a renovação anual, se não permitiam reeleições, princípio este que, até 1870, somente foi inobservado em relação ao Coman. Manoel Joaquim Alves, eleito em dois exercícios sucessivos, 1855-1856, e para o triênio, (referido de estatutos), de 1857 a 1860 e 1861 a 1863, ao Coman. Antonio Francisco Ribeiro Guimarães, reeleito, também, nestes dois triênios, e a José Joaquim Ferreira Machado, de 1864 a 1870.

Em 1853, criava-se novo estabelecimento bancário, a "Caixa Reserva Mercantil". Funcionou, a princípio, sob, as bases de capital flutuante, mas a assembleia geral

de 19 de janeiro de 1860, converteu-o para capital fixo, que ficam sendo de Rs. 44000:000\$000, não chegando a ser realizado por inteiro (faltaram Rs. 1.970:000\$000). Em assembleia extraordinária, de 2 de novembro de 1871, foi transformada em "Banco Mercantil da Bahia", incorporado por decreto imperial n.º. 4.891, de 12 de junho de 1872, com capital de Rs. 8.000:000\$000, dos quais só se realizaram Rs. 6.500:000\$000. Este banco, funcionou até fevereiro de 1901, quando suspendeu pagamentos e entrou em liquidação.

A 8 de dezembro do mesmo ano, foi lançada a primeira pedra para a edificação das obras da "Companhia do Queimado", contratadas com os Drs. Francisco Antonio Pereira da Rocha e Bernardino Ferreira Pires, em 17 de janeiro de 1853, de conformidade com a Lei n.º. 451, de 10 de junho de 1854.

Havia duas companhias de vapores: a "Bomfim", que fazia a navegação dentro do porto, e a "Santa-Cruz", a navegação da costa. Do grande comércio fora a iniciativa das respectivas organizações, tendo estado a frente, o negociante e capitalista, então, de maior fama, Comendador Pedroso de Albuquerque.

Neste ano, foram ainda fundados dois bancos: "Caixa de Economias", com capital fluante, o qual, a 31 de dezembro de 1860, atingia a Rs. 970:988\$000, compondo-se a direção dos Srs. Joaquim de Castro Guimarães, Pedro Ferreira Vianna Bandeira, Joaquim José de Freitas, Tibúrcio Joaquim de Castro, Joaquim José Teixeira Leal e Ernesto Pereira Coelho da Cunha. O capital foi sucessivamente baixando; reduzindo-se em 31 de outubro de 1874, a Rs. 282:117\$000, quando a Assembleia Geral dos acionistas, de 28 de junho de 1877, resolveu fosse feita a liquidação da "Caixa", elegendo para liquidante a Luiz Paulo de Athayde e para comissão Fiscal Dr. Fortunato Augusto da Silva, Joaquim José Teixeira Leal e Joaquim José de Freitas.

A "Caixa hipotecária", instalada no mês de novembro, teve como diretores: Lino Porfirio da Silva, Francisco Teixeira Ribeiro, Paulo Alexandre Ferraro, O. C. Messeder e Francisco José Ramos. O capital era de Rs. 1.200:000\$000, em 12.000 ações de Rs. 100\$000.

Em 1855, a crise que se vinha manifestando, generalizou-se, tomando o caráter da maior gravidade, em virtude da terrível peste do cólera, que ceifou a Bahia, vinte e nove mil vidas.

Em nosso modesto arquivo, temos uma carta que, em rápido traço de pena, dá a impressão da situação de abatimento e tristeza deste mau instante da nossa vida:

[...] o certo é que, o ano prometia alguma vantagem aos desgraçados lavradores, gozando o açúcar, bom preço. Veio, porém, o cólera aniquilar tudo, e criar uma crise horrível, cujos efeitos por aqui já começam a patentear, e a sentir-se, contando-se com o desenvolvimento mais amplo.

A carta a assignada por pessoa de responsabilidade política e econômica e tem a data de 28 de outubro de 1855.

Em 1856, a firma Leite & Alves, do Rio de Janeiro, instalava aqui, uma filial e estabelecia a fábrica de cigarros, a qual, depois, foi engrandecida, sendo no ramo, desde muitos anos, a primeira do estado, à cuja indústria do fumo presta reais serviços.

Continuava a febre da criação de instituições bancárias, o que era visto como uma necessidade premente para o desenvolvimento das atividades produtivas no comércio, na indústria e na agricultura.

O movimento que neste sentido, tão acentuado se fizera na capital, ia ter repercussão na cidade da Cachoeira, onde a 20 de abril de 1856, se efetuou uma reunião de diversos capitalistas, que resolveram criar uma "Caixa Comercial", na mesma cidade.

Nazareth, Valença e outros centros de comércio do interior do estado, concomitantemente, organizavam outras caixas de empréstimos, todas de capital flutuante, do que resultou a perda de organização assaz útil, de aparelho bancário tão disseminado.

Na cidade de Santo Amaro, o banqueiro Pedro Rodrigues Vieira d'Utra, irmão do Dr. Luiz d'Utra Rocha Junior, com o visconde de Subahé, João do Lago, João Rodrigues Senna e outros, organizaram a "Caixa Comercial de Santo Amaro", a qual foi a única que salvou todo o capital, na liquidação a que foi forçada, em virtude da lei de 1860, referendada pelo Ministro Angelo Ferraz. Os acionistas foram pagos integralmente do capital e os remanescentes reverteram em favor da Santa Casa de Misericórdia, da mesma cidade.

Infelizmente, falhou esta obra benemérita da difusão do crédito comercial e agrícola, nos centros de atividade produtiva, a qual, desperta, com entusiasmo, em dado momento, até hoje se não renovou, e seria obra de visionário a que ainda tentasse levá-la a efeito!

Em 1857, estabelecia Manuel Luiz Pinto Coimbra, a fábrica de tecidos "Modelo", a rua da Valla.

Começa, neste ano, a fazer-se sentir os efeitos de terrível seca, felizmente, jamais repetida em extensão e inclemência, a qual deveria se prolongar até o ano de 1861.

Um núcleo constituído de elementos dos de maior conceito e respeitabilidade financeira na praça, entre eles, Candido Pereira de Castro, Luiz Rodrigues d'Utra Rocha Junior, Joaquim Pereira Marinho, Manoel Joaquim Alves, organizaram e fundaram o "Banco da Bahia", com o capital de Rs. 8.000:000\$000, dos quais foram realizados Rs. 4.000:000\$000. Gozava do direito de emissão de papel moeda, faculdade que exerceu de 1858 a 1898, quando a renunciou. Em 1890, obteve do governo geral, a faculdade de também, emitir notas do tesouro, carimbadas, base ouro, desistindo em 1892, da faculdade desta emissão, pagando ao tesouro a quantia emitida e ficando a este o encargo do resgate. É a mesma instituição, que, a despeito de muitas vicissitudes, desde as de sua origem e muitas oriundas do infeliz momento financeiro em que foi criada, há subsistido, honrando nossas tradições comerciais.

1860 A 1870

A 16 de Setembro de 1860, principiou a funcionar a fábrica de chapéus, pertencente a firma Bastos & Cia., com cerca de 250 operários, tendo sido a primeira no gênero, estabelecida entre nós.

A febre das empresas que se formavam à sombra dos bancos, vindos de se constituir, desfalcava a estes o capital flutuante, (do sistema bancário da ocasião), especialmente destinado ao seu aumento, para alimentar todas essas obras de companhias organizadas, que surgiam quase a um tempo, dentro da província, devendo, forçosamente, acarretar as dificuldades que tanto abalo estavam produzindo.

Acerca desse desagradável período porque passamos, pouco tempo depois, ainda sob a incidência dos males ocasionados, escrevia eminente figura da época:

A estes factos irrecusáveis, e que estão ao alcance e sob o domínio de todos, prende-se, naturalmente, o vulto exagerado que ultimamente tomou o crédito, aqui, no torvelinho dessas concepções vertiginosas e desenvolvidas com o funesto auxilio dos maiores, e mais perigosos preconceitos. Desde que as causas ordinárias da indústria reprodutiva se desobstruírem, e que por entre outras medidas com o desenvolvimento gradual, e refletido do crédito territorial se restabeleça o equilíbrio, o termo da perturbação deve infalivelmente chegar, e a confiança reaparecerá.

Dentre os principais do comércio, nesse período, destacavam-se estes nomes, que colhemos alhures, além do comendador Pedroso de Albuquerque: Francisco José Godinho, Antonio Francisco de Lacerda, Justino José Fernandes, Manoel José de Figueiredo Leite, Joaquim Pereira Marinho, Francisco Adães Villas Bôas, Joaquim José Rodrigues, José Ferreira Pontes, Luiz Roiz Dutra Rocha, Candido Pereira de Castro, José Antonio dos Passos, Manuel Joaquim Alves, Manoel dos Santos Neves, José Teixeira Ribeiro, Francisco Fnz. Mesquita, Cezimbra & Irmão, Luiz de Souza

Gomes, Joaquim Pereira Pestana, Januario Cyrillo Costa, Antonio Francisco Brandão, Manoel C. Moreira Junior, Pedro Brandão da Fonseca, etc. O comércio estrangeiro era representado, entre outras, pelas seguintes firmas: Morgan F., Richard Lattan & C., Albm. Crabtre & C., Schmidt Pemupt & C., Johnston ambers & C., E. Bnn C., Whately Brable & C., Dalglish Cumpson & C., Wilson Scot & C., P. Jm. S. de Darpert & C., Ryder & C., Wm. Aug. Bieber & C., Lohmannt & C., Aug. Derosterd & C., Feycu Kellent, N. H. Witt & C., Hermann Binder & C., F. Reieker & C., Sheffen & C., Meuron & C., Johnston Lannders & C., Humber & C.

Para dar ideia do grave momento por que passava a praça, bastará ler o seguinte trecho do relatório do Banco da Bahia, apresentado na reunião de março de 1861: "Na época anormal, em que a província se tem achado, as falências se sucedem com uma frequência, e uma intensidade desanimadoras" (BANCO DA BAHIA, 1861, p. 37).

Um outro relatório, este referente a "Caixa Comercial da Bahia", consignava:

nenhum receio deve inspirar seu futuro, á menos que contra as mais sensatas previsões não se queira formar um juízo temerário, para o qual não me levará decerto nem a situação excepcional do mercado presentemente. A crise por que infelizmente passamos, e cujos desastrosos efeitos todos sentem a deploração não é um facto novo nos anuais da ciência econômico-financeira. (CALMON, 1925, p. 95).

Todos os bancos de capital flutuante "visto como os pedidos de capitais, muito excedentes dos dinheiros existentes, não pudessem, pelas críticas extraordinárias ocorrências que tinham presenciado, ser integralmente satisfeitos,

[...] anunciavam ficariam unicamente francas as retiradas dos órfãos, de escravos, e de quantias não maiores de Rs. 51\$000 de pequenos acionistas e que os capitais de todos os outros inscritos ou não, fossem pagos segundo a existência do dinheiro em cofre e em proporção dos capitais de cada um.

Esta resolução foi aprovada por Sua Majestade Imperial por intermédio do Ministério da Fazenda, depois de ouvida a respectiva sessão do conselho do estado.

Continuava a terrível seca, que se tinha alastrado pelo sertão: Currealinho, João Amaro, Rosário do Orobó, Maracás, Jacobina, Villa Nova da Rainha, Santa Izabel, Lençóis, Andarahy, Minas do Rio de Contas, toda a província, enfim, havia sido assolada.

A prova do quanto sofreu a praça, tiramos do índice da cifra do nosso comércio exterior, que, tendo tido uma média anual de Rs. 19.094:000\$000 na importação do quadriênio de 1856-1860, viu baixar o volume da mesma a Rs. 14.108:000\$000 no

exercício 1860-1861; e no da exportação, de uma média anual no quadriênio anterior de Rs. 14.393:000\$000, desceu a Rs. 8.423:000\$, durante o ano de 1860.

No decênio de 1850-1860, a importação foi de Rs. 155.880:000\$000 e a exportação de Rs. 121.818:000\$000, tendo sido a média do cambio 27 d.

A 20 de junho de 1861, terminava a distribuição de socorros públicos para minorar os efeitos da fome no sertão.

O comércio, a despeito dos prejuízos que se acumulavam, procedeu com o espírito de generosidade e magnanimidade com que sempre vai em socorro das calamidades. Às subscrições, as festas de caridade, concorria com abundante nobreza, e bondade de sentimentos. A Companhia de Navegação Bahiana, cujos diretores eram: Francisco Gonçalves Martins, Antonio Pereira Franco, Antonio Pedroso de Albuquerque e Hutton Vignoles, pôs seus vapores à disposição do governo e da comissão central, tudo facilitando com pronta e oportuna solícitude.

A 14 de dezembro desse mesmo ano, inaugurava-se no Museu do Lyceu Provincial a primeira exposição dos produtos e artefatos da província. Este cometimento visava atrair a atenção do país para a nossa capacidade produtiva. Era a primeira vez que se o tentava, dando mostras de que, posto as atribuições do momento, havia tendência a fomentar a expansão comercial.

Começava o ano de 1862 ainda sob os efeitos da antecedente quadra dolorosa. O barão de Cotegipe e Domingos Pereira de Castro Aguiar, no parecer da Comissão Fiscal do Banco da Bahia, de março desse ano, salientavam:

Lançando as vistas sobre as diferentes tabelas que instruem o Relatório, notareis que o algarismo das letras em carteira tem ido em diminuição; o que prova, que a Direcção tem procedido com prudência restringindo as transações, enquanto a Praça não readquire as forças perdidas durante a longa crise, porque acabamos de passar.

Os excessos das facilidades bancárias que foram nossas, e, também gerais para o país, tinham provocado a Lei acauteladora de 22 de agosto de 1860, que estabelecia restrições sujeitando os bancos a severa fiscalização (BRASIL, 1860). Os corpos já combalidos pelas crises repetidas, levantaram grandes clamores contra o novo regime bancário o que se impusera como medida de defesa e garantia, de onde só poderia resultar benefício e crédito para os estabelecimentos.

A 12 de abril de 1861, começara nos Estados Unidos da América do Norte, a guerra de Secessão; a luta do norte contra o sul.

Passadas as causas perturbadoras, de ordem climatérica e da financeira resultante da crise comercial, deveria sobrevir, para nós, o período das vacas gordas; a abundância que se seguiu nas colheitas era, como que o ressarcimento, com que a natureza compensava as desesperanças do homem.

O fato da guerra americana, aumentava os benefícios do esforço renascente, entre nós, desviando as energias do trabalho eficiente, talando os campos, e fundindo todas as forças no fanatismo do ódio entre irmãos, dava fôlego às nossas atividades amortecidas, animadas pelos adiantamentos de créditos para o desenvolvimento das lavouras, que, já agora, fazia a usura dos negociantes exportadores. Os altos preços do açúcar, do algodão e do fumo pelas necessidades da nação em guerra intestina, e, sobretudo, pela ausência da concorrência desta, fizeram com que nossa exportação no ano de 1861, que não começara sob promissores auspícios, atingisse a Rs. 16.791:000\$000, o duplo da do ano anterior, chegando a Rs. 18.030:000\$000, no ano seguinte de 1862.

Nesse ano, além da Companhia de Seguros Interesse Público, funcionava, nesse ramo de negócio, a "Companhia de Seguros Marítimos Bom Conceito", da qual eram, então, diretores José Joaquim Ferreira Machado, João Francisco Nunes e José Antonio de Freitas

Em 1863, não existia a Rua das Princesas, atual Rua de Portugal. O mar vinha bater na ribeira do Corpo Santo, hoje Rua Santos Dumont.

A Companhia Bahiana tinha os vapores: "Gonçalves Martins", "Valeria do Sinimbu", e "Santa Cruz", empregados nas linhas do norte e do sul e "Dous de Julho", "Jequitaiá", "Paraguassú" e "Progresso", empregados nas linhas de Cachoeira, Santo Amaro, Nazareth e Valença. Os vapores "Lucia" e "Izabel" faziam a navegação para a Jequitaiá e Barra.

Esperavam-se de Inglaterra Os vapores: "Santo Antonio" e "Boa Viagem".

No dia 1º. de setembro de 1858 haviam começado os trabalhos da estrada de ferro da Bahia ao S. Francisco e em 28 do julho de 1860 fora aberto ao trânsito a parte construída da Jiquitaia á Aratu, a Feira Velha e á Pitanga, e a última, em 31 de janeiro de 1863, da Pitanga a Alagoinhas.

Em 1863, atingimos o máximo até então alcançado, na exportação para o estrangeiro. Com uma média anual do câmbio de 27 1/4, o volume dos produtos que mandamos para o exterior representava o valor de Rs. 18.026:367\$114, cujos gêneros principais: o açúcar, na cifra elevada de 3.776.436 arrobas e 5 quilos, no valor do Rs. 6.934:360\$125;

o fumo, pelo de Rs. 5:372:666\$099; seguindo: do café no de Rs. 1.762:940\$318, dos diamantes, no de Rs. 1.647:450\$000 vindo, depois, os couros, jacarandá, algodão, este no Rs. 729:730\$204, e, dos últimos, o cacau com a contribuição de 1.249 sacos, de 60 quilos cada um, no valor de Rs. 209:009\$191! Nesse ano, a guerra de Secessão estava em seu auge, contribuindo, portanto, para tais resultados.

Ao findar o ano de 1864, começa o período sombrio da guerra do Paraguai, para a qual, durante quatro anos, a província havia mandado repetidos contingentes, somando 18.725 soldados, segundo a informação do visconde de S. Lourenço, em seu relatório apresentado a assembleia provincial, em 11 de Abril de 1869, (isto, era relatado, um ano antes do termo da guerra).

Por esse tempo, já se destacava, dentre os principais negociantes: Marinho & C., firma de que era chefe o Barão de Pereira Marinho, depois visconde, cujo vulto de negócios dominava o de charque, aqui e no norte do país, tendo navios de sua propriedade para o transporte das mercadorias e gêneros de seu comércio; os seus saques eram disputados, preferidos a títulos bancários; com pluralidade de ação em vários ramos; seguindo a mesma tendência açambarcadora que há sido a característica dos que pela ousadia ou maior perspicácia, inteligência vivaz e boa fortuna, conseguem, entre nós, posição de predomínio nos meios comerciais. Pereira Marinho seria, como efetivamente veio a ser, o substituto do poder capitalista, exercido por Pedroso de Albuquerque, durante longos anos, detentor de grandes capitais para a época, constituindo-se o adquirente da maior parte dos bens de Pedroso, por ocasião da morte deste; concorreu também, por seu gênio construtivo e encarniçado trabalho, para a edificação de grande número de prédios na estrada da Vitoria e no Farol da Barra e no bairro comercial; tendo sabido se aproveitar das crises de dinheiro, que tão amiudadamente se sucediam e dos apertos continuados da classe dos lavradores e senhores de engenho, para aumentar, o número considerável de seus prédios, comprando-os a vil preço.

O comércio de importação de fazendas estava em boa parte em mãos de firmas inglesas, pois que, não havendo fabricação de tecidos nacionais, senão fiação rudimentar e de urdidura mui grosseira, tipos baixos do algodãozinho para as parcas vestes dos escravos; supria-se a praça em Manchester, Birminghham e outros centros industriais da Inglaterra, que, quase, tinha o monopólio.

O volume geral da importação que, em 1856-1857-1858, atingira a média anual de Rs. 20.000:000\$000, (cambio de 26 1/2), sofrera, por efeito da grande seca de 1858 a 1860, sensível depressão para Rs. 14.000:000\$, em 1860, (cambio 25 9/16), melhorando em 1863, (cambio 27 1/4) para Rs. 16.100:000\$000.

Havia o escritório de fazendas de Antonio Francisco Brandão, o velho, instalado a rua dos droguistas, esquina do Taboão, onde se conservou por longos anos, o qual conseguiu ter um dilatado raio de ação por todo o sertão, sendo ali, imensa sua preponderância; atraindo a freguesia e dando-lhe hospedagem no vasto prédio onde era estabelecido, mantendo, assim, o costume do antigo comércio em grosso.

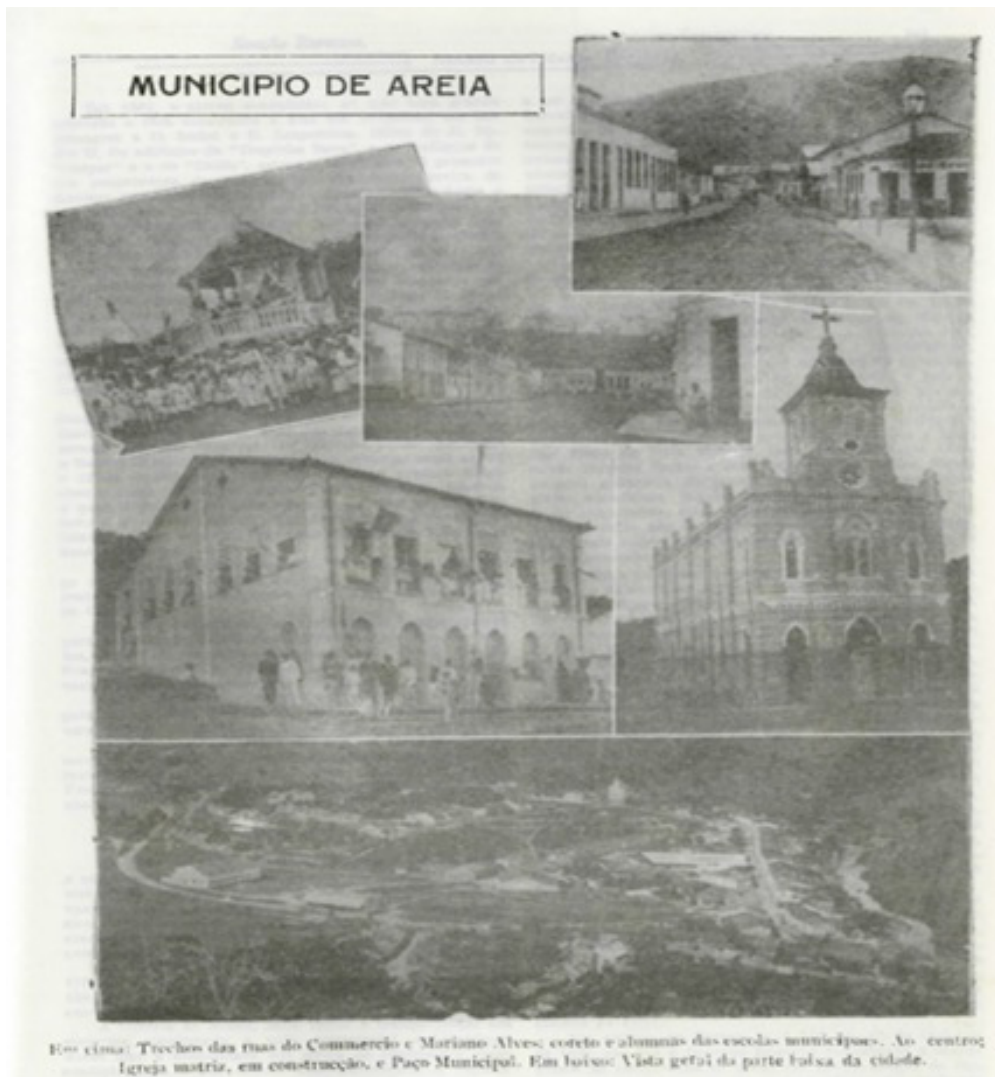
Os comissários de açúcar, continuavam em grande número servindo a mais rica, ainda, das nossas indústrias. Moncórvo & Fonseca, Arnaldo Lopes da Silva Lima & Irmãos, Aristides Novis & C., e tantos outros presidiam os destinos da venda por conta dos comitentes, sabendo tirar compensadores resultados de sua função de intermediários.

Eram, também, figuras representativas do comércio: Luiz Rodrigues d'Utra Rocha Junior; o velho Antonio Gomes dos Santos que continuava a tradição da firma que constituía, trinta anos antes; José Ferreira Pontes; Francisco Ribeiro Moreira; Francisco Fernandes de Mesquita; Januario Cyrillo Costa; Domingos Soares Pereira, Theodoro Teixeira Gomes (o pai do de igual nome que viveu em nossa geração), José Joaquim Ferreira Machado; Manuel Antonio da Cunha; Antonio Francisco Ribeiro Guimarães, etc.

A cifra do comércio de exportação, que, como já vimos, tivera em 1860, formidável queda para Rs. 8.423:000\$000, conseguira dobrar no ano de 1861, com a mesma média cambial e alcançava o índice de Rs. 18.030:000\$000 (câmbio de um ponto acima do ano anterior), no ano do 1862. No de 1863 teve flexão para Rs. 13.058:000\$000 (câmbio médio do ano taxa de 27 1/4). Em 1867, o volume da exportação da província para o estrangeiro, foi de Rs. 22.265:000\$000 que, convertidos em ouro ao câmbio médio do ano, 22 7/16, produziram dois milhões oitenta e um mil quinhentos e quarenta e cinco libras esterlinas!

Em 1866, fundava José Joaquim de Moraes a razão social de José Joaquim de Moraes & C., com o concurso de dois outros sócios, Henrique José Fernandes e Joaquim José da Costa & C., a qual é a mesma com que até hoje mantem a tradição do seu passado, apenas multiplicado o capital e alargada quase que, ilimitadamente, a espera de suas transações primitivas.

Em 1867, o aterro conquistara ao mar uma grande extensão e fora construída a Rua das Princesas, em homenagem a D. Isabel e D. Leopoldina, filhas do D. Pedro II. Os edifícios do "Trapiche Novo", e os contíguos do "Gaspar" e o do "União", estavam levantados. O primeiro era propriedade do Engenheiro Francisco Pereira de Aguiar; foi vendido mais tarde a Agostinho Dias Lima e ali funcionou a Drogaria sob a firma Lima Irmãos & C. Passou depois a ser propriedade de Manoel Serafim Carneiro, que transferiu para o mesmo a "Drogaria America".



O Trapiche Novo era alfandegado, assim como os outros dois. Nestes trapiches alfandegados, as mercadorias de importação podiam ficar depositadas e por despachar durante seis meses; vencido este prazo, tinham os donos que entrar com os direitos de toda a carga, se porventura não tivessem despachado parte delas em lotes, a sua vontade. Havia neles um fiscal da Alfândega, o qual estava sempre presente. Ali se recolhiam gêneros de exportação que eram depositados em lugares separados dos das mercadorias de importação.

O "Trapiche Gaspar" era propriedade do negociante Joaquim de Castro Guimarães, pai do Dr. Francisco de Castro; que era também dono das casas ns. 16 e 18, da mesma Rua das Princesas. O "Trapiche União" pertencia a Manoel Teixeira de Carvalho, assim como as casas nº. 20 e 22 da mesma rua. Todos estes últimos prédios, trapiches e casas, foram comprados pelo visconde do Rosário, o qual, depois do pavoroso incêndio de 1898 que devorou todo o quarteirão, cedeu parte dos terrenos a municipalidade, para a abertura das ruas visconde do Rosário e Santos Dumont.

A esse tempo, isto é, pelo ano de 1867, havia na "Praça do Ouro" dois vastos trapiches, o "Gomes", pertencente aos herdeiros do Antonio José Gomes e o do "Julião", do Cardoso.

Em 1869, organizavam-se nesta cidade duas empresas para construção de linhas de tranways, serviços de bondes, o dos Coqueiros até o Bomfim e o da Cidade Alta da Praça de Palácio á Vitoria, as quais se denominavam veículos econômicos e transportes urbanos.

Neste mesmo ano, Aristides Novis & C., obtiveram, pela lei nº. 1.086, o privilégio para o estabelecimento de uma fábrica de papel, em qualquer ponto da província.

Fundou-se a companhia de seguros marítimos comercial, sendo seus primeiros diretores: Fernando Pereira da Cunha, Lino Porfirio da Silva e Antonio de Freitas Paranhos Junior, que foi substituído no segundo ano social por José da Cunha Marelim Junior.

1870 A 1880

No ano de 1870, terminada a Guerra do Paraguai, o comércio de importação, que se elevava em valor, em virtude da depressão cambial de 17d e 18 13|16, respectivamente médias dos anos de 1868 e 1869, a qual produzira impressionantes receios, porque, até então, (1865), eram desconhecidas taxas abaixo de 25d., — prometia vencer esses injustificáveis e transitórios temores.

De 1860 a 1870, a importação elevava-se a Rs179.205:000\$000 e a exportação para o exterior de Rs. 169.511:000\$000, tendo sido a taxa média cambial no decênio de 23d.

A vitória do Brasil, fazia voltar a tranquilidade aos espíritos, reanimando a vida comercial, antevendo-se desde logo a necessidade dos meios de transportes como condição para o seu melhor desenvolvimento. A estrada de ferro do S. Francisco, e a do Paraguaçu que começava a ser trabalhada, e, na província, José Lopes Pereira do Carvalho & C., negociantes de grande nomeada e elevado conceito, de que gozavam,

obtinham a concessão da via férrea entre a cidade de Nazareth e a povoação de Santo Antonio de Jesus, hoje cidade florescente; e por Lei Provincial de 17 de julho a presidência da província foi autorizada a garantir juros de 6 % sobre Rs. 1.200:000\$ a empresa "Animação Industrial", que se propunha construir uma estrada de ferro partindo de Santo Amaro, para servir ao seu recôncavo; este contrato, porém, caducou em 1872.

A 20 de junho, foi dissolvida a "Caixa Filial do Banco do Brasil", a qual funcionava nesta cidade.

Este ano marca um acontecimento de alta relevância, qual tenha sido a fundação e instalação, em 15 do janeiro, da "Companhia Aliança da Bahia de Seguros Marítimos e Terrestres". Modesta em seus primeiros dias, pois que, de um capital nominal de Rs. 2.000:000\$000, dos quais só foram emitidos Rs. 1.000:000\$000 de ações, com uma chamada apenas de Rs. 50:000\$000, é hoje a esplendida realidade, exemplo de continuidade de que nós devemos envidescer, porque demonstra o êxito podido e sabido alcançar, em nosso meio, pelo esforço inteligente e perseverante. Organizou-a, muito diversa do que é hoje, José Pinto da Silva Moreira, que, com Domingos Gonçalves Ferreira Bastos e João Eduardo dos Santos, foram os seus primeiros diretores. Atravessou, em princípio, sérias vicissitudes, depois, triunfou das dificuldades, sendo atualmente, como sociedade anônima, o núcleo financeiro, entre nós, de maior capacidade e potencialidade, tanto mais notáveis, quanto resultam da acumulação de lucros sucessivos.

Dentre a numerosa corporação dos negociantes de 1870, colhemos de um documento de então, os seguintes nomes: José Pinto Rodrigues Germano, Augusto Gomes Moncorvo, Jacintho José de Souza, José Pinto Rodrigues da Costa, Luiz Joaquim Maia, Manoel José de Magalhães, Antonio da Silva Moreira Irmão & C., Domingos Fernandes Moreno, Francisco Adães Villas Boas, Agostinho Dias Lima, Bernardo Dias Lima Sobrinho, José Lopes Pereira de Carvalho, Antonio Pinto de Carvalho, Antonio de Souza Moreira, Manuel José Teixeira de Carvalho, Narciso Barbosa Marques, Albano Dias Machado, Pedro Alves Barbosa, Antonio Luiz Vieira Lima, Francisco Xavier Machado, José Antonio de Lima, Luiz José Vieira Lima, Manoel José Gonçalves da Costa, Gonçalves Costa & C., José Manuel Fernandes Ramos, Antonio Dias de Magalhães, Francisco Ferreira Vianna Bandeira, Manuel Teixeira de Carvalho, Augusto Gomes Moncorvo, Ermano Domingues do Couto, Dr. Quirino J. Gomes, Manuel Joaquim Alves, Leocadio José de Britto, Manuel José de Aguiar, Eduard Benn, Theodoro Teixeira Gomes, João Antonio de Góes Tourinho, Ezequiel José Lopes, Emiliano Moreira de Carvalho Silva & C., Francisco da Rocha Bittencourt.

Nos anos de 1870 e 1871, a curva do comércio exterior da província mostrou-se irregular, baixou no primeiro, a importação, para Rs. 17.867:000\$000, de Rs. 20.277:000\$000 que fora no ano anterior, e o de exportação, declinou de Rs. 19.763:000\$000, (em 1869), para Rs. 18.182:000\$000, (média anual do câmbio 22 1|16); e no segundo ascendeu a importação a Rs. 21.979:000\$000 e a exportação a Rs. 22.532:000\$000, (média anual do câmbio 24 1|32).

Em virtude do decreto nº. 1.746, de 13 de outubro de 1869, em que o governo imperial reconheceu a necessidade da construção de docas em vários pontos do império, executadas por empresas particulares (BRASIL, 1869), foi preferida proposta para construção das docas do porto da Bahia feita pelos herdeiros de João Gonçalves Ferreira, o qual em 1854 havia apresentado ao governo um plano de melhoramento do porto, que consistia no alargamento da zona comercial até o forte de S. Marcello, zona essa que seria sulcada por vários canais de abrigo e as embarcações do longo curso e cabotagem. Infelizmente, causas estranhas, principalmente as demoras e complicações da administração Pública, fizeram com que a companhia organizada em Londres, pelo visconde de Mauá, se dissolvesse em 1879.

Em 1872, havia as seguintes fábricas de tecidos: "Todos os Santos", em Valença, que era de Pedroso de Albuquerque, a qual passava por ser a maior do império; "Queimado", de Paulo Pereira Monteiro; "Conceição", de Domingos Gomes Ferreira; "Modelo", de Manuel Luiz Pinto Coimbra; "S. Salvador", de Antonio Francisco Ribeiro e a de Lacerda & Irmãos, em Valença.

Luiz Rodrigues d'Utra, filho de Luiz d'Utra Rocha Junior, instalava a fábrica de tecidos denominada "Bomfim", no grande prédio sito a rua do Gasômetro, esquina da Calçada do Bomfim; celebrou sociedade com Francisco Xavier Catilina, o proprietário da livraria de celebrada nomeada. Constituíram a firme Catilina & d'Utra. Possuía 54 teares e 2.500 fusos. Estando em prosperas condições, foi adquirida pela Companhia Progresso Industrial, em 1892.

Existiam as fundições de: Ernesto Eremberg, em Santo Amaro; de Emygdio Azevedo, ao Pilar; de Rophins Webster, na Jequitiaia e a de Cameron Smidt, no Monserrate.

Em 1873, fundava-se em S. Felix a fábrica de charutos de Geraldo Danemann.

A 1º. de julho, principiou a adoptar-se o sistema métrico francês.

Esse ano de 1873 marca o início da crise econômica, e, portanto, também comercial, que durou até o ano de 1890.

A explosão ia deflagrar com o fenômeno da moléstia da cana-de-açúcar, ocorrido nesse ano. Todavia, causas antecedentes, começadas, desde há 12 anos, (1860), vinham se acumulando, concorrendo, simultaneamente para o desastre.

A seca de 1859; depois veio a queda das Lavras Diamantinas, por muito exploradas as minas conhecidas e pela fecundidade das descobertas no Cabo da Boa Esperança; a baixa do algodão, que tinha atraído o comércio de toda a província.

A moléstia da cana, durou muitos anos, apesar da mudança da semente e da substituição de qualidades, pesteando a nova como pesteou a velha, e tornando-se infrutífero todo o esforço, toda a atividade do lavrador. Manifestou-se, nos anos seguintes, a falta de cereais, proveniente da irregularidade das estações, importando-se por muito tempo até do estrangeiro, o que, agravava as penosas circunstâncias da lavoura e de todas as classes sociais.

Além de tudo, a produção do açúcar na Europa, na África e nas Índias, sempre crescente e aperfeiçoada, determinou a baixa se não a exclusão dos açúcares do Império nos grandes mercados para onde afluíam em outros tempos. Em 1875, a produção do açúcar estrangeiro duplicou em toda parte. Na Europa, fábricas de beterraba abandonaram a produção porque não podiam sofrer a concorrência. Ao mesmo tempo, em nossa província, na safra desse ano, engenhos importantes que fizeram sempre mais de duzentas caixas de açúcar "pelejaram" com oito e dez caixas. A indústria agrícola da cana-de-açúcar, ficou reduzida a um quarto, ou menos, do regular em anos francos e, além disso, os preços, posto desgraçados, tendiam a baixa pronunciada.

Em 1876, a situação mostrava-se mais grave; a safra do açúcar continuava reduzida. Não havia farinha e as plantações e colheita do fumo estavam prejudicadas.

As circunstâncias da província eram as mais críticas e começava por manifestar-se carência de numerário, que tanto acabrunhava o comércio, entorpecido pela falta de alimento, desanimado por não poder embolsar os seus débitos, ameaçado, portanto, em seus haveres, em seu crédito e em seu poder.

Mas o pior mal era que, da miséria já existente, decorria imensa e constante exportação de braços, na venda de escravos para outras províncias, notadamente S. Paulo e Rio de Janeiro, onde florescia promissora a lavoura do café. A ausência de recursos e a necessidade de matar a fome, agravavam o triste estado de coisas na diminuição das forças vivas do trabalho, com o que cada dia, mais se depauperava nosso meio produtivo.

A demonstração da ruína econômica que envolveu o período de 1872 a 1890, temos no fato de haver, a exportação para o exterior baixado no ano de 1873 a Rs. 12.779:000\$000, (cambio médio do ano de 26 3|32), cifra esta desconhecida desde 1855, exceção dos dois anos de 1859 a 1860, vítimas do flagelo da seca.

Nós que conseguimos exportar para o estrangeiro Rs. 169.511:000\$, no decênio de 1860-1870, tivemos que sentir a desoladora verdade de ver reduzido seu valor, a Rs. 166.961:000\$000, no decênio de 1870-1880 e a Rs. 140.240:000\$000, no decênio de 1880-1890, (média anual do cambio nos dois decênios, respectivamente, de 24d e 21d).

Em 1º. de janeiro de 1874, efetuou-se no edifício da Praça do Comércio a inauguração dos trabalhos do cabo submarino do telégrafo elétrico. A 12 do mesmo mês, foram iniciados os trabalhos da fábrica de tecidos denominada "S. Carlos do Paraguaçu". A 1º. de março, principiou a funcionar a "Empresa de Trilhos Urbanos", da Cidade de Santo Amaro. A 29 de agosto, foi concedido, a William Scott, o privilégio por 30 anos para construir, uma empresa de transportes de carga pelo sistema tramway de arame, entre a Cidade baixa, partindo da Preguiça, e a Barra, pelo litoral da cidade, o qual não foi avante. A 4 de novembro, o telégrafo terrestre foi inaugurado nesta província em comunicação com Sergipe. A 22 do mesmo mês, inaugurou-se na Praça Riachuelo o monumento aos heróis do Paraguai, em cuja pedra fundamental, se acha gravada a seguinte legenda: "No reinado do Senhor D. Pedro II, imperador constitucional e defensor perpetuo do Brasil, sendo arcebispo da Bahia, primaz do Brasil, o conde de S. Salvador e presidente da província o desembargador João Antonio de Araujo Freitas Henriques, foi lançada esta primeira pedra da memória a erigir-se no centro da Praça Riachuelo, Bahia, 27 de março de 1872. A Associação Comercial da Bahia, reunindo os donativos do corpo do comércio, mandou levantar no centro da Praça Riachuelo esta coluna em mármore, para perpetuar a memória dos brilhantes feitos das armas brasileiras, na guerra do Paraguai, especialmente da assinalada batalha naval do Riachuelo". Custou o monumento Rs. 55:984\$920.

No ano de 1874, começou a funcionar, entre nós, a filial do London and Brazilian Bank, Limited, primeira de banco estrangeiro que aqui houve.

Em 1875, Manoel Joaquim de Souza e Silva pediu para construir uma doca, que seria formada por um quebra-mar, partindo do forte de São Marcello em Direção ao de São Paulo (Gamboa) e teria capacidade para 500 navios. Este quebra-mar seria arborizado e teria linha férrea que iria até a alfândega e armazéns do peticionário; no interior da doca seriam construídos diques para reparos e a entrada da mesma fechada por meio de correntes de ferro, colocadas entre o forte de São Marcello e a alfândega. O autor avaliava o projeto em 8 mil contos e pedia privilégio por 90 anos, com pagamento de ancoragem obrigatória.

O comércio de exportação para o exterior se manteve no último quinquênio da década de 1870 a 1880, em uma média anual entre a cifra de quinze e a de dezesseis mil contos, não obstante, o câmbio ter baixado de 27 7|32, (média do ano de 1875), a 21 3|8, (média do ano de 1879). Entretanto, este volume anual da exportação, era bem inferior ao que conhecêramos de 1866 a 1873.

Somente no ano de 1891, depois da profunda depressão do decênio terminado em 1890, vê-lo-íamos ascender a Rs. 18.334:0000\$, por obra e graça da considerável baixa do cambio, (média anual de 14 29|32), para logo no ano imediato, (1892), descer a Rs. 14.739:000\$000, embora o câmbio afundasse até o nível da taxa de 10 d., tendo sido a média do ano a de 12 1|32.

Enquanto que o comércio de exportação se mantinha em desânimo, nas cifras aviltadas que temos apontado, o de importação alçara no decênio de 1870 a 1880 a Rs. 197:674:000\$000 e no de 1880 a 1890 a Rs. 226.119:000\$000, aumentos estes bem insignificantes, em trinta anos de vida. Para não forçar o leitor a remontar-se ao ano de 1860, repetiremos, para fácil confronto, que o comércio de importação do exterior, na década de 1850, fora de Rs. 155.880:000\$000.

Em 1876, o partido conservador, então no poder, estabelece um inquérito sobre o estado da lavoura e os meios mais profícuos de prover de remédio eficaz o sofrimento do país. As opiniões, porém, eram tão distintas que se tornava quase impossível estabelecer o que se devia fazer para conseguir *desideratum*. Vieram depois os *meetings* dos lavradores e comerciantes, que representaram, pedindo bancos de crédito real. Mas como, em regra, acontecia, a respeito do mal nada se resolveu. Os efeitos da peste da cana continuavam os mesmos, não só porque devastou os campos, mas muito também devido a perplexidade em que viveram os lavradores, por muito tempo, não sentindo senão o açoite da desgraça e a carência de recursos.

A 22 de fevereiro de 1877, começou a funcionar a Junta Comercial desta Capital, composta de um Presidente, um Secretário letrado, quatro comerciantes e dois suplentes.

A Lei nº. 1.744, de 2 de junho de 1877, concedeu privilégio, por cinco anos, a Manoel de Souza Campos e Horacio Urpia Junior, para estabelecerem salinas de evaporação natural. Tinham começado as primeiras preocupações para fundação das salinas, que mais tarde deveriam ser transformadas numa empresa de grande porte, qual é a atual "Companhia Salinas de Margarida".

A 3 de fevereiro de 1878, foi instalada a Caixa Econômica e Monte Socorro, nesta Capital, criada pelas leis gerais nº. 1.083, de 22 de agosto de 1860 e 1.507, de 16 de setembro de 1867.

Devido à escassez da farinha de mandioca, manifestara-se grande alta em seu preço, e a ganância especulativa dos atravessadores, irritava o ânimo do povo, que a 30 de março, se reuniu e dirigiu-se à noite ao palácio da presidência, onde pediu providências que a fizessem cessar.

A exportação para o exterior, no ano de 1877, foi de: açúcar, Rs. 4.086:641\$631; fumo e seus preparados, Rs. 5.803:687\$868; café, Rs. 3.096:204\$914; cacau, Rs. 809:477\$123 e algodão, Rs. 17:063\$500.

"A 18 de setembro de 1878 começaram as obras de uma nova rua, na encosta da montanha, que devia ligar, em rampa suave, à cidade baixa, vindo sair no alto da ladeira da Gameleira."

É a rua da Montanha, chamada também Barão Homem de Mello, por ter sido este presidente quem a resolveu, por contrato de 10 de agosto do mesmo ano, com a empresa de carris Trilhos Urbanos, sendo orçadas as obras em Rs. 118:962\$449."

Foram também contratadas depois outras obras complementares, pelo que subiu a despesa a Rs. 211:103\$143. Tornou-se imprescindível ainda fazer outras despesas com desapropriações, calçamentos, etc. pelo que todas as obras andaram em cerca de Rs. 350:000\$000. (AMARAL, 1923, p. 293).

O centro comercial, a Cidade Baixa, até o momento da construção desta rua, Comunicava-se com a parte alta da cidade pelas ladeiras da Preguiça, da Conceição, do Pau da Bandeira, da Misericórdia e do Taboão, todas mais ou menos íngremes e de difícil acesso, de sorte que a obra da ladeira da montanha representou relevante serviço, de grande utilidade e comodidade para o comércio.

Outra obra de real interesse para o comércio também foi deste ano: o "Cais do Bulcão. Era do mar o espaço que o mesmo ocupa, desde o lugar onde atualmente está o "Armazém Graciosa", de José da Cunha Pereira, até o "Trapiche Andrade". A "Companhia Edificadora", de que era diretor José Pinto da Silva Moreira, começou nesse ano a levantar nos terrenos conquistados ao mar o "Mercado do Ouro". O governo da província contratou com um grupo de negociantes o aterro, que ficou formando o antigo "Cais do Ouro", hoje "Praça do Ouro" fechando pelo lado em que há hoje o edifício da "Diretoria de Rendas", com o "Cais" chamado do "Bulcão", em homenagem ao vice-presidente da província que o mandou construir.

A Lei Provincial n. 1.812, de 11 de julho, mandou proceder aos estudos, a construção e fazer o tráfego, por conta da província. da estrada de ferro de Santo Amaro ao Bom Jardim, numa extensão de 35 quilômetros.

A 17 de maio de 1879, inauguraram-se os trabalhos de construção da estrada de ferro central.

A 2 de agosto, foi, pela Lei Provincial nº. 1.920, autorizado o presidente da província a despendar até a quantia de Rs. 400:000\$000, com a construção de um cais, que ligasse a praça do comércio ao cais Dourado.

A 22 de agosto, concedeu-se privilégio intransmissível por 30 anos, pela Lei nº. 1.946, ao engenheiro Miguel de Teive e Argolo, para a construção de uma estrada de ferro econômica que, partindo da cidade de Caravelas, vá entroncar-se com a Estrada de Ferro de Minas.

A 10 de setembro, o presidente da província contratou com a companhia *Fixes-Lille* a construção de seis "Fabricas Centrais" para o fabrico do açúcar.

A 10 de dezembro, começou a funcionar a praça do Mercado do Ouro, cujo edificio construía em setembro de 1874, a Companhia Edificadora.

A esse tempo, continuava a ter o predomínio na praça, o já visconde de Pereira Marinho, cuja força capitalista soubera crescer em meio das angústias sofridas por tanto tempo. Sabia ser intransigente, dotado de ganho voluntarioso e iracundo; criou, por isso, muitos inimigos e outros pela inveja da sua prosperidade e sucesso nos negócios.

Muitos dos que hoje atingida a mata dos ideais da juventude, ainda exercitam suas atividades pelo hábito do trabalho e para exemplo da nova geração, vieram desse tempo. Outros, a morte tem ceifado, e, quantos, em plena mocidade?!

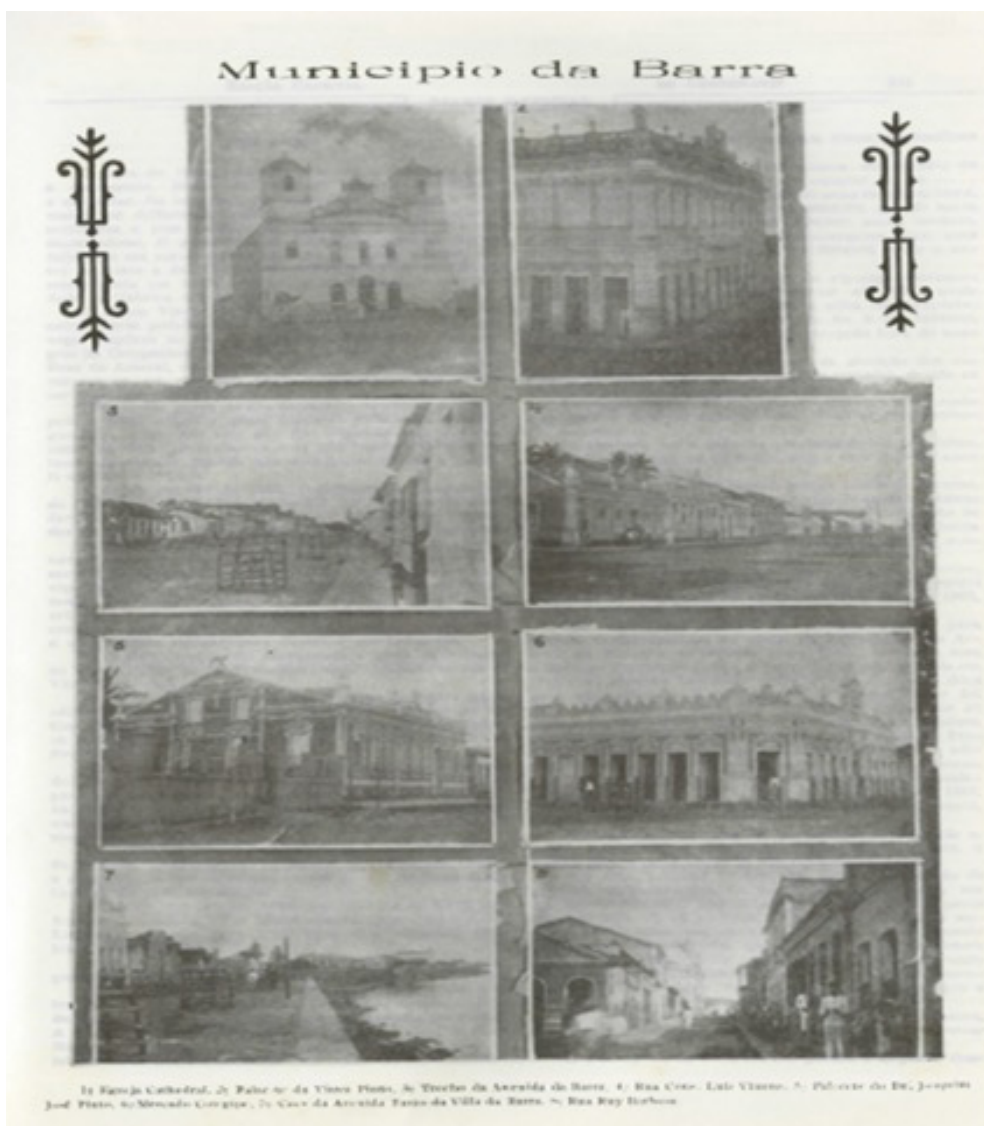
A vida comercial, tinha, nessa época, uma aparência tristonha.

Era ponto de animadas reuniões, o escritório do Novis, (Aristides), o comissário de açúcar a quem acima nos referimos, na esquina da rua da louça, por cima Pharmacia Borges, muito procurado por sua larga clientela de barões endividados e senhores de engenho sempre em aperturas; com gênio prazenteiro e alegre, muito amigreiro, cultivando as relações dos políticos e sofrendo a ação reflexa das crises econômicas que se repetiam. Trabalhador, dedicado e muito perseverante, encarnava uma destas figuras, de homem que sabe confiar e há de ter o seu dia. O

crédito agrícola, autorizado como auxílio a lavoura pelo ministério do visconde do Ouro Preto, em 1889, permitiu-lhe recuperar grande parte da fortuna, a qual, sem isso, dificilmente poderia readquirir. Em sinal de gratidão, mandou fazer o retrato do visconde, o tinha pendurado em uma das paredes do salão de sua casa. O escritório do Campos, (Manuel de Souza Campos), socio da firma Merelim & Campos, o qual ficava fronteiro à livraria Catilina, no prédio que depois de remodelado é o da Casa Caboclo. O comendador Campos, já pertencia a diretoria do Banco da Bahia, onde sua inteligência sagaz, jeitosa e capaz, permitiria ganhar elevado conceito e radicar relações, que, mais tarde, lhe assegurariam largo prestígio e o seu momento de predomínio. O escritório do Brandão & Irmão estava em seu apogeu. A casa Amaral & Pedrosa, atual Souza Teixeira & C., sob a direção inteligente do critério sisudo de Manoel José Pedrosa Junior, baiano de nascimento, cuja figura se impunha pela simpatia e linha de fidalga gravidade, cuidadoso no vestir, atento a todos os deveres sociais e mercantis; a de Moraes & C., onde o velho Moraes exercia a sedução da sua bondade cativante; a de Antonio Gomes dos Santos, em que o filho continuava a tradição paterna, associado a Miguel Moraes e a Diogo Kiappe; Frederico Antonio Hasselmann; a Casa Azevedo Fernandes, cujos chefes, Manoel e José de Azevedo Fernandes, deram tão bons exemplos de trabalho progressista, concorrendo para transformar o bairro da Barra; Manoel José Bastos, que sucedera em importância comercial ao Godinho, seu sogro, de quem já falamos, ao qual Bastos saberia seguir com a mesma circunspeção e escrupulosa probidade nos negócios, impondo-se a consideração respeitosa de sua classe; o visconde do Rosário, que, soubera constituir grande fortuna, iniciando a sua carreira de árduo e incessante trabalho na Cachoeira, de onde se mudou para esta cidade, conseguindo ter uma das firmas de maior crédito e renome, sob a condição de Conde & Filho; Januario C. Costa, mantinha o bom nome que herdara e devia legá-lo impoluto aos seus descendentes, chefe da razão social, que já era Costa & Filhos; Manoel Gomes Costa, espirito atilado e empreendedor, com muita capacidade para os negócios de banca conseguiu preponderar na "Sociedade do Comércio", de que era diretor; Arnaldo e José Lopes da Silva Lima; Adolpho Rodrigues de Barros; Manuel da Silva Peixoto, que por muitos anos, foi diretor da Companhia Aliança da Bahia e espírito de iniciativas industriais, com ação direta em fábrica que fundou na Cidade de Penedo, em Alagoas, constituindo pela energia de sua vontade, e pelo amor da família, influência benéfica entre os seus, que continuam com maior desenvolvimento e difundida amplitude a obra que tão bem iniciou; Rosa & Carvalho, firma de que foi soeis a figura de energia e bondade de João Lopes de Carvalho, atividade útil e colaboradora que foi de vários empreendimentos e o seu sócio Alberto Roberto Rosa, que se mudou para o Rio Grande do Sul, sendo em Pelotas, o atual presidente do banco pelotense; Agostinho Ribeiro & C., sucedido por Benedito A. de Lima, cuja linha de superior conduta, é mantida pelos seus sucessores; António de Souza Belens; Manoel

Francisco Gonçalves, inteligente e de exemplar diligência, incansável na velhice e sempre empreendedor, esperançado e confiante; Henrique Costa, linha severa, de hábitos ingleses, companheiro e sócio de Luiz Tarquínio, na casa Bruderer, inspirando confiança a todos pelo rigor de seu trato; Antonio de Araujo Porto, mostrava vocação decidida para o trabalho comercial, com tendências e iniciativas variadas, atilado, tinha clara visão das coisas, mas por vezes, faltava-lhe o senso das oportunidades; cooperou na direção de várias empresas e na última fase da vida reedificou o antigo trapiche da Preguiça que tem seu nome, onde existe o depósito de inflamáveis.

Francisco Cardoso e Silva, o tão estimável e bondoso velho, com grande comércio de fumo, acariciador e fazedor de boas amizades, residia no belo palacete que mandou construir na rua das Mercês, onde hoje é a Secretaria da Agricultura, e cujos jantares das quartas-feiras fizeram fama, sobretudo pela variedade rara de vinhos, de que era provida a sua adega, sem par entre nós; José de Sá, este espírito de denodo e sempre incansável, aforçurado no trabalho e sabendo tirar partido de sua inteligência lúcida e vivaz, sócio que foi da firma Rodrigues Fernandes & C.; Albano Pereira de Carvalho, sócio de Guilherme de Carvalho & C., soubera aliar pelos seus modos e atitudes altamente distintos, grande capacidade dirigente a extrema lhanza de caráter; Luiz José Vieira Lima; Manoel da Costa Rodrigues Vianna, tão considerado que foi, no seu tempo; Fernando Antunes da Luz, socio de Marinho & C., posição que lhe cercou de prestígio, que, pela sua inteligência e trato estimabilíssimo, sempre manteve; Augusto Silvestre de Faria, impondo-se pelos modos lhanos e cavalheiros, de inteligência esclarecida e prudente, manteve-se por muitos anos na presidência da Associação Comercial, acatado e respeitado em seus conselhos, tendo sido um devotado por tudo quanto era trabalho útil, munes faltando seu interesse e coadjuvação financeira a qualquer empreendimento, de que resultassem benefícios para esta terra. Confiante no futuro da Bahia, sua ação obedeceu a fins progressistas. Teve vida longa, conservando esplêndida lucidez de espírito. Augusto Francisco de Lacerda, que, devido às largas simpatias que soubera criar, mantinha a confiança de numerosos amigos e vasta clientela na zona de Nazareth, tinha iniciativas, as vezes, arrojadas; Antonio Francisco Lacerda; Antonio Loureiro Vianna; José Lopes de Carvalho; José Pinto da Silva Moreira, fundador da Companhia Aliança da Bahia, a cuja influência se deveu, então, o impulso dado a renovação da Companhia Valença Industrial e a várias outras empresas; Frederico Pinto de Vasconcelos, Manuel Luiz Ferreira Santos; e tantos outros, para não falar senão nos portugueses e brasileiros, embora, houvesse respeitáveis firmas inglesas e de outras nacionalidades que com aqueles colaboravam na atividade comercial e econômica.



1880 A 1890

O ano de 1880, começara sob maus presságios para o comércio. Havia um quê de relativa inquietação e mal-estar. Na imprensa, os "a pedidos" acolhiam a obra malsã das difamações. Estas se faziam com irritação, acrimônia e com caráter de agressão pessoal, visando desmoralizar. O presente não difere do passado. Houve falências em maior número do que na média normal, entre as quais a da "Companhia Industrial Dois de Julho", sendo posta em hasta pública, e arrematada a propriedade, e a "fábrica do Cabrito".

O Banco Viação do Brasil, com sede no Rio de Janeiro, havia pedido, nesse ano, concessão para fazer navegar vapores no Rio S. Francisco. Este banco foi origem da Companhia de Viação do S. Francisco. A propósito, Amaral (1923), com o senso de justa e exata percepção, borda comentários que devem ser repetidos e divulgados:

Não tem a praça do Rio de Janeiro capitais para empresas desta ordem e quase todas as concessões, privilégios etc., feitos ali tem por fim negociar com favores, obter por isto, porcentagens, mas não realizar seriamente tais empresas, e quando não conseguem passar a outro, fica nisso o esforço. (AMARAL, 1923, p. 295).

A 21 de janeiro do 1880, realizou-se a inauguração do engenho central "Bom Sucesso", na freguesia de Bom Jardim, pertencendo esta fábrica de açúcar aos viscondes de Oliveira, Sergimirim e ao Barão de Jeremoabo.

A 30 de outubro, o decreto imperial nº. 7.870, aprovava o contrato celebrado com Christovam Retberg para o serviço de navegação a vapor no rio Jequitinhonha, serviço inaugurado em 6 de janeiro de 1881. A lei do orçamento provincial nº. 1.440, de 3 de setembro de 1874, no art. 3º. § 7º, autorizou a presidência a fazer a novação do contrato para navegação do Jequitinhonha, obrigando-a a uma viagem mensal, para Camamu até Belmonte.

A 18 de fevereiro foi inaugurada a parte da estrada ao Ferro Bahia ao S. Francisco, desde Alagoinhas até a Villa de Serrinha.

A 16 de março, foi colocada a primeira pedra para edificação do engenho central de Pojuca, pertencente ao cons. José Antonio Saraiva e outros, construído com todos os melhoramentos modernos, sendo terminada em 16 de novembro.

Data, de então, a origem do negócio de carnes verdes, de Francisco Amado da Silva Bahia. Merece ser lembrado para que sirva de emulação aos moços que precisam crer na força e poder do trabalho. Era marchante e possuía um pequeno açougue em Itapagipe, em 1873, onde diariamente abatia uma rês.

Em 1890, já podia construir o matadouro da Mata de S. João, contratando, na intendência Almeida Couto, a permissão de vender carnes verdes para o consumo desta capital, do gado ali abatido.

A 15 de outubro de 1881, por decreto nº. 8.278, foi feita a companhia "The Bahia Central Sugar Factories Limited", concessão para estabelecer dois engenhos centrais, neste estado.

A 22 de dezembro, teve lugar a colocação da primeira pedra da ponte D. Pedro II, que liga Cachoeira a S. Felix.

A 23 de dezembro, foi aberto ao trânsito público o trecho, que vai de S. Felix a Curralinho, (agora cidade de Castro Alves), da estrada de Ferro Central da Bahia. A 8 de agosto, foi concedida permissão a Charles Paul Mackie, pela Lei 2.253, para construir e custear linhas telefônicas nesta Província.

Todos os anos que se seguiram foram de contínuo abatimento e desânimo.

No de 1882, com uma média anual de câmbio de 21 5|32, a nossa exportação para o exterior foi de Rs. 4.300:000\$000, a menos do que a do ano anterior, isto é, o volume total desceu a Rs. 11.942:000\$000, quando havia sido, no de 1881, de Rs. 16.285:000\$000; assim também, o comércio de importação do estrangeiro teve uma diferença para menos de Rs. 2.528:000\$000, sobre o antecedente.

Na irregularidade constante do zig-zag, continuou a curva do nosso comércio exterior até 1892, sendo de destacar que no ano de 1889, a cifra total exportada caiu à irrisória importância de Rs. 9.794:000\$000, desconhecida desde o ano de 1851, excepção feita do ano de 1860, que já estudamos.

O ano de 1889, sucedera ao da abolição dos escravos, portanto, fora o da desordem no trabalho, devido ao abandono por eles das propriedades rurais.

Os emancipados, não aspiravam outra liberdade senão a do direito de viver nas cidades. Dali a desorganização e a miséria.

Ia, também, ser o ano da proclamação da República, que vinha para nós, os da Bahia, sob o mau fado de ano econômico tão sinistro.

Dentro em um lustro, porém, a nova forma de governo, que, tivera a virtude de despertar o viço de energias, talvez latentes, e avivar a noção da possibilidade de realização de grandes lucros, pela desvalorização da moeda, com a baixa seguida do câmbio, demonstrando a potencialidade de nossas forças produtivas.

O índice de nossa exportação para o exterior, saltava de Rs. 14.739:000\$000, o de 1892, (câmbio médio anual de 12 1|32), para Rs. 43.099:000\$000 o de 1893, (câmbio médio do ano, 11 19 1|32).

Em 1882, José Antonio de Araujo, pedira para realizar melhoramentos no porto, na alfândega e no arsenal de marinha, celebrando nessa época, contrato com o

governo provincial para a construção de um mercado em frente ao cais de São João, sobre o mar, com uma doca para passageiros e mercadorias. Esta concessão lhe foi dada pelo prazo de 90 anos, com direito a executar as ampliações da Cidade Baixa sobre o mar. Seria também construído um cais desde a alfândega até a praia da Preguiça; molhe e cais em frente à Alfândega, diques e edifício no forte de São Marcello, ponte, armazéns e acessórios. Apesar da petição, referente a esse plano, ser fundamentada no decreto n.º 1.746, de 13 de outubro de 1869, foi recusada pelo Governo, que opinou pela concorrência pública.

A 20 de abril de 1883, foi promulgada a resolução n.º 2.364, concedendo a companhia Transportes Urbanos, o direito para a construção de um elevador no Taboão.

Em 1885, Edmond Penley Cox, propôs a execução de grandes melhoramentos no porto, que importariam em Rs. 60.000:000\$000, mas dotavam a Bahia de um porto abrigado com 12, 48 hectares, com uma profundidade mínima de 9 metros, um farol e um forte. O proponente pedia como compensação, que os seus armazéns fossem considerados alfandegados e que pudesse emitir warrants sobre as mercadorias, cobrando 1/4 %. O prazo da concessão seria por 90 anos, findos os quais, reverteria para o governo, mediante indenização do capital.

Este projeto foi recusado em dezembro desse ano, por não poder ser contratado sem o legislativo aprovar os recursos necessários.

A 8 de agosto de 1886, foi inaugurado o engenho central de Iguape, pertencente à companhia "Bahia Sugar Factories", que o construiu, como o do Rio Fundo, à custa dos favores concedidos pelo governo geral.

A 19 de maio de 1887, o sertão conseguiu ter aproximadas as comunicações com a capital, pela inauguração da estação "Bandeira de Mello", da estrada de Ferro Central.

O Eng. João Ramos de Queirós, temperamento um tanto agitado e de imaginação, ardente, que lhe dava o efeito de visionário, desde 1882, estudava o plano de uma linha de bondes, devendo circular toda a Cidade, sem prejudicar o limite do privilégio de zona das companhias existentes: "Transportes Urbanos", "Trilhos Centrais" e "Veículos Econômicos". Não sendo aqui escutado, levou seus planos para o Rio de Janeiro, onde forjaram uma destas muitas companhias, cujo destino é não realizarem o que dizem pretender.

O comendador Manoel Francisco Gonçalves, proprietário da secular "Loja de Cera", estabelecida no antigo largo do guindaste dos Padres, tendo a visão do que poderia ser o plano inclinado, projetado por aquele engenheiro, o qual deveria descer pela

encosta da montanha, do alto dos fundos da Igreja Cathedral, ao ponto onde ele tinha loja, compreendeu, o vulto do programa e do desenvolvimento que podia ter, porque era de gênio empreendedor e de fácil alcance de vista. Com atividade diligente, uniu-se a Domingos Rodrigues de Barros, que era seu vizinho, com acreditada loja de fazendas e casemirás para roupas de homem, a Manoel Joaquim de Carvalho, negociante abastado e que soubera fazer fortuna à custa de ingente e persistente trabalho, ao advogado Dr. Innocencio Marques de Araújo Góes e ao Dr. Arthur Cesar Rios, senhor de engenho e político de real merecimento, e todos, conjugando esforços em comum, conseguiram atrair o negócio para aqui. A companhia Linha Circular, instalada no Rio de Janeiro, mudava sua sede para esta cidade e a 11 de agosto de 1887, Manoel Gonçalves dava conta a Assembleia Geral, da série de peripécias ocorridas por tal motivo.

Em maio de 1888, inaugurava-se o ramal de Nazareth.

A 16 de maio de 1888, a Lei da Província de nº. 2.583, alforriava o açúcar exportado, de todo e qualquer imposto. A atmosfera era densa e pesada; o governo procurava por todos os meios conter a onda de desânimo que envolvera as forças econômicas.

Constituíam-se nesse ano a Sociedade Baiana de Imigração, que tinha por fim promover na Europa, a propaganda da imigração para a Província, colocar os emigrantes e concorrer para a reforma dos processos de indústria agrícola.

Todas as tentativas com tais intuítos, foram sempre feitas em vão.

Os anos de 1888, 1889 e 1890 passaram sob uma lufada sinistra de graves apreensões.

Exportação para o Exterior dos principais gêneros deste Estado - 1886-1891

Ano	Açúcar				Café		Cacau		Fumo ou Tabaco				
	Barricas	Sacos	Branco Ks.	Mascavado Kilos	Sacos	Kilog.	Sacos	Kilog.	Relos	Mangotes	Em folha Fardos	Pesos dos Fardos (Kilogramas)	Charutos Volumes
1886	5	546.538	320	30.354.261	218.918	13.025.133	43.585	2.560.060	4.293	15.428	200.905	16.023.920	32
1887	170	835.960	2.200	58.532.000	152.013	9.120.780	64.384	3.862.980	3.422	5.981	305.119	22.409.520	40
1888	44	674.342	4.400	47.203.240	166.976	9.958.560	44.925	2.695.500	5.258	6.465	257.650	20.612.000	22
1889	15	240.190	...	16.813.300	114.752	6.885.120	59.395	3.563.900	10.170	7.865	179.617	14.393.360	21
1890	533	48.047	...	34.165.590	198.949	11.936.940	62.891	3.773.460	10.074	7.377	228.502	1.280.160	32
1891	10	244.888	1.000	17.142.160	158.327	9.499.620	83.812	5.028.720	1.447	6.065	330.011	26.400.880,00	65

A República ia-nos dar a promessa da execução dos trabalhos das obras do porto da Cidade.

Por decreto do governo provisório, nº. 1.233, de 3 de janeiro de 1891, foram autorizados Frederico Merei e Augusto Candido Harache a fazerem a construção das docas do

porto da Bahia, cujos planos e orçamento foram aprovados pelo decreto nº. 1.143, de 3 de janeiro de 1892. Mais tarde, foi esta concessão transferida a companhia cessionária das docas do porto da Bahia, que, vencendo óbices de toda a espécie e dificuldades inenarráveis, pôde tornar definitiva a realidade, pela perseverança tenacíssima do comendador Augusto José Ferreira, baiano de nascimento, mas, que, em meios estranhos, caldeara sua tempera forte e destemida, na faina de ingente trabalho, ajudado sempre pelas próprias forças e suas iniciativas arrojadas.

Outro poderoso fator de nossa autonomia econômica, começava de contribuir, mantendo, de ano a ano, continuada linha ascendente, reveladora de persistente vontade coletiva no fazer efetiva a surpreendente realização; era o cacau que surgia, em índices progressivos, de 1890 em diante. Nesse ano, exportamos para o exterior 3.502.578 quilos ou na medida de 60 quilos, 58.243 sacos, da preciosa *Theobroma*.

Em 1900, exportamos 13.131.413 kg, ou 218.856 sacos; em 1910, alçou nossa exportação para 25.112.403 kg ou 419.040 sacos, duplicava em 1920, com 52.996.077 kg, ou 883.933 sacos, tendo sido a produção do ano, de um milhão cinco mil cento e sessenta e nove sacos (1.005.169 Sacos).

Íamos ter o nosso Lombard-Street, em miniatura; havia de expandir-se por entre nós o encilhamento, que importávamos do Rio de Janeiro, onde o *fervet opus* das loucuras da bolsa atingira o superlativo do poder criador de imaginosas empresas, sob a forma de companhias de capital limitado e anônimo, cujas ações passavam de mão em mão, com ágios sedutores e sempre majorados pela confiança, sabidamente espalhada à custa de nomes dos figurões da finança, encartados nas diretorias para o efeito do plano simulador, pois que nenhum deles envolvia a responsabilidade pessoal.

A imitação não nos tardou. A nossa combalida vida econômica e a do comércio, despertavam, de súbito, do sono em que seu profundo esgotamento financeiro as prostrara por cerca de vinte anos. Era a febre de ação delirante e violenta, que de arranco, sacudia o organismo social, abrindo-lhe, porém, novos horizontes.

Assim sucedeu; esse período de irrefletidas iniciativas, gerou a atividade econômica que há sido a da nossa vida republicana. É o caso de repetir – há males que vem para bem.

Em 1890, a 24 de maio, transformava-se a "Sociedade do Commercio" em "Banco Emissor da Bahia", com o capital de Rs. 20.000:000\$000; a 13 de setembro, fundava-se a "Companhia Fabril dos Fiaes", com capital de Rs. 500:000\$000; a 24 de novembro, a "Companhia Industrial de Melhoramentos da Bahia", com capital de Rs. 1.200:000\$000; a 7 de janeiro de 1891, a "Companhia de Laiteria Bahiana", com

capital de Rs. 100:000\$000; nesta mesma data, a "Companhia Industrial e Agrícola da Bahia" com capital de Rs. 300:000\$000; a 10 do mesmo mês, a "Companhia de Locomoção Urbana", com capital de Rs. 200:000\$000; a 12, a "Companhia Marcenaria Bahiana", com o capital de Rs. 200:000\$000; a 15, o "Banco da Bolsa", com capital de Rs. 1.000:000\$000; a 19, a "Companhia Serraria a Vapor de Materiais de Construção", com capital de Rs. 500:000\$000; a 4 de março, a "Companhia Empório Industrial do Norte", com capital de Rs. 3.000:000\$000; a 6, a "Companhia União Fabril da Bahia", com capital de Rs. 1.540:000\$000; a 14, o "Banco Comercial da Bolsa", com capital de Rs. 1.500:000\$000; a 17, a "Companhia de Artefatos de Seda", com capital de Rs. 1.000:000\$000; a 20, o "Banco Popular da Bolsa", com capital de Rs. 1.500:000\$000; a 23, a "Companhia Metropolitana da Bahia", com capital de Rs. 2.000:000\$000; a 4 de abril, a "Companhia Chapelaria Norte Industrial", com capital de Rs. 1.500:000\$000; a 6, a "Companhia das Carruagens da Bahia", com capital de Rs. 1.200:000\$000; a 9, o "Banco Auxiliar das Classes", com capital de Rs. 1.000:000\$000; nesta mesma data, a "Companhia Industrial de Estancia", com capital de Rs. 2.500:000\$000; a 13, a "Companhia Alcoólica da Bahia", com capital de Rs. 1.000:000\$000; a 17, a "Companhia Mineralógica Diamantina, com capital de Rs. 500:000\$000; a 7 de maio, a Companhia União dos Lavradores, com capital de Rs. 500:000\$000; a 8, a "Companhia Progresso Industrial da Bahia", com capital de Rs. 10.000:000\$000; a 12, "Companhia Agrícola Usinas e Terras", com capital de Rs. 2.000:000\$000; a 18, a "Companhia de Ferro Esmaltado", com capital de Rs. 250:000\$000; a 19, "Companhia Nacional de Biscoitos e Bolachas", com capital de Rs. 200:000\$000; a 1 de junho, a "Companhia Nacional de Produtos Nacionais", com capital de Rs. 500:000\$000; a 6, a "Companhia Salinas da Margarida" com capital de Rs. 2.000:000\$000; a 23, a "Companhia Auxiliar do Commercio e Lavoura", com capital de Rs. 1.200:000\$000; a 1.º de julho, a "Companhia União de Materiais de Construção", com capital de Rs. 400:000\$000; a 22 de agosto, a "Companhia de Carbonatos do Mar de Espanha", com capital de Rs. 100:000\$000; a 1.º de setembro, a "Companhia Fabricas Úteis", com capital de Rs. 500:000\$000; e a 6 de julho de 1892, a "Companhia Locomoção e Moveis", com capital de Rs. 180:000\$000.

Se houve muitas destas sociedades anônimas, geradas com o plano preconcebido de criar títulos para jogatinas da bolsa, é certo, que um bom número, embora, vítima, na ocasião da exacerbação dominante, era constituído com intuitos de realidade efetiva, sendo verdadeiros padrões de iniciativa feliz e oportuna.

Haja vista a "Companhia Empório Industrial do Norte", que, na época em que foi fundada, era tipo modelar de organização e grandeza na indústria de tecidos, e hoje, no país não são muitas as que a excedem. Ideou seu vasto projeto e realizou-o definitivamente, nos moldes de sua concepção, o baiano Luiz Tarquínio, espírito privilegiado, de força de vontade inquebrantável, seguro nos efeitos que resultariam

do plano muito meditado e que por longo tempo o absorvera. Fora educado na escola inglesa, pois, passara toda a vida no comércio, na casa Bruderer & Cia., de que foi empregado, e sócio de 1877 em diante, não tardando de ser o cabeça, o único dirigente da firma e o orientador de todos os negócios. Foram, com ele, primeiros diretores, Leopoldo José da Silva, negociante que se impusera ao apreço da praça, onde gozava de real conceito pelo critério e sisudez, o qual era o espírito de moderação, necessário a corrigir e vencer os ímpetus arrojados de Luiz Tarquínio, e também, Miguel Francisco Rodrigues de Moraes, sócio da firma Rodrigues de Moraes & Cia., que desde 1895, está substituída pela razão social de Rodrigues Fernandes & Cia., o qual, dotado de inteligência lúcida e ponderada, era elemento prestigioso pelo valor comercial e pela irresistível simpatia com que a todos atraía.

A "Companhia Progresso Industrial da Bahia", que atravessou várias vicissitudes, resistindo e guardando os elementos de sua formação no portentoso núcleo da Plataforma e da Fábrica Bomfim, localizada na rua do Gasômetro, esquina da Calçada do Bom-Fim, e teve como seus primeiros diretores, Antonio Francisco Bradão, o moço, e José Alves Ferreira.

A "Companhia União Fabril", resultou da fusão das fabricas N. S. da Conceição, Santo Antonio do Queimado, S. Salvador, Modelo, N. S. da Penha e S. Carlos do Paraguaçu, em Cachoeira, tendo sido seus primeiros diretores Eugenio David, Comm. Manuel Antonio de Andrade, Francisco Alvares dos Santos Souza e Manuel Luiz Pinto Coimbra.

A "Companhia Industrial de Estância", sendo estabelecida no Estado de Sergipe, foi, contudo, constituída com capitais baianos e teve como diretoria inicial, José Pinto da Silva Moreira, José da Nova Monteiro e Antonio de Araujo Porto.

A "Companhia Fabril dos Fiaes", foi formada para preparar, fiar e tecer juta, linho, algodão e outras matérias têxtis. Iniciativa de Archibald Mac Nair, encontrou acolhimento da parte do comendador Antonio Loureiro Vianna, rico e abastado negociante e do Dr. José Joaquim Ribeiro dos Santos, capitalista e médico clínico de grande clientela e saudosa memória; os três compuseram a primeira diretoria.

O Banco Auxiliar das Classes, cujos fins eram fazer empréstimos, abrir créditos a empregados civis e militares, etc. Quando da sua constituição foram eleitos diretores: Cons. Antonio Carneiro da Rocha, Manoel Francisco Gonçalves, Elizário Silveira Andrade e Justino Antonio Soares, dois dos quais, ainda hoje, continuam a merecer a confiança dos acionistas na renovação dos respectivos mandatos.

Em 1891, Raymundo Pereira de Magalhães, encetava modestamente seus negócios. De empregado, caixeiro que era, associou-se à Domingos Pinto Sá Ferreira sob a razão social Sá Ferreira & Magalhães, com diminutíssimo capital, do que hoje tanto se ufana, guardando em prova disso, com desvelado cuidado, o Diário, escrito durante os primeiros anos de sua vida de atividade independente, através do qual se torna fácil acompanhar a linha de Ascensão rápida, no desenvolvimento da casa que estabelecera. Anos depois, com a retirada do primitivo associado, formava a sociedade Magalhães & Cia., que várias vezes tem mudado as pessoas de seus sócios, salvo a do fundador e chefe da firma, continuando a sua ação de trabalho e alargando, cada dia, o âmbito de seu dilatado comércio.

Em 12 de agosto de 1892, os irmãos Eudoro Tude de Souza e Plínio Tude de Souza, moradores na cidade de Amargosa, zona de Nazareth, constituíam a firma Tude & Irmão, com capital de Rs. 4:000\$000. Elementos brasileiros e da Bahia, eram os dois moços que então se associavam. Destacando a cifra do insignificante capital inicial desta firma, o qual não era menor que os das outras que, hoje, igualmente, preponderam na praça, fazem-no em homenagem ao trabalho e ao esforço perseverante, que mais vale que o capital, para exemplo e estímulo da juventude laboriosa.

O câmbio brasileiro ia conhecer as zonas abismais: em 1892, mergulhou até a quota de 10 d.; em 1893, ainda se manteve no mesmo nível; resvalou pela de 9 1|32 d., em 1894; chegou a de 9 d., em 1895; á de 8 d., em 1896; para penetrar na de 6 7|8 d., em 1897; e rastejar a de 5 5|8 d., em 1898 foi o pânico; parecia que o mundo ia acabar.

Terminou o século, começando o período de ascensão; teve o câmbio uma média anual, em 1899, de 7 7|16 d.; subindo sempre; até que em 1906, tivemos a estabilização com a Caixa de Conversão, e depois de 1909, em movimento de alta, conseguiu, em 1910, rever a quota de 18 11|64 d.; e, em seguida, escorregar pela linha descendente, remontando, pela grande guerra, outra vez, á essa taxa e, após curta duração, descer até as taxas de agora.

Fomos além do que devíamos, mas não resistimos a cópia imensa de instrução que nos dá esse largo período de trinta e um anos, tão edificante para todo o Brasil, quanto os vinte anos que o antecederam, foram para nós baianos.

A baixa do câmbio estimulou nossa amortecida capacidade de trabalho, pois que, felizmente, ainda se não radicou entre nós, a ideia exata das relações do valor da moeda; os preços e o trem da vida, não encarecem na justa proporção da razão inversa do aviltamento do câmbio.

Continuando nosso estudo informativo, vemos que, manteve índices elevados na exportação, durante muitos anos, o fumo, o elemento certo, constante, e de todos os tempos, desde os coloniais, que, sendo a lavoura do pobre, é a riqueza que não falta ao suprimento de receita, pelo imposto que paga para a vida do estado, e para o giro dos negócios e movimento da praça. A baixa do câmbio, aforçureia o trabalho dos pequenos lavradores que encontravam animação e facilidades das casas alemãs, algumas poderosas, e de outras de brasileiros e portugueses, intermediárias entre o nosso mercado e os das praças de Bremen e Hamburgo. Ottens, Boving & Schroter, Stumpe Agostinho Fróes da Mota, Epiphanyo José de Souza, Danemann, José Joaquim Vieira Lopes, Bernardo Pinto, Rodrigues Fernandes, Moraes & Cia., Berman & Cia., Theodoro von der Linde & Cia., sucessores dos mencionados em segundo lugar, Wildeberg & Cia., e muitos outros que tinham seus escritórios centrais nesta cidade, mantendo grandes armazéns, chamados trapiches de fumo, em Alagoinhas, Serrinha, Agua Fria, Feira de Santana, e na zona da mata, como são conhecidas as regiões de Curalinho, S. Gonçalo dos Campos, S. Felix, Muritiba e Cachoeira. O preço do fumo chegou a atingir Rs. 30\$000, a arroba de kg. 15. Então, o comércio exultou. Nas vastas zonas de seu plantio, a impressão que se tinha era que toda a gente enriquecera.

O comércio dessa época, exportava os seguintes produtos, pela ordem do respectivo valor; fumo, café, açúcar, piaçava, cacau, couros, madeiras, diamantes, coquilhos, carbonatos, cocos e vários outros.

Existiam, em 1892, na praça da Bahia: 61 casas importadoras, sendo 25 de fazendas, 12 de miudezas e artigos de armarinho, 12 de gêneros de estiva, 6 de charque nacional e estrangeiro, 4 de obras de ferro em barras, 3 de joias e 2 de chapéus de sol; 11 casas exportadoras, das quais 4 alemãs, 3 inglesas, 3 americanas (negociando somente em peles de cabra, carneiro, porco, etc.) e 1 nacional; 30 casas propriamente de comissões, que comerciavam por conta própria e de terceiros; 964 casas, de comércio a retalho, sendo: 500 de molhados, 92 de fazendas grossas ou de lei, 54 de massas alimentícias, 44 armazéns de comestíveis, ou molhados, 40 de miudezas ou artigos de armarinho, 34 de medicamentos, 25 de calçados, sendo 15 de estrangeiros e 10 de nacionais, 20 de carne seca, 18 de modas e fezandas finas, 13 de baús, colchões e malas, 11 de ferragens, sendo 4 de primeira ordem e 7 de segunda, 8 de móveis e artigos usados, chamados bazares, 7 de louça e vidros, 7 de livros e artigos para escritórios, 7 de móveis em primeira mão, 6 de drogas, todas de primeira ordem, 6 de couros, tamancos e chinelos. 6 de charutos e cigarros, 5 de chapéus de sol, 4 de artigos de ourives e joias, sendo uma de primeira ordem e 3 de segunda, 4 depósitos de couros, sem incluir as 3 casas que exportam peles de cabras, etc., 4 de açúcar refinado e outros gêneros, 3 de relojoaria, 3 de perfumarias, 3 de sirgheiro e artigos militares, 3 de vidros, quadros e estampas, 3 de fornecedores de navios

(shipchangers), 3 de caldeireiro e artigos de cobre, 2 de velas de cera, 2 de fazendas e chapéus, 2 de cereais, 2 de aparelhar navios (armazéns de cabos), 2 de doces, xaropes, bebidas, 2 de cutelaria. 2 de bilhetes de loteria, 1 de naturalista, 1 de luvas, 1 de pianos e músicas impressas, 1 de trabalhos de mármore, 1 de armas e utensílios para caça, 1 de máquinas para costuras, 1 de sepulturas, dourados, espelhos e outros artigos. A praça tinha 5 corretores, sendo 4 gerais, e 1 que trabalhava apenas no ramo de mercadorias. A indústria tinha 123 fabricas em atividade; de tecidos; S. Salvador, Modelo, Conceição, N. S. da Penha, S. Carlos e Queimado, da companhia União Fabril; a N. S. do Amparo, e a Todos os Santos, em Valença, da Companhia Valença Industrial; a S. Braz e a Bonfim, da Companhia Progresso Industrial da Bahia; a da Companhia Fabril dos Fiaes e a da Companhia Empório Industrial do Norte: 3 de chapéus, sendo uma de primeira ordem da Companhia Chapelaria Norte Industrial; 2 de calçados, uma no arraial da plataforma, ocupando 800 operários, propriedade da companhia Progresso Industrial e outra no Bomfim, propriedade dos Srs. Gama & Irmão; 1 de rapé a vapor de Borel & Cia., na praia do Unhão; 1 de biscoitos; 1 de gelo, óleo e produtos uteis, de José Manoel de Araujo & Cia., sita na praia da Preguiça; 1 de móveis de madeira a vapor, na ladeira da Conceição, pertencente a companhia Marcenaria Baiana; 5 alambiques sendo 1 em larga escala pertencente à companhia Alcoólica: 4 de cigarros, trabalhando em alta escala; 12 de charutos sendo 4 na capital, 6 em S. Felix e 2 em Maragogipe; 5 fundições de ferro, bronze e outros metais, 1 de pregos a vapor, de Cox & Irmãos; 4 de velas, 1 das quais em larga escala da companhia internacional de Marahú, com capital de Rs. 10.000:000\$000, e que além de velas de parafina preparavam também o petróleo denominado "brazoline"; 2 de velas de cera; 4 de refinar açúcar; 10 de sabão e sabonetes; 2 de chocolate; 2 de cerveja, S. Jorge e S. Braz; 1 de luvas de pelica e camurça: 1 de fósforos a vapor; 50 de pão e massas alimentícias (padarias); 6 de serrar madeiras a vapor, sendo 2 na capital e 4 no litoral; 1 de ferro esmaltado, no Largo do Papagaio, da Companhia Ferro Esmaltado; 2 de camisaria e meias; e mais 9 grandes fabricas ou engenhos centrais de açúcar, 4 pertencentes às companhias e 5 a particulares.

No ano do 1893, o valor da exportação para o exterior, fora de Rs. 43.099:000\$000, como já vimos, (média anual do câmbio 11 19|31), para subir, em 1898, a Rs. 62.268:000\$000, (média anual do câmbio 7 3|16), terminando o século com a cifra de Rs. 58.208:000\$000, (média anual do câmbio 8 1|2d.).

Na Bahia, o comércio exterior de exportação superara o de importação.

O saldo fora bem pequeno, mas era o começo de uma situação nova, que se ia criar, definitivamente para a vida econômica e comercial da Bahia. A exportação, no decênio, montou a Rs. 378.521:000\$000 e a importação a Rs. 373.648:000\$000, (média decenal do câmbio, 9 1|2d.).

O aperfeiçoamento das nossas indústrias de tecidos, o encarecimento no preço das mercadorias estrangeiras, o grande surto industrial dos estados de S. Paulo e Rio Grande do Sul, e do de laticínios em Minas Gerais, em cujas praças passamos a nos suprir, e, talvez, orientação mais segura nos métodos de poupança, com feição nacionalista, ou melhor regionalista, concorreram para as modalidades atuais do nosso comércio com o exterior.

Em 1892, o Dr. Jayme Villas Boas, bela inteligência, advogado e político, de largo descortino, morto em plena mocidade, sendo coproprietário com o seu concunhado Dr. Ernygdio Augusto de Sá Ribeiro, do engenho Cazumba, no município de Santo Amaro, associou-se ao coronel Pedro José de Senna, proprietário do engenho da Matta, também seu concunhado e vizinho, e assentaram formar entre si sociedade para construção de uma usina de 250 toneladas diárias, aproveitando-se das facilidades oferecidas pelos fabricantes ingleses Pollac & Macnab, de cujos maquinismos era representante nesta cidade o industrial inglês Edmond Penley Cox, aqui estabelecido, o qual, manda a justiça, se deve reconhecer como o fator máximo da efetiva realização e construção de quase todas as mais recentes usinas de açúcar que se levantaram. Resultou, a "Usina Aliança", a de maior capacidade no estado.

O exemplo foi fecundo. Muitas outras se lhe seguiram; Miguel Francisco Rodrigues de Moraes, negociante a respeito do qual tivemos ocasião de falar mais de uma vez, dotado de iniciativas úteis, comprou a vasta propriedade do antigo engenho Aratú, na zona suburbana desta capital, não tardando de, pelo mesmo intermédio, contratar os maquinismos para uma outra usina de açúcar.

Em 1898, o governo do estado contratava a construção de três usinas de que se fizeram concessionários o Comm. Manoel Francisco Gonçalves e Domingos Rodrigues de Barros, da de "Terra Nova", o Dr. João Alves Carrilho, da de "Itapetinguy", e o Comm. Manoel Francisco Gonçalves da de "D. João".

Em 1899, existiam em funcionamento no estado as seguintes usinas de açúcar: "Terra Nova", 400 tons.; "Conde", 400 tons.; "Bom Sucesso", 250 tons.; "S. Bento de Inhatá", 250 tons.; "Aliança", 250 tons.; "S. Carlos", 240 tons.; "Itapetinguy", 210 tons.; "Passagem", 100 tons.; "Malembar", 100 tons., e "Carapiá", 70 tons., no Município de Santo Amaro; "Rio Fundo", 400 tons.; "Capimerim", 200 tons.; "D. João", 180 tons.; "Maracangalha", 80 tons., e "Colônia", 70 tons., no Município da Villa de S. Francisco; "Iguape", 400 tons., e "Acutinga", 120 tons., no Município de Cachoeira; "Aratú", 240 tons.; "S. João", 150 tons., e "S. Miguel", 100 tons., no Município da Capital; "Pitanga", 240 tons., e "Cotegipe", 240 tons., no Município da Mata de S. João, e "Pojuca", 300 tons., no município do Catu.

A seca de 1893, fez baixar de Rs. 43.089:000\$000, o volume exportado para o estrangeiro (1893) para Rs. 27.022:000\$000, em 1894, não obstante, o câmbio haver descido a 11 19|32d., (média do ano).

Os anos de 1896, 1897 e 1898, foram vividos sob a pressão baixa e aterrorizante de taxas de câmbio, que, por inéditas, ainda alarmavam.

Em 1895 instalou o "British Bank of South America" a filial desta cidade foi a segunda de banco estrangeiro aqui estabelecida.

Em 1897, atravessamos o mau e triste momento da guerra de Canudos. O comércio importador, soube auferir imensos lucros, com as necessidades urgentes, que se fizeram com o fim da provisão do exército nacional e das forças policiais de outros estados que aqui estiveram, para a ingrata campanha.

Em 1899, ao aproximar-se do fim do ano, a 13 de novembro, por um motivo fútil, o da fixação de boletins eleitorais, contendo resultados da eleição para Intendente e Conselheiros Municipais, procedida no dia anterior, e, para a qual foram candidatos a Intendente o Dr. Domingos Rodrigues Guimarães, de reação contra o Governo, e o Dr. José Eduardo Freire de Carvalho, governista, foi o comércio vítima de ataques e agressões, não impedidas, a tempo, pelo Governador, de então, o Dr. Luiz Vianna.

Vivemos uma semana de graves receios; e, houve mortos. A Associação Comercial manteve-se em sessão permanente, em desafronta aos brios do comércio, a quem se queria atribuir a falsa imputação do início dos acontecimentos. Francisco José Rodrigues Pedreira, sócio da firma Rodrigues Fernandes & Cia., foi o primeiro que falou na memorável sessão, usando da palavra para afastar a responsabilidade que se queria atribuir. O respeitável Comendador Manoel José Bastos, declarou que o comércio desta praça havia sido ofendido física e moralmente, e que era de opinião que devia conservar-se fechado enquanto houvesse, sob a ação da polícia, qualquer pessoa que dele fizesse parte. E assim ficou resolvido. Na grande reunião do dia 16, da diretoria da Associação Comercial, apenas compareceram os Srs. Dr. Manoel de Assis Souza, Comm. J. J. Rodrigues Teixeira e Bernardino de Almeida, e sob a presidência do primeiro, constituiu-se a mesa dos trabalhos que ficou assim composta: Joaquim Massorra, Alfredo Motta, Henrique Ballalai, Mathias Ulmann, Manoel Guimarães Pinheiro, Manoel Joaquim de Carvalho, Leonardo de Azevedo, Joaquim Lopes Cardoso, Segismundo Paraiso, João Antonio Gomes da Costa, Silvino Marques e M. T. Guimarães Freitas. Os mais importantes e acreditados negociantes compareceram. Manoel Guimarães Pinheiro, sócio da firma Guilherme de Carvalho & Cia., rompeu o debate "expondo os motivos que determinaram a resolução do comércio, que, por se julgar sem garantias para suas casas e seus empregados, estava disposto

a não abrir, enquanto não cessasse semelhante estado de coisas. Falaram: Alfredo Motta, Joaquim Massorra, o Dr. Assis Souza e por fim José Lopes Cardoso, que disse se julgar exonerado de membro da diretoria da Associação Comercial, porque esta não cumprira o seu dever. e, ele acompanhava o pensamento do comércio em peso. A 20, cessava a atmosfera de ameaças, com a retirada, pelo governo, da força de polícia que ocupava a Cidade-baixa, sendo reabertas as casas comerciais. A 30, toda a corporação comercial da praça da Bahia, pelos seus elementos mais representativos, entre os quais assignava, em primeiro lugar, Manoel José Bastos, seguido de Guilherme de Carvalho & Cia., Manoel Joaquim de Carvalho, Motta Silva & Cia., Joaquim Massorra, Silva Moreira & Souza, Pedrosa Junior & Cia., Rodrigues Fernandes & Cia., Mandim & Cia., Abel Alves & Cia., Cardoso & Dias, Moraes & Cia., Azevedo Fernandes & Cia., Duarte & Queiróz, Joaquim Manso & Cia., Augusto Ribeiro, Bernardo Lévv & Cia., Gama & Cia., Eduardo Fernandes & Cia., Machado Soares & Cia., e todo, o comércio inteiro, o nacional, o português e o estrangeiro, das casas de mais respeitabilidade e de maior vulto, ás mais modestas, subscreveram uns manifesto dirigido ao país, narrando em linguagens nobre e elevada tudo quanto ocorreu na triste semana. A classe caixeiral fez outro tanto. O primeiro signatário da classe caixeiral, foi Elysio do Rego Barretto, depois sócio da firma Magalhães & Cia., da qual se retirou, há alguns anos, estando atualmente em Lisboa, onde vive de seus rendimentos. Este episódio da vida do nosso comércio, com a seca, intensa e pavorosa, que se vivia o sertão, fechavam o século.



* * *

A pedido insistente de um amigo, feito há alguns dias, e a que não pude recusar, dediquei-me, nesta última quinzena, a fazer pesquisas, colhendo algumas informações, as quais sou grato, ditando ao datilógrafo este ensaio, sem pretensões de obra completa, que entrego ao estudo dos doutos e ao espirito paciente dos que estimam esta espécie de indagações, pedindo e esperando que outros, dispondo de lazer e tempo e de visão mais esclarecida, completem-no e emendem-no, corrigindo-o em seus erros e suprindo-lhe as faltas e omissões, de que certamente está eivado. Procurei ter a maior probidade em tudo quanto refiro, e na escolha dos dados de que me servi; tendo sido eu mesmo quem fez os repetidos cálculos, que nele se encontram, o que convém declarado para maior desculpa, em vista da escassez do tempo de que dispus.

Ao comércio deste Estado, fator de riqueza e agente propulsor da capacidade produtiva das nossas terras, e de cuja ação financeira, no interesse que tem como intermediário obrigado, depende o maior desenvolvimento e o progresso econômico, consagro este trabalho.

Revedo um século de vicissitudes, tão continuadas e quase com seus ciclos certos de reprodução, aprenderá na lição do passado os meios de evitar ou vencer as crises, fatais na vida social, fortalecendo sua ação de trabalho e aumentando o esforço na razão do maior crescimento das necessidades e dificuldades dos tempos presentes.

Com isso, granjeará lucros e proveitos, auxiliando a grandeza da Bahia, cujos destinos econômicos dependem do concurso inteligente e racional das classes financeiras no fomento intenso da atividade eficiente.

Bahia, 28 de Junho de 1923.

Referências

ALMEIDA, Miguel Calmon du Pin e. *Ensaio sobre o fabrico do açúcar*. Salvador: Typographia do Diario, 1834.

AMARAL, Braz do. *História da Bahia do Império a Republica*. Salvador: Imprensa Official do Estado, 1923.

BALBI, Adrien. *Essai statistique sur le royaume de Portugal et d'Algarve: comparé aux autres états de l'Europe, et suivi d'un coup d'oeil sur l'état actuel des sciences, des*

lettres et des beaux-arts parmi les Portugais des deux hémisphères. Paris: chez Reych Gravier, 1822.

BANCO DA BAHIA. *Relatório apresentado à Assembléa dos Accionistas na sua reunião de 1861 pelo seu Conselho de Direcção*. Salvador: Typographia Pogetti, 1861.

BRASIL. Decreto nº 1.746, de 13 de outubro de 1869. Autorisa o Governo a contractar a construcção, nos differentes portos do Imperio, de dócas e armazens para carga, descarga, guarda e conservação das mercadorias de importação e exportação. *Coleção de Leis do Império do Brasil*, Rio de Janeiro, 1869.

BRASIL. Lei nº 1.083, de 22 de agosto de 1860. Contendo providencias sobre os Bancos de emissão, meio circulante e diversas Companhias e Sociedades. *Coleção das Leis do Império do Brasil*, Rio de Janeiro, 25 ago. 1860.

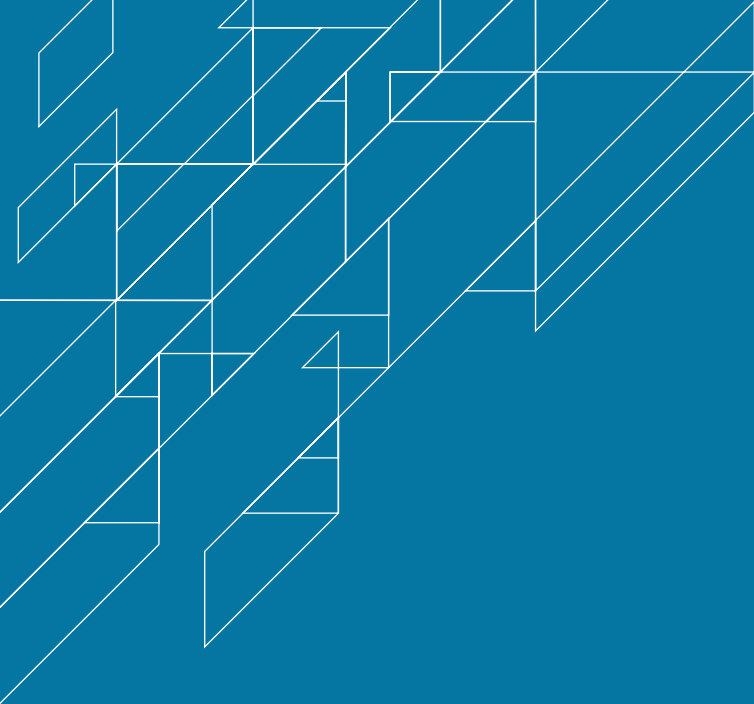
BRASIL. Lei nº 1.443 de 3 de setembro de 1874. Regula a receita e despesa da província no exercício de 1874 a 1875. *Coleção de Leis e Resoluções da Assembléa Provincial da Bahia*, Salvador, 1874.

CALMON, Francisco Marques de Góes. *Vida econômica e financeira da Bahia: elementos para a história de 1808-1899*. Salvador: Imprensa Official do Estado, 1925.

SILVA, João Manuel Pereira da. *História da fundação do Império do Brasil*. Rio de Janeiro: Garnier, 1864. v. 2.

SPIX, Johann Baptist von; MARTIUS, Karl Friedrich Philipp von. *Através da Bahia: excerptos da obra Reise in Brasilien*. Salvador: Imprensa Official do Estado, 1928.

WALSH, Robert. *Notices of Brazil in 1828 and 1829*. London: F. Westley and A. H. Davis, 1830.



ARTIGO

A Economia Baiana em Torno de 1950¹

Thales Olimpio Goes de Azevedo

¹ Texto extraído do livro: AZEVEDO, Thales & Lins, E. Q. vieira. Historia do Banco da Bahia, 1958 – 1958. Rio de Janeiro, José Olympio, Ed. 1969, p. 5-18

A primeira metade do século XIX, caracterizou-se no Brasil, não apenas por mudanças políticas, mas sobretudo por alterações na ordem econômica, que viriam a influir profundamente na ordem social e institucional.

Desde o setecentos as “ideias francesas” em política infiltravam-se nos espíritos, apesar da severa fiscalização da metrópole, e as teorias sobre os princípios naturais e as leis da espontaneidade nas relações econômicas, eram discutidas a propósito da regulamentação dos preços dos gêneros de consumo e da regulação do mercado de artigos de subsistência, através dos celeiros públicos, predispondo os estudiosos dos problemas econômicos, políticos e demográficos, os homens de negócios, os administradores e estadistas para as reformas que a crise política europeia viria precipitar em 1808, com a invasão napoleônica de Portugal e a transferência da corte portuguesa para o Brasil. A Bahia era um dos focos principais desse movimento de ideias. Em suas cartas, Luíz Vilhena denuncia, horrorizado, a voga, até entre homens de governo da nossa capitânia, das doutrinas liberais em economia, as quais já tinham um adepto prestigioso em José da Silva Lisboa e viriam a inspirar as atividades do Desembargador Rodrigues de Brito, em matéria de comércio, ao responder ao inquérito do Conde da Ponte em 1807, e, mais tarde, os estudos de Henrique Jorge Rebêlo sobre a demografia brasileira.

Consequência simultânea dessas novas doutrinas e das dificuldades que a lavoura e o comércio experimentavam sob o garrote do monopólio comercial e industrial da metrópole, a abertura dos portos e a adoção dos princípios liberais em economia, sob a inspiração e orientação do futuro Visconde de Cairu, criaram um clima de confiança, de otimismo e de ação que marcou o meio século que se iniciava, tanto mais que o Brasil já mantinha um comércio clandestino de importância com várias nações europeias, o “contrabando do estrangeiro” na expressão do Bispo Azeredo Coutinho (ELLIS, 1959), e que o ato de D. João VI, como que viera ratificar e legalizar um intercâmbio vital à colônia².

A presença do príncipe no Brasil com a sua numerosa corte e as iniciativas que tomou, dotando a colônia de serviços públicos, de escolas superiores, de imprensa, de um banco emissor e de outros instrumentos de desenvolvimento, não podiam deixar de influir fortemente nas condições gerais do país que se formava e que em breve o mesmo soberano elevaria a reino para, logo a seguir e em consequência mesmo da nova ordem de coisas, alcançar a independência política. A dificultosa transição do estado colonial para a soberania plena e as graves crises internas que marcaram os primeiros decênios do período da Independência não conseguiram desanimar os empreendimentos comerciais e industriais, o surto de melhoria dos

2 Frederico Edelweis, Conferência na sessão do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, comemorativa do 150 aniversário da abertura dos portos, MS. Inédito.

métodos agrícolas, a criação de um sistema de transportes terrestres e marítimos, a formação de um aparelhamento de crédito e a organização administrativa do país para enfrentar as suas novas responsabilidades e as recentes modificações políticas e econômicas ocorridas na Europa e na América, com a expansão do imperialismo britânico, o domínio do liberalismo na Europa continental e a independência das antigas colônias da Inglaterra e da Espanha em nosso continente.

Nesse processo de mudança e de reorganização da vida brasileira, tanto quanto as teorias em voga, atuaram fatores circunstanciais decisivos, uns favoráveis, outros adversos, como a conjuntura comercial e financeira internacional, fazendo refletir as crises europeias a norte-americanas na procura e nos preços das nossas exportações e no volume das nossas importações, a crescente escassez de braços resultante dos obstáculos à renovação da força de trabalho escravo, a insuficiência de meio circulante, a irregularidade das estações, a baixa produtividade da agricultura, o afluxo de capitais estrangeiros, a descoberta das minas de diamantes no Brasil e na África, o aumento e os deslocamentos internos da população. Esse meio século assistiu ao incremento das comunicações do Brasil com o exterior, a criação de uma indústria de grandes construções navais de ferro e de madeira, a abertura de estradas ligando as regiões produtoras aos portos de embarque, ao início da imigração e da colonização estrangeira, a intensificação do comércio de cabotagem com as linhas interprovinciais de navegação a vapor, a estruturação das forças armadas e do funcionalismo público civil, a uma nova expansão da indústria açucareira, a diversificação das lavouras, ao incremento da cultura do café e, em menor escala, do algodão e do cacau, a um intenso surto de indústrias de transformação com as fiações e tecelagens de algodão, as fábricas de rapé e de charutos, de chapéus e de calçados, os curtumes, as fundições, ao aperfeiçoamento da pecuária com a introdução de reprodutores turinos, a promulgação, pela primeira vez, de um Código Comercial (1850) e de uma tarifa aduaneira, consistentes com os interesses nacionais (1844), as primeiras tentativas de disciplinação do meio circulante e da formação de capitais por meio de caixas de economia e bancos emissores.

Muito embora há perto de meio século houvesse deixado de ser a capital da colônia e se verificasse, desde começos do oitocentos, um grande progresso na corte, em Pernambuco e no Maranhão, a Bahia foi parte proeminente nos sucessos políticos e na revolução econômica que então se processaram. E o foi à custa de sacrifícios excepcionais. As dificuldades que vinham experimentando desde fins do século anterior, uma de cujas válvulas de escape havia sido a revolução dos alfaiates de 1798, seguida das repetidas revoltas dos escravos haúças entre 1807 e 1828 e, mais violenta e extensa, incluindo também pretos libertos, a dos malês e nagôs em 35, vieram ajuntar-se os efeitos do exagerado esforço, despendido na luta pela Independência. Esse esforço, "tão generoso como mal recompensado", foi responsável, na opinião de Brás

do Amaral e de Góis Calmon, pelo desconjuntamento da vida econômico-financeira da província, e daí pode datar-se a série de dificuldades que desde aquela época se opõem ao desenvolvimento das nossas potencialidades (AMARAL, 1922; CALMON, 1925). De envolta com o nativismo, com as doutrinas republicanas, com as “ideias populares”, observa Viana Filho (1938), o mal-estar econômico agitava movimentos populares nas cidades principais do Recôncavo e explodia na Capital em motins por ocasião da Abdicação ou em desordens graves e destruições de propriedades e bens públicos com a Sabinada em 1837 (CALMON, 1933; RUY, 1949; VIANA FILHO, 1938). Com as agitações de 1837, coincidem as repercussões da crise financeira norte-americana, produzindo no Brasil a queda dos preços de nossos produtos; o algodão perde 50% do seu valor, o café 25 a 30%, o açúcar 35%, os couros 5% e assim por diante (FERRAZ *et al.*, 1865). Sem se deixar vencer por essas dificuldades, saneado o meio circulante no império com a troca da moeda falsa e, a uniformização do papel-moeda, em 1835, em pouco a Bahia entrava em recuperação, de tal modo que, segundo observação de Aguiar (1858), o regime de déficits que começara para as finanças nacionais com a Independência, retardou-se na Bahia até à Guerra do Paraguai. Assim é que o panorama da província, trinta anos depois da emancipação política nacional, justificava franco otimismo.

A Bahia disputava com o Rio de Janeiro a primazia no valor das exportações para o exterior, graças ao aumento da sua produção de açúcar, desde 1827, com a lei que levantara a proibição de fundar novos engenhos; enquanto nos cem anos anteriores, apenas 3 novos engenhos se haviam estabelecidos na província, nos sete anos subsequentes à mencionada lei, nada menos de 141 dessas novas fábricas entraram em atividade (CALMON, 1925). Para as exportações contribuía ainda as suas plantações de café e de cacau que se desenvolviam com animação, a tradicional cultura do fumo, as madeiras, as pedras preciosas, os couros, os coquilhos. O movimento portuário era mais intenso em número de barcos e em tripulações de longo curso e de cabotagem, assim como em embarcações, registradas no próprio pôrto, sobrepujando ao Rio também em unidades e pessoal com seus 14 estaleiros navais para a construção de fragatas, corvetas, brigues, escunas, pataxós, mais tarde canhoneiras a vapor. A província mantinha 3 navios a vapor em linhas para os portos do Recôncavo e no litoral entre Recife e Caravelas. Perto de vinte trapiches, alguns providos de prensas para enfardamento, serviam para o despacho e armazenamento das variadas mercadorias, exportadas ou importadas da Inglaterra, França, Portugal, cidades hanseáticas, estados do Rio da Prata, Estados Unidos, África, e das províncias de Sergipe, Alagoas, Pernambuco, Rio Grande do Sul e outras (CÂMARA, 1911; WESTPHALEN..., 1928).

As fábricas de fios e de tecidos iam em progresso, de tal modo que a de Valença, a mais importante do império, quiçá de toda a América do Sul, em 1850 viria a produzir mais

de 600 mil varas de pano³; começava a fabricação de sacos que iam substituindo as caixas no transporte de açúcar. Na capital, em Valença, em S. Amaro, as fundições de ferro e de cobre produziam ferramentas para a lavouras e maquinismos, para os engenhos e para as embarcações a vapor. Fabricavam-se, ademais, a pólvora, o rapé, o sabão, o papel, os charutos.

Uma enorme frota de veículos transportava a produção do Recôncavo e do litoral. Rasgavam-se estradas para o interior, ensaiando-se o sistema de macadamização na que ligaria a Cidade do Salvador com o Engenho Jericó, em S. Amaro, e começava-se a cogitar em uma rodovia de Feira de Santana para Xique-Xique, ligando a promissora bacia do rio de S. Francisco ao litoral. O Governo provincial interessava-se por métodos de aperfeiçoamento da produção do açúcar e alguns senhores de engenho, vencendo a rotina e a indiferença, introduziam máquinas e técnicas para melhoria de seu produto. Construíam-se faróis, cais, atracadouros.

Operavam na praça, 3 companhias locais de seguros comerciais. Os "estabelecimentos bancais" cresciam, fazendo grande movimento de capitais e tomando em pouco tempo "proporções gigantescas", segundo as expressões do presidente da província, o esclarecido Francisco Gonçalves Martins. Os capitalistas faziam vultosos lucros nos bancos e caixas públicas de depósitos, que se multiplicavam na capital e no Recôncavo, alguns fora da lei, movimentando grandes e pequenas somas a juros. As safras vinham sendo boas, prejudicadas embora pelo excesso de chuvas. Cresciam as rendas públicas, inclusive as que da exportação auferia a Alfândega. A separação, na arrecadação e na contabilidade pública, entre receitas provinciais e gerais, tornada efetiva em 1847, mas proposta pela Assembleia Legislativa Baiana desde 1835, parecia indicar a existência na Bahia de "ponderáveis disponibilidades de moedas em busca de investimentos" (AGUIAR, 1858). Pode-se ainda aquilatar da posição da Bahia pela organização, números de funcionários, valores dos ordenados e das fianças destes no seu Tribunal de Comércio e nas suas Juntas de Corretores, apenas inferiores em movimento e importância aos da corte (BRASIL, 1851).

A febre amarela, ao que parece reintroduzida pelo navio americano Brasil, vindo de Nova Orleans e entrando em nosso pôrto a 30 de setembro de 1849, fizera um surto intenso porém rápido, mas as notícias que na Europa corriam sobre as devastações aterradoras dessa doença na Bahia e em outros portos do império, faziam temer a diminuição do movimento de navios; subiam, por isto, os fretes, onerando os produtos ao mesmo passo que se elevava ao câmbio⁴. Havia, contudo, grandes esperanças de prosperidade e acreditava-se que a exploração das minas de ouro do Assuruá

3 Des. Cons. Francisco Gonçalves Martins, Fala do Presidente da Província, 1851, p. 25.

4 Gonçalves Martins, Fala (de 1850), p. 13, 55.

e especialmente das de diamantes, descobertas em 1842 na serra das Aroeiras na Chapada Grande, fariam a riqueza e a civilização do interior da província como o ouro da Califórnia fazia a de outras nações⁵.

Importa registrar que as doutrinas políticas e econômicas de Colbert, Quesnay, Montesquieu e Adam Smith e outros teóricos, refletiam-se diretamente na vida local, retificadas, por vezes, em seus unilateralismos e exageros pela influência do talento excepcional de Cairu que, sendo adepto intransigente da liberdade de comércio, subordinava a economia aos interesses do bem comum nacional, admitindo até a intervenção do Estado (LISBOA, 1956). Discutindo na Assembleia Legislativa Provincial, em 1844, o projeto de auxílio pecuniário a dois alemães, que se propunham extrair linho da bananeira, o Deputado Moura Magalhães argumentava que era favorável a ajuda à agricultura mas que o Brasil não se devia limitar a isso: deveria também aumentar sua riqueza “no ensaio dos ramos industriais, para desta forma se ir libertando da vassalagem em que está para os estrangeiros”. O Presidente da província, Cons. Joaquim Pereira de Vasconcelos, na mensagem em que solicitava aquela subvenção, também considerava que a indústria local, além de favorecer “a muitas necessidades e cômodos da vida” e de fornecer “ao comércio mais um objeto de especulações”, servia para nos libertar ao menos em parte, dizia, da dependência estrangeira. Já o deputado Zacarias de Góis e Vasconcelos, além de adverso à criação de um banco de circulação na Bahia, mostrava-se contrário à intervenção do governo nas indústrias, argumentando: “Duas coisas cumpre fazer em favor da nossa indústria – oferecer a todos os nossos concidadãos, que dela se queiram aproveitar, a instrução das ciências que formam a base das diferentes indústrias, e mais que tudo o aliviar, se fosse possível, os contribuintes dos pesadíssimos impostos que tanto as descoroçoam; eis o que toca a esta Assembleia fazer, e deixe a indústria entregue à sua própria direção e recurso.” E, citando liberais e fisiocratas europeus, esclarecia o seu pensamento:

Eu disse que cada País deve especialmente aplicar-se àquele ramo de trabalho para o qual se conhece com maiores proporções e aptidão, que é do seu interesse, em vez de querer produzir tudo, dar-se de preferência à produção em que pode primar e sobressair. Por força deste princípio, reconhecendo eu que o Brasil é um País eminentemente agrícola, julgo que o Brasil deve ter por alvo em seus esforços aumentar a sua agricultura e melhorá-la, não fazendo com o nobre Deputado votos ao Céu para que o Brasil se emancipe do jugo estrangeiro relativamente à indústria a ponto de não precisar dos produtos das outras nações. Eu, pelo contrário, entendo que é um bem que as nações precisem umas das outras, e que assim como seria loucura aconselhar aos indivíduos que cada um produza aquilo de que necessita,

5 Em sua fala à Assembléia Legislativa, a 1.9.1857, o presidente da província João Vieira Lins Cansação de Sinimbu, viria a dizer que “a descoberta dos diamantes da Chapada fez um grande, um imenso beneficio a província, porque mudou a condição de grande parte de sua população no interior”; em sua opinião essas lavras foram a Bahia como as da Califórnia para todos os países.

tornando-se inteiramente independente de seus semelhantes, também não é razoável desejar que as nações sacudam o suave e benéfico jugo da recíproca dependência, em que todas vivem quanto aos seus respectivos produtos" (O COMÉRCIO, 1844b).

Essas ideias não estariam muito longe das de Cairu, que, não sendo partidário duma especulação sem o controle do Estado, era, todavia, dos que, ensinando a doutrina dos fisiocratas, se opunham à industrialização no sentido amplo; em sua opinião as fábricas que mais convinham ao Brasil eram "as que mais pròximamente se associam à agricultura, comércio, navegação e artes da geral acomodação do povo" (LUZ, 1957).

Uma evidência de que apesar de tudo, não estávamos de todo jungidos ao idealismo teórico nem nos deixávamos dominar pelos interesses das nações colonialistas, são as palavras do Presidente da província, Soares d'Andréa, em sua fala à Assembleia Provincial na abertura da sessão ordinária de 1845.

Por muito que os economistas políticos nos aconselhem e gritem que não devemos ter fábricas e que nos dediquemos exclusivamente à agricultura, embora nossos gêneros coloniais sejam repelidos de quase todos os mercados e embora tratados existentes nos privem de um salto dos braços agrícolas em que estamos acostumados a pensar, eu sempre fui de outro acordo a respeito de tais conselhos mesmo antes da existência dos dois fatos apontados que tem assassinado a nossa agricultura.

A desmoralização dos produtos brasileiros, dizia a seguir, resultava exatamente da exagerada liberdade de comércio:

Antigamente haviam algumas inspeções que, examinando os gêneros oferecidos ao mercado os classificavam e por esta operação tinham os compradores uma tal ou qual certeza na escolha, e compravam sem receio de serem enganados. O espírito de liberdade indefinida fez abolir estas inspeções, porque é livre a cada um dispor como entenda de seu gênero, mas não se lembraram que não é livre a cada um desacreditar os gêneros de uma praça inteira falsificando os seus.

O motim da "carne sem osso e farinha sem caroço" em 1858, episódio, em grande parte, de tradicional antagonismo entre a Câmara Municipal da Cidade do Salvador e o governo provincial, viria a ser uma evidência do influxo direto que tinham as discussões sobre teoria econômica na administração pública e nos negócios. Acentuando-se a carestia dos gêneros alimentícios, principalmente da farinha de mandioca a Câmara votara, em janeiro daquele ano, uma postura, determinando a venda da farinha, exclusivamente nos barcos que a conduziam no interior, no Celeiro da Cidade e nas tulhas municipais a serem localizadas nas freguesias. Isto consistia em restabelecer um regime que vigorara de 1785 até o fim do período colonial, devido à ganância dos atravessadores. Agora os vereadores defendiam o povo contra o "monopólio e ambição de alguns homens que, não se contentando com razoáveis

lucros, soem especular com as necessidades do povo de quem sòmente almejam sugar até a última substância”; aqueles monopolistas, apoiados na ampla liberdade de comércio, contra cujos desregramentos já protestava Miguel Calmon em 1836, retinham o produto e o vendiam a preços altos, apesar, da sua notória superabundância. Mas o Presidente da província, Cansação de Sinimbu, suspendeu por seis meses a execução da postura até que sobre a mesma se pronunciasse a Assembleia Legislativa; esta, contudo, encerrou sua sessão sem sequer discutir o assunto.

Protestando contra as medidas que o presidente adotara para fazer cumprir a sua decisão mesmo depois de caduca, a Câmara argumentava dizendo que

[...] curvar-se-ia aos preceitos da ciência, à exatidão de suas teorias, se não reconhecesse e não estivesse convencida de que acima dessas teorias estão os fatos e a experiência de muitos anos, que mais alto falam e que têm por si o assentimento e a opinião geral de toda população desta capital, que com bastante razão atribui este fenômeno à existência dum monopólio calculadamente estudado e realizado, e nunca à falta real desse gênero para o necessário consumo, monopólio que se dá entre nós em todos os gêneros alimentícios, quer nacionais, quer estrangeiros, como a farinha de trigo, o bacalhau, a carne de charque etc., para os quais existem companhias e associações organizadas, e reciprocamente combinadas para o preço de compra assim como para o da venda de todo esses gêneros.

E provando que o comércio da farinha de mandioca estava em mãos de três a quatro indivíduos, a Câmara, além de defender as medidas para regulação dos preços e da distribuição daqueles gêneros, punha em dúvida a plenitude do direito de propriedade nos artigos de primeira necessidade.

Só alguns mal-intencionados, diziam os vereadores no seu relatório de setembro de 1858 à Assembleia Legislativa, ou os que se deixam guiar por um ou outro eco imbuídos em caducas teorias econômicas sem nenhuma aplicação ao nosso mercado, são os que levantam alguma grita contra semelhante medida.

O fracasso daquelas medidas, sob a pressão do governo provincial, que destituiu os vereadores e convocou os seus suplentes para revogarem a postura, veio a explodir, em fevereiro de 1858, no célebre motim contra a carestia, do qual não tirou partido o povo, porquanto prevaleceu, em favor dos monopolistas, o princípio da liberdade de comércio de que a Câmara criticara e mostrara que melhor seria servido que as suas providências em favor dos consumidores. Mas o que tudo isto mostra é quanto as discussões sobre as teorias econômicas afetavam de perto a vida baiana, revelando a existência de uma opinião pública e de uma consciência política, que se expressavam desde a colônia através as Câmaras municipais contra a dominação da

metrópole e a opressão dos exploradores e aproveitadores das crises econômicas. Mais tarde se verá como a questão bancária repercutia na massa popular.

Procurando compensar os prejuízos, experimentados pela grande lavoura em virtude das irregularidades das estações, das doenças do algodão e da cana, dos vários fatores de encarecimento da produção e das oscilações de preço dos seus produtos no mercado internacional, tudo agravado pela ascensão dos preços das importações, resultante, entre outras causas, da descida do câmbio brasileiro, que de 96 d. por mil-réis em 1808, caíra ao mínimo de 22 d. em 1830 e oscilava em torno de 38 d. em 1850, a Bahia tentava incrementar a sua incipiente industrialização a exemplo dos Estados Unidos, da Inglaterra, da Alemanha e outros países, ao tempo em que fazia um extraordinário esforço, contra a teimosia da rotina, por melhorar a qualidade e aumentar o volume da sua produção exportável. Para tanto seria necessário estimular o "espírito das empresas", tão pouco desenvolvido entre nós, segundo a observação do futuro organizador do Banco da Bahia, o Cons. Francisco Gonçalves Martins, que, em sua fala a Assembleia Provincial no ano de 1851, condenava com os capitalistas que "sem algum trabalho" fazia altos lucros com seus depósitos em banco ao invés de organizarem companhias de navegação a longo curso que levassem nossos produtos estrangeiro sem nos desfalcarem de capitais com a evasão de fretes. Desde, aliás, fins do século anterior, quando o próprio governo da metrópole já se preocupava com o problema do crédito na colônia, reconhecia-se a urgência de superar a escassez de capitais como outra das nossas maiores necessidades; em 1807 o Des. Rodrigo de Brito assinalava a necessidade de fundos para "facilitar aos lavradores o exercício da sua indústria" assim como "para porem em valor as suas terras, que por falta deles ficam incultas. A mais industriosa povoação, esclarecidamente argumentava o desembargador em sua resposta ao inquérito econômico do Conde da Ponte, seria inútil, e até onerosa, sem os fundos indispensáveis para lhe fazer fornecer salários, instrumentos, sementes e matérias em que pudesse empregar o seu trabalho".

Mas é aproximadamente em 1845 que se deveria sentir mais aguda essa falta de capitais para financiar os novos empreendimentos, o que determinaria dali a anos a procura de recursos no estrangeiro, especialmente na Inglaterra, para o financiamento de empreendimentos de mais vulto como a estrada de ferro da Bahia ao São Francisco, as usinas centrais de açúcar, a construção do pôrto, as linhas de navegação a vapor, os melhoramentos urbanos como o elevador hidráulico entre a Cidade Baixa e a Cidade Alta e as linhas férreas de transportes de passageiros entre o centro da cidade e os novos bairros. Obedecendo ao propósito de atrair recursos e animar investimentos na indústria, organizar-se em 1841 a Companhia para a Introdução e Fundação de Fábricas, úteis na província da Bahia, que no mesmo ano arrendou o Engenho Cabrito para estabelecer uma fábrica de papel, mas que cinco anos após extinguiu-se pela dificuldade em realizar capitais para seus objetivos. Anote-se que ainda em 1856

os estabelecimentos de créditos existentes na praça da Bahia reuniam um total de perto de 17 mil contos de réis em capitais realizados, emissões e fundos de reserva, mas aquela quantia não era suficiente para as transações do comércio e para acudir aos reclamos da lavoura. Efetivamente, se as exportações ainda subiam, também as importações avultavam sobremaneira. No ano financeiro de 1853-54 as importações atingiram o total de 16.525:000\$000, sendo perto de 13 mil do exterior e 3.600 dos portos do império, enquanto as exportações somavam apenas 11.824:000\$000. Já em 1856 as importações eram de 18 mil contos de réis contra uma exportação de 14.758 contos; em 1857 as primeiras iriam à cifra astronômica de 28 mil, enquanto as últimas não atingiam os 20 mil. Essa sangria na economia e nas finanças da província traduzia-se num encarecimento espantado do custo da vida.

O aparelhamento bancário em operação na praça desde a inauguração, em janeiro de 1817, da Caixa Filial do Banco do Brasil e da fundação, em 1834, da Caixa Econômica, e a contar de 1845, do Banco Comercial da Bahia, da Sociedade Comércio, da Caixa Comercial, da Caixa de Reserva Mercantil, da Caixa de Economias e da Caixa União Comercial, era, como se viu, insuficiente além de inadequado.

A supressão do tráfico negreiro, vem a ter um paradoxal efeito para a economia das regiões do Norte do Brasil e sobretudo para a da Bahia, maior centro importador e distribuidor de escravos no país: de um lado libertou somas consideráveis até então empregadas no comércio de ébano, somas que ficaram sem imediato emprego e que foram aproveitadas pelo comércio, pela lavoura e pela indústria em aplicações fracionadas; por outro lado, reduziu a mão-de-obra da indústria do açúcar e, por causa dos seus efeitos na região Centro-Sul que começava a prosperar com o surto cafeeiro, ensejou o incremento das vendas de escravos, a preços cada vez mais elevados, para as províncias do Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais. A venda de negros para as fazendas de café era, por sua vez, forçada pela escassez de recursos dos senhores de engenho para manter a própria escravaria, para o custeio da sua indústria, bem como para obter dinheiro com que cobrir os prejuízos ocasionados por diversos fatores conhecidos. Mas se, por esse modo, canalizava para a província algum dinheiro, desfalcava continuamente a mão-de-obra e promovia nesta uma seleção negativa com a venda dos melhores elementos, o que, em círculo vicioso, vinha a refletir-se na produtividade que era sempre decrescente. Em 1844 procurava-se atenuar esse desfalque com o restabelecimento da taxa de capitação, de 10\$000 por escravo remetido para fora da província, porque, segundo afirmava um dos deputados à Assembleia Provincial, "estorvar a saída de escravos para outras províncias é um bem para a Bahia porque a escravaria, nas atuais circunstâncias, é a condição da prosperidade da província, razão pela qual 'cessar com ela' repentinamente é dar morte à província" (O COMERCIO, 1844a). A proposta não vingou e aquele comércio prosseguiu. Não foi por outros motivos que o Barão de Cotegipe propôs ao Parlamento nacional em 1854

uma lei, que não logrou aprovação, proibindo o tráfico interprovincial de escravos. Nessas circunstâncias o problema dos braços iria constituir a preocupação central dos homens de governo. Desde então a colonização com braços livres passa a constituir a maior esperança para a recuperação econômica da província, todos os projetos de desenvolvimento, durante muitos decênios, girando em torno desse recurso com a insistência de um estereótipo, que nunca se viria a traduzir em realidade tanto pela falta de recursos como pela resistência das plantations açucareiras em aceitarem alterações no seu esquema de relações entre proprietários e trabalhadores. Como observou Wolf (1957), uma das características das plantations tradicionais é serem um sistema particular de organização de trabalho que por seu extremo grau de especialização tem uma reduzida capacidade para adaptar-se às novas formas de organização e funcionamento. A experiência brasileira mostra que somente onde se substituiu a propriedade individual e familiar do engenho pela propriedade corporativa, impessoal, da usina, somente aí foi possível introduzir com êxito o salariado, isto é, o sonhado trabalhador livre. Mas o engenho e mesmo a usina continuaram a ser na Bahia, negócios de família ainda por bastante tempo (HUTCHINSON, 1957).

Sem embargo das crises sucessivas nas nações com as quais negociávamos, tais como a ruínosa especulação de cereais em Londres (1847), a ruína comercial que dos Estados Unidos refletia-se na Europa com a queda dos preços, e a guerra da Criméia, acrescidas a ação calamitosa do cólera-morbo, que em 1835 ceifou quase 40 mil vidas em toda a província, sendo cerca de 27 mil no grande centro econômico do Recôncavo, apesar ainda das devastações da seca de 1857 e da forte concorrência que o nosso açúcar sofria, desde 1850, do produto da beterraba e mesmo do açúcar de cana produzido nas colônias de várias nações europeias – a Bahia ainda experimentava uma fase de prosperidade. Mas, fatores de desequilíbrio de antiga estrutura econômica prenunciavam as dificuldades que, dali por diante, estiveram sempre perturbando os planos de progresso e as esperanças de riquezas dos baianos. Aliás, data dessa primeira metade do século a decadência, relativa das culturas tradicionais do açúcar, do fumo e do algodão que faziam o lastro da economia das províncias do Norte; é então que se inicia o surto cafeeiro que iria deslocar o eixo econômico do império para o Centro-Sul. A fundação do Banco do Brasil, feita com objetivo imediato de auxiliar a lavoura do café (PRADO, 1956) que começava a assumir importância na produção nacional, o êxito da imigração estrangeira, o incremento da navegação para o pôrto do Rio de Janeiro, a construção da Estrada de Ferro Pedro II, acentuavam o desnível entre as áreas preponderantemente açucareiras do Norte e a região cafeeira do Sul, marcando de logo o destino das duas metades do país. A economia baiana necessita reajustar-se; há uma fase de diversificação das lavouras de exportação, incrementando-se as culturas de café, algodão, fumo e cacau. Mas isto determina o abandono das lavouras de subsistência. As boas cotações dos produtos exportáveis faziam aumentar as rendas públicas. Efetivamente as exportações cresciam de perto de 12 mil contos em 1853-54

para quase 20 mil em 1857, enquanto as importações gerais, nacionais e estrangeiras, subiam de 13 mil para 28 mil contos no mesmo período. As rendas das províncias, continuavam “em gradação ascendente”, assinalava um relatório oficial, e os orçamentos conservavam o equilíbrio tradicional, havendo sempre dinheiro em cofre. Mas com os crescentes encargos das obras públicas e do funcionalismo não tardariam a surgir os déficits orçamentários, artificialmente reparados com empréstimos bancários e aumento de impostos. Contudo havia ainda recursos para modernizar a capital da província com a limpeza e canalização dos rios da Vala e do Camorogipe, a abertura de ladeiras, muradas e calçadas entre as Cidades Baixa e Alta, o calçamento das ruas do bairro comercial, do trecho entre a Barroquinha e a Rua das Flores, da Estrada da Vitória e da Ladeira da Barra, com a instalação de chafarizes públicos e de iluminação das ruas com combustores de gás, com melhoramentos das estradas para a periferia da cidade, como as do Rio Vermelho, dos Pernambucoés, de Brotas e a grande via de acesso ao interior, a Estrada das Boiadas. Por essa época fazia-se o levantamento da planta da cidade, nivelavam-se terrenos, contratavam-se técnicos franceses, ingleses, italianos e portugueses para a construção de edifícios públicos, para os estudos de estradas no interior, para a organização de espetáculos dramáticos, vaudevilles e bailados no Teatro São João e de um Conservatório Dramático e para a pesca em larga escala nas águas da província; incrementava-se a instrução pública, subvencionavam-se empresas de navegação a vapor, subscreviam-se ações e ofereciam-se garantias de juros às companhias que iniciavam a construção da Estrada de Ferro de Juazeiro com meio milhar de operários italianos e da rodovia de S. Amaro, a chamada estrada de Pé Leve, com uma folha diária de quinhentos e tantos trabalhadores.

Florescia entre nós uma civilização empreendedora e otimista, com uma aristocracia de senhores de engenho, fazendeiros, comerciantes fortes, muitos dos quais eram portugueses, ingleses e alemães, comissários das importações e exportações, altos funcionários civis e militares, cujos requintes de maneiras e de gosto impressionavam os visitantes estrangeiros. Abaixo dessa elite de barões e viscondes comprimiam-se as massas de escravos da limpeza e do serviço doméstico e o povo, constituído dos oficiais mecânicos ou operários, dos artesãos, dos trabalhadores sem qualificação, dos vendedores ambulantes e vendeiros, dos milicianos, dos desocupados. Entre esses extremos, mal se distinguia na capital e nas cidades maiores do Recôncavo um esboço de classe média, não tanto pela fortuna e pela renda, quanto pelo seu papel na gestão dos negócios, nas profissões liberais, nas repartições públicas, no médio comércio (AZEVEDO, 1959).

A Capital da província, com seus cento e poucos mil habitantes, possuía um bom teatro em que se davam concertos e representavam-se óperas e vaudevilles; hotéis franceses; bons edifícios públicos; alfaiatarias e lojas de modas que importavam perfumes, bengalas, estojos ricos de viagem, espelhos, cortes de fazenda, calçados,

"diferentes obras de cabelos", vestidos para bailes, instrumentos musicais, em sua maioria de fabricação francesa, relógios ingleses de ouro, chicotinhos, mantas para pescoço, leques; padarias estrangeiras que vendiam bolachinhas americanas e biscoitos fofos de Hamburgo e da França; livrarias que recebiam livros estrangeiros e faziam assinatura de revistas francesas de cultura; dentistas americanos, professores particulares de italiano, de latim, de inglês; agências de vapores e escritórios que forneciam máquinas a vapor, moendas e ferragens⁶; uma famosa Academia de Medicina, um Liceu Provincial, Escola Normal e Escola de Aprendizes Marinheiros, um bem aparelhado Arsenal de Marinha, diversas fábricas e um imponente bairro comercial, "comparado vantajosamente com os melhores do país", tudo a justificar a fama de ser a Bahia a mais rica e importante cidade do império depois da corte.

As próprias crises da monocultura de exportação, haviam começado a gerar à cidade, antagonista da grande agricultura, Gilberto Freyre em Sobrados e Mucambos, primeiro grande capítulo da história da decadência do nosso patriarcado rural. As leis dos sexagenários e do ventre livre, as alforrias de escravos urbanos e agrícolas, o próprio crescimento demográfico dos aglomerados citadinos iriam, engrossar uma população que não tinha lugar num regime da casa-grande e da senzala e que constituiria um estrato entre as castas da aristocracia e da escravatura, já com aspirações próprias e certa consciência política. Essa era a ambiência e a nova estrutura para a formação de um regime capitalista que tenderia a substituir-se à ordem colonialista tradicional.

Referências

AGUIAR, Manoel Pinto de. Grandezas e misérias de nossa vida econômica. *Jornal da Bahia*, Salvador, 24 set. 1858.

AMARAL, Brás do. *Assuntos de atualidade, finanças da Bahia e festas do centenário*. Salvador: [s. n.], 1922.

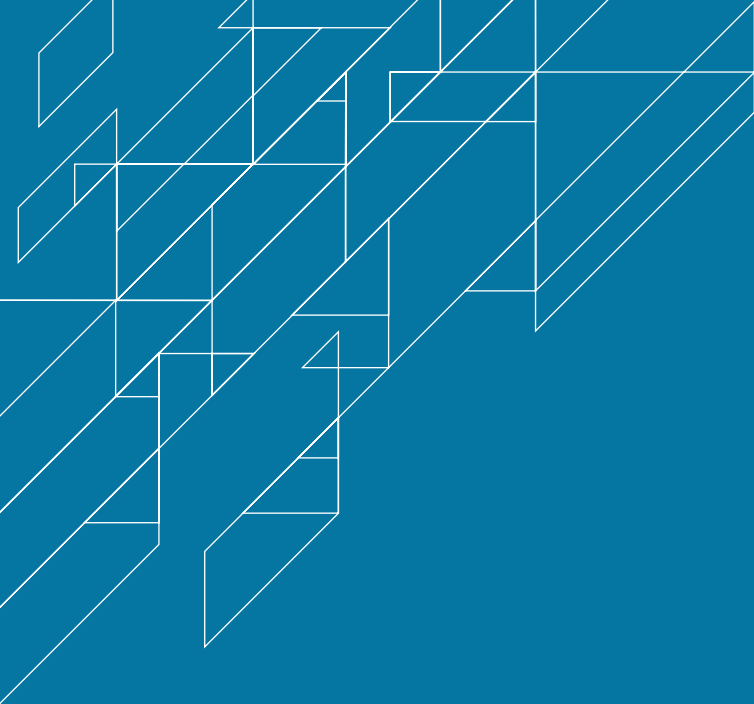
AZEVEDO, Thales de. Classes sociais e grupos de prestígio. In: _____. *Ensaios de antropologia social*. Salvador: [s. n.], 1959.

BRASIL. Decreto nº 807, de 27 de julho de 1851. Manda observar à Praça do Commercio da Província da Bahia o regimento para os Corretores do Rio de Janeiro, com algumas alterações. *Colecção das Leis do Império do Brasil*: secção 40, Rio de Janeiro, RJ, tomo 14, parte 2, 27 jul. 1851.

CALMON, Francisco Marques de Goes. *Vida econômica financeira da Bahia: elementos para a história de 1808 a 1899*. Salvador: [s. n.], 1925.

6 Ver anúncios nos jornais da época, um dos quais O Comércio.

- CALMON, Pedro. *Malês: a insurreição das senzalas*. Rio de Janeiro: [s. n.], 1933.
- CÂMARA, Antonio Alves. *A Bahia de Todos os Santos com relação aos melhoramentos de seu pôrto*. Rio de Janeiro: Denzinger, 1911.
- ELLIS, Myriam. Epítome das vantagens que Portugal pode tirar das suas colônias do Brasil pela liberdade do comercio do sal naquele continente (1794-1801). *Revista de História*, [s. l.], n. 38, abr./jun. 1959.
- FERRAZ, Ângelo Moniz da Silva et al. *Relatório da Comissão encarregada pelo Governo Imperial, avisos de 1 de outubro e 28 de dezembro de 1864, de proceder a um inquérito sobre as causas principais e acidentais do mês de setembro de 1864*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1865.
- HUTCHINSON, Harry W. *Village and plantation life in Northeastern Brasil*. Seattle: [s. n.], 1957.
- LISBOA, José da Silva. *Princípios de economia política*. Rio de Janeiro: Ed. Irmãos Pongetti, 1956.
- LUZ, Nícia Vilela. Aspectos do nacionalismo econômico brasileiro: os esforços em prol da industrialização. *Revista de História*, São Paulo, n. 32, out./dez. 1957.
- O COMÉRCIO. Salvador: [s. n.], 7 maio 1844.
- O COMÉRCIO. Salvador: [s. n.], n. 75, 4 abr. 1844.
- PRADO, J. F. de Almeida. *O Banco do Brasil e o colonialismo Europeu*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1956.
- RUY, Affonso. *História política e administrativa da cidade do Salvador*. Salvador: Typographia Beneditina, 1949.
- VIANNA FILHO, Luiz. *A Sabinada: a república bahiana de 1837*. Rio de Janeiro: [s. n.], 1938.
- WESTPHALEN, Bach & Krohn Bahia: centenário 1828-1928. Salvador: [s. n.], 1928.
- WOLF, Eric R. Specific aspects of plantation systems in the new world: community, subcultures and social classes. In: SEMINAR ON PLANTATION SYSTEMS OF THE NEW WORLD, 1., 1957, Washington. *Proceedings* [...]. Washington: Pan American Union, 1957.



ARTIGO

Análise do Problema Econômico Baiano

Clemente Mariani

ANTIGA PREEMINÊNCIA ECONÔMICA DA BAHIA

A MUDANÇA da Capital do Brasil para o Rio de Janeiro não retirara à Bahia, ainda ao tempo da chegada da família real, a situação de cidade mais importante da América portuguesa. A exploração das minas de ouro, que, juntamente com as lutas no Prata, aconselhara aquele deslocamento, fizera, na verdade, do Rio de Janeiro, no meado do Século XVIII, o maior pôrto exportador do País (quanto ao valor e não ao volume das mercadorias) sobrelevando todos os demais reunidos (SIMONSEN, 2005); mas não só as minas se exauriam rapidamente, ao ponto de, em 1806, apenas produzirem 731 contos de réis em ouro, como a distância em que delas se encontrava a cidade, mero entreposto do seu embarque para a metrópole, não lhe permitia beneficiar-se com a opulência dos grandes contratistas ou com a riqueza fácil dos catadores, cujas manifestações de devoção ou de prosápia por lá mesmo ficavam, nas igrejas e sobrados de Vila Rica, de S. João D'El Rei, de Mariana, de Sabará, de Diamantina, de Congonhas e de tantas outras regiões auríferas das Minas Gerais. "Ao tempo da chegada de Dom João VI era o Rio de Janeiro capital mais no nome do que de fato", escreveu Lima (1945). E, ainda assim, "representava como que um oásis nas grandes zonas sulinas, amarguradas por extrema pobreza. O eixo econômico do Brasil deslocara-se de novo para o Nordeste", até que, no século XIX, o café viesse "não só deslocá-lo novamente para as regiões do Sul, como lhes dar estabilidade e volume de riquezas ainda não conhecidos" (SIMONSEN, 2005). E era natural que assim fôsse porque a exploração das minas, embora constituísse o que hoje se chama um boom de grande intensidade, fôra de curta duração e, tomada no conjunto da produção brasileira, durante o período colonial, diminuía muito de importância, não excedendo de 170 milhões de libras¹, contra 369 milhões, representados pelos produtos agrícolas, entre eles, em grande destaque, o açúcar, com 300 milhões.

Para essa grande massa de produtos agrícolas exportados contribuía, na proporção de uma terça parte, a Bahia, por cujo pôrto saíram, em 1801, mercadorias no valor de um milhão de libras esterlinas, contra dois milhões de todo o resto da colônia (SIMONSEN, 2005). A diversidade de culturas, que se ia estabelecendo, concorria para dar maior estabilidade à sua economia, pois embora a Província dominasse o mercado do açúcar, com a produção dos seus 511 engenhos, não descurava do plantio do tabaco, que em 1793 chegou a produzir £ 350 000, transformava a velha lavoura do algodão, que vinha dos índios (ABREU, 1956; SOARES, 1879), ensaiando sementes trazidas da Pérsia, das quais saíram fibras "de palmo e meio" e iniciava a plantação do "café de Moka", com sementes providas da Arábia, obtendo "árvore

1 Uma libra-ouro valia em média, durante o período colonial, 82 400, ou cerca de duzentos e cinquenta vezes menos que o seu valor atual (junho de 1857) em cruzeiros.

maior que a da outra espécie, mais frondosa e, conseqüentemente, de maior produção" (VARNHAGEN, 1877). Não seria, pois, de admirar que, enquanto o número de navios entrados no porto do Rio de Janeiro, mesmo depois de instituído capital do Reino, não ultrapassasse de 120 por ano (SIMONSEN, 2005), eles fossem, na Bahia, acima de 400, contra cerca de 300 saídos, em cada um dos anos de 1806 a 1810 (ACCIOLI, 1835).

A fama do fausto da Bahia, transpôs os limites portugueses e dela chega a encontrar-se o eco nos trabalhos filosóficos do abade Raynal, ao mesmo tempo que da indolência da população, amolecida pelo bem passar. Os habitantes abastados, conta imaginosa, mas não mentirosamente, o famoso escritor, usavam de magníficas mobílias e cobriam-se de jóias, quando outras não fôssem sob a forma de cruces, medalhas, rosários e bentiños, vestindo mesmo de gala os escravos que os transportavam nos seus palanquins cobertos de veludo e fechados com cortinas de sêda. Tolenare, testemunha presencial, fala de tudo isso, das damas reclinadas nas suas liteiras, das negras carregadas de ouro com suas camisas de cambraia bordada, suas saias de algodão, de ramagens, seus turbantes na cabeça, de uma vida muito original, muito sensual e muito aprazível, passada numa cidade pitoresca e em lindos arrebaldes. O francês não tem palavras bastantes para enaltecer a beleza do Recôncavo, que apelida de romântico, descrevendo-o com deleite, igual àquele com que o percorria, com suas pequenas angras, seus penhascos e grutas sôbre que esvoaçavam bandos de gaiivotas, sua vegetação frondosa recobrimdo até os flancos dos rochedos, sua navegação muito animada de pescadores nos seus barcos, baleeiras² e canoas de transporte de viveres e mercadorias. (LIMA, 1945).

Era uma civilização de tipo asiático, semelhante à que os portugueses haviam encontrado na Índia e na China e procuraram imitar na sua colônia americana.

Foi a essa cidade opulenta, de cerca de 100 mil habitantes, uma das melhores, mais ricas e florescentes do Novo Mundo, na frase do historiador Southey (1862), que aportou em 1808, parte da pequena frota portuguesa, com a Rainha e o Príncipe Regente a bordo e em cujos porões se haviam colocado com vagar as jóias e riquezas artísticas e literárias da Coroa, amontoando-se nos tombadilhos os quinze mil cortesãos, embarcados às carreiras, quando chegou a Lisboa a notícia de que as tropas de Junot haviam atravessado a fronteira. "EI – Rei D. João III, escrevera há mais de duzentos anos Soares (1974), na sua Notícia do Brasil, estava tão afeiçoado ao Estado do Brasil, especialmente à Bahia de Todos os Santos, que, se vivera mais alguns anos, edificara nele um dos mais notáveis reinos do mundo, e engrandecera a cidade do Salvador de feição que se pudera contar entre as mais notáveis de seus reinos". Era, talvez, essa imagem que se apresentava aos olhos do seu longínquo

2 A pesca da baleia era indústria de grande rendimento na Bahia, onde se arpoavam a esse tempo mais de 300 por ano. Foi decrescendo até desaparecer, devido à devastação produzida nos mares do Norte e do Sul com a pesca mecanizada.

sucessor e o levaria, no Rio de Janeiro, a “exclamar sem ambages que nelas vinha fundar um novo império” (LIMA, 1945).

Encontrava os elementos para isso. A evolução dual do Brasil, a que se refere Martins (1880), o Norte, com os grandes centros de Bahia, Pernambuco, e de algum modo o Maranhão, brilhante, opulento, porém colonial, e o Sul, pobre e despovoado, mas desenvolvendo-se orgânica e espontaneamente, graças ao estado de semi-independência em que vivia, haviam encontrado o seu equilíbrio com a descoberta das minas e, no momento em que esse equilíbrio ameaçava periclitarse pelo esgotamento das jazidas, a chegada da família real e o estabelecimento da Corte no Rio de Janeiro vinham assegurar-lhe a estabilidade. Como viria mais tarde a observar o Professor Haldemann (1860 *apud* LIMA, 1945), da Universidade de Kiel, “até então representava o Brasil nada mais que uma unidade geográfica formada por províncias, no fundo estranhas umas às outras; agora, porém, iam essas províncias fundir-se numa real unidade política”.

O primeiro ato praticado, no sentido da realização desse objetivo, teve por palco a Bahia e consistiu no decreto real, abrindo os portos do Brasil às Nações amigas. Não se limitou, entretanto, a influência baiana, a fornecer o cenário para a expedição dessa Carta, da qual se costuma hoje datar a independência real do nosso País. “Os baianos, tradicionalmente conservadores, escreve Marques (1977), ofereciam, em imagem reduzida, o tipo histórico da civilização gradativa, do progresso evolucionário, sem saltos, nem intervenções: o que, afinal, caracteriza (caracterizava, digamos), a civilização brasileira. Vivendo na abundância, bem remunerados com o fruto do seu trabalho, logicamente a consideração dos fatos econômicos havia de entrar por muito na determinação das suas opiniões e dos seus critérios políticos. Não é, por isso, de causar estranheza que, antes de produzir um grande general ou agitador das multidões, produziu a Bahia um grande economista. Era esse o órgão e o intérprete que lhe convinha à atividade inicial, a caminho da emancipação. E teve-o na pessoa de José da Silva Lisboa, Visconde de Cairu, um dos homens notáveis que os figurões da Corte, ao que diz Rocha Pombo, se espantaram de encontrar na colônia. Espanto bem pouco justificável, porque antes de recolher-se à Bahia, onde nasceu em 1756, e aí serviu como secretário de mesa de inspeção da agricultura e comércio, Silva Lisboa vivera na metrópole e passara pela Universidade de Coimbra, formando-se em Direito Canônico. Ali havia professado línguas gregas e hebraica, escrito e publicado obras, “que lhe deram grande reputação”. Dessas obras aparecem em Lisboa: “Princípios de Direito Mercantil” em 1806 e um tratado de Economia Política. Tal qual aconteceria mais tarde a José Bonifácio, no seu retiro de Santos, o destino foi buscar a Silva Lisboa, na cidade do Salvador, para lhe cometer um papel insigne na formação da nacionalidade.

"Alcançando a Bahia, informa, por sua vez, Simonsen (2005), recebeu, desde logo, o Príncipe Regente, as representações que, por intermédio do seu capitão – general, Conde da Ponte, faziam os exportadores da terra sobre a necessidade da manutenção das correntes de comércio externo; dessa aspiração foi avisado e autorizado intérprete José da Silva Lisboa, o futuro Visconde de Cairu, que se notabilizara no estudo de assuntos econômicos. Aliás, refletindo bem essa ânsia de expansão e de progresso, já se haviam processado, na Bahia, vários inquéritos entre os homens notáveis sobre uma possível melhoria das condições econômicas da terra³.

As sãs doutrinas, consubstanciadas na Carta de abertura dos portos, com a qual o Príncipe Regente, no dizer do Visconde de Pôrto Seguro (VARNHAGEN, 1877), "emancipou de uma vez o Brasil da condição de colônia e o constituiu nação independente de Portugal", seriam, dois anos apenas decorridos, anuladas pelos termos do tratado de 1810, imposto pela Inglaterra ao fraco aliado, que não tinha para quem apelar, tratado esse, instrumento de política imperialista, que por várias décadas atrofiaria o desenvolvimento do Brasil e contra o qual vieram, afinal, a prevalecer os princípios da liberdade comercial, propugnados pelo primeiro estadista baiano.

Nem a própria chegada da família real nem o estabelecimento da Côrte no Rio de Janeiro diminuíram a importância da Bahia, como cidade principal da América Portuguesa.

Para governá-la designou, com efeito, D. João VI, o próprio Vice-Rei do Brasil, D. Marcos de Noronha e Brito, 8º Conde dos Arcos, cujas qualidades de administrador lhe valeram, ao deixar o cargo a instituição em seu benefício e dos seus descendentes, pelos habitantes da Província, de um vínculo de 100.000\$000⁴ em ações do Banco do Brasil, "em gratidão da grande prudência, doçura e exemplar justiça de sua administração" (ACCIOLI, 1835), enquanto, um século depois, o comércio baiano lhe levantava uma estátua em frente ao edifício desta Praça do Comércio por ele construída.

Foi, realmente, uma "boa fortuna" para a Bahia como diz Lima (1945), ter à sua frente, naquele período, um tão experimentado capitão-general, ao qual deveu, conforme relaciona Accioli (1835), em suas Memórias, o desenvolvimento da instrução pública, com a criação de numerosas escolas de primeiras letras (primárias) e de gramática latina (secundárias), além de uma escola de farmácia, anexa ao colégio médico-cirúrgico, fundado pelo Príncipe Regente, origem da atual Universidade da Bahia, e uma escola pública de comércio; o estabelecimento de uma fundição militar, que

3 Resultantes desse inquérito são as Cartas Econômico-Políticas sobre a Agricultura e Comércio da Bahia, pelo Desembargador João Rodrigues de Brito, republicadas pelo Governo da Bahia, em 1924.

4 Cêrca de Cr\$ 25.000.000,00 ao câmbio atual (junho de 1957).

trabalhava também para usos civis; a abertura de estradas para o interior e a distribuição de destacamentos para repelir as agressões do gentio bárbaro; a criação de uma tipografia, onde se imprimia o jornal "Edade de Ouro do Brasil", um dos primeiros que se editaram em nosso País; a criação de uma Biblioteca Pública de 3.000 volumes, origem da atual preciosa Biblioteca Pública da Bahia e na qual depositou 80 livros de sua propriedade, de escolhidos autores; a conclusão das obras do Teatro São João, inaugurado em 1812, onde Castro Alves viria a representar o Gonzaga, infelizmente destruído por um incêndio há cerca de 40 anos passados; o embelezamento da Cidade, com a urbanização da freguesia da Conceição da Praia (hoje sacrificada pelo Mercado Municipal e a invasão da Escola de Aprendizes Marinheiros) e a criação de um belíssimo Passeio Público, até hoje notável, apesar de mutilado por administrações estaduais republicanas; o fortalecimento das fortificações da Cidade, reparando as existentes e especialmente as do Forte do Mar, num ilhéu rochoso ao centro do pôrto: o esmagamento da revolta dos pretos Ussís, levantados simultâneamente na Cidade e nos Engenhos do Recôncavo; a construção desta Praça do Comércio, "feita sem a menor despesa para a Fazenda Pública", por 60.000\$000⁵, até hoje um dos mais belos edifícios da capital baiana; o estímulo ao desenvolvimento da agricultura, contando-se do seu governo a introdução da primeira máquina a vapor para engenho de açúcar, no engenho do Tenente-Coronel Pedro Antônio Cardoso; a criação da primeira Caixa Filial do Banco do Brasil; a abertura de canais para a navegação, na península de Itapagipe e na zona sul da Província (Belmonte, Pôrto Seguro e Caravelas); o desenvolvimento da construção naval, em cujos estaleiros chegou a construir duas fragatas (a "Príncipe D. Pedro", de 44 peças, e a "União", de 50), três brigues, doze barcas canhoneiras e três correios; o aumento das guarnições militares; uma administração tão eficiente, sob todos os aspectos, que lhe permitiu, à notícia da revolução pernambucana de 1817, antecipar-se a qualquer providência da Côrte do Rio de Janeiro e com os únicos recursos da Província, inclusive o apoio do seu comércio e de todos os seus habitantes, debelá-la, com mão firme e em seguida tratar com rigor aos seus cabeças e com generosidade os que se haviam deixado nela envolver.

Em tôdas as capitais de província, foram gerais por êsse tempo, no Brasil, o aumento da edificação e o desenvolvimento das artes, mais porventura na Bahia do que em qualquer outra, pelo notável crescimento da sua riqueza, denunciado pela anual subida do movimento comercial. As importações que em 1806 eram do valor de 3 600 contos, em 1813 tinham subido a 7 052 contos e em 1816 atingiam a 9 084 contos, entrando os escravos⁶ por 2 500 contos. As exportações, constantes principalmente de açúcar, aguardente, fumo, algodão, café, arroz, couros e madeiras, tinham decrescido nos primeiros anos do reinado de D. João VI, talvez por se generalizar mais o tráfico brasileiro, mas tomaram novo impulso e passaram

5 Cerca de Cr\$ 15.000.000.00 ao câmbio atual (junho de 1957).

6 Correspondentes à maquinaria de hoje.

de 3 205 contos no ano de 1813 a 6 156 no ano de 1816, uma diferença bem mais considerável que nas importações, ainda assim mais valiosas, ao contrário do que hoje ocorre. (LIMA, 1945).

Razão tinham, portanto, os naturalistas Martius e Spix, que a esse tempo visitaram o Brasil, em tão bem falarem da administração do Conde dos Arcos e em afirmarem ser a Bahia, na época, "a mais rica e ativa praça de comércio do País". Continua Lima (1945),

A do Rio, com suas novas instituições de crédito, suas transplantadas especulações e seus incipientes jogos de bolsa, ofereceria o moderno tipo mercantil. Conservava a outra (a baiana) mais a tradição nos negócios, como em tôda a economia. Era o empório da velha cultura do açúcar: no ano de 1808, o da passagem da família real, saíram do seu pôrto nada menos de 26 a 27.000 caixas de 40 a 45 arrôbas cada uma, produto dos 511 engenhos da capitania. Era também o centro do comércio de escravos, onde afluíam os carregamentos dos africanos, cujo valor regulava 140 a 150 mil réis cada um e onde se detinham os alforriados, negros do ganho e negras quitadeiras. Para estas, manufaturavam os ourives da terra boa parte das correntes, brincos, fivelas e outros adornos de extensa procura, pois que igualmente os compravam muito os sertanejos de visita à cidade. Tanto mais numerosos eram eles quanto, do litoral baiano, partiam importantes vias. de comunicação com o interior: a estrada que, pela Conquista e rio Pardo, ia a Minas; a que, pelo rio de Contas, se dirigia a Goiás e Mato Grosso, para onde se descia do Juazeiro, pelas vilas de Pilão Arcado, Barra do Rio Grande e Urubu, na linha do S. Francisco; a que, passando pelo Juazeiro, alcançava as capitânicas do Norte, Pernambuco, Piauí e Maranhão e outras em ramificação.

INÍCIO E PROGRESSÃO DA RELATIVA DECADÊNCIA BAIANA

Entretanto, com o avanço do Século XIX, a situação econômica da Bahia entrara, relativamente, a declinar. Ainda ao tempo da colônia, a posição monopolística do açúcar sofrera o primeiro golpe com a expulsão dos judeus, cuja experiência, ou know-how, como hoje se diz, iria despertar e estimular a primitiva indústria das Antilhas e do Caribe. Abalada, durante a guerra da independência, em consequência dos sacrifícios suportados pelos senhores de engenho, que, na sua maior parte e na frase do leader escolhido por todos eles, "nada mais tinham para oferecer, porque honra, vida e fazenda há muito haviam dedicado à defesa da Pátria"⁷, a concorrência agora lhe era progressivamente feita nos próprios mercados europeus, com a produção local, baseada no açúcar de beterraba, que as contingências do bloqueio continental, durante as guerras napoleônicas, haviam desenvolvido industrialmente, partindo de experiências de laboratório. Encerrado, porém, como se achava praticamente, no

7 Antônio Joaquim Pires de Carvalho e Albuquerque, ao agradecer ao Imperador o título de Visconde da Tôrre.

Brasil, o ciclo de ouro, ainda era sobre o açúcar, embora em processo de desvalorização sobre o fumo e o algodão, dos quais a Bahia era a principal produtora, que se baseava a rudimentar economia brasileira. A riqueza acumulada era, por outro lado, de tal ordem, que, ao se fundar, em 1858, o Banco da Bahia, organização estritamente privada, o seu capital-ouro foi de quatro mil contos de reis, ao câmbio de 32 d. (cêrca de 350 milhões de cruzeiros ao câmbio de hoje), enquanto, na mesma época, o Banco da Província do Rio Grande do Sul reunia apenas um capital de mil contos de reis. Infelizmente, por uma malícia dos deuses, como diria Eça de Queiroz, essas elevadas poupanças não encontravam campo de aplicação proveitosa dentro da rudimentar economia da Província. Além da queda progressiva dos preços, a zona apropriada à produção do açúcar já fôra, por assim dizer, ultrapassada nos seus limites naturais, decaindo rapidamente os engenhos fundados fora do massapê do Recôncavo, uma vez esgotado o humus vegetal das terras virgens. A pecuária, havendo coberto os campos de Sergipe, os cerrados e caatingas, esbarrava, como a já fixada lavoura do café e a incipiente do cacau, na impenetrabilidade, em face dos recursos da época, sobretudo de braços, da floresta tropical e as ideias de industrialização somente se tornariam atuais quando a poupança acumulada se houvesse dissipado no serviço faustoso da nobreza e dos senhores de engenho, nos sacrifícios pelo Império, ou nas crises econômicas que se amiudavam, como herança da desordem financeira, legada à jovem nação pela Coroa portuguesa.

Dessas crises a mais grave foi sem dúvida a de setembro de 1864, irrompida com a quebra, no Rio de Janeiro, da Casa Bancária Alves Souto & Cia., que arrastou a dos banqueiros Montenegro Lima & Cia., Gomes & Filhos e Oliveira & Belo e mais 70 outros negociantes com um passivo de 110 mil contos de reis, determinando ao mesmo tempo forte corrida sobre o Banco do Brasil, o Rural e Hipotecário e outros, que se veriam obrigados a liquidar, se não houvesse sido decretada, em 17 daquele mês, a moratória dos vencimentos por sessenta dias.

Ainda não estavam apagados os efeitos desastrosos dessa crise e uma nova calamidade vinha de surpresa atingir o Brasil e muito particularmente a Bahia. A guerra com o Paraguai obrigava a Nação a extraordinários gastos em recursos humanos e materiais, suportados sobretudo por esta Província, cujos campos se esvaziaram de quinze mil homens válidos, parte deles movidos pelo patriotismo, os outros "voluntários a pau e corda", para aumentar o prestígio dos chefes locais ou mesmo nacionais.

O que restava da poupança acumulada foi sendo utilizado no custeio dos encargos da ascendência política dos estadistas baianos, o que naquele tempo apenas acarretava ônus, sem vantagens de ordem pessoal ou regional. Era o espetáculo generalizado das grandes casas endividadas (Cotegipe casado com a maior herdeira

da época, a sua casa do Rio de Janeiro leiloada por ocasião de sua morte), enquanto no Sul se levantava a nova nobreza rural, com apoio na onda verde do café, que ali encontrara o seu habitat e do Rio de Janeiro se espraiava para a Zona da Mata, o Sul de Minas e São Paulo.

A modificação de estrutura do comércio exterior, com o açúcar, perdendo gradativamente a importância de que se revestira no período colonial, foi assim a primeira causa da relativa decadência econômica da Bahia, agravada pela repercussão das crises de âmbito nacional. O processo de decadência se aceleraria dentro em pouco, com a transformação do regime de trabalho, de escravo em livre, ou pseudolivre, sem nenhum programa da parte do Governo para facilitar a transição, nem a correção espontânea, embora penosa, que as condições climáticas não propiciavam, ao contrário do que sucedia no Sul, do afluxo imigratório.

Abstraiam-se os aspectos morais e humanos do problema e imagine-se uma economia, baseada sobretudo na produção de 500 engenhos de açúcar e a destes no trabalho escravo, solapada nas suas raízes pela dispersão e indisciplina dos trabalhadores e a perda do capital que eles representavam, no momento em que o produto já se encontrava em crise. Em documentos de família encontrei o rastro próximo do esforço para escapar à ruína, hipotecando terras, penhorando os bois de trabalho, vendendo umas e outros para o resgate da dívida e enfim as fornalhas apagadas, cedendo os canaviais lugar a pastos para o gado mofino que então se criava.

Sobre tudo isso, a crise do Encilhamento, deflagrada pelas experiências financeiras da República.

Todo o País sofria, sem dúvida. Sofriam mais, entretanto, os centros de expansão econômica do Norte, Bahia e Pernambuco, onde as fontes da riqueza haviam sido destruídas, onde o produto da poupança fôra consumido e onde não havia condições geológicas nem climáticas para uma expansão em larga escala da lavoura do momento – o café.

Também este entraria em crises de superprodução. Mentalidades mais arrojadas e dotadas de espírito comercial já a essa altura influíam, porém na direção dos negócios públicos e os processos de valorização iniciados no convênio de Taubaté, precursores unilaterais dos "buffer stocks", recomendados recentemente por White e Keynes, na Conferência de Bretton Woods, se por um lado criavam precedentes perigosos no futuro, por outro carregavam, sobretudo para S. Paulo, grandes margens de lucro, sobre cuja poupança começaria a constituir-se com o auxílio da mão-de-obra de imigrantes estrangeiros, o parque industrial brasileiro. Apenas nos primeiros passos puderam os Estados do Norte acompanhar nesse campo os do Sul. Primeiro,

porque era neles diminuto o resto de poupança, suscetível de ser reinvestida, e a pouca que havia era orientada para a reconstrução, sob a forma de usinas centrais turbinadoras, da tradicional indústria do açúcar, ou para algumas fábricas de tecidos grossos; segundo, porque lhes faltavam mão-de-obra, com algumas especialização, elementos com capacidade de gerência e finalmente pela carência de energia elétrica, quando esta passou a substituir com vantagem as máquinas a vapor.

Não era impossível, entretanto, reconstituir-se um Norte próspero sobre a base da agricultura e pecuária, paralelamente com um maior desenvolvimento industrial do Sul, se duas forças perturbadoras não houvessem interferido na evolução natural do problema, sobretudo a partir da Primeira Guerra Mundial: a proteção que os grupos industriais, mais organizados que os agrícolas, passaram a pleitear e obter para as suas próprias atividades e a concentração das despesas com obras, serviços, funcionalismo e forças militares da União nos Estados do Sul, acarretando nessas regiões uma progressiva inflação de crédito que lhes permitia açambarcar em proveito próprio, os fatores disponíveis de desenvolvimento industrial, aumentando, assim, cada vez mais, a sua capacidade para a obtenção de medidas protecionistas, até porque, com o deslocamento do eixo econômico, também o eixo político se deslocava para o Sul do País e, como dois bons parceiros, mutuamente se estimulavam.

A REVOLUÇÃO MADRASTA

Mesmo assim, até à Revolução de 30, a economia baiana, modesta mas equilibrada, se perdia para o maior desenvolvimento, sobretudo industrial, dos Estados do Sul, ainda conseguia, graças sobretudo à nova lavoura do cacau, acumular margens de poupança que lhe permitiam, como há um ano passado salientou em carta ao Sr. Presidente da República o atual Governador do Estado, “realizar, às suas próprias custas, investimentos relativamente importantes, como a construção, por completo, de uma estrada de ferro com 324 km (a Estrada de Ferro de Nazaré), o equipamento de uma companhia de navegação costeira (a Companhia de Navegação Baiana) e mais a Viação Fluvial do Rio São Francisco, para apenas citar alguns dos exemplos mais conspícuos”, aos quais poderíamos acrescentar a construção da antiga Estrada de Ferro Centro-Oeste da Bahia, hoje incorporada à rede federal, com os seus vários ramais servindo à zona canavieira, a construção de várias usinas centrais de açúcar, posteriormente transferidas a particulares e, por concessão, o porto de Ilhéus e a Estrada de Ferro Ilhéus a Conquista, posteriormente limitada a zona cacauífera, com os ramais de Itabuna e Ubaitaba.

A Revolução de 30 trouxe, entretanto, no seu bôjo, duas consequências da maior gravidade para os interesses econômicos da Bahia. A primeira foi o soçobro do prestígio político do Estado, sem nenhuma afinidade com o movimento vitorioso,

Figura 1 – Associação Comercial da Bahia e a Praça Riachuelo – 1885



Fonte: Fotografia de Rodolfo Lindemann, seleção de Gilberto Melo (citado por SPINOLA, Noelio. Trinta anos da indústria, comércio e turismo na Bahia. Salvador: IPA/UNIFACS/ SIC, 1997, p.101.

tanto pelas características do espírito conservador e jurídico das suas elites, como em consequência da união de todos os seus partidos em apoio à chapa presidencial, liquidada pela Revolução. A segunda foi a instalação como fonte legislativa, inclusive em matéria tributária e nas correlatas, como o comércio exterior, da vontade discricionária do Chefe do Governo, sujeito apenas às influências dos que lhe giravam em torno, por direito de conquista conjunta do poder, ou levados pela mão de algum deles, de qualquer modo, excluída qualquer participação da Bahia na elaboração daquela vontade legislativa discricionária.

O monopólio de câmbio e o mercado oficial, estabelecidos logo em 1931 e reforçados pela ação cada vez mais rigorosa da Fiscalização Bancária, visando de início, a atender aos imperativos da depressão internacional e seus reflexos no Brasil, passaram, desde então, a ser quase uma constante na vida do País e um processo de a União, diminuir as suas despesas em moeda estrangeira, ou engrossar a sua receita, ao que se agregou o benefício de determinados grupos econômicos, num e noutro caso às custas da espoliação das economias dos Estados exportadores.

Num louvável e já de algum modo profícuo esforço no sentido de reincutir na consciência nacional princípios elementares de economia e finanças, deturpados por um quarto de século de práticas viciosas, o eminente Professor Eugênio Gudim vem insistindo na necessidade de assegurar ao exportador a venda das suas cambiais

pela taxa do mercado único e livre, esclarecendo que, embora e ideal seja a estabilidade monetária, cambial, de salários, de impostos etc., “quando mesmo não haja essa estabilidade e a taxa cambial seja cadente, ao menos o produtor ou exportador encontra no aumento da taxa cambial a compensação automática a elevação dos custos internos da produção”. Se há conveniência em não elevar exageradamente o valor do dólar do café, para evitar a queda das suas cotações nos mercados estrangeiros, ou se a política do Governo é criar um dólar mais favorável para importações, julgadas essenciais ou de alto interesse para a economia nacional, esses são problemas diferentes, que a União tem o poder de solucionar por intermédio de imposto de renda no primeiro caso, por apropriadas leis de tarifas e de subvenção no segundo e não confiscando cotas elevadas do valor das cambiais de exportação, para que o Governo Federal possa esbanjar, em favores e desperdícios, o produto da espoliação da economia agrícola do País.

“Toda decalagem entre a taxa cambial da importação e a da exportação representa uma desvantagem para a economia do País”; ensina, em um dos seus recentes artigos, o Professor Eugênio Gudín. Em outras palavras, a taxa cambial única é a mais vantajosa para o comércio internacional do País. A “importação e a exportação”, escrevia recentemente e com muito acerto o Professor Otávio de Bulhões, “são fases diferentes de um mesmo todo econômico. São atos que se completam, reciprocamente, e por isso mesmo não podem ser separados em câmaras estanques, cada um regulado por um cruzeiro diferente, como se a exportação fosse de um Brasil e a importação de outro Brasil”.

Mesmo ao tempo em que o Governo Federal ainda não havia, com a deturpação dos propósitos iniciais da Instrução n. 70, estabelecido oficialmente, em seu proveito próprio, a violenta decalagem dos valores dos dólares de exportação e de importação, já ela se implantara em nosso sistema cambial, em proveito de privilegiados favorecidos com as operações de compensação, sobretudo, a partir de 1951 e com resíduos que permanecem até hoje, graças aos malabarismos da Cexim e à indústria dos mandados de segurança. Mas a verdade é que, desde o início do monopólio, essa decalagem se processava disfarçadamente pela elevação do custo das mercadorias importadas ou dos seus sucedâneos nacionais, em consequência do fraco abastecimento em dívidas do mercado importador, cujas possibilidades individuais de obtê-las, valiam altas margens de lucro no momento da venda.

Com metade da sua economia, baseada no valor dos produtos de exportação, os preços destes em queda nos mercados internacionais e os custos internos de produção em alta, teve a Bahia as suas cambiais amarradas, durante 23 anos, à taxa oficial, salvo os períodos transitórios em que as operações casadas, os ágios das letras de exportação ou, quanto aos produtos secundários, as operações compensadas, lhe

asseguravam um reduzido lucro adicional. O mesmo ocorreria, naturalmente, com o principal produto de exportação do Sul, o café, mas, se o sacrifício era igual para todos os exportadores, o seu reflexo não era o mesmo nas respectivas economias regionais, beneficiadas como eram as dos Estados com possibilidades de desenvolvimento industrial com a aquisição a baixo custo das divisas com que custeavam a importação de máquinas e matérias-primas.

O reajustamento econômico de 1933 propôs-se compensar o sacrifício imposto à lavoura por uma taxa cambial dissociada da realidade. Foram, entretanto, nele incluídas, com menor razão, atividades dedicadas ao abastecimento interno, muito reduzidas na Bahia e como a indenização se fez através do resgate pelo Governo, de uma parte das dívidas dos agricultores, a Bahia, cuja rede bancária era, na época, praticamente inexistente e cuja economia agrícola se baseava na poupança e num reduzido financiamento pelas casas comissárias, longe ficou de receber uma compensação ao seu prejuízo.

Vencido o curto período (esse, sim) da Constituição de 34, restabeleceu-se com o Estado novo, para a Bahia, a situação de terra dominada, todos os partidos políticos dissolvidos e ainda mais infensos ao regime vigente, sem representante que lhe defendesse os interesses ante a inflação alucinante, sobretudo depois que, com a guerra, processou-se redução drástica das importações, enquanto as cambiais de exportação eram adquiridas pelo Governo e congeladas no estrangeiro. Aparentemente, dessa política deveria resultar vantagem para as atividades exportadoras, porque com ela se evitava uma alta do câmbio e conseqüente desvalorização, em cruzeiros, dos gêneros exportados. Tal vantagem, entretanto, foi totalmente anulada e mesmo transformada em desvantagem, pelas seguintes normas de procedimento:

Primeiro – Fixação para o cacau de um preço teto, calculado sobre a base de anos de crise, ou, seja, 8 cents por libra-peso (quando os preços miseráveis de há um mês passado eram de 20 cents, e que vigorou durante toda a guerra, saltando a mais de 30 cents, logo que restabelecida a liberdade do comércio. O prejuízo da lavoura, por esse sacrifício, pode ser estimado, à razão de 26 dólares por sacco, em mais de 100 milhões de dólares, – o custo da Usina Siderúrgica de Volta Redonda.

Segundo – O surto inflacionário, decorrente da diminuição das importações, mal combatido pelas medidas incompletas do imposto sobre lucros extraordinários e das letras de exportação; traduziu-se no aumento do preço das utilidades disponíveis, subindo violentamente o custo da produção, enquanto o valor dos produtos de exportação se mantinha estável.

O imposto sobre lucros extraordinários associava, com efeito, o Governo no seu resultado, em vez de limitá-los, desde que não estabelecia, como nos principais países em guerra, um limite acima do qual todo o lucro fosse absorvido pelo imposto. Assim, sem nenhuma limitação legal, nem tampouco por força da concorrência, os industriais do Sul atribuíam aos seus produtos os preços que entendiam, quando muito, como sucedeu com a indústria textil, comprando a liberdade de fazê-lo com a fabricação de uma cota dos chamados "tecidos populares", também exportados, com grandes lucros, para a Venezuela (antes de haver enriquecido com o petróleo), para os negros da África do Sul e os nativos da Indonésia, – qualquer coisa abaixo dos padrões mínimos de dignidade da indumentária humana.

Na contribuição, por mim redigida, desta Associação Comercial para o Congresso de Teresópolis de 1945, assim era analisada essa situação catastrófica:

Ao se organizarem os planos desse desenvolvimento (econômico), não se percam de vista, entretanto, as desigualdades do progresso industrial das várias regiões do País e não se sobrecarreguem de sacrifícios as gerações atuais, ou determinados grupos de populações, em benefício exclusivo das gerações futuras, ou daqueles grupos que presentemente detêm os rudimentares instrumentos de produção industrial de que dispomos. Não esqueçamos que a política de descontrole de preços, consentida e estimulada pelo Govêrno, deu em resultado um desnivelamento espantoso entre os preços do mercado interno e os do mercado internacional, de tal modo que produtos básicos de nosso mercado de exportação como o café e o cacau, para citar apenas dois dos principais, já se tornaram lavouras desinteressantes. Não ignoremos que as nossas populações rurais e as nossas massas consumidoras, desprovidas de tudo, submetidas, durante a guerra, às maiores provações e sacrifícios, inclusive para a constituição das grandes disponibilidades que acumulamos em divisas internacionais, têm os olhos fitos na esperança de, graças a elas, abastecerem-se agora, a preços razoáveis, nos mercados estrangeiros, de tudo aquilo de que carecem e que não seria justo fazê-las esperar o equipamento da indústria nacional capaz de prover as suas necessidades, nem muito menos condená-las a custear o estabelecimento desta indústria, através do pagamento de preços exagerados pelos seus produtos.

Não é, assim, de admirar que a Bahia se encontrasse economicamente exausta quando, ao fim da guerra, se apresentou de novo com representação própria, no cenário federal. Uma feliz concentração das suas forças políticas e a maior sensibilidade do Presidente da República de então, para com os problemas nacionais, isento como era, pela sua formação militar, das influências regionais ou de grupos, proporcionou-lhe, no quadriênio que se seguiu, um tratamento mais equitativo e compensatório do desgaste sofrido. A propósito assim se expressava o relatório do Banco da Bahia, sobre o exercício de 1950:

Levando-se em conta o estado de decadência econômica a que havia atingido, sobretudo em consequência da situação a que se viu submetida durante a guerra,

quando teve de entregar a preços vis, nos mercados estrangeiros, os gêneros da sua produção, para abastecer-se nos mercados nacionais a preços exagerados, talvez haja sido a Bahia uma das regiões do País mais beneficiadas pela política de ordem, de amparo e de estímulo às legítimas atividades e de restauração do equilíbrio federativo, posta em prática pelo Governo findo. Essa prosperidade, entretanto, advertia mais adiante o relatório, depois de enumerar os dados em que ela se traduzia, essa prosperidade, não nos iludamos, repousa em bases ainda incertas e inseguras. Tudo isso decorreu de uma política definida do Governo Federal, para cujo estabelecimento os representantes baianos muito concorreram, de corrigir o desequilíbrio federativo pelo estímulo ao desenvolvimento das regiões do Leste, Norte e Nordeste e da habilidade com que os dirigentes baianos dela se souberam aproveitar, pondo em foco os grandes problemas do Estado e promovendo, para o que contavam com a inequívoca boa-vontade do Presidente Eurico Dutra, a sua solução. A alteração daquela política ou o enfraquecimento do prestígio do Estado junto ao Governo Federal poderão realmente ser funestos à Bahia, cuja economia ainda não atingiu um grau de solidez como as de São Paulo ou do Rio Grande do Sul, por exemplo, capaz de lhe permitir desenvolver-se por si mesma. Todos os nossos recursos não bastariam, com efeito, para resolver problemas fundamentais, como o da complementação dos nossos sistemas de estradas de ferro e de rodagem, da correção dos índices catastróficos de analfabetismo, da debelação das endemias urbanas e rurais e do melhoramento, por meio de obras assistenciais, do miserável padrão de vida das nossas populações.

A advertência vinha a propósito, porque já no ano seguinte, instalado o novo Governo, cindidas as forças políticas do Estado e privadas, por efeito das contingências eleitorais, do concurso dos leaders mais afeiçoados aos problemas econômicos e administrativos, o relatório do Banco da Bahia assinalava que,

sofrendo o impacto de uma seca de proporções excepcionais, no mesmo instante em que a política de compressão de despesas e de aumento de arrecadação do Governo Federal invertia a posição de que se tornara beneficiária nos últimos anos, a economia baiana experimentou, no ano findo, um abalo que sómente não foi maior pela oportuna valorização dos seus produtos de exportação.

Foi, entretanto, ainda suficientemente grande para que o balanço do comércio do Estado se apresentasse com um déficit de cerca de 100 milhões de cruzeiros, acrescido de 300 milhões no balanço de contas com o Governo Federal.

Para aquele resultado do balanço comercial teve efeito decisivo o déficit de cerca de 1 200 milhões no comércio interestadual, cujas mercadorias importadas por cabotagem das de maior peso e menor custo apresentaram um preço médio de cerca de nove mil cruzeiros por tonelada, enquanto o das importadas do estrangeiro não chegava a três mil cruzeiros. Evidente seria o interesse em importar diretamente do estrangeiro, não houvesse de permeio a Cexim e os seus quatro mil critérios, por

força dos quais e ao influxo da ação das novas autoridades monetárias, num aumento de importações, verificado naquele ano, de cerca de 14 bilhões, ou 67%, sobre o ano anterior (34 bilhões contra 20.300 milhões), o Rio Grande absorveu 700 milhões, ou 5%, o Distrito Federal 3 400 milhões, ou 25,5% e São Paulo 5.900 milhões, ou quase 44%, enquanto a Bahia obteve um aumento de 168 milhões, ou 1,2%, como tudo foi apontado no relatório do Banco da Bahia referente àquele exercício.

Em 1952, apesar de todos os propósitos de combatê-la, a inflação voltara a campear desenfreada. A linguagem do Ministro da Fazenda era severa, recomendando evitar-se "qualquer nova expansão de crédito, salvo a margem suplementar exigida pelo aumento físico da produção e que a sua concessão se processasse em obediência a rigoroso critério de seletividade". A atuação do Banco do Brasil era, porém, anti-tética: aos Bancos particulares infratores das suas normas socorria a Camob, com mais um bilhão de cruzeiros; ao público emprestava o Banco mais seis bilhões, aos Estados e Municípios mais um bilhão e na compra do algodão paulista, por preço 40%, acima do seu valor real, investia cinco bilhões. Era a expansão desmesurada dos meios de pagamento, "estimulando a importação de toda a espécie de artigos, dos necessários aos de luxo, permitindo largas margens aos privilegiados beneficiários de licenças e desenvolvendo um clima de favores, senão de corrupção: incompatível com a normalidade do comércio", o que se tornava "ainda mais grave pela rigidez artificial com que se manteve o valor internacional do cruzeiro, em contraste com a sua desvalorização interna".

"Enquanto se desenvolvia nesse sentido a conjuntura nacional, continuava o relatório de 1952 do Banco da Bahia, a economia baiana era apanhada entre as suas tenazes e as da prolongada crise climática, que assolou todo o Polígono das Sêcas, invadindo áreas do nosso Estado ainda não anteriormente atingidas. As exportações para o estrangeiro, sobre que se baseia a vida econômica do Estado, caíram de 270 mil para 150 mil toneladas, baixando o seu índice de 125 para 69. O déficit global da economia baiana subiu, no exercício, a mais de um bilhão de cruzeiros.

"Seria inútil e mesmo contraproducente disfarçar a gravidade de uma tal situação", acentuava o relatório. O saldo de 1 400 milhões, acumulado no quinquênio 1946-50, fora-se "em apenas dois anos, numa descapitalização violenta, para sustentar o mínimo de comércio necessário à manutenção da vida do Estado, num momento em que a sêca o privava dos seus recursos normais de subsistência e progresso e a política financeira da União lhe agravava os sacrifícios". "O Estado se exaure, num esforço improfícuo, para apenas manter a sua população, inclusive importando 678 652 sacos de farinha de mandioca gênero do qual, ainda no ano anterior, tivera a maior produção no País. Debalde, porque, só pela Hospedaria de Imigrantes de

São Paulo, passaram, em 1951, 205 mil nacionais e, em 1952, 230 mil, "figurando os baianos em 1º lugar, com mais de 40% (Mensagem Presidencial)".

Fixe-se essa insensibilidade do Governo Federal para com as dificuldades cruciantes atravessadas pela Bahia, num momento de crise. Ela apenas torna mais aguda a sua atitude habitual para com os problemas de interesse do Estado, acentuada de novo, agora há pouco, no atendimento tardio e incompleto das justas reivindicações da lavoura cacaueteira. Fixe-se essa insensibilidade porque sobre ela teremos de insistir nas conclusões desta exposição.

Em 1953, o Ministro Oswaldo Aranha, chamado à pasta da Fazenda para resolver o impasse entre as atitudes divergentes do Ministério e do Banco do Brasil, repetiu, com 20 anos de intervalo, o gesto de reparação consubstanciado outrora no Reajustamento Econômico e agora na Instrução n. 70. "Atribuindo a todos os produtos de exportação, exceto o café, assinalava o relatório do Banco da Bahia relativo ao exercício, um ágio uniforme de Cr\$ 10,00 por dólar, o plano Aranha podia ser considerado um começo de reparação ao tratamento injusto que vinham sofrendo os Estados predominantemente exportadores, como a Bahia e o Paraná, condenados, até então, a receber o preço de grande parte de sua produção (a destinada a exportação), em moeda supervalorizada e a adquirir nos mercados internos, pela carência de indústrias próprias e pelos artifícios da Cexim, em moeda cada dia mais vil. Um começo de reparação, insistimos, porque nem lhes será possível aplicar todas as cambiais que produzem em importações de artigos para o seu consumo, nem tais importações serão feitas por um câmbio equivalente àquele pelo qual as entregam, mesmo levando-se em conta o abono com que são beneficiadas". "Lastimavelmente, observava o relatório do ano seguinte, os efeitos dessa corajosa atitude foram, em grande parte, comprometidos pelos focos inflacionários desenvolvidos, na sua (Aranha) administração (os déficits orçamentários, o financiamento do café em nível exagerado, a inflação de crédito e a duplicação do salário mínimo), e pelo excesso de confiança com que sacou sobre o futuro as divisas que esperava e não chegaram a concretizar-se".

O resultado foi a "trágica herança" recebida pelo Governo Café Filho, consubstanciada no fracasso da política econômica e financeira do seu antecessor, "somente susceptível de ser encoberto por uma camuflagem semelhante à utilizada, com o mesmo propósito, em novembro de 1937", mágica, entretanto, difícil de ser repetida, como os fatos demonstraram, ante os olhos atentos de uma platéia desconfiada.

O episódio é demasiado recente para que necessite ser analisado. Apontarei apenas que aquele simples "começo de reparação", consubstanciado na Instrução nº 70, bonificação de dez cruzeiros por dólar, concedida às cambiais de exportação,

aproximando-as, naquela época, do seu valor real, coincidindo com um ano de boas safras agrícolas e sua valorização nos mercados externos, asseguraram à Bahia, em 1954, um dos melhores períodos para a sua economia, traduzindo-se num **superávit** de cerca de 2 300 milhões de cruzeiros, enquanto produzia, para a economia nacional, no comércio exterior, um saldo de 4 370 milhões, o maior por Estado, contraposto ao déficit da União de 12 270 milhões.

Mais uma vez, entretanto, a situação se deterioraria no ano seguinte. Indecisões na política cambial do Governo contribuíram para depreciar as cotações do cacau nos mercados externos, ao mesmo tempo que, apesar do aumento da bonificação que lhe era atribuído, o valor do dólar de exportação entrava novamente a distanciar-se violentamente do custo do dólar de importação, com todos os habituais reflexos da alta deste último sobre os preços dos artigos da indústria nacional e os custos da produção. Ainda assim a Bahia apresentou no seu balanço comercial um saldo positivo de cerca de um bilhão e meio de cruzeiros, embora já no começo do ano de 1956 o relatório do Banco da Bahia sobre o exercício anterior previsse "perspectivas menos favoráveis para o ano em curso", confirmadas no último relatório com a apuração de um déficit de 260 milhões e o cacau em baixa acentuada, de cerca de 60 dólares, por saco, em janeiro de 1955 para 31 dólares em dezembro de 1956, enquanto, das providências prometidas em seu amparo, o plano de recuperação da lavoura anda há nove meses de tropeço em tropeço até o de agora, com inesperada resistência à sua aprovação pelo Tribunal de Contas e o da sustentação do preço, afinal posto em prática, de algum modo prejudicado pela resistência do Sr. Ministro da Fazenda, acabou sendo menos interessante do que as vantagens prestamente concedidas ao café, sob a máscara de proteção aos tipos finos.

Pode, talvez, parecer que insisti demasiadamente, Srs. oficiais e estagiários, em mostrar-vos, a princípio em traços largos, as bases da antiga prosperidade baiana e os seus primeiros abalos, depois as causas da sua atual relativa decadência, amiudando a análise dos seus aspectos à medida que nos aproximávamos deste instante em que nos encontramos reunidos. Fi-lo, entretanto, muito de caso pensado, porque o trato que a vida pública e profissional me tem proporcionado nos mais elevados círculos políticos e econômicos me tem ensinado como geralmente são mal conhecidos e sobretudo mal interpretados os dados relativos à vida e aos problemas econômicos da Bahia, variando os julgamentos a esse respeito, entre a ilusão de uma riqueza atual que já não existe e a injusta presunção de uma falta de capacidade, que não ocorre, para o aproveitamento de uma fantástica riqueza potencial. Procurei, assim, mostrar-vos que a Bahia soube aproveitar tão bem, como quem melhor o fizesse, as possibilidades de desenvolvimento, dentro dos padrões da época, que se encontraram ao seu alcance no período colonial; que a riqueza então acumulada sustentou, até o fim do Império, o brilho da Província, apesar da decadência das lavouras em

que se baseava (açúcar, algodão e fumo), esvaindo-se, entretanto, sem que desse lugar ao nascimento da lavoura substitutiva do café, por falta de terras apropriadas e condições climáticas favoráveis; que o desenvolvimento da lavoura do cacau teria criado novas perspectivas de enriquecimento do Estado, com a consequente possibilidade de aplicação da poupança, decorrente em benefício da sua economia, se o monopólio de câmbio, iniciado com a Revolução de 30 e até hoje mantido sob formas diversas, não houvesse representado uma perfeita espoliação dos recursos da Bahia, em benefício do Governo Federal, que desse modo obtém divisas baratas para atender às suas necessidades administrativas, ou mesmo à sua política econômica, geralmente traçada com absoluta insensibilidade para com os interesses do Estado e da sua população. Essa é a situação em que nos encontramos e que nos conduz ao exame do terceiro item do nosso programa.

NECESSIDADE DE RECUPERAÇÃO ECONÔMICA DA BAHIA

A necessidade da recuperação econômica da Bahia impõe-se antes de tudo por considerações de justiça social. Numa das cartas que tive a oportunidade de trocar com os ilustres Diretores da Companhia Hidroelétrica do São Francisco, a propósito da pretendida instalação, pela Reynolds Metais Co., de uma usina de fabricação de alumínio, utilizando energia de Paulo Afonso, referi-me, com emoção indisfarçável, ao estado de abandono e miséria em que vegeta a maioria da nossa população, que não pode ser apreendido em breves visitas, como a que realizais, encaminhadas de preferência para os pontos de maior desenvolvimento econômico, e nem mesmo chegam ao conhecimento das classes mais afortunadas do Estado, como os pacíficos e disciplinados alemães das localidades vizinhas desconheciam os horrores que se passavam no interior de campos como o de Buchenwald. Eu mesmo me perguntava a mim mesmo, naquela ocasião, se, ao assumir o Ministério da Educação e Saúde, no Governo Dutra, e ao empreender a campanha de combate à malária, que tive a felicidade de levar a bom termo, haviamo-nos defrontado, justamente na região de Paulo Afonso, com um obstáculo imprevisível e que, conforme observei, somente poderia ocorrer, como ficção, ao cérebro de Mark Twain, ou, seja, o de que as "casas", onde "moravam" e viviam famílias, não tinham paredes que pudessem ser dedetizadas, mas apenas uma cobertura de palha, sustentada em quatro paus cortados ali mesmo, a facção, no mato circundante, como em Lapa, durante as romarias, os romeiros se abrigavam em cercados de garranchos, onde crianças de 11 e 12 anos eram, não raro, violentadas e contaminadas de moléstias venéreas, ingressando de tal modo na senda da prostituição; perguntava-me se encontrara, em média, a Bahia com quase 80% de analfabetos na sua população, havendo municípios onde essa cifra alcançava a 90% e as oportunidades de matrícula não chegavam a 10% das crianças em idade escolar, autorizando o raciocínio de que, a continuar essa progressão negativa, ao fim de algum tempo, neles ninguém mais saberia ler; municípios,

talvez em maioria, onde não havia um médico, um padre, devastados pela malária, o tracoma, a esquistossomose, a boubá e cujo excesso de população, não podendo retirar sustento da terra ressequida, embora às vezes fértil, se irrigada, corria a amontoar-se nas invasões e “avenidas de caranguejos” desta capital, quando não se aventurava à epopéia dos “paus-de-arara”, em busca das terras de promessa.

Figura 2 – Hidrelétrica de Paulo Afonso



Fonte: Arquivo da Desenbahia.

Não direi que tal situação não haja, sob certos aspectos, melhorado. Conseguimos dominar de tal modo a malária que, apesar das deficiências posteriores de vigilância, por diminuição dos recursos necessários, nenhum surto de gravidade voltou a ocorrer e os casos reaparecidos devem ainda ser encarados, antes como problemas de clínica que de saúde pública; infelizmente não poderei dizer o mesmo do sucesso da campanha antituberculosa, cujo magnífico armamento, construído pelo Ministério da Educação e Saúde, Hospital de Tisiologia da Universidade, hospitais tisiológicos e dispensários, sofre, com exceção do primeiro, da diminuição dos recursos, que lhes haviam sido assegurados pelo Governo do Estado, mas foram desgastados pela inflação, deixando de aproveitar devidamente a grande oportunidade que lhes é proporcionada pelo aparecimento da Hidrazida e de novos antibióticos. Dos quarenta e tantos hospitais regionais, construídos no interior do Estado, uma dúzia, se tanto, terá entrado em funcionamento, graças à Comissão do Vale do S. Francisco, cujos recursos são até hoje assegurados por dispositivo constitucional de minha

autoria, ou por esforços conjugados do Estado de Municípios e de particulares. Os postos de puericultura e maternidades, da responsabilidade direta de associações particulares, geralmente dirigidos por beneméritas senhoras, têm de reduzir a sua ação pelo menor auxílio recebido do Departamento da Criança e da Legião Brasileira de Assistência, sobretudo se levada em conta a decadência do valor da moeda.

No setor da educação, somente a Universidade continua a receber do Governo Federal o cuidado que nela pusemos. O ensino supletivo de adultos e adolescentes analfabetos, que chegou a congregar mais de 100 mil alunos, num clima de extraordinário entusiasmo cívico, marcha progressivamente para a sua extinção, ou pelo menos para cada vez menor eficiência, enquanto as verbas destinadas à construção de prédios escolares, em vez de aumentar, diminuem, à proporção que se avilta o valor da moeda.

Para ser natural e progressiva, a melhoria dessas condições sociais deverá correr paralela com o desenvolvimento econômico. À proporção que este se for verificando, será então possível ao Poder Público ir diminuindo a sua ação assistencial direta. O que não se concebe é o Governo Federal descurar desse dever enquanto não somente não ajuda, porém dificulta, ou mesmo impede, aquele desenvolvimento, do qual decorreriam, para o Estado e os particulares, recursos capazes de lhes permitirem o cumprimento do seu dever social.

Mas a recuperação econômica da Bahia não é apenas um imperativo de justiça social. É igualmente um imperativo da justiça e da conveniência política. Quanto à primeira, já vimos, no início desta exposição, como a invejável situação econômica do Estado vem sendo progressivamente destruída, quer pelos erros da administração financeira da União, sobretudo a inflação em que nos debatemos, quer pela orientação consciente da sua política econômica, no sentido de promover em outras regiões um desenvolvimento industrial injustamente custeado pelos Estados, como a Bahia em primeiro lugar, produtores de gêneros de exportação. Quanto ao interesse político, ninguém oporá dúvidas à conveniência de um melhor equilíbrio no desenvolvimento econômico das várias regiões do País, permitindo um mais sadio intercâmbio interno, com correntes equilibradas de comércio, em vez da exploração colonial que hoje se verifica, o que tudo se refletirá num melhor equilíbrio federativo, em vez dos complexos de submissão e de revolta que tanto envenenam e prejudicam a política nacional.

Não me atreveria a falar perante professores e alunos da Escola Superior de Guerra sobre a importância desse desenvolvimento econômico do ponto de vista da segurança nacional. Lembrarei apenas que, quando D. João III resolveu fundar esta "fortaleza e povoação grande e forte", escolheu este lugar como "conveniente para dar favor

e ajuda às outras povoações” e assim vem sendo há quatro séculos, a começar pela expulsão dos franceses do Rio de Janeiro, a seguir pela resistência oposta à expansão dos holandeses e sua final expulsão de Pernambuco, pela debelação da revolução de 1817, pela tentativa de oposição ao movimento de independência, vencida pela própria província em armas, pelos recursos econômicos e humanos fornecidos para as guerras do Prata e do Paraguai, pelo apoio dado, na última guerra mundial, às tropas encarregadas da defesa do Nordeste e a proteção dos comboios marítimos, pela importância atribuída à Base Naval de Aratu na hipótese de um novo conflito, como ponto de apoio para o controle da navegação entre o Norte e o Sul do País, costeando o nosso extenso litoral e pela função natural que nos deve ser atribuída de responder pelo abastecimento das guarnições do Nordeste, inclusive mantendo em boas condições as estradas de ferro e de rodagem, que constituem o sistema Norte – Sul. Não avançarei, por outro lado, nenhum absurdo, dizendo que essa capacidade de defesa e ataque encontra-se diretamente relacionada com a capacidade econômica da região, cada vez, mesmo, mais relacionada com ela, à proporção que a guerra aumenta em complexidade e técnica. E a triste verdade é que a Bahia que ainda em 1817 podia armar navios e tropas para, antecipando-se à ação do Governo Real do Rio de Janeiro, debelar a revolução pernambucana, que em 1822 sustentou, praticamente sozinha com os recursos dos seus senhores de engenho, a luta contra a divisão de Madeira e a esquadra lusitana, na última guerra apenas pode, com imenso sacrifício da sua população, abastecer mal em gado as tropas sediadas em Recife e hoje em dia, com a projetada Base de Aratu a dois passos da Refinaria de Mataripe, que lhe poderá fornecer o óleo e a gasolina, do campo de gás natural de Aratu e dos fios da Hidro-Elétrica de Paulo Afonso, nem a Base avança na sua construção, nem os responsáveis por essas três fontes de energia mostram pressa de se colocar em posição de atender às suas necessidades.

Acabou-se, por outro lado, o tempo dos recrutamentos forçados. Além dos índices cada vez mais elevados de desenvolvimento físico e mental, para manejar as armas modernas, é necessário ao soldado a compreensão do conflito, a participação ideológica na causa que defende, o sentimento de solidariedade nacional, a convicção de que luta por alguma coisa digna de seu sacrifício que já não podem ser apenas as palavras sonantes, mas são, cada vez mais, a segurança da sua vida e de sua família, tanto do ponto de vista das liberdades fundamentais, como da sua situação material. Nem é de admirar que, com a experiência da última guerra, quando regimentos de negros se deixaram desmoralizar na linha de combate da Itália, perto de Pisa, a política americana haja enveredado firmemente no sentido de incorporá-los à vida da Nação, participando dos seus benefícios, transformando-se, dos metecos que até então tinham sido, em cidadãos conscientes da vantagem de lutar por um tipo de civilização, em que se sintam integrados e de cujas conquistas se beneficiam.

Evitar que, na eventualidade de um novo conflito, a Bahia, que, ainda no Império, deu a maior contribuição humana para as guerras do Prata e do Paraguai, que, no princípio da República, pôs em xeque, com um punhado de sertanejos, os melhores batalhões do Exército, represente o mesmo papel desinteressante e marginal que lhe coube no último, já constitui um importante motivo para que se imponha o seu desenvolvimento econômico, único processo de criar cidadãos capazes de enfrentar na paz e na guerra as responsabilidades dos novos tempos. Mas a segurança nacional não é ameaçada apenas pelos inimigos externos. "A independência e a liberdade da Nação, procurei esclarecer, ao sustentar na Assembléia Nacional Constituinte de 1946 a emenda de minha autoria que se transformou no § 13 do Art. 141 da atual Constituição, a independência e a liberdade da Nação podem ser também ameaçadas por causas de natureza interna de dupla espécie, umas visando a sobrepor interesses particulares ao interesse geral da Nação e outras, que não serão mais do que a decorrência lógica das primeiras, enfraquecendo a resistência nacional, no caso de agressão externa, com o fito da preponderância final de interesses particulares, porque a base do interesse nacional é, com efeito, o princípio da independência da Nação como um todo, dentro da sociedade internacional; da preponderância do seu interesse sobre o interesse de qualquer classe, grupo ou partido; do dever de todos os cidadãos de defendê-la ou, pelo menos, não criar obstáculos à sua defesa, quando em conflito com um poder externo".

Bem estais a ver que me referia aos riscos da frente interna possível de ser criada pelo comunismo e bem sabeis, pelas advertências, tantas vezes repetidas, de homens de experiência e responsabilidade, que nenhum campo de cultura mais favorável ao surgimento do comunismo que o da pobreza, do atraso, do subdesenvolvimento. Não é que a miséria do povo o incline para formas avançadas de socialismo, antes pelo contrário, pois, nos termos da contradição marxista, o papel preponderante na evolução fatal para o socialismo deveria ser representado pelo desenvolvimento normal das forças produtoras. Comunismo, porém, é coisa diferente, é a negação dessa "teoria da espontaneidade", do oportunismo, do "seguidismo". É o estudo das condições ocorrentes, é o aproveitamento de uma situação internacional e interna favorável, para romper a frente do capital e acelerar o desfecho geral. E a frente do capital, ensinaram Lenin e Stalin., "se romperá ali onde a cadeia imperialista for mais fraca, pois a revolução proletária, com a ditadura consequente, é o resultado da ruptura da cadeia da frente mundial imperialista no seu ponto mais fraco e pode ocorrer que o país (ou a região) que tenha começado a revolução, o país (ou a região) que haja rompido a frente do capital, esteja menos desenvolvido no sentido capitalista que outros países (ou regiões) mais adiantados, os quais, não obstante, ainda se mantêm dentro do marco do capitalismo".

A hipótese admitida pelos dois teóricos e executores do comunismo ortodoxo demonstrou-se a regra geral. A frente democrática, que, do nosso ponto de vista, corresponde ao que chamam de “frente imperialista”, vem se mantendo inquebrantável nos países de mais alto padrão capitalista, enquanto, cedendo nos mais atrasados, recompõe-se com o estímulo ao seu desenvolvimento econômico, bastando citar-se; pela sua eloquência, os exemplos proporcionados pela aplicação do Plano Marshall. Assim também entre nós o ponto mais fraco da cadeia encontrou-se e partiu-se, em 1935, nas regiões empobrecidas do Nordeste, de tão grande importância, entretanto, como o conflito recente demonstrou, no quadro da estratégia mundial. E se o Plano Marshall, inclusive na sua modalidade atual, deve dar preferência a regiões mais próximas da linha de combate ideológico ou de beligerância provável, não se justifica que nós próprios não cuidemos de suprir a sua omissão no que nos diz respeito, reforçando os pontos fracos do nosso sistema de defesa.

BASES DA RECUPERAÇÃO ECONÔMICA DA BAHIA

Conhecidas as razões da relativa decadência econômica baiana e admitida a necessidade nacional de sua recuperação, incumbe-nos examinar sobre que bases poderá ser ela conduzida, quais as condições favoráveis ou desfavoráveis que influirão no seu processo nos campos da agricultura, da pecuária, da mineração, da indústria e do comércio.

Não nos deixemos, nesse estudo, conduzir por juízos preconcebidos, otimistas ou pessimistas. Procuremos formar uma impressão tanto quanto possível exata dos elementos com que contamos, a terra, o clima, a mão-de-obra, a energia, o transporte, as condições técnicas, econômicas e sociais prevalentes, isso nos ajudará a equacionar o problema.

AGRICULTURA E PECUÁRIA

Embora a maior parte da população baiana continue disseminada na zona rural e a agricultura e pecuária constituam a base da economia do Estado, não se deve supor que os nossos 560 mil km² de superfície se prestam uniformemente ao exercício proveitoso dessas atividades, ou que as condições sociais as facilitem. Preliminarmente devemos ter em vista que não contamos na Bahia com nenhuma grande extensão homogênea e contínua de terras agrícolas, a exemplo do belt do café e cereais que vai do sul de Minas ao norte do Paraná, cobrindo a maior parte do Estado de S. Paulo, ou o pampa rio-grandense, ou a baixada aluvional de Campos. Aqui, do ponto de vista agrícola, existem “manchas” férteis, cada uma delas apropriada a determinado gênero de cultura, justapondo-se umas às outras, ou separadas por longos trechos de terras áridas ou semiáridas (serras, tabuleiros e caatingas), que impedem um

povoamento contínuo e alongam dispendiosamente os meios de comunicação. Para agravar a situação, mais de metade do território do Estado se inclui no Polígono das Sêcas e como essa região é lindeira de terras úmidas, o deslocamento das populações em época de calamidade, hoje grandemente facilitado pelas estradas de rodagem e "paus-de-arara", sempre se fez sem os aspectos espetaculares e catrastrofícos que assume sobretudo no Ceará e sertões do Nordeste, não impressionando conseqüentemente a opinião nacional, nem atraindo o interesse do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas, a não ser para pequenos serviços, dispersivos, demorados e ineficientes.

Figura 3 – As lavouras de cacau



Fonte: Governo do Estado do Espírito Santo (2009).

Não se suponha, entretanto, que toda essa área do Polígono seja contínua, ou absolutamente imprópria à agricultura. Em consequência das condensações provocadas pelas serras do Orobó, do Assuruá e outras, formaram-se nos contrafortes orientais das mesmas, como observou Teodoro Sampaio, regiões de alta produtividade em cereais ou propícias à pecuária, das quais a maior se estende, bem no centro do Estado, ao longo do ramal ferroviário de Itaberaba a Jacobina, regiões essas onde, entretanto, o fenômeno das sêcas periódicas tende a amiudar-se, talvez influenciado pelo desmatamento. Outras zonas extensas, nos vales dos rios Carinhonha, Verde, Corrente, Grande e Preto, afluentes e subafluentes do S.Francisco, no próprio vale

deste, notadamente no baixão de Irecê e em Curaçá e no chamado "nordeste" do Estado, constituem-se de excelentes terras calcárias, de alta produtividade nos invernos favoráveis e susceptíveis de possibilitarem lavouras permanentes, desde que realizados trabalhos de irrigação, já em estudo para algumas delas. Nas condições atuais, entretanto, a irregularidade das estações, associada ao índice elevado de evaporação, constitui obstáculo insuperável a qualquer empreendimento de maior vulto no próprio "Polígono das Sêcas", mas sobretudo na faixa mais próxima da costa, em sentido contrário, – o excesso de chuvas, com os mesmos resultados catastróficos e mais difíceis ainda de evitar ou corrigir. A alta precipitação na zona do Recôncavo, por exemplo, normalmente em torno de 1.500 milímetros, torna difícil a criação, ou mesmo a simples manutenção do gado de trabalho, durante o período do inverno, embora a excelência das pastagens no verão, enquanto a própria lavoura de cana, tradicionalmente radicada na região, torna-se, por vezes, ruínosa, quando um verão chuvoso se intercala entre dois fortes invernos, como sucedeu com o último, elevando a precipitação a índices amazônicos ou malaios em torno de 2.500 milímetros. Mesmo uma lavoura dependente de alto teor de umidade, como a do cacau, cujo belt se localiza na parte centro-meridional do Estado, não raro sofre pelo excesso de chuvas, que exacerba as pragas endêmicas na Região.

Não são, assim, de admirar a grande instabilidade das safras baianas ou as crises periódicas que atravessa a pecuária, repercutindo no movimento comercial, nas rendas tributárias e nos índices de poupança, com o resultado de um progresso econômico intermitente, com avanços e retrocessos, estes últimos às vezes calamitosos, como sucedeu há pouco tempo com a grande seca de 1952/53.

O cacau

Quando se fala em termos econômicos sobre a Bahia, pensa-se logo no cacau, o seu grande produto de exportação, representando 96% da produção nacional e 18 a 20% da produção mundial. Na parcela ostensiva da renda nacional produzida pela Bahia, cerca de 25 bilhões em 1955, e mesmo na parcela ostensiva da renda agrícola de mais de 10 bilhões, o cacau entrou, entretanto, apenas com cerca de 4 bilhões. A sua importância na vida econômica do Estado adquire excepcional vulto, porém, pelas maiores margens de lucro que proporciona tanto aos produtores como aos manipuladores do seu comércio de exportação, possibilitando, sobretudo nos anos de boas safras ou de bons preços, substanciais poupanças que, quando não desviadas para gastos supérfluos ou investimentos fora do Estado, vão estimular outros setores econômicos, já que a própria limitação da zona cacauzeira, o padrão modesto das instalações e o caráter primitivo do trabalho não permitem a sua integral absorção por ela própria.

A exemplo do que se diz do café para S. Paulo e Paraná, do açúcar para Pernambuco e Alagoas, também na Bahia já se formou a impressão de que, "quando o cacau vai bem, tudo vai bem". O que é, realmente, um fato, se entendermos por "tudo" o bem-estar econômico das regiões supridoras da zona cacauífera, a folga das finanças do Estado e as melhores oportunidades para quantos, direta ou indiretamente, se beneficiam com essa folga ou com o maior movimento comercial da exportação. Não é desejável, entretanto, que assim continue a ser. Conforme tive oportunidade de observar no relatório do Banco da Bahia, relativo ao exercício de 1955, a importância relativa do cacau no conjunto da economia baiana já se torna perigosa, na hipótese de um declínio exagerado de preços, como agora mesmo estaria ocorrendo, não fosse a lúcida e corajosa intervenção da Carteira do Comércio Exterior, por felicidade entregue, no momento, a um profundo conhecedor da economia cacauífera, o baiano Inácio Tosta Filho. O progresso firme e contínuo da Bahia exige a constituição de outras lavouras capazes não-somente de proporcionar um maior equilíbrio à sua economia, como, sobretudo, criar uma base sã para sua industrialização, sem os defeitos já largamente apontados no processo da industrialização nacional.

Não se entenda, pelo que acabo de dizer, que devemos desinteressar-nos do aproveitamento, até onde seja economicamente vantajoso, das condições favoráveis que têm permitido à Bahia manter firmemente, por um longo período, a sua respeitável posição de produtora, tanto no País como no conjunto mundial. Não parece, entretanto, igualmente defensável, quando a exploração intensiva do petróleo no Recôncavo baiano e o desenvolvimento industrial que a energia de Paulo Afonso e a Refinaria de Mataripe forçosamente criarão prometem ampliar enormemente as necessidades do mercado consumidor em torno desta capital, se pretenda estimular, pela propaganda oficial e pelo financiamento, a lavoura cacauífera na própria área do Recôncavo, região tradicionalmente responsável pelo abastecimento em gêneros alimentícios do mercado de Salvador e a mais indicada para a instalação de granjas capazes de modernizá-lo e atualizá-lo; a não ser que se deseje acabar, de vez, com a indústria do açúcar, já tão perseguida pela incompreensão dos órgãos federais e pela irregularidade das estações e cuja disponibilidade atual de matéria-prima, já não atendendo à capacidade das usinas nem às necessidades do consumo, ainda mais se reduzirá com a concorrência de uma lavoura mais rendosa e melhor amparada. Mesmo na região do sul do Estado e onde as terras já não sejam de primeira ordem para o cacau, deve considerar-se o inconveniente de insistir na produção de gênero de exportação, cujo valor é em grande parte confiscado pelas manipulações de câmbio do Governo Federal, e sofrerá, dentro em breve, a redobrada concorrência do mercado único euro-africano, em vez de artigos destinados ao mercado interno, protegido por essas mesmas manipulações e pelas tarifas em processo de forte agravação, como, por

exemplo, a borracha de seringueira, cultura perfeitamente adaptada à orla das terras ótimas para o cacau e onde as plantações deste último já não se apresentam com a mesma produtividade.

Fumo, café, mamona e sisal

Dos quatro produtos agrícolas de exportação que, em seguida ao cacau, mais fortemente contribuem para o saldo do comércio exterior da Bahia, os dois primeiros são lavouras tradicionais desde a colônia, os dois últimos, sobretudo o sisal, traduzem iniciativas recentes, com ótimo resultado. Mantendo integralmente, no mercado europeu e no nacional, o conceito da sua excelente qualidade para a fabricação de charutos, faliu, entretanto, o fumo baiano na conquista do mercado de cigarros, perdendo, conseqüentemente, a Bahia para o Rio Grande do Sul, o título de maior produtor nacional. O café, cuja lavoura decaía progressivamente, até quase desaparecer, pela menor produtividade das terras cansadas, encontrou novas possibilidades com a melhoria dos preços, a implantação de métodos mais racionais de cultura e a abertura de zonas novas na região do sudoeste, subindo em poucos anos o saldo exportável de 20 a 200 mil sacas. A mamona, cultura de alguns decênios, ambientou-se bem na Bahia, maior produtora do País, mas, sendo cultivada sobretudo nas terras calcárias do Polígono das Secas, suas safras são violentamente influenciadas pela irregularidade das estações, bem como pela variação dos preços internacionais, complicados pelas operações do subfaturamento, processo do qual a recente instalação da grande fábrica de óleo da Sanbra nos autoriza agora a esperança de sairmos. O sisal, finalmente, é, no momento, a mais promissora cultura baiana, tendo a sua produção saltado em cinco anos, de 5 a 20 mil toneladas, embora os preços não subissem na mesma proporção, se considerados os índices de desvalorização da moeda.

Embora haja representado no ano de 1956, um total de mais de 26 milhões de dólares (equivalente ao de toda a exportação de minério de ferro do País) e de 1.350 milhões de cruzeiros (sem contar o consumo do mercado interno, notadamente de fumo, café e mamona), o produto dessas quatro lavouras, sobretudo a do fumo, a mais importante delas e com razão considerada, como a de mandioca, "lavoura do pobre", é quase todo absorvido na manutenção do baixo padrão de vida dos pequenos produtores e pequenos intermediários do interior, ou na ampliação das lavouras de café e sisal, apenas deixando uma razoável margem de poupança nas mãos dos exportadores, algumas vezes engrossada, a princípio, pelas operações compensadas e, mais recentemente, pelas mudanças de categorias, sempre inoportunas do ponto de vista do produtor. Beneficiário, por força do confisco cambial, de cerca de 50% do valor bruto dessas exportações, nenhuma assistência presta o Governo Federal a essas atividades, tendo, ao contrário, destruído grande parte da indústria de charutos

e lançado à miséria milhares de operários, por meio de impostos absurdos e pela intervenção desastrosa, durante a guerra, numa das maiores fábricas locais, sob pretexto de ser controlada por alemães, embora de longa e comprovada fidelidade ao Brasil. Da parte do Estado apenas o Instituto de Fumo realiza uma pequena ação de natureza técnica, sem extensão nem profundidade, e sem que os problemas fundamentais da propriedade da terra, da educação do plantador e da adubação generalizada, sejam devidamente enfrentados.

Açúcar, algodão, mandioca e cereais

Lavouras tradicionais, fortemente integradas nos hábitos de grandes setores da população rural e destinadas ao abastecimento interno, o produto de todas essas culturas oscila violentamente ao sabor da irregularidade das estações, todas elas sendo susceptíveis de grandes prejuízos tanto pela falta como pelo excesso de chuvas. Embora sejam todas de ciclo curto, podendo, portanto, ser recompostas com facilidade depois de uma estação desfavorável, a agro-indústria do açúcar se mostra particularmente sensível aos efeitos dessas catástrofes periódicas, uma das quais agora mesmo a ameaça, pelos grandes capitais investidos na sua exploração, as elevadas despesas de custeio, a desorganização do trabalho pela morte dos bois de tração, as garantias asseguradas aos seus operários e a falta de financiamento apropriado, que só agora lhe começa a ser prestado, em proporções moderadas, pelo Instituto do Açúcar e Alcool e pelo Banco do Brasil. A consequência foi uma redução drástica no número de usinas, que baixaram de 20 a 10, algumas se incorporando entre si, outras simplesmente apagando as caldeiras por não poderem mais suportar os prejuízos, uma delas posta fora de combate pela ocupação militar de suas terras pelo Conselho de Petróleo, impossibilitando o trabalho rural.

Ainda assim as usinas remanescentes conseguiram penosamente reequipar-se, alcançando um nível agrícola e industrial satisfatório e obtendo uma produção de cerca de um milhão e duzentas mil sacas, mais ou menos estabilizada em épocas normais, porém incapaz de atender às crescentes exigências do consumo.

O algodão, inteiramente abandonado dos poderes públicos, quanto à distribuição de sementes, campos de experimentação e seleção, vive ao sabor das estações e da rotina, apenas se beneficiando por tabela das medidas de defesa econômica provocadas pelas reivindicações cíclicas dos agricultores paulistas. Do mesmo modo a cultura de cereais, estimulada durante o governo Landolfo Alves, pela construção de uma pequena rede de silos, estacionou no nível então alcançado, quando as estações são favoráveis, lutando, ainda assim, com grandes dificuldades de transporte e apenas mantendo certo rendimento estável às culturas dos brejos e pequenas áreas irrigáveis, enquanto não se realizam os grandes projetos

de irrigação da Comissão do Vale do S. Francisco para as terras calcárias do Rio Grande e do Corrente.

A mandioca é a grande "lavoura do pobre", com as mesmas características sociais e muito maior extensão do que a do fumo. Adotada diretamente da cultura indígena, pelos colonizadores portugueses, que nela viram, com entusiasmo, um sucedâneo para o trigo e abasteciam com a sua farinha os navios destinados ao longo périplo da Índia, continua a ser cultivada com a mesma técnica primitiva, em pequenas roças individuais, sob regime de parceria ou arrendamento da terra, sendo raras as explorações de maior vulto, onde o arado intervém. Segundo os dados do IBGE, que me parecem exagerados, a sua produção alcançaria cerca de 40 milhões de sacas, representativas de cerca de 17% da produção do País e valendo, aos preços atuais, mesmo reduzida à metade, cerca de três bilhões de cruzeiros. É, entretanto, uma lavoura de manutenção, na sua maior parte consumida pelos próprios produtores ou habitantes da vila ou arraial, em cuja feira é vendida, sendo praticamente nula a poupança dela decorrente.

Desacreditada, durante certo tempo, como alimento e injustamente responsabilizada pelo depauperamento das populações rurais, de cuja sobrevivência, contra a carência de proteínas e as endemias, veio, afinal, a ser reconhecida como a benemérita autora, a mandioca vê agora alargadas as suas possibilidades com o aproveitamento do extrato seco de suas folhas, ramos e caules para rações humanas e animais da melhor qualidade, conforme experiências levadas a cabo por institutos americanos na região do Caribe. Perseguida pela saúva, que chegou a receber o cognome de "formiga de mandioca" e reduz, talvez, a menos da metade a sua produtividade, justificando uma campanha no gênero da que, como Ministro, tive oportunidade de lançar contra a malária, a mandioca poderia, associada à cultura do fumo, dos cereais e da mamona e à pequena pecuária, constituir a base para uma grande obra de reforma agrária e social realizada através da distribuição da terra, da assistência técnica e financeira, da defesa sanitária e da educação rural. Enquanto não surge o reformador capaz de empreendê-la, a poupança possibilitada ao agricultor, por essas lavouras precárias, pouco excederá do investimento na criação, sabe Deus como, dos filhos, dois por três dos nascidos, metade dos quais, alcançada a idade de trabalhar, emigram para S. Paulo, para o Paraná ou para o Rio, transportando, com a sua rudimentar capacidade de trabalho, o fruto dos sacrifícios e privações dos que os antecederam.

Coco, dendê e seringueira

Duas lavouras novas, impostas pelas exigências da indústria nacional e dificuldades cambiais, iniciam – se em bases técnicas modernas e autorizam a expectativa da criação de interessantes fontes de riqueza. O dendê, cujos óleos são utilizados na

produção de chapas de aço, na indústria de gorduras alimentícias e na de artigos de toilette, e a seringueira, cujo látex complementar a produção de borracha da Amazônia, já cobrem, "em plantações novas, grandes áreas dos municípios do sul do Estado, não somente plantados pelas Indústrias Reunidas Mattarazzo e a Firestone, mas também por particulares, que talvez reproduzam, em breve tempo e com resultado semelhante, a epopéia do cacau. Paralelamente à do dendê, a cultura do coco, muito estimulada no govêrno Landulfo Alves, ainda tem possibilidades de desenvolver-se, aprofundando-se mais as plantações nas regiões favoráveis, como foi realizado de Alagoas para o Norte.

Produtos vegetais da indústria extrativa: carnaúba e piaçava

A destruição das reservas de ouricuri, pela exploração exagerada ou a expansão das pastagens, deu novo incremento à produção de cêra-de-carnaúba, engrossada com as entradas do Ceará e do Piauí, por vantagens comerciais, nenhuma melhoria se verificando, entretanto, nos carnaubais baianos do S. Francisco, nascidos nas veredas ao tempo em que nelas não pastava o gado e apenas poupados pelos proprietários mais esclarecidos, ao contrário do que sucede no Ceará, por exemplo, onde são protegidos por cercas e replantados. A exportação para o estrangeiro atingiu em 1956 a 42 milhões de cruzeiros, enquanto a de Piaçava, extraída das reservas nativas nas costas arenosas do sul do Estado, alcançou 67 milhões.

Pecuária

Segundo as estatísticas do Ministério da Agricultura, os rebanhos baianos excediam, em 1954, doze milhões de cabeças, sendo 4.600 mil bovinos, e 1.600 mil entre equinos, asininos e muares, 2.310 mil porcos, mais de 2 milhões de cabras e de 1.600 mil ovelhas. A verdade, entretanto, é que, com exceção do gado vacum, o produto de todos esses outros rebanhos, alguns deles, como os de caprinos e ovinos, dos maiores do País, circula dentro dos limites de uma economia muito primitiva, abatidos e consumidos nas próprias fazendas e vilas, apenas se destinando a operações comerciais de maior expressão a parte das peles que não é utilizada pelo artesanato local. O mesmo se poderá dizer da criação de aves, estimada em cerca de 7 milhões de cabeças e cuja produção de ovos atinge um valor de quase meio bilhão de cruzeiros.

O gado vacum, entretanto, já representa uma riqueza concentrada, a única no momento, dentre as atividades agropecuárias, capaz de acompanhar o cacau como fonte de poupanças susceptíveis de reinvestimentos vantajosos. Sobre os grandes rebanhos de gado pé duro, curraleiro ou catingueiro, produto do desenvolvimento espontâneo dos primitivos currais fundados pelos primeiros colonizadores,

começaram a implantar-se, no começo do século, as sementes de gado indiano importado por fazendeiros do Recôncavo e que, a pouco e pouco, se foram estendendo para os vales do Inhambupe, do Itapicuru, para o chamado "sertão médio", que vai de Feira de Santana a Itaberaba e Jacobina e finalmente para o "alto sudoeste", onde o Indubrasil e o Nelore encontraram as condições magníficas de clima, de água e de pastagens para o seu desenvolvimento.

A mais antiga tradição baiana, ligada ao gado indiano, é a da criação de raças puras, – o Nelore, o Gyr e o Gurzerat, cujos plantéis no Estado foram tenazmente defendidos por criadores apaixonados, contra a onda de Indubrasil que, num certo momento, ameaçou submergi-los e hoje se contam entre os mais valiosos do País, constantemente procurados os seus produtos para renovação do sangue dos plantéis dos criadores do Sul. O Indubrasil, havendo vencido na quantidade e só agora começando a ceder terreno para o Nelore, reputado mais rústico e de melhor conformação, deu origem, entretanto, também, as magníficas seleções de reprodutores, sobretudo na zona do "sertão médio", acentuando-se a tendência, estimulada pela ação educativa do Instituto de Pecuária e das exposições nacionais para a formação de um tipo de gado de corte, sem a preocupação dos estigmas raciais, sobretudo orelhas, de princípio tão apreciados.

Infelizmente essa imensa riqueza está sendo mal aproveitada e mesmo malbaratada. A produção anual de 200 mil bois gordos do alto sudoeste, no valor atual de um bilhão de cruzeiros, é em parte consumida nos próprios municípios da região, com perda total dos subprodutos, enquanto outra parte é enviada para as fazendas de engorda do sertão médio, em longas caminhadas nas quais perdem de 3 a 4 arrobas, para serem ali recuperados e enfrentarem novas caminhadas para o mercado da capital, com nova perda das mesmas 3 ou 4 arrobas. Sobre 40 mil bois que fazem essa dupla viagem, o prejuízo pode ser estimado em 120 milhões de cruzeiros por ano. Outros 40 mil provenientes do sertão médio elevam-no a perto de 200 milhões, sem contar a perda dos subprodutos pelo mau aparelhamento do matadouro da capital. Enquanto isso, a Bahia importou, em 1956, de outros Estados, especialmente do Rio Grande do Sul, quase 17 mil toneladas de charque, no valor de 598 milhões de cruzeiros.

A grande predominância, nas fazendas, do gado de corte, que se transporta com os seus próprios pés, embora com o prejuízo que vimos, não tem permitido, ao contrário do que ocorreu em Minas, a criação de uma indústria de laticínios, da qual têm surgido apenas tentativas de reduzida expressão. O próprio abastecimento de leite da capital nunca chegou a ser organizado, evoluindo das antigas imundas cocheiras nas roças da zona urbana para a coleta, nas lindes do Recôncavo, por pequenas usinas de pasteurização e de resfriamento, incapazes de satisfazer às necessidades do consumo, em grande parte suprido pelo leite em pó.

MINERAÇÃO

Grande parte da área central do território baiano é continuação da série das Lavras, de Minas Gerais, com manifestações de variados minérios, entretanto, em geral, mal estudados e inexplorados. As catas de ouro aluvional, rios cursos do rio de Contas e do Itapicuru, acham-se de há muito tempo esgotadas, o mesmo se podendo dizer das de diamantes e carbonatos do Jequitinhonha e das Lavras Diamantinas. Continuam, entretanto, em plena produção as de águas-marinhas, turmalinas e berilos em Conquista, Itambé e municípios vizinhos, bem como as lavras de cristal de rocha nessa mesma região e na de Campo Formoso, sobretudo quando as tensões internacionais provocam desusada procura e valorização correspondente.

O ferro foi encontrado nos arredores de Jequié, a pequena distância da costa, mas a sua exploração considerada de pequeno interesse econômico, O manganês explorado durante as duas guerras na região de Nazaré e no sertão de Jacobina, e agora surgente em grandes jazidas, na de Urandi, luta com dificuldades de transporte ferroviário, impeditivas de maior desenvolvimento, Uma das melhores jazidas de cromo do País, situa-se também na região de Jacobina e próximo dela uma grande jazida de cobre, conhecida há mais de 50 anos e cuja exploração foi dificultada pela falta de água, e atualmente objeto de estudos pelos grupos Pignatari e José Ermirio de Moraes, com base nas novas possibilidades abertas pela energia de Paulo Afonso, A baritina foi encontrada numa ilha da Bahia de Marau e está sendo regularmente extraída e embarcada em navios que fundeiam na boca da mina, localizando-se na mesma região um depósito ainda não explorado de gipsita. As mais interessantes jazidas em exploração ativa são, porém, as de magnesita e de talco, no município de Brumado, as quais, lutando com indescritíveis dificuldades de transporte, fornecem toda a matéria-prima calcinada para a indústria de refratários básicos que abastece a siderurgia nacional e grande parte do talco usado pelas indústrias de perfumaria, de produtos farmacêuticos, de tintas e de pneumáticos, e poderiam realizar grande exportação se dispusessem de transporte; e, próximo a elas, as jazidas de chumbo, no município de Macaúbas, que exportam minério bruto por caminhões para S. Paulo, enquanto se constrói uma usina de concentração no local e a Prest-o – Lite, monta uma fábrica de placas de baterias em Sto. Amaro.

Essa amostragem de minérios valiosos apontando aqui e acolá, por todo o território do Estado, inclusive o caulim em Camaçari, a bauxita em Correntina, o cobre em Maragogipe, o chumbo em Lapa, indica as possibilidades do Estado no campo da mineração, sobretudo se considera que tudo o que se conhece a respeito é resultante de descobertas feitas por acaso, ou por simples curiosos, sendo absolutamente nula a ação do Departamento Nacional da Produção Mineral, a não ser para a função burocrática de receber os manifestos e autorizar as pesquisas e lavras.

Petróleo

Nula a contribuição do D.N.P.M. no que se refere à pesquisa de minérios no Estado, a sua ação tornou-se simplesmente calamitosa para a economia baiana, no particular do petróleo. Na década de 30, quando a consciência nacional, capitaneada, com todos os defeitos da improvisação, por Monteiro Lobato, começava a insurgir-se contra o dogma, imposto pelos técnicos americanos, a serviço do Ministério da Agricultura, da inexistência do petróleo no Brasil, um particular baiano, Oscar Cordeiro, pretendeu haver descoberto uma exsudação de óleo na região do Lobato, nos limites da zona urbana do Salvador. Sem recursos para empreender a prospeccção, sem capacidade para levantá-los, sem outra arma senão a sua tenacidade e fé na descoberta, movimentou a imprensa, articulou-se na campanha de Monteiro Lobato e por fim conseguiu interessar o Governador do Estado, o hoje Senador Juracy Magalhães, na averiguação da verdade que pudesse haver na sua pretensão. Um técnico dos mais conceituados do Departamento Nacional da Produção Mineral, solicitado pelo Governador, veio à Bahia, visitou o local e pronunciou o seu julgamento: tratava-se de um caso de polícia, a pretensa exsudação de petróleo, não passando de óleo derramado, num local onde absolutamente ele não poderia surgir, pela proximidade do cristalino, aflorando numa pedreira próxima.

Figura 4 – Início da exploração de petróleo na Bahia



Fonte: Acervo fotográfico da Petrobrás.

Com essa manifestação do técnico oficial o Governador desviou o seu interesse para a industrialização da turfa de Maraú, que não chegou, aliás, a levar a cabo pela interrupção do seu governo com o golpe de Estado, de 10 de Novembro de 37. Sob a pressão nacionalista, estimulada pela perseverança de Oscar Cordeiro, o Ministério da Agricultura resolvera-se entretanto a mandar uma pequena sonda para o Lobato, com a qual foi encontrado o petróleo a cerca de 300 metros de profundidade. No intervalo, porém, ocorrera o Estado Novo, possibilitando ao Chefe do Governo, por uma das suas "discricionadas nas constitucionais", reservar ao Governo Federal o monopólio da pesquisa e exploração do petróleo em toda a área sedimentaria que vai da Baía de Todos os Santos até o baixo S. Francisco, primeiro passo para o monopólio, presentemente conferido à Petrobrás.

Conduzidas a pesquisa e a exploração, a princípio pelo Conselho Nacional do Petróleo e depois pela Petrobrás, foram sendo sucessivamente descobertos os campos de gás natural e de óleo de Aratu, de Itaparica, de Candeias, de D. João, de Paramirim, de Catu, de Pojuca, de Mata, dos quais já se extraem hoje cêrca de 30 mil barris diários, susceptíveis de serem imediatamente aumentados para 40 mil, desde que se conclua a construção do novo pipeline. Apenas uma reduzida parte desse petróleo, cerca de seis mil barris, é refinado, como sabem os senhores, na pequena refinaria de Mataripe, destinando-se o restante à refinaria de Cubatão.

Não houvesse, o técnico do Departamento Nacional da Produção Mineral, orientado o Governador do Estado por um caminho errado e a descoberta do petróleo seria fatalmente um feito do Governo estadual, livre, na época, em pleno regime constitucional, de realizar a sua exploração, inclusive atraindo capitais estrangeiros. Na base de 50% do valor do óleo extraído, que é quanto pagam as companhias concessionárias na Venezuela e no Oriente-Proximo, e calculando a 3 dólares o barril, a Bahia poderia estar, há muito tempo, recebendo 60 mil dólares por dia, em vez dos mesquinhos seis mil dólares que com grande custo foram obtidos da Petrobrás por esforço parlamentar do Deputado Lafayette Coutinho. Melhor ainda, esse petróleo poderia estar sendo todo refinado localmente, aumentando a participação do Estado no seu valor e dando ensejo ao nascimento de uma indústria petroquímica, ou ser exportado para destinos que o valorizassem, em vez do desperdício de utilizá-lo em refinarias, sem condições para aproveitar a sua qualidade parafínica. Poder-se-ia evitar, também, o desperdício de, para forçar a produção, por uma questão de propaganda, estar se queimando uma fortuna em gás natural, por falta de equipamento apropriado para reinjetá-lo nos poços, se não possível ou aconselhável o seu imediato aproveitamento em fins industriais, como, por exemplo, a produção de fertilizantes, ou mesmo do "negro de fumo" para a indústria de pneumáticos, acabando-se com o espetáculo doloroso das chamas imensas que iluminam os céus, de Mata a Catu.

Somente a má-fé levaria a contestar o grande impulso dado pela Petrobrás à exploração do petróleo na Bahia. Novos campos foram descobertos, as perfurações se fazem em ritmo acelerado, as turmas de geofísica espalham-se por toda a área sedimentar, pipelines e terminal de embarque foram construídos rapidamente. Seria, entretanto, de desejar uma melhor consideração, de sua parte, ao interesse baiano. A ampliação da refinaria de Mataripe capaz de absorver a produção atual dos poços do Recôncavo e transformar a sua parafina em lubrificantes, para atender às necessidades de todo o Brasil, vai se levando descansadamente, calculando-se que esteja em funcionamento em fins de 1959, retardando-se conseqüentemente o início da indústria petroquímica a que deverá dar lugar, quando o que se impunha era ser submetida a um esforço de guerra, que acelerasse a sua instalação. Enquanto isso, para que se alcancem rapidamente as metas do programa do Governo Federal, o rico óleo baiano é enviado para Cubatão⁸, onde a sua qualidade é mal aproveitada e cria problemas aos consumidores de óleo combustível e ao pipeline da Santos-Jundiaí. Para resguardar a possível conveniência de injetá-lo nos poços de petróleo, os poços de gás natural de Aratu, em que pese a imensa reserva que constituem, juntamente com os de Mata, são trancados a qualquer nova indústria que ali se pretenda instalar, inclusive a Nitrogênio S.A., apesar da prioridade absoluta concedida às indústrias de fertilizantes, enquanto, de Mata e Catu, o gás se queima à vontade, para manter alta a produção de petróleo dos campos desses municípios e de Pojuca. Os padrões elevados de salários e a abundância de mão-de-obra utilizada, em moldes de custosa organização paramilitar, desorganizam as condições de trabalho local, o que é agravado pela arbitrariedade com que as turmas de geofísica, contratadas com companhias estrangeiras especializadas, arrasam com os seus tratores as estradas da região e as pequenas propriedades de roceiros analfabetos, que não sabem para quem apelar.

Petróleo é isso, não de muito dizer, não tem coração, e não há mais que acompanhar a marcha da sua exploração pelo mundo, o esmagamento dos fracos que se encontrarem no caminho, para que o seu fluxo vá produzir riquezas à distância. Mas os seus resultados também estão aí a olhos de ver, na reação violenta iniciada no México, ameaçando incendiar o mundo no Oriente-Próximo. Não foi para implantar os mesmos métodos que verberamos nos trustes internacionais e que ainda mais graves seriam, se aplicados por um órgão estatal contra a própria nação, que adotamos a fórmula em vigor da exploração do petróleo brasileiro. Há que refletir nesse ponto, antes que a tensão se torne insuportável e fazer da exploração do óleo também um motivo de bem-estar local. Esse é o voto dos que, como eu próprio, sempre estiveram ao lado da solução nacionalista, embora receiem a má influência do Estado, na administração de empresas industriais, mais cedo ou mais tarde susceptível de se manifestar.

8 Posteriormente, foi iniciada a exportação do óleo, em face da dificuldade de ser usado nas refinarias do Sul.

INDÚSTRIA

Poder-se-ia dizer que a indústria brasileira nasceu na Bahia e em Pernambuco, com os engenhos de açúcar, dos quais o primeiro movido a vapor, foi instalado na fronteira ilha de Itaparica. Conforme vimos, ao tempo do Conde dos Arcos, já dispunhamos de uma fundição militar, trabalhando também para que as necessidades civis e a construção naval adquiria tal desenvolvimento que lançava ao mar, navios armados de grande porte, com os quais foi possível dominar a revolução pernambucana de 1817.

Na transformação da indústria açucareira, pela instalação das usinas centrais turbinadoras, a Bahia acompanhou o movimento geral do País, embora o surgimento simultâneo da nova riqueza agrícola representada pelo cacau desinteressasse os governos estaduais de amparar aquela, como procederam os de Pernambuco, quando a crise se acentuou, evitando a sua decadência. No início da indústria de tecidos, as fábricas baianas emparelhavam com as melhores do País, destacando-se uma delas, fundada por Luiz Tarquínio, pela sua ímpar organização social. Entretanto o presente industrial da Bahia não corresponde a esse passado, embora o seu futuro seja promissor.

O fato se explica por um conjunto de razões. Ao se processar, durante a Guerra de 14, o primeiro surto industrial do Brasil, já o eixo econômico do País se deslocara para o Sul, graças às grandes poupanças produzidas pela lavoura do café, achando-se ali concentrados, sobretudo em São Paulo e no Rio, os principais mercados de consumo, as maiores disponibilidades de capital, uma certa abundância de energia elétrica e *last but not the least*, uma razoável quantidade de mão-de-obra especializada, ou semi-especializada, recrutável entre os emigrantes, com alguma experiência industrial. Foi esse o núcleo que, reivindicando, nos anos que se seguiram, crescente proteção, a princípio por meio de tarifas aduaneiras, depois por financiamentos e medidas cambiais ou de controle das importações, traçou os rumos do atual processo industrial brasileiro, tão cheio de contradições, embora, sob muitos aspectos, extraordinário. Dificilmente poderia a Bahia seguir esse movimento, não só porque lhe faltavam todos aqueles elementos, como porque as características impressas na alma do seu povo, por uma longa tradição, dificultavam o surgimento de iniciativas ousadas no campo do desenvolvimento material. As origens jesuíticas da cultura baiana estabeleciam, com efeito, como padrão de inteligência, a habilidade retórica, as louçanias do estilo, exigíveis mesmo nos médicos e engenheiros, sem embargo de uma fase áurea da medicina experimental. A tradição de metrópole, de cuja situação fora apenas formalmente privada com a mudança da capital, mas cujo status praticamente conservara, como vimos, até o fim do Império, somente sendo dele progressivamente desapossada com a consolidação do regime republicano, criara, no subconsciente das suas elites dirigentes, uma confiança absoluta na ação

política, como fonte do poder, exaurindo-se as energias do Estado, numa luta sem tréguas entre as fações políticas, afinal concentradas nos dois blocos de ruistas e seabristas que, por 12 anos, somados aos 16 das refregas entre vianistas, severinistas e marcelinistas, pouco tempo tiveram para se ocupar dos interesses econômicos.

Condições favoráveis de desenvolvimento industrial apresentaram-se, entretanto, ultimamente para a Bahia, em consequência do surgimento em seu solo das únicas fontes de petróleo e gás natural, até agora descobertas no Brasil e da construção da usina Hidrelétrica de Paulo Afonso, dentro de cuja área de concessão se encontram todo o nordeste do Estado e esta capital. Com base no gás natural, foi possível instalar – se uma pequena indústria de tecidos em Itaparica e a fábrica de cimento Aratu, com capacidade atual de 120 mil toneladas anuais, susceptível de ser duplicada, com investimento de capital relativamente reduzido, ao mesmo tempo em que montava uma usina termoeletrica, cuja produção de 15 mil kW desafogou a crise de energia que estrangulava a capital. Assim, enquanto não se concluía a usina de Paulo Afonso, foi possibilitado um melhor funcionamento das indústrias existentes, bem como a instalação do moinho de trigo da Bahia Industrial, graças ao qual se cobriu o déficit de mais de 50% na produção de farinha, absorvida pelo mercado regional. Entretanto, alegando razões técnicas, não devidamente esclarecidas, e mesmo contestadas pelos que consideram os campos de Aratu e Jacuípe, capazes de satisfazerem os dois objetivos, a Petrobrás vem dificultando a utilização do gás natural em novas indústrias.

ENERGIA ELÉTRICA

Paulo Afonso, por uma série de circunstâncias, não tem ainda representado para a economia baiana o papel que lhe cabe e há de representar, assim melhor se entrossem a administração federal e a estadual. A captação da energia da grande cachoeira, tentada por Apolônio Sales e resolvida pelo Presidente Eurico Dutra, foi recebida, pelos baianos conscientes, como uma alvorada de libertação econômica. Inexplicavelmente, entretanto, há uma constante de desapareço da Chesf aos interesses da Bahia, quando o que se impunha era uma maior atividade de sua parte para compensar as várias manifestações da incapacidade pública e privada, originadas da inexperiência e do subdesenvolvimento.

Na véspera do lançamento, pelo Presidente Dutra, da Companhia Hidrelétrica do São Francisco, verifiquei, com surpresa, que a Bahia fora excluída da primeira etapa da distribuição de energia, restrita a Pernambuco, Alagoas e Sergipe, sob o pretexto de insuficiência de recursos para a construção da linha transmissora. Imediatamente convoquei uma reunião com o Governador Octavio Mangabeira, que se encontrava no Rio, e o Deputado Juracy Magalhães, líder da bancada baiana da U.D.N. e

juntos procuramos o Presidente Dutra, de quem obtivemos a promessa, ratificada no discurso que pronunciou no dia seguinte, da inclusão da Bahia e Paraíba na 1ª. etapa, para o que, sem demora, promoveu a destinação dos recursos necessários. Contra a geral expectativa, porém, a entrada da energia da Chesf no circuito baiano acarretou um aumento nos preços vigentes, passando-se a ter, realmente, energia abundante, porém sensivelmente mais cara. A distribuição se mantém restrita a Salvador, tendo a Chesf se desinteressado da abaixadora de Catu, o que forçou o Estado a iniciar com recursos próprios a de Mata, destinada a fazer as suas vezes, enquanto, em Sergipe, Alagoas, Pernambuco e Paraíba já se contam por dezenas as abaixadoras construídas pela Companhia, que assim atua no sentido de encaminhar para o Nordeste a maior parte da energia de sua produção. Um espírito malévolamente poderia ser levado a supor que se procura criar, às custas da Bahia, pouco vigilante na defesa dos seus interesses, uma margem de disponibilidade que propicie a instalação de grandes indústrias internacionais, como, por exemplo, a do alumínio.

Um dos motivos principais da esperança que todo o Nordeste e a Bahia depositavam na influência de Paulo Afonso para a sua industrialização residia na possibilidade de obtenção de energia abundante e barata, num momento em que a crise de energia se tornava aguda no setor Rio-São Paulo. Para atrair iniciativas industriais era necessário oferecer vantagens e entre essas a energia abundante era decisiva, enquanto a energia barata exerceria um grande efeito psicológico. A direção da Chesf, entretanto, preferiu agir baseada em cálculos matemáticos, segundo os quais, nos Estados Unidos, a contribuição da energia elétrica para o custo dos produtos industriais não vai além de 2%, o mesmo se podendo dizer com relação aos gastos de uma família modesta. Firmando-se em palavras do Presidente Dutra, ao constituir a Companhia, quando recomendou que a mesma funcionasse "em bases estritamente industriais", mas sem atentar que o seu pensamento era elucidado na frase seguinte, – "não tenho nem terei candidatos", significando que a política não interferiria na organização dos seus serviços, entendeu a Diretoria da Chesf que toda a sua atuação deve subordinar-se em primeiro lugar à apuração do resultado financeiro a que têm direito as empresas produtoras de energia elétrica e não ao propósito superior que a originou, ou, seja, a recuperação econômica do Nordeste. Num País cujo déficit orçamentário anda pela casa de 30 bilhões de cruzeiros, cujo Governo subvenciona os serviços industriais do Estado, com mais de doze bilhões anuais e desvia para aumentos de salários recursos quase sagrados, como os do Fundo da Marinha Mercante, a Diretoria da Chesf se esmera em fazer produtivo, desde o primeiro dia, um investimento de dois bilhões de cruzeiros, pondo de lado o papel pioneiro que lhe cabe e resultaria da criação de condições privilegiadas para a instalação de indústrias novas, ainda à custa de déficits iniciais. Em vez de estimular, por esse processo, a demanda de toda a sua produção por milhares de consumidores, como benefício para toda a coletividade a que deve servir, intenta

Figura 5 – Companhia Hidroelétrica do São Francisco (Chesf)



Fonte: Blog Acerto de Contas (2009).

e teima em conseguir a sua exportação sob a forma de lingotes de alumínio, a um preço ao qual, se a oferecesse, de todo o País acorreriam os interessados em obtê-la.

Privei com o Presidente Eurico Dutra durante a maior parte do seu Governo e acredito que neste País poucos estarão em condições de conhecer tão bem quanto eu o seu pensamento sobre os grandes problemas da unidade nacional. Não tenho a menor dúvida de que se Paulo Afonso, cuja construção a ele se deve, houvesse sido terminada no seu Governo, as instruções para o seu funcionamento não seriam obstáculo à realização do seu objetivo, como a insuficiência inicial de capital não excluiu a Bahia e a Paraíba da primeira etapa de sua realização.

Por maior dos males, conjugaram-se para que a Bahia não retire da energia de Paulo Afonso os benefícios que naturalmente lhe deveriam caber, além da orientação prejudicial da direção da Chesf, a atuação da companhia distribuidora em Salvador e parte do Recôncavo e a displicência dos órgãos federais incumbidos do controle da distribuição de energia, – a Divisão de águas do Departamento Nacional da Produção Mineral e o Conselho Nacional de Águas e Energia Elétrica. A incapacidade da Cia. de Energia Elétrica da Bahia para atender às necessidades da sua zona de concessão, abrangendo a cidade do Salvador e parte do Recôncavo,

era, de há muitos anos, assunto passado em julgado. Por força dela e do desvio para a iluminação particular, de tarifas mais altas, de toda a energia disponível, as indústrias existentes viviam em regime de fome, obrigadas as maiores a montar turbinas a vapor ou motores diesel para não paralisarem os seus trabalhos e nenhuma indústria nova se atrevia a estabelecer-se na Bahia. Ainda assim o preço da energia industrial, para consumidores até 1 000 kWh, era em Salvador de \$ 0,688 com todas as taxas, quando a energia de Paulo Afonso foi posta à nossa disposição, ao preço, praticamente, de \$ 1,70 por kW.

Embora o regime de distribuição de energia elétrica, seja normalmente o de monopólio, o contrato de concessão da companhia baiana, sabiamente excluía, na sua cláusula XX, desse monopólio, o fornecimento de força e luz às indústrias, bem como, na cláusula VI, as derivações da rede de distribuição até a entrada dos prédios. Coincidentemente à Chesf foi reservado o direito de fornecer diretamente energia às indústrias, em virtude do que, no seu relatório do exercício de 1956, constam as indústrias com que assinara ou se preparava para assinar contratos diretos de fornecimento, dez em Pernambuco, cinco em Sergipe e uma em Alagoas. Entretanto, na Bahia, apesar de denunciar em sucessivos relatórios as "péssimas condições" da rede distribuidora local, entendeu a Chesf de assegurar-lhe o monopólio da distribuição, agravando, desnecessariamente para as grandes indústrias o custo da energia.

Por força dessa política e da complacência dos órgãos federais de controle, consubstanciada na Portaria nº 859, de 22 de julho de 1956, do Ministro da Agricultura, em vez de receber diretamente energia de Paulo Afonso a \$ 0,484 por kWh, as indústrias baianas têm de pagá-la, sem contar o imposto único, os reajustamentos de salários e outros, num total de \$ 0,70 por kW e em que pese grande parte dela ser produzida pela usina de Bananeiras, do custo histórico baixíssimo, a \$ 0,80 para os primeiros 250 kW, 0,60 para os seguintes 10000 e 0,40 para o consumo excedente, quando, pela Portaria nº 308, de 17 de março do mesmo ano (quatro meses antes, portanto), as tarifas fixadas para a Light em São Paulo e Rio haviam sido de 0,60 para os primeiros 2000 kW mensais, 0,40 para os seguintes 8 000 e 0,20 para o excedente.

Mas não é só. A taxa de demanda vem sendo incluída correntemente nos cálculos de tarifas, com a justificativa de que a companhia fornecedora deve guardar uma espécie de encaixe de energia para atender às exigências do pick, quando a maior parte das solicitações coincidem. Na prática, o que se vê é que esse encaixe é constituído em condições muito precárias, do que são índices as quedas de voltagem e de ciclagem tão conhecidas de quem possui aparelhos domésticos elétricos. Mais do que isso, entretanto: não se compreende que tal reserva seja necessária numa companhia como a Chesf, que está trabalhando ainda com grande margem de folga

na sua produção e só tem a lucrar com a circunstância de a demanda crescer em determinados momentos, absorvendo parte dessa folga.

Assim não entenderam, entretanto, os técnicos do Ministério da Agricultura, que não somente atribuíram à Chesf a cobrança da taxa de demanda, fazendo-a necessariamente repercutir nas taxas da distribuidora local, como ainda concederam a esta, de mão beijada, a faculdade de calculá-la sobre a maior demanda "num período de 15 minutos durante o mês em foco, ou 113 milhões, ou 23,2%. As aplicações por conta dos segundos ascenderam a 823 milhões cabendo à Bahia 38,5 milhões, ou 4,6%, cinco vezes menos na relação das aplicações que na dos depósitos. No extremo oposto, Minas Gerais, com depósitos locais de 3,3 milhões, ou 0,67% recebeu, dos recursos gerais 40,6 milhões, ou 4,9, sete vezes mais nas aplicações que nos depósitos!

Não vejam os senhores, nas minhas palavras, um propósito de queixa ou de censura. O que estou fazendo é reunir os elementos para um diagnóstico. Quando estive na presidência do Banco do Brasil, escandalizei-me com a reduzida aplicação do nosso grande estabelecimento de crédito, a maior mola propulsora do desenvolvimento nacional, no Estado da Bahia. Enquanto em todas as reuniões semanais da Diretoria tínhamos de resolver sobre aumentos de limites de aplicações das agências de outros Estados, na Bahia pareciam todas estacionárias, trabalhando várias delas com limites de dez milhões, em condições, portanto, francamente deficitárias. Itabuna e Ilhéus, manobrando uma safra de cacau no valor de mais de 3 bilhões de cruzeiros, não tinham juntas um limite de 100 milhões e tampouco trabalhavam no financiamento de entre-safra. Procurei melhorar-lhes os limites, consultando os respectivos gerentes, inclusive o desta Capital, onde as aplicações comerciais eram muito reduzidas, mas as solicitações de aumento foram muito moderadas. É bem verdade que as normas rígidas a que obedecem as aplicações do Banco do Brasil as tornam muito difíceis num Estado desprovido de instrumentos auxiliares do comércio, como *warrants*, conhecimentos de depósito, conhecimentos ferroviários etc., e que a ausência do Banco do Brasil é de algum modo compensada por facilidades que concede aos Bancos particulares em matéria de redesconto, redesconto especial, *swaps* e liquidação antecipada de repasses, medidas essas que consegui da sua Direção, anos antes de ter sido seu Presidente e com as quais vimos atendendo às necessidades do comércio exportador do Estado. Deve reconhecer-se, entretanto, que as solicitações de crédito na Bahia são de fato muito reduzidas, mesmo se comparadas com as dos Estados do Nordeste, de Pernambuco ao Ceará, cujos índices de progresso em nada se avantajam aos nossos.

Qual a razão ou quais as razões desse fato? Talvez elas se encontrem nas seguintes circunstâncias, próprias da economia baiana: 1º) o ritmo de crescimento das principais lavouras e da pecuária é lento e se realiza às custas das respectivas

poupanças, mesmo não aparentes, quando resultantes do trabalho individual; 2º) o movimento de exportação é atendido com recursos próprios das casas exportadoras e o financiamento dos Bancos particulares, com o apoio da Carteira de Redescontos do Banco do Brasil e mobilizando recursos de correspondentes no exterior; 3º) a indústria não apresenta índices de crescimento capazes de exigir aumentos vultosos de financiamento, custeados como foram os novos empreendimentos de maior vulto, como a fábrica de cimento Aratu, o Moinho do Salvador e a Sanbra, com recursos próprios, na sua quase totalidade.

Se as razões são realmente estas, uma nova questão se abre: por quê não assume ritmo mais acelerado o desenvolvimento industrial, hoje que dispomos de energia abundante, embora não barata, de vasto mercado de consumo, de um grande e sólido comércio distribuidor? Naturalmente não poderíamos pretender, de início, um desenvolvimento tão rápido quanto o dos Estados do Sul, sabido que ritmo de progresso segue as linhas de uma progressão geométrica, mas temos de convir que tarda a demarage, capaz, não-somente, de estabelecer o sentido do movimento industrial, como de criar, nos órgãos de financiamento federais, a consciência da existência de um novo setor a atender.

Tenho a impressão de que os principais fatores negativos da inércia industrial baiana consistem na falta de experiência industrial das suas classes capitalistas, na falta de gerentes com capacidade técnica e na falta de mão-de-obra, com relativa especialização. Por isso, como Ministro da Educação, atuei quanto pude junto à Universidade da Bahia, como junto à do Recife, cujas expansões estimulei por todos os modos ao meu alcance e de ambas as quais recebi o grau de Professor Honorário, para a criação de cursos técnicos voltados para as necessidades locais, agindo do mesmo modo junto ao SENAI e diretamente pela ampliação das Escolas Técnicas do Salvador e dos Estados do Nordeste. Por isso tenho-me batido pela ação pioneira da Chesf e da Petrobrás, criando condições vantajosas para o estabelecimento de novas indústrias e assim atraindo o interesse de indústrias do Sul e mesmo do estrangeiro, cujas iniciativas, fixando elementos com capacidade técnica e valorizando as vocações locais, cedo contagiarão as qualidades potenciais de iniciativa dos nossos capitalistas, possibilitando um surto de progresso industrial para o qual, como vimos, dispomos presentemente de todos os outros requisitos.

EQUACIONAMENTO DO PROBLEMA

A longa exposição que venho fazendo e da qual me penitencio mas, em verdade, não tinha como evitar, ante a complexidade do problema e a falta de estudos sistemáticos a respeito, permite-nos uma tentativa de equacionamento dos dados conhecidos, sobre os quais procurei despertar a vossa atenção e considerar que tratamento

eles deverão receber para que, do seu conjunto e das influências recíprocas que entre si exercerem, possa resultar aquilo que todos desejamos, – a recuperação e o progresso econômico da Bahia.

Viram os senhores como, pela desproporção entre a magnitude dos seus problemas e a estreita limitação dos seus recursos, bem como pelos prejuízos que lhe advêm da política econômica do Governo Federal, a solução dos grandes problemas baianos se encontra na dependência da atuação deste último e como vêm sendo descurados ou maltratados, salvo o breve período de recuperação do prestígio do Estado, no governo do Presidente Eurico Dutra. Sem nenhuma intenção de crítica pessoal ou de imiscuir-me nas atividades dos partidos políticos, das quais já há alguns anos não participo, mas apenas procurando assentar um fato do qual possa decorrer um raciocínio, tenho a impressão de que sem um entendimento das forças políticas do Estado, em torno da reivindicação de pontos básicos do seu interesse econômico e sem um procedimento político consequente (para usar da terminologia marxista) dessas forças, conforme tais reivindicações sejam ou não atendidas, muito difícil será retirar a Bahia da situação de inferioridade em que se encontra.

Bem sei como esse entendimento é difícil, pelas divisões e subdivisões das forças políticas, pelas rivalidades, incompatibilidades e susceptibilidades dos chefes, vice-chefes, secretários, homens de confiança, pelos conflitos, controvérsias, ambições, manobras de aproximação, rompimento e a reaproximação, nos três graus em que atuam os partidos políticos, – o estadual, o municipal e o federal. Tudo isso era matéria já estudada ao tempo em que se reuniu a Constituinte de 1945 e foi objeto de uma emenda de minha autoria, limitando a três o número dos partidos e corrigindo os efeitos perniciosos do sistema de voto proporcional absoluto. Infelizmente o trouxe-mouxe em que se votou, com dia certo, a Constituição, não permitiu que esse e outros assuntos importantes fossem considerados, de sorte que hoje somente podemos esperar o quase milagre que ousou preconizar de um estado de consciência coletiva que atue sobre os partidos, conjugado à existência de um governo isento e interessado, ou de outro quase milagre como seria um novo Presidente da República com o espírito verdadeiramente nacional que caracterizava o General Eurico Dutra.

De qualquer modo e admitindo que a Bahia venha a dispor de prestígio para influir na administração do Governo Federal e na sua política econômica, todo o esforço do seu governo, de sua representação e dos seus partidos deveria convergir para a vitória, entre outras, das seguintes reivindicações:

1º) reforma cambial, com a equivalência, ressalvados os índices normais nas operações de compra e venda, dos valores das divisas de exportação e importação. Extinguir-se-ia com isso a espoliação que vêm sofrendo os agricultores de cacau,

de fumo, de mandioca, de sisal e dos outros numerosos produtos que constituem a pauta de exportação do Estado. "O acréscimo do valor da exportação aumentaria as margens de poupança e se refletiria qualquer dos onze meses anteriores" e ainda reajustá-la de acordo com o "fator de potência", quando quatro meses antes, legislando para o Rio e São Paulo, estabeleciam como base da taxa o período de "quinze minutos registrados em cada mês"!

Para que os Srs. alunos desta Escola tenham uma idéia do que isso representa, considerem que a taxa de demanda de \$ 50,00 por mês por kW de demanda se aplica no sistema baiano durante todo o ano, mesmo nas indústrias sazonais ou cíclicas, como, por exemplo, das mais sugestivas, as usinas de açúcar. Assim uma usina que utilize, no ponto mais alto de consumo, durante os seis meses de safra, 300 kW, pagará durante a entre-safra, Cr\$ 15.000,00 mensais de taxa de demanda, quando em São Paulo nada pagaria!

Não é, assim, de admirar, que, enquanto sobra a energia de Paulo Afonso, várias usinas de açúcar baianas estejam montando geradores próprios, procurando reduzir os seus gastos de energia durante as safras, para diminuir a taxa de demanda na entre-safra⁹.

INDÚSTRIA PETROQUÍMICA E INDÚSTRIAS SUBSIDIÁRIAS

A pequena capacidade de produção da refinaria de Mataripe tem tornado até hoje desinteressante o estabelecimento em torno dela de indústrias baseadas no aproveitamento dos resíduos da destilação, a exemplo do que vem ocorrendo em Cubatão. Inaugurada que seja, entretanto, a sua ampliação para 37 mil barris diários, ao que deverá provavelmente seguir-se nova ampliação, nenhuma outra apresentará melhores condições para a organização de um parque de Indústrias petroquímicas, pelo menos enquanto a Bahia detiver o monopólio da produção de petróleo, assegurando a continuidade do funcionamento da destilaria, mesmo nos casos de agravamento da tensão internacional.

Já, levando em conta essa ampliação, mas projetada com uma versatilidade que lhe permitirá trabalhar também com o gás natural, como será preferível, ou com óleo combustível, encontra-se em fase de construção da maquinaria uma grande fábrica de fertilizantes nitrogenados, parte de cuja produção de uréia, ácido azótico e de amônia poderá servir de base à instalação de outras indústrias de interesse nacional. E embora a lentidão com que marcha a ampliação da refinaria, com a sua seção de óleos lubrificantes, haja feito a Bahia perder a oportunidade de fixar em

⁹ Reconhecendo o absurdo da situação, a companhia distribuidora manifesta-se disposta a abrir mão da taxa de demanda para as usinas de açúcar, no período de entre-safra.

seu território as primeiras instalações de enlatamento que as grandes companhias importadoras de lubrificantes se sentiram na necessidade de construir, em face da extraordinária agravação do imposto único sobre os produtos enlatados, ainda se poderá admitir a conveniência comercial de virem a ser montadas aqui indústrias de preparo dos vários tipos de óleo e do seu enlatamento, sobretudo se, aproveitando a excepcional qualidade do produto baiano, a seção de lubrificantes vier a utilizar toda a capacidade da destilaria, destinando ao mercado de exportação o que exceder ao consumo nacional.

CAPITAIS, FINANCIAMENTO E TÉCNICA

Vimos, no correr desta exposição, como se dissipou improdutivamente, por falta de oportunidade de aplicação, a poupança realizada no período áureo de prosperidade econômica da Bahia e como são reduzidas as suas margens atuais, confiscadas em grande parte pela política cambial da União. Não são mais favoráveis as condições de financiamento, mesmo a prazo médio, para as iniciativas de natureza industrial. Com os Bancos particulares não podemos contar senão em proporções muito reduzidas. Embora a Bahia seja apenas uma vítima e não um fator do processo inflacionário que domina o País, é tratada pelas autoridades monetárias, no que se refere à aplicação das medidas supostamente de correção do excesso de meios de pagamento, em igualdade com os grandes focos inflacionários do Sul. Ao ser criado o Conselho da Sumoc, foi-lhe dado o poder de exigir o recolhimento obrigatório, pelos bancos de 1 a 7%, dos seus depósitos a prazo e de 2 a 14%, dos depósitos à vista, podendo essas taxas variar de região a região. A medida visava, evidentemente, a corrigir o excesso de meios de pagamentos, não só no seu aspecto global como nos regionais, mas o espírito de comodismo que prevalece na administração pública logo a transformou num processo de aumentar as disponibilidades do Banco do Brasil, a serviço do Tesouro, unificando as taxas de recolhimento em todo o País, na base de 3 e 4%, e assim as mantendo, mesmo quando os Estados do Norte, debatendo-se nas mais graves crises climáticas, como a seca de 1951 a 1953, com os depósitos bancários em queda violenta, eram ainda obrigados a recolher à Sumoc, sem juros, o dinheiro que lhes voltava, sob a forma de redesconto, a 6% ou de títulos descontados a 8 e 9%.

Ao enfrentar a necessidade da redução de meios de pagamento, na Instrução 108 da Sumoc, obrigando o recolhimento em caixa especial de 50% do aumento de depósitos, o Ministro Gudín considerou a situação desigual dos Estados subdesenvolvidos, para os quais a taxa foi estabelecida em 30%, ficando, com razão, a Bahia no grupo dos Estados mais prósperos, atenta a grande valorização de que gozava o cacau naquele ano de 1954. Mas, revogada pelo Ministro Whitaker a Instrução 108, ao se restabelecerem imperfeitamente os seus princípios pela Instrução nº 135, não se levou em conta, apesar de todos os argumentos que apresentei na oportunidade, que a Bahia

atravessava uma fase de grave queda de depósitos, sendo o único Estado em que esse fenômeno ocorrera no período adotado como base, em virtude da paralisação da exportação de cacau. Assim a Bahia, cujos depósitos bancários haviam declinado no período base, foi equiparada aos Estados do Sul, onde eles haviam subido de 20%, e obrigada a recolher 37% da simples recuperação ocorrida, quando se reabriu em condições apenas melhores a exportação de cacau!

Pela lei das ondulações, alguma coisa do aumento dos meios de pagamento, que se processa nos Estados do Sul, chega até nós, refletindo-se em moderado aumento dos depósitos bancários. Desse aumento a SUMOC leva, entretanto, 40%, em dinheiro ou letras do Tesouro, reforçando-se de qualquer maneira a caixa do Banco do Brasil, para aumentar as suas aplicações, sempre no Sul, pois as dificuldades que cercam a obtenção de um empréstimo na sua Carteira Industrial são praticamente insuperáveis para quem não se encontre em contato direto com a sua Direção. Do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico bastará dizer-se que, já tendo arrecadado na Bahia, até dezembro de 1956, 182 milhões do empréstimo compulsório de 15%, até hoje não foram concedidos os empréstimos para reaparelhamento da Leste Brasileiro, da Navegação Baiana e da Estrada de Ferro de Nazaré, apenas sendo deferido, mas em condições dificilmente aceitáveis, o de 120 milhões para a usina de Nitrogênio. O Instituto de Fomento Econômico do Estado, em processo de transformação em Banco, dispondo, sobretudo, como recursos, de depósitos do Governo com destinação orçamentária, é forçado a aplicá-los a prazo curto, em operações tipicamente comerciais. Restava-nos a esperança do Banco do Nordeste. Mas este também, para não fugir à regra, assim distribuiu as suas aplicações proporcionalmente aos depósitos regionais, segundo quadro singelamente inserto no relatório das suas atividades em 1956:

Quadro 1 – Distribuição das aplicações aos depósitos regionais	
Estado	%
Bahia	134
Ceará	166
Rio Grande do Norte	373
Pernambuco	374
Sergipe	403
Alagoas	406
Piauí	431
Paraíba	612
MINAS GERAIS (et pour cause)	1.344
Fonte: Banco do Nordeste (1956).	

O interesse da Bahia na reforma cambial coincide com o de todos os exportadores do País e, na ordem política, com o dos Estados de S. Paulo, Paraná, Espírito Santo, Minas, Santa Catarina, Mato Grosso, Amazonas, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte

e Paraíba. Na realidade, a manutenção do atual regime de câmbio só beneficia as finanças do Governo Federal, pois os próprios importadores estão hoje sujeitos a condições provavelmente, mais gravosas do que as que resultariam da aquisição honesta das letras de exportação. É visto e comprovado que o regime atual jamais conduzirá ao saneamento das finanças federais, nem mesmo, provavelmente, com a sobrecarga das novas tarifas que se projetam, só nos resta o caminho de desafiar a nossa própria capacidade, regressando aos processos normais de saneamento, como realizaram, entre outros países, a Bélgica, a Inglaterra, a Itália, a Alemanha.

2º) atuação da Cia. Hidro-Elétrica do S. Francisco no sentido dos interesses do Estado, coincidentes com os de todo o Nordeste, exercendo uma ação pioneira, pelo fornecimento de energia barata, que atraía os consumidores, sobretudo indústrias e facilitando os fornecimentos diretos. O fornecimento, por exemplo, de energia a 10,7 centavos nos bornes de Paulo Afonso, como está sendo agora oferecido à Kayser para a sua projetada indústria de alumínio, não deixaria de atrair provavelmente grande número de iniciativas, capazes de, em prazo relativamente curto, absorverem os 20 mil kW pretendidos por aquela empresa. Quanto à diminuição dos lucros, até que esse resultado fosse atingido, ela em nada prejudicaria os acionistas, entre os quais me encontro, que até hoje nenhum dividendo receberam e, na realidade, não entraram para o empreendimento, visando-os de imediato.

3º) atuação da Petrobrás, levando em consideração os interesses da Bahia, cujas reservas de óleo constituem o seu mais valioso patrimônio. Ao ser encaminhado à Câmara, pelo falecido Presidente Getúlio Vargas, o projeto de organização da Petrobrás, o Governador do Estado, Dr. Regis Pacheco, convocou-me, como a outros elementos das classes produtoras e representantes de todos os partidos, para que lhe sugeríssemos as reivindicações a serem defendidas pela Bahia, prevalecendo a minha sugestão de que, além de um royalty pela produção do óleo bruto, o Estado pleiteasse a transferência para o seu domínio da pequena destilaria de Mataripe e apoio do Banco do Desenvolvimento para que pudesse ampliá-la e desenvolvê-la. Infelizmente a paixão nacionalista ultrapassou as metas visadas pelo Presidente Vargas e resultou no monopólio estatal, apenas se salvando para a Bahia o pequeno royalty de 5% sobre o valor do óleo, obtido pelo Deputado Lafayette Coutinho, muito embora os interesses particulares dos proprietários das refinarias de Capuava, Manguinhos, Rio Grande e Manaus fossem amparados e pudessem florescer à vontade, à sombra do monopólio.

Não sei se ainda será tempo de reexaminar os interesses da Bahia e dos proprietários das terras onde se vem encontrando o óleo, à luz do § 19 do Art. 153 da Constituição. Enquanto se mantiver, entretanto, a situação atual, é do maior

interesse que se reveja o valor do royalty atribuído ao Estado e municípios produtores, na base, por exemplo, do concedido ao município de Santa Cruz, na zona da concessão brasileira da Bolívia, que é de 14%; que se fixem os preços dos derivados de petróleo na Bahia, atendendo ao menor coeficiente de despesas de transporte do óleo, como procedem as refinarias locais nos Estados Unidos, em vez de tomar por base as despesas do produto importado, o que não tem razão de ser, para os produtos de Mataripe: que se acelerem as obras de ampliação da refinaria de Mataripe: e novas ampliações se realizem, até onde autorizar a produtividade dos campos petrolíferos baianos; que se abra à iniciativa particular o aproveitamento dos gases residuais da refinaria ampliada, publicando-se de logo os dados a respeito; que se facilite o uso do gás natural em Itaparica, em Aratu e em Mata, ou se apresentem as razões convincentes que o desaconselham; que se termine de qualquer modo com a queima do gás nos poços surgentes de Mata, Pojuca e Catu, ou se indenizem o Estado e os municípios das suas cotas no valor do gás queimado e do prejuízo que para eles representa a falta do seu aproveitamento industrial; que a Petrobrás assuma a responsabilidade da conservação e melhoramento das estradas e pontes de atracação do Recôncavo, das quais é a maior usuária e que arruína com os seus veículos e embarcações de grande peso!¹⁰: que, finalmente, trate com mais humanidade os pobres roceiros cujas pequenas propriedades são muitas vezes arrasadas pelas máquinas das suas turmas de geofísica.

4º) atuação da Cia. do Vale do S. Francisco, no sentido da realização dos grandes projetos de irrigação planejados para os vales do rio Grande e do Corrente, conclusão da usina elétrica de Correntina e organização da navegação do S. Francisco. Na Assembléia Nacional Constituinte de 1945 foram apresentadas duas emendas relativas ao S. Francisco, uma do Deputado Manuel Novais mandando organizar um plano, para ser executado em 20 anos, visando ao seu desenvolvimento econômico, outra, de minha autoria, mandando aplicar, com o mesmo fim, 1% da renda tributária da União. Fundidas em uma só, na fase da redação final, essas duas emendas constituíram o Art. 29 das Disposições Transitórias, em cumprimento do qual foi criada, no governo do Presidente Dutra, a Comissão do Vale do S. Francisco.

A cota de 1% da receita tributária, que rendeu no primeiro ano cerca de cem milhões de cruzeiros, marcha atualmente para um bilhão. Com os recursos por ela fornecidos e executando um plano de emergência, pude, quando Ministro, extinguir praticamente a malária em todo o vale, combater o tracoma, construir uma rede de hospitais e prédios escolares, iniciar o hotel e o hospital de Paulo Afonso,

¹⁰ Posteriormente foi iniciada a construção de estradas pavimentadas na zona petrolífera custeadas, em partes iguais pelo Estado e a Petrobrás.

ao mesmo tempo em que outras obras eram realizadas por vários Ministérios. Foram programadas em larga escala, pela Comissão, obras de irrigação nos municípios de Barreiras e Santa Maria e iniciada a usina elétrica de Correntina.

No Governo atual, entretanto, e quando já transcorreu mais de metade do prazo constitucional, esses grandes projetos, da maior importância para a Bahia, foram postos em ponto morto, transferindo-se a prioridade para a barragem de Três Marias, sem nenhuma dúvida de grande interesse para todo o vale, pelas facilidades que criará para a navegação e aumento do potencial de Paulo Afonso, mas cujo interesse também regional para o Estado de Minas Gerais deveria ser contrabalançado pela realização do programa de interesse baiano.

5º) restauração e reequipamento da Leste-Brasileiro, Rede circulatória do Estado, escoadouro das suas principais zonas de produção de cereais, de mamona e de minérios, a precariedade dos serviços da Viação Ferroviária Leste Brasileiro exige uma atuação positiva do Governo Federal na restauração das suas linhas, na construção de variantes imprescindíveis à regularização do tráfego, na conclusão das suas oficinas, no fornecimento de material rodante, especialmente de tração, na articulação dos seus ramais entre si e com as estradas de Nazaré e de Ilhéus, encampando por preço justo a primeira delas, na conclusão da estrada de minério, pelo vale do rio de Contas, entre Contendas, no ramal do centro, e o pôrto a ser construído na baía de Marauá.

6º) conclusão da estrada de rodagem Bahia-Feira, melhoramentos e pavimentação da BR 3 e da BR 5 (ligações com o Rio e com o Norte pelo interior e pela costa).¹¹ Nenhum espetáculo mais deprimente, que os senhores poderão testemunhar tomando um automóvel e indo a Feira de Santana ou Alagoinhas, do que o estado dessas estradas federais, transformadas, nesta época do inverno, em extensos lamaçais, onde se atolam os caminhões, formando às vezes filas de mais de uma centena deles, sobretudo no trecho de massapé entre S. Sebastião e a subida de Lapa.

7º) melhoramento das condições portuárias e da navegação de cabotagem ou auxílio à Cia. de Navegação Bahiana para que possa manter uma linha de cargueiros entre Recife e Porto Alegre, evitando o prejuízo do transporte de mercadorias por caminhões entre portos distantes.

8º) medidas de política financeira, através da Sumoc, do Banco do Brasil, do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico, do Banco do Nordeste, dos Institutos

11 Posteriormente, foi retomada, pelo D.N.E.R., a construção e pavimentação da Bahia-Feira e iniciada a retificação da BR-5.

de Aposentadoria e do Instituto do Açúcar e do Alcool que coíbam a drenagem dos recursos da Bahia para fora do Estado, e ao contrário, promovam uma melhor irrigação da sua vida econômica.

9º) incentivação do combate à tuberculose e às endemias rurais, notadamente a esquistossomose, às outras verminoses, à moléstia de Chagas, ao tracoma e à boubá, de vez que a malária e a febre amarela continuam controladas.

10º) suplementação da ação educativa do Estado, no campo do ensino primário pela construção de prédios escolares e manutenção de cursos de adultos, inclusive de formação de capatazes, junto à Escola de Agronomia, no setor de ensino médio pela ampliação dos cursos profissionais do Ministério e do Senai e pela construção do Colégio Militar, no setor universitário pelo desenvolvimento dos cursos técnicos, sobretudo os de Agronomia e os de Petróleo de Geologia, de Química, de Mecânica, de Eletrotécnica e outros que interessam ao início de um movimento industrial.

Não vamos repousar, entretanto, apenas no zelo do Governo Federal pelos problemas baianos, embora em nada hajam excedido as reivindicações que alinhei ao simples cumprimento dos deveres institucionais da União. Também à Bahia e aos seus filhos incumbe fazerem por si, correspondendo com esforço próprio ao interesse da União pelo seu progresso ou, enquanto ele não se manifesta, remando, mesmo contra a maré, para sair do passo difícil em que se encontram.

Nesse particular, o esforço do Governo e dos elementos de iniciativa poderia realizar-se nos seguintes setores:

1. estímulo à maior produtividade das plantações de cacau, sobretudo pelo combate às pragas, adubação e métodos de cultura apropriados, bem como melhor preparo do produto, com o objetivo de valorizá-lo;
2. estímulo às lavouras do fumo e da mandioca, sobretudo pela melhoria das condições sociais do lavrador, dando-lhe acesso à propriedade da terra, incentivando-lhe hábitos mais aperfeiçoados de cultura e facilitando-lhe a obtenção de adubos e elementos de trabalho;
3. estímulo à maior produtividade da lavoura de mamona, sobretudo pela distribuição de sementes de alto rendimento; .
4. recuperação da lavoura de algodão com a distribuição de sementes selecionadas;
5. estímulo às plantações de serigueira e de dendê, na região sul do Estado, inclusive estabelecendo um plano de colonização para as terras devolutas apropriadas;

6. estímulo às lavouras de cereais, pela criação de uma rede de silos e financiamento da produção;
7. estímulo às plantações de coco e de sisal na orla marítima e no interior do nordeste do Estado;
8. estímulo às lavouras de frutas e hortaliças e criações de aves para abastecimento da capital e campos da Petrobrás, nos municípios do Recôncavo;
9. estabelecimento de matadouros frigoríficos, como projetados pela Fundagro, com o objetivo de melhor aproveitamento das safras de gado bovino do sertão médio e do alto sudoeste;
10. atração de iniciativas industriais de elementos experimentados dos Estados do Sul e do estrangeiro, como sucedeu com a fábrica de Cimento Aratu, o Moinho do Salvador, a Sanbra, a Nitrogênio, a concentração e redução do minério de chumbo da Prest-o-Lite, facilitando-lhes, bem como aos baianos em condições, a instalação de indústrias novas, cujo sucesso atrairá novas indústrias, conduzindo à criação de um parque industrial capaz de realizar o equilíbrio da economia baiana.

Sr. Brigadeiro, Srs. Oficiais e Srs. Alunos da Escola Superior de Guerra: A análise do problema econômico da Bahia que, com lealdade e sinceridade, procurei realizar, não comporta, como viram os senhores, opiniões dogmáticas ou atitudes preconcebidas. As observações que externei, as opiniões que emiti, representam o produto de uma vida que já se vai fazendo longa e toda ela dividida, no estilo do sábio Montaigne, entre a ação, o estudo e a meditação. Houvesse-me sobrado tempo e como gostaria de sentar-me com os senhores, integrando um grupo de trabalho, para revê-las todas; pesando cada uma, procurando encontrar os seus possíveis erros, até que chegássemos a uma aproximação satisfatória da verdade! Nada disso sendo possível e não me tendo cabido, já por duas vezes, em vez do prazer de ser vosso companheiro, senão a honra de ser vosso informante, resta-me a satisfação de haver podido confiar o meu pensamento a um dos mais altos cenáculos de que, com justa ufania se orgulha o nosso País, tanto pelo esforço honesto que realizais como pelo patriotismo que vos inspira. Possa esta oportunidade que me foi concedida, de instruir-vos sobre o problema econômico da Bahia, resultar em benefícios para o meu Estado e o nosso País.

DEBATES

HUGO DE CASTRO, Representante do Ceará: A minha pergunta relaciona-se ao caso do Pôrto de Salvador. Segundo li numa Revista de Economia, ou alhures, existe aqui uma Companhia de Docas, uma Companhia francesa, que tem uma concessão verdadeiramente escandalosa. Não quero ferir ninguém, mas li que essa concessão se prolonga, ainda, por cerca de 50 anos, de tal maneira que

qualquer mercadoria a ser importada ou exportada será fortemente taxada, com os royalties creditados a essa Companhia, não só no Pôrto de Salvador, como também em todo o Recôncavo da Bahia. Assim, penso eu, se mais tarde vier, esporadicamente, como cearense, me estabelecer com qualquer pequeno negócio aqui no Recôncavo da Bahia, ou fizer – por exemplo – um pequeno trapiche, no Recôncavo, serei obrigado a pagar uma taxa à tal Companhia. Ora, no momento em que estamos vendo pela imprensa que nossos políticos desejam renunciar á um tratado em que, com reais sacrifícios, o Brasil gastou uma importância de grande valia para todos nós, que poderia ter sido empregada em outras coisas, não fora os altos interesses internacionais, eu consulto a V. Exa. se, a par de outras denúncias de tratados, de contratos, não seria possível estudar-se uma possibilidade de defesa do comércio e da indústria, da economia baiana, e se denunciar, ou se conseguir um meio conciliatório, um meio intermediário, um meio que não fosse tão lesivo aos interesses do Estado, como a continuação desta concessão, que só faz beneficiar à pessoa que reside folgadoamente em Paris.

MINISTRO CLEMENTE MARIANI: Esclareço ao senhor. Não posso citar com exatidão a data, mas, provavelmente, entre 1908 e 1910, quando Ministro da Viação o Dr. José Joaquim Seabra, foi concedida ao grupo Lafont, a que o Sr. se referiu, a construção e exploração do Pôrto da Bahia, como o arrendamento da Estrada de Ferro Leste Brasileiro. Naquele momento havia um grande interesse, no País, pela construção de portos, e como o capital nacional era escasso, recorreu-se, geralmente, ao regime de concessão a grupos estrangeiros. A inexperiência brasileira, neste assunto, era quase total e dela se beneficiaram os concessionários dos vários portos, como o de Santos, o do Rio de Janeiro, o do Pará e tantos outros. Na Bahia o grupo Lafont instalou-se nos moldes das grandes empresas colonizadoras francesas, com o pôrto, a estrada de ferro e a “Regie dès Tabacs”, que disputava com os comerciantes e industriais alemães a produção do fumo, a esse tempo tão importante quanto a do cacau. Com as dificuldades surgidas para o grupo em consequência da Guerra de 14, as suas empresas na Bahia entraram em declínio, o “Regie” acabou retirando-se do mercado, o arrendamento da estrada de ferro foi rescindido pelo Governo Provisório oriundo da Revolução de 30 e apenas permanece a Companhia Cessionária do Pôrto, cujo privilégio se estende realmente a todo o Recôncavo e é encarregada também da venda dos terrenos resultantes do aterro. Em três oportunidades, que me recorde no momento, a Companhia Cessionária reivindicou o seu privilégio com relação aos portos do Recôncavo: ao ser construído o porto de S. Roque, para servir à Estrada de Ferro de Nazaré, ao ser construído o pôrto particular da fábrica de cimento Aratu e ao começarem recentemente os embarques de petróleo em Madre Deus. Em todos os três casos, a Cessionária não realizou o menor serviço, mas pretendeu receber as taxas integrais e, pelo menos nos dois últimos, acabou fazendo acordos pelos quais

passou a receber taxas mais reduzidas. Aí é que me parece estar o problema. Não tenho presente os termos da concessão, mas parece-me que não devem fugir aos de um contrato bilateral, com direitos e obrigações correspondentes. Na terminologia do nosso direito público, "taxas" correspondem a serviços prestados e se a Companhia pretende auferi-las na zona do seu privilégio, deverá organizar-se para prestá-los e não deixar os encargos com os usuários, auferindo rendas que não correspondem a uma ampliação de suas atividades. Assim está procedendo agora mesmo a Cia. Docas de Santos, com a construção de um porto completo para atender à refinaria de Cubatão, dentro da área do seu privilégio. Parece-me, entretanto, que o mesmo não se passa com relação à *terminal* da Petrobrás na ilha de Madre Deus, por onde se processa a exportação do óleo dos campos do Recôncavo, pretendendo a Companhia baiana receber as taxas portuárias, sem ter realizado nenhum serviço local, ao que tem resistido a Petrobrás que, se não me engano, não as está pagando integralmente.

MINISTRO CLEMENTE MARIANI: Quanto às observações do representante cearense sobre a forte taxação, em benefício da Companhia Cessionária das mercadorias que transitam pelo porto de Salvador, espécie de Castelo Feudal, onde se cobram tributos sobre toda a produção do Estado, na realidade, as taxas do Porto da Bahia, embora exageradas, são decorrência do seu pequeno movimento, não excedente, antes da exportação da Petrobrás, de cerca de 750 mil toneladas globais de exportação e importação. Com a exportação direta do cacau pelo porto de Ilhéus, a sua decadência chegou ao ponto de tornar-se, em movimento, inferior ao porto de Belém do Pará, situando-se no oitavo lugar, entre os portos brasileiros. Ora, estando ele no regime de exploração por uma companhia particular, sem subvenção do Governo Federal e devendo retirar das taxas cobradas o suficiente para cobrir as suas despesas e assegurar uma renda ao capital reconhecido, não há como evitar que essas taxas sejam elevadas. Se o pôrto da Bahia gozasse de um regime como o do Porto do Rio de Janeiro, recebendo grandes subvenções do Governo Federal, naturalmente poderia ter taxas muito mais baixas. Então, os encargos da exportação baiana seriam distribuídos por toda a Nação, como sucede com outros portos subvencionados. Mas para isso, infelizmente, nos falta prestígio político ou influência demagógica. Voltando ao assunto da área de privilégios, acho que seria, realmente, matéria para estudo. É um direito incorporado ao patrimônio da Companhia, mas ao qual deve, necessariamente, corresponder uma obrigação, possibilitando um entendimento e modificações no contrato de concessão, que o atualizem, liberando as novas atividades que vão surgindo na orla do Recôncavo e não podiam realmente ser previstas na época da concessão, da obrigação de pagar taxas sem receber serviços, o que importa, em última análise, em pagar impostos a uma entidade particular. Mas aí entra

o problema a que me referi da insensibilidade e inércia das autoridades federais relativamente aos interesses baianos.

XAVIER DE ARAÚJO, Representante do Instituto Nacional de Imigração e Colonização: Em face do mercado comum europeu, que programa grandes investimentos no Continente Africano, qual a idéia que os baianos têm com referência ao desenvolvimento da África, tendo em vista o cacau?

MINISTRO CLEMENTE MARIANI: No plano de desenvolvimento da nossa palestra, eu havia justamente me proposto a apontar, como um dos fatores adversos ao desenvolvimento agrícola da Bahia, a constituição do mercado europeu. Entretanto, como essa parte foi feita de improviso, passei sobre ela sem me aperceber. Mas, realmente, o assunto preocupa profundamente os baianos, que consideram a importância para a economia do Estado da nossa lavoura de cacau. O senhor sabe muito bem que a Bahia, produzindo 95% da produção de cacau do Brasil, perfaz cerca de 20% da produção mundial de cacau, mas antes mesmo da constituição do mercado europeu, o avanço da produção da África, em matéria de cacau, vem sendo muito violento. Já não falo da Costa do Ouro, porque a Costa do Ouro, tendo atingido, num determinado momento, índices enormes, metade ou mais de metade da produção mundial de cacau, teve, em seguida, suas plantações muito dizimadas pelas pragas e a sua recuperação não se apresenta com caráter assustador. No momento, a nossa maior ameaça está nas Colonias vizinhas da Nigéria e da África Equatorial Francesa, cujo aumento de produção, susceptível de ser muito incentivado pelo mercado comum, já representa uma das causas do desequilíbrio, não muito violento, entre a oferta e a procura, mas, no entanto, suficiente para que o mercado comprador, monopolizado por meia dúzia de firmas dos Estados Unidos, atue com plena liberdade e desembaraço, reduzindo os nossos preços até o limite extremo da resistência que eles consideram que nós sejamos capazes de opor às suas especulações. É esta uma das razões pelas quais preconizo que, em face da política cambial da União, é mais interessante para o desenvolvimento agrícola da Bahia que ela se volte para a produção de gêneros destinados ao seu próprio abastecimento ou ao abastecimento de indústrias localizadas no Sul, como por exemplo, a borracha, do que insistir, conscientemente, no aumento da produção de cacau.

PERGUNTA COM REFERÊNCIA À MORTALIDADE INFANTIL (autor não identificado, porque não usou o microfone): O seu intuito era indagar até onde contribuíam a mortalidade infantil para o baixo índice de crescimento demográfico da Bahia?

MINISTRO CLEMENTE MARIANI: Realmente a mortalidade infantil sempre foi e continua sendo, embora de maneira relativamente atenuada, um dos fatores

responsáveis pelo reduzido crescimento da população baiana. Quando assumi o Ministério da Educação e Saúde, àquele tempo reunido, o problema da mortalidade infantil era simplesmente clamoroso. Lançando em grande assembléia, sob o patrocínio do Presidente Dutra, a Campanha Nacional da Criança, para a qual convoquei toda a Nação e que ainda hoje se realiza anualmente na Capital da República, pude sem exagero asseverar que, em cada minuto, morria, sobretudo por abandono, uma criança no Brasil. Eram cerca de 500 mil mortos antes de um ano de idade, para um milhão e meio de nascidos. O Departamento Nacional da Criança não dispunha de verba a não ser para pagar o pessoal, mas de 50 médicos comprimindo-se numa maternidade de 12 leitos. Por todo o País, incompletos, depredados, transformados em chiqueiro de cabras, como a Maternidade de 80 leitos de Colatina, no Espírito Santo, espalhavam-se cerca de 200 postos de puericultura e maternidades, fruto da Campanha da Redenção da Criança lançada pelos Diários Associados. Na Bahia não era melhor a situação. Na Capital, graças à dedicação dos dirigentes da Liga contra a Mortalidade Infantil, fundada por Martagão Gesteira, mantinha-se um pequeno serviço modelar, porém de reduzido raio de ação, enquanto no interior do Estado a assistência infantil era praticamente nula. Fora aliás aquele pequeno serviço modelar a que me referi, que, impressionado favoravelmente o Presidente Getúlio Vargas, numa das suas visitas à Bahia, levou-o a promover a transferência do Professor Martagão Gesteira para a Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, encarregando-o de organizar o Instituto Nacional de Puericultura, cuja vida, entretanto, nos oito anos de Estado Novo que se seguiram à sua transferência, se limitou ao lançamento de várias pedras fundamentais. Foi ao próprio Professor Martagão Gesteira, meu antigo mestre e grande amigo, que recorri para comandar o esforço que empreendi no sentido de remediar aquela situação calamitosa. Apelando para a cooperação particular e subvencionando-a fortemente, conseguimos por em funcionamento os 200 postos da Campanha da Redenção da Criança e acrescentar a eles, em três anos, mais cerca de mil, que deixamos quase todos em funcionamento, cerca de 50 deles e algumas maternidades aqui na Bahia. Construímos novas instalações para o Instituto Fernandes Figueira, no Distrito Federal, iniciamos a construção do Instituto de Puericultura na Universidade do Brasil, obtivemos a cooperação do Fundo de Assistência à Infância (Unicef) da ONU e quando deixei o Ministério em 1950 os índices de mortalidade infantil se apresentavam em franco declínio. É bem verdade, e o **lastimo** sinceramente, que hoje, após o desaparecimento do Professor Martagão Gesteira, não se verifica o mesmo entusiasmo no trabalho de assistência à maternidade e à infância e que, sobretudo; já não se sente o mesmo interesse, da parte dos governos, em aproveitar e estimular o concurso das organizações particulares, que tão excelente resultado produzira na minha administração. Os cortes nas subvenções federais e estaduais, o atraso do seu pagamento, com a concentração dos recursos públicos em obras oficiais, as mudanças de critério,

às vezes por simpatia ou antipatia política, da Legião Brasileira de Assistência, têm feito estiolar-se obras verdadeiramente beneméritas, como, por exemplo, aqui na Bahia, a Pró-Matre e o Posto de Puericultura de Jequié. Mas, ainda assim, não acredito que os índices de mortalidade infantil no Estado sejam hoje superiores aos que encontrei em 1946, inclusive pela melhora resultante da extinção prática da malária e apesar de haverem, de certo modo, piorado, nesta Capital, as condições higiênicas, pelo aumento da população urbana, sem melhoria dos serviços públicos, resultando numa promiscuidade e facilidade na transmissão de moléstias, sobretudo nas áreas de "invasões" e "avenidas de caranguejos", versões baianas, embora atenuadas, das favelas cariocas. Assim, sem desprezar a contribuição da mortalidade infantil, para o reduzido crescimento da população baiana, quer parecer-me maior o efeito do êxodo dos elementos válidos das populações rurais à procura de melhores condições de vida, as mulheres nos empregos domésticos no Rio e em São Paulo, os homens nos trabalhos rudimentares da construção civil nessas duas grandes cidades, da pecuária no Norte de Minas ou da lavoura em São Paulo, no Paraná e no Espírito Santo. Quando a seca agrava as dificuldades de subsistência, esse êxodo se acentua e então ocorre aquêle fato friamente registrado na Mensagem inaugural do Presidente Getúlio Vargas em 1953 de haverem passado só pela Hospedaria de imigrantes de São Paulo, no ano de 1952, 250 mil nordestinos, dos quais 40% eram baianos. E não deixa de ser interessante verificar que parte desses emigrantes é substituída por imigrantes provindos de regiões do Nordeste ainda menos desenvolvidas, o que fortalece a interpretação de se deslocarem premidos pelas exigências mínimas de subsistência. A par dessa migração de elementos na fronteira da marginal idade, sofre a Bahia também uma constante sangria, menos importante quantitativamente, mas talvez ainda mais grave, dos elementos de nível superior de educação, médicos e engenheiros sobretudo, que, logo formados, se transportam para o Sul, atraídos por empregos públicos no Rio de Janeiro ou melhores oportunidades para o exercício das suas profissões em São Paulo. E ainda um outro tipo de migração se processa, a dos pequenos criadores das zonas de pecuária próximas à zona do cacau, cujas propriedades são adquiridas, nas épocas de valorização do cacau, pelos produtores desse gênero e vão adquirir fazendas menos valorizadas no norte de Minas Gerais e na região do Contestado com o Espírito Santo e até o vale do rio Doce. A migração, usada como corretivo das dificuldades oriundas do subdesenvolvimento, é, assim, no meu parecer, o grande fator da redução do ritmo de crescimento da população baiana, como aliás ocorre também em Pernambuco, em Minas Gerais e no Estado do Rio.

ENGº RUBENS, (da Associação Brasileira de Imprensa): Ultimamente um grupo de estudiosos da Escola Superior de Guerra apreciou as prováveis influências da constituição do mercado livre europeu sobre a economia brasileira. Estudamos

o café, o algodão, a madeira e também o cacau. Concluimos que se deveria recomendar o melhor financiamento da produção do cacau, o aperfeiçoamento dos métodos de produção do cacau e, em particular, os métodos de fermentação para diminuir a percentagem de cacau violeta, e, em terceiro lugar a melhoria dos transportes e embarques. Concluindo os nossos estudos, restou-nos, entretanto; uma dúvida e, baseado nessa dúvida, formularei minha pergunta: Quais são as verdadeiras razões que impedem a atracação de navios no Porto de Ilhéus? Se é devido ao açoreamento da foz do rio Cachoeira ou a interesses de armadores das alvarengas?

MINISTRO CLEMENTE MARIANI: O assunto tem sido objeto, como sempre, de interpretações que, às vezes, se afastam da realidade. No tempo em que a economia baiana era uma economia equilibrada, o Governo do Estado, através do processo então usado das concessões, conseguiu realizar a construção de uma estrada de ferro, a princípio chamada "Ilhéus à Conquista", e que, depois, ficou restrita à zona cacaeira. Essa Estrada pertencia a uma companhia inglesa, a "South Bahia Rail – way", se não me engano. Compreenderam, então, os administradores baianos dessa companhia como seria interessante disporem de um serviço portuário para processar o embarque do cacau transportado pela estrada e movimentar a exportação e importação que resultariam do desenvolvimento da zona e, com o auxílio dos próprios acionistas da "South Bahia Railway" e de capitalistas locais, organizaram uma companhia que obteve do Governo Federal a concessão do pôrto, construindo cais de saneamento e pontes de atracação, que possibilitaram um bom serviço de pequena cabotagem entre Ilhéus e Salvador, por onde se processava a exportação do cacau para o estrangeiro. Depois, entretanto, de certo tempo, com o desenvolvimento de Ilhéus, foi surgindo a ideia de se fazer a exportação direta, pelo porto de Ilhéus, mas a barra do rio Cachoeira – e como sabemos todas as barras dos nossos rios voltados para leste são sujeitas ao açoreamento, em consequência das correntes e dos ventos dominantes do leste – vivia permanentemente açoreada. Então, o Governo Federal mandou uma draga, para fazer a dragagem e permitir a entrada de navios de porte médio, que transportassem o cacau diretamente de Ilhéus. Essa draga começou o serviço. No meio, perdeu o tubo de sucção. Esse tubo ficou no fundo do mar. Tentaram retirá-lo, não conseguiram, e ele se tornou, então, elemento de maior açoreamento da entrada da barra. Esta situação tem permanecido durante anos e anos, não posso dizer bem há quantos, mas, talvez, como me auxilia o Sr. Fernando Corrêa Ribeiro, há algumas dezenas deles. Diante disso, os navios estrangeiros não puderam mais entrar na barra de Ilhéus e a exportação voltou a fazer-se pelo pôrto de Salvador. Como, entretanto, para isso, havia necessidade do transporte do cacau em barcas ou em pequenos navios, de Ilhéus para aqui serem embarcados, e as taxas do porto da Bahia eram elevadas, conforme já foi salientado, tornou-se

interessante economicamente a criação de um serviço de alvarengas, organizado pelos representantes de empresas de navegação de longo-curso, alvarengas essas que recebiam o cacau no antigo porto e o transportavam para o embarcar nos navios fundeados em alto-mar, passando esse serviço a se fazer normalmente. Assim se exporta cacau até hoje pelo porto de Ilhéus, usando alvarengas entre a terra e os navios. O preço regular por saca de cacau embarcada é atualmente mais ou menos de Cr\$ 21,00, e vem subindo, naturalmente, como tudo que não é subvencionado, mas ainda é menor do que o custo do transporte do cacau de Ilhéus para Bahia, seu transbordo e seu embarque no pôrto da Bahia. De maneira que o problema é, apenas, o desaçoreamento da barra, que é atribuição do Departamento Nacional de Portos e Navegação. No início do último Governo do Dr. Getúlio Vargas, quando era Diretor do Departamento dos Portos o Dr. Hildebrando Góes, que é, hoje, Deputado Federal pela Bahia, foi traçado um grande programa de desaçoreamento dos Portos. Realmente, ao fim de algum tempo, apareceu uma draga, que começou o serviço. Fê-lo, porém incompleto e os navios continuam sem poder entrar no porto de Ilhéus. Desde que seja possível a entrada da barra, os navios de longo-curso atracarão nas pontes, e o embarque se realizará em condições normais. Naturalmente não haverá interesse das companhias de alvarengas em que o porto seja desobstruído, porque o produtor não vai deixar de embarcar seu cacau num navio atracado no pôrto, para embarcá-lo mais caro, através do serviço de alvarengas. Mas não acredito na influência que os interesses particulares dessas empresas de alvarengagem estejam tendo na demora da solução do problema do porto de Ilhéus: Até ai não vai a minha crítica ao Governo Federal, de que interesses particulares desta ordem, com tão grandes sacrifícios dos interesses públicos, possam fazer com que o Departamento não cumpra seu dever de desobstruir a barra do porto de Ilhéus. O que vejo nisso é mais uma manifestação da ineficiência dos serviços federais, obrigando a economia baiana a se valer de expedientes como este, da alvarengagem.

BRIGADEIRO ALVES SÊCO: Qual a sua opinião sôbre a firma KAISER, o que ela deseja fazer e se apresenta reais vantagens, ou não.

MINISTRO CLEMENTE MARIANI: A pergunta de V. Exa., Sr. Brigadeiro, aborda uma questão sumamente delicada e recebo-a como uma demonstração do interesse com que a Escola Superior de Guerra acompanhou o debate público que tive oportunidade de sustentar com a Direção da Companhia Hidrelétrica do São Francisco, a propósito da pretendida usina de alumínio da Reynolds Metais Co. Acredito conhecerem V. Exa. e os Srs. alunos desta Escola as razões que me levaram a tomar aquela atitude. Durante anos, desde o Congresso de Teresópolis, em 1945, bati-me pelo aproveitamento de Paulo Afonso como único processo à vista de promover-se a industrialização da Bahia e do Nordeste, retirando-os da

situação de subdesenvolvimento em que se encontram. Eleito para a Constituinte Nacional de 1945, consegui fazer aprovar, visando, sobretudo, esse objetivo, a destinação de 1% da receita tributária da União à recuperação econômica do vale do São Francisco. Chamado a participar do Governo Constitucional do eminente Presidente Eurico Dutra, vi com regozijo S. Exa. dispor-se a enfrentar o problema da captação da energia de Paulo Afonso, decisão para a qual exerceram grande influência o Senador Apolônio Sales, o Ministro Daniel de Carvalho e o Dr. Pereira Lira, Chefe da sua Casa Civil. Surpreendido com a exclusão da Bahia, nos planos dos incorporadores da Chesf, da 1ª. etapa da distribuição de energia, consegui, juntamente com o Governador Mangabeira e o Deputado Juracy Magalhães, evitar esse desastre, graças à compreensão do Presidente Dutra. Bem avaliáveis, portanto, qual não foi o meu espanto, quando, afastado da atividade política, verifiquei, em princípio de 1952, que se procurava envolver o Presidente Getúlio Vargas, acenando-lhe com perspectivas inteiramente falaciosas, num plano de desvio de 200 mil kW da produção de energia de Paulo Afonso, cuja capacidade total, antes da regularização do rio, era de apenas 540 mil, a serem obtidos em três etapas, para a produção de cerca de 100 mil toneladas de alumínio, a serem exportadas, o que seria o mesmo que exportar a nossa energia condensada em lingotes de alumínio. Considerei do meu dever protestar. Fui contestado, reafirmei as minhas razões e parece que elas afinal calaram no espírito das autoridades responsáveis, porque o projeto da Reynolds foi arquivado. A posição por mim assumida foi expressa no seguinte trecho da entrevista inicial aos Diários Associados, conforme consta deste fascículo do qual enviei, na época, um certo número de exemplares à Escola Superior de Guerra (lê): "O problema do Leste e do Nordeste do Brasil, não é, realmente, o de exportar produtos em condições de concorrer nos mercados internacionais. Nesse particular, estamos fartos com o que sucede ao nosso cacau, ao nosso fumo, aos nossos couros e peles, às nossas fibras, aos nossos minérios, às cotas exportáveis do nosso açúcar, salvo nos momentos de tensão de guerra. Ainda o será menos, se essa exportação for realizada por uma companhia de capital estrangeiro, preocupada com a transferência de lucros e retorno do capital e que aqui somente deixará os salários, porque até a matéria-prima, – a bauxita, pretende importar das Guianas. O problema do Leste e do Nordeste é o de montar, com capitais relativamente reduzidos e a imensa mão-de-obra de que dispõe, indústrias de artigos de consumo corrente, que lhe permitam conservar na sua economia as somas imensas que presentemente empregam, adquirindo os produtos das indústrias do Sul, hoje menos protegidos pelos direitos de importação do que pelo sistema das licenças de importação e complicações regulamentares de toda a ordem. Não queremos disputar mercados internacionais. O que desejamos é concorrer nos mercados nacionais protegidos e sobretudo sairmos da situação colonial em que vimos sendo mantidos. Para isso necessitamos de energia. E energia hidrelétrica só quem nos pode fornecer

em quantidade substancial é Paulo Afonso. Quando se esgotar a capacidade de Paulo Afonso, ter-se-à esgotado a nossa capacidade de desenvolvimento industrial, a menos que outras fontes de energia, como o petróleo ou a atômica, hajam sido conseguidas”.

E adiante: “Paulo Afonso não está sendo construída para assegurar a remuneração do capital nela investido. O seu destino é suprir o deficit atual de energia dos Estados do Leste e Nordeste e atender ao progressivo desenvolvimento da região. Por isso se fez predominantemente com recursos do Governo Federal e dos Estados. Os particulares que para ela contribuíram fizeram-no apenas por patriotismo. A minha subscrição foi o tributo que paguei para que os meus filhos possam continuar a viver na Bahia, uma Bahia, cujos filhos possam desenvolver plenamente as suas capacidades, em vez de sofrerem limitações de toda espécie, como atualmente. Aos trusts internacionais não interessa saber quantos milhões de brasileiros, nesta geração e nas que a sucederem, apenas em Paulo Afonso encontrarão elemento para sair da miséria em que vegetam. Talvez considerem benemerência o terem proporcionado, às custas deles, uma melhoria de condições aos poucos milhares de operários que empregarem. O que lhes importa é usar em seu proveito as riquezas naturais em poder de povos que não as saibam utilizar.

Compreende-se, embora não se justifique, que assim seja com relação àquelas que eles próprios vão descobrir e desentranhar da terra, embora com isso já não tenham concordado nem o México nem o Irã. Jamais, entretanto, àquelas que libertamos pelo nosso esforço. Assim como entendemos conservar para nós o petróleo que descobrimos e, embora penosamente, vamos industrializando, não se compreende que vamos converter em alumínio, para uso nos mercados internacionais, uma vultosa parcela da limitada energia que estamos a captar em Paulo Afonso e cujo uso é imprescindível às populações que habitam o Leste e o Nordeste do Brasil. Impedi-lo é o dever de quantos detém a representação do povo dessa região. Mas, para evitar que os golpes se renovem, impõe-se a organização de planos de aproveitamento da energia, de modo a não deixar dúvidas de que, quando nos abalancamos a uma obra dessa magnitude, sabíamos e ainda sabemos, como fazê-la funcionar em nosso proveito”. Não considero necessário reproduzir aqui os argumentos então por mim utilizados e que a opinião pública de todo o País endossou, tanto assim que, procurando pô-la do seu lado, no programa em que baseou a campanha da sua candidatura, o atual Presidente Juscelino Kubitschek cautelosamente limitou-se a sugerir: “Podemos aproveitar parte da energia de Paulo Afonso para a construção de uma usina de alumínio, com capacidade de cerca de 20 mil toneladas, para abastecimento do mercado local”. Na sua mensagem inaugural da legislatura de 1956, reiterou o Sr. Presidente da República esse seu ponto de vista, o que me levou a escrever

no relatório do Banco da Bahia sobre o exercício anterior (lê): "Por isso mesmo constitui motivo de tranqüilidade para os que defendem os interesses da região por ela servida, o equacionamento, na mensagem Presidencial, do problema da instalação, com a sua energia, de uma usina de alumínio, ideia que já se vinha pretendendo fazer ressurgir com os mesmos aspectos envolventes com que fora apresentada ao Presidente Getúlio Vargas. Dentro dos limites agora apontados pelo Presidente da República (produção de 20 000 toneladas, para suprir o deficit do consumo interno e não 96 mil, como veculo de exportação a preço vil de uma energia preciosa), não há como contestar o cabimento da idéia. E não constando a existência de bauxita na região de influência de Usina, devendo ser transportada por mar, a Bahia, com as suas excelentes condições portuárias e disponibilidade de óleo e gás natural para o processo de redução, estará em condições dificilmente superáveis para ser o local mais favorável à instalação dessa indústria". Eis senão quando, na mensagem deste ano do Sr. Presidente da República, ao Congresso Nacional, o problema foi transportado para a construção de uma usina de alumínio destinado a exportação e, no relatório da Chesf, o assunto voltou a ser tratado, como no caso anterior da Reynolds, em termos da construção de uma usina para produção de alumínio de exportação, utilizando 235 mil kW da energia de Paulo Afonso. Como da vez anterior com o Presidente Getúlio Vargas, procurou-se comprometer com a ideia o Presidente Juscelino Kubitschek, obtendo a sua aprovação para o plano. Não se falou mais, em verdade, na abertura, com uma penada, da barra do São Francisco, da dragagem do rio e da construção de um pôrto com capacidade para movimentar quase um milhão de toneladas; não se acenou mais com a continuidade física da mineração a céu aberto (baseada no pressuposto de que "Deus é brasileiro, extração de alumina da bauxita, redução eletrolítica da alumina em alumínio e transformação do metal em lençóis, perfis e cabos para eletricidade). Deixou-se mesmo entender que a bauxita viria da Jamaica, cuja mineração foi visitada pelo Diretor Comercial da Chesf, infatigável patrono do projeto. Ainda assim conseguiu-se fazer evoluir o pensamento do Sr. Presidente da República daquela posição assumida pelo candidato da construção de uma usina de 20 mil toneladas, com aproveitamento de cerca de 50 mil kW para a instalação de uma fábrica sem limite de produção, "com o aproveitamento da energia produzida pela usina de Paulo Afonso", cuja limitação ficará ao critério da Chesf e da KAISER ALUMINUM & CHEMICAL CORPORATION. Recomendando às autoridades responsáveis pelo encaminhamento do assunto que lhe dediquem especial atenção, o Sr. Presidente da República expressou que assim o fazia "tendo em vista a importância do alumínio para o desenvolvimento nacional, o que me levou a incluí-la, destacadamente, nas Diretrizes Gerais do Plano de Desenvolvimento" Como vimos anteriormente, não foi bem assim. Tanto no seu programa de candidato, como na sua primeira mensagem, S. Exa. encarou a indústria de alumínio em termos de uma expansão moderada das fábricas de

Sorocaba e Ouro Preto e da construção de uma usina de porte médio com base em Paulo Afonso, com o objetivo de suprir o consumo interno.

A posição em que o coloca o seu despacho é diametralmente oposta, é a de permitir a produção de alumínio para exportação.¹² A Chesf, entretanto, procedeu com cautela. Enquanto mantinha os contatos com a KAYSER, visitando as suas fábricas e minerações e assegurando-lhe, para a hipótese de efetivação do projeto, energia a 10,7 centavos por kW nos bornes da estação geradora, encaminhou o assunto ao Conselho Nacional de Desenvolvimento, onde foi entregue a um grupo de estudo. Segundo me consta, uma das exigências apresentadas por êsse grupo é a de utilização pela KAYSER de bauxita nacional. E como nesse particular se confirmou inteiramente o que afirmei quanto à Reynolds, isto é – que a bauxita de Poços de Caldas não seria economicamente aproveitável e não se conheciam outras jazidas nacionais de importância, a Kayser tem estado com turmas de prospectores na região do Amapá, onde admite a sua existência, pela proximidade de jazidas nas Guianas, no que não tem sido até agora bem sucedida¹³. Não me parece, entretanto, que o problema se deva resolver em torno da bauxita, mas sim em torno da energia elétrica. Alumínio é, sem nenhuma dúvida, pelos processos atuais de sua produção e pelos custos da energia nas regiões industrializadas ou em via de industrialização, uma condensação da energia elétrica. Para fazer baixar a contribuição da energia a 20% do seu custo, as grandes companhias produtoras, nos Estados Unidos e no Canadá, viram-se na contingência, como observou o Presidente da Alcan, de se estabelecerem, cada vez mais, nos confins da civilização, ou, seja, onde não possam sofrer a concorrência de nenhuma outra atividade proposta a produzir utilidades que autorizem o pagamento de energia a preços mais aproximados dos correntes. A usina de Kitimat, quase no círculo polar, é o melhor exemplo dessa necessidade. Conseguem assim energia a dois e meio milésimos de dólar o kW, preço de que necessitam para poderem concorrer nos mercados internacionais. Compreendam bem os senhores. Teoricamente, pode-se obter energia abundante em qualquer lugar, desde que não haja objeção ao seu custo. Praticamente, pode-se obtê-la em lugares favoráveis, a custo razoável, susceptível de ser remunerado pela demanda atual ou potencial (como no caso de Paulo Afonso) para a produção de artigos valorizados. Excepcionalmente pode-se obtê-la a custo (ínfimo, porém em regiões onde nenhuma outra indústria, a não ser a de alumínio, teria interesse em se estabelecer. É o caso de Kitimat. A tendência da indústria de alumínio é, portanto, de se ir deslocando, como o disse, com propriedade, Mr. Du Bose, para esses confins da civilização. Seremos

12 Na mensagem de março de 1958, o Presidente Juscelino Kubitschek volta a encarar com prudência o problema da exportação de alumínio, assegurando que "os projetos definitivos" a esse respeito, estão condicionados à maior disponibilidade de energia elétrica, de avultada utilização naquela indústria."

13 Circula, em princípio de 1958, que os prospectores da Kayser, teriam encontrado bauxita em condições favoráveis, em região amazônica que não o Amapá.

nós, da Bahia, de Pernambuco, da Paraíba, de Alagoas, de Sergipe, um desses confins da civilização? E se o somos, devemos conformar-nos em continuar a sê-lo? Tomando por base o preço atual do dólar para os produtos industriais de exportação, ou, seja, 67 cruzeiros, os 2 e meio mils americanos representariam 16,75 centavos de cruzeiros por kW. Obtendo-os a 10,7 centavos a Kayser estará realizando sem dúvida um ótimo negócio, ainda mais se, como pretende, esse preço for reajustável na base do custo do dólar para o serviço das responsabilidades da Chesf no exterior, custo esse que, como sabem os senhores, é presentemente de 55 cruzeiros, enquanto, por outro lado, a tendência do dólar de exportação, no regime inflacionário em que vivemos, é para alta progressiva. Só na diferença entre os 10,7 centavos que pagará e os 16,75 que poderia pagar, estará ganhando, à razão de 235,00 kW, cerca de 125 milhões de cruzeiros por ano. A excelência do negócio torna-se ainda mais evidente quando se sabe que as indústrias aqui em Salvador estão pagando essa mesma energia a um cruzeiro e setenta centavos o kW, ou, seja, mesmo admitindo as despesas de transporte, porque outras seriam eliminadas se a Chesf resolvesse fornecer-lhes diretamente a energia, como faz nos outros Estados, cerca de 15 vezes mais cara. Admitindo que, na base de 10,7 centavos o kW, a energia venha a representar 20% do alumínio a ser produzido pela Kayser, essa percentagem subirá a 80%, se o preço da energia for estimado a um cruzeiro e setenta centavos e ainda a 60%, se esse preço for reduzido a um terço do atual. Ao vender o seu alumínio no Exterior, o Brasil estará, assim, na realidade, como disse, com toda a candura, ao Presidente Vargas, o Sr. Louis Reynolds, exportando seu excedente de energia hidráulica, que de outro modo, no seu entender, não seria aproveitada economicamente. O problema, portanto, cinge-se a esses dois termos: temos excedente de energia em Paulo Afonso? Inexistem outras oportunidades de aproveitá-la economicamente? O meu ponto de vista, afinal vitorioso no caso da Reynolds e que não vejo porque modificar, foi de que, se êsse excedente existe no momento, não é de tal magnitude que nos leve a comprometê-lo em indústrias de menor interesse, em vez de reservá-lo para atender às necessidades futuras da região. Temos agora, é bem verdade, perspectivas mais seguras da contribuição de Três Marias para a regularização do rio e aumento do potencial de Paulo Afonso. Essa contribuição, entretanto, tal como previ há seis anos, divergindo do otimismo da Direção da Chesf, não se tornará efetiva, na melhor hipótese, senão por volta de 1965. Até lá contaremos apenas com os 540 mil kW do potencial atual de Paulo Afonso, a serem acrescidos com os 120 mil decorrentes da entrada em serviço de Três Marias. Mas, segundo a estimativa do Cel. Berenhauser, no debate que sustentamos sobre o projeto da Reynolds, por volta de 1970 o Nordeste estará consumindo os 540 mil kW da produção do rio não regularizado. Restar-lhe-á assim apenas a reserva dos 180 mil kW da contribuição de Três Marias, inferior à cota de fornecimento pretendida pela Kayser. Não acho, como disse naquela ocasião, que devamos

encarar esse problema em termos de uma vida humana, mas dos destinos de uma região que não tem outras fontes de energia hidrelétrica e cujas possibilidades de sua utilização econômica, sobretudo se reduzidas as tarifas e facilitada a distribuição, crescem dia a dia, ao contrário do que imaginava Mr. Reynolds¹⁴. É bem verdade que existem as possibilidades, não devidamente estudadas, da cachoeira de Itaparica e do canion a jusante de Paulo Afonso. Pois que a Kayser as aproveite, nas condições atuais do custo do aproveitamento, sem esbulhar os consumidores da região das vantagens do custo histórico de Paulo Afonso, para as quais não contribuiu, enquanto se beneficiará com o valor crescente do dólar de exportação. Mal não haverá, mesmo, em que, durante o prazo de realização das obras desse aproveitamento, Paulo Afonso lhe antecipe, por conta das suas disponibilidades, as cotas de energia de que frir necessitando. O que não posso conceber é, como disse no caso da Reynolds, que se admita a pretensão, de quem quer que seja, de atravessar-se, como paraquedista, na utilização de uma energia para cuja captação não contribuiu e que tem um destino estabelecido, e que destino! – o de elevar o padrão de vida de 12 milhões de seres humanos e fortalecer os laços federativos da União!

Referências

ABREU, Capistrano de. *Diálogos das grandezas do Brasil*. Salvador: Progresso, 1956.

ACCIOLI, Inácio. *Memórias históricas e políticas da província da Bahia*. Salvador: Typ. do Correio Mercantil, 1835.

BRASIL. Presidente (1956-1961: Juscelino Kubitschek). *Mensagem ao Congresso Nacional remetida pelo Presidente da República na abertura da sessão legislativa de 1958*. Rio de Janeiro: Presidência da República, 1958.

LIMA, Oliveira. *Dom João VI no Brasil: 1808-1821*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1945.

MARQUES, Xavier. *Ensaio histórico sobre a Independência*. 2. ed. São Paulo: IBRASA; Brasília: INL, 1977.

MARTINS, Joaquim Pedro de Oliveira. *O Brasil e as colônias portuguesas*. Lisboa: Bertrand, 1880.

SIMONSEN, Roberto C. *História econômica do Brasil: 1500-1820*. 4. ed. Brasília: Senado Federal, 2005.

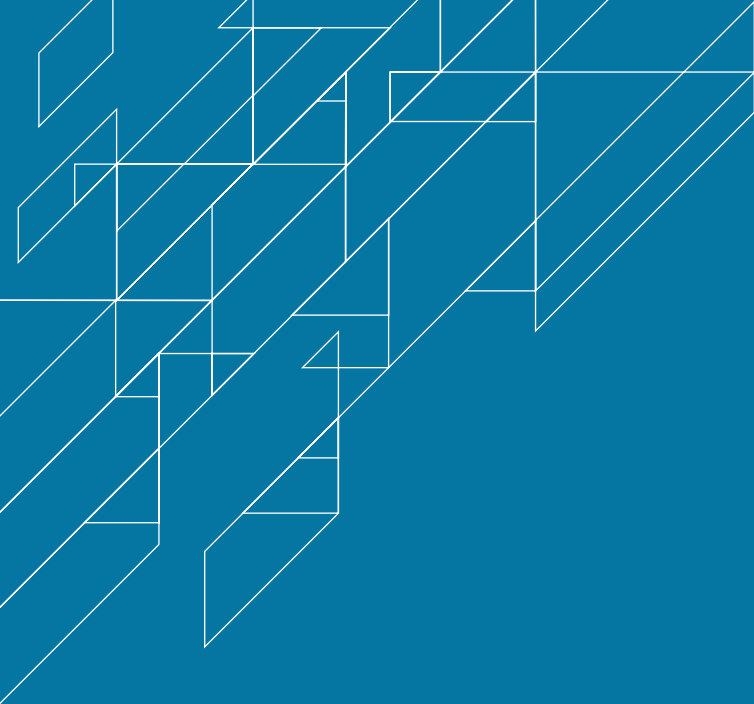
¹⁴ Segundo informa a mensagem do Presidente Juscelino Kubitschek de março de 1958 o faturamento de energia pela Chesf excedeu em 1957 o de 1956 em 34% (BRASIL, 1958).

SOARES, Gabriel. *Notícia do Brasil*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1974.

SOARES, Gabriel. *Tratado descriptivo do Brasil em 1587*. 2. ed. Rio de Janeiro: Typographia de João Ignacio da Silva, 1879.

SOUTHEY, Robert. *Historia do Brazil*. Rio de Janeiro: Garnier, 1862.

VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *História geral do Brazil antes da sua separação e independência de Portugal*. 2. ed. Rio de Janeiro: E. & H. Laemmert, 1877.



ARTIGO]

Por Que Não se Industrializa a Bahia ?

Prof. Pinto de Aguiar

O problema da industrialização vincula-se ao do desenvolvimento econômico global; e este, sendo, não apenas especificamente econômico, mas, em termos gerais, um problema social, é por demais complexo para ser abordado, e muito menos diagnosticado, ao correr de uma entrevista. As minhas palavras não têm, portanto, uma feição de resposta total ao utilíssimo inquérito que "A Tarde" tenta no momento.

O desenvolvimento econômico processa-se, não somente com "recursos naturais ou humanos", mas também através de comportamentos, de políticas, de condições institucionalizadas.

Daí a complexidade do estudo da questão, pois esta não pode ser avaliada em termos de um balanço estático, do que dispõe o Estado, mais sim de uma análise dinâmica do evoluir de sua vida econômica.

Visto deste ângulo, o chamado "enigma baiano", na minha opinião, terá que ser estudado, não só na sua atualidade contemporânea, e sim buscando-se, no curso de sua história, os fatores que contribuíram para a expansão ou a contensão de seu processo de desenvolvimento.

Embora nenhum trabalho completo de pesquisa tenha sido feito neste sentido, muitos dos que o abordaram, alguns periféricamente, têm sugerido causas possíveis do nosso atraso, em relação, por exemplo, às taxas de incremento industrial do sul do país.

Penso, pois, que para um diagnóstico do "porquê" não nos industrializamos, é necessário, além do balanço de recursos naturais e humanos, que está sendo feito pelo nosso Instituto de Economia, pela CPE, e por outras entidades, de estudos paralelos e complementares, de caráter histórico-econômico e sócio-econômico, a fim de identificarmos causas prováveis de tal "enigma".

Digo prováveis porque, neste como em outros problemas sociais, é preferível falar talvez em fatores inter-atuantes, do que em fatores causais, uma vez que agimos como sociedade, em termos de ações e reações, de estímulos e respostas.

Entre estes, por exemplo, Thales de Azevedo sugeriu a influência materna na constituição das famílias irregulares de nossa sociedade, Rômulo Almeida lembrou o escasso espírito empresário-industrial, de homens que visavam apenas elevados lucros nas atividades mercantis, Mário Barbosa apontou a alta rentabilidade e adequação das nossas lavouras

de exportação, como um elemento contrapolarizador da indústria, Braz de Amaral salientou a sangria de braços da Guerra do Paraguai, Clemente Mariani apontou a pequena capacidade de absorção das poupanças, quando elas existiam entre nós.

Inúmeras outras causas concorrentes, têm sido apontadas para o nosso reduzido crescimento, condicionante do nosso atraso industrial; causas institucionais: crédito escasso, técnica atrasada, instrução reduzida, pouco espírito de iniciativa, formação excessivamente jurídico-literária, etc.; causas econômicas, como ruína, pela concorrência do açúcar de beterraba e do avanço técnico das usinas antilhanas, de nossa indústria básica: o açúcar, a escassez de certos recursos, tais como o carvão, o ferro e mesmo o petróleo, o pequeno poder aquisitivo do mercado local, a má orientação de certas linhas de transporte, em traçado ou capacidade, etc. E esta enumeração é apenas exemplificativa.

Se conseguíssemos eliminar todas as causas de contensão que vêm do nosso passado, entre as quais são marcantes a subcapitalização, o retardamento técnico, teríamos de vencer agora, sobretudo, como causas principais:

1. O problema da instabilidade da nossa economia que, preponderantemente primária e evidentemente reflexa, depende, endogenamente, da flutuação das safras, e exogenamente das flutuações dos mercados exteriores e dos preços nestes vigentes;
2. O desgaste do nosso intercâmbio comercial interno, em relação à política cambial vigente no país, agravando a tendência estrutural da deterioração da relação de preços de intercâmbio;
3. A escassa capacidade de poupança e o reduzido estímulo aos investimentos em virtude de tais variáveis.

Recursos naturais e energéticos, mas não dinamizados, mão-de-obra abundante, mas não qualificada, portos bons, mas não aparelhados, não bastam para desenvolver uma região.

Evidentemente, se existe um mal, o primeiro passo é identificá-lo, é o diagnóstico das suas causas, não apenas superficiais, mas sobretudo as profundas. Não é por deformação profissional, sendo eu professor de Economia, que aponto, como primeira providência, o estudo científico do "enigma baiano", dentro de tal orientação.

Em segundo lugar, a terapêutica: o planejamento. Já se foi o tempo em que se podia confiar ao automatismo do mercado, ou ao empirismo da boa vontade

dos "entendidos", a solução de problemas desta magnitude. Planejamento não significa estatismo, e sim demonstração de que o homem tem capacidade para dirigir, em termos racionais, o seu próprio destino.

Em terceiro lugar, a motivação, a mobilização do consentimento coletivo e da opinião pública, em torno das políticas que devem ser adotadas, para corrigir estes pontos de estrangulamento que asfixiam a economia baiana, e que já se aproximam de pontos de ruptura.

A minha convicção de que as soluções democráticas são as melhores, e são perfeitamente possíveis, leva-me a afirmar que é preciso esclarecer o mais possível o povo, a fim de que este pressione os corpos políticos que, como detentores do poder de decisão, são os que podem e devem agir na criação dos corretivos necessários ou da eliminação dos óbices existentes.

Este mesmo trabalho de divulgação terá, por outro lado, possivelmente, o condão de influir no comportamento social, de modo a modificar o contexto cultural de nossa comunidade, no sentido de adequá-la melhor ao momento histórico que estamos vivendo.

Sobretudo o de que necessitamos é de uma atitude de fé esclarecida, de otimismo realista, para não abandonarmos, comodistamente, à condição de inferioridade em que vivemos, acomodando-nos a apelar um paternalismo estatal que, pelo menos quanto à Bahia, não tem sido dos mais favoráveis.

Estas palavras, repito, não são um diagnóstico nem apontam uma terapêutica. Tentam mostrar apenas um roteiro, sumariamente metodológico, para a abordagem do problema da nossa industrialização, o qual somente poderá ser resolvido, dentro de uma visão global da economia, cujos setores – agropastoril e extrativo, industrial e terciário – são interdependentes e entrosados no espaço econômico nacional.

OFUTURO DA BAHIA EM UM MERCADO NACIONAL INTEGRADO

— Qual a sua opinião sobre o atual retardamento econômico da Bahia?

— O fato de ter sido precedido, neste debate sobre os problemas da economia baiana, por homens da envergadura de Rômulo Almeida e Artur Fraga, leva-me a deixar de lado os aspectos que foram focalizados por ambos, pois, muitos deles, graças aos interesses que tais problemas vêm despertando entre nós, já se transformaram quase em consciência coletiva, base magnífica de

mobilização da opinião pública para as posições que tenhamos de assumir, a fim de atender a este anseio, generalizado, de desenvolvimento econômico, palpitante em todas as camadas de nossa sociedade.

Tentarei, pois, aflorar outros aspectos, que, não sendo originais, não foram, talvez, ainda abordados com maiores minúcias.

— Quais são estes aspectos?

— Inicialmente o da necessidade de uma certa perspectiva histórica, na avaliação deste retardamento, para evitar que caiamos na atitude simplista de pensar, por exemplo, que a pura e simples abolição do chamado “confisco cambial” será suficiente para nos libertar das carências de que sofremos.

A mera constatação de que a Bahia está sofrendo um processo de empobrecimento (não em termos absolutos, mas em relação ao avanço dos Estados meridionais), não oferece os rumos para uma política de correção desta conjuntura, sem que se façam os estudos necessários para apurar toda a gama e intensidade das causas possíveis de tal situação.

Tal processo de retardamento, em progressão, pode ser percebido, na medida que alcançam as nossas incipientes estatísticas de renda nacional, através de uma ligeira queda da participação da Bahia, na renda nacional do Brasil, de 1947 a 1953, tendo havido apenas uma momentânea recuperação em 1954, devido a condições excepcionais do seu setor exportador. Devemos admitir contudo que, para o Nordeste, tal fenômeno verifica-se de forma ainda mais acentuada.

Esta perda da capacidade de acompanhar a dinâmica da economia do sul do país, não é a primeira vez que a sofremos; e dela nos recuperamos, parcial ou totalmente, em mais de uma oportunidade. A história pode, pois, ser um bom instrumento de análise na identificação dos fatores mais gerais desta decalagem, e, unida à estatística e à teoria econômica, em suas várias especialidades, nos fornecer os elementos para formular um programa de corretivos de natureza concreta.

No século XVIII, por exemplo, com a descoberta do ouro em Minas Gerais, o ritmo do nosso crescimento sofreu uma grande contensão, *pela perda de vários fatores*, sobretudo a mão-de-obra, que se deslocou para o sul, em massa, a ponto de exigir da metrópole uma série de determinações legais, punindo a “passagem às minas” com pena de prisão e confisco. Este acontecimento iria ter uma influência permanente

na nossa evolução e por muito remoto que pareça, constitui a causa inicial do nosso retardamento, pois, de então para cá, deslocado o eixo político-administrativo para o sul, certos fatores — proximidade e urbanização mais intensa, — naquela região, passaram a exercer uma pressão contínua sobre o poder político, conduzindo ao atendimento melhor e mais imediato das suas necessidades regionais.

Basta lembrar que, quando o Príncipe Regente chegou à Bahia em 1808, tudo fizemos para que aqui fixasse a sede do Governo. E não o conseguimos, possivelmente em parte, pela atração do renascimento aurífero, que ainda era acalentada na corte, e exercida pela região mineira.

O magnífico esforço de progresso tecnológico dos homens de empresa da Bahia, nos começos do século XIX, o restabelecimento do equilíbrio demográfico, aliado a uma conjuntura favorável de altos preços e intensa demanda de certos produtos nossos, na Europa, como algodão, fumo e açúcar, permitindo uma boa acumulação capitalista, promoveram um renascimento econômico na nossa Província. E isto nos proporcionou, durante o século XIX, mesmo sem a descentralização federativa, pela qual nos batemos em 1837, um certo predomínio na direção política do país, o suficiente pelo menos para, — salvo um ou outro episódio, como a reforma bancária de 1860, — evitar medidas institucionais que contrariassem, conscientemente, os nossos interesses. Não é mera coincidência que a Bahia tenha sido o berço de uma plêiade de grandes estadistas no Império. Recuperamos, pois, após setenta anos, a posição de liderança no país.

E apesar do poder de aglutinação e polarização que a sede de Governo no Rio de Janeiro exercia, atraindo e fixando figuras e atividades como as de Mauá, mantivemos, ao longo do século dos oitocentos, uma posição satisfatória, em relação ao crescimento do resto da nação.

É o café que nos vem arrebatando a influência nos conselhos dirigentes da República. Começamos a perder terreno e substância quando a maior rentabilidade da lavoura cafeeira no sul passa a atrair capitais e mão-de-obra¹, e esta não apenas de escravos, mas também de trabalhadores livres e imigrantes estrangeiros.

Em 1871, por exemplo, existiam na região Norte (da Bahia ao Amazonas) 868.633 escravos; em 1883 eram apenas 403.098. Perdemos (e a grande maioria saiu da Bahia) 465.000 braços, enquanto o sul perdia, em virtude da lei do ventre-livre, apenas 30.000. Nestes 13 anos a labour-force, que em 71

1 Vide Quadro nº 1, em anexo.

era equilibrada nas duas regiões, passara a representar, no norte, a metade da que dispunha o sul. Em virtude disto, 30 % do crescimento desta região, em – tre 1871 e 1890, saíram das migrações nordestinas .

Enquanto, entre 1820 e 1880, S. Paulo recebera 5% da emigração estrangeira para o Brasil, entre 1890 e 1900 recebe 70 % . E com esta, maior contingente de tecnologia, disciplina de trabalho e espírito de empresa.

Ora, como a absorção de mão-de-obra, neste caso, denuncia oportunidade de emprego, é evidente que a estrutura econômica da região sul estava em de – senvolvimento muito mais acelerado que a do norte. Não admira pois que a Bahia, detendo em 1880, cerca de 50% das atividades industriais brasileiras (incluindo a indústria açucareira) passasse, em 1950, a representar menos 5% do número dos estabelecimentos industriais nacionais, e menos de 3% da quantidade de trabalhadores na indústria do país.

Na agricultura, apesar da prática da rotação de culturas, que adotamos, o nosso retardamento foi o mesmo; e continua². Enquanto, por exemplo, em 1940, quase 11. 000 estabelecimentos agropecuários em S . Paulo praticavam adubação, na Bahia apenas 300 o faziam. Enquanto, no mesmo ano, 80,6 % dos estabelecimentos agropecuários gaúchos e 48,3 % dos paulistas possuíam instrumentos agrícolas, na Bahia isto ocorria com apenas 1,4% das nossas fazendas . Ainda em 1940, o R. G. do Sul possuía 1. 104 tratores agrícolas, S . Paulo 1. 410 e a Bahia 43. O grande geógrafo francês Jean Tricart, estudando, no ano passado, a bacia do Itapicuru, com 600.000 habitantes dedicados, em alta percentagem, a atividade de pastoreio, ficou boquiaberto ao constatar a existência de apenas cinco banheiros carrapaticidas.

Simultaneamente, enquanto a produção do café, favorecida por terras não trabalhadas e por melhor aparelhagem de tecnologia e de transporte, escoamento e custeio, expandia-se sem competidor, gerando elevada acumulação capitalista, os produtos baianos, de menos rentabilidade, enfrentando competição internacional crescente, e sem aqueles recursos técnicos e financeiros, proporcionavam menos poupança e menos emprego .

Assim, por exemplo, enquanto na década de 1840/50 produzíamos a média anual de 50. 000 toneladas de açúcar, atingindo, neste último ano, 72. 000, em 1902, a nossa produção desceu a 6.000.

2 Vide Quadro nº 2, em anexo.

No mercado internacional, a Bahia, como todo o norte do Brasil, foi desbancada, principalmente pela produtividade mais alta dos produtores antilhanos, que já vinham de princípios do século XVIII. Em 1802, o contrabandista inglês Thomas Lindley, visitando os engenhos da região de Porto Seguro, dizia: "Que diferença entre estas máquinas primitivas e as enormes máquinas empregadas pelos nossos plantadores das Antilhas!"

E, sobretudo, pela sua excelente localização em relação aos centros consumidores do hemisfério norte e pelas ligações financeiras existentes entre esses produtores e os consumidores mencionados.

A isto, aliar-se-iam, talvez, problemas outros, ecológicos, como o provável inferior teor de sacarose da cana, cultivada em terras baianas, a demandar uma correção da ciência agrônômica.

É a esta altura que a nossa capacidade de reação se traduz na expansão de uma nova cultura: o cacau, cuja produção de 5.000 toneladas em 1893, quadriplica em 10 anos, em mais dez anos aumenta para 30.000, ultrapassando todos os nossos outros produtos, passando sua contribuição no quadro das exportações brasileiras, de 3,5% em 1925/29, a 9,6% em 1954. Começa um reequilíbrio da nossa economia. Tenta-se o reequipamento de usinas e fábricas, desbravam-se novas regiões, e a Bahia torna-se um centro de atração demográfica, exercendo, por exemplo, grande influência sobre as migrações sergipanas .

Não conseguiríamos, entretanto, uma recuperação em termos equivalentes com o sul, em mão-de-obra, técnica, poupanças e espírito empresarial. De modo que, quando a guerra de 1914/18 desencadeou um aceleração no nosso processo de industrialização, a região meridional estava em melhores condições que nós para a implantação de Indústrias; daí para cá, à sombra de maiores favores políticos, como crédito, transportes, ensino, proteção alfandegária, favorecimento administrativo, progridem elas mais, inclusive causando injustificadas distorções em relação à tradição econômica regional, como por exemplo, com a criação de uma indústria têxtil e açucareira competitiva, que quase eliminou as similares do Nordeste. Vale notar, contudo, que a manutenção da velha estrutura social do Nordeste, derivada de ser a indústria dessa região um prolongamento da sua estrutura econômica colonial, vem criando empecilhos sérios ao seu desenvolvimento. No caso da indústria têxtil, e, especialmente, da indústria açucareira é o esforço do governo para impedir o saneamento natural dos produtores marginais, que explica a caracterização a que ela chegou. Dessa forma percebe-se que essa distorção da vocação econômica

tradicional do Nordeste, na verdade encontra explicação em fatores cuja ação não aparece perfeitamente clara, em primeira mão, ao observador .

Quer nos parecer que estas são as causas fundamentais, ou preponderantes do nosso retardamento na República. Recursos institucionais, humanos e materiais, reunidos em conjunto favorável no sul, apareceram de forma a deixar clara a relativa pequenez das nossas possibilidades dinâmicas dentro da estrutura institucional em que opera atualmente a economia nordestina.

Todo o quadro de sentido não-baiano, implícito na atual estrutura de trabalho da Petrobrás, na Bahia, explica-se à luz de tais fatos.

A história ensina-nos, assim, que temos capacidade de recuperação desde que disponhamos de fatores, inclusive institucionais, e conjunturas favoráveis. Não há, pois, razões para pessimismo, nem derrotismo.

Teremos que iniciar as correções por aí. E tal coisa não é fácil, pois, se a federação política é um instrumento ideal para isto, o poder econômico do sul, traduzido em elementos demográficos, tecnológicos, monetários, etc., não abdicará das vantagens conquistadas, em termos do atendimento, tão somente de nossas reivindicações ideais.

- Qual seria então a política a adotar?

- Penso que é insuficiente o equacionamento do nosso problema tão somente em termos de "espoliação", "confisco cambial", "reconquista de prestígio".

Afinal de contas, aqueles Estados que conseguiram, à fôrça de labuta e esforço, uma taxa de crescimento maior que a nossa lutarão certamente para conservá-la . E se a nossa subordinação econômica for um elemento para isto, tentarão mantê-la.

É claro que se pode mobilizar emocionalmente a opinião pública em favor de causas justas como a da Bahia; e o prestígio excepcional de homens públicos de grande envergadura e capacidade muito poderá fazer . Mas, a maneira mais acertada de conseguirmos algum progresso, em termos permanentes, e não apenas ocasionais e descontínuos, é focalizar o problema sob o aspecto do desenvolvimento global; é a catequese, o esclarecimento, no sentido de con – vencer os homens do sul, empresários e estadistas, de que não é possível encarar confiantemente o futuro do desenvolvimento da sua região, sem a integração melhor do mercado nacional, com melhoria do

padrão de produção e de consumo das populações rurais, elevando os níveis da capacidade de compra das populações nordestinas, o que só poderá ser obtido com a elevação da sua produtividade e sua incorporação a uma área de mercado unificado, para cuja consolidação, até agora, somente demonstraram eficiência os focos dinâmicos localizados no sul.

Precisamos canalizar recursos para a Bahia, não só monetários, como técnicos. E isto deve ser feito fora de uma orientação competitiva intranacional, mas sempre que possível e aconselhável. Convém, contudo, não esquecer que numa economia capitalista, as tendências das inversões é para se localizarem de forma a maximizar benefícios líquidos, e, para estes, serão fator decisivo as economias externas que, no momento, estão mais concentradas no sul, na região desenvolvida do país.

O fato de termos, segundo parece, um subsolo riquíssimo pode, por exemplo, propiciar a instalação de uma cadeia de empresas básicas em torno das quais se desenvolva uma constelação de indústrias subsidiárias e complementares. O modelo sugerido para a Petrobrás, implantando no recôncavo baiano a indústria petroquímica, que se desdobra na elaboração de numerosíssimos produtos, deve ser reproduzido para outras tantas organizações similares, mas – mo de menor porte. A Bahia, aparentemente o maior repositório de não-ferrosos, deve tentar que a sua elaboração se faça intra-fronteiras regionais.

E não parece que semelhante canalização possa ser feita de forma coercitiva, ou pela mera intervenção do poder público, em termos de favor. Ela deve ser feita dentro do planejamento nacional; neste é que residem as grandes oportunidades da Bahia, a qual deve fazer-se presente, pelos seus homens públicos, de empresas, economistas e técnicos em geral. Será necessário aproveitar os recursos regionais dentro das linhas mestras da política nacional. O cuidado em considerar a posição da estruturada produção regional dentro do conjunto nacional permitirá que se dirijam os investimentos para uma rentabilidade máxima. Os investimentos compensatórios, quando fragmentados e fora de planejamento, terão o efeito de meras injeções de óleo canforado.

- E êstes investimentos compensatórios?

– São muito interessantes. Neste particular a série de indicações sugeridas e apresentadas por Rômulo Almeida ao J. B., são bastantes sugestivas, e sobretudo são concretas e realistas, para alguém que é apodado do "teórico", como se "teoria" não fosse significado de racionalidade, de conhecimento científico.

Muito importante, no caso, é não apenas o volume destes investimentos, mas sobretudo evitarmos a sua atomização. Sabemos que o nosso regime eleitoral leva a maioria dos nossos representantes a pleitear verbas de clientelismo, fragmentando aquilo que conseguimos, para auxiliar entidades e obras sem nenhum sentido econômico global. Dotações para clubes, filarmônicas, pequenas estradas desarticuladas, açudes sem redes irrigatórias, prédios para certos serviços públicos, seriam úteis mas numa etapa posterior. Quer me parecer que, se o pouco que temos conseguido, se coordenasse para aplicação no atendimento de um planejamento regional, estaríamos muito mais avançados do que estamos. O baiano tem suficiente amor à sua terra para servi-la, e desde que o compreenda e disto esteja convicto, acredito que esta coordenação se fará, sobretudo agora, quando uma verdadeira figura de “leader” vai assumir a chefia do poder executivo da Bahia.

Convém lembrar, entretanto, que investimento, no caso, não significa apenas inversões de dinheiro, mas sobretudo de recursos, no sentido mais amplo, e coordenando-se com determinadas políticas.

E ainda aqui, me parece que se aplica aquele nosso ponto de vista: é preciso esclarecer, e convencer, de que tais investimentos, quando não, ou pouco, com – petítivos com o sul, ampliarão as dimensões do nosso mercado para absorver os produtos sulinos, alguns ecologicamente desaconselháveis ali, pelo próprio princípio da divisão e da especialização de trabalho social. Não creio, em linhas gerais, que devemos criar ou estimular aqui certos tipos de atividades já implantadas no sul, salvo quando o ônus do transporte justificar tal coisa. Julgo que devemos nos orientar antes — e evidentemente se possível — pela complementariedade, de modo a tornar a economia nacional mais sadia e dinâmica.

– Quais os argumentos a usar, então, em favor da Bahia?

– É evidente que temos direito de pleitear contra um tratamento político-econômico que reputamos injusto. Entretanto não devemos alimentar esperanças de que argumentos desta natureza sejam suficientes para obter tudo o de que necessitamos. O povo não deve criar a convicção de que apenas o esforço de homens como o novo governador eleito, possa fazer milagres, pois o desencantamento é perigoso pelo desestímulo, pela apatia, pelo desencorajamento em que redundam. Muito fará ele certamente, mas é preciso que todos nós, homens de universidade e de empresa, trabalhadores e políticos, o apoiemos, organizando-nos para reerguer a Bahia.

E que usemos de argumentos de alto poder de convicção, convindo não esquecer que os econômicos, e não os políticos, são os mais convincentes.

- Quais são estes?

– Há muitos . Citarei apenas três, os principais. Primeiro, a necessidade de criar oportunidades de emprego, no norte, usando esta expressão no sentido comum para designar a região que vai do paralelo de Belo Horizonte para o equador. Até há pouco, o mercado de trabalho no sul absorvia todos os excedentes demográficos, gerados pela alta taxa de natalidade das populações nortistas. De 1953 para cá, há indícios de uma queda nesta capacidade de absorção. A curva da emigração para o sul está decrescendo, ocorrência tanto mais importante quanto foi registrada num ano de seca . Referindo-se a este fenômeno, que denomina de “desconcertante”, Pompeu Accioly Borges diz:

“Várias razões podem ser aventadas numa tentativa de interpretação do fato assinalado . É possível que o Norte do Paraná tenha atingido um ponto de saturação no que se refere à sua capacidade de absorver mão-de-obra de outras regiões; que São Paulo e Distrito Federal igualmente já não ofereçam às massas nordestinas os mesmos motivos de atração dos anos anteriores, devido às menores oportunidades de emprego e à perda de poder aquisitivo dos salários, oriunda de grande alta de preço”³.

A perda de população dos Estados do Nordeste, pela emigração para o sul, apurada no censo de 1950, conforme “Conjuntura Econômica” salientava, em outubro de 1953, foi muito inferior ao que se acreditava e propalava: apenas 222. 818 pessoas, sendo que Pernambuco teve um saldo de 9. 427. Neste particular Minas sofreu uma sangria (438. 548 pessoas) que ultrapassou em mais do dobro o “deficit” do Nordeste.

Ora, se o fenômeno persistir, é preciso proporcionar emprego para a população nortista em crescimento, sob pena de gerar-se um fator ocioso na economia nacional, que regredirá, parcialmente, para uma área de economia amonetária, reduzindo o ritmo de desenvolvimento.

Em segundo lugar o problema do povoamento nacional. O crescimento demográfico do mundo é de tal natureza que as vistas dos países superpovoados voltam-se para os nossos grandes espaços vazios. E a defesa mais econômica é a construção de uma barragem demográfica economicamente consolidada.

3 P. Accioly Borges – “Migrações Internas do Brasil” ps. 19-20.

O interesse nacional — que tanto é do sul como do norte — torna altamente aconselhável o povoamento, em condições economicamente saudáveis, do saliente do nordeste, do qual a Bahia é a retaguarda estratégica.

Em terceiro lugar, e este é o fator mais importante de convencimento dos homens do sul, no sentido de desenvolver o norte, mas, simultaneamente, o maior problema que a Bahia e o Brasil enfrentam no momento, no longo prazo: o Mercado único Europeu com a incorporação dos seus territórios de Ultramar .

Em conferência, pronunciada na Semana do Economista, realizada este ano pelo Diretório Acadêmico da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade da Bahia, sobre o Mercado Regional Latinoamericano, chamava eu atenção para o perigo competitivo que, para a nossa economia exportadora, representa a organização de um mercado único de meio bilhão de seres, munidos da mais avançada tecnologia, de uma disciplina de trabalho magnífica, de recursos naturais quase inesgotáveis, como por exemplo 40% do potencial hidrelétrico do mundo, produzindo os mesmos tipos de mercadorias que o Brasil exporta, e representando grande parte do mercado consumidor, eletivo e potencial destas mercadorias .

Na iminência de enfrentarmos tal tipo de concorrência, é evidente a necessidade de ampliarmos as dimensões do mercado nacional, e do metanacional latino-americano. Ora, Norte, Nordeste e Centro-Oeste, sem falar na região subdesenvolvida de Minas Gerais, representam 40% da população brasileira, mas apenas 20 % do produto bruto nacional. É evidente que, para proporcionar as dimensões necessárias à expansão da economia do sul, ter-se-á de intensificar o desenvolvimento do setor "resto-do-país", bem como do seu setor agrário, predominante naquele.

Se o nosso destino cumpre-se dentro das fronteiras da nacionalidade, o nosso desenvolvimento terá de ser realizado dentro de uma melhor integração do mercado nacional. É o que venho defendendo há três anos, desde a publicação do meu trabalho "Brasil — Desenvolvimento e Integração Econômica". Por isto creio ser errônea a enunciação do problema da recuperação da Bahia, em termos de: "se fossemos uma nação independente, seríamos mais ricos". Tal argumentação, sobre o perigo de provocar reações desfavoráveis para os próprios objetivos a que visamos, é irreal, pois não se leva em conta em tais cálculos, o custeio dos serviços de soberania e imperium; e a presente conjuntura está indicando, com sobeja evidência, que a tendência é para a integração do "grande espaço econômico". A numerosa sequência de organizações com esta finalidade, desde a Comunidade Britânica de Nações, à

União Escandinava e ao Mercado único Europeu, estão a indicar que o futuro está na integração e não na balcanização.

A fragmentação da América Espanhola não deu, aos vários Estados dela surgidos, a grandeza econômica que a integração das colônias francesas, espanholas e inglesas, na estrutura nacional dos Estados Unidos de hoje, proporcionou a todas as regiões nesta incorporadas. O mesmo pode ser dito da Rússia contemporânea.

A Bahia, cuja missão histórica na formação do Brasil contemporâneo ainda continua, não pode encarar o seu futuro fora da comunidade brasileira. Os argumentos que devemos usar para a conquista da posição a que temos direito, são os racionais e teoricamente certos: a necessidade de expandir o mercado interno através de uma melhor distribuição dos recursos em geral, visando com isto a ocupação do Império que os nossos avós nos legaram, e proporcionar às nossas populações existência mais digna, padrões de vida mais elevados, que diminuam os atritos, origem certa da inquietação e da insatisfação social.

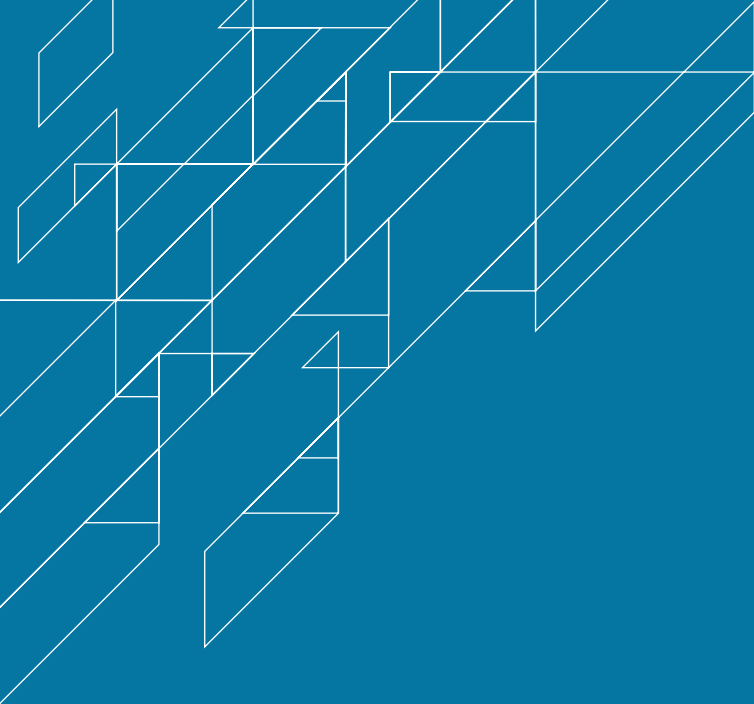
ANEXOS

Quadro n.º 1 – Brasil – Rendimentos físicos de diversas culturas		
Especificação	1956	
	Valor da Produção Cr\$ 1.000,00	Rendimento Monetário para hectare – Cr\$ 1.000,00
Mandioca	7.043.322	6.118
Cana de Açúcar	8.165.436	7.541
Café Beneficiado	31.573.558	9.409

Fonte: Anuário Estatístico do Brasil.

Quadro n.º 2 – Hectares cultivados por trabalhador – 1950			
Especificação	Renda média da Lavoura – Cr\$ 1.000,00	Area cultivada do Estado (%)	Hectares cultivados por pessoal ocupado
Bahia	2.614	7,97	1,14
S. Paulo	13.056	21,23	2,83
R.G. do Sul	5.360	10,59	2,41
Brasil	5.559	7,60	7,78

Fonte: Rev. Bras. de Economia / Censo agrícola de 1950



ARTIGO]

Evolução Recente da Economia Baiana

Jairo Simões

O FINAL DOS ANOS 50

Ao final da década de 50, a economia baiana vivia uma fase difícil. Não teria sido uma etapa de involução ou de estagnação. Mas, como talvez outras tantas na história estadual, de um lento progredir. Só que, agora, especialmente inquieta diante de mudanças vigorosas que a estrutura produtiva experimentava no Centro-Sul do País, sem que nos trouxessem, ainda, reflexos significativos dessa dinamização. Além do mais, alguns eventos ocorridos ao longo da década, esperava-se que já houvessem sido capazes de desembocar diretamente em ampliação significativa da renda e do emprego entre nós. Isso, entretanto, só ocorreria quase um decênio adiante, como se estivéssemos diante de uma bomba de efeito retardado.

As estatísticas da época mostravam o quadro de uma economia tipicamente subdesenvolvida. Assim, por exemplo, era enorme a nossa dependência do setor primário – sujeito este, ainda, a uma arcaica tecnologia e a relações produtivas caracteristicamente pré-capitalistas: cerca de 65% da população total habitava os campos e nada menos que 75% da população economicamente ativa (era 79%, em 1950), concentrava-se nas atividades agropecuárias. Contrariamente, era diminuto, ainda, o peso do setor industrial, em relação à Renda Interna, ficando em torno dos 13%, com uma evolução também excessivamente lenta, tendo em vista que tal participação se mantinha praticamente inalterada, desde os primeiros anos do pós-guerra.

Os baianos, àquela altura de sua história, tinham sido capazes, sem dúvida, de ajudar vigorosamente a industrialização paulista que, a partir dos anos 30, havia fixado definitivamente o seu papel altamente dinâmico no crescimento econômico brasileiro. A ajuda se fazia não só em termos financeiros (especialmente através do grande saldo de divisas proveniente de nossas exportações para o Resto do Mundo, avidamente disputado pelas indústrias meridionais para importação, principalmente, de bens de capital), mas também através de braços: éramos então, com efeito, o maior Estado de emigrantes dentre todos os da Federação, com a característica adicional de haver sido crescente esse fluxo migratório de boa parcela de nossa população jovem, no transcorrer dos anos 50. Não se imagine, porém, que a imigração de baianos obedeceu apenas aos “fatores atrativos” da exuberante economia do Centro-Sul brasileiro. Ela foi também consequência, em grande parte, dos chamados “fatores repulsivos”, ou seja, das dificuldades que caracterizavam a economia estadual e que se acentuavam diante da extrema dependência em que vivíamos, quer dos elementos naturais – de que as secas periódicas constituíam o aspecto mais dramático – quer das oscilações dos mercados internacionais de matérias-primas.

Uma das facetas da dependência e da nossa vulnerabilidade estrutural podia ser claramente aferida da análise estatística do comércio exterior: em 1958, só o cacau em amêndoas representou nada menos que 49,7% das nossas exportações. E, se adicionássemos os valores obtidos com as vendas externas de derivados de cacau, constataríamos que da cacauicultura dependia o nosso comércio exportador, em proporções gigantescas: quase 70%. Por outro lado, os produtos acabados compunham nada menos que 87% das importações estaduais, com real destaque dos bens de consumo (alimentos principalmente), que representavam 55% do total das nossas compras.

Se, em termos de Nordeste, a posição da Bahia evoluía de modo favorável (nossa participação no valor total de transformação industrial, na região, passou, por exemplo, de 14,1% em 1949, para 24,8% em 1959), tem-se que admitir que o dado era pouco significativo, diante da pobreza regional e do frágil papel então representado pelo setor manufatureiro. Outros números serão talvez mais esclarecedores: em 1958, por exemplo, o consumo de energia elétrica, pelo Estado da Bahia, foi de apenas 67.000 kWh, quando era de quase o triplo o total apresentado por Pernambuco (197.000 kWh) para não se falar de outras unidades federativas mais dinâmicas (o consumo do Rio Grande do Sul foi de 250.000 kWh e o de São Paulo, 3,4 milhões de kWh).

Convém acentuar, efetivamente, que a década de 50 não foi um período de involução ou mesmo de estagnação da economia baiana. O produto interno bruto (PIB) estadual cresceu, por exemplo, durante o primeiro quinquênio, a uma taxa média anual de 5,5%, elevando-se um pouco (6,5%) no quinquênio subsequente (1955-60). A verdade, porém, é que o pequeno equipamento produtivo com que contávamos não se refletia, ante aqueles índices de crescimento, em significativo aumento, em termos absolutos, dos níveis de renda e de emprego. Além do mais – vale insistir – a grande euforia vivida pela economia do Centro-Sul, face aos maciços investimentos que então recebia, especialmente no setor da indústria pesada – dotada, por sua vez, de altíssimo efeito multiplicador – punha em contraste a situação de todo o Nordeste, abalado, ao final daquela década, por uma das maiores estiagens de sua longa história de sacrifícios.

O analista de hoje não pode também esquecer que foi exatamente na mencionada década que os baianos, através da criação da Comissão de Planejamento Econômico (CPE) e dos trabalhos pioneiros, então por ela produzidos, passaram a tomar efetiva consciência do seu atraso econômico e a alimentar dentro de si o inconformismo com aquela situação. A elite intelectual baiana e a classe dirigente debruçavam-se diante do chamado “enigma baiano”: como explicar a persistência do atraso econômico de um Estado com tantas riquezas naturais, facilmente exploráveis? Decifrá-lo foi o primeiro esforço, quando a etiologia do “enigma” foi fixada a partir da extrema

dependência do mercado externo, da escassa poupança e, sobretudo, das limitadas e desorganizadas oportunidades de investimento. A conclusão não poderia ser outra: a perseguição de metas ambiciosas de crescimento, especialmente a da industrialização. Essa inquietação intelectual, somada à frustração pela não-concretização imediata dos objetivos perseguidos, deve, ter sido também responsável pela sensação maior de dificuldades, daqueles últimos anos 50.

OS FATORES DA DINAMIZAÇÃO

Na verdade, porém, a década há pouco mencionada e os primeiros anos da subsequente – o analista de hoje pode afirmá-lo com maior convicção – foram responsáveis por uma série de eventos, sem os quais teria sido impossível a eclosão, na segunda metade dos anos 60, do regionalmente vigoroso processo industrial, cuja história ainda não terminou. Sem nenhuma ordem de prioridade, podemos relacionar os seguintes acontecimentos:

- a. implantação da Companhia Hidroelétrica do São Francisco (Chesf), proporcionando oferta de energia compatível com as pretensões industrialistas, embora à época constituísse motivo de grande debate, uma vez que não eram poucos os técnicos e políticos que desaconselhavam o extraordinário empreendimento, sob a alegação de que o Nordeste, no curso de alguns decênios, não teria capacidade de absorver a energia produzida pela grande usina – alegação que o primeiro quinquênio da Chesf facilmente desmentiu;
- b. criação do Banco do Nordeste do Brasil S.A. (BNB), com sede em Fortaleza, e que, ademais da estrutura que instituiu para financiar projetos importantes para o desenvolvimento nordestino (industriais sobretudo), surgiu também como o primeiro e grande organismo regional interessado na formação e treinamento de especialistas em desenvolvimento econômico;
- c. criação da PETROBRAS e sua atuação no Recôncavo, liquidando grandes faixas de sua economia, predominantemente agrária e mercantil, e propiciando, na zona de influência de Salvador, notável ampliação da renda e do emprego, tendo em vista, principalmente, o grande efeito multiplicador de seus investimentos;
- d. criação da Comissão de Planejamento econômico (CPE) que, quase um lustro antes da própria fundação da SUDENE, defendia, entre outras medidas capazes de acelerar o desenvolvimento estadual, a implantação de um parque industrial de porte, basicamente voltado para o aproveitamento de riquezas naturais abundantes, não devendo ser também esquecido que o organizador e primeiro chefe da CPE – Rômulo Almeida – havia sido, anos antes, exatamente o primeiro presidente do Banco do Nordeste do Brasil;
- e. instituição da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), sediada no Recife, com o objetivo de estudar os problemas da região e, pos-

teriormente, criando grandes estímulos à industrialização regional. Deve-se também lembrar que a entidade nasceu e cresceu sob o influxo de uma filosofia que emprestou absoluta prioridade ao setor industrial, por entendê-lo como único realmente dinâmico para estimular o desenvolvimento, insurgindo-se, assim, contra o tradicional modelo baseado no incentivo maior aos produtos primários de exportação;

- f. início de processo intensificado de urbanização, ampliando, sobretudo nas capitais dos estados nordestinos, os mercados de produtos manufaturados, assim justificando, regionalmente, a implantação de inúmeras indústrias – principalmente aquelas que deveriam substituir importações de outras áreas do País;
- g. integral asfaltamento da estrada de rodagem Rio – Bahia (atual BR-316) – num instante em que a indústria automobilística brasileira tomava vulto – , revelando a privilegiada posição da Bahia no eixo Norte-Sul do Brasil, inclusive no que diz respeito à implantação de investimentos voltados para os mercados do Centro-Sul;
- h. intensificação do processo diversificador do setor primário (sobretudo com o desenvolvimento da pecuária), estimulando a retenção, no Estado, de poupanças locais;
- i. mudança de atitude do empresariado local, fugindo ao tradicional comportamento patronal em sociedade agrário-mercantil, o qual passou a adotar cada vez mais, junto ao setor governamental, uma posição que não se compunha na antiga fórmula de reivindicar redução de impostos, mas na de lutar pela realização de obras constitutivas de “capital social básico”, especialmente estimulante para os investimentos industriais;
- j. reforma administrativa do Estado que, ao erigir princípios básicos da máquina burocrática – como o do planejamento – e ao criar novos órgãos na estrutura de governo (Secretaria da Indústria e Comércio, Secretaria do Trabalho e Bem-Estar Social, etc.), estabeleceu marcos institucionais altamente facilitadores do processo industrial que começava a eclodir.

O CENTRO INDUSTRIAL DE ARATU

Verdade é que a primeira metade da década de 60 foi especialmente ingrata para a economia baiana. Nosso produto interno bruto cresceu a uma taxa média anual de 3,8% – bem abaixo das verificadas no decênio anterior, atrás referidas. Foi, também, fraco o desempenho do setor agropecuário, e muito mais fraco ainda o comportamento do setor industrial, que chegou a apresentar, no quinquênio, uma taxa média negativa (-2,5%).

A série daqueles fatores positivos para a industrialização – tomada esta como o elemento condutor de crescimento baiano, dotado de maior dinamismo entre todas

as alternativas, historicamente viáveis, no passado recente – haveria de refletir – se, contudo, em medidas concretas, já na segunda metade dos anos 60. E certamente nenhum empreendimento materializou essa múltipla influência de fatores como o Centro Industrial de Aratu (CIA), organizado pelo Governo Estadual no início de 1967 (gestão Lomanto Júnior), já dispondo de terras adquiridas pelo mesmo governo, onde se iniciaria a implantação de um ambicioso distrito industrial. O CIA, sob forma planejada, aparecia também como a conclusão objetiva de um longo processo de estudos de localização para indústrias, que se desenvolvera desde a metade dos anos 50. Foi, sem dúvida, o elemento-chave, na história recente da economia baiana, para a atração de empreendimentos, também complementando o sistema de estímulos financeiros, criado pelo Governo Federal para a região nordestina.

O certo é que, a partir da segunda metade dos anos 60, especialmente com os investimentos na área de Aratu, a Bahia tomou vulto em sua industrialização. Os primeiros dados regionais começavam a falar, então, em nosso favor: passamos a atrair o maior volume de incentivos fiscais à indústria (derivados do então sistema do “34/18”), dentre todos os estados nordestinos. Em fins de 1967, já havíamos absorvido mais de 40% daqueles recursos, tomando-se mesmo o período total de funcionamento do sistema. O dado era significativo, ainda mais quando nossa participação, no início de 1963, não ia além dos 15% (Pernambuco aproximava-se, então, dos 50%).

A partir de 1970, em que pese à existência de graves problemas em relação a algumas de suas unidades, pode-se dizer que o CIA, como um todo, ganhou maturidade e, conseqüentemente, irreversibilidade. Dados recentes levantados pelo CEPLAB dão conta de que a participação do Centro de Aratu na estrutura industrial do Estado (valor da produção), evoluiu de 6,1% em 1970, para 13% em 1974. Os estudos para o ano de 1975 elevam aquela participação para 16,1% e, para 1977, chega-se a estimá-la em torno dos 20%. Observa-se também que o valor das unidades, produzidas por suas fábricas, cresceram, entre 1970 e 1976 (a preços constantes de 1976, eliminada dos cálculos conseqüentemente, a influência da inflação), a uma taxa média anual de ordem de 43%, valendo esclarecer, adicionalmente, que, para a referida produção, as indústrias do CIA devem utilizar menos de 80% de sua capacidade instalada.

Por outro lado, a estrutura industrial do Centro de Aratu é expressiva de um parque voltado para a fabricação de bens de produção: tomando-se ainda o valor produzido (ano de 1976), a pesquisa do CEPLAB aponta uma maior incidência das indústrias metalúrgicas (33,4% do total daquele valor), vindo a seguir as petroquímicas (23,7%), as de transporte (19,1%) e as de minerais não – metálicos (12,8%). Compreende-se, a partir daqui, o funcionamento, como um todo, do referido parque industrial, muito menos voltado para os mercados baianos e nordestinos (nestes – incluídas as próprias

indústrias do CIA e do COPEC – , suas vendas não vão acima de 32%). Com efeito, o destino de seus produtos é basicamente o restante do Brasil (62,5%). Também suas compras são fundamentalmente originárias do restante do país (excluído aqui, por conseguinte, o Nordeste, inclusive a Bahia): 34,6% do total.

O resto do Mundo, por sua vez, recebe poucas mercadorias do CIA (5,1% apenas do valor total das vendas do Centro), ocupa posição de destaque no fornecimento de matérias-primas, geralmente industrializadas (34,4% do valor total adquirido). Esses dados se completam com um outro: é também diminuta a participação do empresariado local, em Aratu, estimando-se em apenas 11,9% a presença do capital privado da Bahia, no referido parque.

Como se disse anteriormente, o Centro Industrial de Aratu, hoje com uma centena de fábricas produzindo, é irreversível. O fluxo de renda e de bens gerados, os cerca de 20 mil trabalhadores, ali diretamente empregados, o adensamento de obras de infraestrutura, com o destaque das portuárias, a proximidade de uma metrópole como Salvador, o mercado em potencial representado pelas indústrias de Camaçari, os subsídios já recebidos sob forma variada, o grau de competição nacional de suas fábricas, tudo isso forma um conjunto de fatores em proveito daquela irreversibilidade. Sem dúvida, a importância relativa do CIA, no setor industrial baiano, é que poderá diminuir, à medida que entrem em operação as plantas do Polo Petroquímico. Os primeiros sinais desse fenômeno já se fazem sentir, quando se comparam, por exemplo, as estatísticas de crescimento do valor produzido nos três últimos anos, com o período mais exuberante do CIA (1972 e 1974). Vale a pena repetir, porém, que nada pode retirar a grande importância do Centro Industrial de Aratu, na história da industrialização baiana e nordestina.

O QUADRO ATUAL

O esforço industrializador dos anos 60 se desenvolveu, basicamente, em Salvador e arredores – com maior ênfase no Centro Industrial de Aratu. No entanto, se na maior parte das grandes cidades interioranas fracassou a tentativa da consolidação de distritos industriais de segundo nível, deve-se reconhecer que algumas cidades também ajudaram naquele esforço, mediante a implantação de fábricas, de pequeno e médio porte em geral, dentro ou fora de “distritos”, cujos resultados positivos estão a aparecer, nos anos recentes, nas estatísticas oficiais. Sem a preocupação de fazer uma relação completa, pode-se destacar o empenho industrializador que tem tido lugar em cidades como Feira de Santana, Santo Amaro, Alagoinhas, Juazeiro, Senhor do Bonfim, Vitória da Conquista, Ilhéus, Itabuna, Itapetinga, Jequié, Brumado, Cruz das Almas.

Por sua vez, a produção agrícola mantém-se sujeita a bruscas oscilações, com anos bons e anos maus e não raras frustrações de colheitas, em boa parcela devidas às longas estiagens que, frequentemente, violentam a agricultura de alimentos. A pecuária bovina demonstra um contínuo aprimoramento, com a diversificação do plantel e a melhoria de sua qualidade, mas seu ritmo de crescimento, ainda que constante, permanece abaixo dos próprios índices de expansão da economia como um todo. Segundo análise do Centro de Planejamento da Bahia (CEPLAB), no setor primário estadual, as formas capitalistas de produção – dotadas, conseqüentemente de maior organização – só são encontradas nas zonas úmidas ou nas áreas irrigadas, alcançando geralmente culturas voltadas para a exportação, como o cacau e o fumo. A produção de alimentos continua sujeita, como regra geral, aos pequenos estabelecimentos rurais, menos beneficiados pela política creditícia e sujeitos, ainda, a uma anacrônica tecnologia.

Pelo exposto, fica fácil entender os índices de expansão do Produto Interno Bruto baiano e a grande influência, sobre os mesmos, do crescimento industrial. Em verdade, depois de uma evolução, no primeiro quinquênio dos anos 60, obedecendo a uma taxa média anual de 3,8%, o PIB melhorou o seu ritmo significativamente, passando, no período 1965-70, para uma média anual de 5,2%, e para 9,9% no quinquênio 1970-75. Calcula-se que, em 1976, tenha baixado para cerca de 6%, mas as estimativas oficiais apontam para uma recuperação, em 1977, no mesmo nível de 1970-75 (9,9%). Pois bem, enquanto as taxas de crescimento da agropecuária se mantiveram sempre abaixo dos percentuais de crescimento do PIB como um todo, os dados expõem, com nitidez, a grande influência do setor industrial que, entre 1965 e 1970, cresceu a uma taxa média anual de 15%, passando a 16,5% no quinquênio subsequente.

As mudanças estruturais da economia baiana – tomada a sua evolução nos últimos 20 anos – revelam-se também através de outros elementos estatísticos, talvez mais convincentes. A participação percentual do setor manufatureiro, na composição de Renda Interna, por exemplo, em 1970, já se equiparava à do setor primário, ultrapassando-a levemente até (23,5 contra 23,1). Esse predomínio, contudo, torna-se indiscutível ao final do quinquênio: 29,3% contra 19,2%. Por outro lado, em que pese ao grande crescimento, em valores constantes, das nossas exportações (150%), entre 1970 e 1975 – o cacau, continuando no seu posto de liderança, entre os demais produtos – o certo é que cerca de 40% das exportações estaduais já eram representadas por bens manufaturados e bens semimanufaturados da indústria de transformação. Além do mais, cerca de 60% das exportações baianas são feitas atualmente por vias internas – o que significa dizer que diminuiu a dependência da economia local, em relação aos mercados externos.

Verdade é que, se estudadas algumas estatísticas macroeconômicas do Brasil e, dentro delas, a participação da Bahia, passarão despercebidas aquelas mudanças que conduzem a um maior dinamismo da economia estadual, nos anos recentes. Assim, por exemplo, em 1970, nossa participação no valor da transformação industrial brasileira não foi além de 1,5%. Também, no mesmo ano, a participação baiana na Renda Interna do Brasil apresentava uma cifra modesta: 3,2%. Observando, porém, que em 1974 a participação do Estado no VTI (Valor da Transformação Industrial) aumentou em cerca de 40% (passando para 2,1%), não será exagerado estimar-se também que a participação baiana na Renda Interna brasileira possa chegar, ao final da presente década, à faixa dos 4% ou mesmo 5%. Os dados disponíveis do Produto Interno Bruto (PIB) do país não são muito estimulantes para a Bahia: a participação desta, de 1970 para 1974, caiu, progressivamente, de 2,32% para 2,13%. Mas, em 1975, constata-se uma leve melhoria (2,16%) que alguns estudiosos enxergam, com otimismo, como um sinal dos primeiros dividendos das recentes e maciças inversões no Estado, e como uma tendência pelo menos de contenção do declínio na apontada participação estadual do PIB nacional.

Já em termos nordestinos, a economia baiana continua em destaque, o que é significativo, diante da boa evolução do PIB regional do quinquênio 1970-75, com uma taxa média anual de 10,4%, praticamente igual à taxa brasileira (10,9%) e um pouco superior à do Estado da Bahia (9,9%). Efetivamente, a participação baiana na Renda Interna Regional foi, em 1970, de 30,1%; quanto à participação no VTI do Nordeste de 26,8% em 1970, evoluiu para 32,5%, em 1974. Tomando também os projetos aprovados pela SUDENE, até 1977, para efeito da obtenção de incentivos fiscais, observa-se que os empreendimentos na Bahia ocuparam quase a quarta parte (22,1%) do total de empregados naqueles projetos, absorveram cerca da terça parte (33,7%), dos recursos de incentivos ("FINOR", em sua configuração atual), e representaram pouco menos da metade (43,6%) do investimento total projetado.

Nos anos próximos, tudo leva a crer que a economia baiana aumentará, significativamente, sua participação na Renda Interna nordestina, e mesmo na brasileira. A responsabilidade maior desse feito caberá ao Polo Petroquímico de Camaçari, cujos primeiros e decisivos esforços de implantação datam do final dos anos 60 (governo Luiz Viana Filho), todavia, a decisão de sua criação pelo Governo Federal data de 1971 (governo Antonio Carlos Magalhães), enquanto suas matrizes começaram a entrar em operação em 1978 (governo Roberto Santos). Pela sua magnitude, os investimentos já realizados na área são, por si sós, reveladores da importância do empreendimento. Só o Governo Estadual, por exemplo, através do COPEC (Coordenação do Complexo Petroquímico de Camaçari), investiu em obras infra estruturais soma que se estima além de Cr\$ 1 bilhão, devendo, até 1980, totalizar gastos (a preços do ano de 1978) da ordem de Cr\$ 2,1 bilhões. Vale acrescentar que, de tais somas, estão excluídas obras

e serviços (água, energia, habitação, etc.), diretamente vinculadas a organismos da administração descentralizada, para não falar das inversões diretamente a cargo da Prefeitura Municipal de Camaçari.

Alguns documentos sobre a matéria e, principalmente, declarações de dirigentes do COPEC, permitem alinhar as seguintes vantagens do II Polo Petroquímico nacional, para as economias baiana, nordestina e brasileira:

- k. adequado aproveitamento de recursos naturais, disponíveis no território baiano (nafta e gás natural);
- l. investimentos industriais – computadas as unidades em operação, em construção e com projetos aprovados – totalizando cerca de 2,5 bilhões de dólares, o que equivale a mais ou menos 85% do PIB estadual;
- m. a partir de 1980, quando em plena produção apenas o conjunto de fábricas da Área do Complexo Básico, uma economia de divisas para o país da ordem de 800 milhões de dólares anuais – o que ultrapassa toda a receita anual proveniente da exportação de cacau;
- n. estímulo à criação de outras indústrias (com um efeito multiplicador superior ao do CIA como um todo), não só de natureza petroquímica – compondo um complexo integrado de que não há outro exemplo, no Nordeste – como também fora do setor referido;
- o. aumento do número de empregados, na faixa principalmente da mão-de-obra qualificada (só o Complexo Básico demandará 12 mil empregados diretos);
- p. aumento considerável dos recursos tributários, principalmente de ICM, IPI e IR, aumentando a capacidade de investir do setor governamental, notadamente nos planos estadual e municipal;
- q. reflexos sobre o setor terciário, com destaque para os serviços oferecidos por Salvador.

CONCLUSÕES

Inúmeras conclusões podem ser extraídas da análise da economia baiana, nos dois últimos decênios, com base inclusive em aspectos outros que deixaram de ser aqui tratados, pelo caráter de generalidade do trabalho. Sem dúvida, o primeiro ponto a destacar é a clara mudança estrutural da economia estadual, com crescente participação do setor manufatureiro na formação da Renda Interna – tendência a avolumar-se, nos anos próximos, como consequência da atuação das indústrias do Polo Petroquímico.

A concentração espacial do setor secundário deverá, pelas mesmas razões, acentuar-se em favor da região metropolitana de Salvador, aumentando ainda mais os fatores de

atração de mão-de-obra interiorana e originária de outros estados, especialmente do Nordeste, embora pondo em perigo as já desgastadas condições de um centro urbano que constitui um dos maiores polos turísticos do país. Tal concentração, por sua vez, promete piorar, ainda mais, a péssima distribuição da renda interna, dada a crescente densidade de capital nos empreendimentos recentes; a participação dos assalariados no PIB, por exemplo, mostra-se decrescente, nos últimos anos (de 34,6%, em 1970, para 33% em 1974), fenômeno que se agrava no setor industrial (nas empresas do CIA, por exemplo, a participação do custo de mão-de-obra no Valor Agregado Bruto desceu, vertiginosamente, de 67,5% em 1971, para 32,4% em 1976). É ainda esse aspecto concentrador de capital que, por sua vez, conduz à frágil participação dos empresários locais nos empreendimentos industriais, também favorecendo uma posição excessivamente destacada ao capital estrangeiro.

Sinteticamente, diríamos que, diante do exposto, a ação da comunidade baiana deverá desenvolver-se em duas grandes direções, se pretender evitar o veloz agravamento de problemas já existentes: de um lado, cuidar da criação de maiores oportunidades de emprego nas zonas interioranas (a reforma agrária teria que desempenhar, aqui, papel destacado), e, de outro lado, evitar, na medida do possível, o agravamento dos males que a industrialização já nos apresenta, como a grande concentração da renda aqui gerada e a poluição ambiental. Da eficácia ou não desse duplo combate, dependerão, em grande parte, nos anos vindouros, os êxitos e os fracassos da economia baiana, sem que se possam esquecer, pela óbvia importância, os poderosos mecanismos da política econômica nacional, capazes de viabilizar, por si mesmos, a eficácia ou ineficácia daquele combate.

Referências

AGUIAR, Manoel Pinto de. Notas sobre o enigma baiano. *Planejamento*, Salvador, v. 5, n. 4, out./dez. 1977.

ALMEIDA, Rômulo. 10 anos do Centro Industrial de Aratu. *Aratu*, Salvador, v. 8, n. 59, 1976. (Edição especial da comemoração do 10º aniversário do Centro Industrial de Aratu).

BRITO, Raimundo Mendes. Raimundo Brito fala sobre as vantagens do Complexo Petroquímico. *Tribuna da Bahia*, Salvador, 29 jun. 1978.

CONJUNTURA ECONÔMICA: 30 anos de análise da economia brasileira. Rio de Janeiro: FGV, v. 31, n. 7, jul. 1977.

A FASE atual da economia baiana. *Análise Conjuntural*, Salvador, v. 5, n. 1, jan./mar. 1978.

A INDÚSTRIA de transformação do Centro Industrial de Aratu. *Análise Conjuntural*, Salvador, v. 5, n.1, jan./mar. 1978.

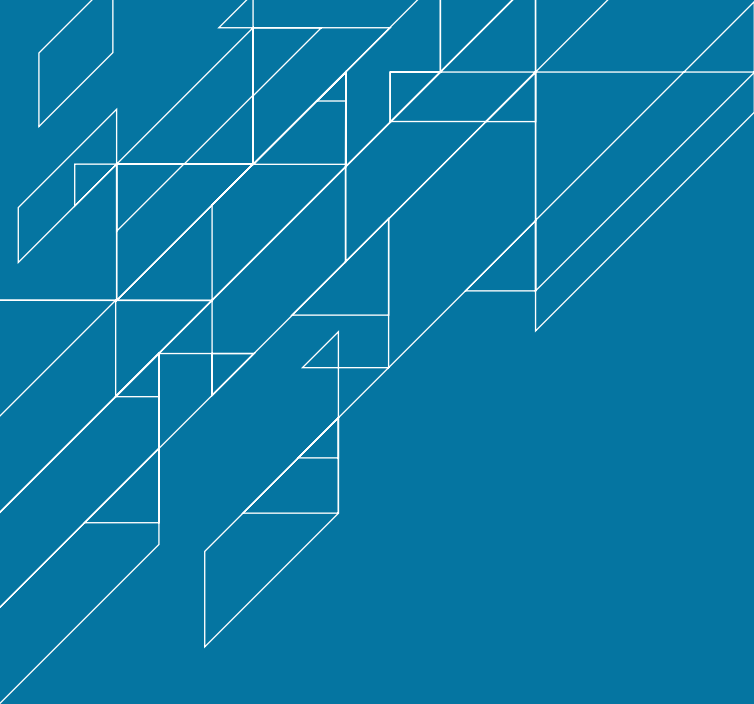
LIMA, Edson Pitta. Centro Industrial de Aratu: pesquisa contesta esvaziamento. *Tribuna da Bahia*, Salvador, 12 maio 1978.

MASCARENHAS, José F. Análise da economia baiana – 1967-1977. Salvador: Secretaria das Minas e Energia, 1978.

SIMÕES, Jairo. Bahia: industrialização e subdesenvolvimento. *Revista da Bahia*, Salvador, v. 6, n. 7, dez. 1967.

SIMÕES, Jairo. Bahia: aspectos do desenvolvimento industrial. *Jornal da Bahia*, Salvador, 26 set. 1968.

R. econ. Nord., Fortaleza, v.9, n.4, p.469-482, out/dez.1978



ARTIGO

As Bases Conceituais do Estudo da Pobreza

Fernando Pedrão

O ponto de partida deste trabalho é a observação de que a pobreza, em sua abrangência social, em suas diferentes manifestações e intensidade, na formação das classes sociais e nas relações entre elas, bem como em sua persistência, é um traço fundamental do quadro social brasileiro atual e, destacadamente, do segmento baiano da formação social brasileira. A gravidade da questão da pobreza como marca de discriminação de grupos sociais atribui-lhe incontável prioridade urgência, impondo um esforço sistemático de interpretação das condições em que a pobreza é gerada e se perpetua. Outrossim, esta urgência leva a uma preocupação em esclarecer como se percebem os problemas de pobreza; e como essa percepção se materializa em estudos de situações concretas de pobreza, bem como na formulação de políticas específicas para enfrentá-la.

Pressupõe-se que não se trata, em hipótese alguma, de um tema sobre o qual possam ser estabelecidas linhas de análise voltadas para a simples comprovação de quanta pobreza existe – mais ou menos aguda – ou de como a pobreza se apresenta, de modo circunstancial ou crônico. Tampouco é uma análise que tenha qualquer sentido, se limitada ao escopo de tipologias ou de mensurações que, se bem necessárias como informação, não esclarecem sobre os porquês da pobreza numa ou noutra trajetória social. Cabe supor que se trata de uma análise que não pode se afastar da explicação da trajetória da formação da economia e que, somente ao expor como ela resulta em formação de capital e em criação de emprego e remuneração, consegue estabelecer em que consistem as raízes desta formação e perpetuação da pobreza.

Trabalha-se aqui com a noção de que a pobreza abrange as diversas condições de exclusão social dos resultados da atividade econômica, diretamente no uso de bens e de serviços e, indiretamente no acesso aos benefícios culturais, ensejados pela prosperidade econômica. Assim, genericamente, a noção de pobreza corresponde a situações em que uma parte da sociedade é privada de acesso aos resultados da economia. Portanto, há uma relação intrínseca entre o suposto progresso – que supostamente implica em enriquecimento material – e as condições de exclusão inerentes a cada modo histórico de prosperidade econômica. A partir destas noções há, portanto, uma falácia na pretensa polaridade entre a pobreza aguda e a pobreza crônica, tanto quanto na preocupação em isolar algumas modalidades de pobreza como socialmente inaceitáveis – aceitando outros modos de exclusão. Implicitamente, ao tomar a pobreza como referencial de uma visão crítica dos resultados sociais da economia, aceita-se que seja esta a base de um repto aos valores e à justificativa ética da civilização ocidental em seu conjunto; e não apenas a base de uma crítica circunstancial do capitalismo, que pode desprendê-lo da trajetória da civilização ocidental em seu conjunto.

Assim, a problemática de países jovens e ex-colônias como o Brasil, seria percebida por sua inserção na economia mundial que, por sua vez, está condicionada pela trajetória – e pelos conflitos – das economias hegemônicas. A ideologia do progresso se transfere de um contexto a outro praticamente por separado das finalidades sociais do progresso. É uma questão que abrange e excede a da acumulação, porque vai aos fundamentos éticos do poder sustentado pela economia. Destarte, a discussão da pobreza não seria posterior ao estudo do capitalismo, mas seria parte de uma discussão axiológica da civilização ocidental.

Em sua formação de classes sociais e Estados nacionais, a civilização ocidental se objetivizou em relação com o oriente. Primeiro, ela se individualizou em relação com os modos históricos de sua própria formação. Substituiu a memória da fertilização do contacto entre culturas pela criação de uma memória exclusivista, que selecionou os acontecimentos que lhe são convergentes numa visão de uma história captada desde uma determinada cultura. Fala-se, então, de uma espécie de linha dinástica da Grécia, de Roma e dos países europeus modernos, em lugar de falar dos conjuntos de relações que se conjugaram na formação de cada povo hegemônico. Logo, a civilização ocidental encontrou-se na posição de atribuir um caráter de universalidade às opções de poder dos povos hegemônicos¹, com a consequência de um etnocentrismo que encontraria diferentes expressões no racismo, nos vários discursos sobre as virtudes das culturas de clima temperado, etc. e, de modo concomitante, incorre-se na redução ao pitoresco de tudo que difere dos modos dessas culturas hegemônicas. É inevitável notar que a “crítica” ocidental ao irracionalismo abrange a descrição desdenhosa dos povos e dos componentes primitivos, bem como a simplificação da análise de povos que detentaram momentos anteriores de concentração de riqueza, como é o caso dos árabes².

Esta opção histórica tem inegável correspondência com a postura perante o conhecimento: primeiro, com o isolamento do pensamento, oficialmente aceito como científico; e logo, com a escolha de critérios de positividade do conhecimento, para determinar sua responsabilidade. Os pressupostos metódicos sobre a solidez e a confiabilidade do conhecimento das ciências humanas, atestam essa opção de positividade, na medida em que a análise social se organiza sobre princípios formais

-
- 1 Chaunu (1976) desenvolve uma análise do gradual encadeamento dos espaços regionais das civilizações, a medida que elas se “desencravam” com seus respectivos universos de espaço-tempo-cultura. A pretensão de universalidade que se atribui às determinações de uma civilização pressupõe sempre a negação da validade das determinações de outra; cada civilização se afirma individualizando-se em relação com outras, mesmo quando não haja sincronia temporal entre elas.
 - 2 Garaudy (1983), explorou em profundidade, esse questionamento, pondo em evidência as contradições de não racionalidade desta civilização ocidental, no modo como ela se esforça por repudiar suas raízes orientais, principalmente aquelas mais recentes, como as árabes, numa tentativa de justificar suas defesas nacionalistas e etnocêntricas. Desde a perspectiva dos povos subjugados ou, simplesmente, mantidos à margem do enriquecimento da Europa ocidental, o progresso das nações apontado por Adam Smith tem outras conotações, como já o notara Sismondi. A crítica do centralismo cultural atinge um fenômeno mais amplo que o da riqueza, porque exige uma relativização do conhecimento, antagônica com a formalização iniciada por Descartes e sintetizada nos ideais de positividade do conhecimento científico.

isolados de sua significância histórica³. A atual ênfase dos estudos filosóficos e sociais em aspecto de forma do método e da linguagem reitera essa aversão à crítica axiológica e, portanto, ao questionamento da teleologia da civilização ocidental. Por oposição, ao voltar para a crítica dos objetivos sociais do enriquecimento, o estudo da pobreza, por força, é um estudo do conteúdo de método e de finalidade das transformações sociais. Mesmo quando particularizando na problemática de uma região e de uma época determinadas, é uma análise deliberadamente voltada para questões de valor.

AS BASES HISTÓRICAS DA FORMAÇÃO DA POBREZA

A formação social da Bahia, sua individualização no quadro da formação social brasileira, é inseparável da estruturação do binômio Salvador-região do Recôncavo e, portanto, da identificação desse espaço regional, como assento de uma economia escravista, resistente e próspera o suficiente para garantir a individualização do próprio Estado da Bahia, no contexto da formação social nacional. O modo de produção escravista afeiçoou-se aqui, como parte da organização internacional do capitalismo mercantil da Europa ocidental, acompanhando a expansão geográfica de sua economia⁴.

Em sua organização local, a economia escravista evoluiu, acompanhando o aperfeiçoamento do capitalismo mercantil, apoiando-se nos elementos de organização local – os entrepostos e sua rede de penetração local – que sustentaram a formação de uma urbanização embrionária, claramente identificada com a sustentação e a continuidade da economia comercial⁵. O estudo atual da pobreza, na formação histórica da economia, defronta-se, necessariamente, com os problemas próprios das materializações do capitalismo comercial, primeiro nas formas de urbanização que ele determina e depois, na identificação de novas modalidades de comércio, atreladas a essa urbanização e, ainda mais tarde, nas inter-relações entre a progressão da urbanização e as transformações nos modos como o capitalismo comercial, se enraíza regionalmente e como se modifica. É necessário, portanto distinguir entre colocações simples descritivas de condições de pobreza, próprias de determinados momentos do capitalismo comercial, e colocações relativas às transformações da própria pobreza, no interior desse capitalismo comercial (por exemplo, como a pobreza dos escravos é substituída pela pobreza de trabalhadores libertos, no mesmo contexto de economia escravista, onde trabalham lado a lado escravos e libertos).

3 A profundidade desta questão de método é demasiada para o espaço deste ensaio, mas deve ser situada em função de toda uma linha de trabalhos filosóficos, que se remonta a revisores da relação forma-conteúdo desde Aristóteles (GIANNOTTI, 1983).

4 Uma descrição do movimento combinado de expansão geográfica da economia e de modificação dos modos do comércio e da navegação encontra-se em Parry (1964).

5 É um tema que foi tratado por Eric Williams em estudos sobre a formação da economia antilhana e por Aguiar (1961) concretamente sobre o processo de formação da economia brasileira.

Assim, continua sendo indispensável enfrentar algumas questões básicas, relativas às modalidades específicas de urbanização e de sua correspondência, com a formação de espaços regionais. Tais questões devem ser situadas, especificamente frente à organização do espaço na economia do capitalismo rural – uma inevitável subordinação do capitalismo mercantil, internacional – e posteriormente no capitalismo agromercantil, que já aparece como a expressão de um enraizamento rural, diretamente realizado pelo próprio capital mercantil. São questões atinentes às modalidades de uso dos equipamentos, dos recursos naturais e ao emprego de força de trabalho que, finalmente, descrevem como estes usos de recursos, resultam num perfil de entrosamento, na economia mundial.

Obviamente, há uma questão subjacente nestas colocações, qual seja de que esse capitalismo comercial tenha sido realmente superado, isto é, modificado e absorvido pelo capital industrial é, por fim, comandado por ele. Posta de outro modo, também é uma questão de que o capital comercial tenha seguido uma evolução própria, diferente da evolução do capital industrial. Assim, é uma colocação que une explicações da formação do capital industrial às explicações das transformações atuais do capital financeiro, distinguindo este último claramente como uma instância de organização social, comandada pelas determinações do manejo das expressões de valor de capital.

Com esta ênfase na preeminência do capital comercial, na trajetória histórica da economia regional, desloca-se o foco das atenções para os aspectos de gênese e transformações do capital financeiro, ao longo das mudanças do capital rural e comercial, em capital agromercantil, projetando novos parâmetros de análise para interpretar os movimentos do capital industrial, no espaço regional.

Esta superação do capital mercantil pelo industrial pareceria ser mais previsível, entre outras razões, porque a lógica do capital industrial seria a mais convergente com as exigências de uma concorrência internacional mais intensa, já que os mecanismos de expansão da indústria supõe a substituição de técnicas de produção. Entretanto, na Bahia verificou-se a persistência de modos de funcionamento, na organização regional das relações sociais, que correspondem a uma contínua reorganização do capital comercial. Tanto no plano da seleção das atividades em que ele se concentra, como no da institucionalização de seus modos de operação e, ainda no modo com se organizam as atividades financeiras que o apoiam, o comércio impôs uma trajetória de formação de capital, que manteve sua individualidade própria, em forma paralela com a expansão industrial e sem confundir-se com ela.

Historicamente, a Bahia fora um espaço regional, organizado em dois níveis de densidade de capital, com diferente funcionalidade econômica: o conjunto de Salvador

com o Recôncavo por um lado e, por outro lado, o conjunto das sub-regiões do interior. Salvador estabelecera suas funções de capital regional e centro do capital mercantil, a partir de sua posição específica de capital do Recôncavo e de porto exclusivo da região. O espaço regional real do Estado em seu conjunto fora definido e operado em função das necessidades de um espaço rural mais extensivo (produtor de matéria-prima da pecuária e abastecedor dos serviços de transporte e tração). O espaço territorial efetivo da região baiana variava, de acordo com a demanda exercida pelo Recôncavo e com a função líder do porto de Salvador⁶, criando-se um conjunto de relações intra-região baiana, que se refletiu no perfil da formação de emprego, bem como na estrutura política do Estado e na formação social de Salvador. Tanto a cana de açúcar como o fumo propiciaram a criação de uma massa significativa de empregos, classificáveis como quase-industriais, compatíveis com a permanência de um estamento significativo de economia rural de subsistência. Esta também fora alimentada – e complementada – pela economia extrativa da orla da Baía de Todos os Santos e dos rios da região, mantendo-se uma elevada densidade de população rural e semi urbanizada periférica, das principais monoculturas. Seriam estas portanto, contando com essa mão – de – obra pouco remunerada, que ofereceriam as mercadorias que Salvador negociaria com o exterior. Em seu conjunto, essa região contrasta com a do interior do Estado por sua maior capacidade para reter força de trabalho, organizado sempre como economia periférica, do segmento exportador.

A economia e a cultura do conjunto Salvador – Recôncavo geraram, desde a colônia, elementos de identidade regional suficientes para sustentar uma consciência social e política que se manifestaria, por exemplo, no projeto republicano da Sabinada e no distanciamento com o interior, que continuaria até a própria República. Com seus altos e baixos, a continuidade histórica e geográfica da região correspondeu à continuidade do capital agromercantil, capaz de realizar substituições significativas em sua base rural (por exemplo, substituindo zonas de agricultura de subsistência por pecuária extensiva, no próprio Recôncavo), porém, completamente voltado para uma reprodução tipicamente financeira, tomando a relação com o capital nacional, de modo complementar em sua base regional.

6 Ao examinar o perfil atual do sistema de cidades do Estado e sua rede viária, percebem-se as marcas dessa trajetória de formação do espaço regional. O espaço econômico do Estado da Bahia aparece articulado por um pequeno conjunto de cidades, num arco de Jacobina, Senhor do Bonfim, Itaberaba, que corresponde a uma penetração do território, cujas referências mais próximas de Salvador São Alagoinhas, do lado norte, e Santo Estevão como saída do Recôncavo, sobre a linha de penetração do vale do rio Paraguaçu. A relação simbiótica de Salvador com o Recôncavo modifica-se ao longo do tempo, aumentando a relação direta de Salvador com sub-regiões mais distantes do Estado, ao expandir-se o território ocupado pela economia extensiva, tanto em pecuária como em agricultura. Entretanto, pela própria organização do espaço regional, com a exceção do sul do Estado, onde Ilhéus encabeça o serviço portuário da região cacaueteira, Salvador permanece com a função de cidade-porto do Estado, concentrando as vantagens urbanas decorrentes dessa posição privilegiada. Com a implantação de indústrias em Salvador e com a melhoria da comunicação viária com o Centro-Sul, ganham força as posições de cidades como Jequié e Vitória da Conquista, passando a aproveitar-se melhor os recursos do sudoeste do Estado e, mais tarde, do extremo sul. Essa maior importância das sub-regiões da metade sul do Estado também contribuiria para reforçar a posição de Salvador, já que se refletiu no fluxo de recursos canalizados para o Governo do Estado e por consequência, em sua capacidade para realizar obras de infraestrutura, finalmente funcionais ao aludido projeto de industrialização do Estado.

Este esquema de funcionamento regional, herdado da colônia, só foi interrompido pela entrada em cena da região cacauzeira, que perfilou a organização de uma economia, não diretamente dependente do capital assentado em Salvador. A relação direta com o mercado internacional, concomitante com a subordinação a decisões de política, determinadas pela política econômica nacional, constituiu um limitante da expansão do capital agromercantil de Salvador, que somente de modo indireto e secundário – via orçamento estadual – pôde participar dessa formação de riqueza. No entanto, lá também se repetiu o esquema social de produção, em que a monocultura principal exigiu a presença de numeroso contingente de mão – de – obra, e em que a sustentação dessa mão de obra ficou principalmente incorporada à pequena produção – minifúndios e equivalentes – por definição economicamente insolvente. O equilíbrio demográfico sub-regional se daria pelo concurso de uma economia local, baseada no uso das terras de menor valia e em emprego estacional na plantação de cacau. É significativo que a infraestrutura viária da região cacauzeira foi feita com demora em relação com a do nordeste do Estado, o mesmo acontecendo com o equipamento urbano das cidades dessa região. Assim também, o isolamento da região cacauzeira em relação com a expansão mais recente do extremo sul do Estado – depois de 1960 – demonstrou sua pouca integração com o processo de formação do capital industrial do Estado, no mesmo período, conduzido a partir do Governo Estadual (é fundamental distinguir entre a industrialização conduzida pelo Governo até 1970 e a industrialização polarizada, cuja execução escapa dessa órbita para a Federal).

Nesse processo, o capital internamente formado no Estado teve a opção de encaminhar-se para aplicações mais rentáveis a menor prazo e com menor risco, na expansão imobiliária e na modernização da agricultura, distanciando-se, portanto dos riscos e das demoras dos investimentos industriais. Longe, portanto, de falar de uma suposta superação do capital mercantil pelo industrial, descreve-se um processo de sucessivas conversões do capital mercantil em capital industrial – acompanhando a entrada de capital industrial do Centro-Sul – ao mesmo tempo em que prosseguem os movimentos básicos de conversão de capital, liderados pelo aludido capital agromercantil. Este processo de ida e volta da formação de capital entre o campo e a cidade prossegue até agora, verificando-se que a maior parte da formação de capital volta ao campo, à agropecuária modernizada, ou fica nas cidades principais, integrada com a expansão imobiliária. É um aspecto a ser examinado com mais detalhe, ao analisarem-se os mecanismos da economia aqui denominada como “modernizadora” .

Por sua articulação internacional, este capital mercantil criou diversos componentes da economia rural exportadora – couros, fumo, etc. – e manteve uma organização da produção com um grande segmento de produção para consumo local, tanto no

campo como na cidade, tanto em unidades de produção marginais – muitas vezes identificadas com o nível de produção para subsistência – como em unidades de produção, reconhecidamente eficientes. Em síntese, ao longo de suas transformações seculares, o capital mercantil estruturou uma economia regional escravista, durante o período colonial, com suficientes identidade e vitalidade para gerar sua própria estruturação social e política.

A eficiência da economia mercantil dependera de sua habilidade para participar na economia mundial com um regime de produção que podia sustentar-se indefinidamente sem grandes injeções de capital financeiro, portanto, que não dependera de aumentos sucessivos de produtividade, fora do segmento da produção para exportação. Assim, pôde sustentar uma ampla produção, em nível de subsistência que, afinal, não é mais que um esquema de produção em que a força de trabalho é retida com um mínimo de contactos financeiros, ou seja, em que a ocupação efetiva da força de trabalho é sustentada em nível de produtividade do segmento menos eficiente da economia regional.

A decadência da base exportadora dessa região, líder do Recôncavo levou, por oposição, à abertura de terras para pecuária extensiva. A terra rural não chegou a constituir um atrativo de reserva de valor, senão depois de superar-se o isolamento regional da Bahia, ou seja, até que, com o fim da Segunda Guerra mundial, se consolidassem os movimentos de integração do espaço nacional, explicitados no ideário da revolução de 1930. A nova economia urbana mostrou novo perfil de demanda de terras, tanto para abastecimento de alimentos como para intercâmbio comercial: apareceram os empreendimentos agrícolas e pecuários como aplicações da formação urbana de capital e, por fim, apareceram os empresários rurais, oriundos dos setores de prestação de serviços urbanos.

O fundamental é que esta economia agromercantil não dispôs de mecanismos adequados de reabsorção de lucros à expansão de sua capacidade de produção. Tal como ficou caracterizado na economia da região cacauzeira ⁷, a economia agromercantil exportadora filtrara ao exterior a renda que formara. Este mecanismo operou através de saída de capital para investimento, como nas compras ao exterior para consumo. Outrossim, essas filtrações constituem um mecanismo do processo social de formação da renda regional, que finalmente só sustenta esse segmento exportador, pela intensidade da relação com o exterior.

7 A prosperidade da região cacauzeira mostrou um tipo de economia exportadora mais intensamente monocultora, mais intensiva em capital e mais capaz de sustentar sua força de trabalho durante o ano todo. Justamente por sua maior rentabilidade, a economia do cacau expulsar quaisquer outras atividades que diversificassem o quadro regional. Esta falta de diversificação implicou, por oposição, numa preferência por aplicações fora da região, ou seja, favoreceu as filtrações de renda e freiou a expansão do mercado local. A diversificação só apareceria na década de 1970, como consequência de expansão de investimentos do Centro-Sul e de Salvador.

Em síntese, isso significa que a continuidade da economia agromercantil corresponde à perpetuação de modos de absorção da força de trabalho em que, pela própria definição deste sistema, devem predominar condições de remuneração que se mantém em nível de simples reprodução da força do trabalho, sem qualquer possibilidade previsível, de mudança em relação com o perfil social da acumulação. O número de empregos, bem remunerados, é pequeno e também são poucas as possibilidades de ascensão em renda através de especialização. Os investimentos são muito concentrados, num pequeno número de empreendimentos e as compras de equipamentos são escassas, pouco estimulando a proliferação de uma indústria de serviços. Trata-se, portanto, de julgar quais podem ser as determinações do capital agromercantil, no modo como ele leva agora à criação de determinado nível de emprego, em atividades urbanas e rurais, e no modo como ele pode conduzir à criação de um mercado interno, portanto, como pode criar as condições de sua própria superação.

A FORMAÇÃO DE POBREZA NA ECONOMIA AGROMERCANTIL

A economia agromercantil é a forma dominante que distingue a formação na Bahia. Ela aparece como produto do amadurecimento da economia mercantil de Salvador que, ao poder contar com o apoio estatal estadual, estende sua influência à economia rural extensiva do interior do estado, substituindo a anterior posição, privilegiada do Recôncavo, por outra, onde o equilíbrio é alcançado pela maior influência do interior na formação da renda do Estado. Cada vez mais, Salvador se transforma na capital de uma região em expansão, que se expandiu gradualmente, desde os limites reais da encosta leste da Chapada Diamantina até chegar, ao final da década de 1970, a incorporar a região do oeste do S. Francisco.

As transformações desta economia agromercantil em relação com essas modificações na base territorial da economia rural, ou em relação com a industrialização, não eliminam o fato fundamental de que a acumulação de capital é conduzida regionalmente pelo módulo de funcionamento da economia agromercantil. Ao esgotarem-se os efeitos da recuperação da economia açucareira, no final do século XIX, a economia baiana encontrou-se naquela forma de organização da capacidade de produção, que cruzaria a fase da Primeira Guerra mundial e chegaria até a depressão econômica de 1930. A novidade foi a implantação e expansão do setor cacauero, que se desenvolveu à parte da economia regional de então, com poucas aplicações de recursos públicos estaduais, mas chegando a partir da década de 1940 a constituir a principal fonte de recursos do Estado.

O setor cacauero modificou a composição das fontes de recursos do Governo Estadual, mas não modificou um aspecto essencial de continuidade do capital agromercantil como estruturador da economia regional. Justamente, a falta de uma industrialização

integral desse produto reiterou a falta de um capital financeiro na região, que se voltasse para investimentos diferenciadores da economia agromercantil. A típica irregularidade das receitas tributárias do Estado refletia a falta de um Circuito de aplicações industriais – principalmente de agroindústrias – que gerassem tributos e, ao mesmo tempo, que contribuíssem para ampliar a heterogeneidade da produção. Assim, a economia agrícola, propriamente dita, continuou durante as décadas de 1940 a 1960, com muitas poucas inovações técnicas, inclusive, sendo pouco atingida pelo começo de industrialização do período de 1950 a 1960.

Assim, ao reconstituir estes movimentos da economia regional, é necessário examinar primeiro os fenômenos relativos à urbanização antes de abordar a industrialização.

A urbanização em curso na Bahia abrange dois períodos claramente diferenciados. O primeiro corresponde a um crescimento de Salvador e das principais cidades da zona cacauífera, a partir da introdução do setor petrolífero no Estado, da expansão da produção de cacau e de algumas obras de infraestrutura física: estradas, no âmbito estadual, e a primeira etapa da usina hidroelétrica de Paulo Afonso. O segundo período corresponde a mudanças significativas na emergente Região Metropolitana de Salvador e de outros núcleos como Camaçari, o crescimento de cidades médias e grandes do Estado, como Feira de Santana, Jequié, Vitória da Conquista e mais recentemente, Barreiras e cidades do extremo sul.

A rigor, trata-se de um só movimento de crescimento de cidades, mas com diferentes expressões de urbanismo e decorrentes de processos sociais também diferenciados entre si, em que o primeiro foi produto dos movimentos do capital agromercantil, com uma influência crescente, porém secundária do capital industrial, ainda em processo de implantação. Nesse período não houve políticas de localização industrial que condicionassem os processos urbanos. O segundo período, identificável com a implantação do Centro Industrial de Aratu, reflete os movimentos de uma economia regional, onde se combinam as decisões do capital agromercantil com as do novo capital industrial, ressaltando o aspecto de que o sistema financeiro regional, tenha-se adaptado a tendência à concentração própria do sistema financeiro nacional, portanto, tenha se modificado sua posição no quadro das relações do capital mercantil, com o industrial.

Destarte, a urbanização reflete uma modificação da economia regional, consubstanciada em novo funcionamento do capital financeiro, no modo como ele continua operando a transferência de umas para outras modalidades de economia rural, e no modo como se realiza essa função do capital agromercantil, atingindo a própria formação do capital industrial. A urbanização passa por modificações qualitativas que não podem ser explicadas por separado da transformação da região em seu

conjunto, destacando-se (a) a incorporação e o aprofundamento de novas relações inter-regionais, conduzidas pela expansão econômica da região de São Paulo e (b) o efeito da elevação dos preços da terra, conseqüente à reincorporação de capital mercantil a novas modalidades de economia rural comercial. Assim, tornasse necessário distinguir aquelas manifestações urbanas, geradas pelo capital agromercantil, bem como analisar como essa urbanização organizaria – durante o decênio de 1970 – a base física regional sobre a qual pudesse ser implantada a urbanização, requerida pela expansão do capital industrial e pelo aumento dos graus de monopólio na economia.

A partir daí, os questionamentos fundamentais da análise social sobre a urbanização do capital agromercantil, podem ser resumidos nos seguintes pontos: (a) trata-se de um padrão único, historicamente contínuo, de urbanização, ou são situações estruturalmente descontínuas, com manifestações *sui generis*, que não compõem padrão algum de formação regional?, e (b) é possível identificar processos econômicos sequenciados, que conduzem as estruturas urbanas de uns objetivos de crescimento das cidades a outras, ao longo da passagem da economia agromercantil para a economia industrial? Como a urbanização na Bahia até 1970, foi praticamente conduzida pelas necessidades do capital agromercantil, o crescimento de Salvador entre 1950 e 1970 decorreu mais de movimentos de expulsão de população do meio rural e dos povoados e cidades pequenas, que de movimentos de atração de população por esperança de emprego. Por exemplo, o crescimento de Ilhéus, Itabuna e Jequié respondeu a elementos próprios de suas respectivas sub-regiões (mesmo no modo com elas ingressaram à integração da economia nacional), que de movimentos inter-regionais que as atingissem diretamente, como o crescimento das cidades madeireiras do extremo-sul, na década de 1970.

Em Salvador, a urbanização agromercantil gerou uma cidade estável, com bairros bem caracterizados, com sistemas de infraestrutura bem delineados, operando com uma demanda de serviços igualmente previsível. O modelo da cidade – capital de 400.000 hab., que chegou até 1950, ainda era uma projeção da prosperidade agromercantil, e não resistiria às exigências de consumo de massa da sociedade industrial, como ficou demonstrado, desde meados da década de 1960, com o aumento das necessidades de infraestrutura urbana, antepostas pelo início do processo industrial. Substituiu-se a ideia de uma cidade que se “completa” numa determinada escala de tamanho por outra cidade cujo dinamismo, justamente, subverte a noção dessas escalas de tamanho, e atribui novas funções a espaços urbanizados no modelo anterior. A especulação imobiliária seria uma conseqüência inevitável de um novo perfil de reprodução do capital, que procuraria andar a passe com o afluxo de populações de baixa renda, para garantir espaços urbanizados distantes do centro de gravidade da cidade, e a passo com novos deslocamentos nos umbrais de

crescimento da infraestrutura física⁸, erroneamente interpretada como escassez de infraestrutura. A cidade-capital passa a caminhar em resposta de imperativos econômicos da implantação e do amadurecimento da economia industrial.

Estas condições de urbanização têm sido próprias de Salvador, que continuou funcionando como centro regional, com precárias comunicações com o Rio de Janeiro e ligações, ainda mais ineficientes com o Nordeste. O crescimento da cidade continuou moderado, com a criação de poucos bairros novos, sem aumentos significativos de densidade habitacional, simplesmente expandindo-se ao longo das vias de acesso dos mesmos sistemas de transportes do período entre guerras mundiais; ou aproveitando espaços subutilizados, contíguos às áreas urbanizadas, ainda no espaço mais densamente urbanizado da estrutura urbana de 1920.

O capital agromercantil continuou convivendo com modos artesanais e corporativos de produção, herdados da economia colonial e pouco modificados pelos contatos com a industrialização, realizada até mais ou menos 1955. Até 1960 Salvador continuou sendo uma cidade onde a maior parte da força de trabalho estava ocupada num regime de pequena produção urbana, na prestação de serviços e em manufaturas, e onde também houve uma participação significativa de economia rural, inclusive com numerosa população vivendo em condições de economia primitiva de subsistência. A organização corporativa do trabalho, herdada da colônia (e bem representada pelas sociedades de beneficência e de montepio das diversas profissões), coexistia, lado a lado, com organizações sindicais e com essa proliferação de produtores independentes, conseqüente à falta de especificidade do emprego pré-industrial⁹. Com a falta de oportunidades de emprego industrial, o comércio foi a principal fonte de emprego urbano, em combinação com o emprego no setor público – encontrando-se sempre frente a maiores números de pessoas em busca de trabalho e, portanto, pagando salários sempre inferiores aos das cidades mais industrializadas do Centro-Sul e do Sul do país.

Assim, sob o predomínio da economia agromercantil, as diferenças de salário, real entre Salvador e as principais cidades do interior, bem como as perspectivas de emprego, não foram suficientes para produzir quaisquer deslocamentos significativos interurbanos de população. A parte da continuação da decadência dos municípios, da metade inferior do Recôncavo e de um crescimento limitado dos municípios

8 Sob a pressão dos movimentos de expansão urbana do capital industrial, a ampliação da infraestrutura toma, por força, um caráter desigual, observando-se que a rede de transporte precede o saneamento e que a substituição entre moradia precária e moradia permanente também se faz de diversos modos, pertencentes alguns ao esquema industrial e sendo outros parte da tradicional economia agromercantil. Torna-se irrelevante procurar uma proporcionalidade entre umbrais de crescimento desses sistemas.

9 Este aspecto foi primeiro exposto e analisado por Pinto (1959) em seu "Recôncavo", onde, ao descrever as condições de ocupação do trabalho no Recôncavo, utilizou a expressão "homem disposto", para caracterizar sua disposição de aceitar emprego urbano braçal em diferentes atividades, de acordo com a solicitação imediata do mercado de trabalho.

produtores de cacau, na década de 1950 a 1960, não aconteceram modificações significativas, na estrutura territorial da população na Bahia. A pressão por emprego, consequente aos incrementos da população total, continua resolvendo-se mediante migrações inter-regionais, então atribuídas à desorganização da economia causada pelas secas. O crescimento das Cidades não trouxe maiores mudanças qualitativas a qualquer das cidades do sistema regional baiano, verificando-se que mesmo Salvador só passou por mudanças importantes com a realização na década de 1970 de propostas elaboradas na década de 1940.

Essa urbanização pré-industrial conduziu a uma organização do uso social da força de trabalho, em que a acumulação de capital não dependeu de um aumento do número de trabalhadores, articulados ao processo de produção, mas derivou sua sustentação de uma captação de excedente, realizada no próprio contato com o exterior, mais nas importações que nas exportações. É um princípio que se repetiria noutras economias comerciais da América Latina, como no Equador e, no Panamá, onde o controle do sistema agromercantil se fez por um setor importador, vinculado com formas de economia rural arcaizada. Nesses outros casos, como na Bahia, o perfil monopolista do capital “para dentro da economia” seria alcançado primeiro pela importação que, na prática, reteria o privilégio do uso das divisas nacionalmente disponíveis. Concretamente, o valor total das exportações – e por consequência – os lucros das exportações – seria obtido de um amplo segmento do capital na economia, que também congrega uma elevada proporção de produtores médios e, pequenos e, portanto, que se difunde no sistema econômico em seu conjunto. Pelo contrário, as importações são realizadas por um pequeno segmento do comércio, com efeitos muito limitados de criação de emprego. Destarte, a predominância do efeito de esperança de emprego somente apareceria como parte da própria superação da economia agromercantil, como parte de sua conversão a outra combinação com componentes da organização social do capital industrial.

A proliferação do assalariamento na economia urbana precede o assalariamento rural. O emprego industrial começa a crescer em Salvador, acompanhando a urbanização – o surto de urbanização antecede o surto de industrialização – mas passa a conduzir o movimento de concentração da força de trabalho, primeiro em Salvador e depois em outras cidades grandes e médias, como Ilhéus, Itabuna e Feira de Santana. O aumento do assalariamento tem o emprego industrial como seu elo mais visível, mas se propaga realmente substituindo formas de ocupação, corporativas e artesanais – Sapateiros, marceneiros, encanadores, alfaiates e outros – que funcionaram em moldes pré-industriais, até bem avançada a expansão da indústria de bens de capital e que, inclusive, em diversos casos, como dos mencionados marceneiros e encanadores, adaptaram-se a ela, proporcionando-lhe um setor urbano de indústria de serviços.

Isto ocorreu com algumas categorias de profissionais, como eletricitas e mecânicos, cujos serviços foram assimilados como de operários nas indústrias e que, assim, tiveram ampliado seu mercado de trabalho. No entanto, é um fenômeno que não se repete noutras categorias, como a dos alfaiates, que não tem correspondência nas novas indústrias instaladas na Bahia e que é geralmente marginalizada pela organização da comercialização dos produtos de indústrias do Sul do país. Assim, no período de 1950 a 1960, a Bahia foi incorporada ao mercado industrial nacional, mas continuou funcionando como um mercado regional de trabalho ainda regulado pelo capital agromercantil, portanto, com um perfil de emprego e remuneração que pouco se beneficiou do começo da industrialização na região. Cabe supor, portanto, que tenham persistido todas aquelas formas de pobreza urbana já existentes, simplesmente porque essa urbanização não conteve quaisquer modificações no mercado de trabalho, que permitissem a criação de novos canais de redistribuição da renda da cidade.

A POBREZA DA ECONOMIA MODERNIZADORA

A partir destes antecedentes da formação econômica do Estado trata-se, portanto, de questionar quais novas possibilidades poderiam ter surgido nos últimos decênios, em concomitância com a modernização da economia regional. Por modernização entende-se aqui um processo de mudança de estruturação social de economias dependentes, que são atingidas por sucessivos impactos – desde fora – nos componentes técnicos e subordinados de sua formação social, sem necessariamente corresponder às determinações de movimentos em nível de sua formação de classes ¹⁰. Haverá uma similaridade entre modernização e desenvolvimento (este último no sentido de mutação estrutural), mas não haveria possibilidade de confundir a configuração passiva desses impactos externos com os produtos de movimentos na estruturação de classe e grupo. A modernização, portanto, assinala uma participação dependente na transformação econômica, e os chamados “efeitos modernizadores”, podem ser circunscritos ao espaço social, afetado pelos aludidos impactos externos.

Na década de 1950 a 1960 a modernização entrou no Estado pela incorporação ao mercado nacional de produtos industrializados e de produtos agrícolas comercializados e ao mercado de prestação de serviços. A expansão deste mercado, conduzida pelos Estados do Centro-Sul, foi facilitada pela ampliação dos sistemas de transporte rodoviário e de transporte aéreo, com a intensificação do tráfego de pessoas e mercadorias com o Rio de Janeiro e São Paulo e, por extensão, com a intensificação

¹⁰ Continua sendo oportuno revisar a análise apresentada por Germani (1974) que situa a modernização como um processo característico dos movimentos contemporâneos das relações entre as economias hegemônicas e as dependentes, em que tomam proporções dominantes as consequências dos movimentos do capitalismo industrial maduro, mas onde também são inconfundíveis os movimentos da concentração de poder tecnológico, vis a vis as economias identificadas com os começos da industrialização.

da cópia dos padrões de consumo dessas duas cidades. A concomitante penetração dos bancos do Sul e de Minas Gerais – aumento do número de agências e manejo de depósitos – completou esse processo, marcando o perfil de certos movimentos inter-regionais do capital financeiro, que se aprofundaram nos anos seguintes. Agora, ao comparar os efeitos da modernização na reorganização da comercialização, com seus efeitos na produção de bens, torna-se mais claro que a modernização econômica se concretizou, em grande parte, graças a esses movimentos do setor terciário, em que também desempenharam importantes papéis a expansão dos sistemas nacionais de comunicação, a penetração de empresas comerciais, bancárias e de prestação de serviços especializados, não só de apoio a empresas, como atendendo ao consumo de alta renda.

Os mecanismos econômicos de difusão dos novos procedimentos de comercialização convergiram com os mecanismos sócio-institucionais de comunicação dos diversos segmentos regionais do capital financeiro nacional, como os da divulgação dos valores da classe médica da sociedade industrial do Sul. Distinguem-se os elementos de modernização que atingiram as empresas, ao surgir a necessidade de concorrer com as empresas mais modernas do Sul, e os efeitos da modernização que atingiram as famílias e as pessoas, através de mudanças de hábitos, promovidas pela própria urbanização, incentivadas pela pressão da publicidade, portanto, acompanhando a modernização dos complexos de prestação de serviços, mais diretamente vinculados com a expansão do capital financeiro.

A modernização provinciana tem sido um movimento principalmente reflexo da modernização liderada pelo Rio de Janeiro e por São Paulo, mas que seria matizada, em diversos departamentos, pelos contatos diretos da região baiana com o exterior. E ganharia, alguma individualidade, a partir do momento em que o próprio capital financeiro e industrial regional, se mostrou capaz de estabelecer suas próprias opções de reprodução no âmbito regional, fato que só ficaria mais claramente configurado na década de 1970, com a volta das aplicações financeiras para as novas formas do capitalismo rural.

A nova sociedade modernizadora se delineou ao final da década de 1960, quando se conjugaram a penetração e a expansão dos bancos do Sul e de Minas Gerais, com a substituição de mecanismos tradicionais de, comercialização de produtos agropecuários básicos por produtos mais capitalizados, que abrangem desde os sistemas de comercialização em massa, pelos supermercados, até a capitalização dos pequenos intermediários do interior, que passam a transmitir aos produtores as opções de mercado, estabelecidas pelos sistemas de comercialização e não mais pelos consumidores urbanos. Com a capitalização da comercialização, entram em cena novos mecanismos de financiamento da produção, aparecendo novas modalidades

de associação, explícitas ou dissimuladas, entre os bancos e os empresários urbanos, das quais resultaram novos esquemas de aplicação de recursos financeiros e seriam desestimulados outros, tanto na produção de alimentos e demais artigos de consumo básico, ou na produção dos diversos tipos de matérias – primas.

Justamente, uma das principais observações a fazer neste particular é que a falta de organização do mercado regional de alimentos – ou sua pouca capitalização – submeteu a produção às decisões do mercado do Centro-Sul, através do direcionamento da publicidade, bem como da falta de regularidade dos produtos ofertados e de seus preços do comércio regional. O fluxo de produtos do Centro-Sul veio suprir falhas de disponibilidade e de controle de qualidade, traduzindo-se, finalmente, em melhor atendimento das novas necessidades urbanas que o comércio regional pudera oferecer. Com isto estabeleceu-se novo tipo de controle da economia rural pela economia urbana, em que o fortalecimento e ampliação de escala do comércio acompanham a captação da expansão do mercado urbano, portanto, acompanham a concentração da urbanização em poucas cidades. Na Bahia, em que este fenômeno encontrou-se com um espaço econômico fortemente monopolístico, estas novas modalidades de articulação comércio-agricultura e comércio-indústria de alimentos vieram revalidar a estrutura agromercantil, inclusive, facilitando a criação de novos canais de aplicação financeira na economia urbana, que acentuaram o distanciamento entre a estrutura agromercantil e o capital industrial.

Tal como se depreende de diversos documentos de planejamento da segunda metade da década de 1970 até o presente, o capital formado na Bahia ou os empresários baianos têm mostrado uma clara preferência por aplicações imobiliárias e comerciais, tanto nas cidades, na expansão urbana propriamente dita, como no campo, mediante aplicações que dão prioridade aos retornos rápidos de capital, frente aos maiores retornos a maior prazo. A análise da industrialização, nas décadas de 1960 a 1980, mostra que a maior parte das novas empresas industriais são originárias de capital de fora do Estado, enquanto o capital localmente formado prefere aplicações imobiliárias e sustenta uma expansão da construção civil em Salvador e em diversas outras cidades.

Assim, a modernização da economia baiana é o produto da conjugação da expansão do capital industrial na economia nacional e da política econômica desenvolvimentista que a sustentou na década de 1950. Concretamente, esse movimento da modernização corresponde à formação da indústria pesada e da infraestrutura, com suas repercussões na reorganização das economias regionais. O perfil de participação do Nordeste na economia nacional seria reajustado com a formação de uma política desenvolvimentista regional, representada pela criação do Banco

do Nordeste e da SUDENE, no plano regional,¹¹ e por diversas iniciativas de planejamento dos próprios Estados.

Aparentemente, a modernização difundiu-se a partir do meio urbano na Bahia, conduzida por vantagens das aplicações do capital financeiro no sistema de comercialização, o primeiro a se beneficiar da urbanização. A comercialização demonstrou garantir retornos mais elevados e rápidos que a implantação de indústrias, além de corresponder a normalidades de operação, melhor adaptadas aos estilos de operação do capital mercantil. O comércio modernizado, combinando atacado e varejo, atraiu diversas empresas tradicionais, que passaram a combiná-lo com outras iniciativas significativas no mercado imobiliário – terras, urbanizações e construções –, num e noutro caso, portanto, captando as oportunidades, oferecidas pela urbanização para ampliação das compras da classe média. Isto terminaria por atingir a economia dos assalariados e da população periférica urbana não regularmente-, assalariada – que passa a constituir a economia dita informal urbana – ao desorganizar, ou pelo menos debilitar, aquele comércio pouco capitalizado, de produção local, de produtos dos subúrbios e das roças urbanas, que tinham sua presença garantida no suprimento da classe média urbana. É uma questão a dilucidar, se a desorganização da pequena economia urbana de alimentos, precede a organização dos sistemas de supermercados, ou se é apresentada por esta nova organização do comércio e, finalmente, quais foram os efeitos finais dessa reestruturação sobre a ocupação efetiva da força de trabalho urbana e sobre as condições de alimentação da população urbana de baixa renda. Em função de observações mais recentes, relacionadas com grande número de cidades do Estado, cabe considerar que essa pequena economia urbana de alimentos tem-se reorganizado em moldes diferentes dos que tivera, por exemplo, na década de 1940, operando agora em forma articulada com a nova economia agromercantil. Entretanto, são observações que devem ser subordinadas a elementos ainda a considerar no plano da pobreza urbana.

O comércio modernizado passou a desempenhar a dupla função de garantir a regularidade nas compras aos produtores de produtos de consumo básico, bem como a garantir regularidade no suprimento destes produtos à classe média urbana. Deste modo, passou também a condicionar os programas de produção dos produtores rurais e a orientar o consumo urbano, um fato que afeta sua capacidade de influir nos

11 É necessário lembrar que a criação da SUDENE apoiou-se em reivindicações regionais, mas se materializou numa proposta de política regional definível mais como uma departamentalização de uma política nacional que numa integração de propostas estaduais ou locais. A análise dos planos diretores da SUDENE mostra propostas de desenvolvimento rural, que deveriam tornar a Bahia e o Maranhão instrumentais a um alternativas para uma revisão da relação semiárido vs. semiúmido, ou ainda, de como essa relação pudesse ser colocada à escala de cada Estado, em que as prioridades estaduais pudessem ser consideradas. "desenvolvimento econômico" do Nordeste semiárido, absorvendo parte da sua população. Esta proposta foi elaborada sem prévio exame de quais seriam as melhores alternativas para uma revisão da relação semiárido vs. Semiúmido, ou ainda, de como essa relação pudesse ser colocada á escala de cada Estado, em que as prioridades estaduais pudessem ser consideradas.

programas de produção dos produtores rurais. Assim, tiveram lugar modificações fundamentais no mercado de leite, carne e derivados, café, chá e outras bebidas e, inclusive, no mercado de alimentos em conserva, em que o consumo dos produtos naturais foi substituído pelo de produtos industriais mais caros e de qualidade inferior. A regularidade no suprimento de massa compensou as vantagens da produção, orientada por indicações de mercado local, freando portanto as possibilidades de expansão da pequena indústria regional.

Com isto, obviamente, reduziram-se as possibilidades de criação de emprego ao comportamento do setor terciário, inclusive com pressões para diminuir o emprego industrial. Na indústria, a modernização foi fomentada com crédito público subsidiado, concretizando-se na substituição de fábricas de capacidade similar, mas que operavam com menores números de operários. Outras fábricas simplesmente foram alijadas pela concorrência de congêneres do Centro-Sul e do Sul. Não somente verificou-se esta contradição entre a modernização e o efeito emprego do crescimento do produto, como o crescimento da demanda do setor público, traduziu-se em aumentos de compras às indústrias do Sul e, portanto, reforçou a característica mercantil de economia baiana, operando através de sucursais e representantes dos produtores do Sul.

A partir de 1970 delineou-se na Bahia uma sociedade econômica que seria objeto explícito do processo nacional de modernização e que também passou a assumir o papel de modernizadora do até então homogêneo espaço econômico regional. É um movimento que se torna então visível nas modificações, experimentadas pelos sistemas bancário e financeiro e de prestação de serviços às empresas, que se conjuga com a modernização de empresas locais e do Sul, que passam a constituir um segmento regional moderno. Ao assumir a liderança da política industrial e de financiamento do desenvolvimento em geral, O Governo passou a estabelecer as regras da modernização, indicando quais seriam os parâmetros de programa de produção, de eficiência e de organização interna¹² que as empresas devem ter, para dispor dos benefícios do financiamento subsidiado¹³.

Com a modernização, a presença do Governo na economia baiana modificou-se por completo, em conjunto com as condições de formação de renda e de emprego, principalmente em Salvador. Distinguem-se os aspectos de presença direta do Governo

12 Junto com o financiamento preferencial chegaram as recomendações e exigências sobre a forma de operações das empresas, inclusive recomendações para associações entre empresas, ligadas a problemas de compra de tecnologia, reserva de mercado e garantia de comercialização no exterior agora muito questionável quanta tenha sido a proteção na formação de empresas modernizadas, que não fosse também introduzir determinados estilos de operar.

13 A modernização das empresas atingiu principalmente sua despersonalização, conseqüente com seu funcionamento administrativo, contábil e financeiro. Preferindo clientes com métodos despersonalizados de decisão, os bancos valorizam, na aparência, procedimentos contábeis e administrativos que, supostamente, deveriam ser bons para qualquer empresa, mas que na realidade correspondem a empresas que operam em moldes similares aos dos próprios bancos.

Federal, sua influência indireta sobre o funcionamento do Governo Estadual; a presença do próprio Governo Estadual, com suas estruturas centralizada e descentralizada; e o conjunto dos Governos Municipais, nas suas respectivas escalas de influência que, mesmo debilitada nos últimos vinte anos, continua ocupando um espaço social, político e econômico muito maior que o que se lhe costuma atribuir¹⁴.

No período de 1950 a 1980 a presença do Governo Federal no Estado sofreu profundas modificações, em especial com a formalização de políticas regionais específicas, em conjunto com a criação de mecanismos de financiamento preferencial e com a instrumentalização da política de desenvolvimento modernizador através desses órgãos. Ao longo das vicissitudes da política identificável, grosso modo com o desenvolvimento econômico regional, a presença do Governo Federal materializou-se em mecanismos que atingiram a estruturação social no Estado, mediante modificações na organização de sua economia, mais que no formato institucionalizado em que ela se reflete. Neste sentido, destacam-se (a) a fixação, implícita ou explícita, de prioridades que se traduzem em financiamento e proteção a setores de atividade e empreendimentos específicos, e (b) o estabelecimento de programas econômicos que se refletem em modificações no perfil regional da demanda e, portanto, na formação de renda, emprego e no perfil das remunerações. O aumento do volume financeiro das operações de crédito do Governo reforçou esse impacto na economia, com a principal consequência da substituição da administração financeira por tipo de despesa, por essa outra administração montada na lógica de programas e projetos, convergente com as funções auto atribuídas do Governo, de atingir pontos específicos da economia em lugar de garantir determinados tipos de intervenção.

Por estes mecanismos, bem como pelo tributário, o Governo Federal redefiniu o espaço e os possíveis modos de atuação do Governo Estadual, atribuindo-lhe a posição de repassador de recursos, geralmente inscritos em programas específicos, obviamente com regras de operação previamente determinadas. Ao longo destes vinte últimos anos o uso total de dinheiro pelo Governo Estadual é cada vez maior que seus recursos próprios, se bem que, no caso específico da Bahia, tenha havido um aumento substancial dos recursos tributários próprios. Nesse contexto, a posição dos municípios dilui-se ainda mais, por mais que o fluxo de recursos federais, em campos como o habitacional e o da infraestrutura urbana, seja aplicado mediante programação que discrimina município por município. A centralização tributária e o aumento do peso financeiro dos custos fixos de operação dos municípios levaram ao crescente enfraquecimento da posição financeira dos municípios, reduzindo cada

14 O sistema municipal de Governo foi seriamente debilitado nos últimos vinte anos, mas desempenha uma função insubstituível de relação do poder público com a organização local da economia. Isto tem permitido, nos últimos anos uma relativa recuperação dessa capilaridade de decisões. Há, ainda, muito pouca análise sobre o real funcionamento da estrutura municipal no sistema estadual de Governo e, por consequência, tem sido um aspecto pouco manejado na análise da presença do Estado no funcionamento da economia.

vez mais sua capacidade para que cumpram seu papel fundamental de responder as necessidades mais imediatas da população.

O fundamental é que essa ampliação da presença do Governo na economia – equivalente ao aumento do peso da presença do Estado na sociedade – direcionou o perfil da formação do produto e da renda, isto é, a maneira como a formação do produto social corresponde a determinado conjunto de relações sociais. Concretamente, isto significou que o modo de formação do produto correspondeu a um perfil de emprego, setor por setor, região por região, bem como a um perfil por grupos sociais. Por exemplo, essa modernização tem dado lugar à criação de maior número de empregos e a remunerações mais altas na indústria química que na do vestuário, ou a que seja maior o retorno do capital na pecuária extensiva que na produção de leite ou, ainda, que os empregos na economia rural dependam mais da expansão de área cultivada com produtos novos que de aumentos de produtividade na agricultura tradicional, ou em qualquer tipo de agricultura diversificada.

O movimento de urbanização-industrialização-modernização rural, ocorrido no período de 1960 a 1980 na Bahia teve resultados conjugados de crescimento de produto, ampliação de capacidade instalada e criação de emprego, que se diferenciam claramente de quaisquer previsões atribuíveis à economia agromercantil; e com cifras totais que correspondem a outra trajetória de crescimento econômico, num patamar superior de formação de capital, mas que se distanciam de um perfil, também novo, de necessidades sociais, sinteticamente representadas pelos problemas de emprego e renda real familiar. Trata-se, portanto, de saber como a população consegue ou não acender aos setores tradicional e modernizado, respectivamente, no meio urbano e no rural, e como consegue participar dos mecanismos de melhoria de posição econômica relativa que constam de cada um desses dois âmbitos. Logicamente, são identificados os efeitos recíprocos de renda e emprego entre os segmentos de expansão mais rápida e os mais lentos, de que decorreriam uma geração indireta de emprego e renda. Entretanto, é indubitável que a expansão do setor modernizado transfere desemprego para o tradicional e que os tais efeitos indiretos de renda se dão em nível, do componente modernizado da economia nacional, portanto, gerando relações inter-regionais antes que aprofundando relações inter-regionais. Em suma, o modo como se desenvolve a modernização conduz relações entre os componentes moderno e tradicional, limitando o horizonte de criação de emprego.

A reprodução regional dos efeitos da conjuntura negativa da economia nacional, desde 1973, salientou uma restrição estrutural da economia brasileira, para que se mantenha a expansão do segmento modernizado da economia baiana. A modernização se expande na economia estadual na medida em que as transformações da economia têm sido compatíveis com o movimento, bem mais amplo, de modernização

na economia nacional. Entretanto, à escala estadual este movimento se diferencia do nacional como consequência de diferenças notórias de nível de industrialização e, portanto, de ajuste entre o capital financeiro e o industrial. Assim, na modernização de escala nacional tem posição central uma captação de recursos financeiros que, em última instância, viabilizou uma expansão do setor financeiro, suficiente para prepará-lo para sustentar a modernização da indústria, portanto, acompanhando o rápido aumento das margens de monopólio com que opera este setor. Esse processo foi circunstancialmente possível num período em que a expansão da economia da região econômica de São Paulo ¹⁵ tomou novas formas e atingiu mais de perto o Nordeste, e quando as margens de subutilização de capacidade que eram criadas, via subsídio do capital, podiam ser compensados pelos ganhos monopolísticos dos novos investimentos.

Desde os inícios da década de 1970 esse mecanismo erosionado; quando a economia nacional perdeu capacidade para compensar o encarecimento do dinheiro no mercado internacional com subsídios internos. A agudização da restrição externa leva à perda de prioridades para projetos industriais de rentabilidade incerta ou de maturação lenta. Por exemplo, perdem prioridade os projetos de metal-mecânica pesada, que dependem mais da expansão gradual de outras indústrias, comparados com projetos cujos produtos estão mais perto do usuário final. Com a aceleração da circulação do dinheiro no circuito financeiro – e com a canalização deste último ao sistema habitacional – a modernização identificou-se com alguns tipos de investimento em infraestrutura urbana, geralmente coincidentes com a concentração de metrópoles regionais. Assim é como se identifica com os grandes programas industriais e com a nova agricultura comercial.

Sobre estas bases delineou-se na Bahia um perfil de geração de emprego, em que os segmentos de economia tradicional continuaram sendo os principais empregadores, se bem que com salários inferiores aos pagos pelos segmentos modernizados, e em que a crescente diferença de produtividade da mão – de – obra empregada nos segmentos modernizados e nos tradicionais faz com que o emprego, nestes últimos, seja cada vez mais precário e sujeito a surtos de desemprego. Outrossim, é um regime de trabalho em que se recruta mais mão-de-obra pouco qualificada que qualificada, portanto, em que tendem a ser cada vez menores os segmentos de mão-de-obra, em condições de perceber salários comparáveis com os da correspondente média nas capitais do Centro-Sul. Em suma, as observações sobre o nível e

15 Uma análise atual do panorama social e econômico brasileiro requer uma revisão da divisão regional com que se trabalha. Ao descartar as convencionais gerais multiestaduais geoeconômicas, torna – se necessário considerar regiões definidas pela estruturação e pela expansão do capital. A expressão região de São Paulo designa aqui o espaço econômico contínuo dominado pela economia cujo centro é a cidade de São Paulo e se estende a outros Estados em sua totalidade ou em partes de seu território.

as variações no emprego formal têm aqui um significado muito diferente do que podem ter no Centro-Sul.

Estas características da modernização trouxeram, de novo, a economia baiana a um impasse que pode ser interpretado (a) como uma dificuldade de encontrar saídas para a continuidade de sua industrialização; (b) como uma contradição entre as quantiosas aplicações de recursos na economia rural e os retornos deste setor, em produto e renda, e ainda (c) como o agravamento de problemas de emprego, de remuneração do trabalho e de custo dos componentes básicos do consumo existencial.

Concretamente, estes problemas se manifestam nos âmbitos da economia urbana e da rural, em modos de organização da economia, que conjugam elementos do que é tradicional e do que é modernizado, mostrando também os resultados da sedimentação sociocultural da região, que não pode ser captada naquela análise mais global da modernização e de seus limites. Assim, por ter uma abrangência muito restrita em relação com as dimensões da economia agromercantil tradicional, por atingir uma proporção limitada da força de trabalho regional e, ainda, por não estimular o acesso da força de trabalho regional aos novos empregos melhor remunerados, a modernização tem tido um alcance muito limitado, em relação com as necessidades de emprego, que poderia atingir os grandes problemas de pobreza. Destarte, o desenvolvimento da análise da pobreza, forçosamente, entra no estudo das novas inter-relações entre o meio urbano e o rural, entre as mudanças no capital agromercantil e no industrial, e, ainda, entra pela avaliação da própria sustentação desse segmento modernizado.

A POBREZA URBANA

Conforme se indicou na seção anterior, na Bahia a urbanização "moderna", isto é, com características gerais de modernização social, é anterior à modernização econômica propriamente dita. A aceleração do crescimento das cidades baseia-se no processo, de muito maior duração, de desestruturação da economia rural, formada durante o período colonial e identificada com o funcionamento da economia tradicional do Recôncavo. Acentua-se com a perda da viabilidade da economia sertaneja, privada da sustentação que antes lhe dera o próprio Recôncavo.

O aumento das compras à economia do Centro-Sul constituiu uma nova transferência inter-regional de renda, representando também um freio ao crescimento da demanda desta região a sua própria indústria. Além disto, a urbanização moderna superpõe-se a uma situação de organização e amadurecimento do meio urbano, oriunda da formação colonial escravista, que estabeleceu os cânones socioculturais, em que se apoiaram os elementos formais da modernização da sociedade da região.

Nela, portanto, constariam os aspectos formais da organização social urbana (por exemplo, sociedades de beneficência, que desempenharam funções equivalentes às dos sindicatos na sociedade industrial), em sua institucionalização e na formação do espaço físico urbano.

A economia agromercantil do período do escravismo deu lugar a uma urbanização cujas principais características foram de concentrar em Salvador as funções comerciais e culturais, da relação com o exterior e de gerar um conjunto de cidades médias pouco diferenciadas entre si, no que respeita a suas funções regionais e a suas relações mútuas¹⁶. Em fins do século XIX, a Bahia mostrava os efeitos urbanos dessa concentração de funções, identificando-se o conjunto de Recôncavo e Baixo Paraguaçu como base regional da economia mercantil de Salvador. Todo o resto do Estado ficava restringido às possibilidades de povoamento, oferecidas por uma economia agropastoril extensiva e por uma produção economicamente marginal de matérias-primas. A única exceção significativa, que foi a produção de gemas na chapada Diamantina, não gerou uma economia regional capaz de sustentar uma criação de empregos significativa fora desta atividade principal, perdendo continuidade com a decadência de exploração de diamantes. Os investimentos urbanos ficaram concentrados em Salvador, verificando-se que esta cidade incorporou uma infraestrutura física significativa em campos como a construção civil pública e os transportes públicos, que se situou, comparativamente, entre as melhores do Brasil.

O fundamental é que essa urbanização correspondeu a um perfil de emprego em que houve poucas oportunidades de que se formasse uma classe média urbana, cuja demanda fosse suficiente para atrair o interesse do capital agromercantil, para formar uma indústria regional significativa. Em consequência, a formação do setor terciário, com empregos diretos no comércio, e empregos indiretos noutras formas de prestação de serviços a empresas e a pessoas, por produtores independentes e, colateralmente, pelo emprego público.

Como não houve maiores estímulos para que aumentasse a absorção de pessoal nesse comércio regional, a pressão por emprego, conseqüente ao crescimento da população urbana total, transferiu-se em Salvador para o emprego público, via mecanismos de pressão política. Ficou caracterizada uma economia regional, cuja oferta de postos de trabalho assalariado seria sempre muito inferior à demanda de emprego e onde, mesmo com um sistema educativo, dimensionado para uma pequena proporção de sua população, houve sempre um número significativo

16 As funções regionais das cidades não são bem conhecidas mesmo agora. Entretanto, há elementos – relativos ao escopo de suas áreas de comércio e de suprimento de alimentos básicos – que indicam as posições das cidades em suas respectivas áreas de influência. É fundamental perceber que a Bahia não é uma região contínua, que não constitui um conjunto de regiões que abranja totalidade do seu espaço físico. Economicamente débeis, as sub-regiões variam em organicidade e em base física. A região “move-se” em seu próprio território.

de pessoas com formações média e superior que teve que teve que emigrar para encontrar trabalho. A Bahia ficou caracterizada como uma região de emigração, onde o trabalho era remunerado, sob pressão de um numeroso exército de reserva de trabalhadores, e de urna oferta de emprego, em que pouco ou nada aumentou o componente de trabalho de tipo técnico. Assim, foi uma região onde a determinação da remuneração do trabalho não esteve vinculada com movimentos de produtividade e onde, portanto, não houve quaisquer estímulos para uma profissionalização do trabalho, equivalente à que tinha lugar nos Estados do Sul. Ambos elementos, o tipo de emprego oferecido e a falta de especialização da força de trabalho, contribuíram para manter a remuneração do trabalho, em níveis sensivelmente inferiores aos das cidades mais industriais do Centro-Sul.

Assim, pelo que corresponde à significação social da economia agromercantil, em suas manifestações escravista e modernizadora, é fundamental perceber quais têm sido seus efeitos finais em termos de criação de emprego e de remuneração da força de trabalho, o que, em economia, genericamente, costuma-se descrever como "efeito emprego".

A dificuldade em analisar a pobreza urbana provém, justamente, da necessidade de distinguir a criação de emprego como manifestação do processo de assalariamento, levado pela expansão do capital industrial, da criação de ocupação remunerada em geral, compreendendo assalariados e produtores independentes e trabalhadores eventuais que, em seu conjunto, abrangem o espectro da ocupação, determinada pela atual expansão do capital agromercantil e do industrial. É necessário identificar como as próprias margens de assalariamento na economia urbana correspondem, e modernização do capital; e como se combinam diversas modalidades de trabalho eventual e de produtores independentes – da chamada economia informal¹⁷, em relação simbiótica com os estamentos assalariados. Por fim, é necessário distinguir como os modos de funcionamento da economia informal são regulados pelos movimentos da economia formal.

17 A economia urbana periférica, vista às vezes como economia informal e outras como mercado informal de trabalho, tem atraído cada vez mais as atenções dos pesquisadores e dos responsáveis da política urbana. À parte diversos ensaios sobre a matéria, sobre Salvador cabe distinguir a "Bahia de Todos os Pobres", de Souza e outros (1977) e "O Gigante Invisível" (BAHIA, 1983), publicado pela Secretaria de Indústria e Comércio da Bahia, elaborado por Eduardo Saphira e colaboradores. O primeiro concentra a atenção nas interrelações entre migrações, movimentos sociais situação da força de trabalho no mercado informal. O segundo analisa, com dados originais próprios, a composição desse mercado, trazendo diversos elementos novos de juízo para este estudo. Também em "A Indústria na Bahia", da mesma Sec. de Ind. e Comercio (BAHIA, 1982), sublinham-se os aspectos de inter-relação entre o mercado formal e o informal, em lugar de atuar caracterizações que sugeriram uma dicotomização entre os dois. O fundamental é que em Salvador se observa agora uma profunda modificação nas condições em que força de trabalho "pode" subsistir em condições de mercado informal – e uma função auxiliar do mercado informal frente ao formal, que o leva a absorver contingentes de desempregados pelo mercado formal e, também, a complementar a renda familiar de famílias cujo responsável deriva seu salário do mercado formal. Supostamente, o mercado informal retém a força de trabalho mantida em condições de pobreza aguda. Entretanto, esta percepção de relação entre os dois âmbitos sugere que o único elemento confiável de referência é a renda real familiar que, com frequência reúne um componente do mercado formal e outro do informal.

Ao ressaltar as inter-relações entre o mercado formal e o informal, tacitamente, põe-se em destaque uma característica essencial da economia baiana atual, em que se produz uma adaptação de diversas formas econômicas tradicionais – como as de trabalho associativo de escala familiar e de produtores independentes que trabalham em grupo por contratos curtos – com os segmentos modernos da economia. O desaparecimento de algumas modalidades de trabalho urbano independente, como os alfaiates, é substituído por diversas outras, tanto de pessoas que trabalham em forma periférica à moderna indústria do vestuário, como de vendedores periféricos ao comércio formal. Manifesta-se certa circularidade nessa reprodução das atividades periféricas, que faz supor a estruturação de “circuitos”, retroalimentando-se no nível da pobreza e no contexto social do enriquecimento modernizador¹⁸. Mas são apenas projeções dos sucessivos movimentos de estruturação e desestruturação, conduzidos pela expansão modernizadora do capital no meio urbano. E o elemento congregador das atividades urbanas “pobres”, no espaço urbano pré-industrial é o capital agromercantil, assim como o elemento que as congrega agora é a combinação agromercantil com o industrial.

Não é de surpreender, portanto, que a ocupação da força de trabalho se realize justamente naquelas profissões que “sobrevivem” a mudanças formais de organização – como os vendedores e os que se dedicam à prestação de serviços a pessoas – e que o crescimento das cidades principais, começando por Salvador, fique estreitamente associado com os diversos mecanismos de ocupação periférica do capital. No entanto, este é um processo da posição da economia baiana no quadro nacional, que só ocorreria na segunda metade da década de 1970. Justamente da análise das transformações ocorridas nesse período, emergem algumas observações mais esclarecedoras da formação e da perpetuação da pobreza urbana.

Em primeiro lugar destaca-se o encadeamento de movimentos de ampliação e aprofundamento da infraestrutura de transportes e de comunicações, que propiciou a integração do espaço baiano ao mercado do Centro-Sul, em concomitância com a implantação de uma indústria polarizada na Bahia. Este movimento tem sido um componente essencial da urbanização baiana, responsável da metropolização regional, que tem definido quais tipos de empregos são criados na Bahia e de que modo o impulso industrial se converte numa propagação de impulso às atividades do terciário. Em suma, esta inter-relação entre a expansão do capital social básico e o capital de produção tem-se traduzido em movimentos de substituição de emprego, como a aludida substituição de empregos no sistema de transportes, em que o número de pessoas empregadas com o sistema de transportes aéreos e de ônibus

18 Esta noção de circuitos urbanos heterogêneos e conjugados foi apresentada e desenvolvida por Milton Santos em diversos documentos, destacando-se “Pobreza Urbana” (SANTOS, 1982), que põe em destaque os mecanismos de retroalimentação da pobreza, concomitantes com a urbanização modernizadora. Sem dúvida, é uma contribuição significativa ao estudo da urbanização da pobreza em cidades de formação relativamente antiga como Salvador, onde estão claros os mecanismos de retroalimentação da pobreza. Mas é um argumento a ser qualificado à luz das condições de expansão do capital.

interurbanos passa a ser relativamente mais importante que o de pessoas ligadas a estes mesmos transportes na escala regional.

O crescimento das cidades baianas se acelerou depois da conclusão da BR-116 (interestadual Norte-Sul) e ainda mais depois da conclusão da BR-101 (interestadual Norte-Sul mais próxima do litoral). Estas duas estradas transformaram a relação com o Sul do país num fato regional – que atinge a toda a região baiana – e não apenas num fato que atinge Salvador. Essas modificações de infraestrutura facilitaram a incorporação efetiva de recursos da metade sul do Estado, como parte do funcionamento do capital centrado no eixo Rio – São Paulo, tornando-se funcionais ao aumento das compras ao Sul, à operação de novas modalidades (modernizadas) de capital rural e à função de produzir matérias-primas para a indústria do Sul. Em concomitância com essa integração pela infraestrutura, entram em cena os demais elementos da formação industrial na região baiana, na forma de um subsetor industrial diretamente procedente da reprodução do esquema industrial do Sul, Com padrões tecnológicos e modos de funcionamento perfeitamente diferenciados daqueles da indústria que opera para o mercado regional. Este segundo tipo de industrialização favorece, uma vez mais, o crescimento concentrado em Salvador, portanto, pondo em destaque os elementos de atração de população das sub-regiões mais deprimidas do Estado.

Sobre essa base de formação regional da economia, a urbanização tem dado lugar a um perfil, criação de emprego em que, uma vez mais, se estabelecem determinados tetos de emprego industrial, com poucas possibilidades de variar muito a curto prazo; certos montantes de emprego público, com crescimento mais ou menos previsível; e ocupações na prestação de serviços que constituem o segmento mais flexível do emprego urbano, incorporando a força de trabalho que adere ao meio urbano. Sinteticamente, a análise econômica desta economia urbana de pobreza deve partir do estudo desses tipos de emprego, inquirindo sobre o modo como eles se inter-relacionam uns com os outros, procurando estabelecer a totalidade das oportunidades de emprego e de remuneração da população urbana.

O emprego industrial tem sido considerado o elemento mais dinâmico desse conjunto, nos últimos quinze anos. No emprego industrial devem distinguir-se os postos de trabalho que são criados em indústrias propriamente ditas, e os que correspondem apenas a algumas atividades de transformação, muitas vezes não integradas com indústrias no sentido estrito da palavra. Isto compreende atividades semi-industriais no ramo da construção civil e no fabrico de objetos de uso doméstico. Na Bahia, a maior parte do emprego industrial ainda está nesta segunda categoria, verificando-se que no número de empregos de qualificação técnica um pouco mais elevada – nas chamadas indústrias de ponta – são empregadas pessoas provenientes de outros Estados, portanto, com feito nulo na absorção de força de

trabalho da região. Há, também, um efeito indireto, significativo de criação de emprego, correspondente aos lapsos de construção e implantação de novas fábricas e do sistema de construção civil em geral, que foi um traço característico da segunda metade da década de 1970, mas que é claramente contrariado pelo movimento recessivo, generalizado do começo da década de 1980. Identifica-se, portanto, um comportamento da construção civil que deve ser considerado atípico, na medida em que são escassas as possibilidades de um novo impulso industrial concentrado, equivalente ao da implantação da indústria polarizada.

Documentos recentes sobre o desempenho da indústria na Bahia ¹⁹ demonstram que este setor registrou um considerável aumento no emprego total, inclusive elevando-se a posição relativa da Bahia em relação com o Nordeste, no quadro da economia brasileira. Entretanto, também mostram uma considerável concentração da remuneração paga aos trabalhadores nas indústrias químicas e na construção civil, com concomitante concentração de emprego e remuneração em Salvador, comparado com o Estado em seu conjunto. O aumento da participação das indústrias, dadas como “dinâmicas” ²⁰, indica uma virtual redução dos efeitos diretos de criação de emprego. Torna-se claro que a maior parte dos efeitos econômicos da industrialização na Bahia são efeitos a jusante; e que a progressão de incorporação de novas unidades fabris ao segmento industrial mais modernizado, leva a crescente isolamento das indústrias “tradicionais”, com sua consequente perda de viabilidade econômica. Assim, até o momento em que o crescimento da indústria no Estado possa induzir a criação de atividades derivadas suficientes para sustentar um mercado regional com movimentos próprios de diversificação, tratar-se-á de um movimento limitado aos empregos diretos de mão-de-obra semiquificada, com um pequeno componente de mão-de-obra qualificada.

Os dois mecanismos de influência do Governo em emprego e renda – sua demanda e os empregos que cria – convergem, na Bahia, na concentração de empregos em Salvador, já que as possibilidades de propagação dessa demanda decorrem da própria concentração de empresas, dedicadas a atender as compras do Governo; da concentração dos sujeitos de crédito que captam o financiamento público, e da concentração física dos órgãos de Governo onde se materializa o emprego. A modernização da economia trouxe uma expansão das atividades do Governo, com a criação de empresas

19 O documento “A indústria na Bahia” (BAHIA, 1982) analisa a composição do emprego industrial, ressaltando características da década 1970 e começos da década de 1980, indicando que a expansão do emprego industrial teria-se esgotado, destacando em troca a importância do subsetor construção civil (que inclui a infraestrutura). As possibilidades de revigoramento desse movimento parecem depender, cada vez mais, de outras linhas como, agroindústrias, e de melhor aproveitamento do mercado da própria região.

20 A definição de algumas indústrias como “dinâmicas” depende unicamente da intensidade de seu crescimento num determinado período da industrialização. É uma observação que pode ser não valorizada para outro lapso do mesmo processo. E uma indústria “dinâmica” num contexto pode não sê-lo noutro. A petroquímica é dinâmica na Bahia e as confecções são dinâmicas no Ceará.

descentralizadas e o aumento da participação do Governo nos dois níveis de demanda e emprego, refletindo-se na expansão do setor de construção civil e no crédito preferencial subsidiado, reforçando a posição regional de Salvador. Estas modificações no funcionamento do Governo na economia têm contribuído para aumentar o peso relativo do emprego urbano em Salvador, bem como para aumentar as expectativas de emprego metropolitano, finalmente estimulando as migrações estaduais para Salvador.

Em seu conjunto, estas modificações da posição do Governo propiciaram uma notável expansão do setor terciário, principalmente identificada com a expansão da economia informal, mas com diversas outras ramificações, inclusive na prestação de serviços, especializados em áreas como informática, pesquisa, intermediação imobiliária, diversões e atividades ligadas ao turismo em geral. Com suas características renovadas da década de 1970, a economia informal tem sido realmente a resposta da economia urbana heterogênea, da combinação da economia agromercantil modernizada com a economia industrial, no que toca à criação e ocupação remunerada. A economia informal tem sido promotora de ocupações, procurando responder a necessidades da população urbana e ao mesmo tempo, procurando criar espaço de mercado para novas modalidades de serviços complementadoras da participação da mão-de-obra do mercado formal de trabalho do capital industrial. Longe, portanto, de complementar a economia "formal", a economia informal tem sido um modo de articular a participação da população, subempregada na economia urbana modernizada pela nova associação do capital financeiro com o capital industrial.

O desenvolvimento da economia informal em Salvador, no mesmo período de modernização industrial, veio mostrar novos mecanismos de defesa da população urbana subempregada à rigidez da formação de emprego da economia industrial. Encontra as formas mais diversas de produção de bens e prestação de serviços, escapando total ou parcialmente do sistema tributário e evitando os custos básicos da operação do comércio e da indústria regulares, tanto em instalações como pagamento de salários e encargos sociais. Incorporando formas alternativas de obrigações sociais, a economia informal basicamente escapa da sistemática de operação do comércio regular, mesmo quando opera em associação com esse mesmo comércio formal ²¹.

21 Abundam as informações que demonstram que o comércio informal é uma extensão do formal, em que esta articulada com este, ou que aparece como uma associação de comerciantes ou, ainda, uma associação com comerciantes e outros empresários independentes. Uma questão levantada já há bastante tempo, sobre quem financia o comércio informal, permite chegar a observações às vezes surpreendentes, sobre a complexidade de interrelações entre as atividades informais e a economia aparente que, no fundo, apenas o segmento da economia urbana que paga impostos. A economia informal no caso é um meio que permite eludir tributos. Muitas iniciativas típicas da economia informal, como a venda ambulante de alimentos e bebidas, são um meio de investimento disfarçado da classe média através de intermediários, defendendo-se de ser o grupo assalariado que menos consegue eludir impostos sobre rendimentos de salários, facilmente tributáveis. Em parte por operar com escalas de capital muito menores que as do comércio regular e em parte por valer-se de esquemas familiares de associação da força de trabalho, a economia informal consegue defender-se também dos custos de encargos sociais, substituindo-os pela solidariedade familiar e mecanismos equivalentes de apoio mútuo. Escasseiam os estudos sobre os mecanismos de interdependência entre os mercados formal e informal de trabalho, mas as informações sobre o regime de trabalho na prestação de serviços a pessoas em geral apontam diversas combinações entre empregos de baixa remuneração no mercado formal, com atividades complementares de igual importância financeira no mercado informal.

Na Bahia a economia informal expandiu-se acompanhando a urbanização e a industrialização, portanto, em estreita relação com o ingresso de força de trabalho nas principais cidades, com óbvia concentração em Salvador, mas também aparecendo em cidades grandes e médias do interior, acompanhando sempre os fluxos de migrações internas. Seus contornos e sua verdadeira magnitude são extremamente imprecisos, em primeiro lugar, porque inclui um grande e complexo sistema de ocupações de tempo parcial e complementares de empregos na economia formal; em segundo lugar, porque também inclui um complicado mecanismo de prestação de serviço a famílias e pessoas, inclusive com numerosos contingentes de emprego doméstico não registrado, e, finalmente, porque reúne atividades que atingem fortemente as indústrias da economia formal, como é o caso da construção civil, realizada por proprietários de médios e baixos níveis de renda.

Nas condições atuais de funcionamento de economia regional, a expansão da economia informal urbana está condicionada pelos movimentos genéricos de monopolização e de subordinação ao capital financeiro do Centro-Sul e pela própria demanda regional, que acompanha as transformações e o crescimento da economia formal. Noutras palavras, a expansão da economia informal está limitada pela disponibilidade de dinheiro que, em última análise, é determinada pelo funcionamento da economia formal. Assim, sob os efeitos negativos da recessão, reduzem-se as possibilidades da economia informal, de continuar absorvendo o desemprego formal e os adicionais de mão-de-obra que, a cada ano, se incorporam ao meio urbano em busca de trabalho. Assim, confrontando a continuidade das pressões de mão-de-obra em busca de trabalho com (a) a rigidez da capacidade de criar novos empregos formais e (b) as limitações da economia informal urbana para absorver a força de trabalho, cabe considerar que a urbanização em curso continuará contendo elevados componentes de desemprego aberto e subemprego urbano, com suas conseqüências em perpetuação da pobreza urbana.

A POBREZA RURAL

Tradicionalmente, cerca de 50 por cento território baiano é considerado sujeito a secas periódicas de grande intensidade e proporção ainda muito elevada pode ser considerada como deficitária em água. Os desajustes na relação solo-clima água afetam, de um modo ou de outro, a maior parte do território do Estado, mesmo em lugares onde as médias pluviométricas anuais são elevadas. Frente a padrões internacionais das economias rurais contemporâneas, a região baiana requer um tratamento tecnológico sistemático, seja para manejar opções de irrigação, seja para drenagem, seja ainda para modificar as combinações de agricultura e pecuária, para adaptá-las ao meio ambiente. Apesar de que a área diretamente sujeita a secas seja inferior à dos demais Estados do Nordeste, a Bahia não difere deles no que toca à

pobreza de sua população rural, que não consegue se reproduzir sem danos sérios em suas característica biofisiológicas. A gravidade da pobreza rural descreve um quadro social que obriga a novas reflexões sobre as possibilidades e alternativas de desenvolvimento da região ²², bem como a analisar as condições em que a formação regional do capital agromercantil se traduz em mecanismos de comercialização da produção agrícola e da pecuária, portanto, das condições em que o povoamento dos espaços rurais responde às influências de centros urbanos.

A dispersão da população do semiárido e a baixa capitalização de sua economia combinam-se com uma trajetória de sucessivos surtos de influência de alguns produtos comercializáveis, podendo-se apontar os casos de algodão, do sisal, por último do café, que até agora, entretanto, não foram suficientes para promover uma melhor adaptação da economia com o meio ambiente; ou com melhor adaptação das condições de povoamento com as alternativas econômicas mais claramente indicadas pelo perfil ecológico. A combinação do latifúndio tradicional com minifúndios e com outras formas colaterais de parceria na produção provê a mão-de-obra que sustenta a produção de alimentos de baixo valor, que maneja a pecuária extensiva e que também sustenta essas novas culturas comerciais em implantação. Definem-se, portanto diferentes condições de pobreza, em que também dever ser consideradas as condições sociais, econômicas e institucionais de permanência dos trabalhadores num determinado trato de terra e suas possibilidades de determinação de sua própria economia. Na Bahia, a questão fundiária aparece, principalmente, como uma manifestação dos processos de transição dessa combinação tradicional latifúndio – minifúndio (onde havia garantia de permanência do trabalhador, ao lado de uma organização social paternalista), pela relação empresa comercial – assalariado, onde essa permanência desaparece.

Na formação da atual economia rural na Bahia conjugam-se assim os efeitos de criação de emprego e de remuneração de um segmento modernizado, composto das novas iniciativas do capital industrial e de suas repercussões rurais, ao lado do segmento “tradicional”, na realidade, arcaizado ²³ da economia, que reúne diferentes

22 A implantação e posteriores transformações da economia rural do semi – árido responderam sempre a determinações do acesso a mercado da economia mercantil de Salvador e a complementações com a região do Recôncavo, mais diretamente ligada àquele porto. Os problemas sociais do semiárido aparecem definidos por “mínimos”, que seriam as condições mínimas suficientes para a retenção da população. Alternativamente, as modalidades de exploração econômica são analisadas produto por produto, quando atribuídas a uma economia capitalizada, e são situadas como uma estratégia de defesa da pequena produção, sem considerar as inter-relações inevitáveis entre a pequena, a média e a grande produção. Faltam estratégias de “desenvolvimento” que se assentem sobre uma busca deliberada de ajuste entre as combinações de produção e comercialização que tornem viável a melhoria das condições materiais de vida da população e demonstrem, simultaneamente, um ajuste duradouro entre as alternativas de economia e as características ecológicas.

23 O confronto do moderno vs. tradicional indica que o primeiro absorve a modernização e o segundo continua invariante. No entanto no meio rural conjugam-se modalidades de produção e comercialização que incorporam práticas tradicionais do sistema agromercantil. A coexistência desses componentes dos dois sistemas se realiza com substituições paulatinas, segundo as mercadorias justificam os investimentos do capital modernizado e reorganizam a economia de uma sub-região; e segundo a própria modernização propicia reajustes do lado da economia de subsistência. O deslocamento de pessoas do campo para as vilas e arraiais e parte desse processo. A arcaização denota o gradual aumento de diferenças entre componentes modernizados e não modernizados, em que este últimos tornam-se economicamente inviáveis e tendem a desaparecer.

componentes da economia local, compreendendo a produção de alimentos e a organização antiquada do capital mercantil, agora com dificuldade para subsistir com as novas condições de preço da terra e custos da comercialização.

Nestas condições o emprego rural tem-se tornado cada vez mais precário. A desigualdade entre as oportunidades de trabalho remunerado, assalariado, a remuneração real na pequena produção, nas condições adversas dadas pela baixa capitalização do campo, tornam incerta a absorção efetiva da força de trabalho rural, mantendo-a sob constante pressão para migrar. Isto tem sido repetidamente comprovado, primeiro com as tradicionais migrações para os Estados do Sul e, depois, com os movimentos intrarregionais, das zonas rurais estagnadas para zonas dinamizadas por novas iniciativas capitalistas de produção. Paralelamente, é um fenômeno que tem sido registrado na expulsão de população rural de áreas onde ocorrem bruscas substituições nos usos do solo, como nos casos de florestamento de zonas agrícolas tradicionais e de pecuarização também de zonas agrícolas nobres. (Estes dois fatos demonstram manifestações da preferência do capital por atividades menos dependentes de investimento financeiro; ou por atividades mais diretamente vinculadas com retornos financeiros, da indústria, praticamente desprezadas dos problemas de organização social da agricultura).

Sob a pressão desse subemprego crônico, a remuneração real do trabalho na economia rural na Bahia permanece em níveis sempre mais baixos que o da força de trabalho urbana, principalmente pela falta de opções de economia informal. Nesta diferença concorrem ainda, com peso decisivo, as diferenças em disponibilidade de serviços sociais, das oportunidades oferecidas somente por Salvador e, em menor medida, por quatro ou cinco outras cidades. Ao ter-se ampliado o segmento modernizado da economia rural durante a década de 1970 e nos últimos anos, têm sido fortemente afetadas as relações de trabalho típicas do segmento tradicional, que dão alguma estabilidade às ocupações. O assalariamento de diaristas reflete-se na concentração da população em povoados e em pequenas cidades e na desvinculação das empresas produtoras com as obrigações sociais com os trabalhadores, como é a queda de sua renda real familiar.

A seca dos últimos cinco anos veio agravar esta situação, desarticulando a maior parte da pequena produção – sem crédito preferencial – que absorve a maior parte da população rural e reduzindo a capacidade para empregar do segmento capitalista da economia, compreendendo seus componentes modernizado e arcaizado. Manifestam-se situações de pobreza aguda generalizada, passando-se a questionar as condições reais de descapitalização do meio rural, bem como os custos sociais da recuperação do segmento produtor de alimentos. Tornam-se mais evidentes alguns problemas fundamentais da economia rural na Bahia, de dificuldade das

pequenas e médias unidades de produção, para sustentar seu nível de capitalização e de falta de estímulos de mercado, que levam à busca de ganhos em produtividade. A regressão de muitos pequenos produtores a produzir apenas para consumo local – ao perder passo frente às mudanças no mecanismo de comercialização, não só freia o impulso da expansão do capitalismo no Estado, como se traduz numa queda imediata da renda real familiar da população rural, que deixa de ter acesso aos resultados da comercialização.

O retrocesso nas condições de trabalho da população rural corresponde ao deterioramento mais generalizado de seus padrões de vida, compreendendo indicadores de saúde, habitação e consumo aparente de alimentos, fatos que são notados em diversos documentos de planejamento ao longo dos quinze últimos anos. Ainda são fenômenos cuja real significação não é bem conhecida e que, portanto, não podem ser avaliados em comparação com a derrama dos efeitos generalizados dos incrementos de renda e do número total de empregos na economia do Estado em seu conjunto. Entretanto, em resumo, oferecem um panorama de ampliação de diferença de posição em relação o com o meio urbano e termos de sub-regiões no próprio Estado.

As principais dificuldades para conhecer agora a verdadeira extensão dos problemas de pobreza aguda, bem como as deficiências crônicas de qualidade da vida no meio rural, decorrem da habitual dicotomização entre os aspectos sociais-políticos (agrários), os aspectos econômicos e as consequências destes dois no plano ecológico²⁴. Dispõe-se de análise agrícola e agrária, de análises geográfica e análise dos problemas de mercado e de financiamento para a produção rural. Mas não se conta com uma análise da economia rural que explique seu funcionamento em termos de criação de ocupação e de remuneração da força de trabalho. Justamente, procura-se agora situar a formação e a perpetuação de pobreza no meio rural como uma consequência do desempenho da economia rural baiana em seu conjunto e não apenas como um resultado negativo da industrialização. Estas deficiências da análise refletem as próprias contradições do funcionamento da economia rural na Bahia, que jamais foi integrada por um processo de formação de capital com vigor suficiente para articular a totalidade da força de trabalho. Nas diversas modificações ocorridas ao longo da modernização do período de 1960 a 1980, a criação de emprego no campo não aprofundou em formas de organização da produção já existentes – como seria, por exemplo, o caso da diversificação do emprego na zona do cacau – , mas criou novos focos de emprego, como foi o caso do fomento à produção de feijão em Irecê e de café na Chapada Diamantina. Com isto, foram fomentadas transferências de

24 Não há, praticamente, estudos que tenham analisado os efeitos recíprocos entre ecologia e organização social rural, nem entre estes dois elementos e o perfil “tecnológico” da formação de capital no Nordeste. No semiárido baiano encontram-se restrições ao tipo de formação de capital que têm sido confundidas com as da seca , em lugar de considerar limitação de água como a limitação da economia.

mão-de-obra (a) entre as economias locais de consumo e as economias capitalísticas; (b) entre as zonas tradicionais deprimidas e as zonas de expansão recente e, ainda, (c) entre as zonas menos urbanizadas e as mais urbanizadas. Cai a participação do segmento produtor de alimentos; e o aumento da mobilidade territorial da mão-de-obra corresponde ao aumento da marginalidade urbana.

Nessa mesma linha de observações sobre a marginalização dos produtores em relação com a nova comercialização, observa-se ainda que a precedência da modernização do capital agromercantil nas duas últimas décadas tem ampliado as diferenças de rentabilidade entre as operações com produtos padronizados – melhor adaptados às grandes unidades de produção – e a produção mais diversificada dos pequenos produtores. A garantia de mercado passa a ser fundamental, dadas as altas taxas de inflação com que tem funcionado a economia, e procura-se reduzir os custos de operar com maior número de produtos, bem como de trabalhar com produtores que não tenham colocação segura e rápida.

A pressão inflacionária, com a pobreza da infraestrutura rural em armazéns e silos, tem condicionado o funcionamento da economia rural, voltando-a mais para produtos que tenham funcionamento preferencial que para linhas de produção de maior produtividade ou, ainda, que revertam em maior capitalização das unidades de produção. Nesse período aumentou a quantidade de terras dedicadas à pecuária extensiva, mas não há informações confiáveis de que os rebanhos cresçam em escala comparável a esse uso de recursos. Pelo contrário, as informações disponíveis apontam um agravamento do divórcio entre agricultura e pecuária – suicida num meio de semiárido – e a uma queda na carga de animais por hectare na própria pecuária, conseqüente à falta de capitalização e improvisação, nessa substituição de agricultura por pecuária extensiva. Também se registram aumentos nas superfícies plantadas com culturas de ciclo curto e, com algumas exceções de iniciativas com cítricos, não se registram quaisquer outros progressos significativos em fruticultura que corrijam esta distorção entre estilo de economia e ecologia.

Em síntese, as condições específicas em que se consolida a organização regional da produção – inflação e escassez de dinheiro – acentuam a tendência do agro baiano, de preferir a rapidez do retorno do capital financeiro à capitalização das unidades de produção, e sua conseqüente preferência por estilos de economia rural contraditórios com a ecologia.

Há, portanto, razões de sobra para considerar que as transformações da economia rural na Bahia têm levado à preferência por atividades e estilos de produção que reduzem a capacidade para criar empregos e que reduzem a estabilidade do emprego no campo. Também, preferências que reduzem a significação de outras formas

de renda imputada, típicas da economia de produção para consumo local – como o consumo de frutas – que se tornam muito mais difíceis, sob as novas formas de articulação financeira dos programas de produção rural. Isto na prática significa que a economia rural orienta-se a um estilo de desenvolvimento que se reflete numa adicional queda de sua capacidade para empregar e remunerar a atual população rural, favorecendo sua concentração em núcleos urbanos.

A modernização do campo envolve outros aspectos das condições de vida da população, especialmente importantes na Bahia. São a desestruturação das comunidades, que representam pontos de apoio das pessoas e que não são substituídas pelos mecanismos de apoio social, próprios das grandes cidades, e a penetração de modos de consumo urbano, que também contribuem à mobilidade dessa população rural, assim como aumentam sua subordinação ao uso de produtos em cuja produção não participa. É necessário lembrar que a modernização tem contribuído para reorganizar a economia rural, numa agricultura e numa pecuária unidimensionais – à semelhança da indústria –, reduzindo os efeitos indiretos de combinações agropecuárias, necessários ao meio semiárido, e diminuindo as possibilidades de aproveitar os efeitos indiretos da ampliação do capital social básico, em controle de água e solo.

Em particular na Bahia, onde o semiárido ocupa uma proporção maioritária do território utilizável pela economia rural, esta unidimensionalidade (dicotomia entre agricultura e pecuária, falta de sistemas rurais de prestação de serviços, etc.), é particularmente grave, dado que a ecologia do semiárido justamente requer explorações, combinadas de diferentes tipos de exploração agrícola e de combinação de agricultura com pecuária, tanto para conservação e enriquecimento dos solos, como para manejo adequado de água. Por extensão, esta eliminação da diversificação da economia rural leva ao seu empobrecimento e à limitação de suas opções de formação de capital. Igualmente, leva ao vazamento dos efeitos indiretos da produção agrícola e da pecuária, exclusivamente para a economia urbana. Na Bahia é flagrante a inibição e a desorganização de produção local de tipo artesanal, bem como seus efeitos finais de inibição de “produção” de serviços. O assalariamento, notório nas áreas produtoras de madeira e nas de café, corresponde a uma transferência da mão-de-obra para um estilo de produção em que a economia doméstica é reduzida ao mínimo e onde, portanto, desaparecem as vantagens de formação alternativa de renda ao alcance dos pequenos produtores.

Os novos movimentos do capital agromercantil, no início da década de 1980, refletem a busca de aplicações rurais para o capital, formado na indústria e no sistema financeiro. Sob a pressão do encarecimento do dinheiro, estas aplicações preferem atividades que são beneficiadas com crédito preferencial, ou que podem operar com rápido retorno dos investimentos. Delineiam-se assim perspectivas de maior

proporção de uso de força de trabalho sem vínculos empregatícios duradouros – como os boias-frias e outras modalidades de trabalhadores estacionais²⁵ –, formando um quadro de condições sociais tendentes ao agravamento da marginalização da população de baixa renda. Justamente, a expansão de atividades como a pecuária extensiva, a exploração florestal, o café, a soja coincidem em reduzir o uso regional de mão-de-obra e em monotonizar a agricultura, excluindo os tipos de diversificação antes mencionados. Cabe, portanto, supor que o crescimento das produções agrícola e pecuária e mesmo o aumento do patrimônio das empresas rurais não significam aumentos na capacidade da economia rural para criar empregos, bem como representam uma subordinação mais direta das atividades rurais em seu conjunto, ao funcionamento da economia urbana.

OBSERVAÇÕES FINAIS

O estudo da pobreza pressupõe um questionamento fundamental do sentido social da finalidade do progresso econômico. Mas não se pode limitar a comprovar que há pobreza aguda, ou que a pobreza aguda, tenha aumentado, nem ainda limitar-se a estabelecer mensurações e tipologias da pobreza. É um modo de reestabelecer certas bases de percepção crítica dos fatos sociais, que aponta carências mais graves ainda, dos objetivos desse crescimento da economia. Noutras palavras, o estudo da pobreza pode ser tomado como uma base para discutir criticamente o humanismo da economia. A Bahia é um espaço social, cujas características o tornam um componente necessário, num estudo da formação social do Brasil. Também representa uma experiência bastante complexa, de relações entre diferentes situações de economia agromercantil e industrial, muito elucidativas das reais condições materiais de vida das pessoas. Por consequência, uma proposta de estudo da pobreza requer um esforço combinado de revisão crítica da urbanização e da formação da economia rural, como âmbitos em que se conjugam as diferentes transformações da economia agrícola, da industrial e da prestação de serviços. Distinguem-se, assim, níveis de análises teórica e aplicada, que correspondem a aspectos instrumentais da formação social, e percebem-se outros, relativos à totalidade destes processos sociais, com aspectos de questionamento social geral, econômicos e culturais. Nesta qualidade, em suma, o estudo da pobreza deve ser visto como uma contribuição à identificação de alternativas de valor no enjuizamento do progresso econômico.

Parece evidente que na Bahia a combinação de modernização-industrialização, com retorno do capital urbano agromercantil para o campo, tem acelerado a substituição

25 A partir da década de 1970, com a propagação de agricultura comercial e a maior mecanização de algumas lavouras, surge e se estende o fenômeno dos trabalhadores rurais diaristas, sem assento nas fazendas, que passam a residir em núcleos urbanos. A expulsão de pequenos produtores de terras que passam a florestamento e a pecuária cria um contingente adicional de mão-de-obra flutuante que, ao não encontrar emprego urbano, continua dependendo do emprego rural ocasional. Surgem combinações de trabalho urbano com trabalho rural e aumenta a presença de emprego precário.

de componentes da economia rural, precipitando ou agudizando diversas formas de pobreza urbana aguda. A questão fundamental agora é que a economia regional passa a ser funcional à economia nacional, em condições bastante diferentes daquelas que corresponderiam a um esquema de superação do capitalismo comercial pelo industrial. O binômio campo-cidade parece ser o referencial mais indicado para analisar estas transformações da economia, em parte porque a urbanização reflete as novas relações do capital financeiro com a industrialização e, em parte, porque o perfil de ocupação da força de trabalho no meio urbano, reflete as posições que cada uma das cidades principais do Estado vai tomando em suas funções regionais. Por sua vez, o componente de análise da economia rural toma nova feição, porque deve captar os novos modos como ela é conduzida pelo capital urbano. Em síntese, a pobreza emerge como tema capaz de reunir diversos elementos, agora dispersos, de questionamento sobre o progresso econômico num meio subcapitalizado, "sub-desenvolvido". Por esta razão, se não fosse por qualquer outra, merece a atenção privilegiada da análise social, partida desta realidade social.

Referências

AGUIAR, Manoel Pinto de. *Ensaio de história e economia*. Salvador: Imprensa Oficial da Bahia, 1961.

BAHIA. Secretaria da Indústria e Comércio. *A indústria no estado da Bahia: uma proposta de política industrial*. Salvador: SIC, 1982.

BAHIA. Secretaria da Indústria e Comércio. *O gigante invisível: estudo sobre o mercado informal de trabalho na Região Metropolitana de Salvador*. Salvador: SIC, 1983.

CHAUNU, Pierre. *A história como ciência social*. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

GARAUDY, Roger. *O ocidente é um acidente*. Rio de Janeiro: Forense, 1983.

GERMANI, Gino. *Sociologia da modernização: estudos teóricos, metodológicos e aplicados à América Latina*. São Paulo: Mestre Jou, 1974.

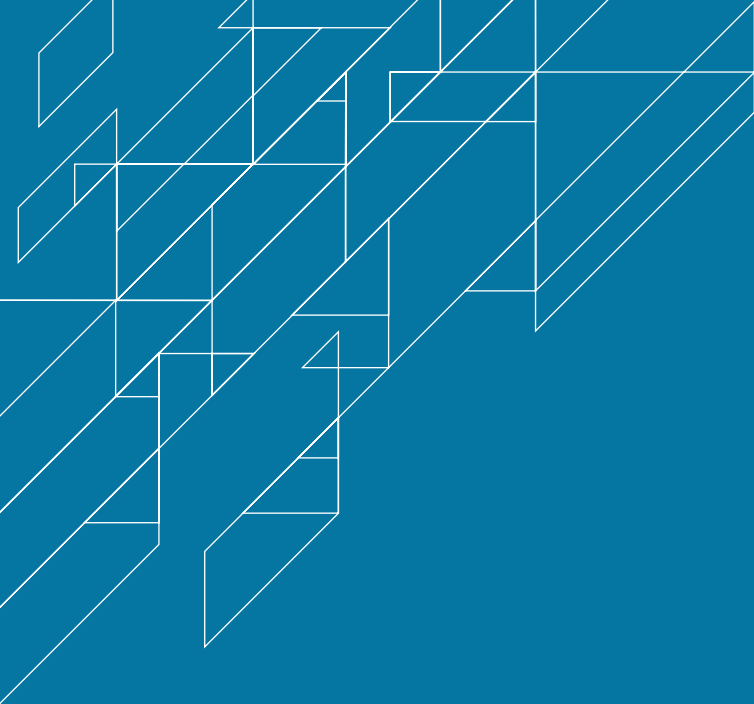
GIANNOTTI, J. A. *Trabalho e reflexão*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1983.

PARRY, J. B. *La época de los descubrimientos geográficos*. Madrid: Guadarrama, 1964.

PINTO, Luiz de Aguiar Costa. *Recôncavo: laboratório de uma experiência humana*. Rio de Janeiro: CLACSO, 1959.

SANTOS, Milton. *Pobreza urbana*. Rio de Janeiro: Vozes, 1982.

SOUZA, Guaracy A. de et al. *Bahia de todos os pobres*. Petrópolis: Vozes, 1977.



ARTIGO]

A Economia Baiana: desafios, óbices e perspectivas

Vladson Menezes

A evolução futura da economia baiana é uma das questões que mais suscita discussões entre agentes econômicos, setor público e academia. Os significativos resultados, alcançados ao longo de mais de três décadas de crescimento econômico, nas quais a Bahia deixou de ser um estado, predominantemente agrícola, para transformar-se em uma economia, significativamente industrializada, parecem cada vez mais difíceis de se repetirem. Por trás dessas dificuldades, estão problemas relacionados ao perfil atual da estrutura produtiva estadual e aos novos desafios, impostos pelo panorama econômico internacional, com conseqüente processo de redefinição estrutural da economia brasileira.

Discutir essas questões, avaliando o desempenho recente e mapeando, genericamente as principais perspectivas para os próximos anos, é o objetivo desse artigo. Para tanto, será feito um ligeiro apanhado das modificações, ocorridas nas últimas décadas, seguido pela análise dos obstáculos, relacionados à evolução recente e por uma discussão acerca dos setores com maior potencial, no futuro próximo.

AS TRANSFORMAÇÕES ESTRUTURAIS

Para compreender o processo que resultou numa substancial transformação da estrutura produtiva baiana é preciso situá-lo em um determinado contexto histórico, em que predominava, em nível nacional, a política de substituição de importações. O diagnóstico nacional-desenvolvimentista, identificava na incipiência da industrialização as raízes do atraso econômico brasileiro. Para superá-lo, seria preciso estimular o desenvolvimento da indústria, sobretudo em seus setores mais pesados. Nesse sentido, tratava-se de atrair o grande capital multinacional e estimular a formação de capitais nacionais, capazes de consolidar um setor industrial de porte relativamente significativo. Ao Estado caberia a realização de inversões em infraestrutura e o financiamento e concessão de incentivos fiscais e financeiros para subsidiar os investimentos na indústria, além de uma importante participação direta no setor produtivo. Nesse sentido, mais do que o principal planejador do processo de industrialização, o Estado foi o grande promotor do desenvolvimento econômico, assegurando a canalização de recursos para as atividades então consideradas prioritárias. Paralelamente, constituía-se no país uma economia fortemente introvertida, em que a indústria era protegida por elevadas barreiras aduaneiras, dispondo de um mercado cativo que facilitava a acumulação de capital. Foi um processo em que a industrialização se voltava para dentro, objetivando, dessa maneira, ampliar a renda nacional e a produtividade.

Impulsionada por essa política, a grande indústria estabeleceu-se majoritariamente na região Sudeste do país, que tinha as melhores condições para atraí-la.

Já no final da década de 50 constituiu-se o GTDN (Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste), que, influenciado pelo pensamento predominante à época, apontava a necessidade de estabelecimento de uma política capaz de propiciar a atração de capitais industriais, principalmente através de incentivos aptos a, via alteração de preços relativos, compensar as desvantagens inicialmente apresentadas pela região. Estabelecia-se essa política no bojo de uma tentativa de propiciar uma integração do mercado interno, via aprofundamento das conexões inter-regionais, de modo a favorecer, tanto a especialização, quanto a produção em larga escala. Paralelamente, a descentralização da indústria poderia vir a promover um descongestionamento dos centros mais desenvolvidos¹.

Foi neste contexto que se estabeleceu a industrialização da Bahia, marcada pela forte participação do Governo Federal, principalmente da SUDENE e do BNDES, que foram fundamentais para a realização de investimentos, direcionados para a expansão da indústria e também para a modernização da agricultura. A relevância da presença federal pode ser sentida na importante atuação de diversas empresas estatais, responsáveis por significativos investimentos na indústria de transformação e na infraestrutura básica.

Dessa forma, a economia baiana, então baseada em produtos agrícolas de exportação, principalmente o cacau, experimentou, a partir dos anos 50, um gradativo processo de industrialização que iria transformar-lhe de maneira substancial a estrutura produtiva. Um marco desse processo foi a implantação, no município de Mataripe, da Refinaria Landulpho Alves (RLAM), que desenvolver-se-ia através da utilização das reservas petrolíferas, existentes em suas proximidades. Em seguida, como continuação do processo de implantação de um polo dinâmico na economia baiana, instalou-se o Centro Industrial de Aratu (CIA), já na década de 60. Estabelecia-se, pois, paulatinamente, um setor industrial moderno na Bahia, embora, neste período, o secundário ainda continuasse em último lugar, entre os três grandes setores econômicos, em termos de participação no PIB estadual.

Esse processo veio a culminar com a implantação do Complexo Petroquímico de Camaçari (COPEC), já na década de 70, através de um modelo tripartite, envolvendo capitais estatais, multinacionais e privados nacionais. Mais uma vez, o Estado cumpria um papel fundamental na alavancagem do desenvolvimento industrial da Bahia. É importante registrar que, embora encarado por muitos como sendo um enclave econômico, o polo petroquímico foi um marco, tendo sido responsável pela consolidação da indústria, como setor motriz da economia

¹ Para uma análise dessa divisão, ver Mantega (1984).

baiana, maior gerador de riqueza e também maior arrecadador de tributos. Como resultado, o setor público estadual, fortaleceu-se financeiramente e diversas obras de infraestrutura foram realizadas naquele período. Paralelamente, a Bahia, particularmente em Salvador, passava a contar com uma classe média urbana de relativa afluência, abrindo espaço para o surgimento de um moderno setor terciário, também concentrado na capital.

Vital se faz perceber que a estrutura produtiva estadual experimentou nos anos 70 uma profunda transformação, com o setor secundário, através de um salto sem precedentes, passando a superar significativamente as atividades primárias na composição do PIB (tabela 01). Foi justamente nos últimos anos da década de 70 que se pôde aferir a existência de uma veloz modificação estrutural na economia baiana, com a indústria, tornando-se, efetivamente o eixo dinâmico da acumulação de capital e as taxas de crescimento, atingindo patamares, significativamente mais elevados do que nos períodos anteriores. Nesses anos, a Bahia cresceu à taxa média anual de 9,7%, atingindo, por dois anos, patamares de crescimento superiores a 11% (tabela 2).

Tabela 1 - Composição Setorial do PIB Baiano - 1960/1994

Ano	Setores		
	Primário	Secundário	Terciário
1960	40,0	12,0	48,0
1970	21,2	12,4	65,4
1980	16,4	31,6	52,0
1990	15,2	31,9	52,9
1994	13,8	34,0	52,2

Fonte: Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia.

Cabem aqui duas importantes observações, acerca da importância da industrialização, alavancada pela implantação do COPEC. Em primeiro lugar, consolidou-se naquele momento uma estrutura industrial, prioritariamente voltada para a produção de bens intermediários, o que caracterizou uma função, claramente complementar ao parque produtivo, instalado no Centro-Sul do país, orientado para a produção de bens finais. Saíam daqui boa parte dos insumos que iriam se incorporar à produção de bens finais de elevado valor agregado, que ocorria sobretudo na região Sudeste. É importante observar que essa industrialização teve lugar no contexto de especialização produtiva, de modo a favorecer a existência de ganhos de escala – algo aliás já objetivado, anteriormente pelo pensamento desenvolvimentista. Os posteriores investimentos de instalação da Caraíba

Metais e da Sul Celulose, no início e no final da década de 80, só vieram reforçar um papel já então definido. Baseada na transformação de recursos naturais, originários do próprio estado, a indústria aqui localizada, de caráter intensivo em capital e de baixo grau de relações intersetoriais, não mais deixaria de ser o setor Econômico de maior dinamismo na economia da Bahia.

Tabela 2 – Evolução do PIB Baiano a Preços de Mercado – 1976-1994

(Em %)

Ano	Varição
1976	7,9
1977	8,3
1978	11,3
1979	9,9
1980	11,1
1981	1,0
1982	5,6
1983	1,4
1984	1,8
1985	9,4
1986	6,2
1987	(4,4)
1988	3,1
1989	3,3
1990	(2,2)
1991	(4,2)
1992	1,4
1993	1,3
1994	6,7

Fonte: Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia.

Mesmo assim, o desenvolvimento industrial vivenciado, foi incapaz de trazer a esperada verticalização produtiva, no sentido da produção de bens finais. É importante observar que, no contexto de uma economia fechada – caso da Economia brasileira durante várias décadas – e da predominância, em nível internacional, de tecnologias intensivas em capital, na produção dos chamados bens de consumo durável², instalaram-se no país grandes empresas para produzir bens finais. Essas empresas, na maioria das vezes, dispunham de plantas, cuja possibilidade de produção era, substancialmente superior ao consumo desses produtos no país, o que configurava uma clara estratégia de antecipação de capacidade produtiva,

2 Não se deve esquecer que a industrialização brasileira ocorreu tardiamente e que, se isso possibilitou que o país saltasse etapas, impôs a incorporação de tecnologias adaptadas às características socioeconômicas dos países desenvolvidos. Assim, obstaculizou-se o desenvolvimento interno de tecnologias mais intensivas em trabalho e de produção em escala inferior, que poderiam possibilitar a conformação de uma economia mais justa em termos da distribuição da renda e também do ponto de vista da distribuição regional do desenvolvimento.

para posterior aproveitamento de economias de escala e para disputar de maneira vantajosa os espaços abertos por um mercado crescente. Instaladas no Sudeste, onde as condições de infraestrutura e a disponibilidade de força de trabalho eram superiores, além do fato do mercado consumidor concentrar-se nessa região, elas não viriam se implantar no Nordeste, onde a ausência de mercado não permitia a realização de novos investimentos na produção de bens finais³. Coube, assim, devido às características daquele período, à Bahia a produção em larga escala de bens intermediários – situação, de qualquer forma, privilegiada, em relação ao restante do Nordeste.

Essa marcante característica da economia não pode ser ignorada na realização de prospecções, acerca de sua evolução futura. Tem-se na Bahia uma indústria de porte, baseada em um número reduzido de setores, que desempenhavam, em uma economia fechada, uma função de prover indústrias dinâmicas, instaladas no Sudeste de insumo e bens intermediários, indispensáveis à sua produção. A tabela 3 mostra a importância de alguns poucos setores, na composição da produção industrial baiana e deixa claro que, para os próximos anos, não se pode prescindir de sua contribuição, mesmo que se deseje impulsionar o desenvolvimento de outras atividades produtivas.

Tabela 3 – Estrutura da Indústria Baiana de Transformação – Preços Constantes de 1980 (1980/1994)

Principais Gêneros	1980	1990	1994
Químico	52,6	50,6	50,1
Metalúrgico	5,9	12,1	10,8
Produtos Alimentares	9,9	9,0	7,2
Papel e Papelão	0,8	1,2	5,7
Têxtil	–	5,5	4,4
Bebidas	1,4	1,5	1,5

Fonte: Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia.

A segunda observação, anteriormente aludida diz respeito ao fato de que, justamente devido ao perfil da indústria aqui instalada, a Bahia conseguiu crescer nos anos de 1981 e 1983, quando a economia brasileira apresentou queda da atividade

3 Note-se que essas observações só fazem sentido num determinado contexto histórico, caracterizado pela existência no país de uma economia extremamente fechada, situação então predominante em nível internacional. Aliás, o próprio pensamento desenvolvimentista, ao apontar para a especialização produtiva entre as diversas regiões, mostrava, ainda que implicitamente, a dificuldade de se estabelecer uma produção significativa de bens finais no Nordeste. Por outro lado, afirmar, no contexto atual, que o principal obstáculo à produção de bens finais na Bahia, continua sendo a incipiência do mercado regional é não compreender o sentido das modificações econômicas e sociais ora em curso. A decorrência natural dessa visão equivocada é defender em abstrato a distribuição da renda – como se ela pudesse cair do céu – para potencializar a produção de bens finais, de elevado valor agregado, na região, via estímulo ao desenvolvimento de um mercado regional para esses produtos. Apesar da louvável preocupação com o desenvolvimento regional, essa abordagem ignora uma série de condicionantes do processo competitivo, no momento econômico atual. Decididamente, os obstáculos à produção de bens finais na Bahia são outros, como será visto no tópico Desafios do Fim do Século, especificamente no item o Surgimento de Novas Exigências.

econômica. Isto correu não apenas em função dos investimentos que ainda estavam sendo realizados na produção de bens intermediários, mas, sobretudo, porque a indústria estadual foi capaz de direcionar parcela significativa e sua produção para os mercados externos, driblando, de certa forma, a recessão interna. É válido registrar que essa estratégia possibilitou à Bahia um relativo descolamento da dinâmica da economia brasileira na década perdida, particularmente em sua primeira metade. Enquanto o país passava por dificuldades decorrentes das sucessivas políticas de ajustamento então implementadas, os principais segmentos da estrutura produtiva estadual, sobretudo no caso da química/petroquímica, conseguiram sobreviver de forma, relativamente bem sucedida.

Para fechar esse tópico, é importante fazer alguns comentários sobre os impactos sociais e espaciais do modelo de desenvolvimento adotado. A modernização produtiva, responsável por uma sensível transformação econômica, mostrou-se incapaz de democratizar o acesso aos seus frutos. Em termos espaciais, a instalação da indústria na Região Metropolitana de Salvador (RMS), ocasionou também uma concentração de aglomerados urbanos nesse subespaço, que beneficiou do incremento da urbanização e da expansão e modernização do terciário, a partir, tanto do fornecimento de serviços pessoais e empresariais, demandados pela própria indústria, quanto do desenvolvimento de um comércio moderno. É importante observar que a concentração da indústria, em municípios periféricos da RMS, situados a uma curta distância de Salvador e desprovidos de infraestrutura urbana adequada, fez com que a elite dessas cidades fosse residir em Salvador, ampliando a demanda por serviços urbanos na capital⁴, com as distorções que esse fenômeno traz consigo.

Do ponto de vista social, criou-se, como já foi dito, uma nova classe média e um operariado urbano organizado. Entretanto, as características da indústria instalada, particularmente a elevada intensidade em capital, obstaculizaram uma maior geração de empregos no setor moderno da economia. A esse problema vieram somar-se à concentração fundiária e a baixa produtividade da maioria das atividades rurais, que ficaram à margem do processo de modernização, ocorrido no estado (BAHIA, 1995b). Isso ocasionou uma significativa migração para os municípios da Região Metropolitana de Salvador, particularmente para a capital do Estado⁵. Simultaneamente, a insuficiente dinâmica de outros eixos

4 Para uma análise desse quadro, ver Suarez (1987).

5 É importante registrar que as migrações para o Sudeste foram consideráveis, particularmente até o final da década de 70. Posteriormente, com a crise, vivenciada durante a década perdida, inúmeros analistas têm concordado que houve um aumento das migrações internas, em função tanto da desmistificação do Sudeste, enquanto um oásis econômico quanto das dificuldades enfrentadas pela população rural. Com isso, diversas cidades, e não apenas Salvador, tornaram-se um escoadouro da migração, o que fez com que a favelização deixasse de ser um problema localizado na capital para atingir um significativo conjunto de polos urbanos no estado.

de desenvolvimento, resultou numa estrutura urbana, inadequada nas demais regiões do Estado, com um número bastante restrito de cidades de porte médio.

Finalmente, em função da necessidade de impulsionar o desenvolvimento das indústrias, que estavam surgindo, houve uma concentração da infraestrutura no litoral e, sobretudo, na RMS. Mesmo nos dias de hoje, observa-se a deficiência da malha viária, insuficiente para interligar o estado e propiciar um melhor escoamento da produção. Esses problemas, característicos do modelo de desenvolvimento adotado⁶, atuam como entraves a um novo processo de modernização, nas circunstâncias atuais, o que será visto no tópico Desafios do Fim do Século, especificamente no item Problemas e Deficiências. Antes, porém, deve ser feita uma análise dos embriões, de uma nova fase de desenvolvimento, estabelecidos com o desenvolvimento de novos setores, na década de 80, o que será feito a seguir.

A EVOLUÇÃO RECENTE: A EMERGÊNCIA DE NOVOS SETORES

A existência de uma economia, fortemente baseada na indústria produtora de bens intermediários, consolidada no final dos anos 70 com a implantação do COPEC, tende a obscurecer um processo de diversificação produtiva, ocorrido, sobretudo, a partir da segunda metade da década de 80, cuja continuidade pode vir a gerar significativos impactos, na estrutura da economia baiana. As características desse movimento, com seus efeitos técnico-produtivos e espaciais, conformam a matéria a ser discutida nesse tópico.

Os anos 80 viram surgir, paulatina e discretamente, alguns focos de modernização econômica que, apesar de distintos entre si, trazem consigo algumas características comuns. Em primeiro lugar, há uma maior interiorização do processo de desenvolvimento. Em segundo lugar, embora tenham surgido investimentos expressivos, em determinados setores, destacando-se a implantação de uma fábrica de celulose no município de Mucuri, os impactos isolados de cada grupo de inversões – em termos de valor adicionado e aumento de arrecadação – foram significativamente menores do que os dos grandes blocos de investimentos, ocorridos anteriormente, sobretudo no caso do polo petroquímico. Finalmente, boa parte desses setores tem parcela substancial de sua produção, voltada para o mercado externo, acentuando uma característica potencial da economia baiana,

6 Essa observação é apenas uma constatação acerca das características básicas de um determinado modelo de desenvolvimento, que trouxe consigo alguns elementos negativos como o faz qualquer uma das alternativas de desenvolvimento atualmente disponíveis. Com isso, não se está fazendo um juízo de valor negativo: ao contrário, é preciso reconhecer que o estilo de desenvolvimento implementado, se não trouxe o melhor dos mundos e manteve a renda concentrada, foi responsável por um substancial incremento de geração de riqueza e esteve em consonância com um determinado período histórico.

e baseia-se no binômio modernos padrões produtivos – utilização e desenvolvimento de vantagens naturais existentes na Bahia.

Os novos vetores de desenvolvimento⁷ da Bahia são alguns segmentos do complexo agroindustrial e as atividades mineradora e turística em moldes modernos. No caso dos setores do complexo agroindustrial, cabe expor aqui um panorama mais detalhado, em função de sua maior importância em termos econômicos. Esses setores são, em conjunto com a indústria pesada, anteriormente desenvolvida, corresponsáveis, embora numa escala ainda bastante inferior, pela evolução da participação da economia baiana no PIB brasileiro.

Destaca-se, entre os segmentos da agroindústria não-alimentar, a produção de celulose, iniciada com a implantação da Bahia Sul Celulose, no Extremo-Sul do estado, mas que deve expandir-se, significativamente nos próximos anos, sobretudo com a futura instalação da Vera Cruz Florestal, no município de Eunápolis, que envolverá investimentos previstos em US\$ 1,3 milhão (BAHIA INVESTIMENTOS, 1995). Essas possibilidades deverão fazer com que o gênero Papel e Papelão, que inclui a celulose, venha a ser o segundo ou terceiro colocado, em termos de participação no valor adicionado industrial da Bahia, já no início do próximo século. Isso é, particularmente interessante porque, no caso específico da celulose, ela tem em comum com a petroquímica, o fato de ser intensiva em capital, ter poucas conexões intersetoriais e de ser um produto intermediário, o que reforça uma característica marcante da indústria baiana – algo, aliás, já aqui mencionado.

Por outro lado, trata-se de um setor majoritariamente voltado para o mercado externo – o setor já é o quarto maior exportador da Bahia e a parcela das exportações, no conjunto de suas vendas, é bastante superior à dos casos da petroquímica e da metalurgia, por exemplo – e cuja localização, externa à RMS, contribui para desconcentrar a indústria estadual, constituindo novos polos de desenvolvimento – embora, em função de suas reduzidas conexões regionais, os seus impactos espaciais sejam razoavelmente restritos. Baseada em vantagens competitivas absolutas, em termos de clima, solo e adaptabilidade dos eucaliptos, a Bahia dispõe também de tecnologia avançada para os padrões setoriais, resultando numa indústria, internacionalmente competitiva (CASTRO, 1995).

7 A utilização da denominação novos vetores de desenvolvimento, não significa ignorar que, muitos desses setores, já existiam anteriormente. Deseja-se apenas ressaltar que, em sua nova fisionomia econômica, eles utilizam padrões produtivos e organizacionais modernos, geram uma renda de proporções significativas e, apresentam um desempenho competitivo, substancialmente superior ao registrado no passado.

Há, ainda, como vetores da desconcentração espacial do desenvolvimento da Bahia, diversos segmentos alimentares do agrobusiness. Aqui, há características específicas que denotam o potencial dessas atividades, principalmente porque, mesmo quando a produção primária, ocorre no interior de latifúndios mecanizados – o que varia significativamente de acordo com a cultura em questão –, as unidades agroindustriais que beneficiam a matéria-prima têm porte bastante inferior aos das plantas petroquímicas ou de celulose, por exemplo. Com isso, podem instalar-se algumas agroindústrias, numa determinada região, ocasionando um fluxo considerável de relações econômicas, no interior de um mesmo subespaço e gerando, sobretudo em atividades de suporte, uma quantidade de empregos, substancialmente maior do que no caso dos setores que vêm até aqui, liberando o desenvolvimento da economia baiana.

Paralelamente, quando as relações entre a agroindústria e a produção primária intensificam-se – o que é comum em setores modernos, cujo processo competitivo é bastante acirrado – há a tendência a que o setor secundário imponha uma modernização de sua base de fornecedores de matéria-prima. Isto é, particularmente visível, no caso de mercados organizados, onde a matéria-prima é fornecida por unidades agrícolas independentes, com fortes relações com a indústria, devido as suas especificidades técnico-produtivas. Esse modelo, conhecido como quase-integração – uma rede de empresas onde ocorrem fortes relações de cooperação, ao longo de uma cadeia produtiva⁸ –, resulta da própria evolução dos padrões de concorrência, existentes na indústria, que é a força motriz que tende a puxar o desenvolvimento da área rural. Isto porque, à medida que as exigências de qualidade e produtividade crescem no mercado final, as indústrias, que dependem, consideravelmente da qualidade e regularidade da matéria-prima, são forçadas a criar mecanismos de modernização do campo, impondo novos padrões técnico-produtivos e novas formas de gestão da atividade agrária. É importante observar que, normalmente, a agroindústria é inicialmente atraída pela produção primária, quando esta atinge razoáveis dimensões, e, em seguida, estimula a continuidade do crescimento das atividades agropecuárias, ao gerar demanda e regularizar o mercado. Evidentemente, o potencial de modernização regional e de desconcentração do desenvolvimento, desses setores, atinge dimensões consideráveis.

Como exemplo desse processo, destacam-se alguns outros focos de modernização da base agropecuária, na Bahia, embora ainda em suas etapas iniciais de evolução.

8 Nesse caso, fica claro para todos que a garantia do mercado e a competitividade de cada agente econômico, dependerá do desempenho do conjunto, o que normalmente gera um ambiente cooperativo e propício ao surgimento de inovações organizacionais, nas relações entre esses agentes. Com isso não se nega a existência de conflitos; apenas observa-se que esses são minorados, em nome de um objetivo comum.

Desencadeadas nos anos 80, são de relevante importância a produção de grãos, sobretudo a soja, no Oeste do estado, a hortifruti-cultura, irrigada no submédio São Francisco e mesmo outros polos menores, dispersos, principalmente ao longo do vale do rio São Francisco⁹. De um modo geral, aparecem relacionados, em maior ou menor grau, importantes investimentos, em vários segmentos da agroindústria, caracterizando um movimento de verticalização produtiva, capaz de gerar elevados impactos modernizantes.

No caso do Oeste baiano, a expansão começou com o PRODECER II (Programa de Desenvolvimento dos Cerrados) em 1986, que estimulava a implantação de projetos em áreas de cerrados, nos estados de Minas Gerais, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Goiás e, logicamente, Bahia¹⁰. O PRODECER fornecia apoio financeiro para o desenvolvimento de uma agricultura moderna, baseada em elevados padrões técnicos e gerenciais, e foi resultado de um acordo de cooperação entre os governos do Brasil e do Japão. Começou, assim, a atração de agricultores, oriundos principalmente do Sul do país, cujos potencial empresarial e grau de receptividade a tecnologias modernas eram consideráveis. Simultaneamente, o governo federal – através do Centro de Pesquisa do Cerrado da Embrapa – desenvolveu pesquisas que possibilitaram a utilização econômica daquela área dos cerrados, até então inadequada à produção agrícola moderna.

Assim, a região começou o seu processo de desenvolvimento e passou a inserir-se nos circuitos econômicos do complexo agroindustrial, atraindo, posteriormente, indústrias esmagadoras de soja. No decorrer dos anos 80, a produção de grãos, particularmente da soja, expandiu-se aceleradamente, atingindo patamares significativos já no final da década (tabela 4), apesar da crise registrada, na safra 1989/1990. O resultado desse processo foi um fluxo significativo de investimentos e o crescimento acelerado da cidade de Barreiras, principal polo urbano do Oeste baiano. Atualmente, a produção regional de grãos ultrapassa 1,7 milhão de toneladas. Para se ter uma ideia da dimensão de tal movimento, deve-se registrar que já existem mais de 500 pivôs centrais de irrigação, caracterizando uma produção, baseada em elevados padrões tecnológicos, em que se verifica também um veloz crescimento da área cultivada, acompanhado pelo incremento da produtividade.

Esse processo, que foi responsável pela instalação de agroindústrias, culminará com a breve implantação de avicultura e suinocultura industriais. A Ceval, que já produz farelo e óleo de soja, já anunciou investimentos da ordem de US\$ 100

9 A análise concentra-se no Vale do São Francisco, pelo fato dessa região concentrar o maior número de subespaços, bem sucedidos no desenvolvimento das atividades ligadas ao agribusiness, podendo vir a consolidar um eixo marcado por fortes inter-relações. Isso não significa o desenvolvimento simultâneo de outras regiões, lideradas por atividades de complexo agroindustrial, a exemplo da citricultura, no Nordeste baiano e da produção de hortícolas, no vale do Paraguaçu, entre outras.

10 Para uma maior compreensão da ação estatal no processo de desenvolvimento dos cerrados, ver Pedreira (1993).

milhões, na suinocultura (BAHIA INVESTIMENTOS, 1995). Existem, também, outros investimentos previstos, nessa região, para os próximos anos. Trata-se, portanto, de aproveitar a produção de farelo e grãos, utilizados na ração animal, e verticalizar, no sentido de um produto de maior valor agregado, a exemplo do que já ocorreu em outras regiões. Começa a consolidar-se, assim, uma economia de intensas relações intersetoriais, capaz de propiciar um significativo crescimento agroindustrial no estado. Esse movimento, aliás, já fora previsto em um trabalho realizado pela CPE (FUNDAÇÃO CENTRO DE PROJETOS E ESTUDOS, 1993).

Tabela 4 – Produção de Soja na Bahia – 1985-1995

Ano	Produção (t)
1985	75.600
1986	140.418
1987	148.643
1988	365.725
1989	580.684
1990	220.416
1991	441.000
1992	480.000
1993	592.269
1994	873.384
1995(1)	1.072.911

Fonte: Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia.
Nota: (1) Previsão do GCEA/IBGE.

Na mesma região desenvolve-se, embora em menor escala, a hortifruti-cultura irrigada e mesmo a pecuária semi-intensiva e intensiva, com utilização de pastagens plantadas e uso intensivo de capital. Uderman (1994) assinala que esse movimento de diversificação produtiva, surge como resultado da quebra de safra em 1990, que sucedeu uma supersafra. Para autora, esse processo tornou claros os riscos, representados pela concentração de investimentos, em uma só cultura, caracterizando um ponto de inflexão no desenvolvimento regional. Assim, um conjunto significativo de agricultores passou, gradualmente, a dedicar-se à produção de frutas e de outros produtos agropecuários. Entretanto, um maior adensamento econômico do Oeste baiano encontra obstáculos vinculados, principalmente a gargalos na infraestrutura, o que ainda será analisado nesse artigo.

Em outras regiões do vale do São Francisco verifica-se um desenvolvimento significativo de atividades do complexo agroindustrial, sobretudo no entorno da cidade de Juazeiro, que, ao lado de Petrolina (PE), lidera a economia do submédio São Francisco. Tal como no Oeste baiano, a produção regional experimentou intensa evolução na segunda metade da década passada, consolidando-se em

nível nacional como grande produtora de hortifrutícolas, direcionados diretamente para a exportação¹¹ ou para o processamento agroindustrial. As principais culturas da região são a manga e a uva, prioritariamente destinadas ao mercado externo, embora produtos como aspargos, acerola, goiaba, limão, mamão e banana venham apresentando desempenho considerável, firmando uma tendência de diversificação produtiva, em nível regional.

É importante notar que parcela substancial da produção do submédio São Francisco vem de áreas irrigadas que, beneficiadas pelas condições edafoclimáticas privilegiadas, registram elevados níveis de produtividade. Em função da expansão da agricultura, tem acontecido uma progressiva agroindustrialização, a partir do beneficiamento dos produtos primários. Dessa forma, já são produzidos na região vinhos, conservas diversas, polpas de frutas, etc. Isso tem provocado um fortalecimento das relações de compra e venda, no interior desse subespaço, ampliando o nível organizacional dos principais agentes econômicos e elevando a geração de renda. No caso específico de Juazeiro, essa cidade cumpre um papel estratégico, posto que, além do polo regional, é um importante ponto de passagem das mercadorias, oriundas de todo o vale do São Francisco, para os principais mercados do Nordeste oriental e, a depender da estratégia de escoamento adotada, mesmo para a exportação.

Paralelamente, também ao longo do vale do São Francisco, existem centros menores que vêm atravessando um movimento de modernização de sua base rural, baseados em áreas de irrigação e núcleos de menor porte, a exemplo da produção de hortícolas no entorno de Bom Jesus da Lapa. Há ainda grandes projetos, como a área de irrigação, denominada Baixio de Irecê, situada no município de Xique-Xique, que despontam como importantes possibilidades, para os anos vindouros.

Tudo indica, portanto, que, desde que removidos obstáculos infra estruturais – que, aliás, tendem a se agravar em face da incorporação de novas terras à agricultura moderna –, o vale do São Francisco será um dos maiores, senão o maior eixo de desenvolvimento da Bahia, nos próximos anos. A ocupação, baseada em modernos métodos produtivos, de uma extensa área de fronteira agrícola, ao lado da recuperação de outros subespaços na região, tem resultado num processo de adensamento das relações econômicas na área, cujos impactos dinamizadores deverão ser significativos, mostrando estar em marcha um positivo processo de interiorização da economia baiana.

11 Da região procede cerca de ¼ do volume de frutas, exportado pelo país.

Também atuando no mesmo sentido, embora em proporções inferiores, está a mineração, concentrada na área rural, particularmente no semiárido. A atividade mineradora vem experimentando um significativo crescimento e, embora o seu impacto em termos de conexões intersetoriais não seja dos maiores, é um importante vetor de desenvolvimento nas áreas interioranas. Por último, um outro setor que desponta com dinamismo é o turismo, que se concentra ao longo do litoral, sobretudo nos municípios de Salvador e Porto Seguro, coadjuvados por centros menores nos litorais Sul e Norte do estado. Neste último caso, um importante impulso foi dado pela construção da Linha verde, que deverá propiciar a instalação de grandes empreendimentos turísticos.

Em suma, apesar da forte concentração da economia em torno da produção de bens intermediários, a Bahia vem desenvolvendo outros segmentos, que indicam novas possibilidades de evolução. Os principais obstáculos e as perspectivas desse movimento, que determinará a rota a ser seguida pelo estado, nos próximos anos, serão abordados no tópico seguinte.

DESAFIOS DO FIM DO SÉCULO

Quais são as perspectivas de evolução da economia baiana, nos próximos anos? Uma resposta razoavelmente precisa a essa questão, está além do alcance desse trabalho. Entretanto, com base no quadro acima descrito e nas tendências que se configuram, na atual realidade econômica, é possível fazer algumas inferências e, embora de maneira imprecisa, avançar um pouco no sentido de identificar aqueles que poderão ser os principais eixos estratégicos. Para tanto, cabe avançar um pouco mais no sentido de identificar alguns problemas que atingem a economia estadual, mapear as tendências em curso nas economias mundial e brasileira e, inserindo a realidade baiana, nesse contexto, analisar genericamente as suas potencialidades.

PROBLEMAS E DEFICIÊNCIAS

No que tange à economia estadual, é importante registrar que, apesar dos diversos exemplos de dinamismo registrados, nem tudo pode ser considerado positivo. Convivendo com a importante indústria produtora de bens intermediários e com os novos vetores de desenvolvimento, existem problemas relacionados à existência de uma crise em setores tradicionais – o que acentua as contradições existentes no interior de uma economia mesclada de elementos modernos e arcaicos – e à deficiência na infraestrutura, tanto social quanto econômica, o que vem dificultando um desempenho ainda mais significativo dos segmentos modernos.

Entre os setores que atravessam crises de grandes proporções, alguns deles, outro-
ra extremamente dinâmicos, destaca-se a economia cacauera, cujo desempenho
atual tem sido medíocre e cuja extensão dos problemas permite inferir que suas
perspectivas de evolução futura estão comprometidas. Situada no Litoral Sul do
estado, essa economia, embora ainda seja a líder da agropecuária baiana, passa
por percalços que têm na sua origem os três seguintes problemas:

- A queda significativa dos preços no mercado internacional, ocasionada, do
lado da oferta, pelo aumento da produção de outros países, que também
apresentam maiores graus de produtividade, e, do lado da demanda, pela
possibilidade, cada vez maior, de recorrer a produtos alternativos;
- O baixo nível organizacional e produtivo da maior parte dos produtores,
que dificulta tanto a obtenção de ganhos de competitividade quanto a
reconversão produtiva; e
- O aparecimento da “vassoura-de-bruxa”, dizimando boa parte das plantas.

Com isso, toda uma região do estado sofre graves problemas sociais, sobretudo
o desemprego de importante parcela de sua população, não é preciso ser vidente
para concluir que, diante do quadro de crise por que passa a economia do cacau
e da baixa qualificação da maioria daqueles que trabalham na região, a impres-
cindível reestruturação do setor, por maior que seja o seu sucesso, será incapaz
de provocar uma nova fase de significativo desenvolvimento dessa cultura, que
vem perdendo espaço na economia baiana.

Mas o cacau não é a única atividade agrícola que vem apresentando problemas.
Outras importantes culturas, a exemplo do café e do algodão, também vêm atra-
vessando crises semelhantes, o que atinge fortemente a economia do sudoeste
baiano. Nesses casos, convém registrar que existem possibilidades concretas
de recuperação dos preços internacionais, sobretudo em função de uma recente
redução dos estoques mundiais. Assim, a partir de reformulações no sistema or-
ganizacional e na estrutura produtiva, é possível que venham a ocorrer melhorias
significativas¹². Outros segmentos agrícolas que passam por graves crises são
o sisal, a mamona e o fumo. Praticadas em moldes arcaicos e com problemas de
acesso aos mercados, essas culturas não apresentam perspectivas interessantes¹³.

12 No que tange ao café, é importante registrar que, nesse ano, um número razoável de produtores do Oeste baiano tem
optado, como forma de diversificação, por essa cultura. Baseados em modernos padrões técnico-produtivos, esses
agricultores têm obtido resultados bastante interessantes. Isto pode ocasionar, de algum tempo, uma migração dessa
cultura para os cerrados dessa Bahia, confirmando a tendência ao adensamento econômico dessa região, mas afetando
as atuais áreas produtoras.

13 Mais uma vez, cabe aqui uma exceção. A mamona vem sendo produzida experimentalmente no Oeste do Estado, atingindo
resultados animadores em função da tecnologia adotada.

Finalmente, deve-se registrar que a crise não é um privilégio do setor primário, Na área industrial, a situação do Centro Industrial de Aratu (CIA) e da grande maioria dos distritos industriais do interior não é animadora. Com problemas de escala, de tecnologia e, muitas vezes, de fornecimento de insumos e de qualidade dos produtos, esses distritos, em sua maior parte voltados para o mercado regional, tem poucas perspectivas de evolução. Pode-se afirmar que, à medida que os incentivos forem perdendo a sua validade, boa parte das empresas aí situadas enfrentarão sérias dificuldades, sobretudo diante das exigências que se colocam no cenário atual – o que será analisado adiante.

A outra série de problemas diz respeito às, já citadas, deficiências da infraestrutura socioeconômica e de ciência e tecnologia. No que se refere à infraestrutura econômica, verifica-se, como já foi dito, uma clara concentração no litoral, sobretudo no entorno da RMS. As dificuldades começam na carência energética de boa parte da área rural, passam pelas comunicações, e concentram-se, sobretudo, no item transportes. Faltam vias de escoamento da produção, localizada nas regiões mais distantes ou, quando elas existem, funcionam de maneira precária ou apresentam baixa racionalidade econômica.

Convém abrir aqui um parêntesis para registrar a problemática dos transportes no vale do São Francisco, que pode inclusive afetar a evolução futura dessa dinâmica região da Bahia. Atualmente, boa parte da produção do Oeste¹⁴ vem sendo escoada precariamente por via rodoviária até o porto de Ilhéus¹⁵ ou em direção ao Nordeste, cujas capitais representam um importante mercado para a produção de óleo e farelo de soja. Os produtos do submédio São Francisco têm saído, predominantemente por via rodoviária em direção aos principais mercados internos ou para exportação via Suape (PE), opções que encarecem o escoamento – deve-se registrar que as frutas que se dirigem, diretamente para o mercado externo, saem pelo aeroporto de Petrolina.

A questão estratégica para a região está intimamente relacionada à definição de um sistema eficiente de transportes para o Nordeste, utilizando diversos modais, o que possibilitará o escoamento da produção dessa importante fronteira agrícola para os principais mercados da região e do Centro-Sul, além da exportação via

14 Vale salientar que o Estado, através do Programa de corredores de transporte, construiu uma importante malha de rodovia coletora nessa região, melhorando, significativamente, as condições de deslocamento da produção, até os principais centros regionais. O problema concentra-se, entretanto, na definição de uma macroestratégia de escoamento, em direção aos principais mercados.

15 É importante registrar que a utilização do porto de ilhéus para exportar farelo de soja é relativamente recente, tendo se consolidado neste ano.

portos marítimos. Assume fundamental importância a construção da hidrovía do São Francisco¹⁶, que abre as seguintes possibilidades:

- Ao Norte, via portos de Petrolina e Juazeiro, deve articular-se com a ferrovia transnordestina, que a ligação Porto de Suape e aos principais mercados nordestinos, e com a ferrovia Juazeiro-Aratu, fazendo a ligação com o porto e com os mercados da RMS;
- Ao Sul, via Pirapora, liga-se ao Corredor Centro Leste de transportes, abrindo um importante caminho para os mercados do Centro-Sul e para o porto de tubarão (ES).

Paralelamente, além de um melhoramento na estrutura portuária do Estado, devem ser realizadas obras no sentido de melhorar a ligação rodoviária com Salvador. Não se pode perder de vista a importância dessa região para o futuro da Bahia.

Mas os problemas da Bahia não se limitam à deficiência de infraestrutura econômica. Do ponto de vista da infraestrutura social, é mais do que conhecida a escassez de escolas, saneamento básico e hospitais, contribuindo para que o Estado apresente indicadores sociais inadequados. Também do ponto de vista da ciência e tecnologia, os poucos centros de pesquisa, existentes no estado, apresentam problemas como laboratórios mal equipados e força de trabalho despreparada, além de se registrarem baixos níveis de interação com o setor produtivo. São problemas que, logicamente, prejudicam fortemente a competitividade do estado.

Conclui-se, assim, que a evolução, registada em diversos setores não foi capaz de resolver os graves problemas sociais existentes nem de evitar a presença de áreas de estagnação econômica. Como atesta o PPA estadual, "a modernidade da RMS e o dinamismo dos núcleos de expansão industrial foram incapazes de integrar regiões inteiras do estado, isto sem considerar os excluídos nas áreas de ponta" (BAHIA, 1995b). Esses problemas, certamente significarão um entrave ao desenvolvimento econômico da Bahia, principalmente em função das exigências do novo cenário, que serão vistas a seguir.

O SURGIMENTO DE NOVAS EXIGÊNCIAS ¹⁷

Os fatores que condicionam o desenvolvimento da Bahia atualmente são significativamente distintos àqueles que predominaram nas últimas décadas. Se os condicionantes são outros, os desafios também o são. O momento histórico não é mais o da substituição de importações; tampouco dispõe-se de um Estado

16 Uma análise da importância da hidrovía para a região está em Ornelas (1995).

17 Esse item toma como base ideias desenvolvidas em Castro (1995) e Menezes (1995).

forte o suficiente para ser o grande promotor do desenvolvimento econômico. A economia brasileira, por sua vez, passou por uma guinada que culminou com uma considerável abertura. O mercado mundial impõe novas exigências. Esse é o quadro que será visto, resumidamente, nesse item.

Em primeiro lugar, deve ficar claro que a tão falada globalização de economia – uma realidade da qual não se pode fugir – ocorre no âmbito de um novo paradigma técnico-econômico que transforma radicalmente os padrões competitivos nos diversos setores. Economias nacionais, cada vez mais integradas, têm que estar aptas a enfrentar um quadro marcado pela presença de novas tecnologias, novos modelos organizacionais e, sobretudo, novos requisitos de competitividade. Recursos naturais e mão-de-obra barata têm sua importância reduzida. No mundo dos novos materiais e do acirramento da concorrência, as vantagens competitivas têm fontes distintas.

Novos métodos organizacionais exigem um novo trabalhador – com maior grau de autonomia, maior formação básica e, sobretudo, maior capacidade de adaptação às mudanças que se sucedem cada vez mais rapidamente. Mais importante do que a simples abundância de recursos naturais passa a ser a localização, num ambiente em que as externalidades sejam favoráveis. Isso significa contato com centros de pesquisa, disponibilidade de serviços, fornecedores qualificados e inserção em um ambiente cultural favorável. Por outro lado, não se pode esquecer de uma infraestrutura socioeconômica, não apenas ramificada, mas, sobretudo, eficiente.

Ao lado disso, a já citada integração das economias nacionais, traz consigo uma ampliação do comércio e dos investimentos internacionais, impondo reestruturações nos aparatos legais e institucionais dos diversos países. O Brasil não é exceção. Abertura econômica, privatização, desregulamentação do mercado de trabalho, etc., são processos em curso, com diferentes graus de avanço. A abertura, cada vez mais incorporada nas formas de atuação dos agentes, inviabiliza os antigos modelos de ação de empresas e do setor público. Isso traz consigo um fenômeno novo: com novas tecnologias de transporte e comunicação e redução de barreiras comerciais, está-se diante de um outro mercado. Castro (1995, p. 8-9) afirma corretamente que:

A tradicional distinção entre mercado regional, nacional e externo perde enormemente sentido. Tendencialmente, pelo menos, passa a haver um único mercado – ao qual cabe apontar as oportunidades e disciplinar as decisões. As estratégias empresariais e, claro, as políticas econômicas, têm que ser repensadas em função desta imensa novidade.

Finalmente, uma outra observação diz respeito à atual fase de estabilização da economia brasileira. A euforia que sucedeu a criação do Real está sendo substituída por um comportamento mais prudente, tendo em vista a desaceleração da economia e as perspectivas de que o país passará por uma fase, relativamente longa, de contenção da atividade econômica, sob pena de ocasionar indesejáveis surtos inflacionários. Com isso, os investimentos estão sendo adiados e, logicamente, não se deve esperar um quadro de substanciais taxas de crescimento, ao menos nos próximos dois ou três anos.

É evidente que esses movimentos trazem consigo implicações relevantes para a economia baiana, as quais não podem ser ignoradas, sob pena de ocorrer a implementação de estratégias equivocadas. O estado tem nítidas dificuldades de inserção nas novas tendências, assim como o conjunto do Nordeste. Não existe, na Bahia, grande parte das externalidades, citadas anteriormente. Ou seja, os fatores competitivos mais relevantes no cenário atual não estão disponíveis, ao menos na quantidade adequada. Os próprios problemas sociais, já aqui apontados, contribuem para agravar esse quadro, posto que atuam, do ponto de vista econômico, como obstáculo à atração de setores de ponta.

Paralelamente, o processo de privatizações e concessões de serviços públicos, posto em marcha em nível nacional, contribui para que ocorra uma concentração dos investimentos privados nas regiões Sudeste e Sul, onde estão as atividades mais lucrativas, das que se pretende passar para a iniciativa privada. Isso agrava ainda mais as consequências negativas da deficiência dos fatores sistêmicos de competitividade. Logo, ao menos tendencialmente, a Bahia enfrentará sérias dificuldades, sobretudo quando é feita uma comparação com os estados mais avançados. É evidente que as características do atual paradigma técnico-econômico não criam um quadro favorável para um estado, com carências tão grandes como as da Bahia. Diniz (1995), entre outros economistas, mostra que, já existe uma reconcentração do desenvolvimento no Centro-Sul do país, onde estão presentes externalidades favoráveis.

Nesse quadro, torna-se ilusório esperar uma onda de investimentos, capaz de propiciar uma significativa verticalização da indústria baiana, em direção à produção de bens finais. Num mundo em que a competição está em toda parte, só sobrevive quem for eficiente – e a eficiência não está apenas na capacidade inovativa de determinada empresa, mas no conjunto do tecido social em que ela está inserida. Ora, se faltam os atributos sistêmicos adequados, se não há uma tradição de relacionamento entre os poucos centros de pesquisa e as empresas, se não existe uma base produtiva, com o mínimo de *Know-how*, em setores que dependem fortemente de conhecimento, como viriam se instalar na Bahia?

Incentivos fiscais, realmente, não têm a relevância que já tiveram na localização dos investimentos. Por outro lado, é bem mais plausível aplicar recurso na modernização de plantas já existentes ou, se for o caso, implantar novas fábricas em regiões propícias, do que partir para investir em um ambiente inadequado. É isso o que explica a ausência de investimentos expressivos, na produção de bens finais na Bahia. Não se trata, como já foi dito, da incipiência do mercado regional. Afinal, não custa repetir que, no caso de bens *tradeables*, o conceito de mercado regional, tende a perder grande parte do sentido, visto que a concorrência é onipresente.

Essas observações, entretanto, não significam que a Bahia esteja excluída do desenvolvimento brasileiro, nos próximos anos. Em primeiro lugar, porque, dentre os estados nordestinos, ela é o que está em melhor situação, em função de algumas externalidades e sobretudo, da base produtiva já existente. Além disso o estado dispõe de uma zona de fronteira agrícola promissora. Finalmente, a situação dos principais setores produtivos não parece ser problemática. As perspectivas da economia baiana, bem como algumas sugestões acerca da ação estatal, serão vistas resumidamente no item seguinte.

PERSPECTIVAS

Procurou-se, até aqui, delinear os principais condicionantes, internos e externos, do desempenho da economia baiana, no atual panorama competitivo. Mostrou-se um quadro complexo, onde convivem setores decadentes e setores em ascensão, atividades, modernas e arcaicas, o novo e o antigo. Chegou-se, finalmente, à afirmativa de que o cenário em formação não beneficia um estado como a Bahia, não sem antes mostrar que há um conjunto de atividades produtivas que vêm apresentando um desempenho considerável. Logo, se há dificuldades, há também potencialidades, e elas são grandes.

Não é possível analisar as perspectivas de evolução da economia baiana, ignorando seu principal motor, a indústria de bens intermediários. No caso da petroquímica, existem alguns elementos que não podem ser esquecidos. Pelas próprias características do padrão de concorrência setorial, as empresas locais têm acesso a tecnologias adequadas e operam em escalas razoáveis, podendo-se dizer que elas são competitivas. Isto é ainda mais verdadeiro quando se considera que o ritmo de evolução tecnológica na petroquímica não é dos mais velozes, tornando possível acompanhá-lo, em um país como o Brasil. Paralelamente desenvolveu-se no estado, ao longo do tempo, um quadro técnico, adequado às exigências do setor e ocorreu um aprendizado operacional que possibilita afirmar que as plantas operam eficientemente.

Nesse sentido, a petroquímica baiana tem condições suficientes para sobreviver com sucesso nos próximos anos. Não é à toa que há investimentos em curso no COPEC. Por outro lado, não se pode esquecer dos recentes esforços de modernização e programas de qualidade, além do fato da Bahia ser responsável por grande parte do valor agregado do setor em nível nacional. Finalmente, é comum no setor a existência de petroquímicas nacionais em economias de grande porte – ou seja, não parece factível uma destruição da petroquímica nacional. Assim, é provável que o crescimento da petroquímica baiana acompanhe a evolução do mercado nacional.

Evidentemente, para tanto, além de concluir a reestruturação em curso no setor – com a formação de empresas maiores e mais aptas a competir –, é preciso ter em conta o fato de que, submetidos a pressões concorrenciais profundas, os clientes da petroquímica tenderão a ampliar suas exigências. Para fazer frente a esse processo, é preciso estar sempre se modernizando. Não dá para descuidar a questão tecnológica.

Outro setor que tem boas perspectivas é a celulose, em que, beneficiada pela recente recuperação dos preços internacionais, a Bahia dispõe de sólidas vantagens competitivas, já aqui descritas. Aliás, está em curso no setor uma reestruturação internacional que beneficia países como o Brasil, atraindo novos investimentos. A implantação da Veracruz Florestal só vem confirmar esse panorama. Assim, o perfil da indústria baiana continuará a ser baseado na produção de bens intermediários, e as tendências dos principais setores parecem garantir um crescimento razoável, nos próximos anos.

Isso, entretanto, não significa que a Bahia tem pela frente um horizonte estimulante. Para tanto, é preciso reforçar as atividades emergentes, citadas no tópico a Evolução Recente: a Emergência de Novos Setores, sobretudo ao longo do Vale do São Francisco. Potencial, como foi visto, existe, baseado na utilização de inovações, produzidas por pesquisas tecnológicas, que permitem a obtenção de elevados indicadores de produtividade. Aliás, o aproveitamento efetivo desse potencial poderá fazer dessa região o próximo grande eixo de desenvolvimento da economia baiana. Obviamente, esse é um processo relativamente lento, que deverá durar alguns anos. No entanto, se consolidada essa tendência, haverá importantes impactos, em termos da desconcentração econômica do estado, criando-se uma nova área importante, o que deverá estimular o surgimento de cidades médias, com razoáveis níveis de qualidade de vida.

Consolidar esse processo exige uma importante participação do Estado. Não se trata, obviamente, de intervir diretamente na economia – algo, decididamente,

deslocado do contexto. É preciso, porém, atuar no sentido de remover os entraves ao desenvolvimento regional e criar um ambiente favorável. Isso passa, em primeiro lugar, por definir uma estratégia eficaz de escoamento da produção, o que envolve a participação de outros estados e a intervenção, inclusive, nos processos federais de concessões rodoviárias e ferroviárias localizadas na Bahia¹⁸. Há, também, que se intervir na definição de uma política nacional de uso das águas, já que, no caso específico da região, esta é uma variável estratégica, sobretudo devido ao papel, atualmente cumprido pela irrigação. Simultaneamente, é preciso atuar, no sentido de criar ou consolidar centros de pesquisa¹⁹ e de formação, situados na região, dedicados às atividades agroindustriais, prioritariamente com participação privada. Em linhas gerais, trata-se de criar as externalidades necessárias à expansão econômica da região, incluindo melhoria da educação básica e também das condições de saúde.

Entretanto, apesar do papel vital desempenhado pelo Vale do São Francisco, há, como já foi visto, um conjunto de atividades, em diversas regiões do Estado que, pelo seu potencial competitivo, devem ser estimuladas. Fazer isso não passa somente por viabilizar linhas de crédito ou condições fiscais privilegiadas. Na verdade, a definição de segmentos específicos a serem incentivados, implica na participação da iniciativa privada, provavelmente através da criação de uma agência de desenvolvimento, em conjunto com o setor público. A essa agência, além da definição dos setores prioritários, cabe o papel de articular novos empreendimentos, listar as carências a serem sanadas, etc. Ninguém melhor para fazer isso do que a própria iniciativa privada. Mais do que isso, é necessário estabelecer diretrizes, acerca da reestruturação de setores – quando isso for possível –, garantir o acesso a informações, negociar linhas de crédito, etc. A criação dessa agência talvez seja o ponto chave de uma estratégia de desenvolvimento da Bahia, nos próximos anos, desde que centrada na priorização da competitividade. No campo empresarial, uma atuação possível está na potencialização da formação de redes, via estímulo a uma maior associatividade entre empresas locais, ao longo das diversas cadeias produtivas.

18 Para se ter uma ideia, a Bahia foi incluída, para fins de concessão, na malha ferroviária Centro-Leste, a segunda a ser passada para a iniciativa privada. Esta malha inclui ainda os estados do Espírito Santo, Minas Gerais e Rio de Janeiro, que têm trechos ferroviários de elevada atratividade econômica financeira. Assim, como a concessão está programada para durar 30 anos, é bem provável que o concessionário vá priorizar, ao menos nos primeiros anos, a realização de investimentos nesse estado, colocando em segundo plano trechos estratégicos para o desenvolvimento baiano, como Juazeiro-Aratu. Logo, é fundamental que o governo estadual intervenha no sentido de garantir, já no edital de concessão, a imediata realização de investimento no Estado. Paralelamente, é importante estimular a participação de empresas, situadas no estado nesse processo. A Secretaria de Energia, Transportes e Comunicação da Bahia mostra, em documento de outubro de 1995, intitulado Corredor Nordeste, que os investimentos para recuperar a ligação ferroviária, entre Juazeiro e Aratu atingem US\$ 130 milhões, enquanto que para concretizar a ligação com Suape são necessários US\$ 360 milhões (BAHIA, 1995a). Esse fato, aliado a uma menor extensão do trecho baiano, mostra a vantagem que o estado tem em relação ao escoamento dos produtos do Vale do São Francisco. Acontece, porém, que o PPA da União, já inclui verbas para o trecho Pernambuco, cuja possibilidade de ser entregue ao setor privado é remota, por motivos econômicos. Logo, é preciso que se atue rapidamente.

19 Trata-se aqui de criar centros de excelências, no sentido pleno do termo.

Finalmente, é preciso realizar no estado uma reforma do setor público, flexibilizando a sua atuação, no sentido de possibilitar ganhos de eficiência e capacitá-lo a cumprir as suas reais funções. Afinal, há atividades, nas quais o Estado é insubstituível. Somente assim, a partir da parceria público-privada, da criação de externalidades positivas e da definição de uma estratégia de desenvolvimento eficaz, num cenário internacional, conturbado por modificações cada vez mais rápidas, será possível atingir o sucesso.

Referências

BAHIA INVESTIMENTOS. Salvador: SICM, v. 2, n. 3, set. 1995.

BAHIA. Secretaria de Energia, Transportes e Comunicação. *Corredor Nordeste*. Salvador: SETC, 1995a.

BAHIA. Secretaria do Planejamento. *Plano Plurianual 1996-1999*. Salvador: SEPLAN, 1995b.

CASTRO, A. B. O Nordeste e a Bahia no contexto criado pelo Plano Real. In: SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA. *O Nordeste e a nova realidade econômica*. Salvador: SEI, 1995. p. 7-29. (Estudos e pesquisas, 25).

DINIZ, C. C. *A dinâmica regional recente da economia brasileira e suas perspectivas*. Brasília: IPEA, jun. 1995. (Texto para discussão, 375). Mimeografado.

FUNDAÇÃO CENTRO DE PROJETOS E ESTUDOS (BA). *Uma alternativa agroindustrial para o Oeste baiano*. Salvador: CPE, 1993. 54 p. (Estudos e pesquisas, 17).

MANTEGA, G. *A economia política brasileira*. Petrópolis: Vozes, 1984.

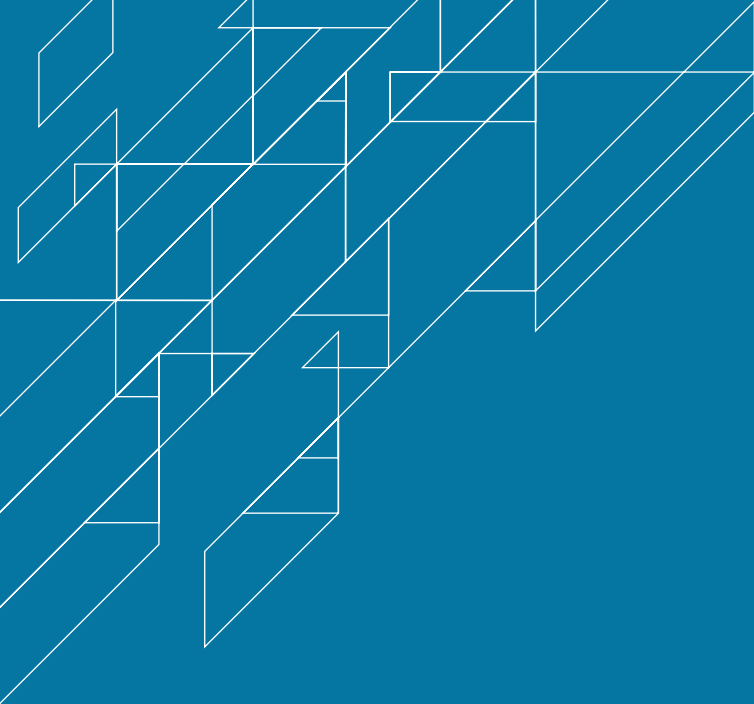
MENEZES, V. O Nordeste: por uma nova política regional. In: SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA. *O Nordeste e a nova realidade econômica*. Salvador: SEI, 1995. p. 105-121. (Estudos e pesquisas, 25).

ORNELAS, W. São Francisco: a hora e a vez da hidrovia. *Jornal A Tarde*, Salvador, 8 set. 1995.

PEDREIRA, M. S. Políticas públicas e desenvolvimento agrícola nos cerrados. *Bahia Análise & Dados*, Salvador, v. 3, n. 3, dez. 1993.

SUAREZ, M. A. A questão regional e urbana no processo de industrialização Baiano. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA., 15, Salvador, 1987. *Anais [...]*. Rio de Janeiro: ANPEC, 1987.

UDERMAN, S. O desenvolvimento agroindustrial da hortifruticultura baiana. *Bahia Análise & Dados*, Salvador, v. 4, n. 2-3, p. 233-239, dez. 1994.



ARTIGO]

50 Anos da Industrialização Baiana: do enigma a uma dinâmica exógena e espasmódica

Francisco Teixeira
Oswaldo Guerra

Desde que a Ford decidiu instalar uma planta industrial em Camaçari, amplos setores da sociedade baiana vivem um momento de intensa euforia. Essa euforia decorre, não apenas do fato desse investimento vir a adensar e diversificar a matriz industrial local, mas, principalmente, da possibilidade dele e de outros empreendimentos – que começaram a se instalar por todo o estado (têxtil, calçados, eletrônico), a partir dos anos 90 – fortalecerem antigos setores (químico/petroquímico e metalúrgico) e estimularem novos (transformação plástica, autopeças etc).

Se isso efetivamente ocorrer, a economia baiana poderá viver uma nova dinâmica industrial nos primeiros anos do século 21. Vale destacar que, contrariamente ao que agora acontece, as perspectivas que se desenhavam para os principais setores industriais baianos, durante boa parte da década de 90, eram bastante pessimistas. Tais expectativas advinham do acanhado desempenho da sua indústria, quando comparado ao de outras épocas, e ao momento econômico vivido pelo Brasil naquele período, com duras consequências sobre a região Nordeste.

A rigor, nos últimos 50 anos, podem-se identificar momentos marcantes na trajetória de industrialização da Bahia – após a realização de blocos de investimentos concentrados no tempo – que modificam a tendência dessa trajetória, gerando ondas de otimismo. Esgotados os efeitos multiplicadores desses investimentos, e na ausência de uma dinâmica econômica endógena, o processo de industrialização fica aguardando um novo choque exógeno que derrube a apatia e desperte um outro período de otimismo. O principal objetivo deste artigo é, justamente, reconstituir essa trajetória, identificando as causas explicativas dessas inflexões.

Além desta introdução, ele possui mais cinco seções. Inicialmente, examina-se a importância do planejamento governamental e do desenvolvimento das atividades de exploração e refino de petróleo na região do Recôncavo Baiano nos anos 50, destacando-se a entrada em operação da Refinaria Landulfo Alves (RLAM), da Petrobrás. Apesar de já existirem algumas plantas industriais espalhadas pelo estado, foi naquela época que a industrialização se tornou mais incisiva e o “enigma baiano” começou a ser superado. Em seguida, analisam-se, nos anos 60, os impactos provocados pelos incentivos fiscais e a implantação do Centro Industrial de Aratú (CIA). Na quarta seção, já nas décadas de 70 e 80, o foco dirige-se para as mudanças estruturais na indústria e na economia baiana de um modo geral, em decorrência das atividades petroquímicas e metalúrgicas. Na penúltima parte do trabalho, justifica-se o baixo dinamismo industrial dessa economia, especialmente na primeira metade dos anos 90 – tomando-se como referência seus principais vetores de expansão, os segmentos químico/petroquímico, metalúrgico e de celulose, este último implantado àquela época – e as possibilidades de se ter uma

nova fase industrial, qualitativamente distinta, no século 21. O artigo encerra-se com um resumo de alguns traços marcantes do processo de industrialização da Bahia no período estudado.

A DÉCADA DE 50: O PLANEJAMENTO E A PETROBRÁS

Na década de cinquenta, diversos autores estavam interessados em interpretar o fenômeno que Aguiar (1977) denominou “enigma baiano” e Tavares (1966) preferiu chamar de “involução industrial da Bahia”. O problema era expresso da seguinte forma: enquanto no século passado a Bahia contava com uma indústria de transformação relativamente diversificada, nas décadas de 40 e 50, ela se concentrava no setor alimentício (padarias, torrefação de café, moinhos), notando-se uma impressionante estagnação dos setores têxtil e fumageiro. Essa estagnação – ou decadência – se refletia em números: em 1920, a participação da indústria baiana no total do país era de 3,5%, quando medida pelo capital aplicado, 4,0% pela força motriz utilizada, 5,7% pelo número de trabalhadores e 2,8% pelo valor da produção. Já em 1940, esses números eram, respectivamente, 1,9%, 2,3%, 3,3% e 1,3%.

Na tentativa de explicar o enigma”, Almeida (1986) comparou a economia baiana com a pernambucana, naquela época maior e mais dinâmica, e relacionou razões de natureza geográfica e histórica. As determinações geográficas seriam duas. Primeira: Recife, mais distante de São Paulo do que Salvador, tinha no custo adicional de transporte uma barreira natural à entrada dos bens industriais paulistas. Segunda: a capital pernambucana funcionava como um polo de atração de atividades industriais, uma vez que, além de já contar com uma população expressiva, estava bem próxima dos mercados de outros estados nordestinos, especialmente Alagoas, Paraíba e Rio Grande do Norte.

As razões históricas seriam também duas. Em primeiro lugar, na Bahia, a atividade agroindustrial do açúcar havia sido quase que extinta, em função da concorrência de outras regiões e da baixa produtividade das terras do Recôncavo. Em segundo lugar, no governo de Epitácio Pessoa, Pernambuco havia se tornado o centro dos investimentos em obras contra a seca, direcionados, fundamentalmente, para a parte setentrional do Nordeste. Com isso, o porto de Recife se tornou um centro comercial dinâmico, com trasbordamentos para a atividade industrial. Por tudo isto é que, segundo Almeida (1986), no início da década de 50, a indústria baiana correspondia a um terço da pernambucana¹.

1 Outros estudos, a exemplo de Suarez (1990) e do diagnóstico feito pela Comissão de Planejamento Econômico (CPE) em 1958, apresentam razões diferentes para o enigma baiano. Uma discussão mais detalhada do mesmo foge ao escopo deste trabalho.

Em decorrência dessa situação, àquela época a estrutura produtiva local apoiava-se, fundamentalmente no setor primário exportador, cuja performance passaria a depender cada vez mais do comportamento do cacau, o principal produto agrícola do estado, que, ao ter sua produção direcionada, quase que exclusivamente para o mercado externo, era o grande gerador de divisas. Essas, quando não-utilizadas em bens industrializados e/ou de consumo suntuário, adquiridos em São Paulo ou no exterior, eram basicamente alocadas no próprio setor cacauzeiro, que devido as suas características estruturais – intensivo em mão-de-obra desqualificada e elaborador de produtos com baixo valor agregado – expandia-se de forma extensiva, sem incorporar progresso técnico, sendo, portanto, incapaz de magnificar seu dinamismo para o restante do tecido econômico.

Os problemas da economia baiana eram agravados pelas condições de sua infraestrutura. As estradas, por exemplo, eram poucas e de baixa qualidade, impedindo a integração dos mercados, criados pelo crescimento populacional das cidades interioranas. A sociedade soteropolitana, por sua vez, refletia os problemas decorrentes do baixo dinamismo da sua economia. Os comerciantes, voltados para a exportação constituíam o único grupo social com alguma estabilidade, pois os vinculados ao mercado interno sofriam com o empobrecimento da população e com a concorrência de outras praças do interior e de outros estados. Os talentos, formados nas escolas e faculdades migravam, geralmente, para o centro-sul, por falta de oportunidades locais. Enquanto isso, segundo Almeida (1986, p. 95), “as oligarquias e a classe média influente procuravam salvar-se em empregos públicos, pagos modestamente, porém sinecuras, ‘pensões’ que não exigiam trabalho”.

Em síntese, tinha-se um forte produto de exportação, gerador de significativas divisas que eram direcionadas para outros mercados, e um setor comercial e financeiro importante, destacando-se neste último o Banco Econômico. Apesar disso, a Bahia não se industrializava e boa parte da sua população vivia na miséria. A partir de 1955, o governo da Bahia desencadeou um processo de planejamento, destinado a reverter essa situação. Rômulo Almeida foi convidado pelo Governador Antônio Balbino para a Secretaria da Fazenda, acumulando funções de planejamento.

O resultado desse trabalho foi a criação de um sistema estadual de planejamento – composto, basicamente, pela Comissão de Planejamento Econômico (CPE, criada em 1955) e pelo Fundo de Desenvolvimento Agroindustrial (Fundagro, implantado em 1956) – e pela edição, em 1959, já no governo de Juracy Magalhães, do primeiro plano estadual de desenvolvimento, o Plandeb. Muito embora esse plano não tivesse sido aprovado pela Assembleia Legislativa, os projetos elaborados dentro do sistema estadual de planejamento começaram a ser implementados, a exemplo

da Mafrisa e Friusa, frigoríficos destinados a carnes peixes, respectivamente, fábrica de calçados Mirca e a de laticínios, Alimba. Nesses projetos, foi grande a participação do governo estadual, seja como investidor direto ou financiador.

Apesar desse esforço de planejamento, cujos desdobramentos se fizeram sentir até a década de 70, o fato novo e significativo para a indústria e a economia baiana, na década de 50, foi proveniente das atividades da Petrobrás. Aproveitando a descoberta de óleo e gás nos campos do Recôncavo, o Conselho Nacional de Petróleo, antes mesmo da criação da estatal, elaborou o projeto de construção de uma refinaria, no então distrito de Madre de Deus, para processar 2.500 barris de petróleo por dia. Esse projeto foi transferido para a Petrobras em 1954, ano da sua criação, que decidiu expandir a capacidade produtiva da refinaria para 5.000 barris/dia e iniciar imediatamente as obras de construção. Ela entrou em operação em 1956 e, em 1961, um novo programa de expansão elevou sua capacidade de refino para 42.000 barris por dia (TEIXEIRA, 1985).

O impacto de Mataripe pode ser percebido de duas formas. Primeiro, em 1960, o valor da produção da indústria química já atingia 30,2% do total da indústria de transformação, sendo que a refinaria era responsável por quase 50% desse total (FUNDAÇÃO DE PESQUISA, 1979). Em 1959, ela já empregava, diretamente, 1.868 pessoas (SARMENTO, 1969). Segundo, algumas empresas químicas se instalam no entorno de Madre de Deus, para aproveitar suas matérias-primas, a exemplo da Companhia de Carbonos Coloidais, da Companhia Brasileira de Lubrificantes e da Fábrica de Vaselina da Bahia.

O fato é que, no final da década de 50, o estado havia, mesmo que timidamente, iniciado o seu processo de industrialização, principalmente a partir de um impulso exógeno: os investimento da Petrobrás em extração e refino de petróleo. As mudanças sociais também começam a se fazer sentir. Expandem-se a classe operária e a classe média urbana, esta última ocupada nas próprias fábricas e nas atividades de apoio do setor terciário. Devido aos relativamente altos salários pagos pela Petrobrás, os “petroleiros” passam a se constituir numa espécie de elite de trabalhadores, com acesso a bens de consumo até então só acessíveis às classes mais favorecidas².

A DÉCADA DE 60: OS INCENTIVOS FISCAIS E O CIA

O diagnóstico da situação do Nordeste, realizado pelo Grupo Técnico de Desenvolvimento do Nordeste (GTDN), coordenado por Celso Furtado, levou o

2 É interessante notar que a crônica musical baiana registrou esse momento de transformação social. Na década de 90, o compositor Gerônimo lançou uma canção cuja letra fala das famílias dos “petroleiros” que, ao adquirirem geladeiras, passam a fazer “abafa-banca”, um tipo de picolé fabricado em formas de gelo e vendido em palitos de mesa.

Governo Federal à criação da Sudene. Esse órgão, juntamente com o Banco do Nordeste (BNB), ficou encarregado de administrar um conjunto de incentivos fiscais destinados a promover a industrialização da região. A ideia inicial, contida no relatório do GTDN, era sobretudo a de promover as indústrias de consumo final, replicando a estrutura industrial existente no Centro-sul.

Os efeitos da política de "desconcentração industrial" começam a ser sentidos na Bahia com a criação do Centro Industrial de Aratú (CIA), em 1966. Além dos incentivos federais, o governo estadual passou a oferecer uma infraestrutura para instalações industriais, concentrada em uma área próxima da capital, dotada de facilidades portuárias, rodovias, ferrovia, além de energia, água etc.

O número de projetos atraídos para o CIA e demais distritos industriais baianos foi impressionante. Em dezembro de 1969, haviam 100 projetos aprovados pela Sudene, dos quais 37 em funcionamento, 43 em análise e 33 com carta de opção para virem a se instalar. Todos esses investimentos criariam um total de mais de 30 mil empregos diretos. Ao contrário do que recomendava o GTDN, porém, 85% dos investimentos destinavam-se ao setor de bens intermediários, revelando, desde então, a vocação industrial do estado. É dessa época, a implantação da Usiba, Sibra e Ferbasa, por exemplo. Vale notar, ainda, que o CIA e seu entorno passam a sediar novas empresas químicas, a exemplo da CQR, Paskin, Tibras, Ciquine, Fisiba e, posteriormente, a Dow, antes mesmo da implantação do polo Petroquímico de Camaçari (BAHIA, 1971).

Os problemas decorrentes da política de incentivos fiscais para o Nordeste já foram exaustivamente examinados por vários estudiosos da realidade nordestina. No caso da Bahia, esses problemas relacionaram-se com a alta taxa de turnover das empresas instaladas no CIA. Para alguns autores, essa alta rotatividade denotaria uma estratégia puramente rentista de vários grupos nacionais e intencionais. Eles se instalariam na região para aproveitar os incentivos. Uma vez esgotados tais incentivos, suas plantas eram transferidas para mercados mais dinâmicos. De fato, as distorções do regime de incentivos fiscais para o Nordeste não podem ser ignoradas. No entanto, o principal aspecto a ser aqui destacado é que, após quase quatro décadas, essa política se mostrou insuficiente para criar uma dinâmica endógena de investimentos. Além da escassez de capital local, mesmo após os grandes investimentos estruturantes realizados, aparentemente não se desenvolveu na região uma capacitação empresarial capaz de liderar o processo de industrialização.

Mesmo assim, os impactos da política de "desconcentração industrial" na Bahia não podem ser desprezados. Ao final da década de 60, a industrialização baiana

parecia inexorável. A infraestrutura passava por um processo de modernização e expansão. O operariado industrial e a classe média cresciam com as novas atividades instaladas. Como se verá a seguir, esse processo ganha fôlego na década de 70, novamente a partir de intervenções estatais planejadas e da vinda de capitais forâneos, marcando-se essa industrialização por uma dinâmica exógena e espasmódica.

AS DÉCADAS DE 70 E 80: A CONSOLIDAÇÃO INDUSTRIAL³

Foi a partir da década de 70, com a consolidação do processo de industrialização iniciado nos anos 50, que a estrutura produtiva da economia baiana começou a perder sua feição agroexportadora, fortemente apoiada na atividade cacaueteira. A exemplo do ocorrido em outros estados não-pertencentes ao Centro-Sul, a Bahia se inseriu na matriz industrial brasileira através da chamada “especialização regional”. Com isso, se transformou em um estado supridor de produtos intermediários para os setores de bens finais, instalados no eixo Sul/Sudeste do país. Nessa fase, a industrialização foi direcionada para os setores químico – especialmente a petroquímica – e metalúrgico, o que se deveu a três motivos:

- a. o estado era, à época, o maior produtor de petróleo do país e, como visto, já possuía uma refinaria. Tinha-se, assim, uma base técnica para a implantação do segundo polo petroquímico brasileiro na Bahia;
- b. nos primeiros anos da década de 70, havia uma carência na produção nacional de alguns insumos básicos usados pela indústria de transformação do Centro-Sul; e
- c. o Governo Federal tinha entre seus objetivos a diminuição dos desequilíbrios regionais.

Dado esse contexto, diversos empreendimentos foram implantados, destacando-se os localizados no Complexo Petroquímico de Camaçari (COPEC). Com o passar do tempo, sua consolidação fez com que a participação relativa ao setor primário no PIB setorial baiano diminuísse de 40% em 1960, para 16,4% em 1980. O setor secundário, por sua vez, no mesmo período, quase triplica sua participação, que salta de 12% para 31,6%. Essas transformações estruturais colocaram a economia baiana numa nova posição. A taxa média de crescimento real do PIB baiano na década de 70 foi de 11,4%, contra 9,7% do Nordeste e 8,6% do Brasil. Esse crescimento, determinado pelo setor secundário, contribuiu de forma positiva para a dinâmica do terciário da economia baiana, particularmente na Região Metropolitana de Salvador (RMS). Na década de 70, os serviços e o comércio

3 Esta seção apoia-se fortemente em artigo anterior (GUERRA; GONZALEZ, 1996) escrito, em parceria, por um dos articulistas deste trabalho.

puderam garantir variações anuais reais de 7% ao ano para o PIB desse setor (CENTRO DE ESTATÍSTICAS E INFORMAÇÕES, 1992).

Reduzindo-se a análise aos últimos cinco anos da década de 70, constata-se que o PIB estadual cresceu a uma taxa média anual de 9,7%, sendo que a performance da indústria de transformação é que impressiona: 32,0% em 1977; 12,9% em 1978; 29,4% em 1979 e 26,6% em 1980. Não se tem nada igual até os dias atuais. Apenas entre 1983 e 1986, pela combinação da entrada em operação da Caraíba Metais e do lançamento do Plano Cruzado, observaram-se taxas em torno de 8,5% (CENTRO DE ESTATÍSTICAS E INFORMAÇÕES, 1992).

Foi nesse sentido que se mencionou, na introdução deste trabalho, o fato de a trajetória da industrialização baiana ser pontuada por inflexões. Após a implantação da RLAM, e dados os problemas associados ao CIA e à política de incentivos fiscais já comentados acima, passam-se mais de 20 anos sem que nenhum fato significativo altere dramaticamente a realidade industrial baiana. Dado o pouco peso daquela realidade, duas intervenções pontuais e setoriais (petroquímica e metalurgia) transformaram de maneira radical a atividade econômica. Setores correlatos, ao acompanharem o movimento, ajudaram a nutrir as significativas alterações que se dariam.

Àquela época, a indústria química/petroquímica firmou sua posição de mais importante setor industrial da Bahia. A partir de 1985, ela já respondia por mais da metade do Valor Agregado Bruto (VAB) da indústria de transformação (CENTRO DE PROJETOS E ESTUDOS, 1990). Outra importante decorrência da implantação do complexo petroquímico baiano relaciona-se com o crescimento e evolução da receita estadual. A arrecadação industrial de ICM saltou de 30,4% em 1975 para 55,8% em 1985, sendo que, desse total, a petroquímica participava em média com 64,1% (BOLETIM DE FINANÇAS PÚBLICAS, 1990). Apesar desses importantes impactos, o segmento químico/petroquímico, por ser intensivo em capital, apresentava baixa absorção de mão-de-obra, empregando, em 1985, apenas 14,5% do total do pessoal ocupado na indústria baiana, mesmo respondendo por mais da metade do VAB industrial. A liderança nesse indicador cabia ao segmento de produtos alimentares, com 19,4% (CENTRO DE PROJETOS E ESTUDOS, 1990).

Isso, contudo, não deve obscurecer o efeito multiplicador da atividade petroquímica, em termos de reflexos positivos na geração da renda e de empregos indiretos, em consequência, principalmente, da modernização e ampliação que ela impôs ao comércio, serviços e construção residencial. Esses reflexos poderiam ser ampliados se houvesse um maior inter-relacionamento com outros setores

industriais, situados a jusante da mesma. Na ausência de segmentos produtores de bens finais na Bahia, parte substancial da produção petroquímica era, e ainda hoje é transformada fora do estado.

Nessa mesma década de 80, a atividade industrial baiana apresentou um comportamento bem distinto dos anos 70. Por serem seus ramos industriais, produtores de bens intermediários, a economia local tornou-se fortemente correlacionada com a nacional. A brutal retração desta última, no início daquela década, e seus presumíveis e inevitáveis impactos negativos, sobre o desempenho econômico estadual foram, todavia, atenuados pela agilidade da indústria petroquímica que, aproveitando-se de uma conjuntura internacional favorável, buscou no mercado externo, a saída para o escoamento de sua produção.

Essa penetração dos petroquímicos baianos no mercado internacional, que serviu para aumentar a participação dos mesmos no total geral das exportações do estado de 1,6%, em 1978, para 24,6% em 1994 (SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA, 1995), foi motivada não apenas pelos subsídios e incentivos concedidos, mas também pelo sucesso dos programas de rompimento de gargalos na capacidade produtiva das plantas e de otimização energética, que possibilitaram as empresas reduções de custos e, em sequência, incrementos de competitividade.

Quanto ao setor metalúrgico, segundo segmento mais importante da indústria de transformação baiana, se divide em seis grupos: produtos siderúrgicos; ferro-ligas; metais não-ferrosos; fundição e produtos siderúrgicos diversos. Constata-se, no mesmo, um bom número de metalúrgicas de pequeno porte. Todavia, em que pese a presença dessas pequenas unidades produtivas, que cumprem um importante papel de geradoras de emprego, as siderúrgicas USIBA, SIBRA e FERBASA e, principalmente, a Caraíba Metais, que atua no subsetor de metais não-ferrosos, respondiam por quase 80% do valor agregado do mesmo.

Apesar de não apresentar o mesmo desempenho alcançado pela indústria petroquímica, o setor metalúrgico experimentou um crescimento médio, nos anos 80, de 12,3% a.a., determinado pela entrada em operação da metalurgia do cobre em 1982. O VAB do setor passou de 5,8%, em 1982, para 8,6% em 1983, sendo que a implantação da empresa se inseria no contexto do programa brasileiro de substituição de importações. Ela deveria suprir a demanda interna por cobre eletrolítico, até então totalmente atendida por importações. Em 1986, a metalurgia baiana vive novo impacto positivo. A Caraíba Metais alterou a estrutura de sua planta visando ampliar a produção e a concluiu em 1987, ano no qual a empresa se

tomou responsável por 96% da produção nacional desse metal, abastecendo 55% do mercado interno (CENTRO DE PROJETOS E ESTUDOS, 1990).

Na metade da década de 80, esse setor e o mecânico empregavam 20 mil pessoas, número esse que, para se ter uma ideia, em meados de 1995 tinha caído para algo em torno de 8 mil. Os anos de recessão e a drástica redução dos investimentos da Petrobrás justificam essa queda, particularmente no segmento mecânico – afinal, muitas empresas se instalaram na Bahia para atender as necessidades de equipamento da estatal (BALANÇO..., 1995).

Concluindo esta sessão, pode-se afirmar que a RMS – que compreende dez municípios, dentre os quais se destacam Salvador e Camaçari – enquanto núcleo econômico de destaque, consolidou suas modernas feições e tendências ao longo dessas duas décadas, com o avanço da indústria de base, constituída pela metalurgia, química pesada e, em escala significativamente menor, pela indústria mecânica para equipamentos de perfuração de petróleo. Ela passou a concentrar um parque produtivo, criado basicamente com recursos estatais, capital intensivo, produtor de bens intermediários e, até então, sem grandes perspectivas de desdobramentos à jusante.

A DÉCADA DE 90: DO PESSIMISMO À EUFORIA

No início dos anos 90, na área do COPEC, as empresas em operação e em implantação representavam um investimento de quase US\$ 8 bilhões. Elas utilizavam um pouco mais de 24 mil trabalhadores como mão-de-obra direta. Como se nota, empreendimentos de alta relação capital/trabalho: para cada emprego eram necessários US\$ 321 mil ou para cada milhão de dólares aplicado, geravam-se apenas três postos de trabalho. Do total dessas inversões, 90,5% concentravam-se nos setores de química e metalurgia (SUPERINTENDÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO DA INDÚSTRIA E COMÉRCIO, 1992).

Desde sua implantação, a petroquímica tem comandado o desempenho do setor químico e da própria indústria de transformação do estado. Nos primeiros anos da década de 90, ela viveu um período de relativa estagnação, ainda que tenham sido realizados alguns investimentos em ampliação de capacidade produtiva. A difícil conjuntura, vivida por este segmento industrial brasileiro, desde o início do Governo Collor, não induzia significativos dispêndios empresariais. O forte desaquecimento do mercado interno, combinado com a queda das alíquotas de importação, num cenário internacional de superoferta, provocaram uma inundação de importações petroquímicas no mercado nacional.

Nesse contexto, a repetição da estratégia, adotada pela petroquímica baiana, na primeira metade da década de 80, de utilizar o mercado externo como escoadouro da produção não realizada internamente, tornou-se inviável, não apenas pela existência de grandes excedentes no mercado internacional, mas também pelas mudanças ocorridas nas políticas governamentais, destacando-se a abrupta redução de incentivos e subsídios às atividades exportadoras.

Dadas essas dificuldades, a petroquímica baiana até que conseguiu manter um razoável patamar de investimentos. Esses investimentos repercutiram, evidentemente, na indústria de transformação, cujo desempenho em 1992 (8,4%) e 1993 (7,3%) foi muito expressivo, depois de duas taxas negativas em 1990 e 1991 – 8,8% e 4,2% respectivamente (SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA, 1995). Em 1993, o crescimento do gênero químico/petroquímico alcançou 7,3%. Se as ampliações acima mencionadas, não tivessem sido realizadas, a expansão do mesmo seria de apenas 3%.

Apesar de sua importância e dos fatos positivos por ela criados, já foi destacado que a petroquímica não produz, na Bahia, significativos efeitos de encadeamento a jusante da sua cadeia produtiva. Seus principais desdobramentos são, na verdade, indiretos, atingindo os serviços (comércio, transportes) e a construção civil. Um outro aspecto a ser salientado, é que as estratégias expansivas/diversificativas dos grupos químico/petroquímico, localizados no COPEC, são formuladas fora da Bahia e/ou do Brasil.

Assim sendo, os limites da intervenção estadual na química e petroquímica eram, e são, estreitos. Além de tentar exercer pressão para influenciar na formulação das políticas federais macroeconômica e setorial, cabia, e cabe, ao governo estadual assegurar a infraestrutura necessária à ampliação que vinha se efetivando, de sorte a evitar restrições à expansão do segmento num futuro cenário de crescimento sustentado da economia brasileira. Nesse sentido, mostrou-se bem-sucedida a articulação técnico-política do governo estadual, junto ao governo federal e à Petrobrás, garantindo a duplicação da Refinaria Landulfo Alves. Essa ampliação, concluída em 1998, exigiu recursos num montante de US\$ 420 milhões e elevou a capacidade de refino de 22.350 m³/dia para 46.650 m³/dia, reduzindo as necessidades baianas de importação de nafta.

Diante desse quadro, muito se especulava sobre alternativas que pudessem magnificar localmente os efeitos para a frente da petroquímica. Um número maior de fichas era depositado na implantação da chamada terceira geração, na qual os petroquímicos de segunda geração sofrem sua última transformação físico-química, tornando-se um bem final para consumo, montagem ou embalagem de

outros bens. Em relatório publicado em 1991, a CPE, após destacar o diminuto peso relativo desse segmento na economia baiana, partia para identificar as causas de tal situação. Nesta última etapa da transformação petroquímica, o valor do produto aumenta com a agregação de volume, com o que se elevam os custos de transporte. Na ausência de um setor produtor de bens finais no estado, inviabilizava – se essa transformação dos bens intermediários petroquímicos.

A implantação de um parque produtivo de bens finais na Bahia, que o citado relatório acreditava ser possível, viabilizaria essa transformação petroquímica ao criar um mercado local para peças, componentes e embalagens. Tal crença apoiava-se em dois motivos: em primeiro lugar, a produção local de bens intermediários atrairia os produtores de bens finais; em segundo lugar, por representar 40% do mercado nordestino e 16,5% do mercado nacional (CENTRO DE PROJETOS E ESTUDOS, 1991), a economia baiana teria condições de sediar empresas nos segmentos de têxtil e confecções, mobiliário, calçados, alimentos, bebidas, produtos de higiene, materiais de construção etc., uma vez que o peso do mercado garantiria as escalas de produção necessárias a um setor de bens de consumo final.

Até quase o final da década de 90, essa expectativa não se realizou. O conturbado cenário econômico e político no Brasil pré-Plano Real e, posteriormente, a política macroeconômica de suporte ao mesmo e as crises asiática e russa travaram o crescimento econômico, potencializaram as incertezas e tornaram as decisões de investimentos extremamente cautelosas. Além disso, a abertura comercial, ao acirrar a concorrência e desestruturar setores produtores de bens finais no Centro Sul, impôs aos grupos empresariais neles atuantes um grande esforço de modernização, altamente absorvedor de recursos. Se adicionarmos a esse quadro a ausência de qualquer tipo de política regional e o fortalecimento do Mercosul, justifica-se a indisposição para qualquer reorientação e/ou instalação de plantas desse tipo na região Nordeste, naquele momento, mesmo que os empresários considerassem que 16,5% do mercado nacional poderiam ser suficientes para induzir tal reorientação.

No caso específico do principal setor industrial da Bahia, a petroquímica, desde 1994 o panorama era mais ameno. Ajudado pela recuperação dos preços no mercado internacional, em decorrência do maior consumo, por parte dos países avançados e pela retomada da demanda interna com o Plano Real, o setor petroquímico brasileiro passou a vender mais por um preço melhor. Internamente chegou a haver problema de abastecimento, o que levou o governo a criar um imposto de exportação, como forma de evitar que as empresas direcionassem parte de sua produção para o exterior, e a reduzir as alíquotas de importação, medida que não teve muito efeito, pois havia falta de produtos lá fora. Os preços do etileno nos

EUA, por exemplo, saltaram de US\$ 320 a tonelada, em maio de 1994, para US\$ 672 ao final de março de 1995 (GAZETA MERCANTIL, 1995).

Esse cenário, todavia, detonou antigas reivindicações: a duplicação do polo Sul e a criação do polo Rio. Argumentava-se que se a economia brasileira crescesse, em média, a taxa de 5% ao ano, por um período de dez anos, seria necessário duplicar a capacidade de produção da petroquímica brasileira. O anúncio desses planos despertou o temor, à época, em alguns estudiosos da economia baiana, de uma significativa perda de participação da petroquímica estadual. Se a curto prazo o temor era infundado, dificilmente, a médio e longo prazo, a petroquímica baiana se mostraria capaz de hospedar novos blocos maciços de investimentos. As inversões tenderiam a ser secundárias, concentrando-se na manutenção do parque já existente ou na instalação de algumas unidades de segunda geração.

Tal cenário reforçava a necessidade de buscar-se uma maior diversificação econômica para o estado, em setores com efetiva capacidade dinamizadora. Afinal, o colapso da atividade cacaueteira demonstrou o perigo de uma economia pouco diversificada. Nesse sentido, todas as análises sobre possibilidades expansivas para os anos 90 contemplavam a indústria de papel e celulose, isso devido as perspectivas que se abrem para a mesma, tanto no âmbito do mercado interno como no externo. A vinda desse setor para a Bahia, tem impactado sua indústria de transformação. Somando os anos de 1992 e 1993, as atividades ligadas a produção de papel e celulose foram as que mais cresceram (95,3%). Segundo estimativas, elas alcançariam uma participação no valor agregado industrial, de aproximadamente 16% no final da década, tornando-se o segundo segmento mais importante na estrutura do produto industrial, desbancando, assim, o metalúrgico (CENTRO DE PROJETOS E ESTUDOS, 1991).

O avanço da produção de celulose, principalmente no extremo-sul do estado, tornou-se possível em virtude das vantagens comparativas baianas, em relação a outros estados do Brasil e outros países. São elas: as excelentes condições edafoclimáticas, favoráveis ao cultivo do eucalipto, levando a espetacular produtividade que alcança o setor florestal baiano, que chega a ser até dez vezes superior a de alguns países produtores, como a Suécia, onde a idade para corte das árvores é de 70 anos, ao passo que na Bahia é de apenas sete anos; e a disponibilidade de terras, importante elemento na composição de custos do setor, devido ao reflorestamento. Essa atividade, contudo, requer um cuidadoso planejamento e monitoramento, devido a alguns efeitos adversos que ela pode criar.

A produção de celulose e sua atividade correlata, o manejo de florestas homogêneas, costuma representar uma alternativa produtiva que se choca com um grande leque

de outras atividades, tais como: o abastecimento de água humano, o turismo, usos distintos para a terra e para os recursos hídricos etc. A salutar emergência dos movimentos ecológicos, tendo como um dos seus alvos prioritários esse setor, provocou significativo avanço na tecnologia, utilizada para o branqueamento da celulose, eliminando quase que completamente os danos que seus efluentes líquidos podem causar aos corpos coletores desses efluentes.

Já a concentração fundiária que ela exige, é um problema até então insolúvel, inviabilizando usos agrícolas diversificados. O fato é que a indústria de celulose não gera importantes impactos diretos quer a montante, quer a jusante. Isso não significa desconsiderar que a instalação de empreendimentos dessa natureza em regiões pobres acaba por representar uma elevação do nível médio de renda da população local, já que surge um volume razoável de empregos formais, modificando as relações sociais vigentes.

O que se deseja sublinhar é que este ramo industrial, por seu caráter concentrador – capital intensivo, estreita base de fornecimento, demandante de grandes extensões de terra – e seu baixo nível de articulação interindustrial, caracteriza-se como um enclave, não proporcionando as necessárias sinergias para servir como centro econômico dinâmico. Seus impactos são diminutos e localizados, tanto setorial quanto espacialmente, sendo, portanto, restrita à sua importância. Ou seja, uma nova feição para o processo baiano de industrialização não poderia ser obtida com esse tipo de atividade.

Sendo assim, eram evidentes as dificuldades que os três principais segmentos do desenvolvimento industrial baiano – químico/petroquímico, metalúrgico e de celulose encontrariam para gerar uma tensão dinâmica necessária a incrementos importantes na taxa de crescimento do PIB. Na melhor das hipóteses, ceteris paribus, poderiam contribuir para uma trajetória de crescimento vegetativo do PIB baiano no século 21. Os números, desde o início da década de 90, confirmavam essa análise. Entre 1980 e 1990, o PIB baiano cresceu a uma taxa média de 2,4%; de 1990 a 1995 a expansão foi de apenas 1,1 % a. a. Essas expansões sempre foram determinadas por espasmos setoriais e/ou melhorias no ambiente macroeconômico nacional, como a ocorrida nos anos de 1994 e 1995, com o Plano Real, que possibilitou um crescimento de, respectivamente, 6,7% e 1,8% do PIB estadual, puxado pela atividade comercial.

Como se não bastasse isso, o novo modelo de desenvolvimento em implantação no país, que persegue um sensível encolhimento do papel do Estado e abstém-se de formular políticas industrial e regional, tendia a condenar regiões, como o Nordeste, a um processo de involução industrial, dadas suas adversidades

competitivas em termos de atração de investimentos. A contribuição estatal foi e ainda é determinante para o desenvolvimento econômico regional, e, sem decisões institucionais que o estimulem e sejam capazes de minorar a flagrante supremacia do Centro-Sul, o quadro tende a agravar-se.

Um cenário econômico menos dramático, com a superação da crise russa, a mudança da política cambial brasileira, a definição de atrativos fiscais e financeiros diferenciados para as regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste – no âmbito do regime automotivo brasileiro –, e a aberta concessão pelo governo da Bahia de atrativos adicionais, que envolvem o oferecimento de galpões industriais dotados de água, energia, comunicações e acesso viário, ingressando com força na chamada guerra de incentivos, interromperam a tendência acima e detonaram um movimento de realocização ao industrial. Como se sabe, uma série de novos empreendimentos – têxtil, calçados, eletrônico, transformação plástica, químico e automobilístico – começou a se dirigir para a Bahia, criando a expectativa de que eles terão a capacidade de proporcionar um novo salto qualitativo na industrialização baiana.

Pelos números da Secretaria de Indústria, Comércio e Mineração da Bahia, 143 projetos foram protocolados entre setembro de 1996 e dezembro de 1999, significando um investimento de R\$ 7,01 bilhões para todo o estado. Desses protocolos, 56 estão na RMS, equivalendo a R\$ 4,38 bilhões. Convém esclarecer que, desse montante, não foram deduzidas as desistências da Ásia Motors e da Hyundai (SALVADOR..., 2000).

Desse conjunto de investimentos⁴, é o Projeto Amazon da Ford, de US\$ 1,2 bilhão, que alimenta a atual fase de euforia, pois a instalação de um complexo produtor de automóveis abre perspectivas para uma maior integração da indústria local – que se encontra, atualmente, fortemente concentrada em bens intermediários – em direção aos bens de consumo duráveis de alto valor agregado. Tal integração pode lançar essa indústria em uma nova fase de crescimento, voltado não só para mercados externos. O cronograma do projeto prevê a saída dos primeiros veículos da linha de montagem em janeiro de 2002, sendo que, ao final daquele ano, a planta deverá estar produzindo 150 mil veículos, número que saltará para 250 mil em 2004.

O Projeto Amazon é baseado em uma nova concepção de organização da produção, denominada “condomínios industriais”. No projeto em tela, sob o mesmo teto da montadora instalar-se-á um grupo de empresas que fornecerá, diretamente,

4 Um outro importante investimento em implantação no estado, no valor de US\$ 550 milhões, é o da Monsanto no segmento de fertilizantes.

componentes *elou* assumirá partes do processo de produção dos veículos. A estamparia e a pintura, por exemplo, ficarão sob a responsabilidade, respectivamente, da Body System Brazil e da Durr DuPont. Além dessas, um outro grupo de empresas ocupará galpões em uma área ao lado da linha de montagem. A ambição das grandes montadoras é envolverem-se cada vez menos com os problemas da manufatura, transformando-se, assim, em empresas direcionadas para o desenvolvimento de produtos, marketing e vendas. Acreditam as autoridades governamentais, que essas empresas, chamadas de "sistemistas"⁵, responsáveis pelo fornecimento de 60% dos componentes que farão parte dos veículos, criarão 5 mil empregos diretos. Os 40% restante dos componentes não tem fornecedores definidos ainda. Eles podem ser da Bahia ou de qualquer outro estado brasileiro. Nessa área, conta-se com a geração de 50 mil empregos indiretos.

CONCLUSÃO

No limiar do século XXI, a Bahia parece ter superado o enigma da sua involução industrial, fenômeno presente em boa parte do século atual. O secundário se consolidou como o principal e mais dinâmico setor de atividade. A Região Metropolitana de Salvador concentra um robusto parque produtivo, capaz de aglutinar serviços das mais diversas naturezas. Apesar do crescente e persistente problema do desemprego na última década, foram constituídas uma classe operária moderna e uma classe média, relativamente forte. Em suma, as mudanças dos últimos 50 anos levaram a economia agroexportadora dependente, atrasada e estagnada a se transformar significativamente, tanto do ponto de vista econômico como social.

Nessa região metropolitana⁶, que ocupa menos de 20% do território do estado e responde por 63% do PIB estadual, residiam, pela última contagem do IBGE, 2,3 milhões de pessoas na capital, enquanto outras 541,4 mil se espalhavam pelos demais municípios⁷. Trata-se de um conjunto bastante heterogêneo de municípios. Salvador especializa-se na prestação de serviços (comércio, lazer e cultura), sendo também uma espécie de cidade-dormitório, enquanto os outros municípios abrigam os investimentos Industriais. Apesar de Camaçari, Candeias e Simões Filho sediarem mais de 90% da atividade industrial, a capital do estado é, de longe,

5 O número de dissemistas, operando dentro e fora da linha de montagem, definido na fase em que se imaginava a implantação do projeto no Rio Grande do Sul, era de, respectivamente, 15 e 17 empresas. Até a conclusão deste artigo, não existia uma posição oficial da Ford, que fosse de conhecimento público, sobre esse número.

6 Esta concepção de regiões metropolitanas foi criada na década de 70 e passou a designar as sete principais áreas metropolitanas do país. Mais recentemente, tem-se utilizado a expressão Grande São Paulo, Grande Belo Horizonte etc. No caso da Grande Salvador, ela envolve uma expansão física, pois passa a incluir municípios como Feira de Santana.

7 Segundo estimativas, Salvador, que possuía cerca de 500 mil habitantes em 1950, conta atualmente com uma população de 2,5 milhões de habitantes. Ou seja, em 50 anos sua população foi multiplicada por cinco (SALVADOR..., 2000).

a maior arrecadadora de ICMS – R\$ 1,01 bilhão em 1999 – seguida por Camaçari, com R\$ 300,5 milhões (SALVADOR..., 2000).

Diante desse quadro, o Governo da Bahia buscou diversificar e interiorizar mais a matriz industrial local, através de um conjunto de incentivos para a atração de investimentos industriais. Dentre esses novos investimentos em implantação, é o automobilístico que alimenta a atual fase de euforia, pelas perspectivas de geração de renda, emprego e maior adensamento e diversificação da indústria local. Os planejadores governamentais apostam na criação de novas empresas, nos segmentos de fundição, estampagem, usinagem, ferramentaria e transformação plástica. Novo e bem-vindo espasmo exógeno, reafirmando alguns problemas associados ao processo de industrialização da Bahia.

Em primeiro lugar, a indústria instalada no estado é, em grande medida, resultado de políticas governamentais, voltadas para a “desconcentração regional”. Tais políticas engendraram surtos espasmódicos de investimentos, exemplificados pela instalação da Refinaria de Mataripe, do Centro Industrial de Aratú, do polo Petroquímico de Camaçari e, agora, do Complexo Automotivo. Foram projetos que, na sua grande maioria, dependeram de capitais exógenos e com forte componente estatal. Pelas evidências disponíveis, a industrialização baiana não foi capaz de gerar uma capacidade empresarial local, capaz de aproveitar as oportunidades que as grandes empresas abriam ao se implantarem na região.

Segundo esses grandes blocos de investimentos foram, inevitavelmente, concentrados no tempo. A consequência dessa concentração é que a economia baiana fica vulnerável a fases de baixo crescimento absoluto e relativo, como no início dos anos 90. Por outro lado, a concentração espacial da indústria na Região Metropolitana de Salvador contribui para o crescimento do desemprego nesse local, uma vez que ela continua sendo o alvo natural de migrantes do interior baiano, principalmente oriundos do semi-árido, e suas atividades industriais são intensivas em capital: geram renda, mas não emprego.

Terceiro, a abertura de mercado, iniciada em 1990, expôs as deficiências competitivas da indústria local. Essas deficiências são reveladas pela redução da produção e do emprego em certos setores – cujo exemplo mais evidente é o metalmecânico – fechamento de fábricas – inclusive químicas – e redução dos mercados de exportação em geral. Nesse contexto, tudo indica que, mais uma vez, assistiremos ao aproveitamento das oportunidades de encadeamento por capitais externos, atraídos e direcionados, segundo a lógica estratégica, atualmente vigente entre as grandes montadoras. Essa lógica, materializada na concepção de produção, brevemente descrita na seção anterior, cria sérios obstáculos à participação de

empresas locais, ou mesmo nacionais, na cadeia automobilística de suprimentos (TEIXEIRA; VASCONCELOS, 1999).

Por último, sem dúvida boa parte da explicação para as deficiências competitivas das empresas locais, está relacionada aos baixos investimentos em atividades de aprendizado e inovação tecnológica e gerencial. O conservadorismo e a aversão ao risco do nosso empresariado podem ajudar a explicar essa situação. Mas isso, certamente, não é tudo.

Temos carência de pessoal capacitado em todos os níveis. A suposta criatividade da mão-de-obra baiana não parece ser suficiente para engendrar um processo virtuoso de aprendizado neste momento, em que o mundo vive uma fase de transição entre dois distintos paradigmas técnico-econômicos.

Referências

AGUIAR, Manoel Pinto. Notas sobre o Enigma Baiano. *Revista Planejamento*, Salvador, v. 5, n. 4, p. 123-136, out./dez. 1977.

ALMEIDA, R. *Rômulo: voltado para o futuro*. Fortaleza: BNB, 1986.

ANUÁRIO ESTATÍSTICO DA BAHIA. Salvador: SEI, v. 9, 1995.

BAHIA. Secretaria do Planejamento, Ciência e Tecnologia. *Plano Diretor do CEPED*. Salvador: SEPLANTEC, 1971.

BALANÇO anual: Bahia 95/96. *Gazeta Mercantil*, São Paulo, ago. 1995.

BOLETIM DE FINANÇAS PÚBLICAS. Salvador: CEI, 1990.

CARNEIRO, Roberto A. F. *Impactos da indústria de papel e celulose sobre o Extremo Sul: principais vetores de crescimento*. Salvador: CPE: SEPLANTEC, 1994.

CENTRO DE ESTATÍSTICAS E INFORMAÇÕES (BA). *PIB da Bahia: metodologia e séries retrospectivas*. Salvador: CEI, 1992.

CENTRO DE PROJETOS E ESTUDOS (BA). *A Bahia na década de 90: temas estratégicos*. Salvador: CPE, 1990.

CENTRO DE PROJETOS E ESTUDOS (BA). *A evolução dos setores secundário e terciário na economia baiana na década de 70*. Salvador: CPE, 1985.

CENTRO DE PROJETOS E ESTUDOS (BA). *Reconstrução e integração dinâmica*. Salvador: CPE, 1991.

COMISSÃO DE PLANEJAMENTO ECONÔMICO (BA). *Programa de recuperação econômica da Bahia*. Salvador: CPE, 1958.

FUNDAÇÃO DE PESQUISA (BA). *105 anos de economia baiana: estatísticas básicas: aspectos econômicos – 1945-1976*. Salvador: CPE, 1979.

GUERRA, Oswaldo F. Bahia: O quinto PIB do Brasil?. *Bahia Hoje*, Salvador, 8 fev. 1994.

GUERRA, Oswaldo F. *Estrutura de mercado e estratégias empresariais: o desempenho da petroquímica brasileira e suas possibilidades futuras de inserção internacional*. Brasília: CNI: SESI, 1994.

GUERRA, Oswaldo F. O futuro industrial de Camaçari. *Bahia Análise & Dados*, Salvador, v. 2, n. 3, p. 26-36, dez. 1992.

GUERRA, Oswaldo F.; GONZALEZ, Paulo. Evolução recente e perspectivas para a economia baiana. *Revista Econômica do Nordeste*, Fortaleza, v. 27, n. 1, p. 37-76, jan./mar. 1996.

SALVADOR e RMS. *Gazeta Mercantil*, São Paulo, 29 ago. 2000.

SARMENTO, Walney Moraes. *Problemas de implantação de indústrias novas na Bahia*. Salvador: Era Nova, 1969.

SUAREZ, Marcos Alban. *Salvador: uma alternativa pós-industrial*. Salvador: SICM, 1990.

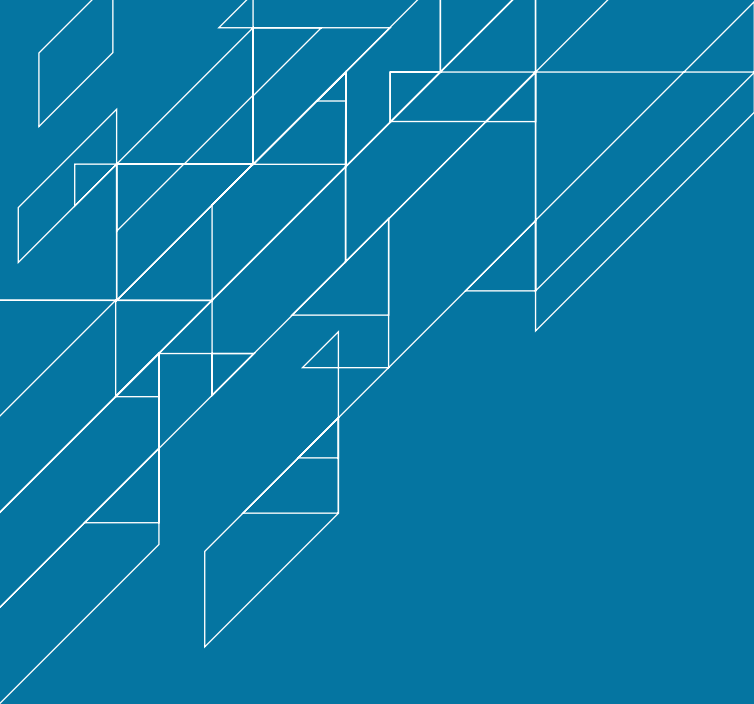
SUPERINTENDÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO DA INDÚSTRIA E COMÉRCIO (BA). *Perfil das empresas do Complexo Petroquímico de Camaçari*. Salvador: SUDIC, 1992.

TAVARES, Luis Henrique D. *O problema da involução industrial da Bahia*. Salvador: UFBa, 1966.

TEIXEIRA, Francisco L. C. *The political economy of technological learning in the brazilian petrochemical industry*. 1985. Tese (Doutorado em Política de Ciência e Tecnologia) – Universidade de Sussex, Sussex, 1985.

TEIXEIRA, Francisco L. C.; VASCONCELOS, Nilton. Mudanças estruturais e inovações organizacionais na indústria automotiva. *Conjuntura & Planejamento*, Salvador, n. 66, p. 17-24, nov. 1999.

BAHIA ANÁLISE & DADOS Salvador – BA SEI v.10 n.1 p.87-98 julho 2000.



ARTIGO

Desenvolvimento Regional na Bahia

Edgard Porto

A "RIQUEZA" E "POBREZA" NA BAHIA

CICLOS, "RIQUEZA" E "POBREZA"

Uma concepção estratégica, tal como pretendemos nos aproximar neste trabalho, requer um conhecimento amplo, num sentido da compreensão dos fatores presentes em todos os espaços sociais e econômicos e, ao mesmo tempo, um grau de especialização nos aspectos identificados como àqueles com maior capacidade de formar a estrutura dos processos que compõem a dinâmica do desenvolvimento de uma dada realidade. Em ambos os casos, é indispensável reconhecer a lógica contida nas relações entre a realidade mundial e uma específica localidade. No caso deste trabalho, procurou-se compreender inicialmente o comportamento de movimentos extremos do desenvolvimento baiano – "riqueza" e "pobreza" – porquanto tais manifestações poderiam expor melhor a realidade local e suas relações com a dinâmica da economia mundial.

A necessidade de reconhecer a dinâmica do processo de formação de regiões e de cidades na Bahia, nas últimas décadas, como uma das formas de contribuição para a formulação de novas estratégias, nos levou a trabalhar com as informações municipais disponíveis, que não necessariamente constituem aquelas mais adequadas e precisas. Em função disso, tomou-se o cuidado de trabalhar tais informações de forma mais agregada possível e efetuou-se análises qualitativas, a partir da ordem de grandeza dos valores obtidos, fugindo-se sempre de comparações ao nível municipal. Para identificar o comportamento espacial das atividades sócio econômicas da realidade baiana, optou-se por trabalhar com a base de dados por município, agrupados por ciclos de desenvolvimento, largamente conhecidos pelo ambiente intelectual no Estado. Tais dados representam o conjunto de fluxos socioeconômicos, cujos valores não necessariamente são gerados em cada local, mas podem também ter sido gerados em outras partes do país ou de outros países, mas que circulam por um dado município. Utilizamos metodologias distintas para cada período, para aferir o comportamento desses fluxos no estado da Bahia, em função da disponibilidade de dados: no primeiro período, entre 1975 e 1985, optou-se por utilizar a totalização do Valor Bruto da Produção Industrial (VBP), o total da Receita do Comércio e do serviço (TR) e o Valor da Colheita na Agricultura (VC); no segundo período, entre 1990 e 2000, utilizou um método mais completo, em função da disponibilidade de informações: Valor Agregado Bruto na agricultura (VAB) PAN/

IBGE, (dados censitários do IBGE e dados de consumo de energia elétrica da Coelba, ambos para os anos selecionados)¹.

Procurou-se também identificar o comportamento espacial de parcela da população, a de mais baixo rendimento, o que pode representar a pobreza, tentando-se ver sua relação com as áreas com maior capacidade de gerar fluxos econômicos, significando as áreas de maior riqueza. O fato de não dispor de outros indicadores, utilizou-se o dado de renda do chefe de família para os anos de 1991 e para o ano de 2000, tomando-se o cuidado de trabalhar com dados relativos, ou seja, o total de famílias pobres dentro de cada município em relação ao total de famílias pobres do Estado em cada ano considerado.

Não se questiona, neste trabalho, os conceitos de riqueza e de pobreza, o que, por si só, já se constitui uma investigação de grande envergadura teórica. Preocupou-se em apenas comparar o comportamento espacial da produção e da circulação de mercadorias e de pessoas (fluxos socioeconômicos) e da territorialidade das famílias consideradas de baixa renda (até 1 Salário Mínimo). Para essa comparação, utilizou-se a denominação de "riqueza", para os valores superiores encontrados para os indicadores dos fluxos socioeconômicos, e a denominação de "pobreza", para os indicadores de concentração das famílias dos mais baixos extratos de renda monetária.

Para viabilizar uma comparação qualitativa de tendências da "riqueza" e da "pobreza", nos distintos períodos de tempo, utilizou-se a mesma relação de municípios, compreendendo aqueles localizados nas regiões mais dinâmicas da Bahia e que representavam mais de 0,1% da concentração dos fluxos socioeconômicos no ano 2000 (Quadro 1). Criou-se, portanto, uma definição regional própria, em que o critério de contiguidade territorial não é considerado, mas sim a homogeneidade do caráter e do porte dos fluxos socioeconômicos. Desse modo, as regiões apresentadas nos mapas são, na verdade, o agrupamento de municípios com as características anteriormente referidas e não o conjunto de todos os municípios incluídos em outras regionalizações, com critérios diversos, tais como as Regiões Econômicas da Bahia, Microrregião ou Mesorregião do IBGE, etc. (Quadro 1).

Esses indicadores podem ter a capacidade de refletir a formação e as tendências extremas do desenvolvimento espacial da Bahia, seja de cidades ou regiões. Mas para

1 O autor agradece à direção da SEI; à GEES/SEI; às técnicas Raquel Neves dos Santos e Helena Angélica da Silva, pelo apoio nas pesquisas efetuadas.

Para o período compreendido entre 1975 e 1985, utilizou-se o somatório do VBP, TR, VM e VC e calculou-se o percentual de participação de cada município em cada ano (75, 80 e 85), o que serviu para criar os intervalos de classe para reconhecer as manchas de maior produção estadual.

Para os anos entre 1990 e 2000, como as unidades para montagem do quadro é diferenciada para cada setor, calculou-se o valor do VAB de cada um, com relação ao PIB da Bahia, e transformou-se, relativamente, esses valores em R\$ milhões, proporcionais a participação de cada município na produção estadual. Daí, totalizou-se os valores em R\$ milhões, para os setores de comércio, serviços, indústria, dos anos considerados.

Quadro 1 – Composição das regiões	
Macrorregião de Salvador	Alagoinhas, Cachoeira, Camaçari, Candeias, Catu, Conceição da Feira, Dias D'ávila, Entre Rios, Feira de Santana, Itaparica, Lauro de Freitas, Mata de São João, Pojuca, Salvador, Santo Amaro, São Francisco do Conde, São Gonçalo dos Campos, São Sebastião do Passé, Simões Filho e Vera Cruz
Cacau	Belmonte, Camacã, Camamu, Canavieiras, Coaraci, Ibicaraí, Ilhéus, Ipiaçaba, Itabuna, Itajuípe, Itapebi, Santa Cruz da Vitória, Santa Luzia, Ubaitaba e Una
Extremo Sul	Alcobaça, Caravelas, Eunápolis, Guaratinga, Itabela, Itamaraju, Itanhém, Medeiros Neto, Mucuri, Nova Viçosa, Porto Seguro, Prado e Teixeira de Freitas
Norte	Andorinha, Campo Formoso, Casa Nova, Juazeiro, Remanso, Senhor do Bonfim e Sento Sé
Oeste	Barreiras, Correntina, Formosa do Rio Preto, Riachão das Neves e São Desidério

maior compreensão da realidade e sua dinâmica socioeconômica, é necessário também conhecer os movimentos constituintes da formação dessa “riqueza” e dessa “pobreza”, dentro da lógica da ocupação humana em cada tempo e em cada território na Bahia.

Dois períodos podem ser considerados como àqueles que representam ou se aproximam dos ciclos de desenvolvimento mais importantes e recentes da Bahia: a fase da industrialização da RMS e a fase da globalização da economia mundial. O primeiro ciclo se inicia em 1950, com a instalação da RLAM, e seu processo se intensifica com a implantação dos polos industriais do CIA e do COPEC, o que vai ter repercussões a partir de meados da década de 1970, superando-se a fase anterior, caracterizada pelas atividades agroexportadoras. Considerando a disponibilidade de informações oficiais, censitárias, e com uniformidade metodológica, tomamos como referência para esse ciclo, sem que isso tenha comprometido as análises qualitativas, os anos compreendidos entre 1975 e 1985.

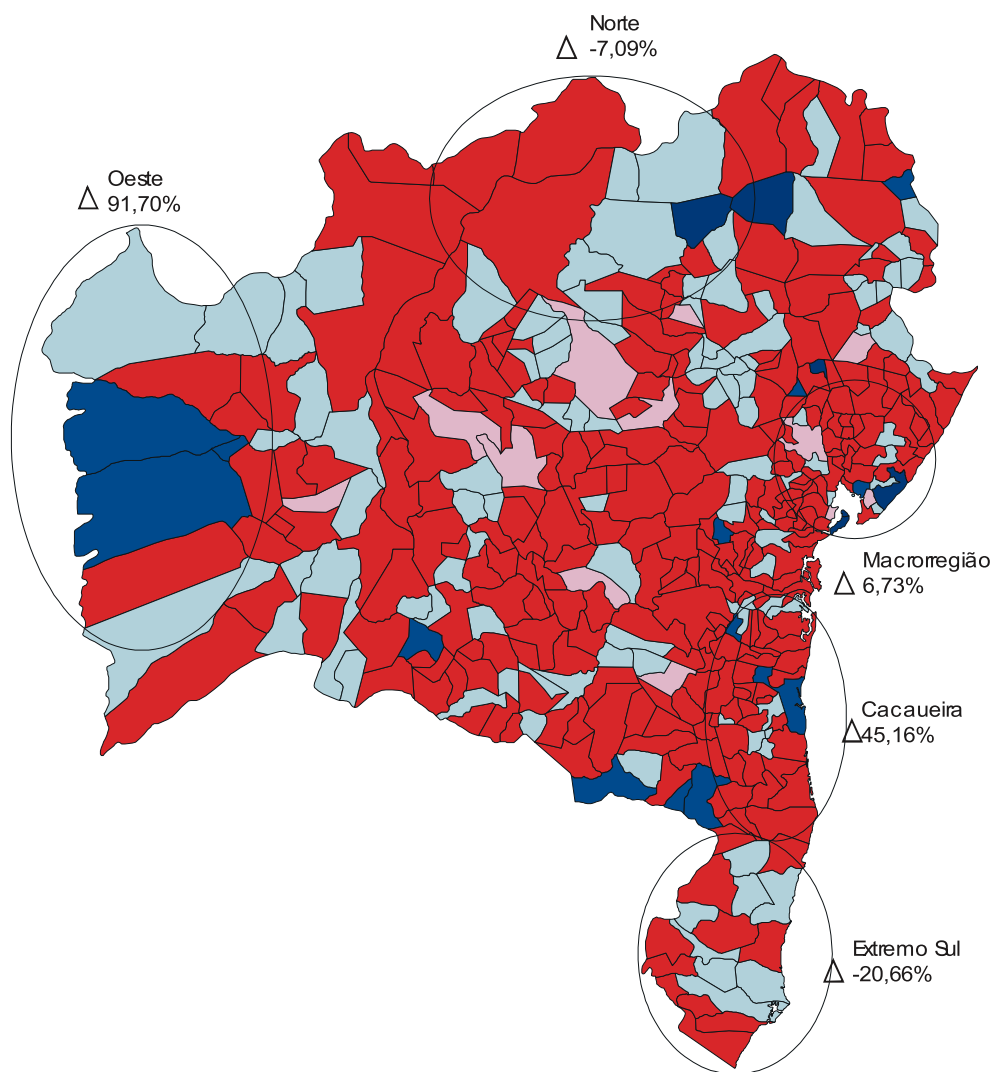
O segundo ciclo se inicia nos anos de 1990, quando os reflexos da economia globalizada começam a se fazer sentir no Brasil, acentuando-se os efeitos desses reflexos após meados dessa década. Dado a disponibilidade de dados censitários, tomamos como referência para esse período os anos entre 1991 e 2000.

A “RIQUEZA” VAI AOS EXTREMOS

Industrialização na RMS

O período compreendido entre 1975 e 1985 foi o momento em que a Bahia apresentou as mais altas taxas de crescimento médio anual do PIB, nas últimas três décadas, alcançando cerca de 5,79%. O setor secundário passa a superar a participação do setor primário, na economia estadual e a espacialidade baiana reconcentra-se no litoral, em contrapartida a uma tendência anterior de interiorização da ocupação e da produção de riqueza no estado. Agora, as novas atividades industriais, notadamente

Mapa 1 – Incremento na participação da produção da Bahia – 1975-1985



Legenda

% DE CRESCIMENTO NO PERÍODO (N. DE MUNICÍPIOS)

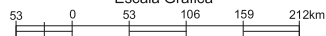
- -100 - -10 (274)
- -10 - 0 (12)
- 0 - 50 (110)
- 50 - 180 (13)
- 180 - 756 (6)

LIMITES MUNICIPAIS —



01

Escala Gráfica



Fonte: elaboração própria, trabalhando estatisticamente dados censitários do IBGE.

na região de Salvador, e as incipientes atividades ligadas ao turismo voltam a buscar localizar-se em algumas cidades históricas litorâneas, transformando-as, ao tempo em que criam e recriam outras tantas cidades para que elas venham a se adequar às exigências do novo perfil da economia estadual.

A região litorânea², cujos municípios mais importantes representavam cerca de 77,30% dos fluxos socioeconômicos da Bahia em 1975, passou a representar mais de 85%, em 1985. No mesmo período, 24 municípios eram responsáveis por 80,82% dos fluxos no Estado, caindo para apenas 18 municípios, em 1985, os quais passaram a representar 88,03% dos fluxos estaduais. A maior taxa de crescimento se encontra na Macrorregião de Salvador que cresceu de 68,11%, em 1975, para cerca de 73% em 1985 (PORTO; CARVALHO, 1995). Há, portanto, um processo de reconcentração dos fluxos socioeconômicos, mais precisamente de volta à região litorânea do Estado, com maior ênfase nas proximidades de Salvador. Apesar dessa tendência, a região do Oeste da Bahia já iniciava sua produção de soja e, relativamente, já dava sinais de sua presença espacial, embora pouco representasse em termos de participação no PIB do Estado (Mapa 1³).

Pode-se verificar que grande parte dos municípios baianos apresentaram uma queda relativa da concentração dos fluxos socioeconômicos, taxa de variação inferior a -10%⁴, e que a maioria deles se encontram na região do Semi Árido, exatamente onde havia um processo anterior de evolução da interiorização da economia da Bahia. Por outro lado, neste período, apenas cinco municípios cresceram sua participação na produção estadual de 9,08% para 35,55%, entre os anos de 1975 e 1985, sendo que todos eles estão localizados nas regiões de Salvador (maioria) e de Ilhéus-Itabuna.

Competitividade Mundial

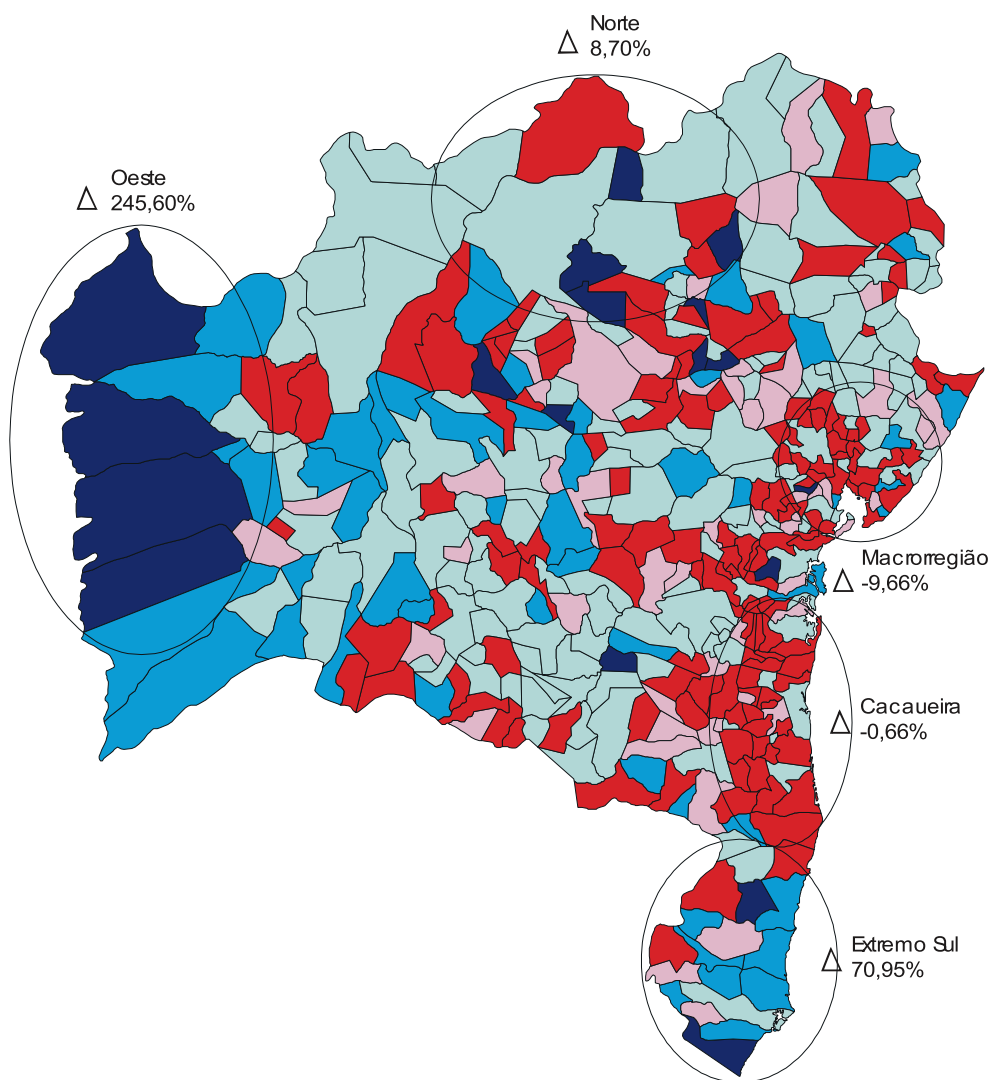
Em 1990, cerca de 75% dos fluxos socioeconômicos no estado da Bahia se concentravam em torno dos 30 municípios, cujas cidades-sede eram as mais importantes, observando-se, em 2000, uma leve queda desse percentual para 74,39%. Isso significa dizer que houve, praticamente, entre os municípios mais importantes do estado, durante a década de 1990, uma estabilidade na espacialização das atividades econômicas. Se tomarmos os 68 municípios intermediários, no mesmo período, podemos afirmar que houve uma leve concentração das atividades nesses municípios, mas com tendência a uma estabilidade. No caso dos 317 municípios restantes os dados mostram

2 Considerada o conjunto dos municípios selecionados nas regiões: Macrorregião de Salvador, Cacaueira e Extremo Sul.

3 O autor agradece a arq. Ilce Carvalho, pelo apoio nos trabalhos de georreferenciamento, indispensáveis às análises espaciais aqui desenvolvidas.

4 Valores referentes ao incremento da participação percentual dos municípios em relação ao conjunto dos fluxos socioeconômicos do estado da Bahia, entre os anos de 1975 e 1985. Ver legenda do Mapa 01, onde consta o percentual de crescimento e o número dos municípios, em cada intervalo de classe.

Mapa 2 – Incremento na participação da produção da Bahia – 1990-2000



Legenda

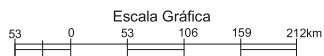
% DE CRESCIMENTO NO PERÍODO (N. DE MUNICÍPIOS)

■	-100 - -10	(150)
■	-10 - 0	(53)
■	0 - 50	(139)
■	50 - 180	(54)
■	180 - 4,580	(19)

LIMITES MUNICIPAIS —



02



Fonte: elaboração própria, trabalhando estatisticamente dados censitários do IBGE.

uma tendência ao equilíbrio na concentração/descentralização espacial dos fluxos no estado da Bahia, na década de 1990 (Mapa 2).

Podemos concluir que as regiões localizadas no litoral⁵ tiveram diminuída essa participação, no período entre 1990 e 2000, que caiu de 70,85% para 66,77%. Nessas regiões, a Macrorregião de Salvador foi a que sofreu maior queda relativa, quase 10%, enquanto o Extremo Sul quase que dobrou a sua participação. Esse movimento foi ainda mais efetivo nos municípios, localizados no oeste e norte da Bahia, cuja participação passou de 3,98% para 6,86%, ressaltando-se que o Oeste obteve uma taxa superior à do Norte.

Em síntese, as regiões onde estão se instalando as atividades agrícolas e agroindustriais modernas e competitivas são aquelas responsáveis pela recente descentralização espacial no Estado. Por outro lado, a região mais industrializada da Bahia, a Macrorregião de Salvador, responsável pela maior parcela do PIB estadual, sentiu (relativamente) os efeitos do processo de reconcentração industrial da produção no Sudeste brasileiro, o que permitiu um tênue movimento de reespecialização da economia para os extremos do território baiano, no período considerado (PORTO, 2002).

"POBREZA" AMPLIA CIDADES

Entre os anos de 1991 e 2000 houve uma tendência à concentração territorial, relativa das famílias cujos rendimentos do chefe situavam-se abaixo de um Salário Mínimo, valendo salientar que se verificou uma diminuição do número dessas famílias pobres, no total do estado, de 59,72%, em 1991, para 56,97% em 2000.

A Macrorregião de Salvador foi aquela em que se observou o maior índice de crescimento dessas famílias, passando de 11,26%, em 1991, para 13,37% no ano 2000. Em seguida, aparecem cerca de

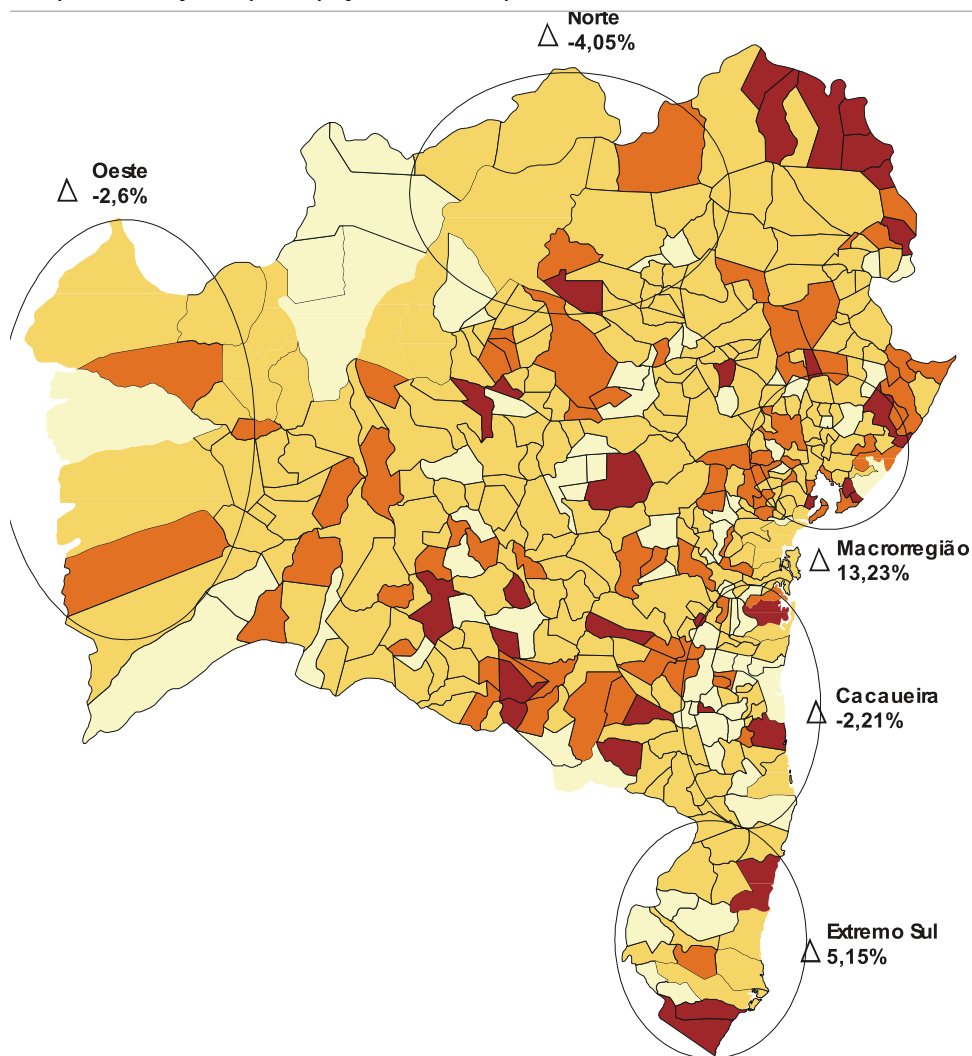
28 municípios, cujas sedes são as mais importantes cidades do estado, nos quais ocorreu um ligeiro crescimento no número de famílias com rendimento abaixo de um Salário Mínimo: de 21,27%, em 1991, para 22,05% no ano 2000.

Se considerarmos as regiões baianas e seus municípios selecionados⁶, podemos concluir que todas elas, exceto a Macrorregião de Salvador, apresentaram uma tendência de diminuição das suas taxas de famílias pobres, em relação ao conjunto do Estado (Mapa 3).

5 Macrorregião de Salvador, Cacaueira e Extremo Sul.

6 Macrorregião de Salvador, Cacaueira, Extremo Sul, Oeste e Norte, conforme anteriormente definido.

Mapa 3 – Variação na participação de famílias pobres na Bahia – 1991-2000



Classificando todos os municípios baianos, por intervalo de classe, segundo a presença de famílias pobres, podemos verificar que o conjunto de municípios que concentram mais de 9 mil famílias tiveram uma tendência relativa ao crescimento, muito superior à observada nos municípios com intervalos médios e inferiores, embora esse crescimento

tenha vindo acompanhado de uma elevação do número de municípios. Da mesma forma, nos intervalos inferiores (abaixo de 3.500 famílias), o número de municípios diminui relativamente. Isso quer dizer que há uma tendência à concentração relativa de famílias pobres nos maiores municípios, logicamente nas suas maiores cidades, o que significa dizer, conseqüentemente, que os municípios menores apresentam, no estado da Bahia, uma tendência a agregar menor número de famílias pobres (Tabela 1).

Tabela 1 – Famílias pobres por grupos de municípios da Bahia – 1991-2000

Classe de municípios por nº de famílias	1991 (%)	Nº Municípios	2000 (%)	Nº Municípios
> 9.000 famílias	24,36	14	34,85	29
< 9.000 > 3.500 famílias	35,28	102	32,04	112
< 3.500 famílias	40,33	299	35,07	274

Fonte: elaboração própria.

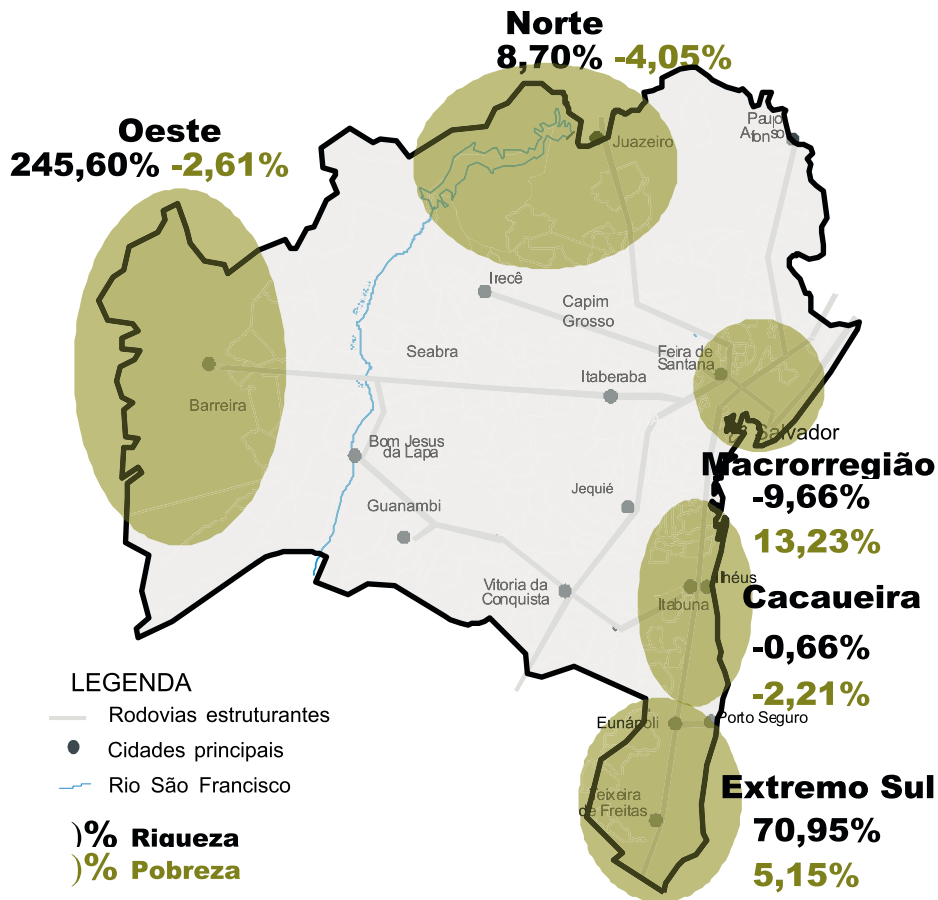
Nota: Dados extraídos do Censo do IBGE (1991, 2000).

Entretanto, observa-se que em cada região há municípios com diferentes comportamentos, alguns apresentando tendência crescente à atração de famílias pobres, notadamente os voltados para a atividade turística, tais como Porto Seguro, Nova Viçosa e Mucuri, Camamu, etc. Em algumas cidades, líderes de regiões pouco densas economicamente, cujo porte é extremamente diferenciado daquele das demais cidades, tal como acontece com Juazeiro, dentro da sua região, também se observa uma tendência à atração maior de famílias pobres, na última década.

Dentro da Macrorregião de Salvador, a maior tendência à atração de famílias pobres ocorre na periferia do município de Salvador e não mais somente na periferia de Salvador. Isso deve ser ressaltado para orientar políticas sociais e de ordenamento territorial numa escala metropolitana.

DESCOMPASSO DA RIQUEZA E DA POBREZA

Se compararmos as taxas de crescimento da pobreza e da riqueza na década de 1990, constataremos que há uma tendência distinta de crescimento espacial na Bahia. O coeficiente da "riqueza" foi estabelecido pelo incremento obtido nas taxas de participação das regiões no total dos fluxos socioeconômicos do estado da Bahia, entre os anos de 1990 e 2000. O coeficiente da "pobreza", significa o incremento da taxa de crescimento das famílias pobres nas regiões, entre os anos de 1991 e 2000, relacionada com o total dos domicílios, no estado, cujo chefe de família ganha até um Salário Mínimo (Mapa 4). Convém mais uma vez salientar que se utilizaram os mesmos municípios para cada região nos dois casos, escolhidos em função da sua participação superior a 0,1%, na concentração dos fluxos socioeconômicos da Bahia, no ano de 2000.



Fonte: elaboração própria, a partir de mapas da SEI.

As regiões que apresentam as maiores taxas de crescimento da riqueza são as que possuem as menores taxas de crescimento de famílias pobres, como é o caso da região do Oeste da Bahia, cujos fluxos econômicos cresceram 245,6%, e cuja alocação de famílias pobres caiu 2,61% na década de 1990. No sentido contrário, a Macrorregião de Salvador apresentou uma queda de 9,66%, na sua taxa relativa de riqueza estadual, embora tenha obtido um incremento de 13,23%, na sua taxa de crescimento, relativo de famílias pobres no total do Estado.

É evidente que tal movimento pode ser interpretado por dois argumentos distintos.

No primeiro caminho, pode-se alegar que a região Oeste da Bahia, por suas altas taxas de crescimento econômico, contribuiu para elevar a renda dos seus habitantes, diminuindo o percentual de famílias pobres. De igual modo, pode-se afirmar que a

Macrorregião de Salvador, por ter apresentado relativa queda na concentração de riqueza, contribuiu para elevar o grau de pobreza interna, rebaixando as faixas salariais de famílias, localizadas nas faixas acima de um Salário Mínimo. Tal explicação tem como base a ideia de que a população fica estática em suas regiões, paralisada, independentemente do desempenho da sua economia, da oferta de emprego, etc.

O segundo caminho questiona o primeiro, como explicação única ou prioritária para o movimento observado. Têm sido estudados intensos processos de migrações inter-regionais em todo o mundo, observando-se que parte da população é atraída pela oferta de emprego e possibilidades de sobrevivência, fora da sua área de residência. Essa mobilidade populacional, às vezes sazonal, foi evidenciada, na Bahia, no conjunto de artigos que compuseram o número 39 da Série Estudos e Pesquisas – SEI, abordando o crescimento populacional no estado entre 1980 e 1996 (SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA, 1998).

Se trilharmos por este último caminho para a compreensão da mobilidade populacional, podemos concluir que houve, na Bahia, na última década, uma tendência a uma descentralização concentrada da riqueza, concomitantemente a uma concentração descentralizada da pobreza.

Isso significa dizer que há movimentos diferenciados, opostos, nos quais a produção da riqueza segue para os extremos do território baiano, passando pelas cidades maiores, enquanto que as manchas das famílias pobres seguem prioritariamente para a Metrópole, e uma parte fica estacionária na área central do estado. Há um encontro desses movimentos nas maiores cidades do estado. Parece também haver um desajuste entre o espaço da produção, do adensamento de fluxos econômicos, e a possibilidade de sobrevivência da população pobre. Pode-se dizer que onde está sendo produzida parte da nova riqueza, não há atratividade para as famílias pobres. São espaços com características de produção modernas, intensivas em capital, cujos excedentes trazem poucos reflexos regionais, conseqüentemente restringindo-se às suas cidades mais importantes. Isso quer dizer que, nesses casos, parece não haver atratividade de mão-de-obra para as suas unidades de produção e para as atividades comerciais e de serviços localizados nas suas áreas urbanas.

Essa contradição é explicada pelas motivações distintas de cada um dos movimentos. De um lado, as unidades de produção buscam espaços qualificados em predicados físicos-locacionais, adaptados às suas necessidades, dentro do quadro competitivo internacional. No caso da Bahia esses elementos foram encontrados nos extremos do seu território, longe das maiores concentrações populacionais. Por outro lado, as maiores concentrações de população de renda baixa se deslocam historicamente na direção dos maiores centros de empregos. Ocorre que, basicamente, a oferta de

emprego atual se encontra no setor de serviços e de comércio, normalmente localizado nas cidades. Entretanto, o incremento dessa oferta encontra-se muito abaixo das taxas de crescimento populacional e, por sua vez, há uma tendência das novas oportunidades a se apresentarem em atividades informais (biscates, etc.), sendo bem mais provável o surgimento dessas nas cidades maiores. Tudo isso contribui para que haja um processo migratório capaz de formar uma rede de pessoas e de atividades de subsistência em áreas degradadas das cidades e/ou em suas periferias.

Esses vetores espaciais distintos e contraditórios parecem indicar que não se trata de um fenômeno local ou de uma simples coincidência espacial, mas de um fenômeno que pode estar associado a um controle social, que tende a dividir espacialmente as funções de forma a isolar as partes interessadas. Isso cria espaços protegidos para a produção e para a circulação de determinados segmentos sociais e econômicos, onde estão os elementos adequados de infraestrutura e de mecanismos de defesa. De outro lado, há espaços marginalizados, com infraestrutura carente ou até inexistente, onde habita e exerce suas atividades sociais e econômicas a grande maioria da população.

Os espaços qualificados, tanto da produção quanto da circulação dos segmentos estruturantes da sociedade atual, em que pesem serem parcelas pequenas do território, estão articulados entre si, com grande densidade de fluxos nos dois sentidos, sendo que predomina o controle por um deles. Por sua vez, os espaços menos qualificados formam uma rede diferenciada, na qual os territórios estão articulados em mão-única, possibilitando que o seu controle seja efetivado a partir de pontos (cidades ou regiões) ou setores hierarquizados. Espacialmente essas articulações se entrelaçam e se refletem no território, não mais em forma de regiões de rigorosa configuração bidimensional, com controle local dos fluxos e de seus resultados, mas sim agregando uma terceira dimensão, em que alguns pontos estão vinculados menos a sua circunvizinhança e mais a outros pontos equivalente de outras regiões do mundo.

Isso torna complexa a conceituação de região, tal como ocorria há pouco tempo e altera as concepções de estratégias de atuação sobre a realidade, uma vez que, por exemplo, dilui os contornos dos conceitos de campo e cidade, urbano e rural, porque articula espaços estruturantes estejam eles onde estiverem.

Restringe-se, dessa forma, a eficácia de concepções de políticas rigorosamente regionalizadas, que visam abarcar toda a realidade, inclusive as variadas demandas do setor público. Há, ao mesmo tempo, vários formatos regionais, adequados a uma ótica de desenvolvimento. Em grande parte, os territórios se agrupam oportunisticamente para responder a necessidades pontuais e passageiras. Assim, uma regionalização pode atender a uma necessidade de uma política para o turismo e, de outra parte,

outro formato regional deve ser desenhado para atender às demandas das políticas vinculadas ao setor agrícola, por exemplo.

Tal como vem ocorrendo na Bahia, parece haver um ponto comum, uma resultante de todos esses processos, que se encontra nas maiores cidades do estado, naquelas onde parece ocorrer um encontro entre as tendências à concentração dos fluxos socioeconômicos e à instalação de famílias de renda abaixo de um Salário Mínimo.

Do ponto de vista institucional da necessidade legal, política, técnica e cultural, é apropriado considerar a menor parcela territorial da federação, qual seja o município, cuja agregação dar-se-á na medida das suas necessidades, como veremos mais adiante. É ineficaz a criação de regiões, amplamente compostas por um conjunto de municípios heterogêneos, razão pela qual abordaremos, conceitualmente, algumas visões estratégicas regionais, a seguir.

MACRO AÇÕES ESTRATÉGICAS

INSTÂNCIAS TERRITORIAIS

Entendemos que as ações estratégicas, o que não significa a totalidade das ações, mas aquelas com maior poder de irradiação sobre todo o desenvolvimento regional e urbano na Bahia, devem ter duas instâncias articuladas de atuação. A primeira, num plano geral, que busque entender como os limites institucionais do estado da Bahia são trespassados pelos fluxos nacionais e internacionais, como isso pode ser induzido ou induzir os elementos estruturantes da economia estadual, como as articulações internas ao Estado podem aliar os fluxos de passagens para potencializar os fluxos internos e vice-versa. Quanto à segunda instância, diz respeito especificamente ao tratamento especial sobre a rede urbana principal e estruturante das relações econômicas e sociais da Bahia, entendendo como ela funciona como *locus* de concentração de fluxos sociais e econômicos, naturalmente daqueles voltados para as atividades comerciais, de serviços, polos de equipamentos regionais e de agrupamento principal da maioria da população estadual.

As duas instâncias devem ter uma preocupação geral: trabalhar sempre na perspectiva de ajudar a montar e viabilizar a execução da estratégia geral de desenvolvimento estadual. Dessa forma, elas estarão sempre em constante movimento, embora seus elementos estruturantes tenham que sustentar ações a serem mantidas durante a vigência dos planos plurianuais de investimentos (PPAs). Cada PPA se encarrega da atualização das suas próprias ações, embora os orçamentos anuais já tenham tido um papel relevante na percepção, via processos de avaliação, das alterações necessárias em cada período. Em suma, enquanto os elementos estruturantes devem ser

repensados à luz dos movimentos da economia nacional e internacional e, portanto, revistos em cada PPA, outras políticas específicas já podem ser ajustadas, em cada período orçamentário.

POTENCIALIDADES E ARTICULAÇÃO MACRORREGIONAL

Com o processo de mundialização dos fluxos a partir da década de 1990, a competição entre as unidades de produção torna-se mais acirrada, gerando hierarquias mais definidas na rede de territórios e de cidades em escala planetária. Como a etapa da circulação de mercadorias é um momento também importante do processo de reprodução da riqueza e grande parte dessa circulação ocorre sobre territórios e sobre seus elementos estruturantes, localizados estrategicamente, forma-se uma cadeia ou rede de pontos no espaço que evidenciam os caminhos mais competitivos para uma dada mercadoria. São elementos ou elos que necessariamente deverão ser integrados e funcionar, todos, ajustadamente em rede, fazendo repercutir seu movimento em territórios e dando-lhes maior ou menor importância em cada processo. Os elementos estruturantes de cada processo se entrelaçam, constituindo um formato de conurbação territorial, o que faz a ocupação do solo ficar subordinada às relações entre as áreas de produção de consumo e de passagem. As mercadorias precisam circular em menor tempo, com maior qualidade e com menor custo.

Os meios de transportes e de circulação foram elementos essenciais para dar suporte ao processo de mundialização dos fluxos sociais e econômicos, com o concurso do desenvolvimento da microeletrônica (informática, satélites, telefonia, etc.) e os avanços nos procedimentos administrativos e gerenciais. O crescimento constante das trocas de mercadorias em escala mundial foi patrocinado por alguns meios de transportes – e também patrocinou –, o que permitiu o alcance de um gigantismo exacerbado, aumentando a autonomia operativa, viabilizando o alargamento das distâncias das rotas comerciais. Estandarizaram-se as cargas marítimas (containerização), especializando-se as embarcações por tipo e por rota, e estimulou-se cada vez mais a plurimodalidade de transporte, articulando as ferrovias com as rodovias e hidrovias. Esses procedimentos alteraram as hierarquias dos elementos de infraestrutura, gerando escalas diferentes de operação, com especialidades e portes distintos, porém todos articulados. Em todos esses processos houve uma concentração na operação dos elementos estruturantes espaciais, a exemplo dos portos, aeroportos, vias de circulação e de cidades, metrópoles, megalópolis ou até metápolis, como consideram alguns estudiosos.

Mas há um outro movimento que também muito contribuiu para as alterações sobre os meios de transporte, sobre as cidades e sobre as relações espaciais. A elevada competição entre empresas, numa escala mundial, exigiu que os procedimentos administrativos dos negócios em escala mundial ou no interior de cada unidade de

produção alcançasse um alto grau de mecanização e de comunicação *on line*, resultando desse processo um enxugamento de pessoas contratadas. Isso também se reflete num menor movimento de fluxos de pessoas, dentro das instituições ou entre partes de um território, onde antes os fluxos comerciais exigiam grande movimentação de pessoas.

Há que se perceber que todos os processos de mundialização têm contribuído para que haja uma tendência geral à concentração de produção e à circulação de mercadorias, pessoas e capitais, que refletem espacialmente seus resultados em um ordenamento territorial muito diferenciado: contrastam-se territórios ou equipamentos com alto grau de escala de realização, e competitivos pelos seus baixos custos operacionais, com áreas territoriais ou equipamentos obsoletos, tendentes à desqualificação, comparativamente. Há rotas, caminhos, portos, cidades e regiões que se adensam economicamente, se qualificam cada vez mais para enfrentar a competição internacional, criam hierarquias numa escala mundial, ao passo que há uma busca constante por soluções, criativas, para rotas, caminhos ou parcelas territoriais que tendem a se afastar dos movimentos mais importantes da economia internacional, e pelos quais, portanto, pouco pode ser feito, embora muito *marketing* seja utilizado.

Na Bahia, todos esses elementos espaciais estruturantes podem ser visivelmente identificados pela localização das unidades principais de produção, pela rede de cidades principais e pelos meios e equipamentos de circulação de mercadorias e de pessoas que articulam os espaços da montagem da criação dos produtos e do seu consumo.

Vimos que as unidades de produção com maior peso na economia estadual se instalaram recentemente nos extremos do território, em dois momentos sequenciados no tempo. O primeiro momento foi o da ocupação industrial, que ocorreu na região de Salvador, na década de 1970 e, posteriormente, o da região do extremo sul da Bahia. Esta última, por ser contígua à região do cacau, que, por sua vez, é contígua à de Salvador, cria quase que uma massa homogênea espacial de economia, conformando uma cunha, limitada pela BR 116 e o litoral. Esta "cunha" é uma espécie de periferia da economia do Sudeste, com baixa densidade de fluxos. O segundo movimento, que ocorre pouco depois do início do processo de industrialização, é o do avanço para as duas regiões localizadas nos outros dois extremos do território baiano (Juazeiro e Barreiras), em que se promove uma ocupação territorial no estado, de forma externa e extrema. Por sua vez, o interior passa a conter uma espacialidade econômica e de concentração populacional, em forma de manchas isoladas, todas elas lideradas por um município, notadamente pela concentração de fluxos de mercadorias e de pessoas na sua sede urbana.

Entende-se que as manchas de produção e de população na Bahia estão associadas diretamente aos principais elementos de infraestrutura rodoviária estruturante e à rede principal de cidades, aquela composta por cerca de 30 municípios, responsáveis

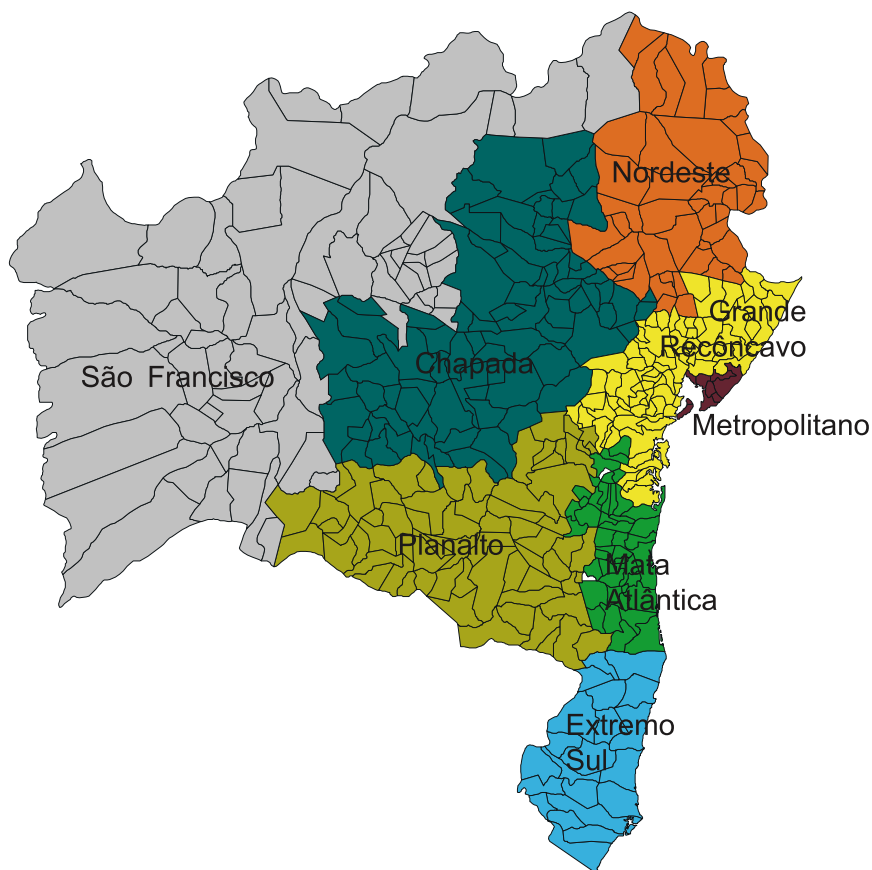
por concentrar dois terços dos fluxos econômicos e sociais do estado. Valendo-se dessa constatação, relativamente à realidade espacial baiana, e fundamentando-se nas características básicas do quadro econômico internacional, o governo do estado adotou a concepção de Eixos de Desenvolvimento da Bahia, como uma:

[...] estratégia espacial de alocação de investimentos definida a partir de vias estruturais, que buscam articular-se com a produção e a circulação de mercadorias a nível regional e internacional. A política dos eixos deve estar agregada a políticas de estímulo às atividades socioeconômicas de suas áreas "fora de rede", na tentativa de articular esses territórios, na medida do possível, aos caminhos dos fluxos superiores de capitais. (PORTO *et al.*, 2001).

Em outras palavras, o desenho dos eixos reflete os espaços de atividades competitivas e dinâmicas da economia baiana, divididos entre as áreas do litoral e os extremos do território no Oeste e no Norte do estado, e os espaços caracterizados por atividades de subsistência, de baixa densidade econômica, localizados na área central da Bahia. Além disso, os eixos também foram desenhados para expressar os caminhos mais importantes entre os fluxos do Sudeste e Nordeste do Brasil, que passam pelos extremos do território baiano: o primeiro, através do sistema rodoviário, utilizando o litoral, e o segundo, pelo futuro sistema hidroviário, através do rio São Francisco. Portanto, os eixos formam uma espacialidade de um desenvolvimento a ser viabilizado, com base na realidade dos fatos atuais (Mapa 5).

A concepção espacial decorrente sugere que as ações prioritárias devem fortalecer os eixos dos dois extremos do território, aqueles que os dados indicam como os espaços que apresentam maior dinamismo e maior tendência ao incremento da "riqueza" na Bahia, o que os torna de alto valor estratégico para o desenvolvimento estadual. Assim, os investimentos nessas áreas devem ser, prioritariamente, voltados para dar apoio logístico às atividades econômicas, notadamente no setor de transporte multimodal e de seus equipamentos relevantes e articulados, como portos, retroportos, equipamentos de armazenagem, etc. O transporte estratégico será o de articulação, entre as áreas de produção e de consumo, com grandes distâncias, seja para a exportação ou para suprir o mercado de outras regiões do Brasil. É imperativa a solução do escoamento da produção do oeste baiano pelo porto de Salvador, o que, necessariamente, deverá estar articulado à viabilidade da hidrovia do rio São Francisco, como investimento mais significativo para integrar política e territorialmente o estado da Bahia.

As unidades produtivas devem ser estimuladas, não com investimentos governamentais, mas com incentivos tributários, de financiamento a pequenas e médias empresas de comércio e de serviços, pesquisas, etc. Foi exatamente nesse sentido que os trabalhos desenvolvidos para o Projeto BAHIA SÉCULO XXI pela SPE/SeplanteC deram prioridades às áreas e setores mais dinâmicos do conjunto dos eixos do litoral



(Metropolitano, Grande Recôncavo, Mata Atlântica e Extremo Sul) e do Eixo do São Francisco. Nesses espaços, a ênfase maior foi dirigida para compreender e estimular o desenvolvimento das cadeias mais importantes da economia estadual, além daquelas com maior participação no PIB baiano, localizadas na região de Salvador, no Extremo Sul, Litoral Sul, Oeste e Norte da Bahia. Assim, priorizaram-se: a montagem de uma “Estratégia para o Desenvolvimento da Indústria na RMS”, destacando as cadeias metalmeccânica, eletroeletrônica, petroquímica e serviços industriais; o estímulo à cadeia de grãos, carne, algodão e frutas no Oeste baiano; os estudos para fomentar a cadeia florestal no Extremo Sul; e a identificação de políticas adequadas para estimular a fruticultura, irrigada na região de Juazeiro, considerada, nesse trabalho, como o norte da Bahia. As indicações desses estudos devem compor o elenco de investimentos necessários para a indução das áreas dinâmicas do estado, aquelas que já mostraram maior competitividade internacional.

A existência de grandes concentrações urbanas deve atrair as atenções para as demandas de equipamentos sociais de porte regional, tais como universidades e centros de pesquisas, hospitais regionais, ensino de segundo grau, redes de telefonia móvel, etc. Do ponto de vista social, a prioridade deve ser dada às periferias das grandes cidades, em projetos localizados para urbanizar as áreas habitacionais de baixa renda, naturalmente aquelas em que se detectam riscos iminentes para a vida de seus moradores.

Os eixos centrais constituem a parcela com menor dinamismo e passam a representar o território-destino da irradiação dos resultados, obtidos pela articulação entre os extremos territoriais da Bahia. É uma territorialidade que não vem encontrando condições de enfrentar a competitividade da economia internacional e apresenta os mais baixos indicadores sociais em todo o estado. Assim, compreende-se que a esses eixos de desenvolvimento (Planalto, Chapada e Nordeste) devam ser direcionados os investimentos sociais básicos mais significativos da Bahia, com ênfase na educação fundamental, nos serviços de atendimento imediato, programas de educação ambiental, serviços de saneamento, etc. Do ponto de vista da produção, a estratégia de investimentos deve priorizar a agricultura irrigada, aproveitando as potencialidades diferenciadas de cada localidade, dando maior atenção às unidades de porte familiar. O setor público deve ter uma atuação direta nos estímulos à produção, seja em política de "extensão" ou em pesquisas, conforme fica explícito no trabalho "Assistência Técnica, Extensão Rural e Pesquisa Agrícola na Bahia: uma proposta de reformulação", de autoria de Jackson Ornelas e Pedro Torres, realizado no âmbito do Projeto BAHIA SÉCULO XXI. Do ponto de vista espacial, na medida do possível, devem ser estimuladas as atividades, localizadas nas proximidades dos eixos rodoviários transversais do estado, como forma de concentrar a produção e a população, ganhando-se escala para viabilizar a circulação e a comercialização.

Do ponto de vista da infraestrutura de transportes, a maior ênfase será dada à articulação, por meio de estradas vicinais, entre essas áreas concentradas com pequenas unidades produtivas e com os grandes eixos transversais rodoviários. Espera-se que possa haver uma maior concentração de cidades ao longo desses eixos, nos quais possam ser instalados equipamentos de armazenagem de maior porte, o que contribuirá para se viabilizar melhor a comercialização.

A rede principal de cidades da Bahia é, em sua essência, o resultado espacial urbano da economia baiana, o que justifica o porte da rede, a hierarquia e a divisão territorial dos maiores centros de comercialização e de serviços. O aparente desequilíbrio na distribuição espacial encontra sua lógica na relação entre as demandas dos fluxos socioeconômicos, gerados dentro do próprio estado e as demandas daqueles fluxos que passam pelo estado, embora sejam gerados fora dele. No geral, o desenho é lógico e constitui a estrutura mais adequada, embora possa conter incorreções que devem

ser corrigidas, desde que se tenha clareza das causas verdadeiras que dão suporte a essa rede de cidades da Bahia. Essa é a razão por que a consideramos estratégica e a incorporamos como uma ação macrorregional a compor as políticas mais importantes para o estado.

REDE PRINCIPAL DE CIDADES

As alterações cíclicas da rede de cidades da Bahia exigiram que em diversos períodos histórico-econômicos houvesse estratégias próprias para responder às demandas urbanas. Em um dado momento havia uma MetrÓpole para suprir a concentração dos fluxos comerciais e realizar o papel de entreposto comercial para a produção eminentemente agrícola da Bahia e os produtos industrializados de outras regiões do Brasil e de outros países. No momento seguinte, outras cidades do interior assumem um papel intermediário, fornecendo suporte à produção local e intermediando ou não (como foi o caso de Ilhéus, por algum tempo) fluxos com a MetrÓpole baiana e outros centros industriais (Rio de Janeiro e São Paulo), como era o caso das cidades de Vitória da Conquista e Feira de Santana.

Podemos dizer hoje que não só a divisão de responsabilidade, autonomia/dependência é mais complexa, como também o é a especialização da rede de cidades da Bahia. Há classificações distintas em porte, na divisão espacial de funções, mas sabe-se que elas têm apenas a perspectiva de expor um método para intervir na realidade. Com esse alerta, podem-se classificar as aglomerações urbanas na Bahia da seguinte forma: Salvador-MetrÓpole; cidades comerciais de porte interestadual; cidades comerciais de abrangência local; cidades especiais e cidades do turismo.

Salvador-MetrÓpole assume o papel de articular os fluxos sociais e econômicos mais importantes e estruturantes da economia baiana e, em particular, de concentrar as atividades de comércio e de serviços, de habitação e de instituições que, no seu conjunto, oferecem apoio direto às atividades industriais e turísticas da Macrorregião de Salvador e da Região Turística de Salvador, respectivamente. Compõe o que denominamos de MetrÓpole: uma área urbana contínua, com funções homogêneas, centro de comércio, serviços e de habitação, dentro da Macrorregião de Salvador⁷ (PORTO; CARVALHO, 1995), e composta pelas áreas urbanas dos municípios de Salvador, Lauro de Freitas, Simões Filho, Vera Cruz e Itaparica.

7 Os autores não definem detalhadamente os municípios que compõem a Macrorregião de Salvador, mas consideram que ela é constituída por um território que inclui a cidade de Feira de Santana e que é caracterizada por: uniformidade de plataforma de produção (industrial); uniformização de consumo e de costumes; densidade de infraestrutura e de fluxos econômicos e sociais, distintos das áreas vizinhas; e por espaços com funções complementares e convergentes. Um desses espaços é a MetrÓpole, que Porto e Carvalho (1995) denominam "Salvador Ampliada", e que é composta pelos municípios de Salvador, Lauro de Freitas, Simões Filho, Vera Cruz e Itaparica.

A Metrópole apresenta um crescimento populacional acima da média baiana e para sua região destinam-se, relativamente, os maiores percentuais em investimentos industriais do estado, concentrando cada vez mais a arrecada o de ICMS (passou de 63,28%, em 1995, para 75,34% em 2000), apresentando potencialidades para expandir-se e concentrando atividades estratégicas para elevar seus papéis da lideranças no quadro regional e estadual (PORTO; CARVALHO, 2001). Nesse sentido, será na Metrópole que se deverá concentrar o escoamento das produ es mais importantes do estado, voltadas para a exporta o.   o caso, principalmente, da produ o de gr os do oeste baiano, de automóveis produzidos na própria região de Salvador e do conjunto da produ o dispersa, localizada em pontos diferenciados do interior do estado. No sentido inverso, são utilizados os mesmos meios físicos de circula o para transportar produtos importados e a produ o de insumos e outros produtos industrializados para essas regiões do estado.   isso que poderá constituir um volume, capaz de viabilizar o porte necessário ao Complexo Portuário da Baía de Todos os Santos, para que possa competir com outros portos brasileiros, notadamente com o Complexo de Suape.   também isso que pode viabilizar o transporte multimodal para a Bahia e permitir que se criem rela es econômicas e sociais entre os extremos do território, mais desenvolvidos, porém mais distantes entre si.

O bom desempenho desse papel estratégico da Metrópole terá repercussões sobre a rede integrada de transportes multimodal (rodovia, ferrovia e hidrovias) do estado, podendo criar condi es de irradia o dos seus resultados, para receber investimentos, notadamente ao longo desses eixos de transportes.

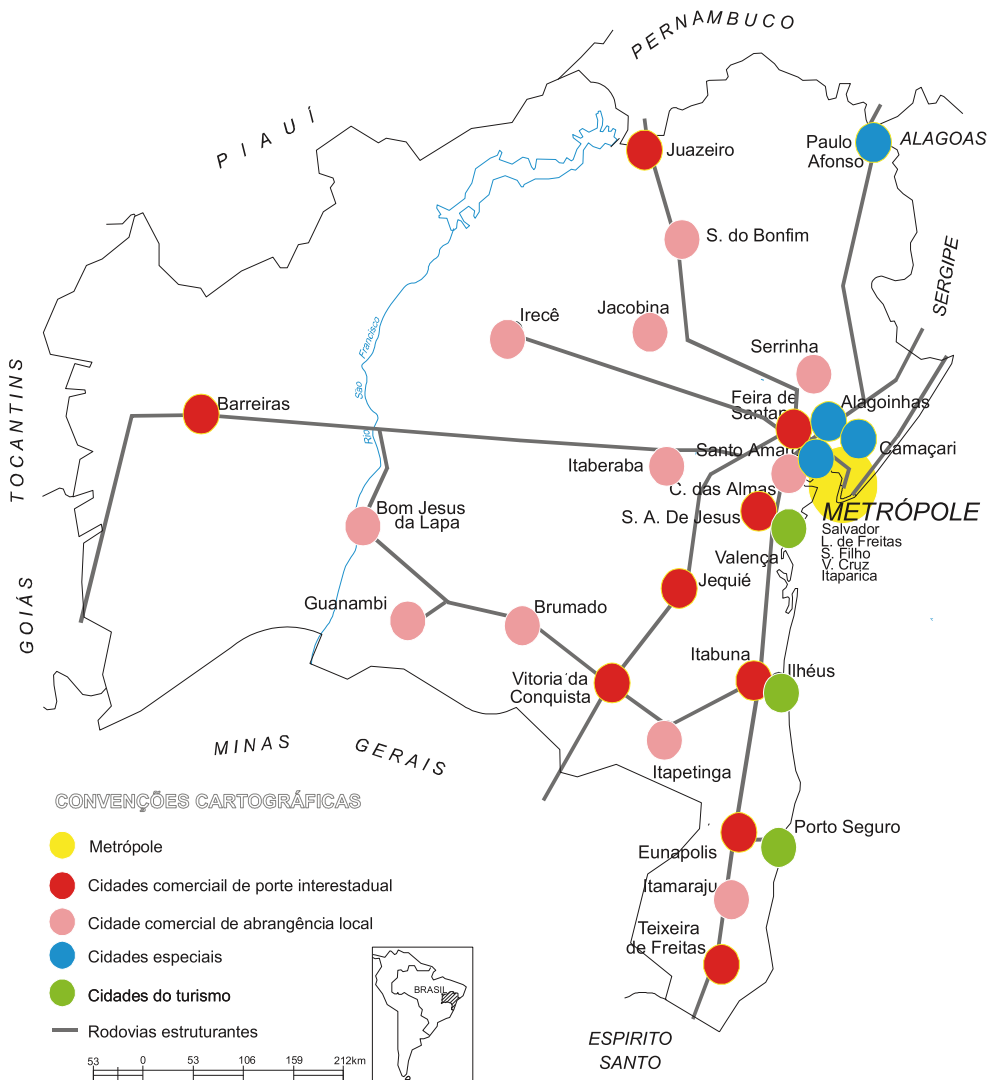
Além disso,   para a Metrópole que convergem todas as manifesta es culturais e artísticas da Bahia,   nela que o conjunto desses movimentos (juntamente com os fluxos econômicos) assume um formato próprio e qualificado, para atingir mercados externos, com rebatimentos diretos sobre a região de Salvador e as demais.

Desse ponto de vista, a Metrópole deve ser reforçada por elementos estruturais que enalte am as suas potencialidades, para absorver investimentos capazes de reproduzir essas suas atividades principais. São equipamentos comerciais, de serviços, educacionais, de saúde e institucionais ou mecanismos de políticas urbanas, com raio de abrangência macrorregional e estadual e que têm a capacidade de articular os fluxos locais com os fluxos internacionais. São investimentos que podem servir, ao mesmo tempo, como apoio a uma ou mais de uma das atividades da economia estadual, especificamente àquelas que são encontram porte e características para desenvolver-se com maior capacidade competitiva na Metrópole. Ressalta-se a necessidade de articular-se especialmente os investimentos na Metrópole, principalmente com: a) os fluxos turísticos do Litoral Norte e da região do Baixo Sul, através da Baía de Todos os Santos; b) as demandas do setor industrial da Macrorregião de Salvador; c) os equipamentos da Macrorregião

que compoõem o sistema articulado de transporte multimodal, com os eixos viários estruturais do Estado; d) os fluxos dispersos que provêm das produções distintas e de menor porte, localizadas em várias das regiões do estado da Bahia.

As **idades comerciais de porte interestadual** podem ser consideradas como aquelas que foram formadas pela intercessão de fluxos sociais e econômicos locais, com os fluxos de passagem pelo estado. São as áreas urbanas que têm um porte comercial de atendimento a um vasto (relativamente a outras cidades comerciais do estado) território local e que contam com uma localização estratégica, para dar também

Mapa 6 – Especialização urbana na Bahia



suporte à circulação de mercadorias e de pessoas entre outros estados do País. Isso pressupõe que essas cidades, conformadas ou não em rede linear, em torno de eixos de transportes, apresentem demandas especiais, para responder a esse duplo papel. São as cidades localizadas ao longo das quatro rodovias estruturantes, da circulação física das mercadorias e de pessoas no estado, quais sejam: Teixeira de Freitas, Eunápolis, Itabuna e Santo Antônio de Jesus, ao longo da BR-101; Vitória da Conquista, Jequié e Feira de Santana, ao longo da BR-116 (duas rodovias que interligam as regiões Sul-Sudeste e Nordeste do Brasil); Barreiras, ao longo da BR-242, e Juazeiro, ao longo da BR-407, duas rodovias que articulam os fluxos da região Central e Centro-Nordeste do Brasil com a Metrópole (Mapa 6).

Nessas cidades haverá demandas para investimentos em equipamentos de apoio, notadamente em serviços, comércio, educação e saúde, de abrangência regional. Pelo fato de se localizarem ao longo de vias estratégicas de circulação, com outras regiões ou estados brasileiros, elas também assumem destaque na estratégia de fixação desses fluxos de passagens e de irradiação maior dos seus resultados, para um vasto território baiano. Essa importância também fica presente na sua maior capacidade de irradiação dos investimentos de qualificação, para apoio macrorregional. Mais ainda, as cidades de Juazeiro, Barreiras, Teixeira de Freitas e Vitória da Conquista, localizando-se nas fronteiras com os estados de Minas Gerais, Espírito Santo e Pernambuco, têm mais uma função estratégica, qual seja a de atrair fluxos de parte do território desses estados, para o interior do estado da Bahia.

A princípio, não é possível caracterizar os equipamentos comuns dessas cidades, porquanto algumas delas estão articuladas complementarmente com outras cidades, tais como Eunápolis e Porto Seguro, Itabuna e Ilhéus, Feira de Santana e a Metrópole, Juazeiro e Petrolina, esta última no estado de Pernambuco. Essa associação configura bi polos urbanos, cujas características são de duas cidades com funções complementares, mas funcionando como se fossem uma só. Cada uma delas desempenha uma função, aquela que é mais apta a realizar por conta das suas características físico-locais, frente à produção que a capacita para tal e que exige suporte para as suas realizações. No caso dessas cidades que formam bi polos urbanos, devem ser consideradas para as estratégias locais as suas funções de complementaridade. Entretanto, no caso de Juazeiro, devem ser adotados esforços para que a cidade recupere a liderança na centralidade dos fluxos de fronteiras, uma vez que ela tem uma importância especial na composição do transporte intermodal no estado da Bahia. É na cidade de Juazeiro que haverá a guinada ou o transbordo dos modos hidroviário e ferroviário, com destino ao Porto de Salvador ou de Suape, em Pernambuco. A qualificação de Juazeiro, onde está situado o Porto da hidrovía do São Francisco (investimento do governo da Bahia), é estratégica para atrair os serviços de apoio ao sistema e possibilitar o adensamento da rede urbana com elementos de infraestrutura (PORTO; CARVALHO, 2000).

O que é importante precisar na definição das estratégias, voltadas para o fortalecimento dessas cidades comerciais de abrangência inter-regional é que elas devem aliar o seus três papéis, quando isso for o caso: responder aos fluxos sociais e econômicos de passagem, atender às demandas regionais e, em alguns casos, exercer da melhor forma a sua parte na constituição de polos urbanos.

As **cidades comerciais de abrangência local** exercem um papel hierarquicamente inferior ao das cidades comerciais, de abrangência inter-regional. São áreas urbanas que concentram fluxos comerciais, formados pela circulação das mercadorias, produzidas nas imediações do seu território ou produzidas em outras regiões e que exercem a liderança sobre pequenas cidades de menor porte, localizadas nas suas proximidades. Isso estimula a comercialização, que pode ocorrer em forma de outras mercadorias, em capital moeda, em poupança, em investimentos, entre outros, e que utiliza os seus elementos de infraestrutura para rebaixar os seus custos operacionais.

Esses papéis dão a essa rede de cidades uma função de centralidade de fluxos econômicos e sociais, frente a outras áreas urbanas que lhe são complementares no processo, porém apresentam porte e intensidade de fluxos menores. Para cada caso há demandas diferenciadas, em função do porte dessas cidades e das suas relações com a produção de características também diferenciadas. Daí porque se pode dizer apenas que, no geral, essas cidades comerciais, de abrangência local, devam se qualificar para oferecer equipamentos comerciais, de serviços, educacionais, de saúde e institucionais ou mecanismos de políticas urbanas com raio de abrangência regional. São elas: Itapetinga, Irecê, Jacobina, Serrinha, Senhor do Bonfim, Brumado, Guanambi, Bom Jesus da Lapa, Cruz das Almas, Itaberaba e Itamaraju.

Há uma diferenciação de responsabilidades entre as cidades desse conjunto, em função das suas associações com outras, de maior porte, que também têm forte influência sobre os seus territórios, quais sejam as cidades comerciais de abrangência inter-regional. Assim, Itapetinga sofre a intermediação de Vitória da Conquista; Serrinha, a de Feira de Santana; Senhor do Bonfim, a de Juazeiro; Cruz das Almas, as de Feira de Santana e Santo Antônio de Jesus; e Itamaraju, as de Teixeira de Freitas e de Guanambi. Essas cidades têm que ser consideradas associadas e articuladas de forma complementar em termos de porte e função dos equipamentos de apoio regional. É indispensável que as suas macroestratégias sejam solidárias e não competitivas ou repetitivas.

As cidades de Irecê, Jacobina, Brumado, Guanambi, Bom Jesus da Lapa e Itaberaba constituem referências urbanas isoladas, juntamente com suas regiões, algumas contíguas, porém sem apresentar grandes rasgos de interferências umas com as outras, senão em forma de redes de circulação e, às vezes, em série. Assim, as estratégias dessas cidades devem incluir maior possibilidade de solidariedade com seus

municípios, que desfrutam dos mesmos interesses e que reconhecem a primazia ou importância da sua centralidade (cidades de abrangência regional).

As **cidades especiais** podem ser consideradas aquelas que foram formadas e ainda subsistem às custas de uma dada plataforma de produção ou de um investimento em infraestrutura, ou de um evento institucional. Nessa classificação se encontram as cidades de Camaçari, e de Alagoinhas (em menor escala), cujas bases de sustentação são de cunho industrial. Além disso, duas outras cidades são aí incluídas, não por serem industrializadas, mas por estarem atreladas a uma única condição de sustentação: Santo Amaro e Paulo Afonso. Localizada na fronteira de uma região industrial, cuja maior possibilidade de crescimento se encontra no setor industrial, a cidade de Santo Amaro pode ser classificada como uma cidade de zona industrial. Quanto a Paulo Afonso, por ser formada e funcionar hegemonicamente como cidade de apoio à geração de energia elétrica para toda a região nordestina do País, pode ser considerada como uma cidade institucional. As estratégias dessas cidades estão atreladas diretamente às demandas e possibilidades de crescimento dessas unidades produtivas. São estratégias com forte grau de solidariedade com todos os outros municípios, sendo que, para o caso de Santo Amaro, é indispensável reforçar seus laços de coesão e articulação com a Macrorregião de Salvador ou com o Eixo de Desenvolvimento do Grande Recôncavo⁸ (PORTO *et al.*, 2001); e, para o de Paulo Afonso, é preciso reforçá-lo como centro de atração de fluxos das cidades próximas e localizadas nos estados de Pernambuco, Alagoas e Sergipe.

As **cidades do turismo**, apesar de poderem ter sido consideradas fruto de um evento especial e, portanto, de estarem no rol das cidades especiais, mereceram uma distinção pelo forte apelo desse setor no estado da Bahia. São as cidades que se tornaram hegemonicamente centro dos fluxos turísticos nacionais e internacionais e que se reordenaram para oferecer equipamentos adequados para essa finalidade: Porto Seguro, Valença e Ilhéus. Em todas essas cidades ocorre um fenômeno de urbanização, próprio da atividade, ou seja, uma conurbação de equipamentos turísticos, na direção dos municípios litorâneos vizinhos. Isso configura um modelo de urbanização, caracterizado por uma espécie de sucessão de construções, formado por unidades que se caracterizam como enclaves, uma vez que contêm grande parte dos elementos de apoio à atividade dentro de um mesmo espaço. Entretanto, são dependentes da

8 Conforme mencionado, os Eixos de Desenvolvimento compõem uma estratégia de desenvolvimento regional do governo da Bahia, cuja definição territorial ocorreu a partir dos grandes eixos de circulação nacional que trespassam o território baiano (pelo vale do rio São Francisco e pelos sistemas rodoviários do litoral do Estado) e dos eixos transversais que articulam fisicamente a circulação de mercadorias e de pessoas entre o vale do rio São Francisco e o litoral baiano. A metodologia e seus resultados foram inspirados nos eixos de desenvolvimento do Brasil, definidos pelo "Programa Brasil em Ação" e rebatidos no "Plano Plurianual de Investimentos para os anos 2000-2003" (litoral do Estado) e dos eixos transversais que articulam fisicamente a circulação de mercadorias e de pessoas entre o vale do rio São Francisco e o litoral baiano. A metodologia e seus resultados foram inspirados nos eixos de desenvolvimento do Brasil, definidos pelo "Programa Brasil em Ação" e rebatidos no "Plano Plurianual de Investimentos para os anos 2000-2003".

diversidade do conglomerado e articulam-se por meio de elementos de infraestrutura adequada, principalmente de comunicações e de transportes. São conformações que, como apoio apenas às atividades turísticas, carecem desenvolver equipamentos, para apoio aos viajantes, como é o caso de Porto Seguro. Quando isso ocorre, a cidade se constitui como bi polo, onde a área urbana complementar exerce o papel de centro comercial tradicional, como é o caso de Eunápolis. Nas cidades que foram constituídas também para exercer o papel de apoio comercial a uma dada região, embora isso tenha um papel secundário, como é o caso de Valença, há uma tendência para que seja criada uma frágil concentração de equipamentos com essa finalidade, embora não com um porte, capaz de ser considerado como estrutural ou estratégico para a sua centralidade. Mas há cidades, como é o caso de Ilhéus, que exercem várias funções, entre as quais as atividades turísticas. É esse fator que permite a conformação do bi polo com Itabuna, cidade que tomou para si as funções de centro comercial, conforme relatamos anteriormente. A recente apropriação de papel turístico da cidade de Ilhéus lhe confere hoje uma urbanização com elementos que se agrupam em formatos próprios, para exercer suas múltiplas funções. Trata-se do desenvolvimento de equipamentos litorâneos, com tendência à conurbação com os municípios de Itacaré e Una, favorecendo uma expansão urbana norte-sul, e de uma concentração de atividades voltadas para o segmento atacadista do comércio — exportação do cacau — e para os serviços de apoio às atividades industriais, valendo salientar que tudo isso ocorre no antigo centro da cidade histórica de Ilhéus. O porte demandado por essas últimas atividades não exigiu uma descentralização comercial da cidade, cujas unidades de comercialização e de serviços ainda continuam no mesmo ambiente da fase áurea da produção cacaueira. É a atividade turística que altera Ilhéus e é por isso que ela pode ser classificada no grupo de cidades do turismo.

INDUÇÃO ESTATAL

SUPORTE INSTITUCIONAL

Vimos que a realidade baiana não mais permite que o seu reconhecimento seja efetivado por identificação de fluxos, tendo como objeto um território contido por limites rigorosos, tal como ocorria nos estudos para planos regionais tradicionais, normativos e com prazos longos de realização. É certo que ainda há fluxos de mercadorias e de pessoas que podem ser identificados com tal critério, mas eles não mais representam os movimentos principais e estruturantes para a grande maioria dos casos.

Neste trabalho, não foi adotado o conceito de região bidimensional. Para efeito de planejamento estratégico e de administração pública, em seus novos contornos de controle, avaliação e oferta de equipamentos básicos para a população, adotamos o conceito de áreas estratégicas de desenvolvimento, que, na Bahia, podem ser considerados

os Eixos, sobre os quais aqui se discorreu, e os pontos estratégicos, encontrados nas 30 cidades mais importantes. Portanto, substituindo o conceito de planos (antigas regiões), com abordagem territorial, passamos a considerar espaços macroestratégicos e cidades que formam a estrutura do desenvolvimento estadual. Os espaços macroestratégicos não têm, necessariamente, a responsabilidade e a necessidade de fixar rigorosamente os limites das áreas, mas marcam seu território pela capacidade de acompanhar constantemente a realidade internacional e a inserção da Bahia no cenário sul-americano. As ações administrativas também não terão necessidade de uniformizar os limites regionalizados, para executar as políticas de cada secretaria setorial. Importa, sim, que essas ações estejam centradas em cidades estratégicas e que elas possam ser articuladas intersecretorialmente.

Assim, o rebatimento prático dessa conduta, vai-se verificar em dois planos de ação estatal: o primeiro, de ordem geral e estratégico, no qual serão fixadas as macroações estratégicas para as distintas espacialidades baianas; o segundo será constituído pelas ações administrativas, efetivadas a partir de pontos de concentração do apoio público, com a instalação de espécies de SACs públicos, para atendimentos descentralizados e com um ponto de ligação entre as políticas gerais e específicas territorializadas. Trabalhos realizados nesta SPE, pela Coordenação de Políticas Regionais e Urbanas, mostrou que, no governo do estado, existem 20 formatos diferentes de regionalização, constituídos a partir de critérios diferenciados, para fins distintos, segundo as necessidades de cada secretaria setorial. Todas essas secretarias recorrem ao estabelecimento de sedes regionais, variando a sua localização entre 7 e 32 cidades, que se tornam responsáveis pela articulação de todas as suas ações setoriais. A unificação tornou-se impossível, dados os critérios e os interesses diferenciados das setoriais. Mas se compararmos essas cidades com as 30 que consideramos neste trabalho, podemos concluir que há divergência na escolha de algumas cidades, mas que os centros geográficos se equivalem.

Em substituição às antigas regiões, utiliza-se apenas uma política de indução ao agrupamento de municípios, por interesse oportunístico, tanto em função do objetivo quanto do tempo de realização das ações. Assim, as prefeituras, em agrupamentos diferenciados, gradativamente poderiam viabilizar as ações estratégicas macrorregionais, desde que manifestassem o interesse comum de viabilizar o desenvolvimento baiano. Além de tratar-se de um formato flexível e prático, tal comportamento do governo do estado estimularia uma saudável competição entre grupamentos de interesses de municípios e uma identificação mais adequada dos problemas e das suas soluções, porquanto isso estaria sendo realizado pelos agentes locais de desenvolvimento. Essa postura não exigiria nenhuma ação institucionalizada por Lei, mas exigiria comportamentos diferenciados dos atuais, de fácil implantação e de resultados passíveis de avaliação, tal como veremos a seguir.

DESCENTRALIZAÇÃO DAS AÇÕES INSTITUCIONAIS

Os papéis desenvolvidos pela rede de cidades já foram mais definidos e mais acentuados, quando a economia tinha um cunho mais regionalizado, com a presença mais marcante do Estado, na promoção do desenvolvimento nacional, e as áreas urbanas tinham maior presença regional na articulação dos fluxos sociais e econômicos. Hoje, com a mundialização desses fluxos, com a reformulação do papel do Estado — voltado agora principalmente para regular a economia, embora ainda tenha participação no fomento ao desenvolvimento —, com a reorganização da produção — voltada para enfrentar a competitividade numa escala mundial — e com os avanços nos meios de comunicação e de transportes, as relações de fluxos, entre as cidades ocorrem em maior intensidade, o que quebra em muito a hierarquia da rede, mas não a destrói. Tudo isso permite, por exemplo, que as mercadorias circulem e sejam comercializadas diretamente entre as “praças”⁹, sem maiores intermediações de outras “praças”, e também permite uma maior concentração do controle administrativo e financeiro dos negócios mundiais em uma determinada cidade (notadamente dos países mais ricos). Como resultado, as cidades têm, num sentido, maior independência da relação com outras do que antes, o que desestimulou bastante as integrações regionalizadas, restritas a territórios antes controlados internamente. Por outro lado, as cidades e seus fluxos sociais e econômicos ficaram mais dependentes dos procedimentos centralizados da produção em unidades e em países centrais, que reformatam seus costumes e reconsideram suas culturas, em troca da uniformização de alguns comportamentos sociais. Isso também faz com que o Estado, e aqui dando-se mais ênfase ao papel do governo do estado da Bahia, tenha que alterar suas estratégias de atuação no fomento ao desenvolvimento. O governo estadual ainda tem papéis importantes para promover o desenvolvimento, mas parte do papel de planejar, antes atribuído ao Estado, agora passa para a esfera das empresas, controladoras dos serviços privatizados de infraestrutura. Essa é uma alteração significativa nos instrumentos de controle do crescimento urbano, agora utilizado de forma repartida, atomizada e flexibilizada.

Mas para os municípios estabeleceram-se novas possibilidades de interagir com outros lugares, com outros atores, com uma nova estratégia, em que o esforço próprio se tornou fundamental para enfrentar suas limitações. A necessidade de concentrar o foco em suas potencialidades é um fator preponderante como ponto de partida para o desenvolvimento de cada município, nos aspectos que dependem das suas próprias forças.

Dentro desse enfoque, ganha importância, neste trabalho, o estímulo do governo do estado às cidades, como ente político que dispõe de instrumentos capazes de fomentar parte do desenvolvimento social e econômico do seu território. Assim, esse

9 Praça é uma expressão utilizada pelos atacadistas e varejistas para designar uma dada clientela de uma cidade, para efeito de venda de mercadorias.

processo tem como princípio premiar os esforços locais, articulando suas ações com o governo federal e com instituições internacionais — bancos, ONGs, etc. São ações que deverão ser utilizadas para potencializar as vantagens locais, criando as possibilidades de desenvolvimento de novas tecnologias e mecanismos, capazes de criar ambientes propícios ao fomento da produção, da circulação no território baiano e da maior articulação da rede principal de cidades.

Nessa escala das intervenções sobre a rede urbana, devem-se priorizar: o estímulo ao espírito empreendedor; a qualificação dos recursos humanos; o esforço da irradiação territorial de informações adequadas; a elevação do grau de educação, de forma universalizada e a estruturação moderna e adequada das instituições locais. Tudo isso pode ser realizado a partir da identificação constante das limitações e possibilidades de cada cidade, frente aos outros mercados regionais e internacionais.

A competitividade irá se expressar a partir da necessidade de que a rede urbana da Bahia seja competitiva para melhorar o seu desempenho. Isso, necessariamente, traduzir-se-á em processos específicos, tanto de solidariedade, por um lado, quanto de competitividade com outras cidades, de outro. O papel do governo do estado é exatamente o de articular os processos e permitir o melhor desempenho do conjunto da rede.

As cidades não se constituem e não desempenham papéis isolados com suas próprias regiões, mas são articuladas em uma rede de cidades, que contém regiões distintas e que são distribuídas territorialmente com uma lógica, compatível com densidades de fluxos sociais e econômicos que fazem a concatenação entre cada região ou território, de porte e características diferenciadas.

Estando em rede, as cidades também estarão submetidas aos movimentos sociais e econômicos desde a escala local à esfera internacional, em maior ou menor presença em função de cada caso em particular. Cada cidade tem um papel diferenciado, em que pese a rede de cidades estar articulada e distribuída geograficamente segundo a densidade e as características dos fluxos que lhe são atribuídos. Assim, cada uma das cidades apresenta demandas diferenciadas, cujos tratamentos particulares devem ser fruto da montagem de estratégias específicas. Entretanto, há um traço comum entre as cidades que é o fato de todas estarem subordinadas a políticas estaduais de desenvolvimento, que têm a responsabilidade de compatibilizar as políticas municipais com as políticas nacionais e internacionais, direcionando prioritariamente, num corte institucional para o Estado, os investimentos públicos e regulando ou incentivando investimentos privados.

Compreende-se, entretanto, que ao Governo Estadual compete sinalizar para a sua rede de cidades os papéis e as funções que cada grupamento ou individualidades de

centros urbanos devem desempenhar, para viabilizar uma estratégia de desenvolvimento estadual.

As cidades devem se qualificar, para melhor desempenhar suas funções como centros especializados de desenvolvimento social e econômicos. Cabe a cada cidade, como liderança de um dado território, participar dessas decisões e reivindicar maior e mais qualificada participação, mostrando sua capacidade de identificar suas limitações e de enfrentar as dificuldades.

O princípio desta proposta é reconhecer que essa realidade de funções hierarquizadas é dinâmica, e que o esforço de cada cidade ou região deve ser incentivado e reconhecido como potencialidade para o desenvolvimento estadual. O objetivo será sempre contemplar aquelas cidades que mostram maior desenvoltura para enfrentar a realidade e encontrar soluções para viabilizar suas estratégias. Isso terá limites em função da viabilidade da estratégia estadual, que poderá exigir ações, com a maior presença do Poder Público, nas cidades que são consideradas estratégicas para o desenvolvimento da Bahia, mas que estão em um estágio que carece de estímulo inicial para melhor desempenhar seus papéis no desenvolvimento estadual.

AÇÕES ESTRATÉGICAS

- Estabelecer estratégia para uma política de atuação do governo estadual para fortalecer a rede principal de cidades/regiões, responsáveis pela concentração de dois terços dos fluxos sociais e econômicos da Bahia, conforme pesquisa publicada pela Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (1997).
- Reforçar as áreas ou setores dessas áreas urbanas que tenham significado estratégico para o desenvolvimento estadual.
- Estimular os agentes locais a pensar e agir estrategicamente, com vistas a encontrar novos caminhos para expandir suas atividades econômicas, sociais e institucionais, o que pode repercutir no desenvolvimento local/regional.
- Indicar parâmetros para que o governo estadual possa identificar conjuntos de cidades que tenham as mesmas características e papéis, possibilitando a aplicação de instrumentos por blocos.
- Identificar as áreas de atividades que constituem eventos estratégicos para o desenvolvimento estadual e desenvolvimento das cidades/região.

POLÍTICAS ESPECÍFICAS

Prioridade para investimentos que viabilizem a estratégia de desenvolvimento estadual e, em segundo lugar, investimentos que estimulem as discussões estratégicas para desenvolvimento das cidades. Neste caso, os recursos deverão ser distribuídos,

proporcionalmente aos municípios, segundo a sua importância para o desenvolvimento estadual, estabelecido pelo Plano de Desenvolvimento Urbano para a Bahia. Em cada período, haverá um diferencial para as cidades que obtiverem maior desempenho na aplicação dos recursos, conforme indicadores pré-selecionados.

Prioridade de recursos para a rede urbana principal, definindo percentual no orçamento estadual para investimento em cerca de 30 cidades da Bahia. Cada município poderá ter maior possibilidade para receber valores adicionais, desde que mostre capacidade de mobilização política e de formulação de um plano de desenvolvimento, com participação dos agentes locais. À medida que esse Plano seja formulado com uma perspectiva de solidariedade com outros municípios (maior número de municípios consorciados), os investimentos municipais poderão ser acrescidos de novos valores, a partir de parâmetros a serem definidos no Plano de Desenvolvimento Urbano para a Bahia, cujo esboço é feito a seguir.

- Atuar universalmente nas áreas de educação e de saúde como pressupostos básicos para o desenvolvimento humano.
- Atuar prioritariamente nas atividades econômicas que representem o eixo básico de desenvolvimento macrorregional e que estejam concentradas em determinadas localidades.
- Atuar em elementos de infraestrutura capazes de articular cidades com maiores fluxos intermunicipais, de caráter macrorregional.

O que se espera dessas ações é que todas as principais cidades da Bahia, elencadas anteriormente, elevem significativamente seus indicadores sociais e econômicos e também os do estado da Bahia, apresentem um equilíbrio no desempenho dos indicadores IDS, IDE e PIB, e ocupem os primeiros lugares, na classificação geral dos indicadores sociais (IDS).

Referências

BAHIA. Secretaria do Planejamento, Ciência e Tecnologia. *Quatro cantos da Bahia*. Salvador: SPE, 2001. (Série estudos estratégicos, 4).

COORDENAÇÃO DE AÇÃO REGIONAL (BA). *Programa de Desenvolvimento Urbano – PRODUR*. Salvador: CAR, 1994. Mimeografado.

CORRÊA, Roberto L. *A rede urbana*. São Paulo: Ática, 1989. (Série princípios, 168).

CUNHA, José A.; GUERREIRO, Ana M. de S.; PIMENTA, Raquel A. *Revisão da divisão do Estado em regiões administrativas*. Salvador: CEI, 1991. Mimeografado.

FREITAS, Antônio F. G. "Eu vou para a Bahia": a construção da regionalidade contemporânea. *Bahia Análise & Dados*, Salvador, v. 9, n. 4, p. 24-37, mar. 2000.

LEÃO, Sônia. *Região Sul da Bahia: panorama geoeconômico*. Salvador: CPE, 1992.

NICOLAS, Daniel H. *Los frutos amargos de la globalización: expansión y reestructuración metropolitana de la ciudad de México*. Xochimilco: Universidad Autónoma Metropolitana, 1999.

OLIVEIRA, Francisco de. *Elegia para uma Re(li)gião*. Rio de Janeiro: Paz & Terra; Recife: SUDENE, 1977.

OHLWEILER, Otto A. *Evolução sócio econômica do Brasil*. Porto Alegre: Ed. Tchê, 1986.

ORNELAS, Waldeck; SANT´ANA, Elíria L. de S.; BATISTA, Verilda. *Política de desenvolvimento urbano e regional 1979/1983*. Salvador: CEPLAB, 1980. (Contribuições técnicas, 2).

PORTO, Edgard; CARVALHO, Edmilson. Concentração e descentralização na Região Metropolitana de Salvador. In: SEMINÁRIO DA REDE IBEROAMERICANA DE INVESTIGADORES, 6., 2001, Rosário. *Anais [...]*. Rosário: RII, 2001.

PORTO, Edgard; CARVALHO, Edmilson. *Macrorregião de Salvador*. Salvador: SEI, 1995. (Série estudos e pesquisas, 26).

RIBEIRO, Darcy. *O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

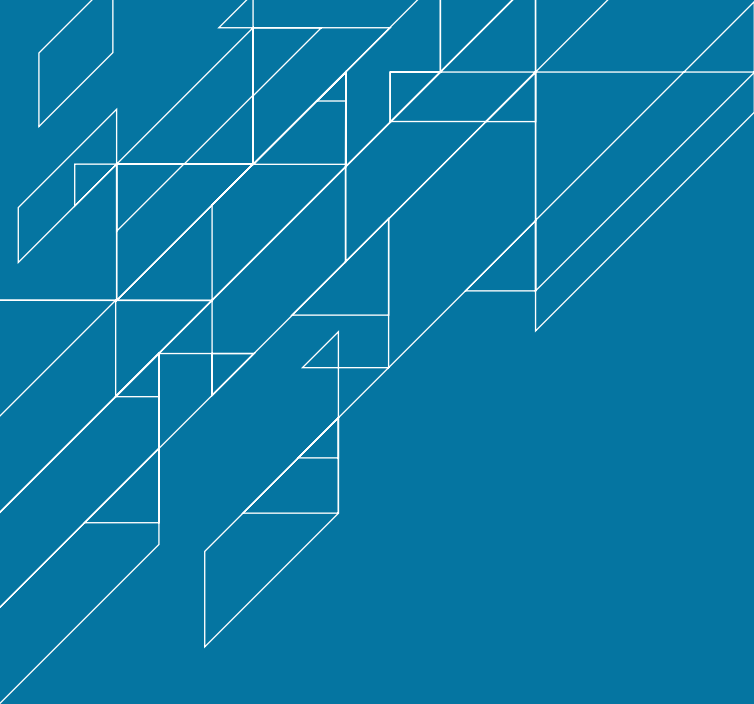
SILVA, Barbara-Christine N.; SILVA, Sylvio C. B. de M. *Cidade e região no Estado da Bahia*. Salvador: UFBA: Centro Editorial e Didático, 1991.

SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA. *Bahia: crescimento populacional 1980-1996*. Salvador: SEI, 1998. 244 p. (Série estudos e pesquisas, 39).

SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA. *Cidades da Bahia*. Salvador: SEI, 1997. (Série estudos e pesquisas, 35).

SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA. *Classificação dos municípios baianos: indicadores selecionados*. Salvador: SEI, 1998. v. 1.

SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA. *Dez anos de economia baiana*. Salvador: SEI, 2002. 280 p. (Série estudos e pesquisas, 57).



ARTIGO]

Os Ciclos Econômicos da Bahia: análise retrospectiva e perspectiva – 1975-2020

Gustavo Casseb Pessoti
Fernanda Calasans C. Lacerda Pessoti
Denis Veloso da Silva

INTRODUÇÃO

Este artigo tem por objetivo fazer uma análise dos ciclos econômicos da Bahia ao longo dos anos de 1975 e 2020, tendo como insumo básico informações extraídas do Projeto de Contas Regionais do Brasil. Para tanto será necessário evidenciar alguns aspectos da metodologia das contas regionais do Brasil (a partir do qual é possível mensurar o Produto Interno Bruto, assim como a evolução real das atividades econômicas) e o agrupamento de períodos de análise, identificado por esses autores como congruentes em relação aos fatos que caracterizam a evolução econômica do estado da Bahia nos últimos 45 anos.

A periodização partiu da observação empírica das taxas de crescimento e dos índices do Produto Interno Bruto (PIB) baiano com base no ano de 1975, o que levou à identificação de períodos distintos: uma fase inicial de intenso crescimento; uma segunda, de crise e recessão; a terceira fase, quando a economia baiana volta a apresentar sinais de recuperação, ao longo da década de 1990; a quarta fase em que a economia baiana consolida o crescimento, alicerçado no significativo desempenho do setor industrial, mediante as políticas de atração de investimentos industriais. Uma quinta fase está sendo proposta em análise perspectiva, que é a discussão do período que vai de 2010 até 2020. A proposta dessa última fase é verificar se os dez anos, que caracterizam a segunda década do século XXI, podem ser considerados como promissores de um novo ciclo econômico para a Bahia ou se apenas se configuram como uma repetição da trajetória de crescimento recente.

A lógica da análise econômica que caracterizou esse período de 45 anos apresentou uma evolução completamente diferenciada, por motivos que oportunamente serão elucidados. Mas, por hora, cumpre esclarecer que a própria lógica que permeou a maior ou menor participação do Estado na intervenção econômica, influenciou decisivamente os processos de descentralização dos investimentos federais e de planejamento do desenvolvimento do país. A partir de um determinado momento da história econômica recente do Brasil, a ortodoxia do pensamento neoliberal de menor participação do Estado nas decisões econômicas condenou os estados que não apresentaram um processo de acumulação capitalista mais “consistente” à estagnação econômica, o que os obrigou a adotar um processo autônomo de planejamento do desenvolvimento local. As estratégias implementadas pela Bahia a partir da segunda metade da década de 1990, de atração de investimentos industriais, por meio de políticas estaduais de incentivos fiscais, corroboram a ideia de um estado subnacional e periférico, que, desarticulado de um projeto nacional desenvolvimentista, buscou ampliar sua participação no processo de geração de riquezas do país, a partir dos seus próprios recursos e forças políticas.

CONDICIONANTES DA ANÁLISE DA EVOLUÇÃO DA ECONOMIA BAIANA

A identificação e análise dos fatores, que, em parte, explicam a dinâmica da evolução da economia baiana, exigem que se leve em conta três aspectos principais:

O **primeiro** deles é a situação político-administrativa do Estado da Bahia, a saber: um Estado subnacional e periférico, inserido em uma economia também periférica.

Estado subnacional é aqui identificado como aquele que não controla as variáveis e políticas macroeconômicas. Nesse caso, está-se diante de um poder político e administrativo não-independente/autônomo, que não formula e não define políticas macroeconômicas e, portanto, tem autonomia restrita e também restrito controle sobre os elementos determinantes da conjuntura econômica – taxa de juros, preços, taxa de câmbio, base monetária etc. Sabe-se que a política macroeconômica é fundamental na determinação do crescimento da economia e, portanto, do ritmo da acumulação capitalista.

Quando se menciona “um estado periférico”, fala-se do processo histórico, da formação socioeconômica. A Bahia, como integrante da região Nordeste, teve uma participação subordinada na divisão nacional do trabalho ao longo da constituição do capitalismo industrial-financeiro do Brasil. Essa região exportava força de trabalho com baixa qualificação, gerava divisa – sendo o cacau uma importante fonte dessas divisas – e era mercado consumidor dos bens finais, produzidos pelas indústrias instaladas na região Sudeste, beneficiada com a política de substituição de importações, implementada pelo Governo Federal.

Entretanto, apesar de o estado da Bahia ter tido alguns benefícios no processo anteriormente mencionado e, por isso mesmo, ter-se constituído no sexto PIB do Brasil, a maioria dos seus indicadores sociais encontra-se abaixo da média brasileira. Isso faz com que as condições estruturais da sustentabilidade da acumulação capitalista sejam precárias, a exemplo do nível de escolarização da população em idade ativa (PIA), da distribuição de renda, da infraestrutura econômica e da situação dos centros de pesquisas e outros.

Estar na periferia de um país periférico significa, para o processo de crescimento econômico, poucos recursos de capital e trabalho para uma acumulação sustentada. Essa condição decorre, em parte, das necessidades básicas não-atendidas ao longo da história, do nível de arrecadação estatal e da baixa geração de poupança interna.

Quanto à organização político-administrativa do Estado da Bahia é importante salientar que a escassez de recursos públicos, a impossibilidade de definição de políticas macroeconômicas de curto, médio e longo prazo e o sério quadro de carências sociais e econômicas, resultam em conflitos e tensões permanentes e na necessidade de busca de poupanças externas, no âmbito federal e internacional.

O **segundo** aspecto é a discussão sobre o recorte político-administrativo de um estado subnacional e sua análise econômica. A definição deste recorte, no caso do estado da Bahia, não obedece a critérios econômicos e sociais. Sua configuração possui um caráter mais político e histórico da formação social – portanto, remonta a economia que não mais existe, como, no caso da Bahia, a economia colonial e o modelo primário exportador a ela associado. A análise econômica não pode estar restrita a este recorte. É fundamental compreender a dinâmica econômica fora deste território e analisar os impactos sobre ele. E, assim, ver as tendências e as possibilidades da ação do administrador público que possui um orçamento para ser gasto no território definido legalmente. Portanto, para a análise econômica o recorte de estado é insuficiente, devendo extrapolar o político-administrativo local e, abranger, além deste, todo um conjunto de atividades econômicas que a ela se relacionam.

É preciso, então, partir para a noção da economia que ocorre no estado da Bahia e menos a noção da economia baiana, ou seja, é necessário entender como a dinâmica global e nacional se rebete e se relaciona com a sociedade instalada no território baiano e como os administradores públicos locais entendem e interagem com esta lógica.

Dentro desta lógica de pensamento pode-se afirmar que a formação econômica recente do estado foi constituída sob a égide do Modelo de Substituição de Importações Brasileiro – MSI (1930-1980), projeto Cepalino¹ que implementou a industrialização no país. O processo de inserção do território político e administrativo da Bahia no cenário nacional e global moldaram uma estrutura econômica globalizada, concentrada, espacial, setorial e socialmente. Isto ocorreu a partir da formação de dois grandes pilares de sustentação:

- um que é complementar a matriz industrial brasileira e se estabelece com a produção de insumos industriais, principalmente químicos e petroquímicos;
- um segundo que se caracteriza por ser uma *economia integrada* ao agronegócio brasileiro e mundial de grãos, frutas e papel e celulose.

1 Projeto de desenvolvimento econômico baseado nas ideias e argumentos de autores vinculados à Comissão Econômica para América Latina e Caribe (CEPAL), que visava promover a industrialização das economias latino-americanas e o desenvolvimento socioeconômico da região.

Esta *complementação e integração* fizeram da economia baiana a sexta do país e um espaço importante da acumulação de capitais a nível global. Por outro lado, o modelo de desenvolvimento formou uma sociedade com uma grande concentração espacial, socioeconômica e setorial da riqueza e do produto interno, além de diversos contrastes, como o fato do estado “abrigar” a maior população rural do país e o maior contingente de produtores simples de mercadorias e de subsistência.

Em linhas gerais, do ponto de vista da dinâmica socioeconômica e sua relação espacial, observa-se no estado da Bahia três grandes áreas, cada uma com características específicas: o Litoral, o Oeste e o “miolo” ou o semiárido. Os “polos dinâmicos” da economia baiana estão concentrados nas bordas do território (litoral, Oeste e limites estaduais) e estabelecem fracas relações entre si, sendo atividades basicamente voltadas para o mercado externo e alguns polos de serviços e turismo (MENEZES, 2000). Dentre os polos mais relevantes, destacam-se: os municípios da Região Metropolitana de Salvador (RMS), articulados com Feira de Santana e com os municípios de Alagoinhas, Catu e Pojuca (RMS ampliada) onde está a maior parte da produção petroquímica do estado; o Extremo Sul, com o turismo em Porto Seguro e adjacências e com os municípios de Eunápolis, Belmonte e Mucuri, cuja atividade relevante é a produção de papel e celulose; o Cerrado baiano, onde o cultivo de grãos nos moldes do agronegócio globalizado determina o vetor de crescimento desta região; a região de Juazeiro, importante centro logístico, que agrega valor ao PIB estadual com atividades de fruticultura; Vitória da Conquista, Itabuna e Jequié, sendo polos de serviços; e Ilhéus e Itabuna, como polos agrícolas, ainda ligados à atividade cacauzeira.

O “miolo” ou o Semiárido, que representa 2/3 do território e onde residem 46% da população do estado, é pobre economicamente – sua base econômica é uma agricultura familiar não capitalizada – e as condições climáticas são adversas para a prática agrícola, necessitando de investimento em capital e externalidades para o seu desenvolvimento. Ainda assim, são encontradas nesta região “ilhas de desenvolvimento” ou de “modernidade” e locais com “vantagens competitivas naturais”, relacionadas com a extração de minerais como urânio e minério de ferro; turismo na Chapada Diamantina e algumas áreas com uma agricultura familiar irrigada e cooperada.

Ressalte-se, entretanto, que na Bahia não se desenvolveram municípios de porte médio e redes de cidades com dinâmicas complementares, mas sim cidades que polarizam algumas regiões do estado. Fato – não único – que dificultou uma integração do território, bem como limitou a geração de externalidades das atividades econômicas que foram atraídas, sobretudo para a Região Metropolitana.

O **terceiro** aspecto é a forma de participação da economia baiana no processo de divisão regional do trabalho no Brasil, ou seja, a forma como os fluxos econômicos, que atuam nos seus limites geográficos, se articula com o centro dinâmico do capitalismo brasileiro e com outros, no plano internacional.

Cabe salientar que a inserção da economia baiana na divisão nacional do trabalho dá-se da seguinte forma: a) o estado da Bahia é um centro de geração de divisas para o país; b) é produtor de bens intermediários e matérias-primas para a indústria instalada no Sudeste do país; c) é um grande mercado consumidor de produtos finais, vindos das regiões Sudeste e Sul do país; d) é fornecedor de mão-de-obra, uma vez que perde população, com os processos migratórios.

Com essa compreensão da economia baiana, buscou-se a identificação dos principais fatores que explicam os movimentos e fluxos econômicos no espaço geográfico, político e administrativo do estado da Bahia, a seguir discriminados:

1. Cenário macroeconômico nacional – portanto, as políticas macroeconômicas de curto prazo;
2. Políticas macroeconômicas de longo prazo, fiscal, regional, tributária e de emprego e renda;
3. Processo de formação histórico, social e econômico;
4. Cenário internacional, ainda que de forma mais indireta;
5. Organização político-administrativa local, capacidade de investimento e de concessão de incentivos, etc.;
6. Condições naturais, ambientais e culturais;
7. Fatores estruturais da competitividade, que são, em boa medida, consequência imediata das políticas anteriormente citadas: nível educacional/escolarização da população em idade ativa, infraestrutura econômica – transportes, comunicação, energia; infraestrutura básica – esgoto, água e saúde; controle ambiental; existência de centros de pesquisa.

BREVES CONSIDERAÇÕES METODOLÓGICAS PARA MONTAGEM DAS SÉRIES ESTATÍSTICAS DO PERÍODO 1975-2010

As Contas Regionais, elaboradas sob metodologia uniforme, para todas as Unidades da Federação, estão atreladas aos procedimentos implementados em âmbito nacional, de maneira que os seus resultados sejam comparáveis entre os diversos estados e o total dos mesmos convirja com o total do país.

Desde o início do ano de 2007, quando o IBGE lançou a nova série metodológica das contas nacionais, os institutos de pesquisa do país começaram a realizar estudos

para examinar os possíveis rebatimentos desta mudança, no cálculo do Produto Interno Bruto (PIB). Os rebatimentos envolviam, desde uma nova concepção para os estudos de economia regional, até mudanças nos programas setoriais, que utilizavam o PIB como referência para transferências de recursos.

Assim, as séries regionais foram revisadas, de forma que sua metodologia e a base de dados fossem completamente integradas com a série das contas para o Brasil. Desta forma, passam a incorporar, integralmente, as pesquisas anuais do IBGE (dentre elas a Pesquisa Industrial Anual, Pesquisa Anual dos Serviços, Pesquisa Anual do Comércio e a Pesquisa Anual da Indústria da Construção Civil), as informações anuais da Declaração de Informações Econômico-Fiscais da Pessoa Jurídica, os resultados da Pesquisa de Orçamentos Familiares de 2003, o Censo Agropecuário 1996 e passam a adotar uma classificação de atividades e produtos compatíveis com a Classificação Nacional de Atividade Econômica (CNAE). A nova série de contas regionais, escolheu como referência inicial o ano de 2002, passando a ser divulgada com 17 atividades econômicas que, desse modo, são ajustadas com os dados do Brasil, em valores constantes e correntes.

Parece indiscutível para todos analistas que trabalham com as informações provenientes da contabilidade social, que o novo enfoque de contas regionais, ora em vigor é muito mais “robusto” do que aquele que vigorava até o ano de 2007 e que se baseava nas extrapolações de índices de volume e preço, tomando como base o ano de 1985. Outrora, quando existiam censos econômicos realizados quinquenalmente, era possível, com base em critérios estatísticos, analisar a consistência dos dados, estimados entre os períodos não cobertos pelo censo econômico. Entretanto, a partir de 1985 não foram mais realizados censos econômicos, o que condicionou às estatísticas de contas regionais a extrapolação das informações daquele ano de referência, baseada em índices de volume e preços, discutidos em metodologia específica e nacional.

A utilização de índices de volume não causava grandes distorções no cálculo do PIB, pois partiam da base de dados de pesquisas conjunturais e estruturais que ainda hoje são tomadas como referência para a mensuração do crescimento real das atividades econômicas. Além disso, as pesquisas utilizadas como referência para a montagem dos índices de volume, tomavam como marco inicial cada uma das Unidades da Federação, de forma que eles refletiam o crescimento físico (ou crescimento real) do nível de atividade de cada um dos estados brasileiros.

Entretanto, para o caso dos índices de preços não existiam estatísticas no Brasil, em nenhum dos institutos de pesquisa existentes, que estivessem regionalizadas de acordo com as especificidades de cada atividade econômica estadual. Assim sendo,

para o cálculo do valor corrente das atividades econômicas, era necessário recorrer à utilização de índices que no máximo davam cobertura às Regiões Metropolitanas (como os Índices de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA – mensurados pelo IBGE), bem como os índices calculados pela Fundação Getúlio Vargas (como o Índice Geral de Preços de Mercado – IGPM – e os Índices de Preços por Atacado – IPA), cuja cobertura nacional, não refletia as especificidades regionais de economias completamente diferenciadas entre si e com a própria economia brasileira. A época, esse era o procedimento que permitia agilidade, comparabilidade entre todos os estados do Brasil (dentro dos preceitos de um procedimento metodológico único e universal para todas as Unidades da Federação brasileira). Mas, principalmente, sem censos ou pesquisas econômicas que mensurassem o valor corrente das atividades econômicas, a utilização desse procedimento estatístico de índices de preços regionais e nacionais era a única forma de contabilizar uma *proxy* do Produto Interno Bruto Estadual.

A partir de 2007 esses problemas foram minimizados pelas pesquisas de corte estrutural do IBGE, citadas anteriormente. Com a incorporação dessas pesquisas foi possível regionalizar as informações, segundo as mais diferentes atividades econômicas e as Unidades da Federação. Isso quer dizer que as pesquisas já fornecem informações do valor bruto de produção, consumo intermediário e do valor adicionado das atividades econômicas, sobretudo do setor industrial e do setor de serviços.² Seguindo a orientação da nova metodologia, o valor corrente e constante das atividades, já é automaticamente calculado com base nas novas pesquisas (Pesquisa Industrial Anual, Pesquisa Anual dos Serviços, Pesquisa Anual do Comércio e Pesquisa Anual da Indústria da Construção). Com o valor corrente, valor constante e com os índices de volume, agora é possível encontrar os índices de preços regionalizados de maneira implícita.

Entretanto, para montar as séries estatísticas para análise dos ciclos econômicos que serão evidenciados na próxima seção do artigo, havia um desafio a ser superado: reconstruir a base de dados para o período de 35 anos, utilizando um único processo metodológico. Se a nova metodologia de cálculo das contas regionais é muito mais apropriada para mensuração do nível da atividade econômica, de outra parte ela provocou uma grande limitação para os estudos de história econômica, que se utilizam da base de dados das atividades econômicas que compõem o PIB estadual. Essa limitação se deve ao fato de que as novas pesquisas do IBGE só dão cobertura para o período pós-1995, não sendo possível “retropolar” as informações anteriores a esse período com base no mesmo procedimento metodológico. Isso

2 No caso do setor agropecuário, as informações já eram e continuaram a ser trabalhadas com base na Pesquisa Agrícola Municipal (PAM) e Pesquisa Pecuária Municipal (PPM), ambas do IBGE. Além disso, vale lembrar que o censo agropecuário foi o único entre os censos econômicos que continuou a ser atualizado no período pós-1985.

dificultaria, por exemplo, afirmar qual era o valor do PIB da Bahia em 1975 e, por conseguinte, como se distribuíam as atividades primárias, secundárias e terciárias da economia baiana.

No entanto, a proposta desse artigo não se limita em analisar a estrutura da economia baiana, mas, sobretudo, os padrões de crescimento econômico ao longo dos anos (segmentados por período, de acordo com o principal fato gerador do desempenho econômico). Assim sendo, como em ambas as metodologias, a base da informação utilizada para a mensuração do índice de volume (que é usado para verificar o crescimento real da economia), é a mesma, não estaríamos, estatisticamente falando, incorrendo em erro ao se analisar toda a série disponível (a base de dados de contas regionais da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia – SEI abrange o período de 1975 a 2010). Isto é, poder-se-ia dizer que, embora sob enfoques metodológicos diferentes, a evolução econômica ou o crescimento real das atividades econômicas está dado por pesquisas conjunturais que sempre foram utilizadas (em ambas as metodologias). E se os fatos históricos não mudam em função da diferenciação metodológica, também a conjuntura econômica é a mesma, independente da forma como se pode “enxergar” o somatório das atividades econômicas em valores correntes (ou em linguagem mais simplificada, o PIB).

Isso permitiria analisar, por exemplo, as informações de cada uma das atividades econômicas, mas ainda assim haveria um problema: para analisar o desempenho do PIB, como um todo, enquanto somatório das diferentes atividades econômicas, seria necessário utilizar uma ponderação, que indicasse o peso de cada uma dessas atividades, para que o crescimento ponderado de cada atividade refletisse o crescimento do PIB, como um todo. E como nesse caso não havia um procedimento consensual a ser seguido, para chegar ao resultado da evolução do PIB no período anterior a 1995, decidiu-se pelo seguinte procedimento estatístico: utilizando-se da média histórica da relação de valor agregado/valor bruto da produção da série de dados 1995-2000, foi reconstruído o valor corrente do PIB baiano para 1994. A partir desta etapa, foram utilizadas as variações dos índices de preço (deflatores do PIB, por setor de atividade), da metodologia antiga de acordo com cada um dos setores da atividade econômica que podiam ser agrupados da mesma maneira em ambas as metodologias³. Isto é, toda a série 1975-1994 foi “retropolada”, utilizando índices de volume que continuam sendo utilizados na metodologia, atualmente em vigor para análise do crescimento real da economia e a variação dos deflatores implícitos da metodologia antiga (essencialmente formados pelos Índices de Preço por Atacado,

3 Ainda de acordo com Figueiroa e Pessoti (2008), quando a apuração da diferença de valor foi feita entre a mensuração da atividade econômica na metodologia antiga (aquela que extrapolava os valores do censo de 1985 com índices de volume e preço) e a nova metodologia em vigor desde 2007, ela foi inferior a 10%. Essa margem de diferença foi fundamental para o desenvolvimento desse procedimento estatístico de reconstrução da série nova com base nos índices de preços existentes.

no caso do setor industrial, Índices de Preços ao Consumidor Amplo, no caso dos serviços e pelos preços implícitos, que são obtidos diretamente da Pesquisa Agrícola Municipal – PAM e Pesquisa Pecuária Municipal – PPM para o setor agropecuário), para a reconstrução do valor corrente, única e exclusivamente para que a ponderação interna dos setores vis a vis suas taxas de crescimento, resultassem no desempenho econômico do estado da Bahia para o período considerado nesse estudo.

Nesse sentido, a análise de ciclos, apresentada nesse trabalho, foi pensada seguindo uma periodização específica, com base nas taxas de crescimento do PIB da Bahia. Os gráficos e as tabelas a seguir mostram, com clareza, que entre 1975 e 1986, o PIB baiano cresceu aceleradamente, seguindo-se uma fase de estagnação (1986-1992) e, logo depois, uma retomada do crescimento econômico (1992-2000). Por fim, a partir do ano de 2000, mostram a manutenção e consolidação do crescimento da economia baiana, principalmente associado aos investimentos industriais realizados, bem como ao desenvolvimento do agronegócio da região Oeste do estado, como será explicitado a seguir.

Tabela 1 – Taxa média de crescimento (%) dos grandes setores de atividade do PIB Bahia – 1975-2014

Período	Primário	Secundário	Terciário	Média
1975 – 1986	2,4	8,9	6,4	6,1
1986 – 1992	0,2	0,2	2,7	1,2
1992 – 2000	2,2	2,2	2,7	2,5
2000 – 2010	7,2	2,9	3,4	3,8
2010 – 2014 ⁽¹⁾	2,8	4,1	3,4	3,7
1975 – 2014 ⁽¹⁾	2,7	3,8	3,9	3,5

Fonte: Elaboração própria com base nas informações da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (2006, 2014a).

Nota: (1) Dados sujeitos à alteração.

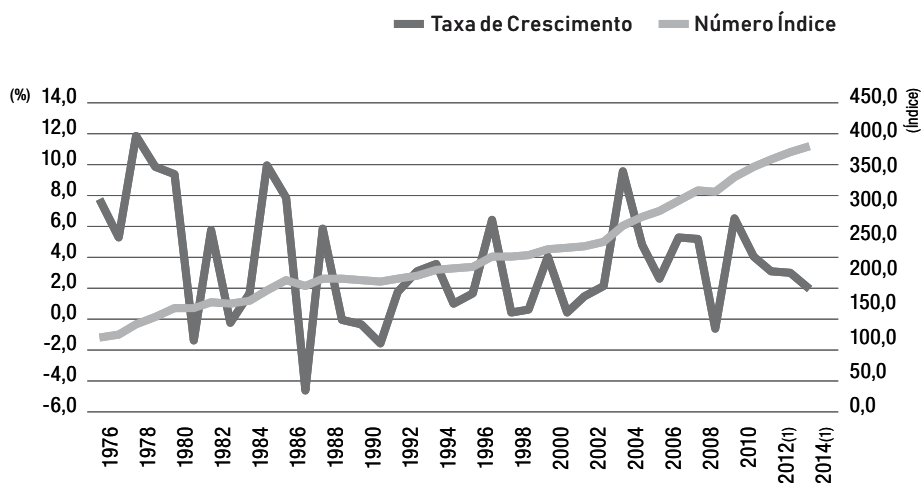
Tabela 2 – Taxa Acumulada de Crescimento (%) dos grandes setores do PIB Bahia – 1975-2014

Período	Primário	Secundário	Terciário	Acumulada
1975 – 1986	29,9	156,4	98,9	92,0
1986 – 1992	1,6	1,1	20,7	8,9
1992 – 2000	22,1	21,2	27,2	25,0
2000 – 2010	113,8	36,9	45,1	50,0
2010 – 2014 ⁽¹⁾	13,1	22,3	18,2	20,2
1975 – 2014 ⁽¹⁾	185,4	331,4	343,6	287,0

Fonte: Elaboração própria com base nas informações da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (2006, 2014a).

Nota: (1) Dados sujeitos à alteração.

Gráfico 1 – Evolução do PIB, segundo taxa de crescimento e número índice – Bahia – 1975-2014



Fonte: Elaboração própria com base nas informações da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (2006, 2014a).
Nota: (1) Dados sujeitos à alteração.

Com toda a base de dados remontada com esse procedimento estatístico, as informações do desempenho econômico setorial da Bahia foram agrupadas, segundo períodos distintos, em função dos, também distintos, padrões de crescimento econômico do estado da Bahia. Cada um desses períodos será analisado nas próximas seções deste artigo.

PERÍODO I (1975–1986): TRANSFORMAÇÕES ESTRUTURAIS E CRESCIMENTO ACELERADO – A ERA DO PÓLO PETROQUÍMICO

O período que vai de 1975 até 1986 tem como característica principal a transformação estrutural do PIB da Bahia, que deixa de ter como “carro-chefe” a agropecuária, passando a ser impulsionado pela indústria. A taxa média de crescimento do PIB foi de 6,1%, sobretudo em função da elevada expansão do setor industrial baiano, que apresentou taxa de crescimento de aproximadamente 9%.

Esse processo teve origem em meados dos anos 1950, embora, até o início dos anos 1970, a estrutura produtiva da economia baiana ainda estivesse fundamentada no setor primário-exportador, que se complementava com a economia de subsistência, praticada em quase todas as suas regiões. Durante décadas essa dinâmica foi comandada pelo ciclo do cacau, que era o principal produto agrícola estadual e o seu maior gerador de divisas.

Contudo, a renda gerada pela cacauicultura foi, em grande monta, alocada no próprio setor, aprofundando e mantendo a monocultura do cacau, sendo também canalizada

para consumo ou investimentos fora do estado, principalmente em imóveis e viagens ao exterior (GUERRA; TEIXEIRA, 2000). Esse setor, por sua vez, devido às suas características estruturais, era incapaz de irradiar seu dinamismo para a economia baiana como um todo. A partir dos anos 1970, com o avanço da industrialização, a estrutura produtiva começa a mudar e perde sua feição agroexportadora. Spinola (2009, p. 490, grifo nosso) assim caracterizou esse período:

Alguns fatores, a seguir comentados, podem ser apontados como principais para o desenvolvimento desse processo. Em primeiro lugar, as políticas macroeconômicas adotadas no país a partir da década de 1930, que alteraram profundamente a divisão nacional do trabalho no Brasil. O principal projeto era o de substituições de importações e é a partir da sua implantação, juntamente com a do processo de desconcentração da economia – promovido pelo Governo Federal e incentivado pelos estados periféricos, dentre eles a Bahia, para reduzir desequilíbrios regionais – que, finalmente, nos anos 1970, a Bahia se insere na matriz industrial brasileira, com a chamada “especialização regional”. Tal especialização levou o Estado a voltar-se para uma industrialização centrada no setor químico, especialmente na petroquímica, e na metalurgia.

Ainda no âmbito de medidas macroeconômicas, é importante salientar os incentivos fiscais e financeiros criados pelo Governo Federal, para atrair investimentos para outras regiões brasileiras que não o Centro-Sul. Entre esses se registra o sistema de incentivos fiscais 34/18/FINOR, que beneficiou o processo de reestruturação da dinâmica econômica da região Nordeste, observando-se que tais incentivos foram, em sua grande maioria, alocados no Estado da Bahia. Isso se deu pela proximidade da Bahia em relação ao Centro-Sul, e pelo fato da produção nacional não oferecer alguns insumos básicos, demandados pela indústria de transformação do Sudeste. Entre os fatores sistêmicos da competitividade, a Bahia contava ainda com as vantagens de ser, à época, a maior produtora de petróleo do país e de já possuir uma refinaria, a Landulfo Alves, situada no município de São Francisco do Conde.

Em relação ao poder local, foi montada uma explícita política industrial, setorial e regional. Além de participar diretamente de alguns empreendimentos, com estudos, investimentos e infraestrutura, o Governo Estadual concedeu um amplo conjunto de incentivos fiscais e financeiros, o que possibilitou ao capital privado, reduzir drasticamente o risco de sua participação no processo produtivo e garantiu vantagens comparativas à Bahia, em relação aos demais Estados do Nordeste.

Em decorrência das medidas acima descritas, vários projetos foram implantados, destacando-se os localizados no Centro Industrial de Aratu (CIA), nos Distritos Industriais do interior do estado e no Complexo Petroquímico de Camaçari (COPEC).

A Tabela 3 evidencia que, a partir de 1975, o setor industrial amplia significativamente a participação na economia baiana.

Tabela 3 – Composição setorial do PIB para períodos selecionados – Bahia – 1960-2014

Anos	Setores		
	Agropecuária	Indústria	Serviços
1960	40,0	12,0	48,0
1970	21,2	12,4	65,4
1975	30,7	27,5	41,8
1980	16,4	31,6	52,0
1986	18,2	43,2	38,6
1990	15,2	31,9	52,9
1992	9,7	36,3	54,0
2000	8,8	28,9	62,3
2010	7,2	30,3	62,5
2014 ⁽¹⁾	6,8	26,7	66,5

Fonte: Elaboração própria com base nas informações de Carvalho Junior, Pessoti e Pereira (2008) e da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (2014).

Nota: (1) Dado sujeito a retificação.

Essas alterações estruturais na economia baiana incrementaram fortemente seu produto interno. Em termos de taxas de crescimento real do PIB, a Bahia superou o Nordeste e o Brasil ao longo da década de 1970. No período entre 1975 e 1986, a indústria cresceu acumuladamente 156,4%, a agricultura 30%, o comércio 117% e as comunicações 1.383% (SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA, 2006). Esse crescimento fez com que a economia baiana aumentasse sua participação na economia nacional – de menos de 4% em 1975 passa a 4,9% em 1985 – e contribuiu de forma positiva para a expansão do setor terciário da economia (em média 6,4% ao ano), particularmente na RMS.

É importante destacar que a consolidação da indústria de transformação, no processo de desenvolvimento econômico estadual, na primeira metade da década de 1980, ocorreu num período de grande recessão e crise da economia brasileira, da qual poucos estados lograram escapar. A Bahia, exatamente pelo avanço da sua indústria, estava entre estes últimos, ou seja, apresentou, malgrado a crise, crescimento do nível de atividade econômica.

Nos anos 1980, iniciou-se uma política de desvalorização cambial que encareceu os produtos importados, resultando no aumento das vendas de produtos petroquímicos, produzidos na Bahia para as indústrias instaladas no “Centro-Sul” do país.

Apesar da economia ter-se concentrado fortemente, principalmente na Região Metropolitana de Salvador, outras áreas do interior do estado também apresentaram

significativo crescimento no final da década de 1970. Entre os destaques tem-se: produção de feijão e cenoura na região de Irecê; expansão do polo cafeeiro na Chapada Diamantina; extração de minérios em determinadas áreas do estado (Caraíba Metais etc.); rápida ocupação do Vale do Iuiú (pecuária e algodão) e desenvolvimento de regiões como o Extremo-Sul, com a extração de madeira.

PERÍODO II – 1986 A 1992: INFLEXÃO E CRISE

A partir da segunda metade dos anos 1980, o vigoroso crescimento ocorrido entre 1975 a 1985 sofre um forte processo de inflexão. Entre 1986 e 1992, o ritmo de crescimento do PIB cai de 6,1% ao ano para aproximadamente 1,2%.

Em onze anos, ou seja, de 1975 a 1986, o PIB baiano, sob o efeito do Polo Petroquímico de Camaçari, cresceu 92% acumuladamente. Entretanto, no período subsequente, entre 1986 e 1992, o crescimento acumulado foi de apenas 8,9%. Em que pese à diferença quantitativa dos anos entre os dois períodos, essa comparação tem como único objetivo salientar que entre 1986 e 1992 a economia baiana apresentou uma grande quebra estrutural na sua tendência de crescimento econômico.

Entre 1986 e 1992, o cenário apresentado foi de recessão, com variação negativa do nível de atividade interna, durante três anos desse período, conforme pode ser observado na Tabela 4.

Tabela 4 – Taxa de Crescimento (%) do PIB da Bahia – 1986-1992

Anos	Taxa de Crescimento %
1986	7,9
1987	- 4,6
1988	5,9
1989	0,0
1990	- 0,3
1991	- 1,5
1992	1,8

Fonte: Pessoti (2008).

Os fatores que explicam essa crise podem ser encadeados da seguinte forma:

- a crise da economia nacional nos anos 1980 (a chamada década perdida), capitaneada pela crise fiscal e financeira do Estado brasileiro, levou à falência o modelo anterior, no qual o Estado era o motor da acumulação capitalista e sob o qual se pautou o crescimento da economia baiana, entre 1975 e 1986. O endividamento interno e externo do Estado, inviabilizou os

investimentos projetados e a manutenção da acumulação capitalista, na forma até então vigente;

- a queda no ritmo de crescimento da economia ocasionou altas taxas de inflação, índices crescentes de desemprego e elevação das taxas de juros, o que desencadeou a chamada “ciranda” financeira e teve, portanto, efeitos negativos diretos na demanda agregada da economia brasileira, principalmente no consumo das famílias e nos gastos do Governo;
- ocorreu um redirecionamento da economia brasileira para o mercado externo: incentivaram-se assim as exportações, que geravam divisas, garantiam o fechamento do balanço de pagamentos e mantinham o nível da atividade econômica.

Os efeitos dessa crise para o estado da Bahia foram altamente negativos, podendo-se destacar alguns deles como os mais graves, como se pode verificar a seguir:

- foram paralisados os investimentos previstos para o Polo de Camaçari e, assim, não foram geradas cadeias produtivas, ou seja, a terceira geração da petroquímica. Dessa forma, a economia baiana permaneceu apenas como produtora de bens intermediários e o Complexo Petroquímico não recebeu novos investimentos;
- diminuiu o ritmo de crescimento da produção da indústria química baiana, tendo esse segmento, nos anos de 1988, 1990 e 1991, apresentado taxas negativas, de 3,6%, 6,8% e 7,6%, respectivamente. Pelo elevado peso que a indústria química tem na estrutura do segmento industrial baiano, os reflexos negativos sobre o PIB foram inevitáveis;
- foi gerada, com a paralisação do processo de investimentos, uma economia duplamente concentrada na formação do PIB: na agricultura, o cacau, em crise, continuava a ser o principal produto de exportação. Na indústria, ocorreu uma elevada concentração em torno do gênero químico. Em termos macroeconômicos, a geração espacial da renda concentrou-se na RMS e no litoral, principalmente na área de influência dos municípios de Ilhéus e Itabuna;
- cresceu a taxa de desemprego na RMS, consequência da forte migração – em parte derivada do fato de a Bahia possuir uma população rural muito grande (ainda hoje a maior do país em termos absolutos, e vivendo de forma precária na região Semiárida) – para essa região, atraída pelo Polo Petroquímico de Camaçari. Esse processo fez de Salvador a terceira mais populosa cidade do país, com uma das maiores taxas de desemprego, dentre as cidades estudadas pelos institutos de pesquisas brasileiros;
- finalmente, identifica-se um último efeito, que se manifestou em meados dos anos 1980, decorrente da reestruturação produtiva mundial: a crise nos produtos tradicionais de exportação da agricultura baiana. A partir

desse período, registraram-se sucessivas quedas nos preços internacionais dessas *commodities*, resultantes do crescimento da sua oferta mundial, com a entrada, no mercado, de novos países produtores, com menores custos médios e maiores rendimentos por hectare. Dentre os produtos baianos, cujos preços caíram, citam-se: o cacau, que também foi atingido pela grave doença conhecida como “vassoura de bruxa”, a mamona, o sisal, o fumo, o café e o algodão. O forte declínio do cacau, principal cultura agrícola do estado, na segunda metade dos anos 1980, ocorre sem que outra lavoura a substitua de imediato.

Apesar da crise nos dois principais setores da economia baiana (a agricultura tradicional e a petroquímica emergente), a política de redirecionamento da economia brasileira para o setor externo, trouxe novos vetores de crescimento econômico para o estado e deu início a um processo de diversificação agrícola e interiorização da produção. Além disso, a petroquímica, graças à política de desvalorização cambial, adotada pelo Governo Federal, conseguiu colocar no mercado externo, parte da sua produção, diminuindo, dessa forma, os efeitos da queda das vendas para o mercado interno.

Assim, esse período, apesar de se caracterizar como uma fase recessiva, é também aquele em que se verifica uma diversificação e interiorização de uma dinâmica que vai se intensificar ao longo dos anos 1990, a saber: ocupação dos cerrados com a produção de grãos, tendo na soja seu carro-chefe; desenvolvimento de projetos de irrigação, principalmente na região de Juazeiro, com a produção de frutas para exportação e o cultivo de hortaliças – laranja no Litoral Norte, especiarias no Recôncavo Sul; afirmação do papel e celulose no Extremo-Sul; florescimento do turismo, na faixa litorânea, com destaque para a região de Porto Seguro e o Litoral Norte; surgimento de novos empreendimentos do complexo agroindustrial, dinamizando e modernizando a produção agropecuária, dentre outros setores e processos com menor relevância. É importante salientar que esse processo só começaria a ter impacto sobre o PIB, a partir dos anos 1990.

Em conclusão, esse período, diferentemente do anterior, é marcado por uma redução da participação do PIB baiano no nacional (de aproximadamente 5,0% em 1985 para 4,1% em 1992), em consequência de ter-se estagnado o ritmo de crescimento da economia baiana (no cotejo com o período anterior, 1975/1986) e de se terem expandido fortemente outras áreas no Brasil, como o Centro-Oeste, incentivadas pela produção pecuária e agroexportadora, principalmente de grãos.

PERÍODO III: ANOS 1990 – RETOMADA DO CRESCIMENTO

Como dito anteriormente, a transformação na configuração socioeconômica da Bahia tem início a partir de meados da década de 1970, com o fortalecimento do cinturão industrial da Região Metropolitana de Salvador (RMS), particularmente com a entrada em operação do Polo Petroquímico.

A expansão da economia baiana alicerçada no desempenho industrial – com o incremento nas atividades da indústria de transformação e da construção civil, esta última grande geradora de emprego e renda – aconteceu, principalmente no período do pós II PND e prosseguiu até meados dos anos 1980, momento em que a crise, que vinha atingindo a economia brasileira começou a afetar o desempenho baiano: registram-se, entre o final dos anos 1980 e o começo de 1990, taxas de crescimento mais modestas. Apesar disso, a Bahia foi um dos estados de melhor desempenho econômico, naquela que é considerada a “década perdida” da economia brasileira.

O período compreendido entre 1992 e 2000 tem algumas características marcantes, como:

- crescimento econômico acompanhando a média nacional;
- consolidação e ampliação da indústria montada no primeiro período, ou seja, petroquímica e metalurgia;
- consolidação de setores que se beneficiaram com a política nacional de incentivo às exportações e que tiveram vantagens comparativas no estado, a exemplo da silvicultura, da produção de papel e celulose, dos frutos e grãos;
- alcance, pela agricultura, de um novo patamar de produção, com base na política nacional de incentivo às exportações iniciada no segundo período;
- esgotamento dos produtos tradicionais, a exemplo do fumo, e esboço de recuperação dos níveis de produção de outros, graças às políticas dos Governos Estadual e Federal;
- surgimento de novos setores industriais, notadamente de bens finais, portadores de mudanças futuras na estrutura do Estado e promotores de sua inserção na divisão nacional do trabalho;
- maior preocupação com o turismo local, que passa a operar em um patamar mais elevado, a partir de investimento do Governo Estadual e de programas nacionais com parceiros internacionais, a exemplo do PRODETUR (Programa de Desenvolvimento do Turismo).

O crescimento médio do PIB baiano correspondeu a 2,5% ao ano ou, em taxa acumulada, foi de 25,0%, no período de 1992 a 2000. Os setores agropecuário e industrial

cresceram no mesmo patamar: 2,3% e 2,1%, respectivamente. Outros segmentos, como o comércio e comunicação, foram de grande destaque nesse período, alcançando um crescimento acumulado de 28,3% e 255,7% respectivamente.

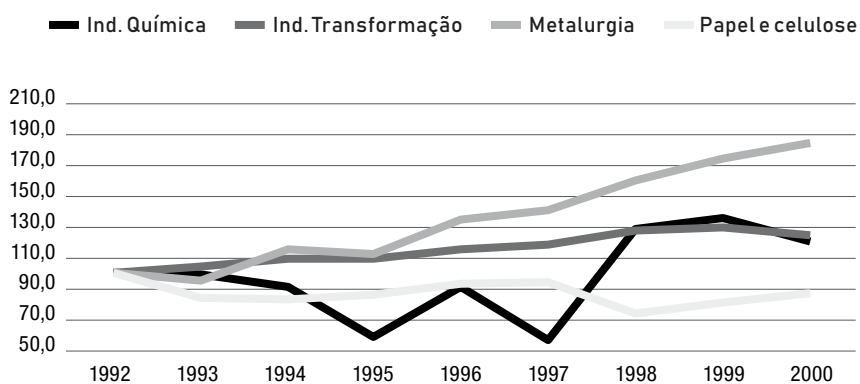
NOVO CENÁRIO NACIONAL

A mudança na política econômica nacional, o Plano Real, a abertura do mercado brasileiro foram fatores que fizeram a economia voltar a crescer. Abriu-se um novo período de investimentos produtivos e a perspectiva de outro ciclo sustentado de crescimento, agora menos concentrado.

Antes de tudo, verifica-se um forte crescimento do comércio e do consumo nos primeiros três anos do Plano Real, em função da estabilidade econômica e das facilidades de financiamento. Esse processo beneficiou mais fortemente as classes menos favorecidas, que representam a maioria da população baiana.

Em segundo lugar, ocorreu uma reestruturação dos principais setores do parque industrial baiano, que, como se sabe, é ainda pouco diversificado e concentra-se em setores internacionalmente competitivos: química e petroquímica, mineração e metalurgia, além de papel e celulose. A partir de 1994, além da celulose, a duplicação da Refinaria Landulfo Alves (RLAN) e da Central de Matérias-Primas, do Polo Petroquímico de Camaçari, fizeram a produção voltar a crescer e, em consequência, cresceu também o PIB estadual. Cabe também ressaltar o bom desempenho da indústria metalúrgica e a consolidação dos investimentos realizados na indústria de papel e celulose, no Sul do estado, que resultaram em elevados crescimentos desses segmentos no referido período, como mostra o Gráfico 2.

Gráfico 2 – Produção Física Industrial, principais atividades – Bahia – 1992-2000



Fonte: Pessoti (2008).

Outro importante fator a ser destacado é que, somente em meados dos anos 1990, o processo de diversificação da produção, ocorrido na agricultura baiana, a partir de fins dos anos 1980, como descrito anteriormente, começou a influenciar e determinar a formação do valor agregado agrícola e, conseqüentemente, do PIB baiano. Como mostra a Tabela 5, entre os anos de 1985 e 2000, ocorre uma profunda transformação na agricultura, com perda significativa da participação do cacau na formação do valor bruto da produção (contribuindo com 36% em 1985, o cacau passou a ter um peso de apenas 6%, no valor bruto da produção agrícola da Bahia em 2000).

Tabela 5 – Participação dos principais produtos agrícolas, segundo o VBP Bahia – 1985/2000

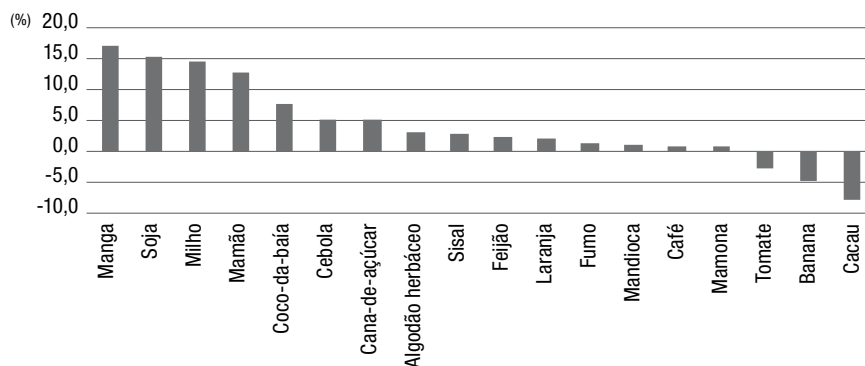
Posição	2000		1985	
	Produtos	(%)	Produtos	(%)
1º	Mandioca	16,2	Cacau	36,2
2º	Cana de açúcar	15,3	Mandioca	10,7
3º	Soja	10,7	Café	9,2
4º	Feijão	7,6	Feijão	7,1
5º	Café	5,9	Mamão	4,4
6º	Milho	5,9	Algodão herbáceo	4,4
7º	Cacau	5,9	Cana de açúcar	4,1
8º	Mamão	4,2	Soja	3,3
9º	Coco-da-baia	4	Milho	3,2
10º	Manga	3,5	Mamona	2,9
11º	Banana	2,7	Banana	2,4
12º	Algodão herbáceo	2,3	Sisal	2,3
13º	Laranja	2,1	Laranja	2,1
14º	Maracujá	2	Tomate	1,8
15º	Sisal	1,8	Coco-da-baia	1,3
16º	Tomate	1,5	Arroz	1,1
17º	Cebola	1,1	Fumo	0,4
18º	Uva	1,1	Cebola	0,4
19º	Mamona	0,8	Batata doce	0,4
20º	Dendê	0,7	Caju	0,3
	Subtotal	95,2	Subtotal	98,1
	Outros	4,8	Outros	1,9
	Total	100	Total	100

Fonte: Pessoti (2008).

É ainda nesse período que a crise dos produtos agrícolas tradicionais, como o cacau, parece chegar ao pior resultado já registrado pelas pesquisas do IBGE, como pode ser observado no Gráfico 3.

No que diz respeito ao comércio exterior, a competitividade da economia baiana, fica evidente ao se verificar o significativo incremento do valor das exportações baianas, entre 1992 e 2000, apesar das dificuldades com que se defrontaram as exportações brasileiras no período. A corrente de comércio (exportação + importação), cresceu mais de 50% nesse período.

Gráfico 3 – Taxa média anual de crescimento dos principais produtos agrícolas Bahia – 1992-2000



Fonte: Elaboração própria com base nas informações de Carvalho Junior, Pessoti e Pereira (2002).

Tabela 6 – Balança comercial – Bahia – 1992-2000

(em US\$ bilhões – FOB)

Anos	Exportações	Importações	Saldos	Corrente de Comércio
1992	1,491	534	957	2,025
1993	1,450	615	835	2,065
1994	1,721	753	968	2,474
1995	1,919	1,208	711	3,127
1996	1,846	1,343	503	3,189
1997	1,868	1,590	278	3,458
1998	1,829	1,500	329	3,289
1999	1,581	1,467	114	3,048
2000	1,943	2,256	-313	4,199

Fonte: Brasil (2014).

Na esfera governamental, a Bahia passou por um processo de reforma do Estado desde 1991 e promoveu um ajuste administrativo, fiscal e financeiro. Os primeiros resultados foram o equilíbrio das finanças públicas estaduais – o que levou à recuperação do crédito público nacional e internacional – e o fato do estado passar a ter capacidade de gerar poupança interna e externa, abrindo assim a possibilidade de investimentos e de contar com programas de incentivos fiscais e financeiros.

Em conjunto, esses fatores viabilizaram múltiplos investimentos privados, em novas áreas da atividade econômica, a exemplo dos segmentos industriais de bens de consumo populares, automobilístico, cerâmico e madeireiro/moveleiro, turismo etc. Esse movimento contribuiu para a expansão e diversificação da economia, proporcionando uma maior integração industrial, com a abertura de novos horizontes e a indicação de um novo ciclo de crescimento.

Concluindo, é possível afirmar que, do ponto de vista da evolução do PIB, esse período se constituiu no momento histórico, em que foram lançadas as bases para um novo ciclo de expansão do produto interno da Bahia e para que se reestruturasse a composição desse indicador.

PERÍODO IV – 2000-2010: MANUTENÇÃO DO CRESCIMENTO E CONSOLIDAÇÃO INDUSTRIAL

A partir do ano 2000 começam a ser observadas mudanças na estrutura produtiva do estado da Bahia, oriundas de dois fatores principais: **Primeiro** pela austera política macroeconômica, colocada em prática pelo Governo Federal, priorizando a proteção da moeda contra desvalorizações e, buscando uma meta inflacionária extremamente baixa. Utilizando-se do instrumental de controle da taxa de juros, a política econômica do Brasil priorizou o curto prazo, colocando fim definitivo no projeto nacional desenvolvimentista. Esse fato tem grande relevância para a análise da evolução do PIB, pois como já mencionado, a Bahia como unidade da federação brasileira, passou por grandes problemas nos setores demandantes de recursos (atrelados ao crédito de longo prazo, praticamente inexistente no período 2000-2003). Essa conjuntura prejudicou muito o desempenho do setor de serviços baianos e limitou seu crescimento nos primeiros anos da década. **Segundo**, pela política de atração de indústrias, que viabilizou a instalação no estado de uma montadora de veículos e seus sistemistas, grande geradora de valor agregado, e outras tantas indústrias calçadistas, grandes geradoras de emprego. O empreendimento do Complexo Amazon trouxe uma unidade da FORD para a Bahia, acarretando assim efeitos multiplicadores para a economia estadual. Como decorrência desse processo, vários sistemistas, inclusive de outros países, vieram para a Bahia e começaram a consolidar a indústria automobilística no estado. A despeito disso, a “*baianização*” dos veículos,⁴ ainda é pequena, tal qual o montante de empregos diretos, gerados vis a vis o montante dos investimentos, devido aos grandes recursos tecnológicos, utilizados na produção (pouco mais de 8 mil empregos diretos para um investimento superior a U\$ 2 bilhões).

A reformulação das atividades industriais baianas, como parte de um plano da diversificação produtiva, alcançou maior impulso a partir de 2001, com o lançamento do DESENVOLVE, uma política de atração de investimentos, para estimular fluxos de produção e renda no estado. Segundo dados da Secretaria de Indústria e Comércio e Mineração do Estado (BAHIA, 2010), apresentados na Tabela 7, foram

4 Segundo os dados da Associação dos Usuários de Portos da Bahia (2010), a quantidade de componentes (peças e acessórios) fabricados diretamente no complexo automotivo da Bahia atinge aproximadamente 76%. Apesar disso, os motores, item de mais alto valor agregado de um carro, continuam sendo “importados” da fábrica de São Paulo. Assim, considerou-se como pequena a “baianização”, porque aqui foi tomada como base a análise do valor adicionado pelas peças e acessórios dos automóveis e não o número de componentes efetivamente produzidos na Bahia.

realizados na Bahia, no período 2000-2010, mais de R\$ 42 bilhões em investimentos industriais, responsáveis por aproximadamente 160 mil empregos diretos. Merece destaque o fato de que 80% desses investimentos, foram destinados à implantação de novas plantas industriais no estado, sendo, portanto, 20% outros destinados à reativação de plantas já existentes. Desta forma, vieram para a Bahia entre 2000 e 2010, diversas indústrias de diversas áreas, atraídas pelas isenções fiscais. Delas destacam-se, seja pelo valor do investimento, seja pela elevada geração de emprego e valor agregado: a FORD e seus sistemistas de produção; a VERACEL CELULOSE, atualmente maior produtora de celulose do mundo; a MONSANTO, com produção de fertilizantes; e diversas indústrias calçadistas, que são grandes geradoras de empregos. O destaque desse último empreendimento deve ser dado ao fato de ter permitido uma “interiorização”, pelo território baiano, ainda que de maneira pouco desconcentrada.

O PIB da Bahia alcançou, nesse período, uma taxa média de 3,8% de crescimento, acumulando 50%. Ainda em relação à taxa acumulada, os grandes destaques ficaram por conta da agropecuária (113,8%), indústria de transformações (36,9%) e, o setor de serviços (45,1%). Em 2004, a economia baiana apresentou um crescimento de 9,6%, (segunda maior taxa de crescimento dos 35 anos, considerados para efeito dessa análise). Como resposta a esse desempenho econômico, a participação da Bahia na economia nacional, ficou situada em torno de 4,2%, ao longo do período 2000-2008 (sem nenhuma grande oscilação em todo esse período). Entretanto, conforme já observado na Tabela 3, não houve grande modificação na estrutura produtiva do estado, o que indica que, apesar de numerosos, esses investimentos não foram capazes de adensar e nem diversificar a matriz industrial da Bahia. Foram importantes para elevar o dinamismo econômico interno, mas não conseguiram promover modificações semelhantes às verificadas na década de 1970, com o advento do Polo Petroquímico de Camaçari.

O incentivo fiscal, no caso baiano, foi uma espécie de contrapartida, oferecida pelo governo da Bahia, para compensar o seu atraso econômico e social, bem como sua distância dos mercados consumidores e deficiente infraestrutura de transportes, condições essas que são decisivas para a tomada de decisões na alocação do capital industrial. Seu papel no funcionamento do organismo econômico foi o de impulsionar – potencializando – fatores pré-existentes, que não se mostraram capazes ou suficientes, para que uma determinada iniciativa optasse pela economia baiana – deixada à margem pelo capitalismo mundial –, e que por isso, estava disposta a incrementar seus esforços – e ofertas – para convencê-la a se instalar.

Os programas setoriais, criados pelo governo do estado, tinham como objetivo atrair investimentos industriais, com potencial de gerar uma nova dinâmica na

Tabela 7 – Investimentos industriais realizados no Estado da Bahia por atividade econômica – 2000-2010

Atividade econômica	Volume (R\$ 1,00)	Empresas	Emprego direto
Agroindústria	5.041.000	1	30
Alimentos e bebidas	2.251.095.095	136	29.724
Artefatos de couro e calçados	871.283.252	80	41.419
Borracha e plástico	2.061.448.844	108	12.022
Construção	807.000.000	4	1.800
Edição, impressão e gravações	8.500.000	1	56
Eletricidade, gás e água quente	1.551.086.000	7	343
Equip. Médicos, ópticos, de automação e precisão	35.446.491	8	1.685
Ext. de minerais não metálicos	20.000.000	1	20
Ext. de petróleo e serviços correlatos	93.400.000	2	-
Fab. e montagem de veículos automotores	3.515.000.000	1	5.000
Fumo	13.974.260	3	280
Máq. Escritório e equip. Informática	159.386.308	52	3.136
Máq. Aparelhos e materiais elétricos	59.720.000	5	880
Máq. e equipamentos	436.246.586	21	3.546
Mat. Eletrônico e equip. de comunicações	169.685.470	23	4.866
Metalurgia básica	891.064.463	18	1.594
Minerais não metálicos	628.142.599	40	5.627
Móveis e indústrias diversas	338.336.756	34	11.512
Outros	2.480.000	1	52
Outros equip. de transporte	16.940.370	12	587
Papel e celulose	19.185.031.499	28	14.411
Peças e acessórios veículos automotores	463.079.726	19	2.414
Pesca, aquicultura	45.500.000	2	3.100
Petróleo e derivados	25.034.860	6	418
Produtos de madeira	459.175.464	6	399
Produtos de metal – exclusive máq. e equip.	463.710.423	25	1.720
Produtos químicos	7.225.023.663	120	6.759
Reciclagem	38.154.500	8	313
Têxtil	779.294.742	33	6.077
Vestuário e acessórios	91.883.339	13	3.892
Total	42.711.165.710	818	163.682

Fonte: Elaboração própria com base em Bahia (2010).

Nota: dados preliminares, sujeito a alterações. Coletados até 30.12.2010.

economia baiana, endogeneizando o desenvolvimento e buscando criar cadeias produtivas, capazes de provocar efeitos multiplicadores para toda a economia. A vantagem comparativa da Bahia, em relação aos demais centros econômicos do Brasil, foi baseada no menor custo de produção, para as empresas que, pelo estado, mostrassem interesse, em direcionar os seus capitais produtivos.

Apesar desses esforços, a diversificação do parque industrial, bem como a sua interiorização, foram bastante tímidas. Excetuada a atração da indústria automobilística, que tem elevada geração de valor agregado, e da produção de celulose, não houve grande alteração na composição da indústria de transformação, com

a indústria química continuando a representar aproximadamente 50%, de toda a produção industrial baiana em 2009. Mesmo assim, observa-se, a partir da leitura das informações do PIB municipal, que essa estratégia de industrialização contribuiu para diminuir a concentração econômica espacial, com ganho de participação no PIB para os municípios, fora da região metropolitana, no período compreendido entre 1999 e 2007. Pessoti e outros (2009, p. 58), ao analisarem os dados do Produto Interno Bruto dos Municípios baianos para o período supracitado, afirmam que:

A Bahia, nos últimos anos, tem passado por um processo de desconcentração espacial da sua atividade produtiva. Essa desconcentração pode ser percebida através da análise do Produto Interno Bruto (PIB) dos municípios baianos, que revelou, em 2007, um ganho de participação para os municípios fora da Região Metropolitana de Salvador. Nos últimos anos, a estrutura produtiva baiana tem se caracterizado pelo redirecionamento de parte da estrutura industrial para vários municípios e diversas regiões do estado; com relação a produção agrícola, esse redirecionamento voltou-se basicamente para os municípios da região Oeste. Nesse sentido, os números divulgados pela Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (2009), evidenciam uma desconcentração espacial da atividade econômica da Região Metropolitana de Salvador que, em 1999, era responsável por aproximadamente 46,7% do PIB da Bahia e passou, em 2007, a representar 41,7% do total das riquezas produzidas pelo estado da Bahia. No entanto, é importante salientar que apesar dessa leve desconcentração, a Bahia ainda caracteriza-se pela existência de áreas com baixa capacidade de geração de renda e que dependem, em grande parte, da atuação do poder público.

Embora a desconcentração aconteça com o aumento da relevância econômica de alguns municípios na agregação de valor ao PIB da Bahia, não se pode esquecer que a insuficiência de infraestrutura no interior do estado e os custos de escoamento da produção, naturalmente determinam uma concentração de atividades no entorno da Região Metropolitana de Salvador, em função das economias de aglomeração. Essa concentração espacial e setorial da economia baiana também se reflete na dinâmica do comércio exterior da Bahia. Cinco produtos principais foram responsáveis por 71% das exportações baianas em 2010, conforme pode ser constatado pelos dados da Tabela 8. Se a política industrial que vigorou na Bahia entre 2000 e 2010 tinha como objetivo a diversificação e dinamização da economia baiana, pode-se concluir que, tais resultados ficaram bastante aquém, em relação ao montante de incentivos fiscais, que foram concedidos e acabaram aumentando a vocação petroquímica do estado.

É importante mencionar que, apesar da Bahia ter uma política de atração de indústrias ativa, criando vantagens econômicas comparativas, é limitada a sua participação no estabelecimento de diretrizes da política macroeconômica, que são determinadas pelo Governo Federal. A evolução do PIB na Bahia dependeu, depende e vai continuar

Tabela 8 – Exportações Baianas, principais segmentos – 2009/2010

Segmentos	Valores (US\$ 1000 FOB)		Var. %	Part. %
	2009	2010		
Químicos e petroquímicos	798.615	1.194.037	49,51	20,84
Papel e celulose	821.279	1.134.665	38,16	19,8
Petróleo e derivados	395.066	924.162	133,93	16,13
Soja e derivados	661.615	643.883	- 2,68	11,24
Metalúrgicos	402.124	363.988	- 9,48	6,35
Automotivo	239.678	294.470	22,86	5,14
Minerais	171.416	195.027	13,77	3,4
Cacau e derivados	144.559	188.174	30,17	3,28
Borracha e suas obras	120.123	144.510	20,3	2,52
Algodão e seus subprodutos	107.609	138.132	28,36	2,41
Café e especiarias	75.102	84.653	12,72	1,48
Couros e peles	51.894	73.885	42,38	1,29
Calçados e suas partes	49.329	63.236	28,19	1,1
Máqs., apars. e mat. Elétricos	30.279	49.731	64,24	0,87
Frutas e suas preparações	30.342	45.094	48,62	0,79
Sisal e derivados	45.288	39.206	- 13,43	0,68
Fumo e derivados	10.560	12.366	17,1	0,22
Móveis e semelhantes	8.866	8.691	- 1,97	0,15
Demais segmentos	103.166	132.854	28,78	2,32
Total	4.266.910	5.730.764	34,31	100

Fonte: Brasil (2014).

a depender da situação, prevalecente na conjuntura nacional e internacional, ainda mais para uma economia que não conseguiu desvincular seu perfil econômico, da produção de bens intermediários, para a indústria nacional.

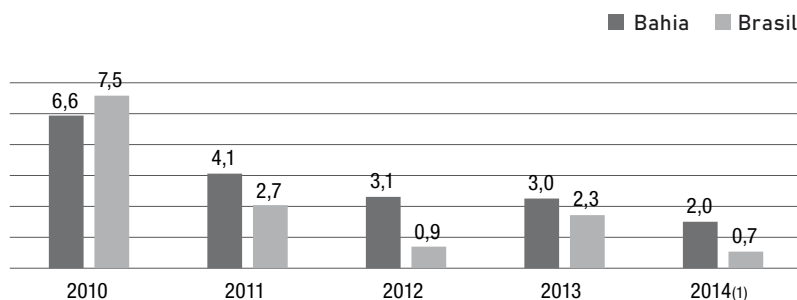
PERÍODO V – ANOS 2010 A 2020: UM NOVO CICLO OU APENAS A REPETIÇÃO DE UMA TENDÊNCIA HISTÓRICA?

Nessa seção, o que vamos procurar investigar é se a trajetória de crescimento econômico do estado a partir de 2010, permite caracterizar um novo ciclo de crescimento ou apenas a manutenção de uma tendência, observada no período imediatamente anterior. Antes de fazer essa ilação, é importante esclarecer dois aspectos: o primeiro, diz respeito ao fato de que, desde a primeira seção deste artigo, o objetivo proposto era analisar o desempenho da taxa de crescimento do PIB baiano e perceber a convergência de distintos períodos que caracterizariam diferentes ciclos. Isto é, o agrupamento dos dados, dentro dos períodos estabelecidos, não procurou examinar se o estado da Bahia, apresentava concomitantemente ao crescimento econômico, uma melhora no índice de desenvolvimento humano ou no nível de seu desenvolvimento social. Então, essas análises que poderiam evidenciar a melhora dos indicadores sociais da Bahia, nesse período pós 2010, também não serão consideradas para efeito

dessa proposta de investigação. O segundo aspecto está relacionado ao fato de já serem conhecidas algumas informações desse período, principalmente no espaço temporal até o ano de 2014, de modo que, essas informações sobre o desempenho do PIB, o aumento ou não da inserção externa da Bahia, o movimento do mercado de trabalho e dos investimentos industriais efetivados, já permitirão algum tipo de afirmação, sobre a dinâmica da Bahia, para além das análises prospectivas, que serão feitas sobre esse último período.

Conforme podem ser observados no Gráfico 4 a seguir, o primeiro ano da série reservou um crescimento de 6,6% no PIB da Bahia, taxa que ficou 1,0 ponto percentual abaixo da taxa, registrada para a economia brasileira no mesmo período. Apesar da magnitude – maior taxa de crescimento do PIB baiano desde o ano de 2004 –, a taxa de crescimento da economia naquele período era muito mais traduzida no efeito base, causado pelos efeitos da crise mundial sobre a economia brasileira e baiana em 2009, do que efetivamente uma expansão do nível da atividade interna da Bahia. Essa afirmação pode ser corroborada pelas diminuições contínuas e progressivas na taxa de crescimento do PIB da Bahia, nos anos subsequentes, 4,1% em 2011, 3,1% em 2012, 3,0% em 2013 e 2,0% em 2014.

Gráfico 4 – Taxa de crescimento (%) – Brasil e Bahia – 2010-2014



Fonte: Elaboração própria com base nas informações da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (2014a) e Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2014).

Notas: Para o ano de 2014 foram usadas as estimativas da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (2014a) para a Bahia e do Banco Central – Boletim Focus, (2014) para o Brasil.

(1) Dados sujeitos a retificação.

É bem verdade que entre os anos de 2012 e 2013 a economia baiana passou por duas grandes adversidades na sua estrutura produtiva que merecem destaque e que podem justificar a diminuição na intensidade do seu crescimento econômico: o primeiro deles foi o longo período de estiagem que culminou com uma quebra de safra, durante dois anos consecutivos e diminuição na produção de grãos em aproximadamente 20%, entre 2012 e 2013. Segundo os dados do Levantamento Sistemático da Produção Agrícola – LSPA (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2014a), entre os anos de 2012 e 2013, as maiores quedas na safra

baiana, aconteceram nas produções de sorgo (-70,9%), algodão (-41,5%) e soja (-21,3%), que figuram entre os principais produtos agrícolas da pauta de exportações do estado. A queda na atividade pecuária chegou a 57%, nesse mesmo período (PESQUISA DA PECUÁRIA MUNICIPAL, 2014).

Tabela 9 – Estimativas de produção física dos principais produtos agrícolas Bahia – 2011-2013

Produtos/safras	Produção física (mil t)								
	2010	2011	Var. (%)	2011	2012	Var. (%)	2012	2013	Var. (%)
Mandioca	3.211	2.977	-7,3	2.966	2.202	-25,8	2.202	1.852	-15,9
Cana-de-açúcar	5.869	6.981	18,9	6.992	6.894	-1,4	6.894	6.754	-2,0
Cacau	148	156	5,4	156	159	1,9	159	158	-0,6
Café	153	151	-1,3	152	143	-5,9	143	162	13,3
Grãos	6.741	7.525	11,6	7.531	6.490	-13,8	6.490	6.101	-6,0
Algodão	996	1574	58,0	1580	1256	-20,5	1256	925	-26,4
Feijão	316	223	-29,4	223	107	-52,0	107	248	131,8
Milho	2.223	2.052	-7,7	2.052	1.883	-8,2	1.883	2.115	12,3
Soja	3.113	3.513	12,8	3.513	3.213	-8,5	3.213	2.766	-13,9
Sorgo	92	163	77,2	163	32	-80,4	32	47	46,9

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2014a).

O segundo fator pode ser associado à diminuição do valor, adicionado da indústria de transformação do estado, que em 2012 passou a representar apenas 8,8% do PIB baiano e que acumulou sucessivas taxas negativas de crescimento, nesse mesmo período. Apenas como referência da perda de participação da indústria de transformação no PIB da Bahia, em 2005 o setor representava aproximadamente 16,9%, perdendo, pois, aproximadamente 8 pontos percentuais de participação, na estrutura produtiva do estado da Bahia, daquele período até o ano de 2012 (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2014c). A despeito, dos vultosos investimentos industriais, realizados na Bahia ao longo dos anos 2000, a indústria do estado não conseguiu perder a sua feição, ligada aos ramos químicos e petroquímicos, de modo que mesmo na segunda década do século XXI, não é possível desassociar a indústria baiana do Polo Petroquímico de Camaçari. E é justamente essa forte correlação que ajuda a explicar a perda de participação do setor industrial no PIB baiano, observado nesse período.

Ocorre que, dentro de uma estratégia de se evitar uma alta nos preços dos combustíveis, o que poderia levar a economia brasileira a um processo inflacionário (inércia inflacionária), o governo brasileiro, optou por não repassar os preços da elevação do barril de petróleo para o refino. Com isso, houve elevação do consumo intermediário, causado pela elevada cotação em dólar do barril de petróleo, mas essa elevação não foi repassada para os preços dos produtos refinados (gasolina, óleo combustível, entre outros). Somado a isso, a Bahia teve que recorrer também

ao mercado internacional, para comprar nafta necessária para o processamento das resinas petroquímicas, que são produzidas pela indústria de transformação do estado. O resultado foi uma grande elevação no consumo intermediário, mas sem correspondente aumento no valor bruto de produção, uma vez que os preços dos produtos transformados não foram majorados na mesma proporção das elevações dos custos de produção. O resultado foi uma elevação sem precedentes na relação CI/VPB, na indústria de refino de petróleo, entre os anos de 2011, 2012 e 2013, que culminou em redução de valor adicionado pelo setor, que inclusive foi negativo em aproximadamente R\$ 1 bilhão em 2012 (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2014c). Assim, sem contar com o setor de refino de petróleo, toda cadeia de produção química e petroquímica foi bastante afetada por essa conjuntura, culminando com a diminuição de valor adicionado e de participação da indústria de transformação no PIB baiano, no período supracitado.

A perda de participação desses dois setores (agropecuária e indústria de transformação), fez com que crescesse em importância a participação do setor de serviços, mas, nesse caso, não motivado por uma diferenciação tecnológica ou por um aumento de investimentos nos serviços de alto valor agregado, mas o ganho de participação esteve associado à perda relativa de importância dos setores primário e secundário, da economia baiana. Em relação ao setor de serviços, pode-se dizer que os setores que ganharam maior participação, foram justamente a administração pública, que em 2010 representava 27,7% e passou a representar 28,5% do valor adicionado, pelos serviços em 2013 e o comércio (varejista e atacadista), que tem sido bastante incentivado pelas políticas macroeconômicas de incentivo ao consumo e que ajudam a justificar porque esse segmento se transformou no mais dinâmico do setor de serviços baianos, ao longo do período 2010-2013. Não houve nenhuma diversificação do ponto de vista de novos serviços intensivos em conhecimento e tecnologia, que pudessem criar novas perspectivas para a economia baiana. Pelo contrário, o que se observa como característica desse período é o crescimento de atividades já bastante tradicionais.

Tabela 10 – Estrutura (%) do setor de serviços – Bahia – 2010-2013

Atividades	Ano			
	2010	2011	2012	2013(1)
Comércio	19,8	21,5	21,7	21,4
Transportes, armazenagem e correio	7,5	7,4	7,2	6,8
Serviços de informação	3,1	2,9	2,4	2,3
Intermediação financeira, seguros e previdência complementar	7,0	6,7	6,3	6,5
Atividades imobiliárias e aluguel	12,5	12,1	12,7	11,9
Administração, saúde e educação públicas	27,7	27,3	28,0	28,5
Outros Serviços	22,4	22,1	21,7	22,6
Total	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (2014).

Nota: (1) Dados sujeitos a retificação.

Assim sendo, o que se pode concluir é que a economia baiana não passou imune às crises nos seus setores mais tradicionais no início da década de 2010-2020. A redução anual e gradual na intensidade de crescimento da economia, nos quatro primeiros anos e a pequena modificação, na estrutura produtiva não permite afirmar a possibilidade de um ciclo virtuoso de crescimento ou mesmo diferenciado da década anterior, quando o mote do processo de crescimento, esteve atrelado ao adensamento de seu parque industrial e às políticas de interiorização, através de incentivos fiscais. A estratégia da industrialização, incentivada claramente não se modificou, conforme podemos observar na tabela abaixo, que mostra a efetivação de novos investimentos industriais entre 2007 e 2013, e as perspectivas para o período 2014 a 2020. O que se percebe é a continuação de uma tentativa do governo baiano, em reduzir os espasmos e a dinâmica exógena, preconizada por Guerra e Teixeira (2000) para a economia baiana. Os números da tabela deixam claro o interesse em aumentar a participação da indústria no valor agregado da economia e a diversificação e complexificação do parque industrial da Bahia⁵.

Apesar dos promissores números esperados até 2020, entre 2007 e 2013, a economia baiana registrou um montante de apenas R\$ 7 bilhões, em novos investimentos industriais (isto é, sem levar em consideração os investimentos realizados para ampliação das unidades já instaladas). Ao que parece, esses investimentos não conseguiram promover qualquer mudança no perfil industrial da Bahia, que, conforme já mencionado anteriormente, permanece concentrado especialmente e setorialmente. A prova cabal dessa informação já foi analisada nessa seção: ao invés de aumentar sua participação no PIB, como resposta dos investimentos já efetivados, o problema vivenciado pelo setor químico e petroquímico, entre 2011 e 2013, provocou reduções sucessivas na agregação de valor da indústria de transformação ao PIB, nos primeiros anos dessa nova década.

Esses fatos, por si só, já evidenciam e corroboram ainda mais o argumento da inexistência de um novo ciclo para a economia baiana, na década de 2010 a 2020. Pelo menos, tomando-se por base os dados do crescimento econômico do estado, as modificações na sua estrutura econômica de produção e a efetivação das ações de planejamento para desenvolver a economia baiana. Apenas para reforçar esse ponto de vista, convém destacar mais duas informações importantes em qualquer análise de tendência de crescimento econômico: o saldo de novos empregos formais e as informações de comércio exterior da Bahia, no período entre 2010 e 2014.

5 Estudo complementar, feito pela Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia, tomando por base a matriz insumo-produto do estado, evidenciou que os efeitos multiplicadores desses R\$ 50 bilhões em novos investimentos seriam de aproximadamente R\$ 106 bilhões na economia da Bahia (SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA, 2014b).

Tabela 11 – Investimentos Industriais Efetivados – Bahia – 2007-2020

Período	Investimentos (R\$ bilhões)	Mão de Obra
Ampliadas de 2007 até 2013	R\$ 5,08	19.421
Implantadas de 2007 até 2013	R\$ 7,36	45.337
Total (2007-2013)	R\$ 12,45	64.758
Ampliação de 2014 a 2015	R\$ 2,00	6.122
Implantação de 2014 a 2015	R\$ 30,94	61.715
Ampliação de 2015 a 2016	R\$ 1,78	1.838
Implantação de 2015 a 2016	R\$ 14,13	6.537
Ampliação de 2016 a 2020	R\$ 0,01	175
Implantação de 2016 a 2020	R\$ 1,86	8.480
Total (2014-2020)	R\$ 50,71	84.867

Fonte: Bahia (2014).

Primeiramente em relação ao mercado de trabalho, a tabela 12 a seguir evidencia o saldo total de novos empregos, gerados pelos setores produtivos da Bahia, entre 2007 e 2014. Conforme pode ser observado, não há um padrão específico na geração de empregos na Bahia, nesse período. Um ano de excelente resultado não é precedido ou sucedido de outro de igual magnitude, exceção feita aos anos de 2009 e 2010. Os dados mostram também que os setores mais dinâmicos na geração de empregos formais são os setores do comércio e serviços que, tradicionalmente, são os mais importantes na dinâmica do PIB baiano.

Isto é, se há um novo ciclo na economia baiana pós 2010, – o que estamos contestando nessa seção do artigo – , ele certamente não apresentaria, como característica marcante, uma tendência para a geração de novos empregos. Ao invés disso, os dados do mercado de trabalho formal reforçam a crise vivenciada por importantes setores da economia, a exemplo da indústria de transformação, principalmente no período entre 2011 e 2013.

Tabela 12 – Saldo de emprego formal por setor – Bahia – 2007-2014

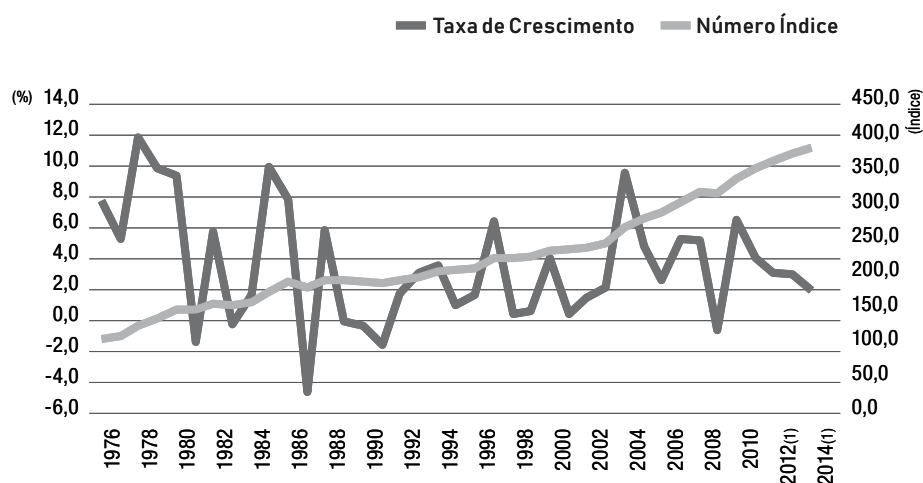
Setor	2014	2013	2012	2011	2010	2009	2008	2007
Extrativa mineral	-347	223	516	1.243	1.414	430	337	724
Indústria de transformação	3.947	1.517	-2.537	6.364	17.979	10.121	5.164	12.434
Serviços industr de utilidade pública	-138	1.208	-976	1.557	1.043	571	113	224
Construção civil	554	16.390	6.233	9.993	30.105	29.639	8.676	14.301
Comércio	1.713	13.422	17.338	19.086	27.278	22.154	18.693	21.092
Serviços	24.451	21.142	25.506	39.207	48.766	45.542	29.043	25.922
Administração pública	829	672	-553	829	198	22	804	1.529
Agropecuária, extr. vegetal, caça e pesca	8.460	-949	-2.104	4.882	6.347	66	-3.481	3.195
Total	39.469	53.625	43.423	83.161	133.130	108.545	59.349	79.421

Fonte: SEI (2014c).

Nota: Dados contam com o ajuste das declarações realizadas fora do prazo.

Finalmente, em relação ao setor externo, o gráfico 5 evidencia que a inserção internacional da economia baiana, praticamente não se modificou no período 2001-2014. Na série observada, o desempenho das exportações baianas, praticamente não se modifica, exceção feita ao ano de 2005, quando um conjunto de investimentos industriais, foi realizado na economia baiana, sobretudo nas áreas automobilística e de celulose, que são setores majoritariamente voltados para o setor externo. Excetuado esse ponto específico, não houve nenhuma dinâmica capaz de modificar ou de incrementar as exportações baianas, ao ponto de se perceber um novo ciclo para a economia baiana.

Gráfico 5 – Participação das Exportações Baianas nas Exportações do Brasil – 2001-2014



Fonte: Brasil (2014).

Essas informações consolidadas até o ano de 2014 respondem à pergunta norteadora do trabalho, qual seja a de evidenciar que a perda de participação da economia baiana em relação à economia nacional tem um componente fortemente estrutural. Características marcantes do processo de desenvolvimento da Bahia, determinadas nos idos dos anos 60 do século passado e que à época proporcionaram um boom de crescimento econômico, durante pouco mais de 20 anos, hoje, em pelo alvorecer do século XXI, jogam na contramão e exigem uma solução ainda mais planejada e mais adequada aos novos tempos. A dependência econômica, pautada em poucos setores produtivos, faz com que qualquer instabilidade em um desses setores tenha sérias repercussões para o conjunto da Economia.

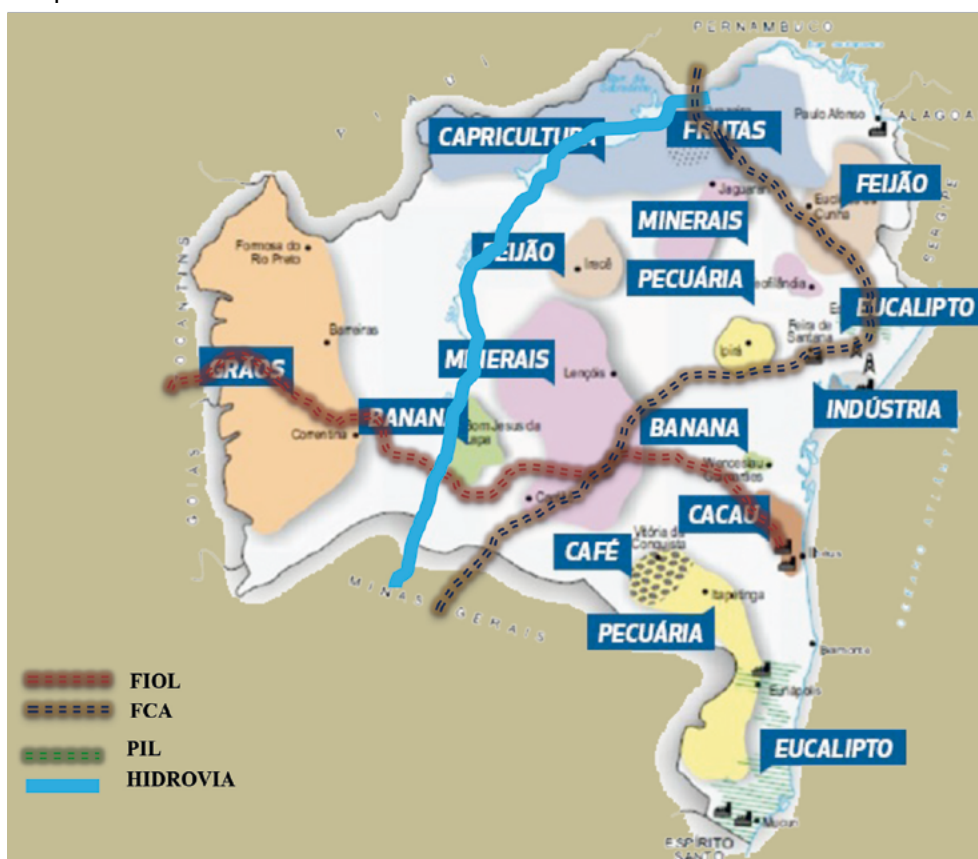
Ao tempo, reforça-se com o conjunto de indicadores, apresentados até esse momento, que a economia baiana não apresentou mudança na sua tendência de crescimento econômico, com o início da segunda década do século XXI, apresentando um padrão de desempenho muito parecido com aquele registrado no início dos anos 2000. Essa

conclusão, em hipótese alguma quer dizer que a economia baiana está sem rumo ou mal planejada, mas, apenas, reforça a ideia de que, não há um ciclo econômico novo concretamente estabelecido, apenas a expectativa de que possa acontecer, no decorrer dos próximos anos.

PERSPECTIVAS PARA O PERÍODO 2015-2020

Apesar da clarividência de que não há um novo ciclo para a economia Bahia, no período 2010-2014, os anos vindouros dessa década são extremamente promissores, para alavancar o crescimento econômico do estado. Muitos projetos de integração regional e de dotação de infraestrutura de transportes estão no bojo do processo de planejamento da Bahia para os próximos anos. A mudança em direção a um crescimento econômico mais equilibrado e sustentado, passa pela definição de uma agenda de projetos estruturantes, capazes de integrar a economia baiana, com as demais regiões do país e com importantes mercados internacionais.

Mapa 1 – Infraestrutura de Ferrovias e Hidrovia da Bahia – Previsão 2020



Fonte: Bahia (2014).

Conforme apresentado no Mapa 1, na Bahia, os eixos troncais se concretizam com a construção da Ferrovia Oeste-Leste – FIOLE e do Porto Sul, que devem se articular, diretamente com a Ferrovia de Integração Centro Oeste (FICO), o que vai viabilizar o escoamento de parte da produção de grãos do interior do Brasil pelos portos baianos. No sentido Oeste-Leste, a articulação entre a FICO e a FIOLE passam a constituir um novo corredor de movimentação de minérios e grãos, conectando importantes zonas de expansão da produção do Centro-Oeste do país, do Oeste Baiano e de mineração no interior do Estado da Bahia, ao novo Porto Sul.

A construção de novas ferrovias e a adequação da malha ferroviária, já existente, proporciona o fortalecimento dos fluxos, já existentes, e viabiliza o escoamento da produção do Oeste Baiano e das novas áreas de exploração de minérios no interior do Estado. No sentido Norte-Sul a adequação da malha da FCA e a proposta de concessão anunciada para a ligação ferroviária Salvador-Recife, promoverão um intercâmbio comercial ainda maior entre a economia baiana e as regiões Nordeste e Sudeste, articulados com o complexo portuário da Baía de Todos os Santos.

Ao se considerar os projetos da Hidrovia do São Francisco e a requalificação das ferrovias da FCA, nos seus ramais de Salvador para Minas Gerais e Salvador para Juazeiro, e agregar os projetos de plataformas logísticas na Macrorregião de Salvador-Feira de Santana, em Juazeiro, em Itabuna e em Vitória da Conquista, compreende-se que está sendo construída uma grande rótula de articulação dos fluxos econômicos. Isto é, dotando a Bahia de maior infraestrutura e considerando como válidos os preceitos das teorias de localização industrial, pode-se assistir a um verdadeiro ciclo de crescimento econômico, alicerçado na complexificação, diversificação e aumento do valor adicionado, nas atividades econômicas, principalmente no interior do estado.

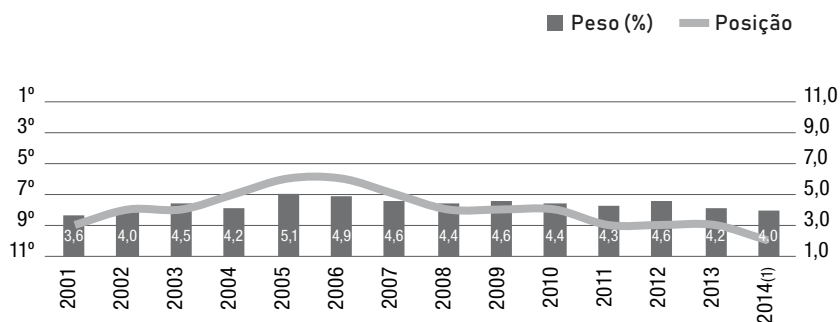
Diferentemente da fase de desenvolvimento industrial da Bahia, iniciada desde a década de 1950 e que foi pautada por uma concentração de atividades na Região Metropolitana de Salvador (RMS), a nova agenda de investimentos estruturantes, deve ter em vista um novo ciclo de crescimento, mais diversificado e descentralizado espacialmente, com grande capacidade de fomento às atividades industriais, minerais, agropecuárias e de serviços, de apoio a essas atividades, representando um grande avanço na redução das desigualdades regionais.

Além de um conjunto diversificado de investimentos nos modais de transporte ferroviário e rodoviário, e a construção/ampliação/modernização de 10 aeroportos (Paulo Afonso, Barreiras, Lençóis, Bom Jesus da Lapa, Feira de Santana, Salvador, Ilhéus, Guanambi, Vitória da Conquista, e Porto Seguro), os investimentos previstos na construção e ampliação dos Distritos Industriais e as Zonas de Processamento de Exportação (ZPEs), poderão atrair novos investimentos

e aumentar a competitividade da economia baiana. Os novos investimentos, previstos até 2020, permitem vislumbrar grandes possibilidades de agregação de valor à produção local, capaz de viabilizar um grande número de negócios, tanto no setor industrial como no setor de serviços. A criação de novas áreas para implantação de indústrias, possibilita a instalação de novas empresas e uma maior diversificação e desconcentração da economia estadual – a exemplo da ZPE de Ilhéus –, com a criação de novos postos de trabalho e fortalecimento do centro comercial e de serviços.

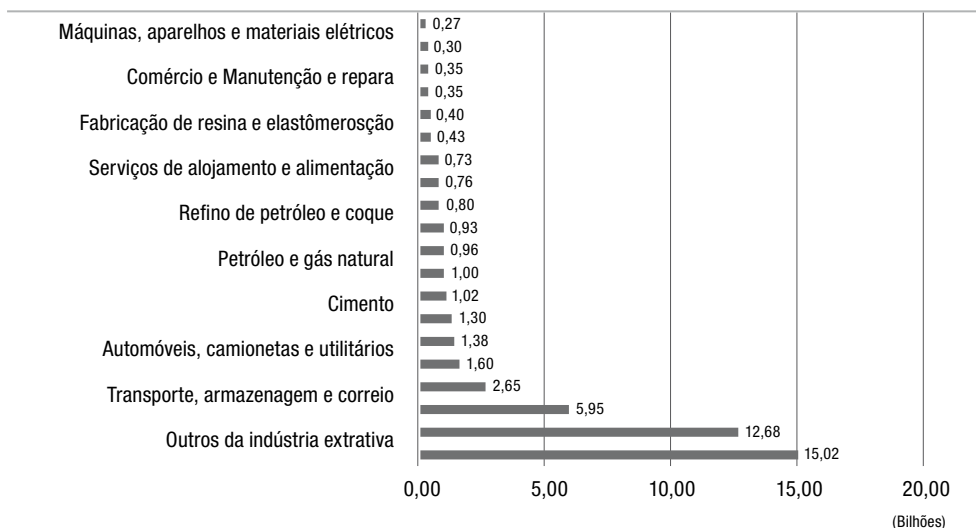
Nesse sentido, merecem destaques duas últimas informações, que podem confirmar a mudança de ciclo para a economia baiana, com grandes repercussões para o interior do estado, sobretudo quando concretizados esses planos de investimentos: a) o mercado de trabalho formal, que apesar do número ainda pequeno de novos postos de trabalhos, já evidencia geração de empregos formais no interior, muito acima dos novos postos criados para a RMS, entre os anos de 2012, 2013 e 2014, conforme as informações do Boletim do CAGED (2014) – 60%, 63% e 81%, do total de novos empregos formais foram gerados em municípios fora da RMS, nos referidos anos; b) o montante de novos investimentos industriais, já com protocolos de interesse, firmados com a Secretaria da Indústria, Comércio e Mineração, sobretudo destinados para o interior do estado. Conforme mencionado anteriormente, eles totalizam pouco mais de R\$ 50 bilhões, com capacidade para gerar, aproximadamente 85 mil empregos diretos. Mais do que isso, esses investimentos podem criar uma dinâmica mais endógena e dinamizar diferentes áreas do interior da Bahia, visto que os principais montantes estão relacionados às indústrias eólicas, minerais, celulose, além da criação do polo acrílico na RMS, polo naval no Recôncavo e do fortalecimento da cadeia automotiva da Bahia, conforme demonstram as informações dos Gráficos 6 e 7 a seguir.

Gráfico 6 – Previsão de Investimentos industriais por segmentos – Bahia – 2014-2020



Fonte: Bahia (2014).

Gráfico 7 – Previsão de Investimentos industriais por território de identidade Bahia – 2014-2020



Fonte: Bahia (2014).

Em relação aos dados mostrados no Gráfico 6, três novos projetos de investimentos industriais merecem especial destaque que são: o Polo Naval situado no Recôncavo da Bahia, o complexo acrílico situado no Polo Petroquímico de Camaçari e o Parque Eólico, espalhado em todo o interior do estado, com previsão de mais de 50 projetos, com perspectiva de transformar a Bahia no principal parque eólico do Brasil, até finais de 2015. Esses investimentos são importantes, pois podem modificar a feição da indústria de transformação do estado, na direção da tão sonhada industrialização de bens finais, defendida por Celso Furtado, ainda na década de 50 do século passado.

O complexo acrílico, por exemplo, com investimentos da ordem de R\$ 1,2 bilhão, pode promover uma verticalização na cadeia petroquímica, pois a produção do ácido acrílico é matéria prima, obrigatória para fraudas descartáveis, absorventes, tintas, vernizes, além de outros insumos importantes para a construção civil, mineração e para os artigos de uso pessoal e doméstico. Além de estimular uma cadeia de indústrias a jusante, a Kimberly-Clark, instalada em Camaçari no final de 2013, é um exemplo importante, o complexo acrílico também estimulará a integração com a indústria petroquímica a montante, tendo na Brasken a garantia do fornecimento de propeno (matéria prima para a produção do ácido acrílico e dos polímeros super absorventes – SAP), em escala para atender ao mercado doméstico. A fábrica da BASF em Camaçari, será a primeira do Brasil e da América Latina a produzir esses insumos petroquímicos, anteriormente importados dos Estados Unidos. As perspectivas, portanto, para uma verticalização da cadeia petroquímica, são realmente muito promissoras e podem reestimular uma alavancagem, na

geração de valor adicionado industrial, fazendo a indústria retornar a patamares maiores na agregação de valor ao PIB da Bahia e, por conseguinte, possibilitando ao estado, uma nova dinâmica industrial, não observada ao longo dos primeiros anos da segunda década do século XXI.

O Polo Naval é outro exemplo de investimento muito importante para essa “nova dinâmica” industrial do estado da Bahia, entre 2015 e 2020. Não só pelo investimento superior a R\$ 2 bilhões, mas porque ele representa uma nova perspectiva econômica para a região do Recôncavo da Bahia, com a geração de aproximadamente 5 mil empregos diretos e outros 5 mil indiretos. Além disso, trata-se de uma indústria de produção de bens finais, importante para a desconcentração regional e com uma demanda potencial alta, principalmente com as prospecções em torno do pré-sal. No estaleiro de São Roque do Paraguaçu serão construídas plataformas de petróleo, sondas de perfuração e navios petroleiros. Também serão construídas embarcações de apoio, como barcos de suprimento e de apoio às operações marítimas de ancoragem de plataformas, em alto mar e combate a derrames de óleo e outro fins. O Polo Naval do Recôncavo possui ainda potencial para a realização de barcos menores e pequenos saveiros esportivos. Trata-se, pois de uma indústria de elevado valor agregado e que pode apresentar grandes reflexos na pauta de exportações do estado.

Confirmados esses investimentos (de infraestrutura de integração regional e de diversificação das cadeias industriais), a Bahia estaria apta, sem dúvidas, para um novo ciclo de crescimento econômico, obrigando a esses autores a promoverem uma severa revisão de suas afirmações, sobretudo relacionadas à ausência de quebra estrutural entre o ciclo anterior (anos 2000) e esse que se iniciou em 2010. Certamente, gostaríamos de rever essas anotações e confirmar que estávamos errados em não considerar a segunda década dos anos 2000 como um ciclo virtuoso de crescimento e diferenciado do anterior.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como pôde ser observado, a economia baiana passou por diferentes ciclos de crescimento do PIB. No primeiro deles (1975-1986) a atividade industrial, principalmente derivada da indústria de transformação e da construção civil, foi a grande responsável pelo resultado do PIB. Dentro da estratégia de desenvolvimento regional, oriunda do II PND, houve a consolidação de um Polo Petroquímico, complementar às indústrias instaladas no eixo Sul-Sudeste do país. A forma como se deu o processo de industrialização do estado da Bahia, impulsionou também o setor de serviços, atraindo milhares de trabalhadores para a RMS. Tanto assim que, mesmo com a pujança do crescimento industrial, como se observou pelos números da Tabela 3, o setor de serviços detinha a predominância na geração de valor agregado.

Com o esgotamento do modelo de substituição das importações e o fim da estratégia de crescimento para “dentro”, houve uma crise sem precedentes na história econômica recente do Brasil, resultando em um período de estagnação econômica, crise fiscal e financeira do Estado, combinados com altas taxas de inflação. Mesmo que tardiamente, em relação a outros estados do Brasil, essa situação desaqueceu a economia baiana, altamente especializada na produção de intermediários, voltados para abastecimento das indústrias do Sudeste do país. Ademais houve o esgotamento de tradicionais produtos agrícolas baianos (como o cacau fortemente prejudicado pela praga da vassoura de bruxa, e a quase que estagnação na produção de fumo do Recôncavo). Com a diminuição da atividade industrial, aumentou o desemprego, concentrado principalmente na RMS e praticamente cessaram os investimentos para o estado da Bahia. No período 1986-1992 a economia baiana cresceu apenas 0,1% em média, conforme dados apresentados na Tabela 1.

O período 1992-2000 se caracteriza por uma maior diversificação produtiva e interiorização da produção ao largo do território baiano (processo que começou no final da década de 1980 e início dos anos 1990 e ganha impulso a partir de então). A entrada em vigor do Plano Real (julho 1994), foi acompanhada por uma ausência total de um plano nacional desenvolvimentista e uma “obsessão” pelo controle inflacionário, a custas da valorização cambial e de elevadas taxas de juros (fato que se intensificou muito a partir dos anos 2000). Essa situação fez com que aumentasse a necessidade da intervenção das políticas estaduais, capazes de dinamizar a economia e promover uma atenuação do desemprego.

Não houve nesse período um setor líder na expansão do PIB. Como se observou, agropecuária, indústria e serviços cresceram aproximadamente 2,5% em média, ente 1992 e 2000, mesma tendência, em que pese a tautologia, seguida pelo PIB (2,6%). Apesar da conjuntura nacional desfavorável, o setor de serviços permanecia, até essa época, como mais importante na geração de valor agregado do PIB estadual baiano.

A partir do ano 2000, iniciou-se um novo paradigma: a busca por “novas” indústrias, principalmente, através de isenções fiscais. Apoiado nessa estratégia houve um grande aporte de investimentos industriais, para tentar diversificar a matriz produtiva baiana. Vieram para a Bahia diversos segmentos industriais, seja por razões fiscais, seja por estratégia industrial, ou ainda por vantagens locacionais. O esforço dessa política estadual, que não contou com aportes do governo federal, como outrora, reforçou o parque industrial da Bahia e garantiu a manutenção do crescimento econômico, de forma ininterrupta. Na indústria, além do fortalecimento da química e da extração de gás e petróleo, observou-se o surgimento de algo novo: um vetor para a produção de bens finais, como as indústrias calçadistas e o ramo automotivo, mas insuficientes para uma modificação no perfil produtivo do estado.

Assim, em que pese o recente movimento de atração de algumas indústrias de bens finais, a economia baiana, continua sendo caracterizada por ser produtora de bens intermediários para o Sudeste do país e de *commodities* de exportação.

A partir de 2010, o governo da Bahia identificou uma nova vertente de crescimento econômico, identificada com o aumento da integração regional, com investimentos de infraestrutura e logística, interiorização da produção baiana e de adensamento da matriz produtiva. Apesar de auspiciosos, boa parte dos investimentos ainda, em finais de 2014, não havia sido concretizada, criando expectativas para um novo ciclo, mas que não ficou demonstrado nas informações econômicas disponíveis (crescimento do PIB, mercado de trabalho, comércio exterior, efetivação de investimentos industriais, entre outros). Assim, essa abordagem, na ausência de uma quebra estrutural de tendência, preferiu associar o desempenho da economia baiana, até os meados desta nova década, como um prolongamento do ciclo anterior, com boas perspectivas de mudanças (caso os investimentos previstos se confirmem entre 2015 e 2020).

E o caminho para um novo ciclo passa, necessariamente por investimentos que sejam capazes de integrar os espaços regionais, "como nunca antes na história desse estado" e ao mesmo tempo investimentos que sejam capazes de "endogenizar" a fonte do crescimento econômico. E os desafios são muito grandes nesse direcionamento. Pensar uma nova Bahia, requer um esforço de planejamento articulado com o governo federal e com políticas que possam potencializar o crescimento econômico nos mais distantes e diferentes municípios. Ainda que dentro da ideia da "desconcentração concentrada", os fluxos econômicos, tamanho de população, desenvolvimento de redes urbanas colocam municípios como Feira de Santana, Vitória da Conquista, Jequié, Ilhéus, Itabuna, Caetité, Juazeiro, Paulo Afonso, além dos municípios da região Oeste, naturalmente como potenciais na estratégia de investimentos regionais. Não se trata apenas de voltar a uma velha estratégia econômica do passado. Mas antes, pensar nas articulações troncais, nos fluxos de mercadorias, nas possibilidades de economias de aglomeração, no planejamento da infraestrutura de transportes e logística e também de novos serviços urbanos. A integração espacial tem que ter por trás uma lógica econômica, que faça sentido, do contrário além de fuga de cargas, intensifica-se mais o transporte de *commodities* agrícolas e minerais do que a possibilidade da atração/criação de novas atividades econômicas, com geração de elevado valor adicionado, na economia baiana. Ou seja, para um novo e verdadeiro ciclo de crescimento a Bahia vai precisar, mais do que nunca, de um velho e conhecido aliado do passado, o planejamento.

Finalmente – e esperando-se ter alcançado o objetivo, proposto inicialmente, qual seja, mostrar os principais fatos que proporcionaram ou limitaram o crescimento econômico da Bahia, entre 1975 e 2020 – poder-se-ia dizer que descentralização

federal, crise e recessão, retomada do crescimento, atração de investimentos industriais e criação de perspectivas para a integração regional são as expressões que, respectivamente, melhor caracterizam cada um dos ciclos aqui delimitados: 1975/1986, 1986/1992 e 1992/2000, 2000/2010 e 2010/2020.

Referências

ASSOCIAÇÃO DOS USUÁRIOS DE PORTOS DA BAHIA. *Análise da cadeia produtiva da indústria automotiva da Bahia*. Salvador: USUPPORT, 2010. Disponível em: <http://www.usupport.org.br>. Acesso em: 10 dez. 2010.

BAHIA. Secretaria da Indústria Comércio e Mineração. *Investimentos industriais da Bahia no período 2007-2014*. Salvador: SICM, 2014a. Disponível em: <http://www.sicm.ba.gov.br>. Acesso em: 23 jun. 2014.

BAHIA. Secretaria do Planejamento. *Relatório anual de governo*. Salvador: SEPLAN, 2010. Disponível em: <http://www.seplan.ba.gov.br>. Acesso em: 23 jun. 2014.

BAHIA. Secretaria do Planejamento. *Relatório anual de governo*. Salvador: SEPLAN, 2014b. Disponível em: <http://www.seplan.ba.gov.br>. Acesso em: 23 jun. 2014.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio. *Estatísticas do comércio exterior – DEPLA*. Brasília: MDIC, 2014. Disponível em: <http://www.desenvolvimento.gov.br/sitio/interna/index.php?area=5>. Acesso em: 10 jan. 2014.

BOLETIM CAGED: emprego formal. Salvador: SEI, 2014. Disponível em: <http://www.sei.ba.gov.br>. Acesso em: 13 jun. 2014.

BOLETIM FOCUS. Brasília: BACEN, 2014. Disponível em: <http://www.bacen.gov.br>. Acesso em: 10 set. 2014.

CARVALHO JUNIOR, C. V. de; PESSOTI, G. C.; PEREIRA, Í. G. A. Panorama da economia baiana sob a ótica do PIB – 1975/2000. In: SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA. *Dez anos de economia baiana*. Salvador: SEI, 2002. p. 7-23. (Série estudos e pesquisas, 57).

FIGUEIROA, E. S. B.; PESSOTI, G. C. Reflexões da nova série de contas regionais do Brasil sobre o Produto Interno Bruto dos municípios baianos. *Conjuntura & Planejamento*, Salvador, n. especial, p. 54-61, jul./set. 2008.

GUERRA, O.; TEIXEIRA, F. 50 anos de industrialização baiana: do enigma a uma dinâmica exógena e espasmódica. *Bahia Análise & Dados*, Salvador, v. 10, n. 1, jun. 2000. p. 87-98.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Levantamento Sistemático da Produção Agrícola*. Rio de Janeiro: IBGE, 2014a. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 12 set. 2014.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Contas trimestrais do Brasil*. Rio de Janeiro: IBGE, 2014b. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 12 set. 2014.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Contas regionais do Brasil*. Rio de Janeiro: IBGE 2014c. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 12 dez. 2014.

MENEZES, V. O comportamento recente e os condicionantes da evolução da economia baiana In: BAHIA. Secretaria do Planejamento, Ciência e Tecnológica. *Tendências da economia baiana*. Salvador: SEPLANTEC, 2000. p. 23-56. (Série estudos estratégicos).

PESQUISA AGRÍCOLA MUNICIPAL. Brasília: IBGE, 2014. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 12 abr. 2014.

PESQUISA INDUSTRIAL MENSAL DE PRODUÇÃO FÍSICA. Brasília: IBGE, 2014. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 10 abr. 2014.

PESQUISA DA PECUÁRIA MUNICIPAL. Rio de Janeiro: IBGE, 2014. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 12 set. 2014.

PESSOTI, G. C. Um estudo da política industrial da Bahia no período 1950-2005. 2008. 215 f. Dissertação (Mestrado em Análise Regional) – Universidade Salvador, Salvador, 2008.

PESSOTI, G. C. *et al.* PIB municipal revela leve desconcentração espacial na economia baiana. *Conjuntura & Planejamento*, Salvador, n.165, p. 58-67, out./dez. 2009.

SPINOLA, N. D. *A trilha perdida: caminhos e descaminhos do desenvolvimento baiano no século XX*. Salvador: Fapesb, 2009.

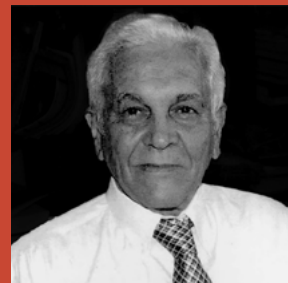
SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA. *PIB da Bahia: 30 anos em análise*. Salvador: SEI, 2006. (Série estudos e pesquisas, 72). Disponível em: <http://www.sei.ba.gov.br>. Acesso em: 10 set. 2014.

SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA. *PIB Estadual*. Salvador: SEI, 2014a. Disponível em: <http://www.sei.ba.gov.br>. Acesso em: 13 jun. 2014.

SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA. *Matriz Insumo-Produto da Bahia*. Salvador: SEI, 2014b. Disponível em: <http://www.sei.ba.gov.br>. Acesso em: 10 nov. 2014.

DEPOIMENTO

Aristeu Barreto de Almeida



Graduou-se em Ciências Sociais pela Faculdade Nacional de Filosofia do Rio de Janeiro (FNFj) e em Ciências Econômicas pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Ex-deputado estadual, foi professor da Faculdade de Economia da UFBA, assessor econômico da Federação das Indústrias do Estado da Bahia (FIEB), chefe do setor de agricultura da Comissão de Planejamento Econômico do Estado da Bahia (CPE) e chefe do setor econômico-financeiro do Conjunto Petroquímico da Bahia (Copeb). Também foi fundador do Instituto Rômulo Almeida de Altos Estudos (Irae) e membro do Instituto Genealógico da Bahia, do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia (IGHB) e da Associação Brasileira dos Anistiados Políticos do Sistema Petrobras e Demais Empresas Estatais (Abraspel). Escritor de diversas obras, é irmão de Rômulo Almeida, autor do primeiro texto que compõe esta publicação.

Quais as memórias que o senhor tem dos aspectos mais marcantes da história econômica da Bahia?

As principais memórias estão ligadas a uma evolução econômica que assisti desde meus primeiros anos de minha vida. Pode não parecer, principalmente em vistas dos problemas estruturais e orgânicos que caracterizam a Bahia desde o século XVII e perduram até os dias atuais, mas houve grande evolução na história econômica da Bahia. Tive a felicidade de viver com altivos alguns ciclos econômicos do estado e acompanhar uma economia agrário pastoril ser convertida em uma de base agrícola-industrial. Vi grandes realizações no nascedouro da indústria do século XX, mesmo sem o sucesso pretendido com a implantação do Centro Industrial de Aratu, mas vi também a descoberta de petróleo e a implantação de uma refinaria, que mais tarde viria ser a maior engrenagem da economia baiana. Vi e participei de propostas que tinham como objetivo planejar o desenvolvimento da nossa economia. Acompanhei as grandes discussões e debates envolvendo pontos de vista "divergentes na convergência", realizadas por meu irmão Rômulo e o ilustre Celso Furtado. Ví muita coisa e espero que não seja traído pela memória, mas gostaria de enumerar algumas coisas marcantes para mim:

1. A implantação e amplo desenvolvimento que teve a lavoura de cacau no sul da Bahia;
2. A descoberta do petróleo no Lobato e a implantação da refinaria de Mataripe, que passou a ser conhecida como refinaria Landulfo Alves;
3. A criação, no governo Antônio Balbino, da Comissão de Planejamento Econômico CPE, por iniciativa do economista Rômulo Almeida, então secretário da Fazenda, tendo vindo do governo do presidente Getulio Vargas, onde foi o criador da primeira Assessoria Econômica de um presidente da república nas Américas, nessa Assessoria Econômica do presidente Getulio Vargas, Rômulo Almeida, ajudado por Ignácio Rangel, Jesus Soares Pereira e Thomaz Pompeu Acioli Borges, criaram o plano do Carvão e a SPEVIA;
4. No governo Antônio Balbino, Rômulo Almeida criou o polo Petroquímico de Camaçari para produzir derivados de petróleo e de gás natural. Também criou o centro industrial de Aratu onde várias indústrias foram implantadas.

Continuo acompanhando os acontecimentos desde o final do século XX até os dias atuais. Nada que chamasse tanta atenção, mas destacaria ainda a chegada da Ford e algumas tentativas de reforçar a importância do Polo Petroquímico de Camaçari, com investimentos complementares das cadeias de petróleo e gás natural. Houve planejamento no estado e ele não era sinônimo de isenções fiscais, muito pelo contrário! Ele era a expressão de homens de ciência que participaram das grandes decisões do desenvolvimento do país.

Quais são os grandes desafios que se colocam na atual configuração econômica do estado?

Os desafios da Bahia são muitos e maior parte deles ligados às questões sociais. No passado, quando as instituições eram mais fortes e o Estado tinha uma visão desenvolvimentista (embora sempre um Estado de classes), muitas ações foram voltadas para colocar a Bahia no eixo dos grandes investimentos, sobretudo da área industrial. A Bahia teve uma formação econômica notadamente marcada por ciclos concentradores de renda, nos quais a expropriação dos trabalhadores, escravizados e usados como mercadorias eram a tônica, inclusive até o início do século XX. Embora o processo de evolução da econômica tenha trazido algum surto de crescimento, nunca houve uma inclusão social. Nunca se preocuparam com a realidade do homem do campo, tido como rude e marginalizado à sua própria subsistência. É por isso que vejo com muito ceticismo o enfrentamento dos principais problemas, a exclusão social, a marginalização da classe trabalhadora, o analfabetismo na zona rural, as desigualdades sociais, o desemprego e a maior de todas elas, a pobreza. Pobreza não apenas na dimensão da insuficiência de renda, mas a completa exclusão e falta de atendimentos às necessidades mais básicas e essências da vida humana.

Talvez, o principal desafio atual seja o gigantesco desemprego na Bahia e no Brasil, devido ao desenvolvimento tecnológico que vem desempregando trabalhadores braçais e de grandes conhecimentos e habilidades nas indústrias e em outras atividades. É fundamental a redução das horas de trabalho de braçais e de competentes, com planejamento de folgas de dias, semanas ou meses, de modo a propiciar emprego e renda a toda a população, em condições normais para trabalhar. Mesmo quando tínhamos um planejamento mais atuante, entendido não só pela dimensão orçamentária, mas uma organização de ideias e ações, não havia uma consciência da importância do trabalho, visto sempre na condição de mercadoria cuja mercantilização possibilitava o consumo, mas nunca uma inclusão ao sistema vigente. Não se trata de um ponto vista meramente ideológico (passei a minha vida defendendo esses argumentos), mas uma constatação. Como estimular a economia, se o trabalho, principal mecanismo de geração de bens e riquezas continua sendo pensado na sua versão servil, da mesma condição de subsistência que sempre vigorou desde o século passado?

A redução da pobreza seria o maior desafio, principalmente se levada em consideração a enorme disparidade de renda, entre os 1% mais ricos da população baiana e os 50% mais pobres. Sou mais afeito à sociologia do que à frieza da economia. Ela deveria ser vista como sua concepção universitária, como uma ciência social. Mas a até o combate da pobreza releva o empobrecimento de ideias. As pessoas não entendem que não se quer só o pão, mesmo que ele seja a única refeição, o que se quer

é dignidade, respeito e inclusão. Não acho que o atual planejamento em curso no Brasil e também na Bahia estejam em sintonia com essa visão, por isso considero difícil esse enfrentamento, ainda mais em pequenos municípios secularmente esquecidos pelas políticas públicas e pelas ações governamentais

Mas existem outras questões também, integração entre os extremos, melhora das condições de escoamento das produções agrícolas e minerais, tidas como grandes riquezas da Bahia, melhora das condições sociais dos trabalhadores do campo, incentivo à agricultura familiar, melhoras nas escolas, aumento de destinações de verbas para universidades e centros de pesquisa. Planejar não é só uma visão de futuro, mas um pleno conhecimento dos passivos históricos!

DEPOIMENTO

Edson Pitta Lima



Possui graduação em Ciências Econômicas pela Universidade Federal da Bahia (UFBA), com especialização em Planejamento Global e Planejamento Regional pelo Ilpes/Cepal e em Treinamento e Problemas de Desenvolvimento Econômico pela Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste. Atualmente integra o quadro de consultores da Fundação ADM e é professor adjunto da UFBA. Também atua como assessor especial da presidência da Associação Comercial de Lauro de Freitas. Desde 2009 é diretor-geral do Word Center de Educação e Treinamentos. Exerceu os cargos de subsecretário de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente da Prefeitura Municipal de Salvador, entre 2008 e 2010, chefe de gabinete da Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo, entre 1980 e 1983, e secretário de Planejamento, Ciência e Tecnologia do Estado da Bahia, entre 1975 e 1979. Também atuou como coordenador da Coordenação de Planejamento do Banco de Desenvolvimento do Estado de São Paulo e, em 1969, foi diretor-geral do Centro de Planejamento do Estado da Bahia (Ceplab). Tem experiência na área de economia, com ênfase em economia regional, e em gestão de entidades públicas e privadas, trabalhando principalmente com desenvolvimento regional, planejamento e reorganização administrativa de municípios, planejamento e reorganização de empresas, com foco em racionalização de custos, e gestão de entidades de ensino superior.

Quais as memórias que o senhor tem dos aspectos mais marcantes da história econômica da Bahia?

O primeiro evento marcante foi em 1955, com a criação do Sistema Central de Planejamento Integrado no qual a Comissão de Planejamento Econômico (CPE) era o órgão executivo. Em um momento em que a economia baiana caracterizava-se pela instabilidade, decorrente da dependência de produtos de exportação, que sofriram fortes oscilações de mercado e decorrentes da seca. As receitas públicas eram instáveis e quando a economia entrava em crise a administração pública não podia sequer pagar os seus funcionários. A Comissão CPE foi pioneira na análise econômica e planejamento das ações do governo, reunindo iniciativa privada, universidade e estudiosos da economia do estado, e produziu o Plano de Desenvolvimento da Bahia (Plandeb) (1960-1963).

Entre as suas recomendações, a reforma administrativa em 1966 criou um sistema de planejamento das ações do governo estadual, com órgão central e órgãos setoriais, consolidando o planejamento na administração pública.

Relevante também foi, em 1975, a criação do Centro de Planejamento da Bahia (Ceplab), que passou a produzir análises, informações, indicadores de atividade e de preços, econômicos, sociais e geográficos, e programas para o desenvolvimento do estado. A Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI) é sucessora do Ceplab, após inúmeras alterações ao longo desses 45 anos.

Ainda como reprodução do modelo da Comissão CPE, foi criado em 1967 o Conselho de Desenvolvimento do Recôncavo (Conder) que também reunia os citados segmentos da sociedade baiana e produziu o Estudo das Possibilidades Petroquímicas da Bahia, Plano de turismo do Recôncavo e Estudo da área metropolitana de Salvador.

Decorrentes dos trabalhos da CPE e do Conder, o Centro Industrial de Aratu (CIA), o Porto de Aratu (graneis sólidos), o Programa de Industrialização do Interior e o Complexo Petroquímico de Camaçari (Copec), transformaram estruturalmente a economia baiana, quebrando a dependência antes referida, passando a indústria a ter participação relevante como geradora de renda e de recursos governamentais.

Resultante ainda da reforma administrativa, implantou-se o sistema de Fomento ao Desenvolvimento Mineral, formado pela Coordenação de Desenvolvimento Mineral e a Empresa Baiana de Pesquisas Minerais, cujos estudos contribuíram decisivamente para o desenvolvimento do setor mineral.

Na agropecuária destaque-se a implantação, por parte do governo federal, dos perímetros irrigados, através da Codevasf e do Polo Nordeste, executado pelo governo estadual, com projetos nos Tabuleiros Costeiros do Sul do estado, Chapada Diamantina, e Além São Francisco. Essas Iniciativas resultaram na expansão da produção de grãos, com a ocupação por migrantes sulistas das terras do além São Francisco, a agroindústria em Juazeiro e, posteriormente, da exploração dos cerrados, marcando definitivamente a modernização da economia agropecuária do estado.

Quais são os grandes desafios que se colocam na atual configuração econômica do estado?

O grande desafio para a Bahia é a melhoria dos indicadores sociais de miséria, educação, saúde, habitação e saneamento, sendo recomendável: resgatar o modelo de planejamento econômico e social, reunindo os diversos segmentos da sociedade, com visão de médio e longo prazos e foco na melhoria dos índices sociais; implantar infraestrutura hidroviária, ferroviária e rodoviária e de terminais e portos para escoar a produção e integrar as vastas áreas do Além São Francisco, tornando a produção agrícola mais competitiva; expansão da produção de energia eólica e solar, principalmente no semiárido baiano, criando fazendas coletivas de produção de energia solar, gerando renda para os pequenos proprietários dessa região; desenvolvimento da Baía de Todos os Santos, com terminais de transporte e turísticos nos 18 municípios do anel interno, transporte de carga e pessoas e indústria naval para lazer; constituição de Conselho de Educação e Pesquisa voltado ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do estado, com representação dos diversos segmentos e com recursos para financiar projetos prioritários da agroindustrial e de empresas de base tecnológica.

DEPOIMENTO

Fernando Cardoso Pedrão



Livre-docente em Ciências Econômicas pela Universidade Federal da Bahia (UFBA), doutorado e graduado em Ciências Econômicas pela UFBA. Atualmente é diretor científico do Instituto Brasileiro de Políticas Sociais e Econômicas (Ibrap-se). Tem extensa carreira como professor universitário e experiência internacional como técnico da Organização das Nações Unidas, atuando como economista sênior e chefe de área da Divisão de Economia do BID, diretor internacional de programas de cooperação técnica nas áreas de planejamento, projetos e políticas públicas, e planejamento urbano e regional no México e no Equador, e consultor da Cepal para programas de desenvolvimento nos países do Caribe. Nesses organismos, trabalhou principalmente com os seguintes temas: desenvolvimento econômico, política econômica regional, economia política e economia do ambiente e da energia.

Quais as memórias que o senhor tem dos aspectos mais marcantes da história econômica da Bahia?

A história recente da economia baiana decorre do esgotamento da tentativa de desenvolvimento autônomo, representada pelo planejamento para 1960-1963, bloqueada primeiro pelo golpe de 1964 e a seguir pelo estreitamento do mercado nacional. A gestão econômica das décadas seguintes pautou-se pela busca indiscriminada de capitais externos, concomitante com uma crise estrutural dos setores exportadores do estado. A Bahia se notabilizou pela falta de políticas de valorização social. A opção por uma industrialização baseada em subsídios, diretos e indiretos, do setor petróleo, manteve a economia baiana vulnerável a esse modelo, iniciado em 1976 e já tecnicamente esgotado em 1985. Com o desinteresse do setor privado em tecnologia, a economia baiana operou em um modo intermitente de crescimento, regionalmente restrita às suas áreas úmidas. Nessas condições chegou ao fim do século passado, quando o governo do estado buscou opções por meio da entrada de empresas internacionais. O descobrimento de grandes reservas de petróleo no Sudeste do país consagrou a tendência de desinteresse da Petrobras pela Bahia. A desnacionalização do complexo petroquímico coincidiu com políticas desastrosas no setor mineral e a Bahia chegou ao novo século sem uma política significativa de desenvolvimento. Será, portanto, inevitável que se volte aos fundamentos da economia baiana em busca de um novo modelo de desenvolvimento. Há questões em aberto à espera de solução. É imperativo que a Bahia tenha uma secretaria de estado para a região semiárida. Também que tenha uma política industrial atualizada e tenha políticas de educação, de energia e de mineração.

Quais são os grandes desafios que se colocam na atual configuração econômica do estado?

A Bahia enfrenta hoje a necessidade de um novo modelo de desenvolvimento econômico e social que substitua a proposta baseada na grande produção de bens industriais intermediários e em monoculturas de baixo valor agregado. Impõe-se uma visão atual dos processos do mercado e da composição da formação de capital. É uma conjuntura mundial negativa, adicional aos efeitos das políticas nacionais, porque convergem os efeitos negativos externos com a falta de políticas econômicas que mobilizem a capacidade produtiva do estado. Faltam políticas específicas para a região semiárida, que corresponde a 72% do território do estado, e para as principais bacias hidrográficas, especialmente para as bacias dos rios Paraguaçu e Itapicuru. A saída da Petrobras compromete as opções industriais, confirmando a falta de interesse dessa empresa pela economia baiana. No conjunto, há uma crise estrutural que a Bahia deverá reverter com seus próprios esforços.

Uma nova política de desenvolvimento implica em romper com hábitos estabelecidos de centralismo regional, de dependência de grandes capitais externos, de burocratização. É imperativo reconhecer a Bahia para mobilizar a sociedade baiana com projetos inovadores. Nas condições atuais, as políticas de desenvolvimento dependem de articulação entre curto e longo prazo, por meio de setores prioritários. Tais setores serão, necessariamente, educação, ciência e tecnologia, para os quais é imperativo construir abordagens estratégicas.

DEPOIMENTO]

Antônio Plínio Pires de Moura



Mestre em Cicle (DES) pelo Institut International de Recherche et Formation en Vue du Développement (1968), Paris/França, graduado em Ciências Econômicas pela Universidade Federal da Bahia (UFBA), com especialização em Desenvolvimento Econômico pela Cepal e pela Harvard University/USA. Atualmente é professor aposentado adjunto IV da Universidade Federal da Bahia e integra o Núcleo de Estudos Conjunturais da FCE/UFBA. Tem experiência na área de economia, com ênfase em crescimento e desenvolvimento econômico, atuando principalmente com mercado de trabalho, agricultura, administração acadêmica, ensino superior, comércio internacional e conjuntura econômica.

Quais são as memórias que o senhor tem dos aspectos mais marcantes da história econômica da Bahia?

Originário da região que na época se chamava Alto Sertão, sempre me intrigou o fato de as pessoas dizerem, quando viajavam para Salvador, que estavam indo para a Bahia. Esse mistério só mais tarde pude entender, ou seja, até então, o estado da Bahia era um universo de ilhas à deriva.

Salvador, concebida como capital do Império luso no comando da Carreira das Índias – e que fora o maior porto do Atlântico Sul voltado para as atividades de exportação, importação e controle do comércio intra e extramarinho Brasil-África-Índias –, perdera sua função no alvorecer do século XIX e se transformara em uma metrópole-marasmo, fato talvez simbolicamente acentuado, do ponto de vista geográfico, por se situar em uma península, ou seja, um beco sem saída, onde se dividiam os poucos empregos disponíveis na máquina governamental entre um baronato açucareiro falido e negociantes emergentes de uma elite econômico-financeira. Daí a sensação de não pertencimento e de estranhamento do resto das regiões do estado que expressaria a fórmula “ir para a Bahia”.

Esse longo enlanguescer do Recôncavo da Baía de Todos-os-Santos, que tanto ofuscou as elites intelectuais soteropolitanas, ocultava a existência de dinâmicas próprias das outras ilhas desse universo, entre elas, o Alto Sertão, voltado para a produção de ouro, diamante e algodão, e a região cacaueteira, cujos coronéis sonhavam com apartamentos e lazer no Rio de Janeiro. Essas ilhas estavam fortemente ancoradas na Estrada Real, que, partindo de Jacobina e Rio de Contas, adentrava as Minas Gerais, cujos hábitos culturais e gastronômicos e formas dialetais se interpenetravam. O avanço histórico provocado pelo nacional-desenvolvimentismo, iniciado no segundo governo Vargas e acelerado na Era Kubitschek, deu origem a uma necessidade de definição, ou melhor, de redefinição de conceitos e teorias já considerados como fixados. As exigências de um progresso econômico rápido nas áreas periféricas e o anseio de manutenção de um alto nível de emprego levaram à transformação da política econômica em virtual política de desenvolvimento.

A resposta das elites soteropolitanas ao turbilhão kubitschekiano da Operação Nordeste foi, como o despertar da Bela Adormecida, improvisada às pressas. Na trilha aberta pelo estruturalismo cepalino – cuja cabeça de ponte na luta ideológica Cepal versus Ponto IV (“a América Latina para os latino-americanos”) havia ganho o seu primeiro round com o 1º Curso da Cepal, realizado em 1959, na Faculdade de Ciências Econômicas da UFBA –, foi elaborado pela equipe da antiga assessoria econômica de Vargas o Plano de Desenvolvimento da Bahia 1960-1963, que marcou o início do planejamento global na Bahia. Contudo, as circunstâncias da época não

permitiram criar as condições objetivas que possibilitariam à Bela Adormecida sair rebolando ao som do axé. Quem transformou a velha província no estado moderno que é a Bahia hoje foi o governador Lomanto Júnior, que, com assistência técnica da UFBA e através das leis 2.321, 2.322 e 2.323, estruturou orçamentária, financeira, administrativa e funcionalmente o estado com um corpo estável de funcionários, o que, parodiando o mestre Celso Furtado, nos conduziu a um longo amanhecer.

Quais são os grandes desafios que se colocam na atual configuração econômica do estado?

Algo que se perdeu nas últimas décadas do século XX, submergida pela avalanche neoliberal do Consenso de Washington, foi a noção do planejamento global, tão cara ao nacional-desenvolvimentismo cepalino. Não se cobra mais nas campanhas que os candidatos ao Poder Executivo, seja municipal, estadual ou federal, apresentem e discutam um plano global de governo. Assim, acaba-se votando no escuro, e “seja o que Deus quiser”. Nessa política de tapar buracos, o que se me afigura como necessário é acelerar a integração das diversas regiões econômicas da Bahia, através de rodovias, de ferrovias – principalmente a Leste Brasileiro, que interligava Minas Gerais à Bahia e esta ao Nordeste, alcançando várias das cidades do estado –, e da hidrovía do Velho Chico. Tudo isso foi destruído criminosamente pela privatária Tucana. É preciso também ampliar o sistema elétrico e de comunicações, acelerando o desenvolvimento das metrópoles regionais e desafogando Salvador, que, a partir da ponte, deixará de ser um beco sem saída e se transformará, quiçá, para o bem ou para o mal, em uma nova Feira de Santana.

DEPOIMENTO]

Noelio Dantaslé Spinola



Pós-Doutorado em Sociologia da Cultura pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas (FCSH) da Universidade Nova de Lisboa, doutorado em Análise Geográfica Regional pela Universidad de Barcelona (UB), pós-graduado em Marketing pela Universidade de Salvador (Unifacs), bacharel em Economia pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Atualmente é editor da Revista de Desenvolvimento Econômico e professor titular decano de pós-graduação (Mestrado e Doutorado em Desenvolvimento Regional e Urbano) da Unifacs. Coordena o Grupo de Estudos da Economia Regional e Urbana (Gerurb) (certificado no CNPq), trabalhando com linhas de pesquisa relativas a desenvolvimento regional e urbano, economia cultural e desenvolvimento local, e serviços e desenvolvimento regional. Tem experiência nas áreas de economia e administração, com ênfase em economia regional, atuando principalmente nos seguintes campos: economia regional, desenvolvimento regional, economia baiana, economia cultural, desenvolvimento industrial e estudos organizacionais.

MEMÓRIAS¹

Quais as memórias que o senhor tem dos aspectos mais marcantes da história econômica da Bahia?

Falando da Bahia, volto ao passado cuja memória foi registrada por inúmeras personagens que a descreveram de diferentes formas. Uma através da escrita, outras mediante fatos que foram registrados ao correr da pena, narrando atos produzidos desde os tempos dos tupinambás, os mais significativos dos tupis que, sendo uma sociedade ágrafa, nos legaram memórias plásticas, escavadas pelos antropólogos em sítios escondidos pelo tempo e pela urbanização, muitas vezes inconsequentemente predatória. Geneticamente, esses antepassados nos legaram características culturais que, ao olhar atento e sem preconceitos, entranham-se na linguagem, formando dialetos ora dominantes, ora misturados com o português do colonizador, o bantu e o ioruba dos africanos, formando uma linguagem musical em que dominam os encontros vocálicos. E quantos topônimos derivam da língua tupi? Neles, suas subdivisões especializadas classificam os nomes de cursos d'água, chamados hidrônimos; estudos específicos sobre nomes de lagos, chamados de limnônimos; nomes de mares e oceanos, os talassônimos; estudos de relevo, que são os orônimos; e os estudos acerca das divisões administrativas e de estradas, o que constitui os corônimos. São milhares criados pelos indígenas, pelos desbravadores do território, pelos geógrafos e cartógrafos da academia e do IBGE. Isso para não se adentrar na nomenclatura da nossa flora e fauna. Na demografia – a genética prova –, a cor da pele não identifica a etnia das pessoas. Existem muitos “brancos” que, na realidade, são índios. Que o digam o reducionismo missionário e os movimentos de destribalização que, a par das doenças transmitidas pelo colonizadores, extinguiram os tupinambás, que se transformaram com o tempo no nosso camponês, no “matuto”, “povo da roça”, em diversas gradações evolutivas. Em síntese, o índio que não foi massacrado virou povo. E um povo doce e submisso, sensual e musical, arteiro, tolerante e afetivo como foram as cunhãs, nossas mães originais.

Falei dos índios porque nossa história se esqueceu deles. E de Diogo Alvares Correa, o Caramuru, um português que virou índio e, como disse Ribeiro (1995), transformou-se numa protocélula da nossa nacionalidade. No mínimo, contribuiu significativamente para a construção da cidade de São Salvador da Bahia.

Não poderia esquecer também do nosso pai português, que, afinal, com cultura mais desenvolvida, deu o tom na trilogia fundadora do Brasil. Pode-se dividir o

1 Documento elaborado para a Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI).

inventário da herança portuguesa que nos coube em três partes. A primeira, basilar, constituiu-se pelo idioma e a religião católica. A língua portuguesa, em que pesem as contribuições do quimbundo e ioruba africanos e do tupi nativo, é nosso maior elo com Portugal. Segue-lhe a religião. Os jesuítas nos ensinaram a ler e a rezar até 1759, quando o marquês de Pombal os expulsou do Reino, fazendo-nos mais ignorantes, pois desarticulou, sem reposição adequada, o nosso já precário sistema educacional. A Universidade de Coimbra formou a nossa elite intelectual e política até o final do século XIX. A liturgia católica veio direta de Braga, do Minho, trazendo a reboque não só o calendário, mas a nomenclatura dos dias da semana que nos distingue dos demais povos europeus influenciados pelos deuses romanos. E o Brasil era, em 2017, o maior país católico do mundo, segundo o Anuário Pontifício.

A segunda parte do testamento português compreende a herança político-institucional. Legaram-nos a estrutura política patrimonialista, a burocracia administrativa, a estrutura fiscalista, uma justiça com fortes laços nas Ordenações Filipinas e uma acentuada ojeriza ao trabalho manual e inadaptação para o sistema capitalista. A escravidão que introduziram e cultivaram por quatro séculos nos tornou indolentes, com baixa capacidade empreendedora, e formatou solidamente as bases da nossa pobreza. Também nos legaram o povo. Misturando-se lubricamente, sem preconceitos, com índias e negras, criaram um país mulato, bonito, inteligente, alegre e generoso, se bem que marcado por um profundo complexo de inferioridade. Um injustificável complexo de vira-latas que Rodrigues (1993), seu criador, define: "Por 'complexo de vira-latas' entendo eu a inferioridade em que o brasileiro se coloca, voluntariamente, em face do resto do mundo". E aqui entra Ribeiro (1995) dizendo que, orquestrada pelo colonizador português, "[...] a coisa mais bela do mundo é a aventura do Brasil se fazendo a si mesmo". O filho da índia que se misturou com o branco europeu já não era mais índio nem branco, era filho da terra, mameluco, como diziam os portugueses.

Os filhos da mistura entre as negras africanas e os senhores de engenho e feitores viraram mulatos que também já não eram africanos nem tampouco eram aceitos como filhos pelo branco. Eram todos filhos de ninguém. E dessa ninguendade nasceu um novo povo, único, sem precedentes no mundo. (RIBEIRO, 1995).

Na terceira e última parte nos legaram a arquitetura e o urbanismo, a pintura e a escultura, o artesanato, as cerâmicas e os azulejos, a gastronomia, as festas religiosas e profanas, a música e as danças, a literatura, o cordel, as rendas e tapeçarias e o teatro.

Aí a África descobriu a Bahia. Ou a Bahia descobriu a África? O fato é que, debaixo de chicote, alguns milhões de negros aqui desembarcaram para povoar a terra,

plantar açúcar e introduzir uma cultura mística e lúdica em todo o território. Tudo isso, ao longo de 300 anos, levou o negro ao exercício da função de força motriz da terra. Misturando-se luxuriosamente com o português, nos legou os mulatos, a mais legítima expressão da brasilidade.

A Bahia prosperou e cresceu até o final do século XVIII, atingindo Salvador o seu esplendor como cidade colonial lusitana, só sobrepujada por Lisboa. Porém, a partir de 1753, iniciou-se o declínio e a estagnação da cidade, mercê da transferência do governo geral da colônia para o Rio de Janeiro, perdendo até os dias atuais, sem qualquer perspectiva de reversão, a liderança metropolitana para as cidades do Sudeste, a começar pelo Rio de Janeiro e, posteriormente, São Paulo.

Ainda no século XVIII, D. Luís da Cunha, chanceler do rei D. João V, predecessor e protetor do marquês de Pombal e uma das figuras expoentes da chamada “ilustração portuguesa”, dizia, em uma de suas cartas, que “[...] a terça parte de Portugal estava possuída pela Igreja, que não contribuía para a despesa e segurança do Estado [...]” (BRITO, 1827), e propunha a expropriação de todos os seus bens, inclusive pelo uso da força. D. Luís da Cunha e o próprio Sebastião de Carvalho e Melo rebelavam-se, sobretudo, contra o que legitimamente se pode chamar de “opção pela pobreza”, que a Igreja católica acabara impondo a Portugal e que, através da Inquisição, bloqueava a ruptura tentada no Brasil por meio do empreendimento açucareiro. Isso para não falar da conspiração dos jesuítas, que acabaram expulsos do reino e de suas colônias em 1759. A chave, para eles, era a manufatura – a grande novidade surgida na Europa e que, a começar da Inglaterra, mais adiante iria desembocar na Revolução Industrial –, como destacava D. Luís da Cunha, e que Pombal iria dar mostras de tê-lo compreendido perfeitamente. Também entendia isso o desembargador João Rodrigues de Brito², um profundo conhecedor da agricultura baiana, como se verá adiante. Em 1807, ele dizia que

[...] era má a influência da Igreja sobre os costumes da sociedade. Os votos monásticos fomentariam a despovoação do território. Por exemplo, o voto de castidade era contrário à procriação; o de pobreza, contrário à riqueza. E o grande número de dias santos seria nocivo por interromper o trabalho, além de que o trabalhador aproveitaria o tempo livre para beber, arruinando sua saúde! (BRITO, 1827).

Um dos relatos mais impressionantes sobre as causas que provocaram o atraso da Bahia no século XIX data de 1807, quando foi redigida a carta do desembargador João Rodrigues de Brito em resposta ao ofício do governador conde da Ponte, que, a mando do governo português, formulava um conjunto de questões relacionadas ao

² Formado bacharel em Direito pela Universidade de Coimbra, desembargador da Casa de Suplicação, em Lisboa, deputado às cortes constituintes em 1821.

estado da agricultura na Bahia e explicava por que a burocracia lusitana contribuía para a decadência da Bahia. O desembargador, que era admirador de Adam Smith e J. B. Say, dentro dos limites do liberalismo econômico da época, diagnosticou a crise econômica e social da Bahia e propôs medidas práticas de transformação que foram enviadas ao governador da capitania e, através dele, à administração portuguesa de ultramar. Esse mesmo texto, cujo título é *Cartas Econômicas e Políticas da Bahia*, foi publicado em Lisboa, em 1821, quando seu autor exercia o mandato de deputado nas cortes de Lisboa.

No seu diagnóstico, ele demonstra o papel negativo da burocracia lusitana, a qual entravava uma economia que possuía um grande potencial para desenvolver-se e progredir. Afirmava que os principais obstáculos ao desenvolvimento da Bahia do início do século XIX se resumiam à falta de liberdade, facilidades e instruções.

Faltava liberdade aos lavradores para empregarem seu trabalho e seu capital da forma como bem entendessem. Faltavam facilidades, ou seja, infraestrutura na forma de pontes, estradas e outras obras que diminuiriam as despesas e obstáculos das comunicações e transportes. E, por fim, faltavam instruções necessárias aos lavradores para se aproveitarem dessas liberdades e facilidades.

Explicitando a falta de liberdade, dizia o desembargador que

[...] para os lavradores lograrem a plena liberdade que pede o bem da lavoura era precioso que eles tivessem: 1º, a de cultivar quaisquer gêneros que bem lhes parecesse; 2º, a de construir quaisquer obras e fábricas que julgassem convenientes para o aproveitamento dos seus frutos; 3º, as de os mandar vender em qualquer lugar, por qualquer caminho e pelo ministério de quaisquer pessoas, de que se quisessem servir, sem ônus ou formalidade alguma; 4º, a de preferir quaisquer compradores que melhor lhes pagassem e 5º, finalmente, a de os venderem em qualquer tempo, que lhes conviesse. (BRITO, 1827).

Ao justificar a sua argumentação, o desembargador explicava que “[...] repetidas leis [...] obrigam os lavradores do Recôncavo a plantarem quinhentas covas de mandioca por cada escravo de serviço que empregarem, e aos negociantes de escravatura a cultivarem quanta baste para o gasto de seus navios” (BRITO, 1827). Pretendia-se com essas leis favorecer o comércio da escravatura e assegurar o abastecimento da população “prevenindo a escassez e a fome”. Dizia o desembargador em sua argumentação que essa legislação não atingiu seus objetivos e que, pelo contrário, prejudicava a economia como um todo. Citando Adam Smith, J. B. Say e Young, afirmava na sua carta que

[...] em geral, todas as vezes que a administração pública se intromete a prescrever aos cidadãos o emprego, que eles hão de fazer de suas terras, braços e capitais, ela desarranja o equilíbrio, e natural distribuição daqueles agentes de produção das riquezas, cujo uso ninguém pode melhor dirigir que o próprio dono que é nisso o mais interessado, e que por esta razão faz deles o objeto das suas meditações. (BRITO, 1827).

Quanto à indagação do governador,

[...] se a mesma lavoura tem recebido progressivo aumento, de que tanto depende a prosperidade do Commercio desta Capital, e qual o motivo favorável ou desfavorável a este respeito responde o Desembargador que, não gozam mais liberdade os nossos lavradores, porque lhe é proibida a fundação de fabricas, alambiques, armações de pescar, e engenhos de açúcar sem licenças pendentes de certos requisitos, e formalidades dispendiosas. Tudo quanto dificulta o estabelecimento destas fabricas, agrava a espécie de monopólio natural que logram os senhores das atuais, precisamente raras por dispendiosas, principalmente os engenhos; e deteriora em consequência a condição já demasiadamente dura dos lavradores, que os não têm; os quais muitos anos vêm perder suas canas, por não acharem onde as moer, apesar de pagarem metade do seu produto por esse benefício, além da renda da terra, no que sofrem principalmente os que têm servidão, que os obriga a moê-las sem engenho determinado; pois os senhores dele preferem naturalmente aos Lavradores desobrigados, com escandalosa lesão dos outros, que não ousam queixar-se pela absoluta dependência em que estão postos, não vendo próximo outro engenho em que possam moer suas canas. (BRITO, 1827).

Sobre os “vexames do comércio”, afirma, em resposta à terceira questão formulada pelo governador, que

[...] tolher aos lavradores a liberdade de vender os seus gêneros nas cidades, vilas, ou lugares em que têm maior valor, nem pela mão de seus escravos, ou agentes quaisquer, é o mesmo que roubar-lhes uma porção desse valor; isto é privá-los das riquezas, que eles fizeram nascer com o suor do seu rosto, e emprego dos seus fundos. E esta privação tem infalíveis e fatais consequências contra a lavoura; porque o lavrador não fez nascer aqueles frutos senão pela esperança, de próprio interesse: é lei universal da natureza, que se não pode violar impunemente. (BRITO, 1827).

Em síntese, a colônia reproduzia o modelo da metrópole. Todas as atividades estavam reguladas pelo Estado ou pela Igreja, que caçava implacavelmente os judeus (cognominados de cristãos covos), os melhores formadores de negócios e riquezas. E nesse sistema medrava uma imensa corrupção, subornos, troca de favores, nepotismo e clientelismo.

Desde o século XVI, o poeta Gregório de Mattos assim descrevia a cidade da Bahia: "A cada canto um grande conselheiro/ que nos quer governar cabana, e vinha/ não sabem governar sua cozinha/ e podem governar o mundo inteiro [...]. Estupendas usuras nos mercados/ todos, os que não furtam, muito pobres/ e eis aqui a cidade da Bahia".

Quais são os grandes desafios que se colocam na atual configuração econômica do estado?

Os mecanismos refratários ao progresso prosseguiram ao longo do tempo na história da Bahia. Em diferentes obras de diferentes autores está implícita ou explícita a questão: por que a Bahia não se desenvolveu? Ou por que não deu prosseguimento à sua marcha ascendente, abortada no final do século XVIII? Sobre isso escrevi um livro de 600 páginas no qual busquei responder a essa questão, e não pretendo repeti-lo aqui. Pediram-me memórias, e estas são tristes por três motivos. Primeiro, pela constatação da irreversibilidade do nosso processo de subdesenvolvimento. Estamos condenados, na divisão internacional do trabalho, ao papel de periferia da subperiferia do sistema capitalista. Não veremos revoluções que transformem a realidade descrita pelo desembargador João Rodrigues de Brito, que foi só um exemplo. O quadro sofreu uma metamorfose ao longo do tempo, gerando uma ilusão de progresso. Mas não passa de paisagem. Existirão sempre os atores exploradores (o Estado patrimonialista, a burguesia comercial, agroindustrial e financeira, cada um em seu tempo ou todos ao mesmo tempo) e o ente explorado, o povo brasileiro e, em nosso caso particular, o baiano. Em diferentes momentos, mudando apenas os cenários, transmitindo falsas impressões de progresso. Segundo, a riqueza autárquica de que falava Arrighi (1997) é imutável. E terceiro, os atores locais (presidentes, ministros, governadores e similares com poder político) são meros figurantes, sem poder para alterar a dinâmica internacional do capitalismo. Por falar em memória, ressalto que usei meu tempo trabalhando pelo progresso real da Bahia. A minha lembrança é a de que sempre fiz isso. Trabalhando diretamente ou com aqueles que tinham *status* para fazer as coisas acontecerem (pelo menos, assim supunha), verifiquei que os sonhos foram ilusões. Veja-se, por exemplo, o megaprojeto perrouxiano do Polo Petroquímico de Camaçari, que fracassou na sua idealização e concretude.

Assim, diria que, tendo ocupado, ao longo dos últimos 55 anos, os mais diferentes cargos relacionados com o progresso da Bahia (secretário de estado da Indústria, Comércio, Mineração e Turismo; secretário de estado do Trabalho e Bem-Estar Social; vice-prefeito de Salvador; sem computar os miúdos), tanto eu como meus parceiros superiores e inferiores nas funções, simplesmente marcamos passo, independentemente das colorações políticas. Como diz o provérbio português: "Tudo permaneceu como dantes, no quartel de Abrantes".

Referências

AGUIAR, Manoel Pinto de. Notas sobre o enigma baiano. *Planejamento*, Salvador, v. 5, n. 4, p. 123-136, out./dez. 1972.

ARRIGHI, Giovanni. *A ilusão do desenvolvimento*. Petrópolis: Vozes, 1997.

BRITO, João Rodrigues de. *Cartas econômico-políticas sobre a agricultura e o comércio da Bahia*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1827.

FAUSTO, Carlos. Fragmentos de história e cultura Tupinambá: da etnologia como instrumento crítico de conhecimento etno-histórico. In: CUNHA, Manuela Cardoso da (org.). *História dos índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992. p. 351-396.

FERNANDES, Florestan. *A organização social dos Tupinambás*. São Paulo: Hucitec, 1989.

RIBEIRO, Darcy. *O povo brasileiro*. São Paulo: Cia. de Letras, 1995.

RODRIGUES, Nelson. *A sombra das chuteiras imortais*. São Paulo: Cia. de Letras, 1993.

SPINOLA, Noelio. *Raízes*. Salvador: Unifacs, 2019.

DEPOIMENTO

Antônio Alberto Machado Pires Valença



Pós-graduado em Administração de Empresas pela Universidade Federal da Bahia (UFBA), especialista em Desenvolvimento Econômico pelo Ilpes/Cepal-ONU/BNDES, graduou-se em Ciências Econômicas pela UFBA. É coordenador executivo da Coordenação de Projetos Especiais da Secretaria do Planejamento do Estado da Bahia (Seplan), professor assistente da Universidade Católica do Salvador (UCSal), professor adjunto IV da Faculdade de Ciências Econômicas da UFBA (aposentado), membro da diretoria plenária da Associação Comercial da Bahia e do Conselho Fiscal da Santa Casa de Misericórdia da Bahia. Foi secretário do Planejamento do Estado da Bahia, assessor especial da Seplan, chefe de gabinete da Secretaria da Agricultura, Irrigação e Reforma Agrária do Estado da Bahia, técnico em Planejamento do Banco de Desenvolvimento do Estado da Bahia S/A (Desenbanco, atual Desenhahia), secretário de Finanças de Salvador, diretor-geral do Órgão Central de Planejamento (Oceplan) do município de Salvador, diretor do Departamento de Indústria e Comércio da Secretaria de Indústria e Comércio do Estado da Bahia e economista da Federação das Indústrias do Estado da Bahia. Foi presidente do Rotary Club da Bahia, presidente do Conselho Regional de Economia (Corecon-BA) e vice-presidente do Conselho Federal de Economia (Cofecon).

Quais são suas memórias relativas aos aspectos mais marcantes da história econômica da Bahia?

Tenho na memória um período virtuoso da história econômica nacional: a década de 1950, que testemunhei na adolescência e juventude.

Para melhor compreensão é preciso recuar um pouco. Durante a 2^a. Guerra Mundial (1939-1945), os preços internacionais das commodities, inclusive do cacau exportado pela Bahia, cresceram e se mantiveram altos até o final dos anos 1950, beneficiando os países exportadores de matérias primas como o Brasil

Cessado o conflito armado, a humanidade passou a conviver com a Guerra Fria, a disputa pela hegemonia política e econômica entre o capitalismo, no ocidente, e o socialismo, no oriente. Mas, em ambos os lados houve grande progresso material e no ocidente floresceu a "era de ouro do capitalismo".

Nesse cenário, em 31 de janeiro de 1956 teve início o governo do presidente Juscelino Kubitschek ou JK (31/01/1956 – 31/01/1961), com o lema de fazer o Brasil crescer "50 anos em 5", baseado num audacioso "Plano de Metas". Eram 31 metas a serem alcançadas, com prioridade para os investimentos em transporte, energia e industrialização. Estávamos em plena era da industrialização pela substituição de importações. A política econômica do governo federal estimulava a indústria nacional e, ao mesmo tempo, abria o mercado brasileiro para o capital estrangeiro sob a forma de empréstimos e de investimentos diretos. Além disso, a Capital Federal era transferida para o Planalto Central, tal como previra a primeira Constituição da República, ainda no século XIX.

Na Bahia, também era grande a efervescência. Dando prosseguimento a ações modernizadoras de governantes anteriores, o governador Antônio Balbino confiou ao Secretário da Fazenda, economista Rômulo Almeida a elaboração de um plano de desenvolvimento econômico e social. Pioneiro com essa abrangência, apoiado pela Universidade da Bahia (hoje UFBA), por grande parte do empresariado e da classe política do estado, nascia o Plano de Desenvolvimento Econômico da Bahia – Plandeb, primeira tentativa de planejamento econômico global e de criação de um sistema estadual de planejamento.

Antes do Plandeb, houve outras tentativas de planejamento estadual, a exemplo do "Programa das Autarquias" elaborado pelo economista Ignácio Tosta Filho (aliás, um nome hoje pouco lembrado), quando era governador o capitão Juracy Magalhães (1931-1937). Assim tiveram origem diversos órgãos públicos de grande importância para a economia estadual, tais como: o Instituto Central de Fomento Econômico (que posteriormente deu origem ao BANEB), Instituto de Cacau da Bahia (ICB), Instituto Bahiano do Fumo e Cooperativa Central Instituto de Pecuária. Em seguida, particulares

criaram o Instituto de Economia e Finanças da Bahia (IEFB), núcleo dinamizador do ensino de economia, com papel relevante na elaboração do Plandeb.

Posteriormente, já em 1949, o governador Octávio Mangabeira (1947-1951) solicita ao mesmo Tosta Filho a elaboração do “Plano de Ação Econômica”, que recomendava investimentos públicos em infraestrutura e a criação do Banco da Produção, que deveria suceder o Instituto Central de Fomento Econômico, o que somente se concretizou com a implantação do BANEB.

Na Bahia, a década iniciada em 1951 foi um período em que personalidades acadêmicas, importantes lideranças políticas e empresariais discutiam intensamente a adoção do planejamento como mecanismo capaz de promover o desenvolvimento.

Já no âmbito, nacional, em dezembro de 1959, ano em que havia lançado o clássico “Formação Econômica do Brasil”, Celso Furtado (1920 – 2004) torna-se o primeiro Superintendente da SUDENE (Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste). Antes, em 1952, já tinha sido criado o Banco do Nordeste. Juntos, esses dois poderosos instrumentos de intervenção governamental no Nordeste tinham um objetivo comum: promover o desenvolvimento regional, em substituição às ações meramente assistencialistas que o Governo Federal até então realizava.

Registre-se ainda que em 13 de agosto de 1951 é formalmente reconhecida a profissão de economista e fica criado o sistema COFECON/CORECON’s através da Lei 1.411. Nessa data passou a ser comemorado o “dia do economista”.

Também muito presente na minha memória está a Reforma Administrativa do Estado da Bahia realizada nos anos de 1965 e 1966. A Bahia foi um dos primeiros estados a realizar uma profunda e modelar reforma administrativa, visando a promoção do desenvolvimento, instituída pela Lei nº 2.321 de 11/04/1966. Passado meio século, talvez esteja na hora de ser discutida uma nova reforma administrativa.

Quais são os grandes desafios que se colocam na atual configuração econômica do estado?

Prudentemente, só depois de sabermos quais serão e que magnitude hão de ter os novos desafios deixados pela pandemia do coronavírus, teríamos condições de elencar os desafios que anteriormente se colocavam para a atual configuração econômica do estado. Lembremo-nos de que o problema é mundial e ainda maior para as economias emergentes, como o Brasil.

Passada a pandemia, a prioridade será a recuperação da economia baiana (brasileira e mundial) dos estragos que ela terá causado. Depois disso, poderemos voltar ao tema solicitado.

Mas, pandemia a parte, o nosso grande desafio é a escolha do caminho para a promoção do desenvolvimento econômico sustentado da Bahia.

Ciente de que os problemas são numerosos, que os recursos disponíveis são limitados e que o prazo dado não deve ser grande, devemos começar pela identificação dos problemas a resolver, seguida pelo escalonamento criterioso das prioridades a serem atendidas. Parece simples?

Seria simples caso contássemos com recursos financeiros, humanos, técnicos e administrativos, qualitativa e quantitativamente adequados, e que não surgissem problemas políticos, institucionais e administrativos, decorrentes das diferentes expectativas de uma sociedade complexa e profundamente desigual.

Mas o processo rapidamente descrito poderia ser sintetizado numa única expressão: planejamento econômico, isto é, fixar objetivos e metas, buscando atingi-los com o emprego racional do conhecimento e dos recursos disponíveis, procurando somá-los àqueles outros que possam ser captados de múltiplas fontes, para atingir os objetivos desejados.

Institucionalmente, instrumentos de planejamento já estão à nossa disposição, a exemplo dos Planos Plurianuais – PPA (instrumentos de médio prazo: quatro anos de execução e de caráter propositivo), da Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO (definidora de linhas programáticas) e da Lei Orçamentária Anual – LOA (ferramenta de curto prazo, de caráter executivo). Todos eles previstos na Constituição Federal.

Pergunta-se: os três dispositivos citados funcionariam de fato como instrumentos de planejamento? Ou estariam sendo empregados como mecanismos de prévio registro das ações de governo, que posteriormente vão sendo ajustadas de acordo com a conjuntura?

Em geral a maioria dos estados federados, a Bahia dentre eles, alteram frequentemente o conteúdo do orçamento anual, através de decretos. A União, ao contrário, depende de autorização legislativa para processar alterações orçamentárias, o que aumenta em muito as dificuldades de realizá-las.

Contudo, na Bahia vem sendo empregado um modelo de planejamento, que embora não seja uma exigência legal, é muito interessante: o PGP – Programa de Governo Participativo, o qual é proposto ao eleitorado pelo candidato a governador como programa de governo, antes das eleições.

Como é apresentado e discutido previamente, vai sendo enrequecido à medida que a campanha eleitoral avança, transformando-se ao final numa espécie de contrato entre a sociedade e o futuro governo, caso o candidato seja eleito. Além disso, torna-se uma importante contribuição para a formulação do próximo PPA, pois, é no primeiro ano de mandato governamental que este instrumento é formulado para ser executado nos três anos restantes e no primeiro ano do governo seguinte. Aliás, essa foi uma fórmula encontrada para se mitigar o seríssimo problema da descontinuidade administrativa.

No PGP duas virtudes saltam aos olhos: primeira, a autoria da proposta, isto é, o fato de ser formulado por quem teria de executá-lo, caso eleito com já disse. Segunda, sua prévia discussão com a sociedade, neste caso representada pelos eleitores. Embora restrito ao setor público, o PGP é um bom começo.

Mas, outras tentativas de planejamento econômico tem-se defrontado com uma grave dificuldade original: a não participação de quem vai executá-lo no processo de elaboração do plano. Situação que poderia gerar diálogos patéticos entre as partes. Imaginem uma situação como essa:

- Excelência eis o seu plano!
- Meu plano? Mas, eu não o encomendei.

Resumo: o governante não está se vendo no plano de governo que lhe foi apresentado. Conclusão: não se deve fazer planejamento *pret-à-porter*. Planejamento deve ser feito por encomenda e sob medida.

Então, passada a fase de enfrentamento das consequências da pandemia do coronavírus, o grande desafio da Bahia no campo da economia seria o fortalecimento do sistema de planejamento governamental.

Assim gostaria de concluir com uma proposta, que pode ser vista também como um desafio aos futuros governantes. A atividade de planejamento seria mais eficaz, se exercida em nível de assessoramento e não mais como atividade executiva no mesmo plano em que se situam as secretarias de estado. Aliás, essa proposta consta da Lei 2.321/1966 que, há mais de meio século, instituiu a Reforma Administrativa do Estado. Naquela ocasião foi criada a Assessoria Geral de Planejamento e Orçamento (AGPO), vinculada ao Gabinete do Governador. Se voltarmos a esse modelo, a Seplan deixará de ser uma secretaria em linha executiva e toda a sua estrutura será vinculada ao Gabinete do Governador, que comandará pessoalmente (ou por delegação) o processo de planejamento da economia estadual. Imaginando o êxito desta proposta, sugiro que outros ajustes sejam estudados, visando a simplificação e dinamização da cinquentenária estrutura organizacional do Poder Executivo Estadual.

DEPOIMENTO

José de Freitas Mascarenhas



Engenheiro civil e ex-presidente da Federação das Indústrias do Estado da Bahia (FIEB), atuou no planejamento de projetos estruturantes para a indústria da Bahia. Vice-presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI) e ex-secretário de Minas e Energia da Bahia, trabalhou, junto com o economista Rômulo Almeida, no projeto de formulação e implantação do Centro Industrial de Aratu, nos anos 1960, e, durante a década de 1970, no planejamento do Polo de Camaçari. Em sua primeira gestão na presidência do Sistema FIEB, no período de 1992 a 2003, contribuiu para o processo de diversificação da matriz industrial da Bahia, ao viabilizar a implantação do Senai/Cimatec, dando suporte a um novo ciclo da industrialização no estado, com a chegada da Ford e de outras empresas manufactureiras. Conduziu a modernização e profissionalização da FIEB, do Sesi, Senai e IEL, dentro do conceito de sistema integrado, fortaleceu as comissões temáticas da entidade, ampliou o número de sindicatos filiados e revigorou o Centro das Indústrias do Estado da Bahia. Construiu o novo prédio sede da FIEB, no bairro do Stiep, em Salvador, implantou o Centro de Tecnologia Industrial Pedro Ribeiro (Cetind), em Lauro de Freitas, e inaugurou a primeira unidade do Centro Integrado de Manufatura e Tecnologia (Cimatec), na Avenida Orlando Gomes. Contribuiu com o processo de planejamento industrial do estado com os documentos "Industrialização na Bahia – Construindo uma Nova Estratégia" e "Programa Estratégico de Desenvolvimento Industrial do Estado da Bahia", este editado em conjunto com o governo do estado. Diretor executivo da Odebrecht, exerceu seu terceiro mandato como presidente da FIEB entre 2010 e 2013.

A importância da CPE e seus protagonistas para o desenvolvimento da economia baiana e os resultados efetivos gerados

O planejamento econômico é a racionalização do uso dos bens e fatores, disponíveis em determinados instantes para maximizar seu uso, em benefício da coletividade. Mas isso nem sempre tem sido bem assimilado, principalmente quando pode significar a quebra de paradigmas e perda de vantagens vigentes às minorias privilegiadas.

Certamente foi o que ocorreu no retorno de Romulo Almeida à Bahia em 1954, após a morte de Getúlio Vargas, depois de uma longa, produtiva e enriquecedora experiência, adquirida no campo de inovadora planificação no Governo Federal. Não é possível analisar o desempenho da Comissão de Planejamento Econômico – CPE, criada em maio de 1955, sob as circunstâncias de hoje, onde a função planejamento, já não desperta maior atenção. Naquele momento, o planejamento era uma prática sem precedente no Estado, e despertava até suspeitas de que estaria sendo usado para introduzir a metodologia soviética de controle da economia e do poder.

Na verdade, o que havia, como sempre acontece, era o conflito das novas ideias, trazidas por Romulo e o grupo de técnicos que ele reuniu, para superar o subdesenvolvimento da época, com valores autocráticos dominantes e adotados ainda como legado do período colonial. A CPE propunha a diversificação e a modernização, nos conceitos da época, da agricultura, saída da fase da monocultura da cana de açúcar para a do cacau. Propunha também uma nova industrialização para ultrapassar a fase artesanal das instalações têxteis, fumageiras, de sabões e outras semelhantes existentes. O planejamento, depois mais bem disposto no Plandeb, sugeria estudos para a viabilização de novas indústrias que, de fato, tivessem expressão, acompanhando o novo padrão, já em implementação, na região sudeste do país. Registrem-se a construção da Usina de Paulo Afonso, a instalação da Petrobras e do Banco do Nordeste, como fatores de apoio à essa industrialização.

Do ponto de vista da construção de uma nova modelagem para a economia do Estado, as ideias, dispostas no conjunto do planejamento da CPE, eram irrepreensíveis. No entanto, na medida em que usava como elemento estratégico a dinamização das atividades produtivas privadas, disponíveis em estágio de pré capitalismo e atuantes na economia agrária e exportadora, com alocação de recursos do Estado, as dificuldades da implementação tornavam-se expressivas de vez que nem o Estado dispunha de excedentes de monta, nem era trivial a conversão desses empresários para a indústria. Os obstáculos para atrair capital de fora, certamente, eram bem mais complexos que os de hoje.

No total o fato é que a CPE foi uma força modernizadora, extraordinária da economia estadual, modificando o paradigma existente, colocando definitivamente em discussão a industrialização do Estado e a diversificação da sua agricultura. Várias iniciativas tiveram suas sementes plantadas, a partir dessas discussões. Algumas exerceram um papel e ficaram pelo caminho como o Fundagro, a CAMAB, a Mafrisa, a Caseb. Outras progrediram e tornaram-se permanentes como a Coelba, a Usiba, a Sibira.

Principais desafios a serem enfrentados pela Bahia objetivando o seu desenvolvimento sócio econômico

Proporcionar desenvolvimento eficiente a um estado ou mesmo a um país, é tarefa extremamente desafiadora. O mundo ficou menor, em termos econômicos, as fronteiras nacionais perderam significado, as barreiras aduaneiras caíram, as comunicações e as informações fluem instantaneamente, as novas demandas sociais aumentam os custos. A competição empresarial é acirrada. Aqueles que se organizam mais, que conseguem gerir melhor seus recursos, que contam com uma população educada e com sistemas de inovação bem montados, crescem mais. E se apropriam melhor da distribuição da renda.

O grau de participação nas cadeias internacionais de valor é um indicador potente do estágio do desenvolvimento de um país. Ainda que alguns especialistas já começam a considerar o papel das novas forças da inteligência artificial, que proporcionarão a produção industrial à distância. As impressoras em 3D são um exemplo.

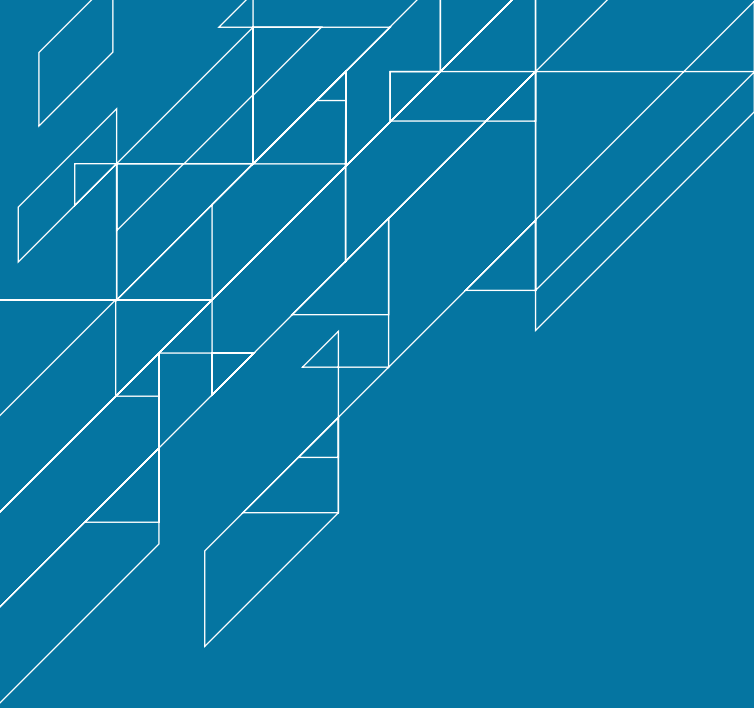
O objetivo econômico principal de qualquer gestão, voltada para um novo desenvolvimento da Bahia, deverá iniciar por transitá-la a um estado competitivo, o que em nenhuma hipótese, se conseguirá a curto prazo. Nesse sentido tudo deve começar com uma liderança política, que possa compreender e lidar com esses novos vetores do desenvolvimento e trabalhar no sentido de obter o apoio da população para os desafios. Será essencial alinhar quadros técnicos competentes com os objetivos do campo político.

A Bahia não conta mais com lideranças de prestígio nacional suficiente, capazes de promover a vinda de maiores recursos para alavancar as suas necessidades de crescimento. De resto as disponibilidades são mesmo limitadas. Portanto será prudente a elaboração de um Plano de Ação, objetivo, apoiado nas suas forças internas, calibrado dentro do seu orçamento. Esse Plano teria de considerar algumas vertentes mais importantes. A primeira seria estabelecer uma política fiscal, ativa e equilibrada, que proporcione excedentes para viabilizar os investimentos. Sem isso nada feito.

A seguir priorizar o ambiente para o desenvolvimento, através de uma outra vertente, envolvendo a infraestrutura social e física. O passo inicial é proporcionar uma "revolução" na qualidade da educação. A baixa produtividade econômica atual, só irá mudar se vier a contar com uma população bem educada. Discursos empolgados e promessas não adiantam mais. É preciso promover todos os fatores que envolvem a boa educação: escolas atrativas, bons professores, boa pedagogia, assistência aos estudantes e outros, simultaneamente. Obter o apoio da população. Com persistência e tenacidade os resultados devem proporcionar retornos mais significativos em uns 10 a 15 anos. A oferta de infraestrutura física de qualidade, é fator fundamental, com prioridade para as áreas que possam, comprovadamente, trazer retornos econômicos mais imediatos. A Bahia precisa de um porto bem equipado e eficiente, trazer as comunicações para o estado da arte, modernizar as suas áreas de localização industrial, oferecer saneamento nas suas cidades. Promover os eixos de transporte.

Nova vertente será atuar para aumentar a renda, diversificando e ampliando a industrialização e a agricultura. Dar maior atenção às empresas privadas que são a sua base de viabilização. Como não há mais condições substantivas de lhes oferecer incentivos financeiros, há que viabilizar economias externas, suficientes para atrair o interesse dos empresários, a exemplo das vistas anteriormente e outras capazes de deixá-los cuidar essencialmente do que sabem fazer, que é a realização dos seus negócios. Viabilizar investimentos em inovação e tecnologia, visando a melhoria dos produtos e da produção (o Cimatec já faz um trabalho sério), reduzir a burocracia, garantir a qualificação do pessoal e a apreciação mais rápida das questões ambientais, criar um grupo profissional de assistência às empresas para que produzam mais rápido e a menores custos.

Sem uma economia competitiva, a Bahia crescerá apenas vegetativamente ou através da exploração oportunística das suas vantagens naturais.



APÊNDICE]

Apresentação dos autores de textos
do livro Memórias da Economia Baiana

Rômulo de Almeida

Rômulo Barretto de Almeida nasceu em Salvador-BA no dia 18 de agosto de 1914 e faleceu em 23 de novembro de 1988. Filho de Eduardo de Sousa Almeida e de Almerinda Barretto de Almeida, casou-se com Francisca Aguiar Almeida, com quem teve três filhos. Em 1933, bacharelou-se pela Faculdade de Direito da Bahia.

Dedicando-se à economia, em 1941 tornou-se diretor do Departamento de Geografia e Estatística do Território do Acre. Entre 1942 e 1943 foi professor substituto da Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas do Rio de Janeiro. Em 1946 prestou assessoria à Comissão de Investigação Econômica e Social da Assembleia Nacional Constituinte. No período de 1948 a 1949 participou de diversas subcomissões da Comissão Mista Brasileiro-Americana de Estudos Econômicos, também conhecida como Missão Abbink.

Por volta de 1950, atuando como economista da Confederação Nacional da Indústria, filiou-se ao Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). Iniciado o segundo governo Vargas, em janeiro de 1951, no mês seguinte foi designado oficial de gabinete do Gabinete Civil da Presidência da República. Ao mesmo tempo foi incumbido por Vargas de organizar a Assessoria Econômica da Presidência da República.

Ainda em 1951 tornou-se membro do conselho consultivo da Companhia Hidro Elétrica do São Francisco, posto que manteria até 1966. A partir de 1953, Rômulo de Almeida tornou-se consultor econômico da Superintendência da Moeda e do Crédito (Sumoc). Ainda no segundo semestre desse ano assumiu a presidência do Banco do Nordeste do Brasil. Com o suicídio de Vargas, em 1954, demitiu-se de seu cargo, já com a intenção de concorrer a uma cadeira na Câmara Federal.

No pleito de outubro de 1954 elegeu-se deputado federal pela Bahia na legenda do PTB. Iniciou o mandato em fevereiro do ano seguinte, tornando-se vice-líder do PTB em março. Em abril, porém, deixou a Câmara para assumir a Secretaria da Fazenda baiana. Ainda em 1955 criou e presidiu na Bahia a primeira Comissão de Planejamento Econômico do estado. Em 1957, criou e presidiu o Fundo de Desenvolvimento Agroindustrial da Bahia e foi nomeado vice-presidente da Rede Ferroviária Federal. Reassumiu seu mandato na Câmara em julho desse mesmo ano, exercendo-o até dezembro. No período de 1957 a 1959 reorganizou o Instituto de Economia e Finanças da Bahia e nesse último ano, já durante o governo de Juraci Magalhães, foi secretário sem pasta para Assuntos do Nordeste no estado. Representou também a Bahia na Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) e, nomeado posteriormente secretário de Economia, elaborou o projeto da Companhia de Energia Elétrica da Bahia (Coelba).

Foi diretor da Companhia Ferro e Aço de Vitória e, em 1961, nomeado representante do Brasil junto à Comissão Internacional da Aliança para o Progresso, da qual se exoneraria em 1966.

Com a extinção do bipartidarismo, em 29 de novembro de 1979, e a consequente reformulação partidária, vinculou-se à corrente trabalhista liderada por Leonel Brizola. Quando este perdeu a sigla do PTB para Ivete Vargas, filiou-se ao Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB).

Rômulo de Almeida foi professor da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade da Bahia, da Escola de Comando e Estado-Maior da Aeronáutica, do Curso de Planejamento do Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP) e da Escola Brasileira de Administração Pública da Fundação Getúlio Vargas (EBAP-FGV). Foi diretor da Fundação Casa Popular, da Companhia Brasileira de Petróleo Ipiranga, da Empreendimentos Bahia S.A. e da Elétrico-Siderúrgica Bahia S.A., além de presidir a Consultoria de Planejamento Clan S.A. Também foi membro do conselho diretor do Instituto Brasileiro de Administração Municipal (IBAM).

Presidente de honra do PMDB baiano, em 1985, após ser cogitado para a presidência da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), foi nomeado, no início do governo Sarney, diretor de planejamento da área industrial do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Permaneceu nesse cargo até a sua morte, ocorrida em Belo Horizonte, em novembro de 1988.

Góis Calmon

Francisco Marques de Góis Calmon nasceu em Salvador-BA no dia 6 de novembro de 1874 e faleceu em 29 de janeiro de 1932. Depois de concluir o curso de Direito em 1894, retornou à capital baiana e foi nomeado, no ano seguinte, professor substituto de Cronografia e História do Brasil, no Ginásio da Bahia, então o único instituto de ensino secundário do estado. Ao longo de sua vida, até 1924 (quando se tornou governador do estado), destacou-se como advogado atuante principalmente nos meios comerciais e empresariais de Salvador. Já em abril 1897, o ministro da Fazenda, Bernardino de Campos nomeou-o fiscal do governo do estado junto ao Banco da Bahia. Num relatório que produziu nessa época, demonstra sensibilidade para problema da imigração estrangeira, apontado como empecilho principal para a falta de crédito agrícola e a alta taxa de juros. Em 1908, quando o seu irmão era ministro da Agricultura, Góis Calmon foi encarregado pela poderosa Associação Comercial do Estado da Bahia, órgão da classe comercial de Salvador, de encaminhar ao governo

federal um pedido de auxílio para remediar o problema da alta de numerário na praça da Bahia. Em 1910, Góis Calmon prestou os seus serviços reorganizando o Banco Econômico da Bahia, então em franca expansão. Em parte graças ao sucesso que alcançou, tornou-se, nove anos depois, presidente da instituição.

Contava-se já com o declínio de J. J. Seabra quando Góis Calmon foi lançado seu candidato. Graças a adesões inesperadas e de última hora, dentre as quais conta-se a de Deocleciano Teixeira, pai do célebre pedagogo Anísio Teixeira, Calmon foi eleito.

Seu governo foi inovador, no sentido de ter procurado montar um secretariado composto, em sua grande maioria, de jovens expoentes, que tinham se destacado na vida acadêmica – como o próprio Anísio, que ocupou a pasta de diretor-geral de ensino (equivalente a secretário de educação), Nestor Duarte, na agricultura, e muitos outros.

Thales de Azevedo

Thales Olympio Góes de Azevedo nasceu em 26 agosto de 1904, na Rua do Hospício – hoje, Rua Democrata, na continuação do Largo 2 de Julho –, em Salvador-BA, e faleceu em 5 de agosto de 1995. Filho mais velho do farmacêutico Ormindio Olympio Pinto de Azevedo, fundador da antiga Farmácia Piedade, na Praça da Piedade – esquina da Rua da Força –, e da professora Laurinda Góes de Azevedo, teve quatro irmãos – Helena, Noélia e Renato Góes de Azevedo, além de Elvira, esta falecida com dias de nascida –, vindo de uma família com longa tradição nas profissões de nível superior. Casou-se com Mariá Freitas David, diplomada em piano, também de família baiana formada por vários profissionais liberais e oficiais do Exército, inclusive seu pai, médico, que serviu em Alegrete, no Rio Grande do Sul, onde ela nasceu.

Formou-se pela Faculdade de Medicina da Bahia em 1927, recebendo distinção pela tese inaugural *Fibromyomas do Útero: notas e estatísticas na Bahia*, aprovada em 23 de dezembro de 1927. Essa turma de médicos diplomados em 27 de dezembro daquele ano notabilizar-se-ia pelo constante convívio entre alguns de seus membros, sob a designação de Núcleo de 27, e pelo destaque alcançado por vários deles. Dela também participaram, dentre outros, José Silveira, Alício Peltier de Queiroz, Antônio Simões, Bráulio Xavier Filho, Hosanah Oliveira, Luiz Rogério de Souza, Malhias Bittencourt, Manoel Jerônimo Ferreira, José Moreira Pinto, Jayme Saldanha, Raymundo Gouveia, Luiz Passos, Guedes de Melo, Eládio Lassere, Emanuel Motta, Flaviano Marques, Diógenes Vinhaes, José Barbosa Negrinho, Vivaldo Palma Lima, que se radicou na Amazônia, e Otacílio Lopes, que se tornaria respeitado clínico em Campinas, São Paulo.

Médico e professor, como costumava se identificar, Thales de Azevedo foi também homem de imprensa e começou a escrever, ainda estudante de medicina, em um jornal diocesano de Ilhéus e para as seções de estudo do Círculo Católico de Estudos da Mocidade Acadêmica do Padre. Cabral. Foi revisor do Diário Oficial da Bahia, no qual aprendeu, com Arthur Arésio da Fonseca, as notações usadas na revisão tipográfica, tendo como companheiros Jayme Junqueira Ayres e Adalício Nogueira, então estudantes de Direito. Pouco depois, transferiu-se para o Diário da Bahia (1925), no qual trabalhou com Henrique Cândia, que logo o promoveu de revisor a noticiarista. Entrou em seguida para o jornal A Tarde, sendo encorajado por Ernesto Simões Filho a escrever e passando a conviver com Aloysio de Carvalho – Lulu Parola –, Antônio Marques Pinto, Aristoteles Gomes, Tadeu Santos, Jerônimo Sodré Vianna – Jesovi –, Epaminondas Berbert de Castro, Wenceslau Galo, Gilberto Valente, Luiz Viana Filho e José Valladares. Para esse jornal, escreveu por mais de 60 anos, durante os quais acompanhou com admiração, além de Henrique Cândia, a direção sucessiva de três respeitados redatores-chefes – Armando de Campos, Ranulfo Oliveira e Jorge Calmon, este a partir de 1949. Começou sem regularidade, mas acabou tornando-se um articulista de produção semanal até a semana de sua morte. Em 1975, com a reorganização do jornal, Simões Filho o incluiu entre os seis colaboradores permanentes de A Tarde. Na década de 1940, ele mesmo dirigiu a Semana Católica, órgão local do que viria a ser a Ação Católica Brasileira, e desde 1938 era membro da Associação Bahiana de Imprensa.

Sua primeira tarefa como médico, identidade profissional mantida por mais de 40 anos e acumulada, a partir de 1943, com a de professor universitário, foi em comissão pela Secretaria de Educação, Saúde e Assistência do Estado da Bahia, no primeiro semestre de 1928, em campanha de combate à peste bubônica no município de Itambé. Em seguida, clinicou em Castro Alves, onde conviveu com o clínico local Rafael Jambeiro. Publicaria mais tarde um romance narrando aspectos das lutas políticas na região – *Foi Deus não Acontecer Nada* (1984). Ali foi também verificador de óbitos credenciado pelo Serviço de Febre Amarela e inspetor estadual de Ensino, nos municípios de Castro Alves e São Félix, designado por Archimedes Pereira Guimarães. Nesse período fez o seu primeiro curso de aperfeiçoamento – em aparelho digestivo e tuberculose – na Segunda Cadeira de Clínica Médica da Faculdade de Medicina da Universidade do Brasil, hoje Universidade Federal do Rio de Janeiro, com o professor Clementino Fraga (1931).

Deixou Castro Alves no início de 1933 e começou a clinicar em Salvador, onde passou por uma série de empregos até seu ingresso na Secretaria de Educação, Saúde e Assistência. Ensinou inglês no Colégio Nossa Senhora da Vitória (Maristas) (1933) e História Natural no Colégio Antônio Vieira. Nessa fase, fez estágio de cinco meses na Clínica da Cadeira de Dermatologia e Sifilografia do professor Eduardo Rabello,

da Faculdade de Medicina da Universidade do Brasil, obtendo o certificado de assistente. Em 1934 tornou-se o primeiro médico do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Marítimos, Delegacia da Bahia, quando era delegado estadual Osvaldo Augusto da Silva, e em 1936 fez-se médico auxiliar do Serviço de Peste na Bahia, na 5ª Delegacia Federal de Saúde. Trabalhou também como assistente da Cadeira de Zoologia e Botânica do curso de Farmácia, então anexo à Faculdade de Medicina, tendo por catedrático o professor Alexandre Leal Costa, e como assistente extra-numerário da Cadeira de Parasitologia do curso de Medicina, tendo por catedrático o professor Antônio Luiz Cavalcanti de Albuquerque de Barros Barreto, com quem dividiu consultório na Avenida 7 de Setembro, trecho de São Pedro.

Iniciou sua carreira de funcionário público como diretor da Secretaria do Conselho de Assistência Social da Secretaria de Educação, Saúde e Assistência Pública. Com Isaías Alves como secretário, obteve sua transferência para o gabinete, de onde solicitou sua reclassificação para o quadro do Departamento de Saúde Pública, o correspondente à atual Secretaria de Saúde, tornando-se médico sanitarista. Foi médico do 1º Centro de Saúde na Vitória e do 3º Centro na Calçada, analista do Instituto Oswaldo Cruz, assistente do secretário, Eduardo Mamede, médico da Inspeção de Propaganda e Educação Sanitária, chefe da Seção de Higiene da Alimentação e assistente do chefe do Departamento de Saúde. Além de Eduardo Mamede, trabalhou na Saúde Pública com Cezar de Araujo, José Maria de Magalhães Neto e Álvaro Bahia. No começo desse período foi nomeado em comissão para fazer o Curso de Extensão sobre Alimentação e Nutrição, dirigido por Josué de Castro, na Universidade do Brasil.

Mas os marcos decisivos de sua dedicação ao ensino e à pesquisa foram o convite de Isaías Alves para integrar o corpo docente da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, criada em 1941, hoje Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia, na qual ensinou entre 1943 e 1969, e o convite, em 1943, por Osvaldo Valente, então diretor do Arquivo Municipal de Salvador, para escrever *Povoamento da Cidade do Salvador* (1949), um dos trabalhos da série *Evolução Histórica da Cidade do Salvador*, comemorativa do IV Centenário da cidade (1549-1949).

Devido à sua formação em medicina, Thales de Azevedo foi encarregado da Primeira Cadeira de Antropologia e Etnografia do Brasil da Faculdade de Filosofia, cuja matéria integrava-se aos currículos de Geografia e História e de Ciências Sociais. Nela, ele deveria cobrir temas de antropologia física ou biológica, mas viesaria progressivamente para assuntos de antropologia social. Por sua vez, a preparação e o êxito da obra *Povoamento da Cidade do Salvador*, nos anos iniciais de ensino na faculdade, significariam um salto definitivo em sua vida profissional, tornando-o um autor respeitado nacionalmente.

Nesse mesmo período, a partir de 1949, trabalhando com Anísio Teixeira, então secretário de Educação e Saúde do estado, Thales de Azevedo foi encarregado de dar apoio ao Programa de Pesquisas Sociais Estado da Bahia-Columbia University, de que logo em seguida tornou-se coordenador, ao lado de Charles Wagley (Columbia University) e de Luiz de Aguiar Costa Pinto (Universidade do Brasil), acompanhando seus desdobramentos em vários estágios posteriores de treinamento e orientação de estudantes americanos em estágio na Bahia, ainda por mais de duas décadas.

Como um dos fundadores e membros do conselho diretor, presidente, vice-presidente e secretário-geral da Fundação para o Desenvolvimento da Ciência na Bahia, Thales de Azevedo teve um papel decisivo no apoio a projetos de pesquisa e na concessão de bolsas de estudo a pesquisadores. Entre 1955 e 1956, voltou ao ensino de medicina, tornando-se professor conferencista da Escola Bahiana de Medicina e Saúde Pública. Em seguida, como primeiro pró-reitor da Universidade Federal da Bahia, na qualidade de diretor do Departamento Cultural, abriu a discussão, entre o corpo docente, sobre a reforma universitária, retomada quando diretor da Faculdade de Filosofia, ente 1964 e 1968. Foi um dos fundadores e primeiro diretor do Instituto de Ciências Sociais, uma aspiração vinda de 1955 e 1956, quando tentou articular a formação de um centro de pesquisas sociais na Faculdade de Filosofia. Apesar de ter sido o primeiro dos novos institutos básicos criados na Universidade da Bahia associando pesquisa e ensino e promovendo os primeiros cursos de pós-graduação em ciências sociais fora do Rio de Janeiro e São Paulo, por razões políticas, o instituto sofreu intervenção do Exército, no início de 1965, e teve seus arquivos totalmente destruídos e esfacelada sua biblioteca, vindo finalmente a ser extinto no final da década de 1960. Nesse intervalo, Thales de Azevedo, já como diretor da Faculdade de Filosofia, escreveria vários textos sobre ensino superior e reforma universitária.

Na Faculdade de Filosofia criou, em 1953, o Seminário de Antropologia, que perdurou com reuniões semanais até o final da década de 1960 e cujas sessões eram sistematicamente anunciadas em cartões por ele próprio datilografados, colocados no quadro de aviso do saguão da faculdade. Pelo seminário passaram, segundo o registro das suas 100 primeiras sessões, G. Herbert Blumer, Leon Bourdon, Edison Carneiro, John Friedmann, Wilson Martins, M. Herskovits, Juan Comas, Jean Tricart, Pierre Monbeig, os professores da própria universidade, Frederico Edelweiss, José Calasans, Jorge Calmon, Hélio Simões, Luiz H. Dias Tavares, José Valladares, J. Wanderley Pinho, Cora Pedreira, e também jovens pesquisadores, como Cláudio Veiga, Dalmo Pontual, Waldir F. Oliveira, Maria de Azevedo Brandão, Milton Santos, Maria Isaura Pereira de Queiroz, Teresa Cardoso, Nilda Guerra de Macedo, Antônio Cabral de Andrade, além de artistas, escritores, outros professores e profissionais, colegas de outros estados e do exterior. O Instituto de Ciências Sociais, por sua vez, manteria a tradição do Seminário de Antropologia, promovendo, nos três anos de sua existência

antes da intervenção do Exército, cursos e debates de que participaram J. Medina-Echevarria, Frank Tannenbaum, Roger Bastide, Caio Prado Jr., Pierre George, Hélio Jaguaribe, Alain Touraine, Rodolfo Stavenhagen, Rômulo de Almeida, Ignácio Rangel, e recebendo visitas de Victor Urguidi, Fernando Henrique Cardoso, Anísio Teixeira, Marvin Harris, Jorge Ahumada, Gino Germani, Donald Warren, Gilberto Freyre, Arthur Neiva, José Midlin, Sergio Bernardes, Anibal Vilela, Richard Graham e outros.

A atualidade e a presença desse médico e pioneiro em ciências sociais no Brasil expressaram-se também na sua vigência como membro destacado de entidades científicas e culturais. Como médico, entre outras associações, integrou o Instituto Brasileiro de História da Medicina, a Sociedade Brasileira de Dermatologia e Sifilografia, a Sociedade Brasileira de Alimentação, a Academia Brasileira de Ciências Médico-Sociais, o Conselho Técnico-Administrativo do Instituto Brasileiro para Investigação da Tuberculose, hoje Fundação José Silveira, e a Academia de Medicina da Bahia.

Além da já mencionada participação na direção da Fundação para o Desenvolvimento da Ciência na Bahia, foi vice-presidente e presidente em exercício do Conselho Estadual de Cultura da Bahia, de que participou desde a fundação, em 1968, até seu falecimento. Membro da Academia de Letras da Bahia desde 1962, foi seu presidente em 1969/1970 e membro do Conselho Diretor da Fundação Casa de Jorge Amado. Participou ainda da Academia Brasileira de História, do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, do Instituto Pan-Americano de Geografia e História (México), do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais (correspondente), da Academia Rio-Grandense de Letras (correspondente), da Sociedade Brasileira de Sociologia, da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência e da American Anthropological Association. No Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, apresentado para sócio em 14 de fevereiro de 1952 por Antônio Vianna, Wanderley Pinho, Esther Bastos, Francisco da Conceição Menezes e Durval Bastos e diplomado em 12 de junho de 1952, foi vice-presidente em 1977 e presidente eleito sucessivamente por cinco biênios, entre 1978 e 1987.

A publicação em revistas especializadas e a presença em encontros profissionais, inicialmente em medicina e em seguida em história, desdobrou-se, sobretudo, na participação ativa na Associação Brasileira de Antropologia (ABA), desde antes de sua fundação, já nas reuniões precursoras de 1951, 1953 e 1955. Em 1951, em Petrópolis, Thales de Azevedo foi eleito vice-presidente da mesa diretora dirigida por H. Baldus, encarregada de organizar o primeiro encontro sobre a situação e perspectivas do ensino e da pesquisa em antropologia no Brasil. Dessa reunião, realizada em 1953, no Museu Nacional (Rio de Janeiro), assumiu a presidência com a vacância temporária de Baldus, por força de um problema de saúde. Em 1955 organizou e dirigiu a primeira reunião nacional de antropólogos no Brasil, durante a qual se fundou

a ABA. A partir daí, participou de todas as reuniões da associação e, à exceção do conturbado biênio de 1971/72, integrou continuamente seu conselho científico. Em 1974 assumiu a presidência e tornou-se seu primeiro presidente de honra em 1988.

Ministrou seminários e cursos nas universidades de Columbia (New York, outono/inverno de 1952 e outono/inverno de 1973), Wisconsin (Madison-USA, 1960), Pedro Ruiz Gallo (Peru), Madri e Lisboa, além de palestras em várias universidades brasileiras, no Instituto Joaquim Nabuco (Recife), na Universidade Católica da América (Washington), na Rutgers University (New Jersey-USA), City University of New York, e nas universidades de Coimbra, Fordham (New York), Quebec, Toronto e Laval (Canadá), Louvain (Bélgica), Paris, Bordeaux, Toulouse e Poitiers (França). Participou em bancas examinadoras de concursos e doutoramentos na Columbia University e nas universidades Federal do Rio de Janeiro, de São Paulo e de Campinas, nas quais foram examinados cientistas sociais como Marvin Harris, Octavio Ianni, Fernando Henrique Cardoso, Maria Isaura P. Queiroz, Florestan Fernandes, João Batista B. Pereira, Maria Manuela C. Cunha e Sérgio Micelli. E integrou os conselhos editoriais de várias revistas em ciências sociais.

Clemente Mariani

Clemente Mariani Bittencourt nasceu em Salvador-BA no dia 28 de setembro de 1900, filho do desembargador Pedro Ribeiro de Araújo Bittencourt e de Ana Clemente Mariani Bittencourt. Casou-se com Clara Pereira Mariani Bittencourt, com quem teve oito filhos. Faleceu em Salvador no dia 13 de agosto de 1981.

Bacharelou-se em dezembro de 1920 e iniciou, em 1921, sua carreira de advogado. Ainda em 1921, paralelamente à advocacia, começou a atuar como jornalista, tendo sido redator e mais tarde redator-chefe do *Diário da Bahia*.

Em 1924 foi eleito deputado estadual pelo distrito de São Francisco. No ano seguinte abandonou o mandato, assumindo a cadeira de direito comercial na Faculdade de Direito da Bahia. Dedicando-se à advocacia, ao magistério e ao jornalismo, em 1927 deixou o *Diário da Bahia* e tornou-se colaborador da *Revista da Ordem dos Advogados da Bahia*, atividade que exerceria até 1930.

Com vistas às eleições para a Assembleia Nacional Constituinte, em maio de 1933, participou da formação do Partido Social Democrático (PSD) da Bahia, do qual foi o primeiro-secretário e em cuja legenda se elegeu à Constituinte, obtendo a segunda maior votação no estado.

Eleito novamente em outubro de 1934 na legenda do PSD da Bahia, assumiu a liderança da bancada baiana na Câmara. Descrente dos rumos que tomava o processo político, viajou em seguida para a Europa, sendo substituído na Câmara por Artur Neiva. Regressou ao Brasil às vésperas do golpe de 10 de novembro de 1937 que instituiu o Estado Novo, não chegando a reassumir a liderança da bancada baiana.

Durante o Estado Novo afastou-se da política, retornando às atividades de professor e advogado. Acabou, contudo, abandonando a advocacia e o magistério para dedicar-se exclusivamente aos interesses comerciais como presidente da Cirb — empresa que fundara no Rio de Janeiro, então Distrito Federal, durante o período de seu mandato na Câmara — e da Companhia Usina Cinco Rios, adquirida em 1938.

Em 1942 tornou-se diretor do Banco Comercial da Bahia e do Banco da Bahia, cuja presidência assumiu dois anos depois, reestruturando-o e dinamizando, sobretudo, o setor de câmbio.

Com a deposição de Vargas, em 29 de outubro de 1945, assumiu o governo José Linhares, presidente do Supremo Tribunal Federal (STF). Mariani decidiu, então, candidatar-se e optou pela legenda udenista. Realizado o pleito, elegeu-se constituinte.

Afastou-se da Câmara em dezembro de 1946 para assumir a pasta da Educação e Saúde Pública do governo Dutra. Além dos encargos ministeriais, participou das articulações políticas para a escolha dos candidatos à sucessão de Dutra, durante o ano eleitoral de 1950.

Em maio de 1950 renunciou ao ministério para se candidatar ao Senado pela Bahia. Reassumindo seu mandato na Câmara dos Deputados em julho, foi substituído na pasta da Educação e Saúde por Pedro Calmon. Realizado o pleito em outubro, Vargas saiu vitorioso para a presidência e Mariani foi derrotado nas eleições para o Senado. Concluiu seu mandato em janeiro de 1951 e deixou a Câmara dos Deputados.

Afastado dos cargos políticos, reassumiu ainda em 1951 a presidência do Banco da Bahia, nela desenvolvendo, durante cerca de quatro anos, uma atuação que extrapolaria a área bancária. Com o suicídio de Vargas, em 24 de agosto de 1954, e a posse imediata do vice-presidente João Café Filho no poder, foi convidado pelo novo ministro da Fazenda, Eugênio Gudin, para assumir a presidência do Banco do Brasil. Aceitou o convite, tomando posse no novo cargo em setembro, passando a presidência do Banco da Bahia a Fernando Góis. Deixou o ministério em abril de 1955.

A campanha eleitoral de 1960 acabou aproximando-o de Jânio Quadros, candidato da União Democrática Nacional (UDN) à Presidência da República. A orientação

financeira anunciada por Jânio em seus discursos de campanha ajustava-se às teses de reforma cambial e de austeridade preconizadas por Mariani, que passou a apoiar sua candidatura. Poucos dias antes de assumir o governo, em janeiro de 1961, Jânio convidou Mariani para encabeçar a pasta da Fazenda.

Com a renúncia de Jânio, Mariani manteve-se no cargo durante o governo interino de Pascoal Ranieri Mazzilli, presidente da Câmara dos Deputados, que assumiu o governo devido à ausência do vice-presidente João Goulart, que se encontrava em missão no exterior. Em decorrência da crise gerada com o veto das Forças Armadas à posse de Goulart, a situação prolongou-se até 7 de setembro, quando, já em vigor o regime parlamentarista, Goulart foi empossado e Mariani deixou a pasta da Fazenda, sendo substituído por Válder Moreira Sales.

Retornou às atividades empresariais, não ocupando qualquer cargo político durante o governo João Goulart. Apesar de suas estreitas ligações com figuras da UDN vinculadas às articulações antigovernamentais, manteve-se afastado do cenário político no período que antecedeu o movimento político-militar de março de 1964 que depôs Goulart. Entretanto, como empresário e banqueiro, não deixou de acompanhar as mudanças na política econômica implementadas pelo governo do marechal Humberto de Alencar Castelo Branco.

Com a posterior aprovação da Lei de Reforma Bancária e a criação de novas entidades autônomas para o exercício das atividades financeiras, Mariani promoveu a criação de um banco de investimento e de uma companhia financeira, ligados ao Banco da Bahia.

A partir de 1978 Mariani foi passando sucessivamente a presidência executiva das empresas do grupo a seus filhos Carlos e Eduardo Mariani, conservando apenas a presidência dos conselhos de administração.

Manoel Pinto de Aguiar

Nasceu em Alagoinhas-BA, em 7 de março de 1910 e faleceu em 24 de novembro de 1991, aos 81 anos de idade. Concluiu a Faculdade de Direito da Bahia em 1931, aos 21 anos de idade, dedicando-se à advocacia. Nessa altura, tendo sido convidado para participar da administração pública, revelou-se grande empreendedor, especialmente como diretor da Caixa Econômica Federal na Bahia.

No período em que funcionou o Parlamento, foi deputado estadual. Com a decretação do Estado Novo (1937), afastou-se da vida pública, voltando a exercê-la após a sua queda.

Nos anos 1950, tornou-se um dos principais animadores da empolgante discussão que então se travou acerca das razões pelas quais a Bahia perdera o dinamismo econômico. Esse debate passou à história como O Enigma Bahiano. Por entender que a questão achava-se relacionada à dimensão cultural, criou um programa, a cargo da Editora Progresso – que tomou a iniciativa de organizar –, de que resultou a publicação de grande número de livros.

Na administração pública exerceu altos cargos, entre eles o de diretor da Eletrobrás. Atuou também no magistério, tendo sido catedrático e diretor da Faculdade de Ciências Econômicas.

Jairo Simões

Economista, professor da Universidade Federal da Bahia e ex-secretário de Planejamento do estado da Bahia

Fernando Cardoso Pedrão

Livre-docente em Ciências Econômicas pela Universidade Federal da Bahia (UFBA), doutorado e graduado em Ciências Econômicas pela UFBA. Atualmente é diretor científico do Instituto Brasileiro de Políticas Sociais e Econômicas (Ibrapse). Tem extensa carreira como professor universitário e experiência internacional como técnico da Organização das Nações Unidas, atuando como economista sênior e chefe de área da Divisão de Economia do BID, diretor internacional de programas de cooperação técnica nas áreas de planejamento, projetos e políticas públicas, e planejamento urbano e regional no México e no Equador, e consultor da Cepal para programas de desenvolvimento nos países do Caribe. Nesses organismos, trabalhou principalmente com os seguintes temas: desenvolvimento econômico, política econômica regional, economia política e economia do ambiente e da energia.

Vladson Menezes

Possui graduação em Ciências Econômicas pela Universidade Federal da Bahia (1988) e mestrado em Economia pela Universidade Federal da Bahia (1993). Atualmente é diretor executivo da Federação das Indústrias do Estado da Bahia e professor assistente da Universidade Estadual de Feira de Santana. Tem experiência na área de economia, com ênfase em economia regional, atuando principalmente nos seguintes temas: competitividade, desenvolvimento regional, Bahia, economia regional e economia baiana. Possui vivência de cerca de 25 anos em órgãos governamentais, entidades empresariais e empresa de economia mista, dos quais 15 anos em posições executivas, com responsabilidade pela gestão, atividades de representação, assessoramento e defesa de interesses junto ao setor público e agentes políticos em geral. Detém experiência na área de defesa de interesses, em particular na condução de negociações envolvendo os poderes Legislativo e Executivo estadual e federal, envolvendo capacidade argumentativa, desenvolvimento de estratégias regimentais e articulação com *stakeholders*. Tem conhecimento do ambiente empresarial e de associações nacionais e de diversos estados, principalmente do setor industrial, além de experiência na construção e liderança de times multifuncionais, habilidade nas áreas administrativa e financeira.

Francisco Teixeira

Possui graduação em Administração Pública pela Fundação Getúlio Vargas (1976), mestrado em History and Social Studies of Science pela University of Sussex (1980) e doutorado em Política de Ciência e Tecnologia pela University of Sussex (1985). Professor titular da Universidade Federal da Bahia e membro permanente do Núcleo de Pós-Graduação em Administração (NPGA). Tem experiência na área de gestão e política de ciência e tecnologia, trabalhando principalmente nos seguintes temas: tecnologia, inovação, competitividade, indústria, planejamento e desenvolvimento tecnológico. Atualmente trabalha com temas relacionados à política regional e, na linha da inovação, no desenvolvimento de jogos educacionais nas áreas de inovação, estratégia e políticas públicas.

Oswaldo Guerra

Tem graduação e mestrado em Economia pela Universidade Federal da Bahia e doutorado em Economia pela Universidade Estadual de Campinas (1992). Professor associado e aposentado da Faculdade de Economia da Universidade Federal da

Bahia. Prêmio Economista de Destaque 2016 concedido pelo Corecon/BA. Realizou trabalhos de consultoria para a Unesco/ONU, PNUD/ONU, Petrobras, Cepal, Banco do Nordeste, Ministério da Ciência e Tecnologia, secretarias de Planejamento e Indústria e Comércio da Bahia, ABS Group e Federação das Indústrias da Bahia. Tem experiência nas áreas de estudos industriais e mudanças tecnológicas, atuando principalmente nos seguintes temas: competitividade, estratégias empresariais, indústrias de petróleo, gás natural e petroquímica, energia e economia baiana.

Edgard Porto Ramos

Doutor em Planificação Territorial e Desenvolvimento Regional pela Universidade de Barcelona, Espanha (2005), secretário executivo do Instituto de Pesquisas Econômicas, Sociais e Ambientais (INP), pesquisador do Lab Habitar da Faufba, professor do curso Residência AUE-UFBA, diretor de Estudos da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI), membro do Conselho Curador da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia e coordenador da Comissão Organizadora do XIII Seminário Internacional da RII. Tem sete livros publicados (cinco em co-autoria) na área de desenvolvimento urbano e regional, sendo o seu último livro lançado na Espanha, em novembro de 2009, pela Erasmus Ediciones. Possui vários trabalhos de pesquisas publicados em livros e revistas nacionais e internacionais e participou como palestrante de seminários e encontros no Brasil e em outros países. Tem o foco da sua pesquisa na área de desenvolvimento regional, a partir de uma abordagem econômica e social.

Gustavo Casseb Pessoti

Possui graduação em Ciências Econômicas pela Universidade Federal da Bahia e mestrado em Análise Regional pelo Programa de Desenvolvimento Regional e Urbano da Universidade Salvador (PPDRU-Unifacs), além de duas especializações (uma na área de Planejamento Regional e Orçamento Público pela UFBA e outra em Políticas Públicas e Gestão Governamental pela Unifacs). É funcionário público concursado na carreira de Especialista em Gestão Governamental e Políticas Públicas. Entre 2001 e 2005 foi gerente de Estudos Econômicos da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI). Entre 2005 e 2009 assumiu o cargo de coordenador de Contas Regionais e Finanças Públicas na SEI. Desde 2009 é diretor de Indicadores e Estatísticas da mesma instituição. Foi professor dos cursos de Ciências Econômicas, Ciências Contábeis, Relações Internacionais e Administração da Universidade Salvador entre 2007 e 2019,

lecionando as disciplinas Fundamentos de Economia, Contabilidade Social, Teoria e Política Macroeconômica I e II, Economia do Setor Público, Estatística, Conjuntura Econômica, Economia Regional e Baiana, História do Pensamento Econômico, Finanças Internacionais, Planejamento Econômico, Trabalho de Conclusão de Curso I e II. A partir de janeiro de 2010 tornou-se coordenador do curso de Ciências Econômicas da Universidade Salvador, permanecendo até janeiro de 2016. Em 2012 foi eleito conselheiro efetivo do Conselho Regional de Economia da Bahia e diretor regional da Associação Nacional dos Cursos de Graduação em Economia do Brasil (Ange), tendo sido reconduzido em 2014 para novo mandato. Foi eleito presidente do Conselho Regional de Economia da Bahia (Corecon-BA) entre 2014 e 2015 e novamente em 2017. Em 2020 foi eleito vice-presidente do Conselho Regional de Economia da Bahia. Tem 10 livros e 75 artigos científicos publicados em periódicos, livros, revistas especializadas e anais de congressos de economia da Bahia.

Fernanda Calasans Lacerda Pessoti

Doutoranda em Economia pela Universidade Federal da Bahia e mestre em Economia pela Universidade Federal de Uberlândia. Possui graduação em Economia pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (2004). Professora assistente da área de Economia na Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB). Tem desenvolvido estudos na área de desenvolvimento econômico, com ênfase nas análises de pobreza multidimensional, abordagem das necessidades básicas e abordagem das capacitações.

Denis Veloso da Silva

Possui graduação pela Universidade Católica do Salvador (2004). Atualmente é assessor técnico da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI) e colunista do jornal do Grupo A Tarde. Tem experiência na área de economia, com ênfase em contas regionais, PIB municipal e educação financeira.

Aristeu Barretto de Almeida

Graduou-se em Ciências Sociais pela Faculdade Nacional de Filosofia do Rio de Janeiro (FNFfi) e em Ciências Econômicas pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Ex-deputado estadual, foi professor da Faculdade de Economia da UFBA, assessor

econômico da Federação das Indústrias do Estado da Bahia (FIEB), chefe do setor de agricultura da Comissão de Planejamento Econômico do Estado da Bahia (CPE) e chefe do setor econômico-financeiro do Conjunto Petroquímico da Bahia (Copeb). Também foi fundador do Instituto Rômulo Almeida de Altos Estudos (Irae) e membro do Instituto Genealógico da Bahia, do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia (IGHB) e da Associação Brasileira dos Anistiados Políticos do Sistema Petrobras e Demais Empresas Estatais (Abraspets). Escritor de diversas obras, é irmão de Rômulo Almeida, autor do primeiro texto que compõe esta publicação.

Edson Pitta Lima

Possui graduação em Ciências Econômicas pela Universidade Federal da Bahia (UFBA), com especialização em Planejamento Global e Planejamento Regional pelo Ilpes/Cepal e em Treinamento e Problemas de Desenvolvimento Econômico pela Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste. Atualmente integra o quadro de consultores da Fundação ADM e é professor adjunto da UFBA. Também atua como assessor especial da presidência da Associação Comercial de Lauro de Freitas. Desde 2009 é diretor-geral do Word Center de Educação e Treinamentos. Exerceu os cargos de subsecretário de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente da Prefeitura Municipal de Salvador, entre 2008 e 2010, chefe de gabinete da Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo, entre 1980 e 1983, e secretário de Planejamento, Ciência e Tecnologia do Estado da Bahia, entre 1975 e 1979. Também atuou como coordenador da Coordenação de Planejamento do Banco de Desenvolvimento do Estado de São Paulo e, em 1969, foi diretor-geral do Centro de Planejamento do Estado da Bahia (Ceplab). Tem experiência na área de economia, com ênfase em economia regional, e em gestão de entidades públicas e privadas, trabalhando principalmente com desenvolvimento regional, planejamento e reorganização administrativa de municípios, planejamento e reorganização de empresas, com foco em racionalização de custos, e gestão de entidades de ensino superior.

Antônio Plínio Pires de Moura

Mestre em Cicle (DES) pelo Institut International de Recherche et Formation en Vue du Développement (1968), Paris/França, graduado em Ciências Econômicas pela Universidade Federal da Bahia (UFBA), com especialização em Desenvolvimento Econômico pela Cepal e pela Harvard University/USA. Atualmente é professor aposentado adjunto IV da Universidade Federal da Bahia e integra o Núcleo de

Estudos Conjunturais da FCE/UFBA. Tem experiência na área de economia, com ênfase em crescimento e desenvolvimento econômico, atuando principalmente com mercado de trabalho, agricultura, administração acadêmica, ensino superior, comércio internacional e conjuntura econômica.

Noelio Dantaslé Spinola

Pós-Doutorado em Sociologia da Cultura pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas (FCSH) da Universidade Nova de Lisboa, doutorado em Análise Geográfica Regional pela Universidad de Barcelona (UB), pós-graduado em Marketing pela Universidade de Salvador (Unifacs), bacharel em Economia pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Atualmente é editor da *Revista de Desenvolvimento Econômico* e professor titular decano de pós-graduação (Mestrado e Doutorado em Desenvolvimento Regional e Urbano) da Unifacs. Coordena o Grupo de Estudos da Economia Regional e Urbana (Gerurb) (certificado no CNPq), trabalhando com linhas de pesquisa relativas a desenvolvimento regional e urbano, economia cultural e desenvolvimento local, e serviços e desenvolvimento regional. Tem experiência nas áreas de economia e administração, com ênfase em economia regional, atuando principalmente nos seguintes campos: economia regional, desenvolvimento regional, economia baiana, economia cultural, desenvolvimento industrial e estudos organizacionais.

